

Marcelo Sampaio Carneiro
José Benevides Queiroz
Benedito Souza Filho
organizadores

Anais da
III JICS

**Bioeconomia,
produção familiar
e estratégias para
o desenvolvimento
de atividades
sustentáveis
na Amazônia**



EDUFMA

Anais da

III JICS

***Bioeconomia, produção
familiar e estratégias
para o desenvolvimento
de atividades sustentáveis
na Amazônia***



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



EDUFMA EDITORA DA UFMA

Coordenadora Dra. Suênia Oliveira Mendes
Conselho Editorial Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Diana Rocha da Silva
Profa. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Profa. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

Marcelo Sampaio Carneiro
José Benevides Queiroz
Benedito Souza Filho
organizadores

Anais da

III JICS

**Bioeconomia, produção
familiar e estratégias
para o desenvolvimento
de atividades sustentáveis
na Amazônia**

São Luís



EDUFMA

2024

Revisão Dos autores

Projeto Gráfico e Capa Helden Cabral da Silva

Diagramação Helden Cabral da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Jornada Internacional de Ciências Sociais (3.: 2024: São Luís, MA).

Anais da III JICS [recurso eletrônico]: bioeconomia, produção familiar e estratégias para o desenvolvimento de atividades sustentáveis na Amazônia / Marcelo Sampaio Carneiro, José Benevides Queiroz, Benedito Souza Filho, organizadores. — São Luís: EDUFMA, 2024.

888 p.: il.

Modo de acesso: World Wide Web

<<www.edufma.ufma.br/index.php/loja/>

ISBN: 978-65-5363-411-4

1. Ciências Sociais – Encontro científico - UFMA. 2. Bioeconomia 3. Produção familiar. 4. Atividades sustentáveis – Desenvolvimento - Amazônia. I. Carneiro, Marcelo Sampaio. II. Queiroz, José Benevides. III. Souza Filho, Benedito. IV. Título.

CDD 300 812 1

CDU 3:001.32(812.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Marcia Cristina da Cruz Pereira CRB 13 / 418

Criado no Brasil [2024]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

Sumário

Introdução	10
III Jornada Internacional de Ciências Sociais: Bioeconomia, produção familiar e alternativas sustentáveis na Amazônia	
Marcelo S. Carneiro, José Benevides Queiroz, Benedito Sousa Filho	
1. Natureza e Negócios: estratégias familiares e as atividades de turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	16
Ana Luiza Sousa Romeiro, Benedito Souza Filho	
2. Estratégias de reprodução e a noção de tempo em uma comunidade tradicional no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	40
Lícia Cristina Viana Silva Santos	
3. Entre morros e vargens: agências e saberes tradicionais mobilizados na criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	60
Ricardo Rodrigues Cutrim, Benedito Souza Filho	
4. Conflitos e estratégias de resistência das Quebradeiras de Coco Babaçu na Baixada Maranhense	78
Kathiane Santana Brito, Benedito Souza Filho	
5. O processo de implantação do Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade rural de matinha, São Luís/MA	100
Bianca Sampaio Corrêa	
6. Narrativas para continuidade do saber-fazer em oficinas artesanais com as artesãs de Boa Vista (Barreirinhas/MA)	118
Luiza Gomes D. Farias, Raquel Gomes Noronha	
7. Território que produz vida: saberes, práticas e produção local de comunidades tradicionais da Resex Tauá-Mirim	138
Luana A. dos Santos, Madian de Jesus Frazão Pereira, Horácio A. de Sant'ana Jr.	

8. Contenciosos políticos-midiáticos recentes em torno da Amazônia e das “questões ambientais” no Brasil.	156
Igor Grill, Eliana Tavares dos Reis	
9. Os eleitos do Partido Novo. Recursos e redes de deputados multinotáveis	180
Luan Pires Canavieira	
10. Perfis de presidentes da OAB/MA (1932-2022). “Elite política”, “elite jurídica” e “elite da advocacia”	202
Samário José Lima Meireles, Igor Grill	
11. Identidades e identificações estratégicas: as reorientações do “perfil” de Flávio Dino em publicações do jornal “O Estado do Maranhão” (2006-2022).	224
Eduardo Venâncio Costa Abreu	
12. Origens, recursos e atuação em nome da Amazônia de pesquisadoras porta-vozes da “região”	248
Sonayra dos Santos Carneiro	
13. “Porta-vozes do Patrimônio do Brasil e do Maranhão”: perfis e itinerários	270
Andressa de Carvalho Machado	
14. As Dinâmicas Regionais da Representação Política: o perfil dos deputados estaduais (1947-1963)	296
Larissa Rodrigues Vacari de Arruda	
15. Um perfil sociográfico da magistratura sergipana: da década de 1930 aos dias atuais	318
Arthur Ives Nunes da Mota Lima, Fagner dos Santos Bomfim, Fernanda Rios Petrarca	
16. O ciberespaço e a formação sociopolítica: uma análise das comunidades virtuais Bolsonaroistas	340
Queren Rebeca Duarte Bezerra, Rogério de Carvalho Veras	
17. Lucro social: a negociação entre o merchandising social e as demandas sociais por meio das telenovelas	367
Hugo Henrique Ricardo dos Santos, Jhonnatan Oliveira dos Santos, Larissa Leda F. Rocha	

18. Orientando o olhar sobre as feiras livres de São Luís: uma abordagem institucionalista dos mercados	382
Alexandre Costa Fernandes, Abel Cassol	
19. A alimentação e o cotidiano no centro histórico de São Luís/MA	404
Antonio Olavio da Rocha Neto, Martina Ahlert	
20. “Tem muito cliente ignorante, porque ele acha que tá te pagando uma taxa, ele acha que é teu dono”: o trabalho dos entregadores do IFood	422
Victória Amorim da Silva, Carla Vaz dos Santos Ribeiro	
21. A sociedade civil e as políticas de desenvolvimento de Cabo Verde: a influência da Teoria de Dependência na ação coletiva em países da periferia do capitalismo	448
Carlos Alves Gomes dos Santos	
22. Expansão Logística Ferro-Portuária e Ações Coletivas no Contexto da Zona Rural de São Luís/MA	470
Jadeylson Ferreira Moreira, Horácio Antunes Sant’Ana Júnior	
23. Tribunal Popular em Junco do Maranhão: um debate em torno da justiça	492
Karina Borges Diaz N. de Souza, Maria Alice P. Oliveira van Deursen; Márcio Zonta	
24. Mulheres rurais e acesso à terra na África do Sul	510
Maristela Sena dos Santos, Viviane de Oliveira Barbosa	
25. Pensamento liminar, necropolítica e diferença colonial: uma análise dos conflitos entre as histórias locais e os projetos globais a partir dos crimes ambientais em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE)	530
Watilla Cirqueira Leite	
26. Quadros interpretativos das ações coletivas na Vila Esperança em Imperatriz/MA	554
Glenda Almeida Matos Moreira	
27. Da memória identitária cultural do Quilombo Cocalinho à inserção na era digital: uma história contada pelos próprios quilombolas	578
Yndara Vasques Lima, Flávia Moura	

28. Da “Invasão” para Universidade: O aumento da titularidade entre os Docentes do Colégio Universitário COLUN/UFMA	594
Karlene Carvalho Marinho de Araújo	
29. O Modelo Pedagógico da Escola da Escolha e sua presença na Educação Pública no Maranhão	612
Thatyelle Thereza dos Santos Moura da Silva, Juarez Carvalho	
30. O campo escolar: representações sobre as jovens estudantes	628
Ana Carolina Torrente	
31. O cotidiano de um programa educacional ministrado pela polícia em uma escola pública do Maranhão – perspectivas de representações e disciplinas	652
Danielle Florêncio Lisboa, Amanda Gomes Pereira	
32. A inclusão da diferença? Determinações formais e adaptações escolares	666
Fernanda Colares Maciel Britto, Thayná C. Rosa Carneiro, Amanda Gomes Pereira	
33. As coisas sérias de santo: A infância e sua relação com o sagrado no Terreiro de Santana em Imperatriz/MA	686
Ana Sílvia Oliveira Marques	
34. “Eu sou é bem pequenininho, mas eu fiz os meus estudos”: o que as crianças ensinam e aprendem no contexto daimista?	704
Marina Batista de Souza	
35. O desenho como instrumento na pesquisa com crianças em orfandade pela Covid-19	724
Flávia Ferreira Pires, Pedro Henrique Gomes da Paz, Laura Marques Lopes	
36. Escuta de crianças em diferentes contextos institucionais: reflexões éticas e conceituais	736
Christina Gladys de Mingareli Nogueira	

37. Quem pode habitar? A influência da mídia na percepção dos corpos marginalizados no centro histórico de São Luís/MA	736
Abigail Vale Rocha	
38. Corpo, terreiro, território: perspectivas e expectativas de uma afro Amazônia explorada e assediada	754
Elizangela Santos de Araújo	
39. Desdobramentos da implementação dos Direitos Femininos: Uma reflexão da mulher da Amazônia Legal à luz da Constituinte de 1988	772
Richelle Kauanny Carvalho de Araújo, Maynara Costa de Oliveira Silva	
40. A naturalização da erotização do corpo feminino no esporte skatista nos anos 80 e 90	796
Vitória Sousa de Oliveira	
41. O canto e o voo: Seu Léguas, Codó e encantorias em dispersão	814
Lior Zisman Zalis, Conceição Lima, Martina Ahlert	
42. Memórias subalternas: Reflexão sobre como memórias dominadas são subalternizadas	830
Maisa Marinho Dias, Rogério de Carvalho Veras	
43. Ações coletivas no reconhecimento do Quilombo Urbano Liberdade/MA	852
Ana Talycia Marques Vale, Karina Almeida de Sousa	

Introdução



III JICS: Bioeconomia e alternativas para produção sustentável na Amazônia

Marcelo Sampaio Carneiro
UFMA

José Benevides Queiroz
UFMA

Benedito Souza Filho
UFMA

O presente livro reúne trabalhos que foram apresentados na III Jornada Internacional de Ciências Sociais (JICS), que teve como tema central o debate sobre a Bioeconomia e a construção de alternativas para o estabelecimento de formas de produção sustentáveis na Amazônia¹.

Os capítulos foram selecionados pelos(as) coordenadores(as) dos onze grupos de trabalho que ocorreram durante a JICS-UFMA, dentre os cento e treze (113) trabalhos que foram inscritos e apresentados no evento. Aqueles que não foram escolhidos para compor esta publicação, terão seus resumos publicados nos anais do evento.

A III Jornada teve como tema principal a discussão sobre a Bioeconomia que, nos últimos anos, vem se constituindo estratégia central para enfrentar os desafios do desenvolvimento num cenário de crescente exaustão dos recursos naturais renováveis e de produção de externalidades negativas sobre o meio ambiente. Em razão de expressar tal complexidade, o conceito de bioeconomia é polissêmico e apresenta variações importantes, tanto no debate acadêmico como nas definições oficiais de agências governamentais nacionais e transnacionais (Costa, 2022).

Para abordar esse debate sobre a bioeconomia, a III JICS convidou pesquisadores(as) de diferentes instituições de ensino e pesquisa, que vêm dedicando atenção a essa importante temática, de forma a problematizar as possibilidades dessa nova perspectiva, ao mesmo tempo em que deu voz a representantes de movimentos sociais rurais que têm tentado colocar em prática estratégias específicas de desenvolvimento, caso do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQ-CB) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), de forma a verificar a existência (ou não) de relações entre essas estratégias e a da bioeconomia.

Nesse sentido, foi amplamente discutido de que maneira diferentes circuitos de comercialização, junto com determinadas políticas públicas, podem ser utilizados para ajudar a valorizar os produtos oriundos

1. A programação da III JICS pode ser consultada na página do evento na internet: <https://www.jics.com.br/p%C3%A1gina-inicial>

da biodiversidade regional, a exemplo dos programas de compras institucionais do governo federal (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA) e do governo do estado do Maranhão (Programa de Compras da Agricultura Familiar - PROCAF e Restaurantes Populares), ou dos dispositivos de comercialização que possuem em agentes da sociedade civil como seus principais fomentadores, como o comércio justo ou o programa Slow Food (Garcia-Parpet, 2023).

Ao lado da discussão sobre as potencialidades da bioeconomia para alavancar estratégias de promoção de produtos oriundos da sociobiodiversidade amazônica, o evento também trouxe à luz a discussão de atividades que impedem o desenvolvimento da bioeconomia ao promoverem o desmatamento e a destruição dos biomas amazônico e do cerrado, destacando-se aí a sojicultura e a agropecuária, praticadas pelas empresas do chamado agronegócio (Carneiro, 2022).

Em face dessa realidade, discutiu-se o papel das ações de controle do desmatamento na floresta úmida e nos cerrados. Este debate levou em consideração o papel desempenhado por políticas públicas de controle do desmatamento, especialmente o PPCDAm², e por dispositivos de governança baseados na pactuação de agentes mercantis e de atores da sociedade civil, como a Moratória da Soja e Mesa Redonda da Pecuária Sustentável (Candido, 2023).

Vale destacar que os temas acima descritos, que têm relação direta com a III JICS, dialogam com um conjunto de pesquisas que estão sendo desenvolvidas por alunos e professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC) da UFMA, a partir de projetos interinstitucionais que contam com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA), do Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme detalhamento a seguir.

2. O Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPGCDAm) é considerado como a política pública mais eficiente para a redução do desmatamento na região, que, no entanto, foi abandonada pelo governo Jair Bolsonaro (Carneiro, 2022) e retomada recentemente pelo novo governo federal.

Um primeiro projeto que se relaciona diretamente com a temática do evento é denominado “Territórios da sociobiodiversidade na Amazônia: ambiente, conhecimento e sustentabilidade”, que foi selecionado pelo edital Iniciativa Amazônia +10, promovido pelo CONFAP e FAPEMA. Esse projeto, que está sendo desenvolvido por pesquisadores da UFMA, da Universidade Estadual do Oeste do Pará (UFOPA) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tem por objetivo discutir a relação entre o conhecimento oriundo das populações tradicionais na Amazônia e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

Outra pesquisa que possui interface com a temática do evento é o projeto “O papel das finanças no controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado”, que é desenvolvido por pesquisadores da UFMA e da Universidade Federal de São Carlos e é apoiado pelo Edital FAPEMA/FAPESP nº 14/2020 – Cooperação Acadêmica Maranhão e São Paulo. No caso desse projeto, o objeto de estudo visa dar conta do papel dos mecanismos de financiamento da atividade sojícola e da pecuária na construção de mecanismos de controle do desmatamento provocado por essas atividades.

Além dos dois anteriores, temos ainda o projeto “Ativismos alimentares e politização do consumo: análise comparada das interações entre movimentos sociais, mercados e políticas públicas”, que é apoiado pelo Edital CNPq/MCTI/FNDCT nº 40/2022 – Pró-Humanidades. Esse projeto, que reúne uma equipe de pesquisadores(as) de oito universidades brasileiras³, tem por objetivo o estudo de estratégias de promoção de formas saudáveis de alimentação, com ênfase na análise de iniciativas que articulam a produção sustentável de alimentos com formas de comercialização solidárias, a exemplo da Rede Mandioca no estado do Maranhão.

Por último, mas não menos importante, gostaríamos de destacar que a realização do evento só foi possível devido ao engajamento de docentes e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, bem como do suporte financeiro oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital de Apoio a Eventos no País (Edital PAEP nº 11/2023).

3. Participam docentes e alunos das seguintes instituições: UFMA, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFPR, UFMG, UFPA e USP.

Bibliografia Citada

CANDIDO, Silvio Eduardo A. O estabelecimento da moratória da soja na floresta amazônica brasileira: ação ambiental estratégica para explorar oportunidades em múltiplos campos. *Sociologias*, [S. l.], v. 25, n. 62, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/128528> Acesso em: 11 jun. 2024.

CARNEIRO, Marcelo S. O governo Bolsonaro e a destruição da governança do desmatamento na Amazônia. In: Sá, Thiago A. Oliveira (Org.). *Extremo: o mandato Bolsonaro*. Curitiba: Kotter Editorial, 2022, p. 75-92.

COSTA, Francisco de A. et al. *Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical*. WRI Brasil, Texto para discussão, Junho 2022. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/uma-bioeconomia-inovadora-para-amazonia-conceitos-limites-e-tendencias-para-uma> Acesso em: 11 jun. 2024.

GARCIA-PARPET, Marie-France. Slow food: a revolução pelo consumo? Sociologia de uma reclassificação de bens alimentares. *Sociologias*, [S. l.], v. 25, n. 62, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/128095>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GT 3 - Modelos de Natureza e Disputas Territoriais



**Natureza e Negócios: estratégias
familiares e as atividades de turismo
no Parque Nacional dos Lençóis
Maranhenses**

Ana Luiza Sousa Romeiro
UFMA

Benedito Souza Filho
UFMA

Introdução

O presente trabalho é fruto da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, que teve como universo empírico o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), e que explorou a relação entre turismo e processos de comoditização da natureza. O foco das análises privilegiou as implicações para as comunidades tradicionais de Atins e Canto do Atins, ambas localizadas em áreas de grande interesse turístico nessa unidade de conservação de proteção integral.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses possui um perímetro de 270 km e uma área de 155 mil hectares, distribuída entre os municípios de Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Criado pelo Decreto N° 86.060, de 2 de junho de 1981, o PNLM é uma unidade de conservação de uso indireto¹ dos recursos naturais e tem como objetivo principal “proteger a flora, a fauna e as belezas naturais, existentes no local” (Brasil, 1981).

Entretanto, antes de sua criação, a área hoje identificada como PNLM já abrigava famílias que historicamente vivem e trabalham em diferentes localidades, cujo modo de vida se consolidou a partir de saberes específicos e formas particulares de interação entre os humanos e natureza.

Operando com a noção de vazio demográfico e desconsiderando a anterioridade de ocupação desse território por grupos sociais auto-identificados como agricultores, produtores de castanha de caju, extrativistas, artesãos, criadores, pescadores e marisqueiras, a criação dessa unidade de conservação ocorreu sem que a presença dessas comunidades tradicionais² fosse registrada pelo Estado (Dias, 2017) e muito menos informadas ou consultadas.

1. Que proíbe a existência de habitantes humanos dentro dos seus limites (Brasil, 2000).

2. De acordo com o relatório antropológico realizado pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (Andrade, M. P.; Souza Filho, B., 2017), foram identificadas cerca de 60 comunidades tradicionais no PNLM correspondente aos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz, no Maranhão.

Somente em 2007, com a chegada dos agentes do órgão de fiscalização Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio)³ em Barreirinhas, esses grupos passaram a ter conhecimento das novas finalidades e usos permitidos para essa área, além das implicações disso para o seu modo de vida.

Proibições e sanções relativas às atividades tradicionalmente realizadas (pesca, mariscagem⁴, criação de animais) por famílias dessas comunidades, assim como a liberação de atividades caracterizadas como de uso indireto dos recursos naturais, a exemplo do turismo e práticas a ele relacionadas (Dias, 2017), ocasionaram interferências que modificaram o cotidiano das famílias dessas comunidades e continuam a ameaçar suas permanências nesse território.

Atualmente, em um movimento de produção desse lugar-território como um “local turístico” (Urry; Larsen, 2021), os espaços naturais utilizados tradicionalmente pelas famílias têm sido apropriados por agentes políticos e econômicos e transformados em mercadorias destinadas à contemplação pelos turistas.

Nesse novo cenário de possibilidades de negócios, agentes econômicos do ramo turístico têm ocupado “gradualmente” locais estratégicos dessa unidade de conservação e suas atividades têm se constituído em ameaças à paisagem local e à reprodução social e material desses grupos sociais. Entre esses locais estratégicos, encontra-se Atins, uma comunidade tradicional de pescadores e marisqueiras, convertida em dos principais destinos de turistas que visitam o PNLN.

Diante das diversas intervenções do Estado, através dos agentes do órgão ambiental (ICMBio), relacionadas ao manejo dos recursos naturais pelas famílias, bem como da influência dos agentes econômicos envolvidos na exploração turística e das transformações na vida social resultantes do incremento do turismo na região, este estudo tem como objetivo analisar as estratégias adotadas pelas famílias da comunidade tradicional de Atins para assegurar não somente uma complementação da renda familiar, através da participação em ativi-

3. Órgão criado pela lei nº 11.516 de agosto de 2007.

4. Para mais informações sobre a prática da pesca e mariscagem em Atins, ver Santos (2018).

dades turísticas, mas também garantir a permanência em seus locais de residência e trabalho.

Os dados que servem de base para as análises aqui empreendidas foram construídos por meio da realização de trabalho de campo ao longo de 2022. Isso envolveu observação direta e participante, juntamente com a condução de entrevistas semiestruturadas com membros das famílias das comunidades tradicionais de Atins, que estavam diretamente ou indiretamente envolvidos com atividades relacionadas ao turismo. Além disso, foi realizado um mapeamento das estruturas de atendimento ao turismo pertencentes às famílias dessas comunidades.

Dupla interferência na reprodução social e material das famílias de Atins

Parcialmente inserida dentro dos limites do PNLM, está a comunidade tradicional de Atins. Localizada na chamada *região das praias*, próxima ao campo de dunas e lagoas, sua história de ocupação se relaciona com as atividades de pesca. Conforme descrito por Santos (2018), os pescadores de Atins apresentam várias narrativas sobre como este local, inicialmente voltado exclusivamente para a prática da pesca, tornou-se também um local de residência. Uma das principais versões relaciona essa transformação de Atins à construção de ranchos⁵ por pescadores vindos de distintas localidades do PNLM, a exemplo de Mandacaru e Santo Inácio, comunidades próximas de Atins, bem como de localidades mais distantes tais como: Buriti Amarelo, Tucuns, Santo Antônio, Tratada dos Carlos. Além da pesca e mariscagem, a criação de animais e a confecção de artesanatos à base de fibra de buriti⁶ **são atividades recorrentes entre as famílias dessa comunidade.**

Até a realização do último trabalho de campo (agosto/2022), na parte de Atins localizada dentro dos limites do PNLM, foi identificada a pre-

5. Os *ranchos* são estruturas construídas em pontos próximos à praia que servem como locais de permanência de pescadores e suas famílias durante a pescaria ou mariscagem.

6. Para maiores detalhes sobre os usos da fibra de buriti para produção artesanal ver Pereira (2018).

sença de 44 famílias, totalizando 160 pessoas com idades variando entre 0 e 98 anos. Essas famílias são compostas por 84 mulheres e 76 homens, distribuídos em 40 casas. Além das moradias familiares, existe uma igreja católica (Igreja São Francisco), uma Cooperativa de Transporte Turístico (COOPERTRANSATINS) fundada pelos próprios moradores, bem como um restaurante, uma agência de turismo e uma pousada/agência pertencentes a famílias da comunidade.

Já na parte de Atins situada fora dos limites do PNLM, encontramos diversas edificações. Além de casas das famílias, existem duas escolas: o Colégio Gonçalves Dias, destinado a alunos com idades entre 4 e 10 anos, e o Colégio José Serejo de Carvalho, que atende estudantes de 11 e 19 anos. Além disso, a região conta com um posto de saúde, uma igreja católica (Igreja São Pedro), duas igrejas evangélicas (Igreja Adventista do Sétimo Dia e Assembléia de Deus), três estabelecimentos comerciais, uma padaria, uma farmácia, uma frutaria e uma associação de moradores, esta última criada durante a pandemia para realizar ações com intuito de arrecadar fundos para prestar assistência aos enfermos. Também estão presentes diversas estruturas de apoio ao turismo, pertencentes tanto aos empresários (os “não membros” dessa comunidade, vindos de outras partes do Brasil e até de outros países) quanto as famílias dessa comunidade.

Por estarem parcialmente inseridos dentro dos limites do PNLM, os grupos sociais de pescadores e marisqueiras da comunidade de tradicional de Atins, começaram a sofrer interferências em sua reprodução social e material.

As proibições e restrições do órgão ambiental ICMBio, relativas aos usos dos recursos naturais historicamente manejados pelas famílias, representam uma primeira interferência à sua reprodução social e material. Relatos dos moradores mencionam as proibições por parte do órgão ambiental de construção de casas para recém-casados, confisco de apetrechos de pesca, ameaças de aplicação de multas pela criação de ovelhas e gado bovino solto. Tais ações acabam por cercear atividades tradicionalmente realizadas e comprometer a reprodução social e material dessas famílias que se veem numa zona de indeterminação.

Neste contexto, o acesso ao mar, os recursos para a criação de animais e até mesmo a possibilidade de construir moradias para os filhos estão

sujeitos à atuação dos agentes do ICMBio, muitas vezes caracterizada pelas famílias como arbitrária, dado que estas dependem das relações estabelecidas pelos agentes com determinados grupos familiares.

Isso se deve ao fato de que o PNLM está inserido em um modelo de proteção integral, cujo princípio fundamental é a preservação de uma “natureza intocada”, conforme defendido por Diegues (2008). Esse conceito implica na concepção de uma natureza desabitada, separada do humano, que é frequentemente percebido como um “predador perigoso” (Silva, 2012). Partindo de um contexto marcado pela rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, os preservacionistas americanos propuseram a criação de “ilhas” de conservação ambiental, caracterizadas por sua beleza cênica, onde a relação homem-natureza seria mediada por leis, em um espaço supostamente controlado. Nesse contexto, os seres humanos seriam meros espectadores, capazes apenas de apreciar e reverenciar a “natureza selvagem” sem interferir nela (Diegues, 2008). Esse modelo de preservação ambiental serviu de inspiração para a criação de unidades de conservação em todo o mundo, incluindo o Brasil.

De acordo com Martinez Alíer (2015), a principal corrente do movimento ambientalista que influencia a criação de reservas nacionais sem intervenção humana é conhecida como “culto ao silvestre”. Neste caso, a preservação de porções de natureza a partir da exclusão de habitantes humanos se justificaria pelo reconhecimento do direito à vida de outras espécies.

A transposição desse modelo de conservação para países como o Brasil, gerou diferentes conflitos em torno das concepções (Little, 2004) e dos usos dos espaços já territorializados (Little, 2018) por “[...] populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais” (Diegues, 2008, p. 15). No caso do PNLM, o objetivo dos órgãos gestores parece sempre ter sido a exclusão das comunidades tradicionais caracterizadas pelo Estado como “invasoras”.

A segunda interferência na organização social e econômica das famílias da comunidade tradicional de Atins decorre da inserção do PNLM no mercado turístico. Partindo da discussão sobre a exploração do turismo em parques nacionais, é importante termos em mente que “um ambiente físico não produz um lugar turístico por si só. Um amontoado de areia com

textura adequada não é nada até que se torne um castelo de areia. Precisa ser transformado em edifícios, sociabilidades, vida familiar, amizade e memórias” (Urry; Larsen, 2021, p. 223). A mera existência de recursos naturais não foi suficiente para originar o interesse turístico pelo PNLM.

O turismo no PNLM experimentou um crescimento significativo a partir de 2003, impulsionado pela inauguração da rodovia MA-402, que reduziu o tempo de viagem entre São Luís e Barreirinhas. Além desse marco, diversos outros fatores contribuíram para o aumento expressivo do fluxo turístico na região. Destacam-se a integração do PNLM no Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão (Dias, 2017), a construção de um aeroporto em Barreirinhas⁷, os trabalhos em andamento para a construção de uma ponte que ligará Barreirinhas aos Lençóis Maranhenses, substituindo as antigas balsas utilizadas para cruzar o Rio Preguiças⁸, e, mais recentemente, a candidatura do PNLM ao título de Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO⁹.

Além disso, Urry e Larsen (2021) argumentam que durante as férias os turistas tendem a visitar destinos que já foram amplamente divulgados na televisão, em panfletos e na internet. Parte superior do formulárioAo discutir a origem do turismo, Peirano (2009) também destaca o papel crucial desempenhado por escritores e publicistas “[...] na criação das ideias românticas de reencontro com natureza e a história, as águas, o mar e o patrimônio cultural” (Peirano, 2009, p. 18). Uma pesquisa rápida na internet sobre o PNLM revela uma ampla gama de imagens, vídeos, notícias, propagandas e outros conteúdos que contribuem para a construção de um imaginário turístico em torno desse destino.

Em termos de frequência, o turismo no PNLM segue duas distintas fases: a alta temporada e a baixa temporada. A variação sazonal (Mauss, 2003) no PNLM possibilita a existência de dois períodos notadamente

7. Disponível em <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/01/19/barreirinhas-tera-voo-direto-com-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2023.

8. Disponível em <https://pge.ma.gov.br/noticias/pge-obtem-decisao-que-autoriza-a-construcao-da-ponte-que-ligara-barreirinhas-aos-lencois-maranhenses>. Acesso em: 10 out. 2023.

9. Disponível em <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/08/29/parque-nacional-dos-lencois-maranhenses-passa-por-avaliacao-tecnica-para-concorrer-a-titulo-de-patrimonio-natural-da-humanidade.ghtml>, acesso em 10 out. 2023.

contrastantes: o período denominado localmente de inverno (janeiro a junho), período de precipitação das chuvas e de surgimento de lagoas, e o verão (julho a dezembro), caracterizado pela estiagem. O “ritmo ecológico” (Evans-Pritchard, 1976), que determina a dinâmica ambiental nessa região, promove alterações na paisagem. Após três meses sem chuva, o PNLM adquire características semelhantes às de um deserto, com as lagoas e igarapés secando e uma grande quantidade de poeira surgindo das áreas que antes estavam alagadas.

Coincidentemente ao início do verão no nordeste e ao período de férias no Brasil (julho) e na Europa (julho e agosto), se inicia a alta temporada do turismo no PNLM. Esta vai do mês de junho até meados de setembro. Nesse período, o parque passa a ter suas praias, lagoas e dunas frequentadas por turistas nacionais e, principalmente, estrangeiros.

Na baixa temporada do turismo (outubro a junho), a maioria das estruturas de atendimento ao turismo de agentes econômicos do ramo, fecham. Apenas as estruturas de atendimento ao turismo pertencentes às famílias de comunidades locais que estão no circuito do turismo, funcionam ao longo do ano. Durante a baixa temporada do turismo, a maioria dos turistas que visitam o PNLM são brasileiros.

Em 2023, o número de visitação ao PNLM chegou a 408.235, o que lhe garantiu a sexta posição no ranking dos dez parques nacionais mais visitados do país no último ano¹⁰. Assim, “os lugares surgem como ‘locais turísticos’ quando são registrados em círculos de antecipação, performance e lembrança. Eles são produzidos econômica, política e culturalmente por meio de mobilidades em redes de capital, pessoas, objetos, signos e informações” (Urry; Larsen, 2021, p. 223). A transformação dessa unidade de conservação em um local turístico proeminente resultou de investimentos tanto em infraestruturas quanto em campanhas de motivação e produção de signos – “paraíso natural”, “destino perfeito para aqueles que buscam aventura e contemplação da natureza”.

As ações voltadas para promoção do PNLM como um local turístico passou a despertar o interesse de agentes políticos e econômicos. Em

10. Disponível em: Link: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/visitacao-em-parques-nacionais-batem-recorde-em-2023-e-consolida-o-ecoturismo-entre-as-preferencias-dos-viajantes>. Acesso em: 07 abr. 2024.

relação a Atins, as famílias relatam que, com o aparecimento de turistas na região, a parte de Atins que não foi incluída dentro nos limites do PNLM passou a ser vista como um local estratégico por “empresários” interessados em construir estruturas para atender os turistas. Isso ocorre porque essa área está sujeita a regulamentações e fiscalização menos rigorosas do que aquelas dentro dos limites do PNLM.

A construção dessas estruturas tem acarretado um processo de modificação da paisagem local, um aumento significativo no número de visitantes, especulação imobiliária, elevação do custo de vida para as famílias locais, aparecimento de drogas na região, bem como episódios de assaltos e disputas em torno dos usos dos recursos naturais historicamente manejados pelas famílias.

O mar, que anteriormente era utilizado pelas famílias de Atins para a pesca, passou a ser disputado com praticantes de *kitesurf*¹¹. Esses praticantes acabam “espantando os peixes” devido ao barulho produzido pelas pranchas na água e danificam as redes de pesca durante a prática do esporte, ao realizar manobras muito próximas aos pescadores em suas canoas. Adicionalmente, os barcos de pesca das famílias agora são impedidos de ficar ancorados próximos às escolas de *kitesurf*, pois isso dificulta as aulas ministradas aos praticantes do esporte durante a alta temporada. Com o grande fluxo de turistas, uma camada espessa de protetor solar se acumula nas lagoas perenes, o que tem levado as famílias a deixarem de utilizar algumas delas, já que os peixes nelas contaminados não podem mais ser consumidos.

Reapropriação social da natureza e resistência das famílias de Atins

As famílias que residem na parte de Atins situada dentro dos limites do PNLM, devido às intervenções dos agentes do ICMBio relacionadas à construção e reforma de novas estruturas dentro do parque, passaram a se envolver com o turismo, inicialmente, como pedreiros e ajudantes de pedreiros, construindo estruturas de empresários que chegavam a Atins.

11. Esporte aquático que utiliza uma prancha e uma pipa que é puxada pelo vento, permitindo assim que o praticante do esporte deslize sobre a água, realizando diferentes manobras.

Posteriormente, após a conclusão das obras, os proprietários dessas estruturas passaram a contratar homens adultos e jovens para desempenharem funções como molhadores de planta (jardineiros), garçons, motoristas e guias turísticos, enquanto mulheres adultas e jovens eram contratadas para ocuparem cargos de atendentes, cozinheiras, auxiliares de cozinha, arrumadeiras, faxineiras, garçonetes e babás dos filhos dos proprietários dessas instalações.

Essas pessoas eram contratadas na alta temporada e recebiam remuneração por meio de diárias. Não possuíam carteira assinada nem direitos trabalhistas garantidos, sendo dispensados durante a baixa temporada, quando a maioria dessas estruturas fechava temporariamente. O ritmo de trabalho nessas estruturas alcançava até 15 horas ininterruptas por dia, durante os sete dias da semana. Aqueles que conseguiam emprego nessas estruturas durante a alta turística, eram membros de famílias extensas, o que possibilitava que outros membros da família assumissem atividades no âmbito do trabalho doméstico, necessárias para a reprodução da vida durante esse período. Atualmente, a maioria das pessoas que moram dentro dos limites do PNLM, continuam a trabalhar nas estruturas dos empresários durante a alta temporada do turismo na região, seja na construção de novas estruturas, seja como empregados nas já existentes.

Em meio às interferências do Estado e de agentes políticos e econômicos interessados em transformar bens comuns, historicamente manejados pelas famílias de Atins, em mercadoria a ser comercializada a quem pode pagar (os turistas), as mulheres e homens de Atins (adultos, jovens e crianças) tem resistido e assegurado suas permanências nessa unidade de conservação ambiental por meio da construção de arranjos familiares que envolvem tanto o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo, quanto a percepção de que é preciso dar condições para as crianças e jovens existirem, expressas na importância do ensino de um ofício “ser pescador, ser marisqueira” para construção de futuros possíveis.

O ofício de marisqueira e pescador, o envolvimento com a atividade de criação de animais e as atividades desenvolvidas no âmbito da casa é ensinado às crianças desde tenra idade. Entretanto, o trabalho nessa fase é caracterizado como mais “leve” e assume um “caráter de ajuda” (Sousa,

2017). Assim sendo, em Atins, as crianças recebem da mãe uma bacia ou um balde pequeno e são levadas desde pequenas para catarem mariscos, ganham um *jeré* do pai para capturarem siri, são incentivadas a colocar as ovelhas dentro do cercado no final de cada dia, a alimentar as galinhas, a lavar as louças, ajudar a mãe a fazer comida. Mesmo possuindo um “caráter de ajuda”, o processo de aprendizagem dessas atividades é fundamental para a construção de futuros possíveis e possibilita que essas crianças aprendam desde cedo o que significa fazer parte dessa comunidade.

Assim, o envolvimento das famílias de Atins com as diferentes atividades se dá de acordo com a sazonalidade (Mauss, 2003) e os arranjos familiares. Este último é definido de acordo com a renda da família, quantidade de membros, habilidades de cada membro e gênero, além da possibilidade de relações estabelecidas com outras famílias da comunidade.

As famílias que moram na parte de Atins que não foi inserida dentro dos limites do PNLM, adaptaram uma parte de suas casas para oferecer serviços aos turistas que visitam Atins. Ao longo dos anos, aqueles que adquiriram experiência trabalhando em pousadas e restaurantes de empresários e conseguiram guardar algum dinheiro, ou obtiveram financiamento bancário, estabeleceram suas próprias estruturas de atendimento ao turismo.

Em 2022, foi possível identificar a existência de 31 iniciativas de atendimento ao turismo pertencentes às famílias da comunidade de Atins. Essas iniciativas locais de hospedagem e serviços se dividem da seguinte forma: 7 pousadas, 1 hostel, 1 dormitório/camping, 1 chalé, 8 agências, 1 loja de artesanato, 1 doceria, 1 farmácia, 1 cooperativa de transporte turístico, 1 frutaria, 1 frigorífico, 1 café, 1 depósito de bebidas, 1 comércio e 4 restaurantes.

Essas iniciativas variam em termos de tempo de existência, capacidade de atendimento de turistas, quantidade de pessoas envolvidas na realização das atividades, tamanho do espaço físico, capacidade de articulação com moradores de outras regiões do PNLM e com fornecedores de Barreirinhas e de outros estados para aquisição insumos. No entanto, elas compartilham características arquitetônicas, como o uso de materiais típicos da comunidade em sua construção, além de serem resultado do trabalho familiar. Esses estabelecimentos permanecem abertos durante todo o ano e dependerem dos excedentes da alta temporada para

realizar qualquer investimento na estrutura, como a compra de móveis, ampliação das instalações ou substituição de materiais danificados.

Segundo Enrique Leff (2001), as lutas das comunidades indígenas e camponesas pela reapropriação de seu patrimônio histórico de recursos ecológicos e culturais ocorre como condição para continuidade de suas existências, como base de sua sobrevivência. Nesse sentido, diante do conflito entre os diversos interesses na apropriação da natureza existente na grande região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, incluindo o desejo do Estado em manter sob seu controle uma área estratégica para o turismo, produção de energia eólica e exploração de gás natural, os interesses de agentes políticos e econômicos em explorar o potencial turístico dessas áreas e as aspirações das próprias comunidades tradicionais de permanecerem em seus lugares de residência e trabalho, as famílias de pescadores e marisqueiras de Atins têm desenvolvido estratégias alternativas de uso dos recursos naturais historicamente manejados.

Nesse contexto, a “reapropriação dos potenciais ecológicos” (Leff, 2001) da região do PNLM pelas famílias de Atins é mediada por valores culturais (enraizados em um modelo de natureza distinto, que faz parte da identidade cultural de ser pescador, ser marisqueira) e interesses sociais da comunidade, como a busca pela qualidade de vida através do direito à permanência em seus lugares de residência e trabalho, satisfação das necessidades básicas por meio da geração de renda complementar e a busca pela autonomia para compatibilizar práticas tradicionais e envolvimento com o turismo.

Assim, entre as trinta e uma iniciativas locais de atendimento ao turismo identificadas em 2022, selecionei duas para análise: “Cabana Pôr do Sol” e “Lençóis Cavalgadas”.

A primeira iniciativa que será analisada é o restaurante “Cabana Pôr do Sol”. Este restaurante é de particular relevância para este trabalho, uma vez que pude acompanhar sua jornada desde sua concepção até seu funcionamento. Essa experiência só foi possível graças a Dona Luza, a proprietária do restaurante, e sua família, que me acolheram em Atins desde o início das pesquisas para a minha monografia.

Dona Luza, possui 43 anos de idade, nasceu em Atins e é marisqueira, enquanto seu marido Itamar (conhecido como seu Ita), é pescador.

O casal tem quatro filhos: Adailson, Mailson, Walison e André. Desde os 2 anos de idade, os dois primeiros filhos do casal foram ensinados a andar a cavalo, pescar e mariscar. Dona Luza lembra que André, apelidado de Dedé, costumava ficar em casa brincando enquanto ela saía para mariscar e pescar com seu marido, até que um dia ele expressou o desejo de acompanhá-la. Mesmo sendo muito pequeno, Dedé insistiu em ir junto. Na primeira vez, ele catou apenas alguns mariscos, mas a partir da segunda vez já começou a pegar bastante. Dona Luza também mencionou que, apesar de gostar de mariscar, ele prefere capturar siris com o jeré (instrumento de captura). No entanto, quando o terceiro filho nasceu, houve algumas modificações no arranjo familiar devido aos cuidados constantes que Walison precisava, já que ele sofreu paralisia cerebral durante o parto.

O sustento da família sempre foi garantido pela pesca e mariscagem. No entanto, com o surgimento do turismo na região, novas possibilidades de trabalho surgiram relacionadas a essa atividade. Tais como a venda de parte do marisco e do peixe pescado para os restaurantes e a venda de estrume dos animais para adubar os jardins das pousadas. Além disso, seja realizando passeios a cavalo com os turistas ou trabalhando na construção e reformas de pousadas, o desenvolvimento de tais atividades passou a representar uma fonte adicional de renda para a família.

Antes de abrir seu próprio restaurante, aos 35 anos de idade Dona Luza trabalhou por alguns meses limpando casas de veraneio e preparando refeições para turistas. Embora reconheça a importância da renda obtida com atividades relacionadas ao turismo para sustentar sua família, por ser uma renda “fixa” durante a alta temporada, Dona Luza destaca as dificuldades enfrentadas, especialmente pelas mulheres.

E. Eu já trabalhei. É bom, porque a gente ganha o dinheiro da gente mas, é uma coisa que puxa muito principalmente a gente dona de casa que a gente tem a responsabilidade em casa e no serviço. Então a gente fica muito cansativo, muito é... como eu posso dizer meu Deus, eu só sei que fica muito difícil pra gente dona de casa, eu te digo com toda certeza, é muito difícil a gente tomar conta da casa da gente e tomar conta do, das, que eles não tem assim aquela base, além de ser longe

a gente sair de casa pra ir é longe, pra mim fica muito cansativo. Eu termino, tu já pensou fazer as coisas na casa dos outro, quando chegar fazer na minha.
(Dona Luza, 37 anos, 23 de janeiro de 2018)

Quando Dona Luza se envolvia diretamente em atividades relacionadas ao turismo, como limpar casas de veraneio e servir turistas, isso demandava um arranjo familiar específico, especialmente porque seu marido, Itamar, trabalhava como ajudante de pedreiro na construção e reforma de pousadas em Atins. Antes de sair para o trabalho, Dona Luza precisava garantir que todas as tarefas domésticas estivessem encaminhadas para seus filhos mais velhos, Adailson e Mailson, que também cuidavam dos irmãos mais novos enquanto ela estava trabalhando. O filho mais velho, por sua vez, ia pescar sozinho ou com amigos quando necessário para garantir a alimentação da família. De acordo com Dona Luza, a decisão de montar o restaurante veio em 2018,

P – Por que a senhora decidiu montar um restaurante?

E – Porque o Walisson [sorrisos] quando, nesse período dessa experiência que eu tive de trabalhar na casa dos outro, o Walisson ficou muito sentido quando eu, é... mas foi por causa disso porque quando eu dizia que ia trabalhar pros outros ele, o Walisson dizia que não e... aí quando eu dizia que ia tirar sururu e o Walisson dizia que sim. Só que o sururu vai pela maré e, e o sarnambi um dia tá de manhã e quando dá a tarde é muito ruim pra gente tirar, então é sempre pela manhã e num é de dizer que todo dia vai pro sururu, não. É, depende da maré e aí, e mesmo desse tempo pra cá eu sinto muita, quando eu vou, eu vou, mas é menos porque é muito quente e aí eu num tava me sentindo muito bem, mas por causa disso também, questão de saúde que eu parei, diminui mais de tirar sururu e sarnambi.

P – Aí a senhora resolveu montar...

E – Aí resolvi também montar por causa disso, montar o restaurante e tamo nessa aí.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

A primeira estrutura que Dona Luza construiu foi em frente à sua casa, dentro dos limites do PNLN, onde vendia churrasquinho, galinha caipira por encomenda, além de sorvetes, cervejas e refrigerantes. No entanto, com a chegada da pandemia de covid-19, o restaurante ficou fechado por um ano. Quando Dona Luza reabriu, decidiu focar apenas na venda de churrasquinho, mas, conforme ela descreve, “era bem fraco”. Apesar de não ter sido desmontado, esta estrutura não está mais sendo utilizada para atender turistas.

A construção do segundo restaurante aconteceu no início de 2022. Dona Luza fala um pouco sobre o processo de construção do novo restaurante e sobre os materiais utilizados.

P – Me fale um pouco sobre o processo de construção do restaurante, de onde vieram os materiais para a construção?

E – Ha... eu tive que comprar lá... eu... os pau eu comprei dos interior, da chapada.

P – Daqui de dentro do parque mesmo?

E – Não, fora... ali, perto, veio de lá, lá de perto de Urbano Santo.

P – Então as madeiras vieram lá de Urbano Santo?

E – Hum hum, daquele lado de lá, e... as madeira, e as paia eu tirei aqui do atoleiro e terminou com pedaço, com teia. E as varas também é do atoleiro, as vara que teve, que é ligado a ripa.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Atualmente, além de Dona Luza, sua mãe, irmã e uma prima trabalham juntas no restaurante.

P – Quem trabalha com a senhora no restaurante?

E – A mamãe, Maria de Nazaré e a comade Edite, a Edite, e... a... Erlilse também. Aliás, a família toda é... ali junto, viu?! [sorrisos]

P – A Erliuse também é da família?

E – É, é da família.

P – Essas pessoas são sócios? A senhora paga elas?

E – Não, a mamãe e a comade Edite a gente entrou em sociedade, tipo, a gente não vai tirar nada, não tamo tirando lucro nenhum, agora no momento, somente

comprando algumas coisas que falta, aí que vou dizer pra elas que num tinha como pagar e aí a gente entrou assim, que no dia que tiver levantado aí gente reparte tipo sociedade mesmo, o estabelecimento é meu, mas a gente divide a... quando tiver... o lucro, a gente divide.

P – E a Erliuse também?

E – Não, a Neneca não, a gente paga ela 600,00.

P – Por mês?

E – Por mês.

P – A Neneca recebe 600,00 por mês, mas não tem carteira assinada?

E – Não, só mesmo pra ajudar aí.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Os pratos vendidos no restaurante são galinha caipira 35,00 R\$, camarão no alho e óleo 55,00 R\$, camarão grelhado 60,00 R\$, peixe grelhado 50,00 R\$, churrasquinho 15,00 R\$, bife acebolado 40,00 R\$, filé de frango 30,00 R\$, peixe frito 40,00 R\$. Entretanto, Dona Luza cobra um preço menor para os moradores da comunidade. Geralmente, as pessoas ligam para Dona Luza com antecedência para dizer o que vão comer lá ou para avisar que vão levar um grupo de turistas para almoçar ou jantar. Entretanto, dependendo do que a pessoa quer comer, Dona Luza também aceita pedidos no local. A maioria dos produtos utilizados para fabricação dos pratos no restaurante, Dona Luza cria no seu quintal ou pesca. Mas, alguns deles precisam ser comprados.

P – O que a senhora vende no restaurante, tipo a galinha, o peixe, a senhora cria ou compra de alguém?

E – A galinha nós cria e aí a gente compra também quando tá pra acabar também a nossa, porque só as nossa num dá e... e o peixe, quando o Ita, o peixe grande que o Ita pesca ali a gente bota também, quando não é, a gente compra do barco do porto ali mesmo.

P – E o camarão?

E – O camarão também comprado, ninguém pesca.

P – A senhora compra essas galinhas de quem?

E – a, a, umas que eu comprei agora que eu num matei as minha ainda, que eu disse “deixa mais”, a gente

comprou da comade, da Sandra, compramos acho que quatorze, e... aí é assim, a mamãe cria, eu crio aí a gente vai tirando as nossas, quando num tiver, a gente vai comprando pra poder pra ir botando também.

P - O camarão é comprado dos barcos?

E - É, dos barco.

P - Quanto está custando o quilo do camarão?

E - Mermã, pra falar a verdade, tá cinquenta e cinco.

P - Camarão fresco?

E - Camarão fresco.

P - E o arroz...

E - ah, o arroz a gente... em Barreirinhas.

P - Os produtos que são comprados em Barreirinhas eles são entregues aqui ou a senhora que vai buscar?

E - Não, tem um rapaz que vende, a gente compra dele aqui mesmo que fica mais fácil. A gente faz a mercearia dum rapaz que vem no carro e traz. Aí ele faz a entrega aqui mesmo.

P - A senhora paga alguma taxa para ele trazer até aqui?

E - Não, ele só cobra mais caro as coisa.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

A maioria dos clientes de Dona Luza são pessoas da própria comunidade. Todas as noites ela prepara e vende churrasquinhos para aqueles que fazem pedido e um de seus filhos realiza as entregas. Quando alguém precisa fazer uma reunião, ou comemorar alguma data, eles fazem a encomenda de um pato, uma galinha caipira ou ovelha e Dona Luza prepara para eles no restaurante. O máximo de turistas que Dona Luza já atendeu ao mesmo tempo em seu restaurante foram 20 pessoas. Entretanto, ela fala um pouco sobre as dificuldades de atender várias pessoas ao mesmo tempo, pedindo pratos diferentes.

P - Qual o número máximo de pessoas que a senhora consegue atender sem ficar muito corrido?

E - [pausa para pensar] é... depende, porque assim, se for muita gente e se for só um tipo de comida, não fica tão aperreado. Mas, se for muita gente e pedir vários tipos de comida, ou se não, até se fosse, até dez pessoas, se for dez pessoa, é pouca né? Mas, se cada um pedir

um prato de, uma coisa diferente aí fica bem complicado. Então, a gente num sabe qual é a, quando, o certo é que se um cliente pedi “eu quero uma galinha caipira, nós somos dez”, num vai sair tão complicado, só apenas fazer a galinha caipira, o arroz, o feijão e... e o pirão e servir, pronto.

P – Mas se forem dez pedidos diferentes...

E – Agora se for dez pedidos diferentes, fica bem complicado, fica mais pesado porque aí você num sabe se faz aquele prato, se faz aquele outro, então por isso que eu num coloquei tantos pratos de comida por causa disso, porque se não fica um coisa muito pesada.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Os turistas ficam sabendo do restaurante da Dona Luza através de indicações dos próprios moradores e de guias.

P – Como os turistas ficam sabendo do seu restaurante?

E – É... eu conheci a moça, uma moça que ela já trouxe e vai trazer amanhã de novo, é... ela já trouxe dezessete, amanhã de novo, ela... encostou aqui em casa uma vez, aí eu vendia, já vendia, já tinha a cabana, a outra, e ali a gente começou a conversar e ela puxou assunto, eu disse, eu disse pra ela o quê que eu fazia ali, vendia galinha caipira, fazia o peixe grelhado, um camarão, aí ela pegou... ficou escutando, aí nesse tempo o meu, o Leo fazia aquele... num é, fazia o suquinho e fazia um... o quindinho, um tipo de um suquinho que era muito, e... aí ela começou, perguntou o quê que eu vendia, amostrei pra ela que eu vendia sorvete, suquinho, tinha outros tipos lá que eu já me esqueci, e aí ela comprou o suquinho, de coco, ela começou a chupar o suquinho de coco e eu conheci essa moça. E aí ela... começou a trazer pessoas, às vezes traz, outro dia ela trouxe dez, aí agora outro dia dezessete, agora amanhã de novo dezessete e assim, ela, ela também trouxe outro dia dezessete só que eu tive que transferir porque eu ainda não tinha terminado de construir, passei pra outra pessoa, mas... conheci assim, e aí às vezes as pessoa passa aí, encosta e compra, outros vem e também conheci um paulista, mas ele ainda num vem ainda

esse ano depois da pandemia, eles num vieram, porque eles encomendam carneiro, esses a gente faz pela encomenda, encomendou um carneiro aí assado aí gente faz e os outros são pessoas daqui do nosso lugar mesmo que vem, com, com os daqui mesmo. A maioria, eu acho que mais é nativo.

(Dona Luza, 41 anos, 04 de agosto de 2022)

Por estar hospedada na casa de Dona Luza no dia em questão, pude acompanhá-la, recepcionando o grupo de senhoras trazidas de Minas Gerais pela guia turística de quem Dona Luza fala. Foi importante para perceber todo trabalho que antecede a recepção de um grupo de turistas.

Foto 1 – Preparo do camarão e recepção de turistas no restaurante Cabana Pôr do Sol



Fonte: Fotos da autora. Atins, 05 de agosto de 2022.

Pela manhã, Dedé molhou o chão do restaurante para a areia ficar menos solta, enquanto Dona Maria, mãe de Dona Luza, cuidava da lim-

peza das cadeiras e mesas. Enquanto isso, Neneca lavou as louças. Mais tarde, enquanto Dona Luza organizava os pratos, Dona Maria preparou os acompanhamentos dos pratos. Por sua vez, Edite e Raiumara prepararam o camarão grelhado. As senhoras chegaram por volta do meio-dia. Durante o almoço, desfrutaram da comida, conversaram animadamente, sorriram e tiraram várias fotos. Após a refeição, uma das senhoras, que nunca havia andado de quadriciclo, pediu a Mailson para levá-la até as dunas, e ele prontamente concordou.

Esse processo foi significativo para perceber como toda a família teve que se envolver para atender esse grupo de 10 mulheres e como isso impactou toda a dinâmica familiar. Por exemplo, o almoço da família, que geralmente ocorre no máximo às 12h, precisou ser adiado para as 14h. Quando elas partiram, notei que a tensão de Dona Luza se dissipou. Ela estava bastante preocupada com a reação das mulheres em relação ao atendimento, à estrutura do restaurante e se iriam gostar da comida.

A segunda iniciativa local de atendimento ao turismo aqui analisada é a “Lençóis Cavalgadas”.

QR Code 1 – Instagram da Lençóis Cavalgadas contendo fotos e algumas informações.



Fonte: Instagram, pesquisa 23 de maio de 2024, @lencoiscavalgadas.

Mailson, o proprietário dessa iniciativa, tem sido meu interlocutor de pesquisa desde 2017, quando comecei a trabalhar em minha monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais. Nascido em 2003, época em que os turistas começaram a frequentar Atins com mais frequência, Mailson começou a se envolver com atividades relacionadas ao turismo aos 14 anos. Foi nessa idade que ele conduziu seu primeiro passeio a cavalo com um grupo de turistas interessados em ter essa experiência.

Naquela época, Mailson foi selecionado para realizar essa atividade porque, entre os quatro filhos de Dona Luza, ele era o único que ainda não trabalhava com seu pai como ajudante de pedreiro. Além disso, ele possuía habilidades físicas e conhecimento específico para montar a cavalo e se orientar entre as dunas, e demonstrava interesse em se envolver com a atividade, ao contrário de seu irmão mais novo.

Os passeios para ver o pôr do sol nas dunas custavam 70,00 reais naquela época, e os cavalos utilizados eram os mesmos que a família utilizava para se locomover dentro do Parque. O dinheiro obtido com esses passeios era usado para comprar ração e remédios para os cavalos, bem como para ajudar nas despesas da casa. Como incentivo, Dona Luza, responsável pela administração dos recursos dessa atividade, repassava uma pequena parte a Mailson.

Além da realização esporádica de passeios a cavalo, geralmente durante a alta temporada do turismo, Mailson continuava ao longo do ano com atividades tradicionais, como a pesca de beirada com seu pai, a captura de siris na beira da praia com seus irmãos, a mariscagem com sua mãe, e ajudava seu pai com a criação de ovelhas.

Aos 16 anos, além dos passeios, que eram raros naquela época, Mailson começou a trabalhar como garçom em uma pousada de um empresário em Atins durante a alta temporada do turismo. O dinheiro que ele recebia não apenas ajudava a complementar a renda familiar, mas também foi reinvestido na compra de outro cavalo.

Em 2022, aos 19 anos, Mailson estabeleceu a Lençóis Cavalgadas, uma iniciativa de atendimento a turistas. Atualmente, os passeios a cavalo custam 250,00 reais por cavalo, com duração de meio período (manhã ou tarde), e 500,00 reais por cavalo, com duração de um dia inteiro. A família de Mailson possui três cavalos. Os passeios partem de Atins, passam pela Ponta do Mangue (um povoado próximo) e incluem a visitação de lagoas que não fazem parte do roteiro tradicional de visitação. São lagoas conhecidas por ele e por outras pessoas da comunidade. O passeio é concluído com a contemplação do pôr do sol nas dunas.

Diferentemente dos empresários que oferecem passeios para as dunas e lagoas em quadriciclos ou caminhonetes, apenas as famílias de Atins oferecem passeios a cavalo aos turistas que visitam a comunidade.

de, pois só elas criam esses animais na região. Além disso, os passeios realizados por Mailson e outros membros da comunidade são possíveis devido aos conhecimentos específicos que possuem para se localizar entre as dunas e conhecer lagoas e rotas alternativas, muitas vezes menos frequentadas. Essa atividade, realizada algumas vezes durante a alta temporada do turismo, permite que Mailson atenda a outras demandas importantes para a reprodução social e material de sua família.

Assim, as iniciativas locais de atendimento ao turismo, como a criação de uma agência para realização de passeios à cavalo, a ressignificação de sua própria casa em pousada para hospedar turistas e a construção de um restaurante para oferecer alimentos típicos da região tanto para as famílias da comunidade quanto para os turistas que visitam Atins, caracterizam-se como uma “nova racionalidade produtiva” (Leff, 2001) que visa assegurar a permanência das famílias nessa unidade de conservação.

Conclusão

A partir da realidade empiricamente observada, foi possível perceber que as formas de envolvimento das famílias com o turismo, especialmente, através da construção de suas próprias estruturas turísticas, pensadas a partir de uma lógica específica de concepção de natureza, de cooperação entre as famílias e como um meio de obtenção de renda complementar, partem de uma tentativa de reapropriação da natureza, conforme discutido por Leff (2001), em meio a uma disputa com o Estado e outros agentes políticos e econômicos. Essas iniciativas se caracterizam como formas de resistências que visam assegurar tanto a permanência nesse território quanto a construção de futuros possíveis.

Assim, durante a alta temporada do turismo em Atins, as famílias se envolvem em atividades relacionadas ao turismo, mas não de forma exclusiva ou desenfreada. Elas consideram suas possibilidades de arranjos familiares e redes de parentesco. O desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo pelas famílias visa melhores condições de vida para a comunidade. Já na baixa temporada, quando a visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses diminui, as famílias voltam sua atenção prioritariamente para as atividades tradicionais que sempre realizaram.

Referências

Alier, Joan Martínez. (2015). *O ecologismo dos pobres: Conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.

Andrade, Maristela de Paula; Souza Filho, B. (2017). *Plantar, Criar, Pescar: comunidades tradicionais e modalidades de interação com a natureza no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Relatório de pesquisa. São Luís: UFMA.

BRASIL. (1981). *Decreto nº 86.060, de 02 de junho de 1981. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86060-2-junho-1981-435499-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 26 out. 2022.

BRASIL. (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em 26 out. 2022.

Dias, Roseane Gomes. (2017). *Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Tese de Doutorado. PPGCSoc/Universidade Federal do Maranhão.

Diegues, Antonio Carlos. (2008). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC.

Evans-Pritchard, E. (1976). *Os Nuer. A descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilótico*. São Paulo: Perspectiva.

IBAMA. (2003). *Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Disponível em: <<http://icmbio.gov.br>>. Acesso em 11 out. 2017.

Leff, Enrique. (2001). A reapropriação social da natureza; Ética ambiental e direitos culturais. In: Leff, Enrique. (2009). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 65-95.

Little, Paul E. (2004). *A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas*. Artigo apresentado no I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), Indaiatuba, mai. 2004.

Little, Paul E. (2018). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290.

Mauss, Marcel. (2003). Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 423-502.

Pereira, Mônica Sousa. (2018). *Namoro no Palmeiral: Produção artesanal, sistemas de conhecimento e manejo das palmeiras de buriti no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão.

Pereiro, Pérez Xerardo. (2009). *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC.

Santos, Lúcia Cristina Viana Silva. (2018). *A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da mariscagem em Atins*. Monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão.

Silva, Lúcia Cristina Viana. (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *E-cadernos CES (Online)*, v. 17, p. 85-111.

Sousa, Emilene Leite de. (2017). *Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância*. Florianópolis: Editora da UFSC.

Urry, John; Larsen, Jonas. (2021). *O olhar do turista 3.0*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.



GT 8 – Povos e comunidades tradicionais, mudanças climáticas no/do capitaloceno e conflitos socioambientais

Estratégias de reprodução e a noção de tempo em uma comunidade tradicional no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Lícia Cristina Viana Silva Santos
UFMA

Apresentação

Este artigo pretende tratar especialmente das implicações da intensificação da atividade do turismo em uma comunidade de pescadores que possui seu território atravessado por uma unidade de conservação de proteção integral, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Discorreremos sobre as modificações na organização social das famílias em decorrência da intensificação das atividades do turismo e de como essa dinâmica na região ensejou alterações nas suas vidas a ponto de realizarem reorganizações internas importantes, inclusive no calendário de suas atividades cotidianas.

Introdução: contextos da pesquisa

Atins é um dos vinte e três *povoados* do município de Barreirinhas que tem seus limites dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (BRASIL, 1981). Em relação às outras localidades, Atins tem alguns atrativos, como praias e locais para a prática do *kitesurf*, o que contribui entre outras coisas, para uma intensificação da atividade turística e, em razão disso, uma maior fiscalização por parte do órgão ambiental¹, sobretudo na chamada temporada da *alta do turismo*. Esta é uma das localidades que se encontra no litoral oriental maranhense. Em relação aos limites do PNLM, é um dos povoados que tem parte de seu território inserido e parte na zona de amortecimento do parque, e está localizado entre a foz do Rio Preguiças, a costa do litoral e um igarapé que o separa do povoado vizinho – Santo Inácio – além de ser uma das entradas mais próximas para o campo de dunas (que são referidas pelos moradores de todas as localidades como *morrarias*).

A história de Atins está atrelada à prática da pesca artesanal. Os primeiros moradores eram pescadores que residiam em outros *povoados*

1. O órgão ambiental responsável pela fiscalização é o Instituto Chico Mendes.

ou mesmo de outros estados (os relatos apontam a chegada, por volta de 1940, de cearenses no período de grandes secas daquele estado, que famílias inteiras viam nessa região uma oportunidade de viverem em condições melhores) para realizar a pesca. Muitos pescadores que passavam os dias de pescaria em seus *ranchos*, passaram a construir moradias fixas em Atins e passaram a viver com suas famílias. Isso explica porque várias pessoas desse *povoado* têm parentesco e relações de compadrio com as de outras localidades e também os fluxos de pessoas das *regiões das areias* realizando práticas pesqueiras nessa área.

Uma das principais atividades realizadas é a mariscagem que apesar de ter um domínio feminino, mobiliza toda a família em algumas etapas da atividade. Além disso, seja na mariscagem, na *pesca na beira*/na costa ou na *pesca lá fora*/ em alto mar, as famílias compartilham um conjunto de saberes relacionados ao tempo na pesca, aos ciclos da lua e das marés, as formas de classificações dos locais de pesca e mariscagem, de orientação na costa e no mar (SANTOS, 2018). Por consequência, todas essas especificidades definem o modo de vida desse *povoado* e têm relação com o fino conhecimento dos pescadores e pescadoras sobre os ciclos naturais, das marés, dos ventos, o que permite a eles a configuração de uma *territorialidade* peculiar, e intimamente ligada às atividades de pesca.

A pesca artesanal em Atins já enfrentava problemas, à época da pesquisa², principalmente no que tange à diminuição do pescado, que estava quase sempre associada a falta de respeito dos pescadores que realizam a chamada *pesca de arrasto* do camarão. Pois ao realizar o *arrasto* do camarão na costa, e principalmente próximo ao que chamam de berçário de peixes levam-se também muitas espécies que sendo não comercializáveis, são lançadas mortas ao mar.

As alterações na atividade de pesca em Atins e no cotidiano das famílias não são provocadas exclusivamente pela pesca predatória. O fato de estar localizado em uma região com vários atrativos naturais, como praias, campo de dunas, lagoas, atrai também muitos visitantes do Brasil

2. A pesquisa de campo se deu no intervalo de 2014 a 2019. Tendo visitas ao povoado fora do período da pesquisa efetivamente.

e também do exterior. E um dos atrativos da localização são os ventos que possibilitam também a prática de *kitesurf* na região.

Com o incremento do turismo, em razão da visibilidade nacional e internacional que o PNLM passou a ter por suas belezas cênicas, o aumento de visitantes foi crescendo gradualmente e Atins passou a ter uma intensa especulação imobiliária por parte de turistas que pretendiam construir casas de veraneio ou investir em pousadas e restaurantes.

Antes desse incremento, os turistas que chegavam até Atins acampavam nos quintais ou *ranchos* de alguns pescadores que os recebiam. A intensificação da presença turística também tem relação com a abertura de estradas entre a sede e os *povoados* que se deu pela exploração de gás natural na área que abrange o parque. Muitos homens do povoado, principalmente aqueles que não mais se envolviam com a pesca *lá fora*, começaram a trabalhar com a construção civil, envolvendo-se em atividades de edificação desses estabelecimentos. Algumas mulheres passaram a se envolver diretamente com atividades domésticas nas casas de veraneio, pousadas e restaurantes. Muitas atividades relacionadas ao turismo vão sendo assumidas por essas mulheres e por esses homens, porém costumavam trabalhar exaustivamente durante a alta do turismo e receber por mês um valor muito abaixo de um salário mínimo.

Diante desse quadro, o turismo abre um novo cenário de possibilidades para muitas famílias de Atins. As atividades relativas ao turismo passam a ser também uma alternativa econômica para muitas pessoas e o envolvimento com tais atividades tem influenciado inclusive a permanência de muitos no *povoado*. A prática de *kitesurf* pelos turistas no chamado *poção*, principal área de pesca das famílias de Atins e de outros povoados das proximidades, estava comprometendo essa atividade que garante o alimento às famílias. Em razão desse problema, os trabalhadores recorreram aos órgãos de representação como Colônia de Pescadores e STTR de Barreirinhas.

Algumas reuniões foram feitas com donos de pousadas, pescadores, e donos de escolas de *kitesurf* para que houvesse um acerto quanto ao horário de prática ou delimitação de uma área para a pesca e outra para a realização do esporte. As reuniões foram inicialmente frustrantes para os pes-

cadores e não houve acordo. Os interesses voltados ao atendimento dos turistas, sobretudo pelos donos de pousadas, acabaram se sobressaindo.

Após essas “audiências” entre pescadores, associação de moradores, donos de pousadas e de escolas de *kitesurf*, o vereador Antônio Carlos, que é morador de Atins, submeteu à Câmara Municipal de Barreirinhas um projeto que tinha como objetivo disciplinar a prática de *kitesurf*, delimitando uma área específica para a prática do esporte e outra para a pesca. Essa iniciativa do vereador foi motivada, em grande parte, pela resistência coletiva das famílias prejudicadas que por meio de sua mobilização tentavam resolver o problema.

Além dos problemas relativos à prática do *kitesurf*, os pescadores afirmaram que o incremento do turismo tem aumentado a quantidade de resíduos no *povoado*. O grande fluxo de carros interfere também na conservação das vias de acesso que, no período chuvoso, ficam intrafegáveis. Ademais desses problemas derivados da intensificação do turismo na região, a chegada de muitos visitantes a Atins também permitiu e facilitou a circulação de drogas ilícitas. Por ter as características de um lugar calmo, Atins tem se tornado alvo para casos cada vez mais recorrentes de assaltos a mão armada aos próprios moradores. Apesar de já haver um posto policial no *povoado*, as famílias não se sentem seguras e atribuem a presença de policiais apenas para proteção dos turistas.

Apesar de alguns desses problemas que emergiram com o turismo nessa região, os pescadores e marisqueiras continuam praticando a pesca artesanal e a mariscagem. Entretanto, o calendário pesqueiro tem sido alterado em função da chamada *alta temporada* do turismo, que vai de junho a setembro. Em função desse quadro, o que busquei entender, como problema analítico, foi como as famílias que estão nessas duas frentes – a da pesca e a do turismo – conseguem mobilizar estratégias para permanecerem em seus lugares de residência e trabalho, em razão de terem parte de seu território dentro de uma unidade de conservação de proteção integral ou, ainda, porque a pesca artesanal tem sido tão afetada, seja pela presença dos praticantes do *kitesurf*, seja pela pesca predatória que, para se reproduzirem socialmente é preciso movimentarem-se em distintas direções.

O problema de pesquisa quis dar conta então das estratégias acionadas pelas famílias no sentido de dar continuidade às atividades tradicional-

mente realizadas, notadamente a pesca artesanal, enquanto também realizam atividades relacionadas ao turismo como uma alternativa econômica. Interpreto tais estratégias como formas de resistência cotidiana (SCOTT, 2002), pois ao conciliarem atividades que lhes asseguram a reprodução de um modo de vida, conseguem permanecer nessas áreas que, no sentido estritamente legal, não é admitida a presença humana.

A princípio, ao receber informações dos pescadores, minhas questões de pesquisa voltavam-se a entender como o turismo impactava negativamente a vida daquelas famílias. Porém havia dado pouca atenção à mobilização dessas mesmas famílias em reorganizar suas atividades e realizar arranjos na unidade familiar com vistas a participar também de atividades relativas ao turismo.

A ideia de que turismo produzia prejuízos aos pescadores, impediu-me inicialmente de perceber outras facetas do problema. Repensar essas questões posteriormente fez surgirem novas interrogações sobre as narrativas dos pescadores(as) e marisqueiras. Admitir que existem outras coisas em jogo, como a permanência dessas famílias em Atins, a relação com outros agentes que impactam diretamente na reprodução social como eram os técnicos do órgão ambiental, me fez pensar no que era feito e o que era dito, partindo de uma perspectiva de resistência das famílias frente a todas as mudanças em seu modo de vida.

Um dos obstáculos mais recorrentes à problematização dessa pesquisa esteve atrelado à forma como eu estava posicionada em campo. A relação de proximidade com os problemas enfrentados cotidianamente pelas famílias condicionou, muitas vezes, o meu olhar para os aspectos negativos do turismo. As possibilidades dos arranjos familiares só foram percebidas posteriormente ao revisar várias entrevistas. Rememorando as informações dos últimos trabalhos de campo, percebi que cada vez mais pessoas do *povoado* prestavam serviços direta ou indiretamente aos turistas e que isso contribuía diretamente para a permanência das famílias no *povoado*. Paugam sinaliza que essa é uma tarefa imprescindível já que “os sociólogos quase inevitavelmente projetam uma parte deles mesmos nas pesquisas que conduzem” (PAUGAM, 2015, p. 20). Isso porque quanto mais proximidade o pesquisador tem do ambiente social ao qual se insere, mais difícil é o esforço de objetivação. É preciso levar em conta que o trabalho

de pesquisa também está permeado de responsabilidade. Responsabilidade com o que está sendo dito, com os possíveis afetados e o grau de impacto que essa pesquisa terá sobre a vida dos próprios interlocutores, pois a pesquisa não está isenta de suas repercussões. Saber afastar-se das armadilhas da linguagem comum também é outra atitude que se faz necessária para empreender uma pesquisa sociológica.

Em razão disso, pude realizar um movimento que dava conta de mais aspectos que haviam sido rejeitados ou pouco explorados. Um deles estava na mudança nas representações de tempo e espaço que começou a incidir sobre a realidade no povoado.

O tempo e as estratégias de reprodução

As atividades de turismo em Atins também organizam o tempo e a vida social das famílias que historicamente vivem e trabalham nessa localidade. As etapas de campo realizadas permitiram apreender, por meio de conversas, entrevistas e observações diretas, dois momentos que permitem entender as formas de envolvimento das pessoas com tarefas ou atividades relacionadas com o turismo. O trabalho de campo serviu igualmente para apreender como os agentes mobilizam, em vários momentos, seu *savoir-faire* (VAN der PLOEG, 2008) para dar prosseguimento às suas vidas, envolvendo-se com as atividades tradicionalmente realizadas. Estes dois momentos associados ao turismo são denominados *alta* e *baixa* temporada.

O turismo em Atins, tal como outras atividades realizadas nos *povoados* do Parque, é bastante marcado pela sazonalidade (MENDES, 2018). O período das chuvas, que ocorre de janeiro a junho, caracteriza o que localmente denominam de *inverno* (com chuvas mais fortes entre fevereiro e maio), o que possibilita também a cheia das lagoas e de outros corpos hídricos como os igarapés e rios temporários. O período de estiagem (ou da ausência das chuvas) é denominado de *verão*. Esse também é o período de intensificação dos ventos, os meses mais secos (de agosto a outubro) recebem também a denominação de *verãozão*.

Embora esteja trabalhando duas categorias importantes para entender a complexidade da inserção das famílias nas atividades relacionadas

com o turismo – a *baixa e a alta do turismo* – com a intenção de entender as estratégias mobilizadas pelas famílias para darem continuidade às suas vidas no lugar onde historicamente vivem e trabalham, me referirei tanto às atividades voltadas ao turismo quanto aquelas relacionadas com a pesca, a criação de animais, o artesanato e a agricultura. Todas essas atividades integram a organização econômica das famílias, sendo realizadas de forma associada, considerando-se nesse processo, os vários *tempos*, mas primordialmente o tempo dos ventos, o tempo das marés, os tempos de cheia e de seca. Ou seja, o tempo da natureza.

A sazonalidade repercute na organização da vida social dessas famílias, e a participação nas atividades turísticas também compreende o tempo do turismo que combina vários fatores, como as férias dos visitantes, a época de ventos que propicia a prática de alguns esportes aquáticos, e a cheia das lagoas, pontos altos de visitação dos turistas nesta unidade de conservação que atrai turistas do mundo inteiro pela imponente imagem que o campo de dunas representa, cheia de lagoas de águas cristalinas. A sazonalidade, em razão da forma como se organizam para dar conta das atividades desenvolvidas define, portanto, um tipo de morfologia social das famílias de Atins (MAUSS, 1974), isso significa dizer que tal como existe uma forma de organização social em distintas temporalidades, existem aspectos da vida dessas famílias que são modificados no decorrer do ano e que é marcada principalmente por aspectos referentes à sazonalidade.

O turismo entrou na agenda dessas famílias como uma nova atividade a ser realizada e que oferece oportunidades de obtenção de renda às unidades familiares que se envolvem com as atividades voltadas para este ramo. Como veremos adiante, a chamada temporada do turismo, é um período de muito trabalho. É o período em que as famílias se organizam, por meio de distintos arranjos, para poder realizar as tarefas e atividades, sejam aquelas de iniciativas próprias ou as demandadas por donos de pousadas, restaurantes e casas de veraneio. O envolvimento com as tarefas relacionadas com a temporada do turismo, além das tradicionalmente realizadas, revela um grau de autonomia para administrar o uso da força de trabalho familiar, ainda que isso represente uma sobrecarga da jornada em razão das demandas dos que lhes contratam.

A auto exploração, nesse caso é calculada, e pode ser interpretada como uma estratégia das famílias. Daí a necessidade dos arranjos familiares, para poder liberar alguns membros a realizar distintas tarefas.

Internamente a Atins, pode-se perceber que as pessoas estão constantemente realizando arranjos, estabelecendo trocas de turno, arrumando os novos parceiros de trabalho durante o período de *alta*. As redes de parentesco, compadrio e amizade, como na pesca artesanal, são mobilizadas no sentido de tornar possível o envolvimento de algum integrante de determinada unidade familiar com as atividades ligadas ao turismo. Tais mobilizações podem ser percebidas onde as pessoas trabalham, seja apenas na época da *alta* do turismo ou durante o resto do ano.

Este trabalho, que se iniciou com a necessidade de entender como as famílias se inseriam em novas atividades como a do turismo, acabou se ampliando para uma reflexão sobre como todos os agentes se relacionam e constroem seus vínculos e administram o seu tempo. O tempo, então, será tratado como uma categoria que serve para indicar práticas, explicações das ações, definidor de incertezas e de planos. O tempo não é imperativo, mas construído a partir de vários elementos. Como nos aponta o trabalho de Leach (1974) que trata a categoria tempo não como unidade de medida, mas como um definidor que é criado socialmente. Dessa forma, o tempo é uma categoria que deve ser explicada socialmente, visto que é construído pelas pessoas e por suas relações sociais. E se as pessoas não são as mesmas, o tempo também não o é.

Segundo Evans-Pritchard (1978), também para os Nuer o tempo significa uma relação entre diversas atividades sociais. Para este autor, o tempo “não é um contínuo, mas um relacionamento estrutural constante entre dois pontos” (EVANS PRITCHARD, 1978, p.123). Assim, os Nuer, conseguem estabelecer marcadores entre o modo de vida que mantém no auge das chuvas e no ápice da seca. Seria então o tempo referido pelos contrastes e que podem variar. Para ele, que estava interessado em como as relações ecológicas influenciavam os sistemas e instituições políticas, é importante entender que no caso dos Nuer, há uma divisão no que ele chama de *tempo ecológico* e *tempo estrutural*. Sendo que no *tempo ecológico* são verificados os reflexos das relações dos Nuer com o meio ambiente e no *tempo estrutural* são operadas as relações mútuas dentro da estrutura social.

Neste caso, a presença de ventos, predominância de dias ensolarados, lagoas cheias pelo acúmulo das águas da temporada de chuvas, permite que vida social seja organizada em razão dessas mudanças. O *tempo ecológico* interfere também a feição da paisagem da região, seja pela intensidade de precipitação das chuvas, com alagamento de acessos e vias de circulação, característico do período das chuvas; seja pelo predomínio da estiagem, que altera consideravelmente esse cenário. Esses dois momentos, como integrantes do tempo *ecológico*, definem o ritmo da vida social e o funcionamento da organização econômica das famílias. O período das chuvas e de estiagem, além de regular a vida social em Atins, modifica a paisagem do *povoado* e a circulação das pessoas. Essa sazonalidade, que determina dois momentos importantes, repercute tanto nas atividades tradicionalmente realizadas como naquelas relacionadas com o turismo.

Apesar da intensificação do turismo e das mudanças decorrentes da criação do Parque pelo Estado, essas famílias mantêm vínculos e relações com seu território (SANTOS, 2018) que traduz bem o que consideram viver no aberto. Avaliam as força dos ventos, o vai e vem das marés e prestam atenção em cada movimento de animais, das pessoas e das *morrarias*. Nesse sentido, vivem o tempo e o seu movimento. Apresentam esse tempo vivido na maneira que lidam e quando lidam também diretamente com os turistas, pois estão a todo momento explicando aos turistas o que sabem sobre o lugar onde vivem. Em muitos momentos, como nos passeios que fazem a cavalo com os turistas, têm a oportunidade de falar (com ajuda de tradutores na maioria das vezes) como as *morrarias* se movimentam, mostrar os caminhos feitos pelas pessoas das comunidades, ensinar naquele curto período do passeio anos de conhecimento adquirido.

Como argumenta D'Antona sobre a relação das pessoas com as *morrarias*, “é incorreto pensar no Parque sem pensar nas pessoas e nas conexões espaciais e temporais que as animam” (2000, p. 122). Essa é uma das formas que os nativos que realizam atividades relacionadas com turismo têm utilizado para lidar com o outro, com o turista. Falam a partir de seu saber, do seu modo de vida, consolidado a partir da relação que mantêm com os ambientes, de suas experiências de vida individual e coletiva.

A ideia de transformar todos esses ambientes em estrutura para recepção de turistas, e viver o tempo deles é também uma outra construção. Viver um outro tempo nesses quatro meses é como o “meio ambiente tem sido modificado, ou ‘construído,’ para se conformar às expectativas de fechamento, mas como a vida sempre e, inevitavelmente, rompe os limites das formas objetivas nas quais temos procurado contê-la” (INGOLD, 2015, p. 180). Ingold nos ajuda a pensar como este mundo aberto não está preparado, mas passa por processos contínuos de transformação.

O tempo para este autor é uma composição de fluxos do meio. Ou seja, o tempo é criado continuamente a partir da relação dos seres, das coisas e das substâncias. É preciso então levar em consideração muito mais do que a premissa de tempo da natureza ou tempo do mercado como alguns teóricos pretendem definir. O caso dos tempos nesses dois momentos da vida dessas famílias é emblemático porque nos ajudam a perceber que há uma gama de processos e que mesmo dentro de uma ordem de trabalho mais fechada, em um tempo ordenado pelo tempo do relógio (THOMPSON, 1967), há a possibilidade de fluxos que as pessoas usam constantemente quando decidem não ir ao trabalho na pousada porque precisam cuidar de alguém da família, ou por causa de uma festa/festejo do povoado vizinho que decidiu ir. O tempo está em constante alteração e demonstra que as pessoas estão percorrendo esses fluxos a todo instante.

Um elemento que apresenta centralidade é o vento. Tanto para as famílias que vivem em Atins e já possuem uma relação com o território e seus fluxos da natureza, como também para os turistas que realizam atividades na água que dependem da força do vento. Em uma das conversas que tive com uma marisqueira, ela me explicou sobre o que a avó dela dizia sobre o vento, pois no mesmo dia haviam quebrado algumas telhas de sua casa por causa de uma forte ventania. Comentou que sua avó contava que não se deve xingar ou maldizer quando acontecem essas coisas pois o vento podia ouvir e fazer algo pior. O vento era forte e tinha autonomia. Agitava as ondas, mudava de lugar as *morrarias*, portanto, exigia respeito. As famílias de Atins e de outras localidades do Parque sempre têm em conta a agência desses elementos não humanos, pois nunca desconsideraram a importância e o lugar que têm no funcionamento dos seus modos de vida.

Atins: disputas territoriais e conflitos socioambientais

As discussões sobre unidades de conservação de proteção integral e a excessiva preocupação, a partir de uma visão primordialmente conservacionista, em preservar fauna e flora “intocadas”, devem ser melhor aprofundadas quando consideramos a presença e o modo de vida de comunidades tradicionais que historicamente vivem e trabalham em tais espaços. Tal presença não está isenta de representações negativas por parte de agentes externos, associando as práticas econômicas das famílias como potencialmente ameaçadora aos ambientes dessas unidades de conservação.

Diegues (2008) já lembrava a discussão sobre de onde surge a ideia de natureza *intocada* que os conservacionistas utilizavam para justificar a delimitação de áreas para preservação ambiental, negando a presença humana como forma de preservar os espaços naturais. Essa perspectiva reforça a preservação em si mesma para utilização de modo contemplativo. Nesse modelo, a natureza deve ser separada dos humanos. Foi justamente este conceito que inspirou criação do primeiro Parque Nacional, criado em 1872 nos Estados Unidos – o Parque Nacional de Yellowstone – modelo que serviu de base para vários países montarem seus planos de conservação da natureza, inspirados nessa matriz norte americana de área protegida.

É preciso entender este percurso da criação das unidades de conservação até para considerar os novos contextos que se apresentam no âmbito jurídico e político quando se trata de redefinições de limites ou de tipos de unidade de conservação que ocorrem atualmente.

A presença histórica das famílias no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses tem ensejado conflitos que se fundamentam por uma oposição de visões sobre o meio biofísico. Foi a partir das ações no âmbito jurídico e audiências populares que as famílias conseguiram mobilizar agentes e lutas para que continuassem no território que historicamente vivem antes mesmo desses trinta anos de criação de Parque Nacional. E, principalmente, mostrar como o plano de fundo diz sobre como as pessoas se mobilizam e administram o tempo da pesca e o tempo do turismo.

As políticas brasileiras investem massivamente também nos projetos ditos desenvolvimentistas que atingem diretamente o modo de vida das pessoas, em especial ligada a questões territoriais. Como analisam Esterci, Sant'ana Júnior e Teisserenc (2016) as reconfigurações territoriais no Brasil têm sido objeto de análise em geografia e mais recentemente, estudadas por sociólogos e antropólogos. De forma que “a criação e gestão de unidades de conservação, projetos de assentamentos, territórios quilombolas e indígenas, áreas protegidas de modo geral, vêm-se colocando e, de algum modo, procurando responder a exigências de caráter ambiental.” (ESTERCI, TEISSERENC e SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 5). No Brasil a política de proteção ambiental entra em outros compartimentos da política nacional, tanto isto é verdade que o movimento da criação de parques pelo país acompanha os planos de desenvolvimento econômico desenhados nas órbitas do executivo e do legislativo federal.

Neste sentido, as unidades de conservação no contexto proposto para sua criação propiciaram a redefinição de territórios tal como os chamados grandes projetos que visam impor um pretensão desenvolvimento sem necessariamente realizar consulta pública ou diálogo com população residente nas regiões onde são implantados. No caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a sua criação obedeceu a este protocolo excludente. As famílias que historicamente vivem e trabalham naquela região tiveram o seu modo de vida alterado, comprometendo também outros aspectos de sua organização social e econômica, afetando as suas relações de parentesco e compadrio, suas crenças, seus vínculos e relação com a natureza em diferentes ambientes. A criação dessa unidade de conservação de proteção integral desconsiderou os modos de vida já existentes e a autonomia das famílias.

Se por um lado, verificou-se um incremento do debate em torno das questões ambientais e a intensificação da criação de unidades de conservação no Brasil nos últimos trinta anos - amparada na premissa da proteção do meio ambiente, considerando prioritariamente os aspectos de fauna e flora, em detrimento das populações tradicionais - por outro, observou-se um movimento de luta para assegurar tanto os direitos das populações tradicionais de continuarem a reproduzir seu modo de vida quanto o da conservação dos ambientes de que fazem uso. Como Atins

está localizado em uma zona de forte interesse turístico, a defesa desse duplo direito pode propiciar também a proteção de algumas áreas da especulação imobiliária e de outros interesses escusos.

Uma ação que tramitou na 8ª Vara Federal da seção judiciária do Estado do Maranhão, iniciada no Ministério Público Federal reitera a complexidade do que é reivindicar áreas protegidas por representar riscos diversos, como o da intensificação da especulação imobiliária.

Os moradores relatam uma intensificação na fiscalização com aplicação de multas, principalmente em razão de construção e reforma de casas, implantação de novos roçados, novos cercados, criação de animais de pequeno porte, como caprinos e ovinos, que sempre foram criados por algumas famílias dessas comunidades (ROCHA, 2018, CUTRIM, 2019), atividades estas que fazem parte do modo de reproduzir a vida e construir redes a partir de vínculos afetivos e de trabalho. Os conflitos em questão tinham a ver principalmente com a não familiarização dos moradores com a legislação relativa ao Parque Nacional e as implicações disso em suas vidas. Exemplo disso a que se referiam as famílias, era a presença de agentes de fiscalização do órgão ambiental causava tensão nas visitas às casas dos trabalhadores por portarem arma de fogo. Interpretavam essa presença como ameaçadora, em razão do porte de arma, o que dava margem ao entendimento de que se estavam armados, isso poderia significar que os moradores eram tratados como a polícia trata quem comete crimes.

É importante lembrar que até 2007 eram os agentes do IBAMA que realizavam o monitoramento do Parque Nacional, que passou posteriormente a ser realizado pelos funcionários do ICMBio, criado a partir de então, e que ficou responsável pelo monitoramento e gestão das Unidades de Conservação no Brasil, entre elas o PNLM.

Segundo os relatos, a intensificação de multas passa a ser ainda mais comum a partir do ano de 2007 (GERUR, 2017) em localidades de maior circulação turísticas, situadas próximas às rotas para as lagoas e praias. A intensificação da fiscalização, portanto, se verifica nas localidades próximas às rotas do turismo nos povoados de Barreirinhas dentro e no entorno da unidade de conservação.

Em relação a estratégias, utilizo do sistema de reprodução qual Bourdieu concebe qual seja “toda uma classe de ações como estratégias, e

não como estabelecimento de regras, objetivamente orientadas para a reprodução deste corpo social – a família ou a “casa” – que constitui um sistema.” (BOURDIEU, 2020/1994, p. 22). No caso estudado temos essas estratégias em vários níveis, como no individual, na unidade familiar e mesmo a níveis de comunidades.

Na tentativa de explicar essas estratégias, Bourdieu institui como base a ideia de família. “A família continua a colocar a lógica relativamente autônoma de sua economia particular, que lhe permite acumular o capital de cada um de seus membros, a serviço da acumulação e da transmissão do patrimônio.” (BOURDIEU, 2020, p. 33).

No nosso caso – em Atins - também temos as famílias realizando uma série de estratégias internas para que os seus membros consigam trabalhar em várias frentes e aumentar a renda familiar. Sem família, diz Bourdieu (2020, p. 33), “não haveria estratégias de reprodução; sem estas não haveria família.” E conclui afirmando que “a unidade da família é feita para e pela acumulação e transmissão. O “sujeito” da maior parte das estratégias de reprodução, portanto, é a família agindo como uma espécie de sujeito coletivo e não como uma simples soma de indivíduos.” (BOURDIEU, 2020, p.84).

Nesse sentido, os processos de resistência são diversificados, tanto no ato de sua manifestação quanto na forma como se constitui na prática. É importante ter em mente que a categoria resistência carrega em si um determinado número de possibilidades que podem não satisfazer o objeto de estudo e a realidade do universo empírico. Em razão disto, tentei realizar uma discussão sobre resistência que é expressa em ações individuais e outras vezes coletivas. Acrescente-se a isso que ao descrever as ações ditas de resistência não podemos deixar de lado as ambiguidades que estão presentes porque as pessoas estão constantemente em processos individuais e coletivos em muitos níveis de suas vidas.

Considerações finais

O problema do *kitesurf*, como problema social, tem relação com algo maior, que permite ampliar o quadro sociológico a ser considerado: a intensificação da atividade do turismo na região onde Atins está locali-

zado, e os interesses de agentes econômicos e políticos em implantar negócios de turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Esses fatores possibilitaram alterações no cotidiano das famílias, seja para realizar atividades relacionadas com o turismo, notadamente no período caracterizado como *alta temporada*; seja para realizar ações em defesa do seu modo de vida e a permanência no seu território no período da baixa temporada.

Os dois eixos, por sua vez, permitem identificar um plano de fundo no qual se veem confrontadas duas concepções de natureza: uma calcada nas formas de interação com os ambientes para a reprodução da vida; e outra marcada pela exploração contemplativa com vistas a garantir negócios e lucros. Essa oposição permite também a configuração de arenas envolvendo diferentes atores – moradores, agentes econômicos e políticos – no interior das quais se verificam também disputas territoriais, igualmente movidas por interesses divergentes.

Os negócios do turismo em unidades de conservação de proteção integral, notadamente naquelas que apresentam inúmeras belezas cênicas, têm justificado a movimentação de agentes políticos e econômicos que utilizam nas justificativas de seus projetos, formas dissimuladas de sustentabilidade ambiental que nada têm a ver com conservação da natureza. O sentido de sustentabilidade operado por esses agentes é mais retórico, não representando de fato preocupação em proteger a biodiversidade dos espaços onde desejam implantar seus negócios.

É justamente por representarem uma ameaça ao seu modo de vida e também a sua exclusão nessas iniciativas relacionadas com o turismo, que as famílias têm acionado ao mesmo tempo, estratégias para participar de algum modo nas atividades voltadas aos turistas, e ações contra essas iniciativas, por entenderem que põem em risco a permanência nos seus lugares de residência e trabalho.

Foi pensando em dar conta deste quadro que inicialmente busquei explicar o contexto histórico e jurídico referido a essas famílias, e os problemas que enfrentam desde que o Estado, ao converter essa grande região em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, desconsiderou a história de ocupação e os modos de vida das famílias que vivem nos *povoados* dentro dos seus limites.

A ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal pode ser entendida como resultado dessa movimentação das famílias que, com apoio de suas entidades de representação e outras instituições, procurou resguardar direitos e evitar que conflitos e situações de ameaça prosperassem. Sobretudo aquelas que envolvem o órgão responsável pelo monitoramento ambiental, já que existia um histórico de problemas envolvendo o ICMBio e as famílias.

O que o trabalho permitiu observar também é que a noção de estratégia converteu-se em categoria de destacada importância. Ela permite identificar movimentações que promovem resultados importantes e imediatos. Uma delas diz respeito aos arranjos familiares para permitir que muitos integrantes das unidades familiares se envolvam com atividades relacionadas com o turismo, permitindo a entrada de renda complementar à economia das famílias.

Como desdobramento desse envolvimento, as iniciativas locais, além de permitirem a participação nos negócios de turismo, podem ser interpretadas como uma forma de assegurar a continuidade da permanência dos nativos nos seus lugares de residência e trabalho, a despeito de existirem iniciativas que não contemplem os empreendimentos locais.

A iniciativa do Estado de concessão de serviços de visitação ao PNLM à iniciativa privada, e os projetos de empresas e outros agentes econômicos dirigidos para a região, além de estimular o turismo em bases empresariais, representam também uma forma de continuar com a invisibilização das comunidades, já que não é prevista nessas iniciativas, a participação daqueles que têm pequenos empreendimentos ou mesmo vivem no entorno do Parque. Apesar das implicações negativas que esse projeto de concessão representa, as famílias estão dispostas a continuar lutando para participar de alguma forma nesses negócios do turismo.

As discussões aqui realizadas sobre como as famílias lidam com esse novo contexto da intensificação do turismo no *povoado*, nos permitem identificar como realizam também um movimento estratégico de conciliar as atividades tradicionalmente realizadas com aquelas voltadas ao turismo. Os arranjos familiares, bem como a diversificação de atividades, servem para ratificar a capacidade que têm de adaptar-se a uma situação bastante complexa.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Estratégias de reprodução e modos de dominação*. Repocs, São Luís, v. 17, Nº 33, p. 21-36, jan/jun. 2020.

BRASIL. IBDF. *Decreto Nº 86.060*, em 02 de junho de 1981 que cria o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

CUTRIM, Ricardo Rodrigues. *Vargens, Vaqueiros e Morrarias: a criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). São Luís: UFMA, 2019, 73p.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Tempos e lugares nos Lençóis Maranhenses: considerações sobre o modo de vida de comunidades residentes junto a um Parque Nacional. In: Antônio Carlo Diegues. (Org.). *A imagem das Águas*. São Paulo: Hucitec, p. 111-141.

DIAS, Roseane. *TEMPO DE MUITO CHAPÉU E POUCA CABEÇA, DE MUITO PASTO E POUCO RASTRO: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 6.^a ed. ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Ed. Perspectiva, 1978.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Conservacionismo e políticas de desenvolvimento: o legado dos parques. In: *Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira*. Org. Neide Esterci, Horácio Antunes Sant'Ana Júnior, Maria José da Silva Aquino Teisserenc. 1^a ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

GERUR. *Ação Estatal de Conservação da Natureza e Populações Tradicionais no Brasil: Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Relatório de Pesquisa. São Luís: UFMA/FAPEMA, 2017.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.

63-106. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2015, p. 423-502.

MENDES, Diana Patrícia. ENTRE O INVERNO E O VERÃO: comunidades tradicionais, pesca artesanal e uso de recursos comuns no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses / Diana Patrícia Mendes. - 2018. 121 p.

PAUGAM, Serge. Afastar-se das pré-noções. In: PAUGAM, Serge (Org.). *A pesquisa Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2015. P.17-32.

ROCHA, Marcelles Oliveira. *Dilemas de proteção ambiental: modalidades de intervenção oficial e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. 93 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade federal do Maranhão. São Luís, 2018.

SANTOS, Lícia Cristina Viana Silva Santos. *A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da mariscagem em Atins*. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018, 105 p.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Revista Raízes*, Campina Grande, v.21, n.01, p. 10-31, jan./jun.2002.

THOMPSON, E.P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. S.n.t., mimeo. 1967.

VAN DER PLOEG, Jan Dowe. “Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso Del cultivo de lapatata em el altiplano peruano. In: *Antropologia Del desarrollo: teorías y estudios etnográficos em América Latina*. Org. Andreu Viola. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 2000, p.361- 383.

GT 3 - Modelos de Natureza e Disputas Territoriais



**Entre morros e vargens: agências e
saberes tradicionais mobilizados na
criação de animais no Parque Nacional
dos Lençóis Maranhenses**

Ricardo Rogrigues Cutrim
UFMA

Benedito Souza Filho
UFMA

Introdução

Tendo como universo empírico o Povoado Mocambo, localizado no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses¹, o trabalho dedica atenção aos significados de uma determinada atividade “econômica”: a criação de animais. A partir dessa atividade, discuto a relação entre humanos (*populações residentes*) e não humanos (*animais e ambiente biofísico*), considerando os princípios que regem as interações entre as múltiplas agências.

Para além do seu valor econômico, tal atividade expressa formas de relação específicas e, sobretudo, não hierarquizadas com a natureza, de respeito aos ciclos ecológicos e das agências não humanas, construída a partir de processos históricos e na relação com o mundo biofísico.

Por ser desenvolvida em um Parque Nacional, cujo modelo é inspirado na ideologia da *natureza intocada*, as visões sobre essa atividade, tradicionalmente realizada mostra-se eivada de incompreensões, que tendem a considerá-la com uma ameaça à integridade natural dessa unidade de conservação. Contrariamente a essa visão, a prática das famílias tem demonstrado historicamente que a criação de animais, segundo a forma como ela é tradicionalmente realizada, tem coevoluído com o ambiente, sendo compatível com a conservação da biodiversidade do PNLN.

No Brasil, uma das principais políticas de conservação da natureza tem sido a criação de Parques, um tipo de Unidade de Conservação de Proteção Integral, inspirada na concepção de áreas protegidas², que não permite alterações causadas por interferência humana. Até 1992,

1. O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado através do Decreto Federal nº 86.060, de 02 de junho de 1981. Está localizado no litoral oriental do estado do Maranhão. Insere-se no Cerrado, mas apresenta forte influência da Caatinga e da Amazônia, sendo encontradas espécies comuns destes 3 biomas. Em seus 155 mil hectares, abriga ecossistemas diversos, como a restinga, o manguezal, e um campo de dunas que ocupa 2/3 da área total dessa unidade. O parque está inserido em 3 municípios maranhenses – Barreirinhas (44,86%), Santo Amaro (42,15%) e Primeira Cruz (6,89%).

2. Sobre áreas protegidas ler Diegues (2008) e Arruda (1999).

estimava-se que cerca de 86% dos parques da América do Sul possuíam populações permanentes (Diegues, 2008). No caso do Brasil não é muito diferente, o Estado Brasileiro tem falhado em suas políticas de regularização fundiária, principalmente quando está em jogo o interesse de populações com baixo poder aquisitivo (Arruda, 1999).

Um dos grandes problemas da concepção de áreas protegidas, importadas deliberadamente para os países da América Latina, inclusive o Brasil, é que esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre cultura e natureza, ou seja, esta última deve ser protegida da ação humana. Tal concepção tem resultado às populações residentes dessas áreas, uma série de limitações que comprometem a reprodução dos seus *modos de vida*, tais como caçar, criar animais, construir casas para o filhos recém-casados, etc., tudo isto com base em um arcabouço jurídico que, no caso dos Parques, não privilegia as formas de interação/relação com a natureza de tais populações (Arruda, 1999).

No caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – PNLN, o mesmo foi criado através do Decreto Federal nº 86.060, de 02 de junho de 1981. Está localizado no litoral oriental do estado do Maranhão. Insere-se no Cerrado, mas apresenta forte influência da Caatinga e da Amazônia, sendo encontradas espécies comuns destes 3 biomas. Em seus 155 mil hectares, abriga ecossistemas diversos, como a restinga, o manguezal, e um campo de dunas que ocupa 2/3 da área total da unidade, sendo o principal atrativo do Parque Nacional devido as lagoas interdunares que se formam no período chuvoso da região. O parque está inserido em 3 municípios maranhenses – Barreirinhas (44,86%), Santo Amaro (42,15%) e Primeira Cruz (6,89%)³.

Todo este arcabouço de normas, que do ponto de vista temporal é bem jovem, apesar de objetivar a preservação ambiental, possui como um dos seus resultados a marginalização e criminalização de populações centenárias que vivem em Parques como as do PNLN. Um desses exemplos são os moradores de Mocambo, povoado que possui seus limites dentro do perímetro do Parque, parte no Município de Barreirinhas/MA e parte no Município de Santo Amaro/MA.

3. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/guia-do-visitante.html>.

Assim como em toda extensão do PNLM, os moradores de Mocambo combinam diversas atividades econômicas. Praticam atividade agrícola (principalmente o cultivo da castanha do caju), a pesca artesanal e a criação de animais – principalmente ovinos e caprinos. O estudo de cada uma dessas atividades resultaria em trabalhos de grande fôlego devido, contudo, me concentrarei em refletir sobre a criação de animais, seus saberes e práticas, no âmbito do Parque.

O interessante na criação de animais – especialmente caprinos e ovinos – é que tal atividade está descrita no Plano de Manejo como de alto impacto ao meio ambiente, mas de pouca relevância econômica, não sendo levado em consideração o que ela representa para as populações tradicionais do PNLM.

Por intermédio de uma abordagem etnográfica, e tendo Mocambo como universo empírico, se verá que a criação de animais é uma atividade que não se resume a fatores puramente econômicos, expressando uma concepção de natureza “nativa”, construída a partir de processos históricos de conhecimentos, de interação com o mundo biofísico e respeito aos ciclos ecológicos.

A escolha dessa temática de estudo se deu após a primeira ida à Mocambo, em 2016. O interesse em pesquisar a criação de animais – *caprinos e ovinos* – se deu devido a riqueza do conhecimento empregado em tal atividade, que exige não só o saber sobre o trato com os animais, como também requer a compreensão sobre a dinâmica dos ventos, das dunas, localmente chamadas de *morrarias*, e das *vargens* (vegetação rasteira que se forma entre as dunas após a seca das lagoas e que servem de pastagem para os animais) presentes na imensidão do PNLM, visto que os animais são criados soltos e caminham durante todo ano em busca das *vargens*.

Um outro aspecto que me chamou atenção na criação de animais, foi a importância dada a essa atividade pelos interlocutores, principalmente aqueles que se autodenominam *vaqueiros*⁴. Sobre os *vaqueiros*, é importante destacar que a história de Mocambo está diretamente relacionada com a presença da atividade pecuária nessa região.

4. Os vaqueiros são aqueles que se dedicam ao cuidado do rebanho, seja bovino, caprino, ovino ou suíno. Em conversas com as famílias de Mocambo, ocorreu casos em que crianças de 12 (doze) anos já se auto identificavam como vaqueiro.

Conforme relatos dos moradores de Mocambo, estima-se que na primeira metade do século XX, extensão considerável do Parque era composta de pastos. Inclusive o a área onde se situa Mocambo é conhecido por muitos como “Fazenda Mocambo”. Os *vaqueiros* de homens de posse de Barreirinhas/MA, levavam o gado bovino de seus patrões para pastarem por longos dias em localidades onde hoje é o PNLM. Nessas idas e vindas alguns acabaram se instalando em tais localidades e fixando moradia.

Com o passar dos anos e ação dos ventos, as dunas avançaram sobre as pastagens tornando a criação de gado bovino bastante difícil. Diante disso, tal atividade entrou em declínio. Os antigos *vaqueiros* permaneceram na região e passaram a dedicar-se à criação de *ovinos e caprinos*, animais de menor porte, que necessitam de menos alimentos e são criados de forma extensiva, que melhor que se adaptaram a dinâmica do terreno, aparentemente desértico.

É bem verdade que em outras regiões do país e do Maranhão, alguns criadores dedicam-se a criação de *ovinos e caprinos* e em alguns casos (não é objetivo deste artigo fazer um estudo comparativo) até se assemelham à forma na qual os criadores do PNLM criam seus animais. Contudo, como indica Edmund Leach (1995, p. 75),

Se quisermos entender uma sociedade, os pormenores do costume podem ser um acidente histórico; mas para os indivíduos que vivem numa sociedade tais pormenores nunca podem ser irrelevantes, são parte do sistema total de comunicação interpessoal dentro do grupo. São ações simbólicas, representações. É tarefa do antropólogo tentar descobrir e traduzir para o seu próprio jargão técnico aquilo que está simbolizado ou representado.

Ao apresentar as particularidades dos *modos de vida* dos moradores do PNLM, em especial dos criadores de animais de Mocambo, estarei também refletindo sobre o simbolismo e representações acerca de tal atividade. O exercício reflexivo que proponho ganha importância ao lembrarmos que atividades como estas são consideradas pela legislação brasileira e pelo Plano Manejo como incompatíveis com aquele tipo de Unidade de Conservação.

A discussão que proponho, que aparentemente é local, também ganha relevância quando a deslocamos para uma discussão teórico/epistemológica. Ao pensarmos nos conflitos internos, proibições e uma série de limitações no contexto do PNLM, que se manifestam principalmente nas tensões cotidianas entre moradores e agentes estatais (do ICMBio), não estamos diante apenas de conflitos entre pessoas físicas, mas, sobretudo, diante de diferentes modos de pensar e conviver com a natureza – no modelo Parque não há continuidade entre natureza e cultura, já para as populações que vivem nesses espaços essa continuidade (inclusive moral) existe.

Voltando ao Povoado Mocambo, as informações contidas neste artigo foram coletadas através de uma abordagem etnográfica durante duas viagens àquela localidade nos anos de 2015 e 2016. Outras informações foram coletadas pelos demais membros da equipe. Além de Mocambo, famílias de outros povoados, em especial, Ponta do Mangue, Buriti Grosso, Sucuruju e Baixa Grande, dedicam-se a criação de caprinos e ovinos de forma semelhante, contudo não tive a oportunidade de conhecer tais localidades.

Agentes humanos e não humanos

Ao tratar da criação de animais – *caprinos e ovinos* – no PNLM não é possível fazê-lo sem entender a relação dos moradores de Mocambo com o meio biofísico em que vivem, principalmente com as *morrarias, vargens, lagoas e rios*. Por outro lado, para entendermos essa relação, julgo mais oportuno pensar nas agências humanas e não humanas no Parque, tendo em vista as características ali presentes.

Conforme aponta Sussekind (2018), é conhecido por todos que a antropologia, em suas vertentes clássicas, é caracterizada por estabelecer uma grande divisão entre natureza e cultura, a qual inclui a demarcação de diversas oposições complementares: corpo e alma, ambiente e civilização, fato e valor, animal e humano, entre outras. Conforme sublinha Descola (2013), é natural tudo que se produz sem a ação humana; é cultural tudo aquilo que é produzido pela ação humana.

O autor aponta que esse par conceitual tem sido constantemente posto à prova tanto a partir do contato com a alteridade radical do

pensamento de povos não ocidentais, quanto nos chamados estudos da ciência e da tecnologia, que ao longo das últimas décadas se desdobram em abordagens inovadoras da política, da economia, ou seja, das grandes instituições da modernidade ocidental (Sussekink, 2018, p. 236).

Na contemporaneidade, estudiosos como Tim Ingold (2012; 2015), Bruno Latour (1994) e Philippe Descola (2013), questionam essa histórica dicotomia, que culminou no estabelecimento de duas disciplinas – Antropologia Social e Antropologia Física que, de acordo com os mesmos, sozinhas, possuem limites conceituais na explicação das práticas e representações humanas. Tais autores propuseram a simetria entre ambas, pois nem todas as sociedades compartilham de cosmologias ou ontologias típicas das sociedades ditas modernas. Para algumas sociedades há continuidade entre natureza e cultura, em alguns casos estas divisões nem existem.

Descola (2013) observa, por exemplo, que entre os achuar⁵ a expressão “seres da natureza” não faz o menor sentido. Os seres são tratados como pessoas, que possuem pensamentos, sentimentos, desejos e instituições em tudo parecidos com os humanos. Tim Ingold (2012; 2015), por sua vez, ao tratar da relação entre natureza e cultura, preferiu pensá-la a partir do conceito de *devir* (formulado primeiramente por Deleuze e Guattari), que é movimento através do qual parte-se de um ponto de origem e, ao longo de uma trajetória, são produzidos encontros que modificam os indivíduos (humanos e não humanos), aumentando ou modificando sua potência (Santos, 2017).

Para Ingold (2015), há devires humanos, devires animais, devires vegetais, e assim sucessivamente. Cada um desses devires representa uma trajetória e é justamente no entrelaçamento dessas trajetórias que se formaria a textura do mundo. Nesse sentido, humanos e não humanos possuem trajetórias próprias que seguem um fluxo (produzem linhas de *devir*), que em algum momento histórico podem ou não se encontrar.

Sobre Bruno Latour, Bennertz (2011, p. 949) explica que a proposição central daquele autor é o abandono da sociologia como ciência da sociedade e a adoção de uma ‘ciência das associações’. Argumenta que a tarefa

5. População indígena habitante da Alta Amazônia, na fronteira do Equador com o Peru.

da sociologia é traçar as ‘associações,’ ‘reassociações’ e ‘reconfigurações’ entre ‘agentes humanos e não humanos,’ que compõem o mundo. Latour está preocupado principalmente em compreender a própria produção científica. Nesse sentido, ele está interessado, “no Processo que envolve uma intrincada rede de elementos humanos (cientistas, engenheiros, colaboradores, aliados, discordantes, financiadores, burocratas, o cidadão comum etc.) e não humanos (literatura especializada, laboratórios, máquinas etc.) que podem ser observados em interação contínua” (Ferreira, 2013, p. 276).

Paul Little (2006, p. 94) defende que, ao estudar conflitos socioambientais, o pesquisador deve levar em consideração as forças biofísicas envolvidas no conflito, pois estas operam de acordo com suas próprias dinâmicas internas, as quais constantemente modificam as relações ecológicas em disputa. Para o antropólogo, a agência natural deve ser entendida como múltipla em caráter, sendo muitos tipos de agência de muitos agentes naturais, e não como uma agência homogênea de uma natureza genérica.

Com tais considerações, quero chamar atenção para dois fatos principais: O primeiro deles refere-se ao esforço de se pensar natureza e cultura de forma continuada, sem oposição entre ambos. Nesse sentido, deve-se ter em mente que nem todas as sociedades compartilham do ideal moderno sobre a natureza, como foi o caso apontado dos Achuar, descrito por Descola (2013); o segundo, diz respeito à necessidade de o pesquisador das ciências sociais levar em consideração a agência natural em seus trabalhos.

Trazendo a discussão de volta ao caso estudado, em especial em relação ao universo empírico, faz-se necessário destacar que os moradores do PNLM, de modo geral, possuem cosmografias e ontologias próprias sobre o Parque que se diferenciam dos demais agentes (agentes do ICM-Bio, turistas, empresários, etc.) que estão inseridos naquele cotidiano. Tais cosmografias e ontologias estão diretamente relacionados com a ação dos ventos e dinâmica das *morrarias*.

Os estudos produzidos pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) sobre o PNLM têm apontado que a relação entre moradores do PNLM e o meio biofísico está permeada de agências tanto de huma-

nos como de não humanos. Sublinho em especial o trabalho de Campos (2018), que demonstrou a importância da agência das *morrarias* no cotidiano das famílias do PNLM. Assinalou que há o reconhecimento dos moradores de Mocambo da agência das *morrarias*, que é expressa através da categoria *respeito*, que surge como categoria intermediadora dessa relação.

Assim como as *morrarias* respeitam os moradores, estes também respeitam as *morrarias*. É devido ao *respeito* entre ambos, que as *morrarias* não avançam sobre as casas. Segundo relato de um interlocutor, “a *morraria* respeita o dono da casa [...] as *morrarias* só avançam quando o dono se muda”.

Souza Filho (2019, p. 50) descreve como os *morros*, que na linguagem nativa são essas elevações de areia que compõem, em seu conjunto, a chamada *morraria*, possuem personalidade/moralidade, já que apresentam, nos termos das famílias do PNLM, *costelas e pés*:

Essa toponímia nativa expressaria muito mais que uma espécie de metáfora do corpo. Designaria formas de classificação da natureza, articuladas com o funcionamento da vida social. Caminha-se pelos *pés* (partes mais baixas e planas) dos *morros* e não pelas *costelas* (partes mais altas e íngremes). As *costelas* dos *morros*, sobretudo as mais elevadas, servem também como sinalizadores naturais, como pontos de localização.

É nesse contexto de respeito entre humanos e não humanos e de um vasto conhecimento sobre as *vargens* e *morrarias* que as famílias de Mocambo, especialmente os *vaqueiros* criam os seus animais – caprinos e ovinos. Assim como os elementos já destacados, os animais também possuem as suas agências.

A criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

A primeira vez que ouvi as famílias de Mocambo falando sobre a criação de animais, muito me impressionei sobre como tal atividade é possível. Os caprinos e ovinos são criados soltos, longe da vista dos seus

donos, por toda a extensão do PNLM, que possui 155 mil hectares. Alguns donos de caprinos e ovinos nos relataram que passam meses sem olhar seus animais.

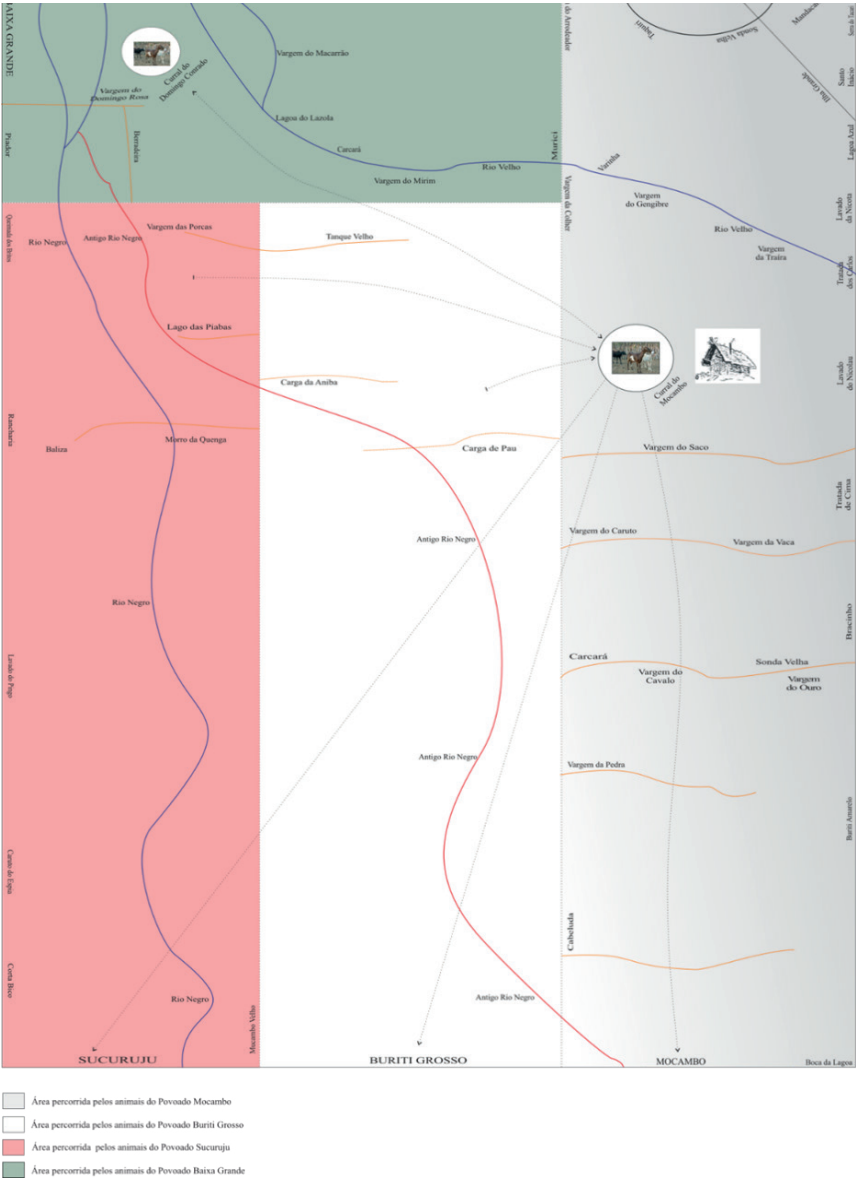
Ao nos depararmos com tal situação, dificilmente não nos questionaríamos que tipo de economia é esta. Como é possível eu ser dono de algo e não ter o controle sobre o que me pertence? Já que os animais estão soltos em uma área tão grande como não há furtos? Como esses animais conseguem sobreviver?

Com o passar do tempo e em conversas com criadores de animais, fui percebendo a importância de tal atividade e que a mesma se tornou possível devido ao vasto conhecimento geográfico, principalmente dos chamados *vaqueiros*, sobre as *morrarias* e *vargens* espalhadas ao longo do PNLM; devido também aos arranjos internos que permeiam tal atividade; e, não menos importante, devido a adaptação dos animais em conviverem naquele espaço aparentemente hostil.

O conhecimento geográfico

Conversando com um *vaqueiro* é possível perceber que em poucos minutos é capaz de citar dezenas de nomes de *vargens* (loais de pastagem) espalhadas pela longa extensão do PNLM. Tal conhecimento é possivelmente em razão das longas jornadas que os criadores realizam em busca dos seus animais. Para demonstrar um pouco desse conhecimento, reproduzo a seguir um mapa elaborado por um dos nossos interlocutores e principal informante, seu Inácio, antigo *vaqueiro*, que na época (2015) tinha 65 anos:

Figura 01 – Adaptação feita pelo autor do desenho elaborado por seu Inácio indicando as áreas de pasto de caprinos e ovinos.



No desenho apresentado, o seu Inácio representou toda a extensão do PNLM. Caso façamos o exercício de comparar o desenho de seu Inácio com mapas oficiais, perceberemos que a localização dos povoados guarda enorme semelhança, revelando que os mapas mentais dos moradores, expressam um destacado conhecimento da região.

As cores retangulares representam os caminhos que os animais dos proprietários de Mocambo, Buriti Grosso, Sucuruju, Baixa Grande e Ponta do Mangue, percorrem ao longo do ano. As linhas laranjas fazem referência as várias *vargens* do PNLM. É possível ver ainda no desenho dois *currais* – um próximo a Baixa Grande e outro nas proximidades de Ponta do Mangue – e o antigo e novo percurso do Rio Negro, que mudou ao longo do tempo devido a ação dos ventos e das dunas. Sem esse conhecimento tornar-se-ia praticamente impossível localizar-se entre as *morrarias*, que para um leigo são praticamente iguais.

Arranjos que permitem a criação de animais – o sistema de marcações

Como os animais de Mocambo são criados soltos, circulando livremente pelas *morrarias* e *vargens* existentes no PNLM, além de todo conhecimento ecológico, que até aqui já foi destacado, tal atividade requer também uma série de arranjos internos que tornam essa atividade possível.

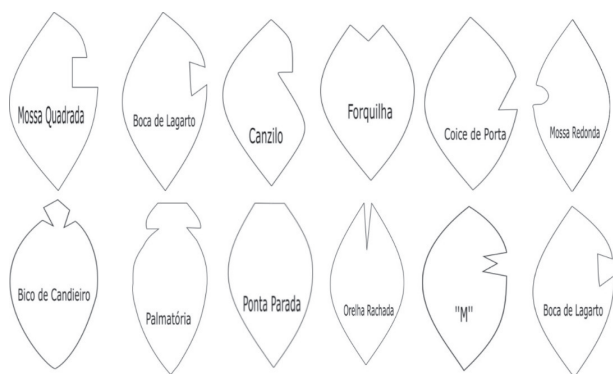
Um desses arranjos consiste em que, aqueles que se dedicam a tal atividade, tenham que ir periodicamente monitorar os animais sob sua responsabilidade, ou melhor, como dizem os nossos interlocutores, devem ir fazer o *campo* ou *campear* de mês em mês ou de dois em dois meses, para, finalmente, em dezembro realizarem o que denominam de *Campo Geral*.

É durante o chamado *campo* que os *vaqueiros* checam como estão os seus animais e verificam se há novas *crias*. Se houver novas *crias*, faz-se uma marcação na orelha esquerda denominada de *diferença*. Esta marcação é uma forma de identificar a família à qual pertencem os caprinos e ovinos, a fim de diferenciá-los dos demais, já que são muitas as famílias no Parque que se dedicam a tal atividade.

O *campo geral* é realizado uma vez por ano, momento em que todos os *vaqueiros* e donos de caprinos e ovinos do Parque reúnem os seus animais, levam de volta aos seus respectivos povoados e fazem o *senal* ou *assinatura* na orelha direita do animal. A *assinatura*, além de definir a propriedade do animal é o mecanismo usado para se fazer a partilha entre o dono da criação e o *vaqueiro*, que nem sempre são os mesmos.

Souza Filho (2019) indica que essas marcações são uma forma de definição de propriedade que permite a utilização de uma mesma área por distintos animais de criadores de localidades igualmente diferenciadas, ou seja, são arranjos internos que permitem que os animais percorram livremente essas áreas durante todo o ano. De acordo com interlocutores locais, são muitas as marcações porque são muitos donos. Abaixo alguns exemplos dessas marcas que permitem a composição dessas *assinaturas* e *diferenças*. Os desenhos foram frutos de anotações em caderno de campo e leitura de Souza Filho (2019):

Figura 02: Desenhos das marcas feitas nas orelhas de caprinos e ovinos. Elaborado pelo autor com base em notas do caderno de campo e da leitura de Souza Filho (2019).



Além da *assinatura* e *diferença*, existe ainda uma outra marcação denominada *divisa*. A *divisa* serve literalmente para dividir o rebanho en-

tre os herdeiros ou outros familiares, além dos casos de venda. Como as marcações na orelha do animal geralmente levam as marcas do chefe da família, coloca-se uma *divisa* para identificar a qual membro da família o animal pertence.

Após o *campo geral*, os animais são reunidos para o *laço* – também chamado de *sorte* (Souza Filho, 2019). O *laço* é o sistema de partilha entre o dono do rebanho e o *vaqueiro*, orientado por uma divisão que denominam 3 X 1 (três por um), ou seja, a cada três caprinos ou ovinos, dois ficam para o *dono* e um para o *vaqueiro*. O *laço* pode ser só de fêmeas ou só de machos, vai depender do acordo realizado entre o *dono* e o *vaqueiro*. De acordo com os nossos interlocutores e conforme aponta Souza Filho (2019), caso ainda sobre *crias* e não seja alcançado o número de três animais para uma nova divisão, a complementação poderá ser feita no ano seguinte após um novo *campo geral*, a depender da relação entre o *dono* do rebanho e o *vaqueiro*.

Não raramente ocorre de a *criação* (caprinos e ovinos) ser morta por cães de moradores que transitam pelo PNLM. Nesse caso, existem dois procedimentos a serem adotados: ou o dono do cachorro o sacrifica ou deverá pagar a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) por animal morto. O delegado sindical é o responsável por intermediar esse tipo de negociação.

Até recentemente, a única medida adotada nos casos de morte de caprinos e ovinos por cães era o sacrifício do animal. Contudo, com o passar dos anos (cerca de três anos atrás), os criadores de animais entenderam que o sacrifício do cachorro “malfeitor” era uma pena muito leve, por isso passaram a cobrar o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Esses são alguns dos arranjos pautados no arcabouço das normas consuetudinárias do grupo que, conforme aponta Little (2002), raramente é reconhecida pelo Estado.

A agência dos animais

Se as *morrarias* e as *vargens* possuem agência e são importantíssimas na cosmografia de Mocambo, principalmente no modo de vida das famílias, os caprinos e ovinos também apresentam características próprias e de simbiose com esse contexto. O desenho mostrado anterior-

mente sugere uma circulação dos animais idealmente representada. Os de Mocambo, por exemplo, percorreriam a faixa representada na cor cinza, saindo de Mocambo e estendendo-se até Ponta do Mangue. Do mesmo modo, os animais de Buriti Grosso (faixa em branco), percorreriam a faixa que vai daquela comunidade até as proximidades da Vargem do Mirim. Assim também ocorreria com os animais de Sucuruju (faixa rosa), que circulariam até as proximidades de Baixa Grande. Por fim, os de Baixa Grande (faixa verde) partiriam daquela comunidade até Ponta do Mangue.

Apesar do desenho sugerir certa autonomia dos animais, a representação dessas áreas deve ser compreendida também a partir dos regimes de reprodução das vargens por onde os animais de cada comunidade costumam circular dentro de condições normais, ou seja, do equilíbrio entre períodos de estiagem e de precipitações regulares de chuva. As alterações mais radicais propiciadas pela alteração na sazonalidade, por exemplo, pode interferir nas feições dessas *vargens*, propiciando a movimentação dos animais para outras zonas, modificando a configuração idealmente representada. Nesse sentido, o desenho refere-se principalmente a condições ideais que garantem a reprodução, ano após ano, dessas mesmas *vargens* onde os animais das respectivas comunidades costumam pastar.

Considerações Finais

A criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral ainda hoje continua sendo a principal política de preservação da natureza adotada pelo estado Brasileiro. Desse modo, o estudo sobre os modos de vida das populações que vivem e se reproduzem historicamente nesses espaços são fundamentais para compreensão das formas alternativas de ser e de viver entre grupos humanos e meio ambiente.

Em grande parte das áreas protegidas existentes no Brasil (principalmente no caso dos Parques), os modelos de natureza do Estado e das populações que vivem nesses espaços acabam entrando em choque devido a histórica dicotomia entre natureza e cultura que tem disso assumida pelo Estado (Arruda, 1999).

Se para tais populações o mundo biofísico é parte da sua razão histórica (Little, 2003), ou seja, seus costumes e suas práticas são construídas a partir do relacionamento histórico com a natureza, fundamentadas em um direito consuetudinário, por outro lado, para boa parte das políticas de conservação da natureza do Estado, a presença de tais populações é incompatível com os fins de uma área protegida, não se levando em consideração os processos históricos de ocupação e uso, suas relações com o mundo biofísico, seus conhecimentos, costumes e práticas.

A partir da relação entre os habitantes de Mocambo e o meio biofísico que os cercam, busquei problematizar a oposição entre cultura e natureza que, pelo menos desde meados do Século XVIII, domina a prática científica e fundamenta a concepção de áreas protegidas. No caso de Mocambo foi possível observar que essa dicotomia não existe, de modo que agentes não humanos (tais como *morrarias*, *vargens* e animais) ganham personalidade na visão dos nossos interlocutores.

No caso da criação de animais (caprinos e ovinos), o Plano de Manejo daquela Unidade de Conservação limitou-se em definir tal atividade como de baixo valor econômico e de grande impacto ambiental. Como tentamos demonstrar, o valor dos animais para as famílias de Mocambo extrapola o sentido estritamente econômico, expressando práticas, saberes e numerosos relacionamentos sociais e formas particulares de interação com o meio biofísico.

Os tipos de interações que essas populações estabelecem com o mundo biofísico, não se fundamenta em uma perspectiva utilitarista da natureza. No caso da criação de caprinos e ovinos, tal atividade não é voltada prioritariamente para o consumo imediato ou mesmo o mercado, mas como uma reserva de valor que tem também significados simbólicos e afetivos para as famílias.

As próprias condições ecológicas e de variação sazonal do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses não permitem, assim como no caso dos Nuer (Evans-Pritchard, 2013), que os moradores do PNLN possuam animais em quantidade suficiente para degradar o ambiente, já que as suas práticas econômicas respeitam os ciclos ecológicos, o que revela não só a riqueza de saberes e práticas em torno de tal atividade, como também sinaliza a compatibilidade da mesma com a preservação ambiental.

Referências

- ARRUDA, Rinaldo. (1999) “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente e Sociedade*, ano 2, n.5, 2.
- BENNERTZ, Rafael. (2011). Constituindo coletivos de humanos e não humanos: a ordenação do mundo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v.18, n.3, jul.-set. 2011, p.949-954.
- CAMPOS, Dênis Victor Lemos. (2018). *A morraria anda demais: modalidades de interação entre humanos e ambiente no parque nacional dos lençóis maranhenses*. 107 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís.
- DESCOLA, Philippe. (2013). *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo.
- DIEGUES, Antônio Carlos. (2008) *O mito moderno da natureza intocada*. 6 ed. São Paulo: NUPAUB/USP. Editora HUCITEC.
- FERREIRA, Rubens da Silva (2011). Ciência e tecnologia no olhar de bruno Latour. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 18, n. 3, p. 275 – 281.
- INGOLD, Tim. (2013). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v.18, n.37, p.25-44.
- INGOLD, Tim. (2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Editora Vozes. Edição do Kindle.
- LATOUR, Bruno. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. (trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34.
- LEACH, Edmond R. (1995). *Sistemas políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin*. São Paulo: EDUSP.
- LITTLE, Paul E. (2003). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Universidade de Brasília. Brasília.
- LITTLE, Paul E. (2006). Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103.
- SANTOS, Flávia Lenira Gomes Marques dos (2017). O Parque Natural do Fogo: cosmologias e territorialidades. *Etnográfica*. outubro de 2017. 21 (3), p. 509-525.

SOUZA FILHO, Benedito. (2019). Comunidades tradicionais e formas de interação com a natureza: a relação entre humanos e não humanos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: SOARES, Ana Paulina Aguiar;

SOUZA FILHO, Benedito (orgs). (2009). *Problema Ambiental: Naturezas e Sujeitos em Conflito*. São Luís: EDUFMA, p. 48-68.

SÜSSEKIND, Felipe. (2018). Natureza e cultura: sentidos da diversidade. Interseções. Rio de Janeiro, v. 20 n. 1, p. 236-254.

GT 3 - Modelos de Natureza e Disputas Territoriais



Conflitos e estratégias de resistência das Quebradeiras de Coco Babaçu na Baixada Maranhense

Kathiane Santana Brito¹
UFMA

Benedito Souza Filho²
UFMA

Introdução

As quebradeiras de coco babaçu fazem parte de um movimento organizativo denominado Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (doravante MIQCB), que abrange os estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. As integrantes do MIQCB são extrativistas, donas de casa, mulheres, mães, avós, esposas, trabalhadoras rurais. Este movimento é responsável pela mobilização das quebradeiras em prol de sua autonomia social e produtiva, da preservação das florestas de babaçu, e perpetuação de sua cultura passada de geração a geração (HAGINO, 2007, p.3).

O MIQCB está organizado em seis Regionais. A sede em São Luís/MA, sendo neste estado três Regionais: Regional da Baixada Maranhense, sede em Viana; Regional do Médio Mearim/Cocais, sede em Pedreiras e a Regional Tocantina, sede em Imperatriz. No Piauí, Regional dos Cocais, sede em Esperantina. No Pará, Regional do Araguaia, sede em São Domingos do Araguaia e no Tocantins, Regional do Bico do Papagaio, sede em São Miguel do Tocantins.

Em cada Regional do Movimento, sete mulheres, quebradeiras de coco formam a coordenação executiva, sendo seis coordenadoras executivas regionais e uma coordenadora geral que representa todas as Regionais dos quatro estados de atuação do MIQCB. A coordenadora geral do MIQCB, Maria Alaídes de Sousa, eleita em 2019 explica o que representa o MIQCB para ela e quais são os objetivos do Movimento:

É um grupo de mulheres que estão inseridas dentro do mundo da busca da defesa e reconhecimento da identidade. É um Movimento de mulheres de todas as cores e todas as raças. São mulheres que têm dupla

1. Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia ambos pela Universidade Estadual do Maranhão. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: kate7libra@yahoo.com.br.
2. Doutor em antropologia. Professor do Departamento de Sociologia e antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

identidade, negras, quilombolas, trabalhadoras rurais, extrativistas. O MIQCB é luta, é resistência. O MIQCB é busca de espaço. Os objetivos gerais é manter unidas as quebradeiras dos quatro estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, na luta pela conservação das palmeiras e tendo como linhas de trabalho Terra e Território, Educação Contextualizada e a produção agroecológica com a inserção da juventude (entrevista em 18 de setembro de 2019, São Luís/MA).

A identidade coletiva das quebradeiras de coco babaçu objetivada em movimento social, define os contornos das novas mobilizações políticas, sobretudo, face aos atos de Estado (BOURDIEU, 2012, p.26) em não garantir seus direitos enquanto comunidade tradicional. Sua definição comunidade tradicional é respaldada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989, que estabelece a autodefinição como critério fundamental de identificação dos povos e comunidades tradicionais e também as quebradeiras são reconhecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais³ (PNPCT), instituída no Brasil pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Conforme Almeida (2004) após a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, as representações institucionais dos grupos sociais, ou os movimentos sociais passam a incorporar novos elementos que designassem suas identidades individuais e coletivas:

A nova estratégia do discurso dos movimentos sociais no campo, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política que em décadas

3. O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, define Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. São Povos e Comunidades Tradicionais os quilombolas, ciganos, povos e comunidades de matriz africana e comunidades de terreiro, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varzeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, catingueiros etc. (BRASIL, 2007).

passadas estava associada principalmente ao termo camponês. Os termos e denominações de uso local politizam-se. Ou ainda, o uso cotidiano e difuso destes termos acompanha a politização das realidades locais: os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana (ALMEIDA, 2004, p.22).

Apesar das quebradeiras serem hoje reconhecidas como integrantes de comunidades tradicionais, respaldadas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, vivem com as suas atividades ameaçadas pelo latifúndio, pelo agronegócio, grandes empreendimentos e desvalorização do preço dos seus produtos (MENDES, 2017, p.20).

De acordo com Araújo Junior, Dmitruk e Moura (2014), o Maranhão é o estado que concentra a maior parte de palmeiras de babaçu do Brasil, porém essas áreas estão localizadas em propriedades privadas, cuja extração de coco não é a principal fonte de renda dos donos, que, mesmo assim, impedem a entrada das quebradeiras. Conforme salientam Almeida, Martins e Shiraishi Neto (2005) são justamente essas zonas ecológicas, as de expansão da soja, da pecuária, das plantações de eucalipto e da instalação das “baterias de fornos”⁴ para produção de carvão vegetal.

Mesquita (2016) destaca, que os conflitos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão de produtos de exportação e da pecuária extensiva sempre estiveram presentes na agricultura brasileira, com menos ou mais intensidade, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola.

O autor afirma, que os conflitos expressam o antagonismo e o tratamento diferenciado dado pelas políticas governamentais a dois segmentos sociais bem distintos no acesso e controle desses territórios. De um lado, médios proprietários, não proprietários (ocupantes, arrendatários e parceiros) e categorias específicas como os povos indígenas e comunidades tradicionais, todos detentores da propriedade e/ou posse de área onde desenvolvem tradicionalmente suas atividades. De outro lado, grupos latifundiários, grileiros, grandes posseiros e empresas jurídicas,

4. Espécies de fornos dispostos em série, colocados em um mesmo local, com a finalidade de transformar o coco babaçu em carvão (LUCENA, 2008, p.102).

interessadas no controle de grandes extensões de terra, indispensáveis à expansão dos monocultivos.

Por sua vez, Almeida, Martins e Shiraishi Neto (2005) ressaltam que, essa substituição da atividade agrícola pela pecuária agravou a situação de oferta dos produtos agrícolas, gerando a escassez dos mesmos e, principalmente, dificultando a situação dos trabalhadores do campo, afetando a combinação relativamente estável de uso de recursos que asseguraram a reprodução social e física das denominadas comunidades tradicionais que abrangem, dentre outros, povos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores e ribeirinhos.

As consequências dessas atividades provocadas pelo agronegócio, são reforçadas por Mesquita (2016, p.143) ao alertar para a diferença existente entre padrões diferenciados de expansão do agronegócio e da agricultura familiar que colaboram para o conflito. Num caso, prevalece a lógica da ampliação do capital, da competição acirrada, da centralização do capital e da procura incessante por benefícios e lucros. Em outro, o objetivo é, sobretudo, alcançar a reprodução da sua força de trabalho e esse produtor que tem por base o trabalho familiar, a pequena escala, a diversificação da produção, o mercado interno, historicamente nunca conseguiu se capitalizar, pois o apoio de políticas governamentais a esse segmento continua residual ao universo que representa e, dessa forma, não consegue se livrar dos processos de expropriações impostos pelos grupos empresariais à sua permanência na atividade. O autor salienta que:

As consequências ambientais da expansão do agronegócio, da soja e de outras atividades que cresceram exponencialmente sem um planejamento e acompanhamento adequado pelo Estado, como foi à regra das últimas décadas, trouxeram também consequências nefastas e irrecuperáveis ao meio ambiente. Não só pela dimensão do território ocupado e controlado, mas também pelo modelo e agentes do processo. O que se divulga desse processo nos meios midiáticos é apenas a parte mais visível, o desmatamento, mas ele não se esgota aí. O modelo de expansão dominante,

aperfeiçoou o pacote tecnológico herdado da Revolução Verde⁵ e da genética (transgênicos) do pacote anterior, potencializando assim seus efeitos negativos invisíveis. Nessa lista se encontra a contaminação dos solos, lençóis freáticos e de águas potáveis e perda da biodiversidade. Especialistas mostram ainda que o uso abusivo de equipamentos pesados, fertilizantes e agrotóxicos ocasionam a compactação, degradação e desequilíbrio do mesmo (MESQUITA, 2016, p.143).

Esse desenvolvimento capitalista no Brasil, segundo Brandão (2010), foi marcado historicamente por decisivo e contraditório conjunto de inércias, rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias e por um gigantesco e complexo processo de desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos sendo que qualquer análise da realidade regional e urbana brasileira deve estar atenta aos fatores de continuidade e rigidez das desigualdades sociais e econômicas presentes no país.

Desta forma, seguindo as orientações de Bourdieu (1989), a compreensão de territórios em que habitam os povos e comunidades tradicionais, se constitui, levando em consideração um conjunto de relações estabelecidas num espaço que apontam para esse significado. Assim, tanto o discurso regionalista voltado para constituir a identidade de uma região quanto o discurso científico voltado para descrever relações regionais são performativos, isto é, constroem a realidade que eles designam. “Se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência” (BOURDIEU, 1989, p. 126).

5. A chamada “Revolução Verde” surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, (1939-1945) e tinha como pressuposto o aumento da produção e da produtividade agrícola. Segundo Lutzemberger (2001 apud HINTERHOLZ, 2011, p.02) a intenção era de acabar com a fome no mundo, com a utilização das mais modernas e diversas máquinas e implementos agrícolas, promovendo uma intensa mecanização nas lavouras, uso intensivo de insumos químicos e variedades de plantas geneticamente melhoradas. Esta “modernização” da agricultura brasileira trouxe sérios danos sociais, pois os agricultores passaram a depender destas tecnologias capital-intensivas da agricultura convencional, tornando-se reféns das grandes empresas multinacionais que comercializam estes produtos.

Ainda, de acordo com Bourdieu (2014), o Estado existe através das representações, sendo o principal produtor dos instrumentos de construção da realidade social, que organiza os grandes ritos de instituição que contribuem para produzir as divisões sociais e inculcar os princípios de divisão, que a eles estão referidos. O autor utiliza o termo Estado para designar instituições e agentes sociais que são ao mesmo tempo, e inseparavelmente, produtores e produtos do Estado.

Por sua vez, Das e Poole (2008) destacam que a pluralização da regulação não cria simplesmente uma oposição entre Estado e margens, nem se pode dizer que o Estado seja incapaz de estender sua autoridade sobre as margens, pois consegue extrair receitas por meio dessa pluralização e extensão dos limites conceituais da economia. O que o estudo das margens permite ver é como os cidadãos, a economia, a extração de renda e a multiplicidade de regimes reguladores são partes necessárias do funcionamento do Estado, assim como de modo que a exceção é necessária para entender a regra.

Neste sentido, em busca de garantir seus direitos, as quebradeiras de coco babaçu se articulam em suas ações, assumem uma identidade coletiva, afirmam sua memória, se organizam em movimentos sociais, como a criação do MIQCB, para representar seus interesses sociais, políticos e econômicos.

A luta do MIQCB por garantias de direitos na Baixada Maranhense

O MIQCB da regional Baixada Maranhense, sede em Viana, atua em vários municípios como Cajari, Matinha, Monção, Pedro do Rosário, Penalva, Presidente Sarney, Santa Helena e Viana. Das regionais, a Baixada é a que possui o maior número de quilombos e as chamadas terras de santo. São áreas onde vigoram regras específicas de acesso aos recursos naturais, elaboradas pelo próprio grupo que pratica o sistema de uso comum das terras.

O sistema de uso comum não pressupõe o uso coletivo de todos os recursos. As roças continuam sendo familiares, assim como outros cultivos nas áreas comuns como juçarais, buritizais, babaçuais e rios. Essa forma de uso do recurso é bem diferente da propriedade privada, ou mesmo do

sistema de loteamento que, por vezes, o INCRA define para essas áreas (PNCSA, 2005, p.09).

A área da Baixada Maranhense, caracteriza-se pelos chamados campos naturais, grandes alagados que enchem nos meses que correspondem ao inverno e secam nos meses que correspondem ao chamado verão⁶. O local foi declarado Área de Proteção Ambiental (APA) e reconhecido como uma das 8 áreas classificadas como “Sítio Ramsar” pela Convenção de Ramsar - tratado intergovernamental celebrado no Irã, em 1971, e ratificado por 150 países, dentre eles o Brasil.

A Baixada Maranhense tem uma ocupação antiga, cujas famílias estão estabelecidas secularmente, desde o tempo das grandes fazendas monocultoras. Nessa região, a ocorrência dos babaçuais corresponde a 1.873.500 hectares. A reprodução das famílias é garantida pela conciliação do trabalho nas roças com as práticas extrativas do coco babaçu, da juçara, do buriti e da pesca.

O grande problema enfrentado pelas famílias é a privatização desses campos para a pecuária bovina e bubalina⁷, apesar da Constituição Estadual determinar a sua retirada. A consequência dessas privatizações é a devastação em larga escala de babaçuais, juçarais e buritizais; a destruição dos campos naturais; o aumento da periferia das pequenas cidades em função da saída das famílias que já ocupavam as terras de forma tradicional (PNCSA, 2005, p.08).

Sendo assim, nas suas áreas de atuação, o MIQCB é organizado de várias maneiras em suas comunidades, cidades, aldeias, assentamentos,

6. A região fica seis meses seca e seis meses alagada. O pico das enchentes ocorre em abril e maio, enquanto o nível mínimo d'água se registra em novembro e dezembro. Na estação chuvosa, quando os rios e lagos transbordam, os campos são inundados e transformados em extensos lagos rasos. Parte das águas é devolvida aos rios quando seus níveis baixam (SILVA, 2020).

7. Para Muniz (2009) ao ser adotado como atividade econômica, a aceitação de búfalos na Baixada Maranhense causa sérios problemas tanto de ordem ecológica, como social, trabalhista e política. Pois, em geral, a criação do animal é feita de forma desordenada, principalmente no início, quando começou a importação dos búfalos para o Estado. Dessa forma, os principais prejudicados pela introdução da pecuária extensiva de búfalos, foram os trabalhadores rurais e pescadores. O búfalo sendo criado solto, devido suas atitudes comportamentais, invade roças, ataca as pessoas, mata os peixes nos lagos, destrói os ninhos das aves e prejudica a cobertura vegetal, destruindo o pasto de outros animais, como o gado bovino.

na periferia de cidades pequenas, nas reservas extrativistas de babaçu e também em beiras de estradas. Nessas áreas, há inúmeros exemplos de situações de ameaças a que estão submetidas as quebradeiras de coco e suas famílias. Desde a implantação de grandes empresas, que expulsam as quebradeiras de seus territórios, submetem elas e suas famílias a relações de trabalhos degradantes, devastação das florestas de babaçu a impedimentos ao livre acesso aos babaçuais, obrigando muitas vezes a relações desumanas na compra do babaçu, como a quebra de meia, de terça⁸, e outras formas de submissão.

As quebradeiras da Baixada, nas suas ações de enfrentamento, se mobilizam para aprovar a lei do livre acesso aos babaçuais nos níveis federal, estadual e municipal como forma de minimizar as arbitrariedades cometidas pelos pecuaristas. Sobre o problema da criação de búfalos na Baixada, a quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Maria Antônia dos Santos esclarece:

A luta da gente pela terra, na Baixada é muito forte e os fazendeiros querem se apropriar das terras da gente, que a gente nasceu e se criou, e os nossos pais da segunda geração vêm contando que já achou a terra sem esse povo que hoje invade. E de 1997 pra cá começou uma luta muito grande pela terra e pessoas querendo se fazer dono e a gente lutando contra essas pessoas, já teve prisões por causa da terra, por causa da invasão de búfalo no território, nos igarapés, nos lagos e a gente não aceita. Já teve até morte por causa dessa luta e o babaçu tá preso, eles cercam, colocam arame e dizem que compraram de alguém e lá dentro da cerca, tá o babaçu e as quebradeiras não têm liberdade de entrar, às vezes ela entra escondida com medo do dono, entrando por baixo do arame e eles colocam cercas elétricas, que dá choque, tanto no campo no verão, como no mato, no inverno [...] (entrevista em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar/MA).

8. Sistema no qual as quebradeiras são obrigadas a entregar metade ou um terço das amêndoas quebradas ao suposto proprietário.

Assim, sob o recurso à imagem da palmeira-mãe, a efetividade do direito de acesso livre aos babaçuais resultaria na preservação de uma certa quantidade de palmeiras por hectare, que então não podem ser derrubadas, sendo autorizado tão somente o desbaste ou raleamento. Para Shiraishi Neto (2006):

A compreensão de que a palmeira de babaçu é tão ou mais importante que a terra em si mesma, coaduna-se com uma “prática social” relativa ao uso do recurso que se realiza de forma comum a todas as famílias. Não há um proprietário dessa ou daquela árvore; as palmeiras são utilizadas indistintamente de forma comum. Aliás, o seu uso está relacionado à capacidade de trabalho e à necessidade de cada família frente ao recurso. No caso, o direito é derivado das “práticas sociais” e por isso a regra mais importante é aquela que diz respeito à garantia do recurso para a reprodução física e social das quebradeiras de coco e de suas famílias (SHIRAISHI NETO, 2006, p. 18).

A Lei do Babaçu Livre e a garantia de territórios⁹ no Maranhão, são um dos objetivos das quebradeiras de coco. Sobre este assunto, a quebradeira de coco, Maria Querubina Silva Neta, da Vila Conceição, de Imperatriz/MA, uma das fundadoras e lideranças do MIQCB enfatiza o porquê não existe babaçu livre em terra presa:

Claro, o dono deixa entrar se ele quiser, se ele não quiser, não entra e não é livre, este babaçu não é livre e as quebradeiras só tem de fato e de direito babaçu livre se ela conquistar a terra. Na lei a gente pode ganhar acesso livre, mas de fato e de direito só é livre se a quebradeira conquistar a terra (entrevista em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar/MA).

9. No entendimento do MIQCB, e sua importância para as comunidades tradicionais, os territórios são tratados como Territórios Tradicionais. A Constituição Brasileira, através do Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, em seu art. 3º, inciso I, o define como: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (BRASIL, 2007).

A quebradeira de coco e coordenadora do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense, Maria Antônia dos Santos assevera que o problema da criação de búfalos na Baixada está associada a não garantia de direitos das quebradeiras enquanto comunidade tradicional

Pra Baixada não existe a Lei do Babaçu Livre, nunca foi pra frente, quem dera, se já tivesse porque a gente teria um território livre. O MIQCB não tem esperança de aprovação de Lei Federal do Babaçu Livre, com esse governo é difícil, as quebradeiras são negras, indígenas, pescadoras, ribeirinhas, o presidente Bolsonaro não quer saber desse povo, a gente não tem esperança, que ele vai fazer alguma coisa e a luta se forma com o povo, uma teia grande, todo mundo lutando pelo seu objetivo, se junta quebradeiras, indígenas, ribeirinhos, marisqueiros. Nós fomos outro dia na OAB¹⁰ pedir ajuda pelo Movimento das cercas elétricas no campo, isso na Baixada é muito forte, a criação de búfalos no campo e a gente pede que aconteça ajuda, a gente tá reivindicando nosso direito, que nós temos e não tá sendo respeitado (entrevista realizada em 28 de agosto de 2019, São José de Ribamar/MA).

De acordo com o relatório enviado pelo MIQCB à CIDH/OEA¹¹ as quebradeiras são mais de 300.000 no Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. A floresta de babaçu ocupa cerca de 25 milhões de hectares nesses estados, sendo a palmeira também encontrada em outras regiões de Minas Gerais, Goiás, Ceará, Rondônia e Mato Grosso.

A sua ocorrência se verifica nos biomas cerrado e amazônico. São áreas com grande concentração da floresta de babaçu, associada com outras plantas nativas como juçaras, buriti, dentre outras árvores frutíferas e madeireiras.

10. Ordem dos Advogados do Brasil

11. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo mandato surge com a Carta da OEA e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, representando todos os países membros da OEA. Está integrada por sete membros independentes que atuam de forma pessoal, os quais não representam nenhum país em particular, sendo eleitos pela Assembleia Geral. Fundada em 22 de maio de 1979. Disponível em: <https://cidh.oas.org/que.port.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Ainda de acordo com o relatório, o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE aponta que, de um total de 68.741 estabelecimentos de produção de babaçu, somente em 15.094 as quebradeiras são proprietárias da terra; os demais, quase 80% do total, são assentados sem titulação definida, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem-terra. A grande maioria das quebradeiras não possui o domínio sobre os babaçuais. Isso ocasiona o aprisionamento do babaçu e demais recursos naturais.

Sobre as dificuldades das quebradeiras com os fazendeiros na Baixada Maranhense, Barbosa (2013, p.180) ressalta, que algumas instituições de caráter social e ambiental constataram que a implantação da atividade bubalina não significou nenhum desenvolvimento social para a Baixada Maranhense. Ao contrário, o investimento na pecuária gerou uma série de problemas, pois a inserção do búfalo ocasionou um desequilíbrio ecológico e social para pequenos produtores rurais, pescadores e quebradeiras de coco na região, impulsionando violentos conflitos. Além disso, segundo a autora, nunca se conseguiu inserir o leite e a carne bovina na cultura alimentar local.

Por sua vez, Feitosa e Trovão (2006, p. 140) esclarecem que, sobre o búfalo, pese a carne ser mais comercial e nutritiva, o leite ser menos prejudicial à saúde, o couro ser mais comercial, porém, paira uma série de restrições, relacionadas principalmente com a degradação do meio ambiente, pois este animal, pelo tamanho e peso, pisoteia a pastagem, danificando-a, quando o nível das águas da chuva começa a baixar; um outro problema talvez mais sério, é que, assim como a ovelha, o búfalo, quando o capim fica mais raro, arranca até a raiz do que resta, colaborando para o desaparecimento da gramínea.

A criação bubalina é tida como uma das maiores fontes de renda da região, gozando de privilégios do poder público, o que contribui para acirrar o conflito entre os criadores, as quebradeiras de coco e quilombolas. Tal disputa tem gerado graves conflitos na região, com reiteradas ameaças de morte contra as lideranças dos movimentos negro, quilombola e de quebradeiras de coco.

A denúncia do MIQCB à CIDH/OEA

Em novembro de 2018, o MIQCB entregou ao representante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) um relatório¹² referente à situação de conflitos e práticas de violência sofrida pelas quebradeiras de coco em seus próprios territórios na Baixada Maranhense, cujas famílias vivem com suas formas de vida ameaçadas.

A visita da comissão ao Maranhão aconteceu no período de 05 a 07 de novembro de 2018. Além do Maranhão, a comissão visitou também os estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Distrito Federal. Foi a segunda visita da Comissão ao país, após a sua primeira viagem de monitoramento, em 1995.

A coordenadora executiva da Regional da Baixada Maranhense do MIQCB, Rosenilde Gregória Santos Costa, apresentou demandas gerais sobre a situação de ameaças físicas e psicológicas vivenciadas pelas quebradeiras de coco. Para o MIQCB, essas inúmeras barreiras dificultam o acesso das quebradeiras às áreas de babaçuais, como as cercas elétricas, a obrigatoriedade em fornecer a metade das amêndoas quebradas ao pretense proprietário (quebra de meia) e a colocação de placas indicando ser proibido pescar nos campos naturais assim como executar qualquer tipo de coleta.

No relatório enviado à CIDH/OEA, o MIQCB alerta, que a lógica da grilagem de terra para os ruralistas é a de dominar e colocar em prática o “desenvolvimento capitalista” no campo para esvaziar o conteúdo da identidade das comunidades tradicionais, relacionadas ao seu pertencimento histórico a territórios. As quebradeiras de coco lutam historicamente pelo bem-viver e enfatizam que a “modernização” de formas de produção de riqueza no campo visam somente transformar os detentores de identidades tradicionais em meros participantes na lógica do mercado.

12. Relatório enviado ao DD. Comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA). Joel Hernández García. Ref.: Situação de conflitos em territórios de quebradeiras de coco babaçu. p.01-06. São Luís/MA, 07 de novembro de 2018. Disponível em: www.miqcb.com.br. Acesso em: 12 abr. 2019.

Para o MIQCB, o contexto político, ambiental e social determina a problemática do caso, que gira em torno do embate entre dois modelos de desenvolvimento opostos. De um lado, fazendeiros, produtores de soja, monocultura de dendê, arroz, cana de açúcar, teca, mamona, empresários da indústria de ferro (gusa), óleo vegetal, celulose e papel que promovem a concentração de terras e a expulsão das quebradeiras de coco babaçu, modificando sua economia camponesa e desestabilizando suas famílias e a sua produção. Do outro lado, os agricultores familiares, as quebradeiras de coco que, orientados por seus princípios de sustentabilidade, asseguram a preservação da natureza.

A conservação dos espaços naturais não é assegurada somente pelas práticas culturais e atividades agroextrativistas, mas também pelo consumo de produtos sustentáveis e a promoção de uma agricultura e alimentação saudáveis, que não prejudiquem o meio ambiente.

De acordo com o relatório, o MIQCB no Maranhão, atua em três regiões: Imperatriz, Médio Mearim/Cocais e Baixada Ocidental. Em todas essas regiões as quebradeiras vivenciam situações de conflito e ameaças relacionadas ao acesso aos babaçuais e a permanência nos seus territórios. Apesar da gravidade dessa situação, não há ação efetiva do poder público para assegurar a proteção dos campos naturais e de sua sociobiodiversidade.

Para garantir a manutenção do meio ambiente e o seu uso sustentável, minimizando os conflitos com fazendeiros e produtores da região, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu exigiu a criação de uma Reserva Extrativista que abrangesse o território tradicionalmente ocupado pelas comunidades locais.

Segundo o relatório, o MIQCB, propôs a criação da Resex Enseada da Mata, na região da Baixada, no município de Penalva, porém, seu processo tem se desenrolado de forma lenta e burocrática, estando paralisado no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹³ desde o ano de 2011. Por conseguinte, os campos naturais

13. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial, criado em 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e dentre elas, as Reservas Extrativistas, podendo propor,

são comumente utilizados para o desenvolvimento da atividade agropecuária, notadamente para criação de búfalos e gado. Tais atividades disputam espaço com as atividades tradicionalmente realizadas pelas quebradeiras de coco e quilombolas. O gado é criado solto e por isso destrói plantações, polui os campos, mata os peixes, além de limitar o acesso aos recursos por parte dos integrantes das comunidades tradicionais.

O MIQCB relata que, numa ação coordenada de todas as comarcas da região, o Ministério Público Estadual propôs Ações Cíveis Públicas (ACPs) em face dos criadores de búfalos, responsabilizando-os civilmente por danos ambientais, com base na Constituição Estadual. Entretanto, segundo o MIQCB, tais ACPs em nada resultaram, o que tem contribuído para a continuidade das atividades dos criadores de búfalo.

O MIQCB cita o exemplo do Território Sesmaria dos Jardins, município de Matinha/MA, onde já foram registrados mais de 20 boletins de ocorrência notificando as ameaças sofridas por mulheres e homens em suas comunidades, não havendo investigação e colocando as lideranças e suas famílias em situação de risco.

As comunidades de quebradeiras de coco babaçu sofrem ainda a limitação do acesso às palmeiras e a outros recursos naturais por conta do cercamento dos campos naturais, inclusive com a utilização de cercas elétricas, as quais já causaram lesões e inclusive mortes nas áreas de babaçuais. Nos municípios onde se tentou a propositura de Leis do Babaçu Livre houve intensa resistência por parte dos latifundiários e criadores de búfalo, ocasionando a não aprovação do projeto da lei do babaçu livre.

No Município de Matinha, no território de Sesmaria dos Jardins, as famílias além da luta pelo acesso aos recursos naturais estão com processo no Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) para regularização do seu território quilombola envolvendo as comunidades de Bom Jesus, Patos e São Caetano. Essas famílias precisam ter os seus territórios livres para permanência e reprodução dos seus modos de vida.

Em março de 2018, segundo o MIQCB, as quebradeiras ocuparam o

implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitu-to>. Acesso em: 9 jun. 2019.

ITERMA devido a morosidade no trâmite do processo de regularização do território, a não retirada das cercas elétricas dos campos e babaçuais e a invasão de búfalos nos campos naturais. O Governo do Maranhão após diversas reivindicações das quebradeiras de coco babaçu realizou por duas vezes a ação denominada “Baixada Livre”. Essa iniciativa consistiu na retirada de cercas elétricas na região da Baixada Maranhense. As operações aconteceram em 2016 e 2017, nos municípios de Cajari, Viana e Matinha. A operação resultou na retirada de algumas cercas sendo que muitos proprietários com o encerramento da operação, reativaram a eletrificação das suas cercas, acirrando os conflitos e ameaças às lideranças e ainda infringindo a lei ambiental que proíbe o uso de cercas nas áreas de proteção ambiental.

O MIQCB esclarece, que a “Operação Baixada Livre” do Estado para a retirada das cercas, não resolve o problema na região e agrava a situação de tensão. As cercas limitam o território de 1.630 hectares de babaçuais e cerca de 600 hectares de área alagada. Somente, 230 famílias conseguem ter acesso a menos de 30% desse território.

Por todas as problemáticas expostas no relatório, o MIQCB solicitou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos que recomendasse ao Estado brasileiro a doação das seguintes medidas:

- A investigação imediata dos casos de ameaças às lideranças do território Sesmaria dos Jardins;
- A imediata retirada das cercas eletrificadas e não eletrificadas dos campos naturais da Região da Baixada Maranhense;
- A imediata titulação do território quilombola de Sesmaria dos Jardins, município de Matinha/MA.

Diante dos conflitos vivenciados pelas quebradeiras de coco, e ante as situações de morte e as ameaças que as lideranças de comunidades vêm sofrendo dos antagonistas que querem expulsá-las de suas próprias terras, o Estado não cumpre seu papel de garantir os direitos das comunidades tradicionais e se omite das suas obrigações. Diante da inoperância do Estado, os integrantes das comunidades tradicionais têm se

mobilizado, realizando denúncias junto a órgãos internacionais para que intercedam e pressionem o Estado a tomar medidas para assegurar a proteção e os direitos das comunidades.

Em relação ao Estado cumprir suas obrigações, Das e Poole (2008) explicitam que, a Teoria Política Ocidental concebeu o Estado como uma forma de organização administrativa racional e ordem política e um dos efeitos resultantes de pensar o Estado em termos de suas funções de produção de ordem é que as margens espaciais e sociais, que tantas vezes constituem o terreno do trabalho de campo etnográfico, são vistos como lugares de desordem nos quais o Estado foi incapaz de impor sua ordem.

As teorias da soberania e da exceção se referem à práticas que têm a ver com a proteção e perda de identidades. As autoras citam, por exemplo, que uma área de especial interesse é a documentação pela qual o Estado afirma assegurar identidades. Porém, na prática, essa documentação circula minando essas mesmas identidades e garantias. É como pode se observar nas palavras de Achille Mbembe sobre a atuação do Estado: “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2011, p.135).

Considerações Finais

A atuação do MIQCB da Regional da Baixada Maranhense revela como as quebradeiras de coco se organizam para garantir o acesso à terra e seus frutos, capazes de prover sua subsistência no meio rural. O Movimento atua em Viana, Cajari, Monção, Matinha, Penalva, Pedro do Rosário, trabalha com a produção e comercialização do azeite e do mesocarpo. As quebradeiras através do coco babaçu produzem bolo, mingau, biscoito e comercializam os produtos nos municípios de Viana, Matinha, Cajari, objetivando ampliar o mercado para outras regiões buscando incorporar ao movimento cada vez mais quebradeiras onde elas estiverem, para terem acesso aos programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia do Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

Nessa luta pelo acesso à terra, o MIQCB tem a colaboração das agências de financiamento como a Fundação Ford, a ActionAid e a União Eu-

ropeia, que trabalham para reduzir as desigualdades sociais no mundo. Na Baixada Maranhense existem os trabalhos de base, como as Formas Organizativas - o Movimento das Comunidades Quilombolas e o Conselho Indigenista Missionário, que atuam pelo acesso ao território e contra o desmatamento das palmeiras de babaçu.

A criação do MIQCB tem relevância para a organização da luta das quebradeiras, pois ultrapassa as divisões geográficas tradicionais. Essas ações desenvolvidas pelo Movimento, são fundamentais para a manutenção do modo de vida tradicional, preservação ambiental e extrativismo sustentável do coco babaçu, o que fortalece sua busca pelo bem viver.

Segundo Mendes (2017), na luta constante das quebradeiras de coco babaçu pela preservação dos babaçuais e pelo acesso a esse recurso, diversas estratégias têm sido desenhadas ao longo dos anos como a criação de associações, cooperativas e do MIQCB, como mecanismos importantes na representação dos seus direitos fundamentais à sua existência.

Por meio de sua organização, as quebradeiras apresentam suas pautas e reivindicações, criam e utilizam instrumentos importantes para assegurar seus direitos. Nos estados do Maranhão e do Piauí as quebradeiras de coco conseguiram leis que as reconhecem como integrantes de comunidades tradicionais, homenageando-as no dia 24 de setembro como sendo “o seu dia”. Essas leis de reconhecimento são instrumentos fundamentais, pois reforçam e afirmam sua identidade, instrumentalizando-as para conquistas de outras políticas.

Deste modo, essas mulheres ao se representarem como quebradeiras de coco babaçu, se organizam em movimentos de resistência e de luta para atuar politicamente na busca de justiça para assegurar seus direitos e acesso aos babaçuais. Apesar da histórica omissão do Estado, as quebradeiras de coco continuam a desenvolver ações estratégicas de modo a perpetuar seu ofício como agroextrativistas e, sobretudo, como agentes de conservação da natureza.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. (2005). *Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo*

de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (2004). *Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão.* Somanlu, ano 4, n. 1, jan./jun.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Érika Jukiana; MOURA, João Carlos da Cunha. (2014). *A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão.* Revista Sequência (Florianópolis), jun. n. 68, p. 129-157.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão.* (2013). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BOURDIEU, Pierre. (2013). *O poder simbólico.* Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL.

BOURDIEU, Pierre. (2012). *A Miséria do Mundo.* 9º. ed. Trad. Mateus S. Soares Azevedo et al. Petrópolis, RJ: Vozes.

BOURDIEU, Pierre. (2014). *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92).* (trad) Rosa Freire d'Aguiar – Paulo: Companhia das Letras.

BRANDÃO, Carlos. (2010). Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. (2010). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais.* Rio de Janeiro: Lamparina. p. 39-69.

BRASIL. (2019). *Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.* BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

CIDH. (2019). COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Comissão Interamericana de Direitos Humanos.* CIDH. Disponível em: <https://cidh.oas.org/que.port.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (2008). *El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas.* Cuadernos de Antropología Social, nº 27, pp. 19-52.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. (2006). *Atlas Escolar Maranhão: espaço geo-histórico e cultural.* João Pessoa-PB. Ed. Grafset.

HAGINO, Córa Hisae Monteiro da Silva. *Quebradeira de Coco Babaçu: Identidade, conflito sócio-ambiental e subsistência*. Artigo apresentado no 31º Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Caxambu- MG, 22 a 26 out. 2007, p. 1 -22.

HINTERHOLZ, Bruna; RIBEIRO, Vandore de Mattos. (2011.) *FEIRA AGROECOLÓGICA: Uma alternativa para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar orgânica no município de Medianeira-PR: o caso da AAFEMED*. Synergismus scyentífic. Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR, Pato Branco /PR. 06 (1).

ICMBIO. (2019) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Icmbio*. ICMBIO. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstituato>. Acesso em: 9 jun. 2019.

LUCENA, Josete Marinho de. (2008), *Uma palmeira em muitos termos: a terminologia da cultura agroextrativista, industrial e comercial do coco babaçu*. Doutorado, PPGL/ Universidade Federal do Ceará.

MBEMBE, Achille. (2011) *Necropolítica seguido de El gobierno privado indirecto*. Trad. Elisabeth Falomir Archambault. Madri: Melusina, 2011. Introducción, p. 9-15; Necropolítica, p.17-53.

MENDES, Ana Carolina Magalhães. (2017). *Reflexões e contribuições para a etnografia das práticas cotidianas de resistência das quebradeiras de coco babaçu de Codó*. Dissertação de Mestrado. PPGCSA/Universidade Estadual do Maranhão.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. (2016). *Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais*. Revista Políticas Públicas. São Luís, Número Especial, p. 135-147.

MIQCB. (2019). *MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU*. MIQCB. Disponível em: <http://www.miqcb.org.br>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MUNIZ, Lenir Moraes. (2009). *A matança de búfalos na Baixada Maranhense: as consequências de um projeto de desenvolvimento e o conflito sócio-ambiental*. Dissertação de Mestrado, programa de PPGCS/Universidade Federal do Maranhão.

PNCSA. (2005). *PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Quebradeiras de Coco Babaçu da Baixada Maranhense*. Fascículo 4. São Luís.

RELATÓRIO enviado ao DD. Comissário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH/OEA. (2018). Joel Hernández García. *Ref.: Situação de conflitos em territórios de quebradeiras de coco babaçu*. São Luís/MA, 07 de novembro de 2018. Disponível em: www.miqcb.com.br. Acesso em: 12 abr. 2019.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. (2006). *Leis do babaçu livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas*/ Joaquim Shiraishi Neto. – Manaus: PPGSCA – UFAM/ Fundação Ford.

SILVA, Vanessa Cristina Ramos Fonseca da. (2020). *Cercamentos na Baixada Maranhense: implicações de tais práticas na comunidade quilombola em Cajari Maranhão*. Revista de Direito Agrário e Agroambiental. e-ISSN: 2526-0081. Evento Virtual. v. 6. n. 1. Jan/jun. p. 40-56.

GT 6 - Ativismos alimentares: mercados, Estado e movimentos sociais



**O processo de implantação do
Programa de Aquisição de Alimentos
na comunidade rural de Matinha,
São Luís - Ma¹**

Bianca Sampaio Corrêa²
UFMA

Introdução

O ano de 2003, período de ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, foi marcado por conquistas no âmbito do desenvolvimento e legitimação do campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, assim como a criação de políticas públicas para segmentos da sociedade civil que encontravam-se menos invisibilizados, especialmente no período da ditadura militar até meados da década de 80. Todavia, com a redemocratização do país a relação Estado e sociedade começa a se estabelecer de forma mais próxima através, sobretudo, da participação mais ativa de organizações sociais na luta pelos direitos, como, por exemplo, o acesso ao alimento e à alimentação adequada.

Diante desse contexto, surgem políticas públicas voltadas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional com o intuito de amenizar as desigualdades sociais, especificamente a fome. Houve ganhos, ao direito humano a alimentação – direito de não sofrer fome –, como revela o progresso de vários indicadores associados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Como resultado de uma série de esforços, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a insegurança alimentar grave no país caiu constantemente de 2004 (6,9%) até 2013 (3,2%), quando alcançou seu menor patamar histórico (IBGE, 2014), o que fez com que o Brasil saísse do Mapa da Fome das Nações Unidas” (SANTARELLI; BURITY, 2017, p.9).

1. Os resultados e discussão apresentados neste trabalho partem da pesquisa de mestrado, entre 2016 e 2018, sobre as implicações socioeconômicas do PAA na comunidade rural de Matinha, em São Luís-MA. Ressalta-se que este artigo foi apresentado no 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais e publicado nos anais do mesmo. No entanto, acrescentou-se algumas atualizações de continuidade da pesquisa que vem sendo aprofundadas no doutorado em curso.

2. Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional ambas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Neste sentido, podemos afirmar que existe uma questão alimentar no desenvolvimento dos países. Neste quesito, o alimento é considerado além de um direito, também uma mercadoria globalizada, carregada de símbolos e de relações de poder que se processam entre os próprios Estados-Nação. Portanto, como afirmam Burlandy e Maluf (2016), para analisarmos os desafios postos para a soberania e a segurança alimentar e nutricional é importante considerarmos as relações entre micro e macropolíticas. Diante disso, as decisões microssociais condicionam e são condicionadas pelo macrosistema alimentar, pois dependem de quanto ele é objetivamente capaz de produzir e disponibilizar, a preços e condições acessíveis de consumo, tanto alimentos como refeições. Desse modo, a construção da Segurança Alimentar e Nutricional carrega consigo distintas concepções por parte dos governos, agronegócio, movimentos sociais, entre outros, que coloca este conceito da SAN em disputa no campo das políticas, programas, ações governamentais e não governamentais.

Nessa direção, por meio de um método que caminha do abstrato ao concreto, entendido, aqui, como instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, isto é, como uma parte do real a ser investigado (LESSA, 2001), este artigo tem por objetivo apresentar alguns resultados e discussão a partir da ótica dos agricultores sobre o processo de implantação do PAA na comunidade rural de Matinha, localizada em São Luís-MA, tendo em vista a inclusão produtiva e social dos agricultores familiares que acessam o programa por meio da comercialização dos seus produtos e os beneficiários consumidores que recebem os alimentos, através do cadastro nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A comunidade de Matinha localiza-se na área periurbana da zona rural de São Luís próxima às margens da BR 135. A cerca de 12km dos bairros intraurbanos de São Luís é considerada um dos pólos rurais da cidade, com aproximadamente 1.640 habitantes a sua principal atividade econômica é o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros.

Convém salientar, que esta área da zona rural de São Luís caracteriza-se pela produção advinda da agricultura familiar e convive com dinâmicas diferenciadas de intervenção do poder público em relação à região

sul do Maranhão. De um lado, tem-se uma área cuja intervenção estatal se dá, sobretudo por meio de políticas públicas cujo caráter observado é mais propriamente de cunho compensatório (visando amenizar a pobreza) que de fortalecimento da agricultura familiar no que tange, especificamente ao desenvolvimento de suas potencialidades produtivas por meio de um limite maior de crédito e suporte logístico a outros mercados para além do mercado institucional. Por outro lado, na região sul do estado desde a década de 1970, nos marcos das políticas de modernização da agricultura, o estado do Maranhão passou a perseguir um modelo de desenvolvimento agrícola que privilegia a agricultura patronal mais conhecida como agronegócio, a qual diferentemente da agricultura familiar, prioriza a monocultura, exportação de alimentos e uso do solo com insumos químicos altamente nocivos à saúde da população. Ademais, como resultado do avanço do agronegócio no Maranhão, a questão agrária tem se complexificado, a exemplo disso o último relatório da Comissão Pastoral da Terra (2020) revela que o número de pessoas envolvidas em conflitos no campo é o maior desde 1985, chegando ao número de 137.515 famílias envolvidas sendo frequentemente as populações indígenas e quilombolas mais afetadas.

Diante desta perspectiva, a reflexão considerada aqui, busca compreender o conceito de segurança alimentar e nutricional com base nos princípios de soberania alimentar e o direito humano a alimentação. Segundo Burlandy e Maluf (2016), isto implica em considerar as múltiplas concepções que englobam o conceito de segurança alimentar e os diversos atores sociais envolvidos em seu processo de construção, desenvolvimento e execução via políticas públicas. Neste sentido, a ótica produtivista, tanto das políticas públicas quanto dos modos de vida dos agricultores, passa a ser considerada também do ponto de vista do acesso; especialmente quando a segurança alimentar é considerada enquanto objetivo a ser atingido por essas políticas de compras públicas.

A partir de uma abordagem qualitativa utilizou-se como instrumental técnico entrevistas semiestruturadas realizadas com os agricultores familiares cadastrados no PAA, e, também, com os representantes do poder público – Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA) e beneficiários consumidores do Centro de Referência de Assistência So-

cial (CRAS). Nestas entrevistas semiestruturadas, o roteiro ou guia serviu para orientar a conversa, permitindo que o entrevistado levantasse pontos não contemplados pelo roteiro, mas mantendo o controle por parte do entrevistador (RICHARDSON, 1985). Além disso, foi realizada a análise de fontes secundárias produzidas pelos institutos de pesquisa, entre eles o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; monografias, dissertações e teses; artigos e dados dos órgãos oficiais tais como da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar- SEMSA e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN).

Além desta introdução, este artigo propõe três outros itens. No primeiro apresenta-se um breve histórico da construção do campo de segurança alimentar e nutricional no Brasil que passaram orientar as políticas de compras públicas para agricultura familiar e a participação social neste processo. No segundo avança-se na discussão apresentando dados que evidenciam os aspectos sociais e econômicos da população do Maranhão à luz do conceito de segurança alimentar e nutricional. No terceiro, apresenta-se alguns resultados da pesquisa realizada na comunidade de Matinha sob a ótica dos atores sociais (agricultores familiares e beneficiários consumidores) que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos. Por fim, temos as considerações finais e as referências bibliográficas estudadas.

A construção do campo de segurança alimentar e nutricional no Brasil:

A construção social da segurança alimentar e nutricional no Brasil remonta à segunda metade dos anos 1980 e a coloca ao lado de outros frutos da redemocratização do país. Assim como há uma construção conceitual e político-institucional da categoria agricultura familiar desde meados dos anos 1990, igualmente alimentada pela participação social. O contexto, como mencionado, caracteriza-se pela colocação da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade ambiental como referências organizadoras de programas especificamente dirigidos à agricultura familiar, por sua vez, categoria que abrange uma diversidade social e identitária geradora de demandas específicas.

Neste sentido, considerar as configurações histórico-sociais em que as políticas orientadas por referenciais são construídas faz-se de extrema importância no que se refere as dinâmicas externas e internas dos atores sociais envolvidos neste processo. Além disso, a SAN diz respeito aos bens alimentares (alimentos) e ao modo como eles são apropriados pelas famílias e grupos sociais (alimentação) (MALUF, 2009, p.9). O direito à alimentação deve ser assegurado por meio de políticas de SAN, por sua vez, uma responsabilidade do Estado e da sociedade sobre a qual pesam obrigações frente a normas legais universais. Por conseguinte, a promoção da SAN requer o exercício soberano de políticas relacionadas com os alimentos e à alimentação que se sobreponham à lógica mercantil estrita, isto é, à regulação privada e incorporem a perspectiva do direito humano à alimentação, como já destacado acima.

Como aponta Maluf (1995), a SAN não deve confundir-se com estabilidade de abastecimento dos produtos alimentares, e com a manutenção de estoques estratégicos, uma vez que deve estar associada ao direito humano à alimentação adequada. De acordo com o autor é possível pensar alternativas de agroindustrialização e para a indústria alimentar, que além de combinadas com a revisão do modelo agrário, captem a diversidade regional e contribuam com a indução da concorrência através de pequenas e médias empresas de âmbito local ou regional. Outra dimensão do sistema agroalimentar que interfere nas condições de acesso à alimentação adequada é a autossuficiência da produção de alimentos básicos, cuja consequência refere-se a disponibilidade de alimentos a preços baixos. Note-se que a análise dos preços dos alimentos não deve ser considerado sob a via da disponibilidade de alimentos, sobretudo porque, as condições de acesso deve-se à recuperação, ainda que gradativa, das condições de renda da população. Desse modo, a adoção de políticas públicas de SAN exige-nos pensar em novas estratégias, não de reprodução do modelo de desenvolvimento agroalimentar vigente, mas em instrumentos diferenciados de regulação pública das atividades econômicas e da promoção da produção, distribuição e consumo de alimentos.

A construção de um entendimento em torno dessa noção entre representantes da sociedade civil e governos, nutricionistas e campone-

ses, entre outros atores, em 2005, durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e a sua institucionalização com a LOSAN, em 2006, foram passos fundamentais para consolidar um campo de atuação comum e uma política de Estado voltada à garantia desse direito. Cabe salientar a importância que a LOSAN teve tanto na criação do conceito da SA, quanto do SISAN, com o objetivo de garantir o acesso à alimentação adequada e saudável a partir de uma rede de articulação entre setores, atores e dimensões que estruturam o sistema alimentar. Um sistema de políticas públicas que se diferencia dos demais pelo espaço e peso que a participação social possui e por sua característica intersetorial. Portanto, o SISAN visa estimular o trabalho conjunto entre os diferentes setores e esferas de governo e as organizações da sociedade civil, para articular um conjunto de políticas e programas nos campos da saúde, educação, alimentação escolar, agricultura familiar, reforma agrária, assistência social, entre outros, visando otimizar o impacto delas na SAN, inclusive a partir da inclusão de novos temas e perspectivas fundamentais para o DHANA, a exemplo da agroecologia e da agricultura urbana.

Nas últimas duas décadas, uma vigorosa atuação da sociedade civil fez emergir a segurança alimentar como uma inovadora agenda pública, incorporada enquanto política de Estado e campo de pesquisa nas universidades. Com a criação e a descentralização do SISAN através da instituição de CONSEAs e Câmaras Interministeriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) nacional, estaduais e municipais, o protagonismo da sociedade civil e o envolvimento do poder público na construção e articulação de políticas promotoras de SAN foram favorecidos. Todavia, apesar dos avanços o período mais recente da conjuntura política nacional brasileira se configurou em retrocessos dos ganhos obtidos em relação ao direito do acesso a alimentação adequada por meio da promoção da segurança alimentar. Desde o governo Temer até o governo Bolsonaro – vinham sendo adotadas diversas medidas que impactaram negativamente a realização de direitos sociais e, consequentemente, a realização do DHANA. As ações afetaram justamente os pilares que garantiam o combate à fome e à pobreza: as instituições criadas ou

fortalecidas nos últimos anos, o marco legal, os programas sociais que inspiraram diversos países e a participação social.

Cenários contemporâneos da segurança alimentar e nutricional no Maranhão:

O ano de 2020 se destaca como um contexto marcado em que uma crise sanitária se sobrepôs à crise econômica e política que lhe é anterior, fato esse que impõe a necessidade de monitoramento frequente da condição alimentar e nutricional não somente no estado do Maranhão, mas como no país em geral.

Segundo dados do Instituto maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, o estado do Maranhão, entre os anos destacados acima seguiu a mesma tendência do Brasil. “Nos anos 2015 e 2016, que apontam forte queda do nível de atividades, o Maranhão foi mais impactado que o país, tendo em vista os reflexos da maior recessão já sofrida pela economia brasileira” (2ºPLANESAN,2021, pg.18). A partir de 2017, o Maranhão apresentou um aumento nas taxas de crescimento econômico (+5,3%), valor quatro vezes maior comparado ao nacional (1,3%). Isto deu-se em virtude da recuperação do setor agropecuário maranhense, com destaque, por exemplo, para a produção de soja somado a outros setores de produção terciária nos segmentos do Comércio e Administração Pública (3,0%) (2ºPLANESAN,2021, pg.19). Porém, ainda segundo dados do 2º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão, em 2020, com a acelerada disseminação da COVID-19 que resultou na crise sanitária ocasionou, consequentemente, a crise econômica, o que culminou em queda no nível de atividades econômicas em escala mundial. Diante deste quadro revisou-se no Maranhão a variação negativa em 2020 de 3,8% em comparação com a média nacional que foi de 4,1%.

Convém salientar que apesar da eminente elevação da relação PIB por habitante no Maranhão ter alcançado R\$ 13.955,75 em 2018 o estado ainda se mantém com o menor PIB *per capita* do país. Além disso, o Maranhão possui, proporcionalmente, o maior contingente populacional vivendo na área rural do Brasil (36,9% segundo dados do Censo

demográfico de 2010) (2ºPLANESAN,2021, pg.21). Em relação a economia rural maranhense, Mesquita (2011) observa a convivência de várias “agriculturas”:

Esquemáticamente teríamos uma agricultura tradicional (não capitalista) que alguns também classificam de itinerante, atrasada, subsistência, não capitalista ou simplesmente de agricultura familiar, conduzida por produtor não capitalista e direcionada à produção de alimentos básicos. E uma outra, comercial, patronal, empresarial, moderna(capitalista), sob forma de monocultura especializada/mecanizada e voltada para mercados específicos (MESQUITA, 2011, p.51).

O autor salienta que à frente da agricultura familiar “tradicional” se encontra o minifúndio, constituído por posseiros e arrendatários e pequenos proprietários muito dispersos (desorganizados política e economicamente) e em contínuo processo de mutação, em toda a extensão do estado e com expressão declinante em termos de participação de área, e quantidade colhida e valor da produção. Esta realidade pode ser constatada segundo os dados abaixo:

Tabela 1 – Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários segundo Grupos de Área Total (em%) - Maranhão (1985 a 2017)

Grupos de área	1980	1985	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	4,78	4,35	3,1	1,37	1,47
10 a menos de 100 ha	13,07	15,19	19,14	20,13	18,89
100 a menos de 1.000 ha	38,32	38,61	41,41	42,38	36,11
1.000 ha e mais	43,83	41,85	36,35	36,12	43,53
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Por conseguinte, esses dados mostram que apenas os maiores estabelecimentos tiveram sua área total ampliada o que indica o retorno da concentração de terra e o avanço do agronegócio sobre as terras dos agri-

cultores familiares. Como aponta Corrêa (2018) esta realidade é fruto do modelo de desenvolvimento historicamente implantado no campo maranhense, que se deu de forma centralizadora em virtude de privilegiar alguns segmentos da população. Esse formato de “desenvolvimento” se baseia em enclaves econômicos a serviço dos interesses do grande capital, e, portanto, desvinculados das localidades onde são implantados. Por isso, mesmo o desenvolvimento local, baseado na agricultura familiar, depende de políticas de estado, que regule, inclusive, as assimetrias do mercado, pois, deixada à própria sorte frente às forças do mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil dos grandes monopólios e oligopólios.

Consequentemente, este processo de desenvolvimento que no dizer de Mesquita (2011) é caracterizado como desigual corrobora com a propagação das mazelas sociais, inclusive da pobreza e fome no estado. Pois, apesar da agricultura familiar se revelar como imprescindível ao sustento da mesa dos maranhenses, pois a maior parte de alimentos produzidos advém da agricultura familiar e não da monocultura privilegiada pelo agronegócio, a realidade tem se configurado contraditória para os agricultores, povos e comunidades tradicionais que vivem e dependem do meio rural como meio de subsistência. Constantemente se veem aliados em decorrência da expansão do agronegócio que se apresenta como ameaça iminente da perda dos postos de trabalho na agricultura, reforçada pelas práticas de expulsão, grilagem e violência impostas às famílias que vivem no campo.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas para as populações rurais são imprescindíveis, sobretudo, porque o quadro de insegurança alimentar (IA) atinge a população brasileira que vive nas áreas urbanas 39,05% e áreas rurais 5,76% (2º PLANESAN, 2021, pg.26). Quanto ao estado do Maranhão a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 citada no 2º PLANESAN (2021, pg.27) revelou que, “dos 66,2% domicílios maranhenses com IA, 30,9% (609.000 domicílios) tinham incidência do tipo moderada (IAM) e grave (IAG). Enquanto no Nordeste, esse percentual era de 20,5% (3.677.000 domicílios), no Brasil, era de 36,7% (8.734.000 domicílios) nessa situação”.

Diante disso, para além das limitações vigentes, as políticas de segurança alimentar e nutricional de um lado, como o PAA, já denotam alguns efeitos positivos na vida dos sujeitos de direitos (especialmente a alimentação adequada) que acessam o programa e, de outro revela também alguns entraves enfrentados por parte dos agricultores beneficiados.

A modalidade de compra e doação simultânea do programa de aquisição de alimentos em São Luís/MA

A modalidade compra e doação simultânea implantada em São Luís, no Maranhão, estabelece uma intrínseca relação entre produção, compra e consumo efetivada por meio da Secretaria de Segurança Alimentar (SEMSA), a qual compra os alimentos dos agricultores e os doa para as famílias de baixa renda atendida nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de vários bairros de São Luís, consideradas em situação de insegurança alimentar. Além disso, contribui para a autonomia dos agricultores em relação aos “atravessadores”/“intermediários” ao assegurar a mediação entre consumo e produção.

Sob a perspectiva da produção de alimentos, algumas estratégias como os circuitos locais de produção de alimentos são capazes de viabilizarem a reconexão (produção-consumo), sob outra racionalidade produtiva a exemplos da produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos fomentados pela intervenção do Estado, mediante programas e políticas públicas (BEZERRA; SCHNEIDER, 2012). Desse modo, a circulação, seja na produção, seja no consumo de alimentos no âmbito local, potencializa ou oportuniza, também, outras relações sociais, econômicas e alimentares que vão além da simples resistência ao processo de desconexão do sistema agroalimentar.

Nesse sentido, o PAA articula a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, a diferenciação etc., o que contrapõe ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (TRICHES, FROEHLICH, 2008).

As mediações político-institucionais do PAA na comunidade rural de Matinha

A relação institucional estabelecida entre a comunidade de Matinha e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA) de São Luís, tem contribuído com as famílias, principalmente na questão da logística por meio do Programa de Aquisição de Alimento, pois estas não precisam fazer a entrega dos produtos ponto a ponto como evidenciado em entrevista com uma agricultora familiar da comunidade, *“a gente não precisa de atravessador, a gente passa os produtos por um preço justo e sem contar que incentiva também a produção coisa que ficou extinta durante muitos anos aqui no Brasil, a questão da produção”* (AF, ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORE(A)S DE MATINHA, CORRÊA, 2018).

Outra questão que facilita a comercialização da produção na comunidade é a mediação político-institucional, pois existe a facilitação por meio da SEMSA, quanto à adequação dos produtos para a entrega, à embalagem, rotulagem dos alimentos conforme a demanda. Cabe ressaltar que na comunidade de Matinha, o processo de logística dos alimentos é realizado mediante a entrega dos alimentos pelos agricultores na Associação de Agricultores e Agricultoras de Matinha (central de recebimento dos alimentos não só dos agricultores desta comunidade, mas de outras próximas).

Nesta etapa de operacionalização do PAA, cabe à SEMSA embalar as cestas de alimentos para a entrega aos beneficiados consumidores – as famílias de baixa renda como já mencionado anteriormente. Além disso, Corrêa (2018) ressalta que a Associação de Moradores e Produtores Rurais de Matinha neste processo de comercialização para o PAA junto a SEMSA, tem papel fundamental no fortalecimento da comunidade ao possibilitar para além da comercialização o suporte logístico para escoamento da produção: *“se não fosse esses programas de 2013 pra cá a associação nem funcionava mais, aí quer dizer que o Programa além de ajudar os agricultores ele fortalece as associações, porque se não fosse esses programas ela não funcionava mais não, porque ela foi reformada por conta do Programa* (AF, ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORE(A)S DE MATINHA, 2018).

Na operacionalização do PAA, a comunidade de Matinha, é considerada o polo produtivo cuja sede principal é a associação para a entrega dos alimentos tanto pelos agricultores familiares de Matinha como das comunidades próximas: Mata de Itaperá, Itaperá, Anajatiua, Quebra Pote, Arraial, Parque Brasil, Cassaco, São Joaquim, Rio Grande, Pedrinhas, Vila Nova República, Vila Cabral. Laranjeira. Murtura e São Bruno. Além disso, é também o local, onde é realizada a organização das cestas dos produtos pelos agentes implementadores da SEMSA para a entrega nos CRAS. Todavia, um dilema vigente na comunidade quanto ao uso da associação pela secretaria é que desde quando o PAA começou a ser executado mesmo na época de gestão anteriores o termo firmado da secretaria com os agricultores nunca foi cumprido. A contrapartida do uso da associação pela secretaria seria o de que ela se encarregaria de ajudar a custear os gastos necessários com limpeza e manutenção. Sobre este aspecto uma agricultora entrevistada afirmou,

Todas as pessoas que estão no PAA pagam 120 reais para a associação que tem a limpeza e manutenção, banheiro, elétrica, porque os sócios são poucos os que contribui. A elétrica todinha foi mudada. Porque aqui, poderia ser melhor, não era para a gente fazer essa manutenção com dinheiro do projeto (PAA) não, porque o PAA era para ser custeado toda manutenção pela prefeitura. Foi um termo assinado: a prefeitura vai usar aí vocês vão ter que assumir esses compromissos com a gente. Essa parte de calçamento aqui, essas pedras eles botaram esse ano porque o prefeito veio para a abertura do projeto, o balcão também era pra ser organizado para as pessoas (o(a)s agentes executores) não ficarem ali sentadas o dia todinho arrumando cestas aí o pessoal trabalhava mais tranquilo. (AGRICULTORA FAMILIAR, ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES(A)S DE MATINHA, 2023)

Nota-se que os agricultores que acessam tanto o PAA, quanto outros programas de compras públicas, precisam sempre estar investindo valores que não seriam necessários se houvesse maior incentivo público com suporte logístico e técnico. Pode-se afirmar que este fato se constitui um dos fatores que corrobora para que os programas acessados pe-

los agricultores não tenham um efeito de fato esperado no que se refere ao fortalecimento da agricultura familiar em vários aspectos e, consequentemente acabam fomentando não a produção, mas a compra de alimentos em mercados, cujos alimentos vendidos em sua maioria não são produzidos em São Luís e ainda o aumento da ocupação dos postos de trabalhos para os atravessadores.

No que tange às mediações político-institucionais, vale notar o engajamento da liderança local na comunidade na busca de melhorias para os agricultores familiares. Este fato resulta, sobretudo, em um trabalho educativo que visa mudar a concepção que os produtores rurais têm sobre a ideia daquele agricultor do “toco” e que para ser agricultor tem que sofrer. No entanto, o presidente da associação da comunidade de Matinha enxerga o uso da tecnologia como meio possível de mudar esta concepção. Saliou em conversa informal que em termos do uso de tecnologia poucos produtores aceitam assistência técnica e que veem a atenção necessária a ser dada para a visita do técnico como perda de tempo. A figura do líder comunitário demonstra esse viés de responsabilidade em aprender e repassar para os agricultores os ensinamentos adquiridos como forma de provocar mudança nos modos de pensar e agir das formas tradicionais existentes. Para isso, busca sempre estar em interação com o poder público e os órgãos de ATER, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o qual conforme afirmou é a instituição com quem mais aprendeu sobre técnicas e administração da sua produção.

O PAA sob a ótica dos agricultores familiares e beneficiários consumidores

Um dos principais gargalos enfrentados pelos agricultores familiares continua sendo o limite de compra do programa, pois o valor de R\$6.500 anual ao mesmo tempo em que significa para os agricultores a aumento e escoação da sua produção, tendo em vista que a maioria tem dificuldade financeira e logística em transportar os alimentos para locais como as feiras na região mais próxima, neste caso, para os bairros localizados na zona urbana de São Luís; na perspectiva deles esse limite anual deveria aumentar tendo em vista possibilitar maior independência no acesso a outros mercados.

Segundo os agricultores o aumento do valor pago pelo programa revelaria o potencial produtivo que possuem carecendo de mais incentivo, neste sentido de aumento do crédito. Além disso, durante os anos de 2016 a 2018 foi evidenciado nos relatos dos agricultores a preocupação com a possível descontinuidade do programa consequência da configuração política em que o país se encontrava, de desmantelamento das políticas, especialmente com o contingenciamento de recursos como já destacado acima e a extinção de alguns ministérios como o MDA. Neste sentido, ressalta-se que o cenário da conjuntura política por vezes implica empecilho para o acesso dos agricultores aos programas. Um exemplo neste quesito, foi o contingenciamento de recursos apontado pelos dados do Ministério da Cidadania (MC), antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujos recursos disponíveis para a execução da modalidade doação simultânea, do PAA, reduziram por volta de 74% entre 2014 e 2019 (BRASIL, 2019). Ademais, as ações governamentais neste período apontavam para a desestruturação da política de agricultura familiar que tiveram seu ponto máximo de investimentos no governo Lula. Observou-se evidências de retrocesso dessa política, sobretudo na realidade empírica da comunidade rural de Matinha, pois o que antes possibilitava um planejamento produtivo e renda fixa, gerou insegurança em relação ao quanto produzir comprometendo, assim, a reprodução social dos agricultores familiares, em virtude da redução contínua de 300 para o número atual de 93 (entre 2014-2020) das adesões dos agricultores no PAA.

Neste sentido, apontaram o fato de o PAA ser apenas um programa e não uma política agrícola como pode ser observado na seguinte fala de um dos agricultores familiares: *“A gente corre o risco de o programa deixar de existir...Ele traz ânimo e incentivo, precisa ser mais ampliado”* (AF, ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORE(A)S DE MATINHA, CORRÊA, 2018). Segundo Corrêa (2018) a preocupação dos agricultores está ancorada no fato do PAA, não ser uma política de estado, logo não possui a estabilidade necessária para que o agricultor possa investir na produção de alimentos.

Quanto ao acesso no PAA relatos dos agricultores apontam que as exigências burocráticas são vistas como algo que representa alguns dos

entraves para o acesso ao programa, como pode ser evidenciado na seguinte fala:

Tem a questão financeira, de banco aí a gente percebe que tem muito agricultor que tem certa dificuldade de lidar com essas questões financeiras, bancárias, tem muitos agricultores que ainda não são letrados, então isso é um fator que pesa muito. Às vezes também o cartão que nunca veio, tem muitos agricultores que ainda não receberam seus cartões, sendo que pra essa etapa tem um prazo. E quando começar tem uma outra remessa com outros agricultores (AF, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE MATINHA, CORRÊA, 2018).

Embora o programa expresse algumas limitações, na perspectiva dos agricultores, o PAA representa também alguns ganhos obtidos como sinalizado na seguinte fala: *“Na questão da renda melhorou, e é mais valorizado os nossos produtos”* (AF, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE MATINHA, CORRÊA, 2018).

Em relação a ótica dos beneficiários consumidores cadastrados no CRAS, bairro do Anjo da Guarda em São Luís, observou-se que eles veem o programa como um meio que trouxe mais qualidade de vida no sentido de ajuda-los a consumir alimentos saudáveis, tendo em vista que os consumidores dispõem de poder de renda baixo. Todavia, conforme relato de uma entrevistada sobre a entrega dos alimentos, a mesma afirmou que *“o Programa é ótimo. Assim, tá fazendo um ano que a gente recebeu se fosse uma vez por mês seria melhor né”*. (BC, CRAS do ANJO da Guarda, CORRÊA, 2018).

Considerações finais

A pesquisa de campo mostrou que o PAA traz elementos em sua concepção que apontam para um redirecionamento do entendimento sobre o papel que a agricultura familiar aliado a essas políticas exercem no desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente nas perspectivas de desenvolvimento mais equitativo e que visa a incorporação de setores excluídos e sujeitos a situação de vulnerabilidades.

Todavia, as ações das políticas de segurança alimentar expressam interesses que tendencialmente se confrontam, pois ao mesmo tempo em que o interesse da sociedade civil de um lado, se configura na participação social e defesa pela continuidade das políticas públicas que visam atender as demandas das populações em situação de pobreza. Por outro, apesar dos avanços em programas como o PAA, o programa tem sido palco de ações do governo ultra neoliberal cujo interesse maior se expressou no desmonte de políticas públicas, ministérios e conselhos de segurança alimentar que exerciam papel fundamental na articulação de pautas a favor da produção da agricultura familiar aliada a noção de sustentabilidade ambiental e combate a fome.

Portanto, embora o PAA se mostre para os agricultores familiares de Matinha como um meio de acessar o mercado e escoar sua produção sem a necessidade de vendê-las apenas por meios dos atravessadores, porém o programa revela limites que se expressam em decorrência de fatores resultantes sobretudo da conjuntura política refletida em um interesse de Estado pontual que se manifesta de forma desigual nas suas ações de superação do subdesenvolvimento.

Nestes termos, a Segurança Alimentar (AS) engloba o objetivo de garantir, a todos, condições de acesso suficiente, regular e a baixos custos aos alimentos básicos. Por consequência, as políticas de SA teriam como público-alvo conjunto dos trabalhadores, não apenas os segmentos em situação de pobreza extrema, e como campo de intervenção os determinantes das condições de acesso (emprego e renda) e de produção (estrutura produtiva, disponibilidade e preços) dos alimentos básicos (MALUE, 1994)

A pesquisa em curso busca aprofundar as relações sociais e práticas dos atores principais na execução dos Programas de Compras Públicas para além do PAA, nos distintos níveis administrativos e institucionais em que atuam, na pretensão de identificar como as práticas dos agentes implementadores são influenciadas e como elas se evidenciam através, por exemplo, da discricionariedade que dispõem, sobretudo quanto aos instrumentos que manuseiam, pois a pesquisa em curso tem evidenciado que os instrumentos, especialmente os editais de chamada pública, quanto menos adaptados para a realidade local de implementação, menores as chances dos agricultores acessarem os programas.

Referências

- BURLANDY, L; MALUF, R. S. (2016). *Soberania Alimentar: dimensões de um conceito em construção e suas implicações para alimentação no cenário contemporâneo*. In: Taddei, J. A. et al (orgs.). *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Rubio, 2ª ed., p. 387-394.
- CORREA, Bianca Sampaio. *O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha - zona rural de São Luís*. Dissertação de mestrado- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.
- LESSA, Sérgio. *O Método*. Fortaleza: UFC, Mimeo, 2001.
- MALUF, R. S. *Políticas de segurança alimentar: definições, determinantes e o papel do MAARA*. Rio de Janeiro: IICA/MAARA, 1994.
- MALUF, R. S. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 15, nº 1 (57), pp. 137-143, janeiro-março/1995.
- MALUF, Renato S. *Segurança alimentar e nutricional*. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MESQUITA, Benjamim Alvino. *O Desenvolvimento Desigual da Agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar*. São Luís: EDUFMA, 2011.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- SANTARELLI, M.; BURITY, V. et al. (2017). *Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil*. Brasília: FIAN Brasil, 75 p.
- _____. *II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão*. São Luís: Tiragem, 2021.
- _____. *CPT. Conflitos no campo*. Brasil, 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT nacional, 2021.
- IBGE/SIDRA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. in: *II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão*. São Luís: Tiragem, 2021.

*GT 9 - Autonomia produtiva, ecofeminista e biopoder:
perspectivas para a produção criativa*



Entrelaçando ecofeminismo, artesanato e design autônomo: a experiência das artesãs de fibra e buriti no Maranhão

Luiza Gomes Duarte de Farias
UFMA

Raquel Gomes Noronha
UFMA

Introdução

No contexto do Maranhão, o artesanato com a fibra de buriti constitui um trabalho predominantemente desempenhado por mulheres. Este fazer integra uma complexa rede de valores que excede a mera dimensão econômica, pois apresenta também valores sociais, culturais, simbólicos e ambientais. Caracterizado como artesanato tradicional, os saberes e fazeres com o buriti são comumente passados de geração a geração através da oralidade e da prática e sua importância está no fato de depositar um passado, refletindo os costumes de um grupo específico (SEBRAE, 2009).

Para a teoria e prática ecofeminista, a opressão feminina e a devastação da natureza integram um mesmo fenômeno de subordinação e dominação através da ordem econômica do capitalismo e a ordem simbólica do patriarcado (Beltrán, 2019). A aproximação entre as mulheres e a natureza é fruto dos efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais (De Lauretis, 1994) e se associa à divisão sexual do trabalho, que delega a feminilidade à dimensão doméstica/reprodutiva (Federici, 2019).

Por meio de uma perspectiva ecofeminista, analisamos o fazer artesanal com a fibra de buriti, entendendo como este trabalho está fundado em um modo de saber e uma prática que fogem ao paradigma dualista-hierárquicos de conhecimento. A partir das reflexões trazidas por Pérez-Bustos (2016), a análise das dinâmicas produtivas reflete, acima de tudo, uma prática relacional entre as artesãs e o meio natural, distinta ao modelo de produção imposto pelo desenvolvimento. Desse modo, existe uma relação de cuidado que permite a sustentação da vida: a vida dos buritizais, através do manejo sustentável; a vida produtiva das artesãs, por meio do fazer artesanal e da geração de renda; e a vida da comunidade de artesãs através do trabalho associado, que criam novas formas de socialização e autonomia, possibilitando a ressignificação de papéis de gêneros, não mais limitados ao contexto da vida doméstica.

Para Escobar (2016), estes saberes e fazeres territorializados constituem formas de um design autônomo, isto é, outros modos de saber e fazer que extrapolam às epistemologias e metodologias do design enquanto categoria da modernidade. Nesse sentido, cada comunidade possui a capacidade de produzir o design de si mesma, através de suas temporalidades, visões de mundos, territórios, organizações e relações específicas.

Este é um estudo teórico inicial, no qual buscamos evidenciar a existência ou ausência de discursos que configuram formas de invisibilidade, desvalorização, apropriação e exploração tanto do trabalho realizado pelas artesãs, como do território natural em que estão inseridas, tendo em vista a indissociabilidade entre estes dois domínios, como levantado pela teoria ecofeminista (Mies e Shiva, 1993). Portanto, consideramos questões que perpassam o ecofeminismo em relação à produção artesanal, tais como: relação com a natureza, autonomia, participação comunitária e valorização do conhecimento tradicional.

Sendo assim, o presente artigo objetiva analisar aspectos do ecofeminismo em estudos sobre as práticas de artesãs que trabalham com a fibra de buriti em comunidades do Maranhão. Por meio de um estudo descritivo-analítico, faz-se o cruzamento entre as categorias de análise e as questões situadas, visando sinalizar as inferências entre o arcabouço teórico e os fatores elencados nas fontes de dados secundárias. Por fim, traçamos algumas reflexões a respeito dos alcances e limites do design em uma perspectiva de pesquisa ecofeminista, a partir de uma abordagem situada e participativa.

Ecofeminismos: pensando a partir do Sul

Segundo Beltrán (2019), a teoria ecofeminista abrange três vertentes principais: os ecofeminismos essencialistas, que entende a relação entre mulheres e natureza como um fenômeno inato à identidade feminina; os ecofeminismos do sul, críticos à modernidade capitalista-patriarcal intrínseca aos modelos de desenvolvimento impostos aos países do Sul global; e os ecofeminismos construtivistas, que reconhece a relação entre mulheres e natureza como uma construção social, advinda da divisão sexual do trabalho.

Neste artigo, nos aproximamos teoricamente das perspectivas sob ênfase do sul e construtivista, evitando um olhar essencialista da relação “mulher-natureza”, pois entendemos este fenômeno como decorrente de uma relação social, como defende De Lauretis (1994). Segundo a autora, os papéis de gênero não são atribuições naturais, dado que resultam de processos em que somos “engendrados”. Ou seja, estas diferenças são construídas social e historicamente, por meio de um “sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais” (p. 211, 1994). Portanto, compreendemos a afinidade entre as mulheres e a natureza como um processo relacionado ao contexto de dominação feminina, através da divisão sexual do trabalho e da separação entre produção e a reprodução social (Federici, 2019).

Com o intuito de refletir a partir das críticas à subjugação feminina-natural, acionamos os pensamentos de teóricas do Sul global, especificamente a partir das óticas dos feminismos de sobrevivência (Mies; Shiva, 1993), feminismos populares (Svampa, 2015) e feminismos comunitários (Arroyo, 2019). Estas práticas nascem de continuidades e rupturas com correntes do feminismo liberal clássico, criticado por sua ligação às situações de mulheres das classes médias e do Norte global.

Estas outras formas de feminismo originaram-se das lutas de mulheres na periferia global e se baseiam, acima de tudo, na busca pela despatriarcalização e pela defesa da autonomia de terras, corpos e representações. Além disso, estes processos de autodeterminação partem de uma perspectiva situada, isto é, a reflexão subsiste a uma situação histórica específica, valorizando a inseparabilidade entre a humanidade e a natureza (Svampa, 2015).

Reduccionismo patriarcal

A teoria ecofeminista advém de uma reflexão que equipara a crise ecológica à crise social/civilizatória, observando que a necessidade de dominação e afirmação do humano frente ao mundo natural deriva dos efeitos do paradigma racional moderno, que estrutura a realidade a partir de dicotomias, isto é, unidades duais associadas em uma rela-

ção de hierarquia, em que uma sempre se sobrepõe e prospera às custas da outra (Mies; Shiva, 1993).

Este paradigma estabelece rupturas ontológicas e epistemológicas entre os mais diversos domínios da produção humana, como os processos de produção científica e tecnológica. Sendo assim, separações entre a cultura e a natureza, a mente e o corpo, a ciência e o conhecimento tradicional, o homem e a mulher, o trabalho masculino e feminino colaboram para os processos de dominação e exploração do patriarcado e do capitalismo (Svampa, 2015)

Shiva (1993) critica esta visão e sua forma de fabricar reducionismos, que limitam a relação cultura-natureza/mulher-homem às estruturas de poder patriarcais, desconsiderando formas de conhecimentos, trabalhos e organizações sociais femininas. De acordo com Svampa (2015), diversos fatores que fogem à lógica deste constructo patriarcal são debatidos pelas ecofeministas, como a invisibilidade do trabalho reprodutivo das mulheres, a resolução de necessidades básicas, a promoção da saúde, o apoio emocional e a facilitação da participação social.

As bases materiais do cuidado

Maria Mies e Vandana Shiva (1993) denominam como “feminismo de sobrevivência” as experiências das diversas mulheres do Sul na resistência contra a devastação de suas formas particulares de vida. Esta visão questiona a concepção de um sujeito autônomo, concebido pelo paradigma racional moderno, assumindo, em contraponto, que os sujeitos estão imersos em relações profundas de relacionalidade.

Ao contrário da perspectiva de universalidade moderna, baseada na ideia de direitos humanos universais, o feminismo de sobrevivência está ligado às necessidades humanas comuns que dependem da manutenção dos processos que sustentam a vida. Se por um lado o discurso do desenvolvimento elabora divisões entre necessidades básicas (alimentação, abrigo, etc) e necessidades superiores (conhecimento, dignidade, liberdade), para as mulheres do Sul (principalmente, mulheres racializadas), não há limites entre tais categorias. A defesa de seus territórios e seus modos particulares de subsistência é uma luta cotidiana:

La cultura forma parte de su lucha por la subsistencia y la vida. Identifican la libertad con la interacción amorosa y el trabajo productivo en cooperación con la Madre Tierra; el saber es el saber de subsistencia esencial para su supervivencia. (Mies e Shiva, 1993, p.59)

Uma outra crítica elaborada pelas teóricas ecofeministas diz respeito à divisão sexual do trabalho reproduzida pelo sistema capitalista-patriarcal, que inviabiliza, despreza e se apropria do trabalho de cuidado não remunerado desempenhado por mulheres (Federici, 2019). Embora haja a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, isto não representa obrigatoriamente uma forma de emancipação, visto que o trabalho remunerado coabita os demais trabalhos domésticos, os quais compreendem um gasto excepcional de tempo e esforço, fenômeno este que é ainda mais intensificado por marcadores sociais de raça e classe (Beltrán, 2019). Desse modo, a visão ecofeminista da sustentabilidade da vida e do cuidado

denuncia as âncoras do sistema de dominação capitalista, que são basicamente a invisibilidade, a desvalorização, o desprezo, a exploração, a desapropriação e a apropriação do conhecimento, do saber, do trabalho e toda aquela atividade - realizada principalmente por mulheres - sem a qual a sobrevivência humana, a produção e a reprodução da cultura e da sociedade seriam impossíveis. (Beltrán, 2019, p. 104, tradução nossa)

No sistema capitalista androcêntrico, apenas as atividades com valor de troca são reconhecidas. Ao mesmo tempo, discursos e representações sociais continuam a ser replicados de modo a incumbir aos sujeitos do gênero feminino as atividades de cuidado e reprodução da vida, engendramentos estes elaborados por representações, regras e práticas culturalmente aprendidas. Logo, a luta pela emancipação feminina e ecológica coincide com o reconhecimento das bases que sustentam a vida de todos os seres, à medida que se reconhecem as dinâmicas que permitem a existência, mas permanecem desvalorizadas e apagadas pelo modo de operação do sistema patriarcal e capitalista.

Contra o “mau desenvolvimento”

A diferença dos ecofeminismos do Sul em relação às outras vertentes está, principalmente, no modo como as comunidades dos países do Sul global investiram em modos de autoafirmação contra o modelo de desenvolvimento insustentável da modernidade. Na periferia global, os processos neoextrativistas provocam a expansão das fronteiras de exploração do capitalismo em grande escala, levando à devastação de territórios e desapropriação de populações (Svampa, 2018).

Conforme Svampa (2018), as ecofeministas articulam-se em uma luta concreta em seus territórios, condenando o paradigma homogeneizante ocidental do desenvolvimento e do mercado de produção capitalista

há uma forte identificação com a terra e seus ciclos vitais de reprodução, ao mesmo tempo dessacralizando o mito do desenvolvimento e conduzindo à construção de uma relação diferente com a natureza (Svampa, 2018, p.92)

De modo semelhante, Adriana Arroyo (2019) entende a universalidade como uma estratégia de dominação e colonização, dado que é produzida por aqueles que detêm o poder. Assim, o discurso hegemônico da modernidade, que convoca a uma ordem universal, advém da imposição de um modo de ser, saber e fazer ocidental, globalizado graças ao seu poder de alcance e controle. Portanto, não há neutralidade em modelos de desenvolvimento universais.

A autora propõe uma forma de “feminismocomunitário”, pautado na ideia de comunidade como um projeto político contra os modelos individualistas dos feminismos ocidentais. As identidades são tomadas como categorias políticas e metodologias de articulação, que estruturam a autonomia epistêmica das mulheres de comunidades latinoamericanas.

Desse modo, o ecofeminismo surge como uma alternativa à crise ambiental e civilizatória oriunda do modelo de produção do desenvolvimento capitalista-patriarcal. Na visão das autoras com as quais dialogamos, isto se torna tangível através da acepção de uma outra relação entre sujeitos e o meio ambiente, sobretudo, compreendendo as

construções sociais em torno da invisibilidade, exploração, desvalorização e apropriação da diferença de gênero, através de suas experiências situadas e cotidianas.

Abordagem metodológica

O estudo em epígrafe se caracteriza como uma investigação qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, dado que, além de estreitar o entendimento sobre os principais aspectos relativos às questões estudadas, objetiva a descrição e a composição de relações entre as mesmas (Gil, 2007).

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, que se conceitua como um tipo de revisão bibliográfica de caráter flexível, que não requer de um protocolo rígido para seleção de trabalhos sobre uma questão de pesquisa (Cordeiro *et al.*, 2007). Além disso, o trabalho se aproxima de uma pesquisa de natureza ex-post-facto, visto que busca “investigar possíveis relações de causa e efeito entre determinado fato identificado pelo pesquisador e um fenômeno que ocorre posteriormente” (Fonseca, 2002, p.32), por meio do uso de fontes de informações secundárias.

Desse modo, realizou-se a busca de dados sobre os termos “artesanato AND fibra de buriti AND Maranhão” em bases de dados eletrônicas, tais como o Google Acadêmico e a base de periódicos da CAPES. Não havendo a exigência de critérios de inclusão e exclusão pré-determinados, a seleção consistiu na averiguação subjetiva dos estudos. Assim, consideramos o nível de aprofundamento sobre o contexto real de vida das comunidades artesanais, através de métodos qualitativos ou qualit-quant, entrevista, etnografias e pesquisas de campo. Como resultado, foram selecionados oito documentos para análise, sendo estes seis artigos e duas dissertações de Mestrado.

Quadro 1 – Documentos científicos selecionados para análise

Paulo Keller (2011)	Trabalho artesanal em fibra de buriti no Maranhão	Artigo científico
Késsia Sousa (2015)	Economia extrativa da fibra de buriti (<i>Mauritia Flexuosa</i>) para o desenvolvimento sustentável da microrregião dos Lençóis Maranhenses, MA na atualidade	Dissertação de Mestrado
Joana Golin Alves (2016)	Artesanato & Design: A troca e a cooperação no caso da fibra de buriti no Maranhão	Artigo científico
Luciany Sereno e Paulo Keller (2017)	Artesãs e cooperativas: a construção social do interesse na ação cooperada na economia do artesanato no Maranhão	Artigo científico
Raiama Portela (2018)	Correspondências por meio de ferramentas de design: artesanato e empoderamento (ou aprisionamento?)	Dissertação de Mestrado
Alany Barbosa Nascimento (2018)	Unidas pela fibra: trabalho associado, solidário e artesanal de mulheres em São Luís, Maranhão, Brasil	Artigo científico
Dutra e Neri (2018)	A tradição do uso da fibra do buriti (<i>Mauritia Flexuosa</i> l. f., <i>Arecaceae</i>): percepção ambiental e saberes de coletores e artesãos na região dos Lençóis Maranhenses, MA.	Artigo científico
Noronha, Portela e Farias (2022)	Design, artesanato e participação: reflexões para a autonomia produtiva de mulheres no Maranhão	Artigo científico

Entrelaçamentos possíveis entre o ecofeminismo e o artesanato em fibra de buriti

Dentre os estudos coletados, evidenciou-se o artesanato em fibra de buriti como um trabalho de grupos integralmente composto por mulheres de diversas localidades do estado do Maranhão. Por meio da fibra e do linho do buriti, são confeccionadas uma série de peças artesanais como bolsas, toalhas de mesa, chapéus, jogos americanos, *sousplat*, etc. Entre as principais técnicas empregadas, destacam-se o crochê, o trançado, o macramê e a tecelagem.

Este tipo de fazer artesanal representa uma herança tradicional da Região dos Lençóis Maranhenses, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Santo Amaro. No entanto, também são encontrados grupos de artesãs que trabalham com a fibra de buriti em povoados do município de Alcântara, ao exemplo de Santa Maria, e na região rural da capital São Luís. As dispersões são justificadas pelos fluxos migratórios das populações originárias dos Lençóis em direção a estas regiões (Alves, 2016).

Destacam-se pesquisas que analisam a importância do trabalho associado e cooperado entre mulheres no contexto do artesanato em fibra de buriti (Serenó e Keller, 2017; Nascimento, 2018). Estudos em torno da economia extrativista do buriti também foram analisados a fim de levantar os discursos que expressam a natureza da relação entre as espécies vegetais, os/as extrativistas e as artesãs (Sousa, 2015; Dutra e Neri, 2018). Por fim, selecionamos e analisamos investigações sobre a temática em questão a partir das relações entre design e artesanato (Alves, 2016; Portela, 2018; Noronha, Portela e Farias, 2022).

Participação comunitária e Autonomia

Keller (2011) e Sereno e Keller (2017) trazem uma reflexão sociológica sobre a construção social do interesse na ação cooperado entre as artesãs de fibra de buriti, através de um estudo empírico com as artesãs da Cooperativa das Artesãs dos Lençóis Maranhenses (ARTECOOP), em Barreirinhas. No município, a cadeia produtiva do artesanato atua em

conjunto com a crescente cadeia de turismo, conduzindo não apenas a um aumento do interesse por parte dos turistas visitantes, mas a uma maior visibilidade das especificidades em torno deste fazer artesanal nos grandes centros urbanos.

Segundo os autores, o ingresso no trabalho cooperado/associado surge não só como um mecanismo para busca de um interesse econômico, mas também se orienta por meio de valores baseados no cooperativismo e associativismo, como a solidariedade, visando outras formas de organização econômica. No entanto, as conclusões da pesquisa indicam que uma parcela mínima das artesãs de Barreirinhas trabalha de forma associada. A individualização é decorrente da precariedade das condições socioeconômicas, que leva à necessidade de venda imediata por um valor abaixo do preço de custo (Serenio; Keller, 2017). Assim, observa-se que este contexto de informalidade converge para uma intensificação da competitividade e da exploração da mão-de-obra das artesãs, em um processo de comércio injusto e desigual, subordinado à intermediação dos atravessadores.

Sob uma perspectiva de gênero, estes processos de invisibilidade se associam com os modos de relação social engendrados pela cultura patriarcal da sociedade rural, que enxerga o trabalho produtivo da mulher como uma extensão do seu papel como mãe, esposa e dona de casa. Trabalhos estes geralmente não remunerados e que podemos caracterizar como trabalho de reprodução (Federici, 2019). Desse modo, a atuação por meio de cooperativas e associações evidencia-se como um elemento fundamental na articulação em prol da criação de condições de autonomia produtiva, em que as artesãs se organizam para o alcance de objetivos comuns através de acordos de reciprocidade em uma rede de apoio comunitário.

Tal visão ressoa nas discussões trazidas por Nascimento (2018) através de pesquisas em conjunto com a Associação de Artesãos Unidos pela Fibra (AARTUF), sediada em São Luís – MA. Suas reflexões apontam que o processo de construção do trabalho associado entre mulheres em situação de precariedade (situações de pobreza e/ou exclusão social) fortalece a autonomia e o reconhecimento do trabalho feminino, promovendo a ressignificação das desigualdades das relações de gênero.

A autora traça uma análise dos sentidos em torno do trabalho e sua relação com papéis de gênero, entendendo a inserção no trabalho associado como uma alternativa de emancipação frente ao contexto de opressão, desemprego e violência doméstica. Por meio do relato de diversas artesãs, pode-se perceber a autonomia como uma categoria que extrapola à superação da dependência financeira, pois vai de encontro à redefinição de suas práticas e papéis sociais, gerando novos modos de socialização e participação social (Nascimento, 2018).

Entretanto, deve-se considerar até que ponto o trabalho artesanal pode ser uma forma de acesso emancipatório, uma vez que seu funcionamento produtivo coexiste a uma economia capitalista produtora de desigualdades. Ao contrário das noções institucionais de que o artesanato “gera empoderamento”, Portela (2018) conclui que estes trabalhos muitas vezes colaboram para o aprisionamento das artesãs em uma posição desprivilegiada, pois há um sistema de submissão feminina que as insere em uma atividade sem chances de progressão profissional e aumento expressivo de renda. Além disso, nos discursos das artesãs, é comum a hierarquização do trabalho artesanal feminino como uma “ajuda” em relação ao trabalho masculino, mesmo que as tarefas masculinas sejam de subsistência e sem remuneração.

Os potenciais em torno da geração de autonomia e participação comunitária se encontram no modo como o trabalho artesanal associado promove a intersecção do domínio produtivo e reprodutivo, aproximando-se aos aspectos pertinentes à teoria ecofeminista como o cuidado, a criação de vínculos sociais, a interdependência e a sustentabilidade (Beltrán, 2019). A produção artesanal associada, desse modo, cria circunstâncias para construção constante de suas identidades como mulheres artesãs, para além do âmbito doméstico, pois possui a capacidade de gerar, dentre tantos efeitos, a “elevação da estima, adaptação e flexibilidade da jornada de trabalho de acordo com as necessidades das artesãs, maior participação na vida comunitária e formação política por meio dos encontros, fóruns, feiras e eventos” (Nascimento, 2018, p.23).

Relação com a natureza e conhecimentos tradicionais

Além da ênfase no trabalho associado e na promoção da autonomia, a revisão de literatura abrangeu também aspectos sobre as percepções, relações e representações em relação à espécie do buriti (*Mauritia Flexuosa*). Investigando o papel dos coletores e artesãos da Região dos Lençóis Maranhenses, Dutra e Neri (2018) elaboraram um mapeamento sobre as formas tradicionais de manejo, extração e conservação dos buritizais.

Nesse sentido, são reconhecidos os saberes que atravessam gerações entre as artesãs, como o conhecimento do tempo ideal de retirada do chamado olho de buriti (parte mais interna das folhas da palmeira e que serve à extração do linho do buriti), que deve ser extraído “uma vez a cada duas luas” (Dutra; Neri, 2018, on-line)., isto é, a cada dois meses, quando acontece a lua nova. A superexploração e manejo inadequado consistem nos principais motivos de degradação dos buritizais, pois o desrespeito dos seus ciclos biológicos leva a morte das espécies. Além disso, há o alinhamento de acordos para o controle das retiradas por meio de regras estabelecidas entre as comunidades, bem como incentivo para o replantio em áreas degradadas (Dutra; Neri, 2018).

Por outro lado, Sousa (2015) aciona os dados do IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos) sobre a diminuição dos índices e supressão das áreas com cobertura vegetal em Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia entre 2008 e 2013. Esses fenômenos coabitam um cenário marcado por processos de desenvolvimento produtivo alinhado a um mercado capitalista. Como consequência do crescimento do setor turístico e da ampliação dos alcances da comercialização da cadeia artesanal, há um mercado externo com uma demanda constante por matéria-prima e produtos artesanais, o que ocasiona a retirada inapropriada dos olhos de buriti, desrespeitando o limite de reposição das espécies (Sousa, 2015).

A partir dos estudos selecionados, percebemos como os conhecimentos tradicionais em torno do artesanato em fibra de buriti está ligada a uma outra interpretação a respeito da dimensão natural, não como um domínio separado da cultura a ser explorado, descartando suas particularidades como um ser orgânico. Existe a sustentação de uma base

material de cuidado entre os sujeitos implicados ao longo da cadeia produtiva: a vida do buriti depende de um manejo consciente por parte dos coletores e artesãs, assim como os coletores e as artesãs dependem do buriti para criação das condições de sua autonomia. Logo, as relações entre o artesanato em fibra de buriti e o ecofeminismo ressoam profundamente no modo como os mecanismos impostos por um modo de produção globalizado afetam as formas de fazer tradicionais das artesãs e a sustentabilidade das ecologias nativas dos territórios (Svampa, 2015).

Especulações sobre designs a partir de uma perspectiva ecofeminista

Na América Latina, o design moderno foi instrumentalizado como um campo de saber especializado, baseado em aspectos ocidentalizados, como a racionalidade, a universalidade e o reducionismo projetual (Escobar, 2014). Abordagens contemporâneas do design a partir de uma perspectiva de gênero (Duran; Fresler, 2021) criticam o universalismo androcêntrico e a falsa neutralidade que se reproduzem por meio de práticas e representações do design na modernidade.

Segundo Duran e Fresler (2021), as historiadoras do campo do design vêm questionando, desde os anos 1980, o paradigma complementarista que confina os valores, qualidades e características entendidas como “femininas” na esfera doméstica e as “masculinas” na esfera pública. Assim, as oposições binárias entre artesanato-design, feminino-masculino, privado-público e decorativo-funcional são compreendidas como heranças de uma forma de se entender o design ainda profundamente enraizada em um sistema moderno/colonial patriarcal. Mignolo e Mignolo (2023) discutem sobre a superação destas regulamentações e significados modernos em termos de design, estes os quais podem ser instrumentalizados como mecanismos de dano e controle de epistemologias e práticas locais através de um ideal universal.

Nessa perspectiva, diversos autores latinoamericanos iniciaram um processo de questionamento do sistema moderno/colonial e suas imbricações sobre os conhecimentos e fazeres marginalizados pelo eixo hegemônico do design. Escobar (2016) propõe o reconhecimento das práti-

cas localizadas de design como um modo de “design autônomo”, isto é, a forma como cada comunidade produz o design de si mesma, em suas temporalidades, visões de mundos, territórios e relações específicas. As imaginações de design são orientadas para as possibilidades latentes dos contextos sociohistóricos e materiais vividos. Engajando-se em processos criativos participativos com comunidades localizadas, o design se volta ao fortalecimento de suas autonomias e seus modos de vida comunitários, práticas estas que tangenciam o ecofeminismo e sua valorização da territorialidade. Ao reconhecer o design em sua dimensão ontológica, o design autônomo questiona como o design “implanta tipos particulares de poder em corpos, espaços ou objetos para focar na capacidade de expandir e produzir novas formas de ser, novos espaços e materialidades” (Escobar, 2016, p.43).

No contexto das interações entre o artesanato em fibra de buriti e o design no Maranhão, observamos pistas para especular sobre as possibilidades de um design sob a lente do ecofeminismo. Ao analisar os processos de hibridação entre design e artesanato no contexto de Santa Maria (Alcântara - MA), Alves (2016) discorre sobre a modificação de um paradigma antes voltado ao atendimento de um mercado de circulação interna em direção a uma dinâmica voltada ao mercado externo, inserindo o artesanato em uma lógica de empreendedorismo e mercado globalizado. Assim, são observadas as parcerias entre artesãs e designers, que levam às inserções de novas técnicas e tecnologias na produção artesanal.

Todavia, é preciso reconhecer os limites da atuação do design na relação traçada com as comunidades artesanais, entendendo, sobretudo, a autonomia das artesãs na produção das suas próprias formas de fazer, a fim de evitar a implantação de outras formas de produção e temporalidades alheias às suas dinâmicas particulares (Noronha, 2018).

Nessa perspectiva, Noronha, Portela e Farias (2022) trazem a importância de analisar o artesanato para além da dimensão econômica, pois são fazeres permeados por valores simbólicos, culturais e sociais, que orientam outros modos de produção e relações. Isto se observa nas experiências de pesquisa de Portela (2018) com as artesãs de fibra de buriti, também no povoado de Santa Maria. Os resultados da investigação apontam que os processos de design participativo para análise dos

parâmetros da lacuna de gênero do Fórum Econômico Mundial (saúde e bem-estar, participação política, educação e participação econômica) devem ser produzidos e discutidos coletivamente e de maneira situada, evitando as armadilhas discursivas impostas por representações e materialidades de design, que podem desembocar em noções unificadas e globalizadas sobre as condições de gênero.

Portanto, as indagações em torno de uma perspectiva ecofeminista em processos de pesquisa em design envolve considerar as visões de mundos e necessidades específicas das mulheres em seus vínculos com os territórios (Mourão *et al.*, 2022). No cenário do artesanato, são as mulheres que geralmente assumem o papel de articuladoras de modos de agremiação coletiva, participação comunitária e manutenção de práticas artesanais tradicionais. Ainda que tenham vivenciado trajetórias de socialização marcadas por desigualdades de gênero, estas práticas criativas possibilitam que as artesãs ressignifiquem suas condições sociais e subjetivas, criando condições de emancipação.

Considerações finais

Este artigo objetivou a análise de aspectos do ecofeminismo nas dinâmicas situadas das artesãs de fibra de buriti do Maranhão, através de uma revisão narrativa de literatura. Como principais conclusões, enfatizam-se a existência de processos sociais que ocasionam a invisibilidade e desvalorização dos trabalhos femininos e a exploração excessiva dos buritizais. No entanto, o artesanato também promove a autonomia das artesãs, impulsionando a participação comunitária e a ressignificação das suas identidades.

As amarrações possíveis entre ecofeminismo e o artesanato em fibra de buriti localizam-se no potencial do trabalho artesanal associado valorizar a interdependência da dimensão produtiva/pública e reprodutiva/doméstica, através da participação feminina em novos ambientes, contextos e relações sociais, que dão vazão para o entendimento do gênero como uma construção contínua.

Além disso, identificamos cruzamentos entre tais perspectivas nos modos de criação de significados atribuídos à natureza, dado que os co-

nhcimentos tradicionais relacionados à fibra do buriti derivam de uma interconexão entre cultura e natureza. Isto implica em um posicionamento crítico diante das imposições de um modelo produtivo capitalista/industrial que promove rupturas entre tais dimensões, fenômeno que se materializa no agravamento da devastação ambiental, na exploração exacerbada da mão-de-obra e na subjugação de mulheres artesãs.

Por fim, apresentam-se algumas reflexões em torno da possibilidade de uma perspectiva ecofeminista na pesquisa em design. Traze-mos, portanto, a noção de um design autônomo, produzido pelas próprias comunidades de artesãs, através de um movimento constante de abertura para trocas com atores externos e fechamento para preservação de seus próprios valores (Escobar, 2016). Assim, o design, enquanto um mediador de processos participativos de imaginação de futuro, tem a capacidade de tangibilizar materialidades e representações que orientam as condições para o fortalecimento de autonomia, redefinindo significados e valores que perpassam as diferenças de gênero.

Referências

ALVES, J. G. Artesanato & Design: A troca e a cooperação no caso da fibra de buriti no Maranhão. In: SANTOS, D. M.; NORONHA, R. G.; CARACAS, L. B.; CESTARI, G. A. V. (org.). *Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos*. São Luís: Edufma, 2016. p. 89-107

ARROYO, Adriana Guzmán. *Descolonizar la memoria, decolonizar los feminismos*. Segunda edición. Qullasuyu Marka: Editorial Tarpuna Muya, 2019.

BELTRÁN, E. Ecofeminismo. In: SOLÓN, P. *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglo-balização*. São Paulo: Elefante, 2019. p.103-132

CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, n. 6, p. 428-431, nov. 2007.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

DURÁN, V.; FLESLER, G. De visibilizaciones, esencialismos y contingências: aportes de los estudios de género al campo del diseño. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas* “Mario J. Buschiazzo”. 51(1), 2021. Disponível em: <https://www.iaa.fadu.uba.ar/anales/anales51-1/v51n1a07.htm>.

DUTRA, L. M. R.; NERI, A. C. A. A tradição do uso da fibra do buriti (*Mauritia flexuosa* L. F., *Arecaceae*): Percepção ambiental e saberes de coletores e artesãos na região dos Lençóis Maranhenses, MA. In: *Anais da 70ª REUNÃO ANUAL DA SBPC*, Maceió/Al: Ufal, 2018.

ESCOBAR, Arturo. *Autonomía y diseño: la realización de lo comunal*. Popayán: Universidad del Cauca; Sello Editorial, 2016.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín, Colombia: UNAULA, 2014.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002

KELLER, P. F. TRABALHO ARTESANAL EM FIBRA DE BURITI NO MARANHÃO. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 18, n. 3, 2011.

MIES, M; SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MIGNOLO, A. W.; MIGNOLO, W. D. Preface. In: MIETTINEN, Satu; MIKKONEN, Enni; SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo; SARANTOU, Melanie. *Artistic cartography and design explorations towards the pluriverse*. New York and London: Routledge, 2022.

MOURÃO, N. *et al.* Fazer para o bem viver: notas sobre cuidado e felicidade em práticas criativas de mulheres no Maranhão. In: Noronha, R. *et al.* (orgs.). *Comunidades Criativas e Saberes Locais: experiências do PROCAD-AM (UFMAUEMG-UFPR)*. Editora Insight, 2022. P. 163-182

NASCIMENTO, Alany Barbosa. Unidas pela fibra: trabalho associado, solidário e artesanal de mulheres em São Luís, Maranhão, Brasil. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, [S.L.], v. 3, p. 1-27, jan. 2018.

NORONHA, R. The collaborative turn: challenges and limits on the construction of common plan and on autonomía in design. In: *Strategic Design Research Journal*. v. 11, n. 2, p. 125-135, maio-ago 2018

NORONHA, R. G.; FARIAS, L. G. D.; PORTELA, R. L. Design, artesanato e participação: reflexões para a autonomia produtiva de artesãs do Maranhão. *DAT Journal*, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 124-143, 2022. DOI: 10.29147/datjournal.v7i4.642. Disponível em: <https://datjournal.anhembi.br/dat/article/view/642>. Acesso em: 12 dec. 2023.

PÉREZ-BUSTOS, T. El tejido como conocimiento, el conocimiento como tejido: reflexiones feministas en torno a la agencia de las materialidades. *Rev. Colomb. Soc.*, 39(2), p. 163-182, 2015

PORTELA, R. L. *Correspondências por meio de ferramentas de design: artesanato e empoderamento (ou aprisionamento?)*. Dissertação (Mestrado em Design) - PPGDg-UFMA, Universidade Federal do Maranhão. Maranhão. 2018.

SEBRAE. *Cooperativa: Série Empreendimentos Coletivos*. Minas Gerais: SEBRAE, 2009.

SERENO, Luciany Fusco; KELLER, Paulo Fernandes. Artesãs e cooperativas: a construção social do interesse na ação cooperada na economia do artesanato no Maranhão. *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, v., n. 22, p. 11-32, 2017.

SOUSA, K. R. *Economia extrativa da fibra de buriti (Mauritia Flexuosa) para o desenvolvimento sustentável da microrregião dos Lençóis Maranhenses - MA na atualidade*. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - UFMA, Universidade Federal do Maranhão, 2015.

SVAMPA, M. Feminismos del Sur y ecofeminismo. *Nueva Sociedad*, n. 256, p. 127131, mar./abr., 2015.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GT8 - Povos e comunidades tradicionais, mudanças climáticas no/do capitaloceno e conflitos socioambientais



Território que produz vida: saberes, práticas e produção local de comunidades tradicionais da Resex Tauá-Mirim

Luana Appel dos Santos¹
UFMA

Madian de Jesus Frazão Pereira²
UFMA

Horácio Antunes de Sant'ana Junior³
UFMA

Introdução

A organização social em defesa do território tradicional e da biodiversidade, pelas comunidades que compõem a Reserva Extrativista Tauá-Mirim tem seu processo iniciado na década de 1970, com a formação de algumas associações de moradores, como a União Beneficente dos Moradores do Coqueiro (1970); a União de Moradores do Bairro Tauá-Mirim (1976); e a Associação de Moradores do Taim (1987), conforme aponta o Processo nº 02012.001265/2003-72 (Brasil, 2015), que trata da criação da Resex Tauá-Mirim junto ao Ministério do Meio Ambiente.

O período é o mesmo em que foram iniciadas as pesquisas e especulações voltadas para a implantação do Programa Grande Carajás (PGC), aprovado em 1980, através do Decreto-lei nº 1.813 e Decreto do Poder Executivo nº 85.387 (Sbrana, 2015). Esses decretos criaram, à época, o maior programa de desenvolvimento regional em todo o mundo. O PGC destinava uma área de cerca de 900 mil quilômetros quadrados, nos estados do Pará, Goiás (atualmente Tocantins) e Maranhão, tendo como eixo principal a implantação de estrutura para a extração, transporte e exportação do minério de ferro da Serra de Carajás, no sudeste do Pará, sob controle da, então, estatal Companhia Vale do Rio Doce, hoje privatizada e denominada apenas Vale S.A. Além disso, o Programa ofere-

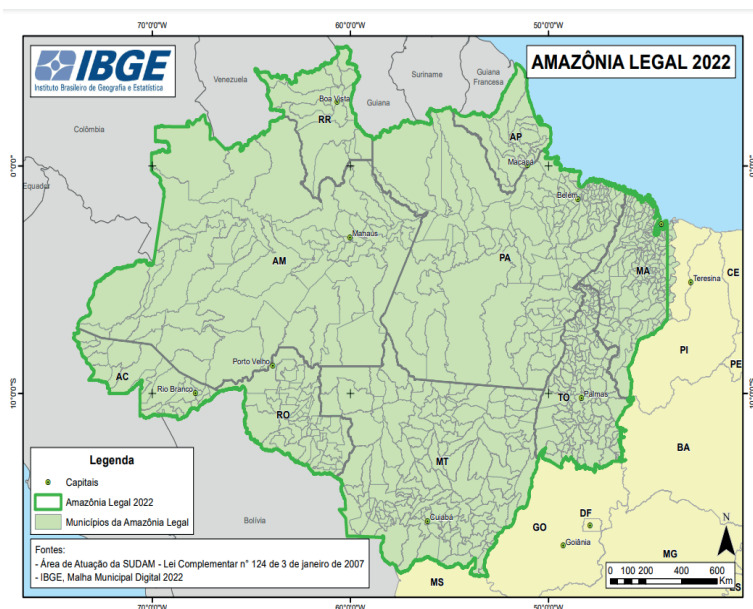
1. Discente do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Pibic/Fapema). Integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma/UFMA). E-mail: luana.appel@discente.ufma.br.

2. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma/UFMA). E-mail: madian.fraza@ufma.br.

3. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente. Bolsista de Produtividade do CNPq Nível 2. E-mail: horacio.antunes@ufma.br.

cia incentivos financeiros e tributários, voltados para a implantação de grandes empreendimentos agropecuários, florestais, industriais e de infraestrutura de transporte, energética, urbana (Mapa de Conflitos, 2019).

Imagem 1 – Amazônia Legal, que abrange grande parte do estado do Maranhão, incluindo a Ilha de Upaon-Açu.



Fonte: Mapa produzido pelo IBGE (2022)

Uma das principais infraestruturas de transporte constituída foi a Estrada de Ferro Carajás, administrada pela Companhia Vale do Rio Doce (VALE), que até os dias atuais transporta o minério de ferro a céu aberto, das grandes minas do sudeste do Pará até o litoral maranhense, onde foi implantado o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui, Terminal Portuário da Ponta da Madeira, Porto da Alumar e outros portos menores. Nos entornos do Complexo Portuário, foi formado o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), além da base de armazenamento e estocagem de minério da Vale. (Sant’Ana Júnior et al., 2009).

A área onde todos esses empreendimentos foram implantados se situa na mesma região onde estão localizadas as comunidades tradicionais que compõem a Resex Tauá-Mirim e seu entorno, na zona rural de São Luís. Os empreendimentos vêm causando, desde seu início, danos ambientais e graves consequências aos modos de vida de moradores e moradoras das comunidades, seja pela poluição, pelo assoreamento de rios e igarapés, pela diminuição dos manguezais e florestas, pela espoliação dos territórios, entre outros.

A partir da percepção sobre os danos ambientais, que poderiam afetar não somente os territórios tradicionais, mas toda a população da Ilha de Upaon-Açú⁴, onde se situam os municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, lideranças dessas comunidades, desde meados da década de 1990, se voltaram para o debate e articulações em torno da conservação ambiental.

Já em 1985, foi realizada uma reunião entre os moradores da comunidade Jacamim, quando se comprometem com a luta pela conservação dos recursos naturais da ilha de Tauá-Mirim (Brasil, 2015). Durante a década de 1990, foram fundados movimentos sociais, tais como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e o Fórum Carajás, que passaram a atuar de forma conjunta na defesa dos territórios tradicionais e conservação ambiental, aprofundando o debate em espaços comunitários (Sbrana, 2019).

Alberto Cantanhede Lopes, conhecido popularmente como Beto do Taim, que é pescador e liderança comunitária no Taim, acompanhou todo esse processo de articulação e é um dos interlocutores deste trabalho. Afirma que as discussões em torno da criação de uma reserva extrativista foram iniciadas no ano de 1996, em uma ação articulada entre as comunidades do Taim, Porto Grande, Cajueiro, Limoeiro, Rio dos Cachorros e Vila Maranhão, contando com a participação e apoio de movimentos sociais e pesquisadores(as) (depoimento coletado em 20 de maio de 2023, na comunidade Porto Grande).

4. Nome dado pelos Tremembés (Tupi-Guarani), que significa “ilha grande”. Optamos por utilizá-lo em nosso texto como referência aos povos e comunidades tradicionais, que historicamente resistem à exploração e opressão promovida pelos projetos de desenvolvimento. Contudo, cabe ressaltar que os nomes mais comumente utilizados nas bibliografias são “Ilha do Maranhão” ou “Ilha de São Luís”.

Entre as reflexões abordadas pelas comunidades, destacava-se a preocupação com as consequências ambientais que vinham se estendendo sobre seus territórios e afetando diretamente o seu modo de vida. Além disso, havia a preocupação com os desdobramentos que os danos ambientais poderiam causar para toda a ilha, conforme apontado por Maria Máxima Pires, a D. Máxima, referência na comunidade de Rio dos Cachorros e interlocutora da pesquisa (depoimento coletado em 22 de outubro de 2022, na comunidade Rio dos Cachorros).

No ano 2000 foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), através da Lei Federal nº 9.985 (Brasil, 2000). A partir daí, as comunidades passam a voltar suas articulações para o cumprimento das diretrizes propostas pelo Snuc, além de continuar realizando reuniões, produzindo abaixo-assinados e participando de discussões na esfera pública, no intuito de chamar a atenção dos governantes sobre a importância da conservação ambiental, não só para as comunidades, mas para toda a população de São Luís.

No ano de 2002, foi publicado o decreto Estadual nº 18.842/2002, que estabeleceu o território parte do Distrito Industrial de São Luís (Disal), compreendendo uma área de 17.776 hectares. No ano seguinte, foi enviado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)⁵ um abaixo assinado com 137 assinaturas, com o objetivo de abrir o processo de criação da Resex do Taim, primeiro nome escolhido para a unidade de conservação.

Nos anos seguintes o debate em torno da criação da reserva extrativista foi se intensificando, agregando outras comunidades e recebendo apoio de movimentos sociais, sindicatos, pesquisadores(as) e universidades. Foram realizados os estudos exigidos pela legislação para a criação de uma unidade de conservação (Ibama, 2007), culminando no encaminhamento do processo para o recém-criado ICMBio, logo após a sua conclusão, em 2007. A partir desse mesmo ano, representantes de setores governamentais e empresariais passaram a interferir de forma mais incisiva no debate e a se manifestar contrariamente à criação da Reserva

5. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado no ano 2000, foi coordenado pelo IBAMA até o ano de 2007, quando ocorreu a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para onde a gestão do Snuc foi migrada.

Extrativista. Com isso, os conflitos de interesses ficaram mais evidentes, principalmente por conta da estreita relação entre esses dois setores.

De acordo com Sbrana (2019), os conflitos sobre o uso do território se desdobram em certa morosidade no processo e, com isso, no ano de 2008, o Ministério Público Federal (MPF) passou a averiguá-lo, sendo encaminhado em setembro do mesmo ano para o Ministério do Meio Ambiente e, posteriormente, para a presidência da República. Houve pareceres favoráveis à criação da Resex por parte da Advocacia Geral da União (AGU) e do ICMBio, contudo foi apontada a existência de uma unidade de conservação denominada Estação Ecológica do Taim, no estado do Rio Grande do Sul. Com isso, foi sugerida a substituição do no da Reserva Extrativista. Após consulta às comunidades foi definido que seu nome passaria a ser Reserva Extrativista Tauá-Mirim, que foi aceito pelo Ministério do Meio Ambiente e passou a ser adotado a partir de então.

Por conta dos interesses de grupos empresariais que atuam na região e de planejadores estatais que operam com a concepção de que toda ela deve estar voltada para a expansão portuária e industrial, apesar dos pareceres favoráveis, o processo de reconhecimento da Resex continuou não avançando, ao passo que as comunidades seguiram se articulando de forma autônoma em torno da defesa dos territórios e conservação da biodiversidade, contando com o apoio de movimentos sociais, comunitários e sindicais, organizações religiosas e grupos de pesquisa e extensão acadêmicas.

É a partir da noção de que a conservação ambiental no território representa garantia de vida para seus moradores(as) e para toda São Luís, que as comunidades realizam, no dia 17 de maio de 2015, uma Assembleia Popular, na comunidade do Taim e se autoproclamam Reserva Extrativista Tauá-Mirim e criaram um Conselho Gestor da Resex, dando continuidade na luta por reconhecimento oficial da unidade de conservação e pela garantia do controle comunitário do território tradicional. Essa luta ocorre em âmbito judicial, mas também se expressa nos conflitos e ameaças sofridas por suas lideranças no cotidiano.

Em 6 de novembro de 2015, as comunidades e movimentos sociais provocam uma reunião, cuja pauta foram as situações de ameaça vivenciadas por moradores(as) da Resex de Tauá-Mirim. A referida reunião contou com a presença dos Promotores de Meio Ambiente do Ministério

Público Federal (MPF) e do Ministério Público Estadual (MPE) no Maranhão, de representantes do Instituto da Cidade (órgão da Prefeitura Municipal de São Luís), quando estes solicitaram dos pesquisadores envolvidos na discussão um levantamento prévio das comunidades localizadas na área de amortecimento da Resex.

Representantes de setores empresariais e governamentais passaram a afirmar que o território em questão não é produtivo e tentaram justificar com esse discurso a expansão dos grandes empreendimentos, ignorando todo o dano social e ambiental envolvido. As comunidades, por outro lado, realizam práticas econômicas tradicionais, com destaque para a agricultura familiar, pesca artesanal e o extrativismo vegetal, garantindo um uso do território pautado na defesa da sustentabilidade ambiental, na soberania alimentar e no bem viver⁶.

A pesquisa parte, portanto, da demanda de se produzir um maior conhecimento sobre a organização social, produção local, saberes e práticas de comunidades situadas na Resex Tauá-Mirim, reconhecendo sua importância para a valorização e conservação da biodiversidade, frente às consequências ambientais e conflitos vivenciados com os grandes empreendimentos.

A metodologia trabalhada foi a pesquisa-ação (Thiollent, 2009), método que propõe pesquisa e produção de conhecimentos com caráter técnico e social, buscando-se situar o ponto de partida em uma perspectiva de aproximação da realidade social tomada por meio de uma construção dinâmica e/ou participativa, levando em conta as dimensões micro e macro e as relações entre os sujeitos sociais presentes em uma realidade.

Resex Tauá-Mirim: território que produz vida

A Resex Tauá-Mirim, localizada na porção sudoeste da Ilha de Upaon-Açú, compreende as comunidades Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, parte da Vila Maranhão (Porto das Arraias), Amapá, Em-

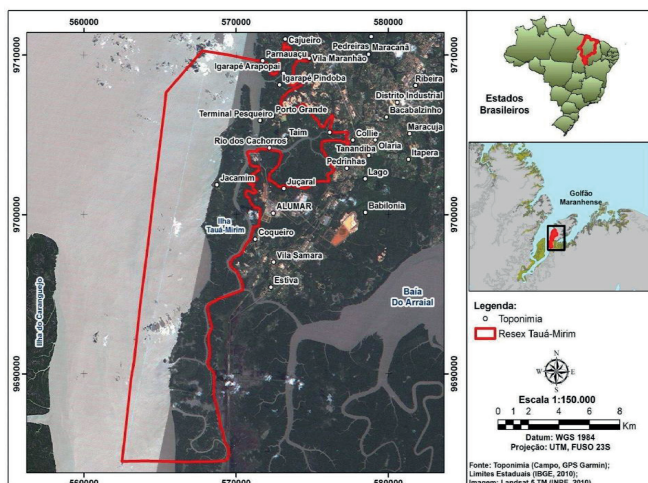
6. Para Krenak (2020), o bem viver é abundância que a Terra proporciona como expressão de vida. O termo é pautado na garantia da vida de toda a natureza e é comumente utilizado por comunidades tradicionais para se referir a uma relação equilibrada e respeitosa com a terra e entre os povos que a habitam.

baubal, Portinho, Jacamim, Ilha Pequena, Tauá-Mirim e parte do Cajueiro (Parnauaçu), abrangendo parte da Zona Rural do município de São Luís.

O território integra a região costeira amazônica e tem imensa relevância para a conservação da biodiversidade na ilha, composta por inúmeros manguezais que amortecem as marés e pela presença de florestas, rios e igarapés, fontes de manutenção da vida e reprodução de toda a natureza (Ibama, 2007). Conforme aponta nossa interlocutora Maria Máxima Pires (depoimento coletado em 22 de outubro de 2022, na comunidade Rio dos Cachorros), a Resex Tauá-Mirim está para a Ilha de Upaon-Açu tal qual a Amazônia está para o Planeta Terra, sendo essencial para a manutenção da vida.

Além disso, o território que compreende a Resex Tauá-Mirim é composto por um total de doze comunidades e, em seu entorno, localizam-se outras 18 comunidades tradicionais (Gedmma; Nera; Nego; Nupe-dd, 2016), que neste chão produzem seu alimento, moradia e bem viver, atuando como defensores(as) da conservação da biodiversidade. Com a efetivação da Resex, as comunidades do seu entorno também serão beneficiadas com políticas públicas e incentivos à manutenção de seus modos de vida, por serem parte da zona de amortecimento da Resex.

Imagem 2 – Localização da área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão.



Fonte: Imagem de satélite do Google Earth; Mapa elaborado por Clarissa Lobato da Costa (2017) a partir de delimitação feita pelo ICMBio em 2012.

Para realização da pesquisa, com a apoio de integrantes do Gedmma, foram aplicados questionários com perguntas fechadas (opções a assinalar) e abertas (que se desdobraram em entrevistas), através do aplicativo de coleta de dados *Coletum*, com o total de cento e dez pessoas residentes nas doze comunidades, sendo sessenta e sete mulheres e quarenta e três homens. Ainda sobre o perfil das pessoas que responderam ao questionário, no quesito cor ou raça, tem-se o seguinte: quarenta e quatro se declaram pretos(as); cinquenta e cinco se declaram pardos(as); cinco brancos(as); um indígena; e cinco afroindígenas. Observa-se um forte recorte racial, com uma população de maioria preta, parda ou indígena/afroindígena.

Por se tratar de um território de grande biodiversidade, as comunidades da Resex Tauá-Mirim associam diversas formas de produção como estratégia para garantir a segurança alimentar e o acesso à renda. Entre as pessoas entrevistadas, 45% informaram realizar produção de roça; 93% realizam produção de quintal; 58% criação animal; 38% produção de farinha; 56% pesca e mariscagem; e 70% extrativismo vegetal.

Tabela 1 - Entrevistados(as) por comunidade que informaram realizar atividades de produção em áreas da Resex Tauá-Mirim.

Comunidade	Total de pessoas entrevistadas	Atividades de produção realizadas					Extrativismo vegetal
		Produção de roça	Produção de quintal	Criação animal	Produção de Farinha	Pesca e/ou mariscagem	
Amapá	6	5	5	3	5	4	5
Cajueiro (Panaua-çu)	1	-	1	1	-	-	1
Embaubau	6	4	5	4	5	3	5
Ilha Pequena	2	-	2	2	-	-	2
Jacamin	15	7	14	8	7	10	7
Limoeiro	1	1	1	1	1	1	1
Portinho	9	5	8	6	4	4	4
Porto Grande	18	1	16	7	-	7	9
Rio dos Cachorros	22	9	22	11	7	10	15
Taim	17	10	17	10	8	13	17
Tauá Mirim	4	3	4	4	4	4	4
Vila Maranhão (Porto das Arraías)	9	4	7	7	1	5	7
TOTAL	110	49	102	64	42	61	77

Destacamos uma maior presença da produção de quintal e extrativismo vegetal, realizados pela maioria das pessoas entrevistadas. Contudo, as demais atividades, principalmente a produção de roça, produção de farinha, a pesca e mariscagem, podem não ser feitas diretamente pela pessoa que respondeu ao questionário, mas, por outra pessoa da família, seja ela moradora ou não do mesmo domicílio. Isto porque, todas as pessoas entrevistadas informaram que sua alimentação é garantida principalmente pela produção local, com importante destaque para a farinha, extrativismo vegetal, pesca e mariscagem. Todos(as) informaram também que, através do resultado da produção, garantem o consumo próprio do núcleo familiar, doando o excedente para parentes que moram em outras residências, e fazendo doações ou trocas com outras famílias de sua comunidade. Do total de entrevistados(as), setenta informaram que também comercializam sua produção, como importante forma de acesso ou incremento à renda.

Da reserva são extraídos diversos produtos vegetais, tais como juçara, coco babaçu, buriti, murici, urucum e outros, além de palha, madeira e mangue para a construção de moradias. Através da pesca e mariscagem, seus moradores e moradoras acessam pelo menos 18 qualidades de peixes e 05 qualidades de crustáceos, organizando-se em alinhamento com os períodos de defeso de cada espécie. Nas roças e quintais, produzem culturas como mandioca, macaxeira, milho, feijão, quiabo, maxixe, vinga, plantas medicinais, frutíferas e canteiros de horta. Da produção de mandioca, produzem a farinha que garante a segurança alimentar por longos períodos do ano ou é comercializada.

A comercialização dos produtos é feita através de pequenos comércios locais, participação em feiras diversas, atendendo a encomendas de clientes finais, e principalmente, através da Feira da Resex Tauá-Mirim, que é estratégia conjunta das comunidades no intuito de escoar sua produção e reivindicar o reconhecimento da reserva extrativista autoproclamada.

A realização da Feira da Resex é coordenada pelo Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim e conta com o apoio de parceiros, como a Apruma⁷, o

7. A Apruma é a seção sindical que representa o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-SN, no estado do Maranhão.

Gedmma, o Movimento Sem Terra (MST)⁸, a Associação Agroecológica Tijupá⁹ e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sendo o campus de São Luís da UFMA o espaço onde a referida feira vem sendo realizada.

Além da possibilidade de geração de renda para as comunidades, a feira representa a autoafirmação do território da Resex Tauá-Mirim como produtivo, contrapondo ao discurso promovido pelos representantes de setores empresariais e governamentais que afirmam que o território não produz. Contudo, o que as comunidades dizem a respeito dessa produção vai muito além da noção de lucro, estando ligada à manutenção da vida.

Lideranças comunitárias: compromisso e luta em defesa do território e da conservação da biodiversidade

As comunidades tradicionais da Resex Tauá-Mirim relacionam-se com a terra a partir de uma noção de pertencimento, identidade, garantia de vida e espaço, na qual dialogam as dimensões material e espiritual, conforme pode ser observado em Santos (1999). Por ser composto por florestas, rios, igarapés e inúmeros manguezais, que amortecem as marés, o território da reserva extrativista é fonte de manutenção da vida e reprodução de toda a natureza, contribuindo ainda com o enfrentamento das consequências das mudanças climáticas causadas pela poluição e aquecimento global. A conservação da biodiversidade para as comunidades da Resex está ligada, então, à manutenção da vida de seus moradores e moradoras, mas também de todas as pessoas que residem em Upaon-Açu.

Por outro lado, há também a relação espiritual das comunidades com o território, que consideram ser morada dos encantados que ali habitam muito antes da chegada de quem hoje o ocupa fisicamente. É a partir deste entendimento, que Maria Máxima Pires (depoimento coletado em 22 de outubro de 2022, na comunidade Rio dos Cachorros), con-

8. O Movimento Sem Terra (MST) está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país, atuando no apoio, luta e organização social dos trabalhadores rurais em defesa dos territórios e da reforma agrária no Brasil. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>

9. A Tijupá trabalha e fomenta o desenvolvimento de iniciativas na produção agroecológica em vários municípios maranhenses, promovendo e apoiando a realização de feiras de coletivos e comunidades.

ta histórias de sua infância, quando participava de festejos nas casas/terreiros de Tambor de Mina que cultuam tais encantados. Para ela, o território é sagrado, é espaço de fundamento e força para toda a encantaria¹⁰ maranhense.

Para Alberto Cantanhede, o Beto do Taim (depoimento coletado em 20 de maio de 2023, na comunidade Porto Grande), a luta pela defesa do território e sua relação com ele perpassa toda sua vivência, seu modo de vida, sua relação com a família, comunidade e espiritualidade, partindo de uma noção de pertencimento de tudo isso com a natureza. Beto é pescador e marisqueiro, membro do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades Tradicionais Costeiras e Marinha (CONFREM), e tem atuado na luta pelo reconhecimento da reserva extrativista desde o seu início.

Resistir às investidas do capital para implantar e/ou expandir grandes empreendimentos no território tem sido missão árdua dos(as) moradores(as), afetando principalmente as lideranças que articulam e estão à frente das lutas. Além disso, as consequências ambientais se desdobram em problemas que são vivenciados pelas comunidades em seu cotidiano e comprometem diretamente em seus modos de vida.

A pesquisa identificou alguns desses problemas, dos quais destacam-se: a poluição dos rios e destruição de nascentes, igarapés e brejos; o impedimento de acesso à floresta; impedimento de acesso ao mar; destruição da economia local; conflitos nas comunidades; ameaças; entre outros. Esses problemas foram relatados tanto pelos(as) entrevistados(as) que responderam ao questionário, como também pelas lideranças interlocutoras da pesquisa, que já os vivenciaram durante seu processo de luta.

A família de João Germano da Silva, o Seu Joca, foi a última que permaneceu residindo e resistindo na comunidade de Parnauaçu, no Cajueiro. O território é cercado por grandes empreendimentos e local pretendido para a implantação de um novo Porto, planejado pela WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA, em articulação com se-

10. Encantaria é uma manifestação espiritual e religiosa afro-indígena, muito difundida no estado do Maranhão, podendo estar associada às seguintes expressões religiosas: Pajelança ou Cura, Terecô, Babaçuê e Tambor de Mina (FERRETTI, 2000).

tores empresariais e governamentais da China, sendo posteriormente comprada pela Cosan S.A.¹¹. Atualmente o local está identificado com o nome “TUP – Terminal de Uso Privado”.

Seu Joca conta que a chegada deste empreendimento se deu sem nenhuma consulta prévia à comunidade e afetou diretamente na vida de todos. Houve situações de ameaças e intimidações a moradores(as), remoções arbitrárias com derrubadas de casa, além de conflitos dentro do território, e com isso, diversas pessoas foram vendendo suas casas e se retirando, exceto seu Joca e sua família¹².

O que as três lideranças comunitárias têm comum é o sentimento de pertencimento com o chão e a revolta com os abusos cometidos pelos representantes dos empreendimentos, que invadem os territórios, e pelos representantes de setores governamentais que são coniventes com tais práticas, ignorando a existência das comunidades e toda sua trajetória de luta em defesa dos territórios e do meio ambiente.

Por fim, destacamos a fala de Dona Máxima, feita durante a Feira da Resex Tauá-Mirim realizada no dia 22 de junho de 2022:

Nós estamos lutando por esse território que é nosso, mas que produz vida não só pra gente e sim pra todos os moradores dessa ilha. A nossa Resex tem uma porção de bens naturais: florestas, águas, mangues, que dão conta de equilibrar o ambiente de toda São Luís. A nossa Resex dá alimento, pra todos nós e pra muita gente dessa ilha. Não fossem as nossas florestas, não sei como essa cidade estaria por conta de toda essa história de todo esse aquecimento global. As nossas comunidades que compõem a reserva extrativista são as guardiãs dessa terra, que nada mais é do que os pulmões de São Luís. Se deixarem que isso se acabe, se acabam todos nós.

11. Cosan S.A. é uma empresa brasileira que desenvolve negócios nas áreas de açúcar, álcool, energia, lubrificantes e logística. Disponível em: <https://www.cosan.com.br/sobre-a-cosan/grupo-cosan/>

12. À época da realização dos trabalhos de campo da pesquisa, a família de seu Joca ainda permanecia no território. No entanto, as pressões realizadas pela empresa interessada na construção do porto e a idade avançada do patriarca (atualmente está com 92 anos), forçaram à negociação de seu terreno e sua venda ao empreendimento.

Conclusões

O levantamento socioeconômico realizado com as doze comunidades tradicionais apresenta dados que confirmam que o território da Resex Tauá-Mirim é produtivo, o que se contrapõe ao discurso promovido por representantes de setores empresariais e governamentais que afirmam o contrário, no intuito de legitimar sua conversão em área portuária ou industrial. Na Reserva Extrativista as comunidades tradicionais produzem seu alimento, moradia, renda e modo de vida, pautadas no bem viver e na abundância que a Terra proporciona como expressão de vida (Krenak, 2020) e atuam como defensoras da Amazônia Maranhense.

As discussões em torno da criação da Resex tiveram seu início no ano de 1996, articulando diálogos e ações com movimentos sociais, pesquisadores(as) e poder público, a fim de chamar a atenção para a necessidade de conservação da biodiversidade no território. O processo foi encaminhado para o ICMBio em 2007, logo após a conclusão dos estudos necessários, havendo pareceres favoráveis da Advocacia Geral da União e do ICMBio, contudo, o processo ainda esbarra em conflitos de interesse, devido ao intuito das grandes empresas em implantar e/ou expandir seus empreendimentos e de planejadores estatais em ampliar a rede de infraestrutura existente na área.

Quando o Estado brasileiro decretar o reconhecimento da Resex Tauá-Mirim, sua gestão passará a ser feita por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável, que no caso é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), contando com a participação de organizações da sociedade civil e das comunidades tradicionais que compõem a unidade de conservação. Essa gestão deverá se voltar para o uso sustentável e conservação dos bens naturais, cabendo a ela seguir todas as regulamentações cabíveis na legislação.

O reconhecimento legal da reserva extrativista representa então a proteção de ambientes naturais que asseguram condições para a existência e/ou reprodução da biodiversidade, garantindo vida para as comunidades tradicionais que vivem na Resex, mas não só. A conservação desse território representa a manutenção da vida para toda a população da Ilha de Upaon-Açu.

Portanto, concluímos apresentando este trabalho como uma soma aos fios que constroem a tessitura da mesma luta, que é das comunidades tradicionais, mas também de todos(as) nós que nos preocupamos com a natureza e o futuro do nosso planeta, que depende de ações concretas voltadas para conservação da sociobiodiversidade hoje.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (2000). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)*. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao-da-natureza-snuc> Acesso em 06/06/2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (2015). *Processo nº 02012.001265/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim*. 6 volumes. Mimeo.

COSTA, Clarissa Lobato da. (2017). *Avaliação da sustentabilidade das pescarias artesanais na área proposta para a criação da reserva extrativista de Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão*. Tese de Doutorado. PPGCMT/Universidade Federal do Ceará.

FERRETTI, Mundicarmo. (2000). *Maranhão Encantado: encantaria maranhense e outras histórias*. São Luís: UEMA Editora.

GEDMMA; NERA; NEGÓ; NUPEDD. (2016). *Relatório sucinto de levantamento de comunidades tradicionais no entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim*. São Luís: Relatório de pesquisa realizado por Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA), Núcleo de Estudos Geográficos (NEGÓ), Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade (NUPEDD), da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: Mimeo.

IBAMA. (2007). *Laudo Sócio-Econômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim*. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA-MA. Mimeo.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Amazônia Legal*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>

KRENAK, Ailton. (2020). *Caminhos para a cultura do Bem Viver*. Palestra apresentada na Semana do Bem Viver da Escola Parque do Rio de Janeiro. Organização: Bruno Maia. Rio de Janeiro.

MAPA DE CONFLITOS. (2019). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-perversidades-sociais-e-ambientais-no-caminho-da-estrada-de-ferro-carajas/> Acesso em 05/06/2022.

ROBINSON, Willian I. (2007). *Una teoria sobre el capitalismo global: Producción, clases y Estado en un mundo transnacional*. Bogotá: Desde Abajo.

SANT'ANA JÚNIOR; Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). (2009). *Ecos dos conflitos socioambientais: A Resex de Tauá-Mirim*. São Luís – MA: EDUFMA.

SANTOS. Milton. (1999). O dinheiro e o território. *GEOgraphia* – Ano. 1 – No 1.

SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. (2019). *Dissecando Narrativas: conflitos ambientais e trajetórias individuais e coletivas no processo de instituição autônoma da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim em São Luís, Maranhão (1996 - 2015)*. Trabalho apresentado no 30º Simpósio Nacional de História (ANPUH-Brasil), Recife, 15 a 19 jul. 2019, p. 1-16.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

*GT 2 - Sociologia das elites e dos porta-vozes de questões
políticas e culturais*



Contenciosos Públicos recentes em torno da Amazônia e das "questões ambientais" no Brasil

Eliana Tavares dos Reis
UFMA

Igor Gastal Grill
UFMA

Introdução

Nossa proposta neste capítulo é atualizar a reconstituição dos conteúdos que têm marcado o cenário público nos anos recentes acerca da Amazônia brasileira e dos impactos econômicos e socioambientais envolvidos nas suas apropriações (físicas e virtuais, objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas). Mais que uma mera descrição dos últimos acontecimentos, tomamos alguns marcos na sucessão de atos discursivos e práticos para, em perspectiva relacional e processual (de curto prazo), esboçar configurações multidimensionais das lutas políticas, bem como compreender lógicas que presidem a edificação de causas legítimas.

É inquestionável o acúmulo de estudos, reflexões e posicionamentos sobre a Amazônia e os temas ambientais correlatos, desenvolvidos a partir de múltiplos domínios sociais. Entretanto, observamos que menos frequentes e robustas são as discussões que abarcam a interferência das redes entretecidas entre a miríade de atores envolvidos e problemáticas com os domínios políticos. Até porque apenas há pouco tempo os estudiosos da política cederam aos chamados à ordem e passaram a promover investimentos disciplinares direcionados a essas questões.

Não podemos, portanto, negligenciar que muitas arenas e profissionais da política (alguns respondendo às interpelações hodiernas de tomadas de posição, outros com vinculações mais arraigadas) têm contribuído consistentemente à produção/reprodução de representações sobre a “região”, consoantes com a edição de suas próprias imagens, inclusive, fundamentando seu potencial como porta-vozes autorizados a descrever, prescrever e representar “causas”, indivíduos, identidades e fronteiras. Em outro texto abordamos, por exemplo, os perfis e inserções de uma coleção de parlamentares – oriundos da Amazônia Legal e com diferentes graus de reconhecimento nacional e internacional – que dedicaram suas carreiras tanto à legislação quanto à formulação de símbolos, signos, significados das suas regiões (GRILL; REIS, 2023).

Os agentes ocupam posições (em distintas escalas) de “representação” em um duplo sentido: enquanto representantes políticos e produtores de representações sobre o mundo social (BOURDIEU, 1996 e 2015; GRILL; REIS, 2016). O que está ligado ao exercício do duplo papel baseado tanto na disponibilidade de ativar mecanismos, estruturas ou dispositivos institucionais nas suas deliberações, como de construir ou mobilizar identidades coletivas e símbolos de reconhecimento (PIZZORNO, 1986; REIS, 2020).

Procuramos aqui examinar as dimensões pontuadas alocando os representantes políticos, principalmente parlamentares, entre outros protagonistas articulados em arranjos (alianças mais ou menos provisórias ou persistentes, com as mais variadas bases e serventias), cujas tomadas de posição, conectividades e tensões podem ser apreendidas a partir da análise de controvérsias divulgadas em meios midiáticos. É por esse intermédio que buscamos analisar *teias de interdependências* (ELIAS, 2000) de forma vigilante/distante dos modos reificadas de pensar o mundo social e, notadamente, atentando ao trabalho dos *empreendedores em/da representação* e os seus repertórios de intervenção, porém não mais adstritos às formas clássicas de ação coletiva (OFFERLÉ, 1998) ¹.

O enquadramento como *empreendedores* é pertinente por contemplar o trabalho político (ativo e contínuo) realizado por especialistas que se engajam em fazer existir publicamente determinados “grupos” e “causas”, assumindo a condição de seus porta-vozes. Eles mobilizam, por um lado, as próprias inscrições pessoais (pertencimentos e vinculações), e, por outro lado, as bases identitárias e organizacionais constituídas no histórico de afirmação de categorias e problemas sociais (COLLOVALD, 1988; OFFERLÉ, 1998; BOURDIEU, 2004; GRILL, 2020).

Tal concepção se coaduna com a disposição analítica de investigar as condições e os condicionantes que interferem na configuração das relações de poder e de dominação, sem aderir à convicção recorrente de que as esferas de ação são autônomas ou constituem ordens apartadas, mas

1. Para acompanhar as transformações da noção de *repertório de ação* ao longo do tempo, consultar os trabalhos de Tilly (1978; 1995; 2008; para citar apenas uma amostra das diferentes fases da sua carreira). Ver o próprio Offerlé (1998) para compreender a maior extensão que deu ao conceito, e Coradini (2010) para uma utilização no estudo de frentes parlamentares no Brasil.

apostando na relevância dos inter cruzamentos entre lógicas e princípios de legitimação à afirmação de questões sociais e intérpretes, a partir de lugares híbridos. Especialmente, perguntando sobre como essa multidimensionalidade e amálgamas podem fazer parte das disputas pela definição de certas categorias de lutas, e servirem de base de legitimação aos seus porta-vozes².

Partimos, pois, de uma arena de hibridação por excelência, os meios midiáticos (especificamente da *internet*), na qual personagens, pertencentes a diversos e simultâneos *domínios de atuação*³, publicizam suas perspectivas sobre assuntos, sobre os quais, ao mesmo tempo, são interpelados a “opinar” e contribuem a produzir “opiniões”⁴. Alguns posicionamentos são reveladores dos alinhamentos políticos engendrados na condução de políticas ambientais pelos dois últimos governos e seus ministros de meio ambiente.

Para fins de equalização, consideramos intervalos temporais idênticos: da eleição dos dois últimos presidentes (Jair Bolsonaro ou Luiz Inácio Lula da Silva) à metade do segundo ano de seus mandatos (2020 e 2024, respectivamente). E procuramos situar, particularmente, a participação dos profissionais da política nessas batalhas, não apenas como operadores de políticas de Estado ou como legisladores, mas cooperando na amplificação e definição dos modos de apropriação das temáticas em pauta.

Com significados variados, as apreciações (mais ou menos eruditas ou leigas) interseccionam princípios econômicos, geopolíticos, ambientais, culturais, morais, entre outros. Bem como mesclam-se – nos usos polis-

2. Esta modalidade construção de objeto, que parte de uma categoria de luta, pode ser encontrada em diversos estudos influenciados pelas formulações bourdieusianas acerca do trabalho de representação (em várias acepções) e seus efeitos políticos. Ver Bourdieu (1996; 2004) e a síntese em *Sociologie Générale* (2015). Algumas investigações desenvolvidas no Brasil servem de baliza ao encaminhamento proposto aqui, como Palmeira (1971), Leite Lopes et. al. (2004), Wagner Almeida (2008), e Grynszpan (2012).

3. Para uma reflexão sobre a pertinência da operacionalização das ideias de *domínios sociais*, amarrada às condições de acesso à *multinotabilidades* por agentes que ocupam posições relativamente bem alocadas, ver Grill e Reis (2018); Reis e Grill (2017a).

4. Ver Bourdieu e Christin (1990) e Champagne (1998).

sêmicos e ambivalentes que intérpretes, mediadores ou representantes autorizados conseguem acionar – em estratégias de ação (ou inações).

E a falta de árbitros ou critérios de validação instituídos – vinculados, por exemplo, a um “campo científico”, “campo político”, “campo econômico”, “campo militante”, “campo jornalístico”, “campo jurídico”, ou até “campo ambiental”, com seus meios específicos de produção, sistemas de classificação e veículos próprios de divulgação –, justifica a alternativa de fitar canais midiáticos como propícios à explicitação das pluralidades e clivagens em jogo. Sobretudo, tratam-se de ambientes heterônomo/heterogêneos de intermediação das lutas em torno da *manipulação dos sistemas simbólicos*, isto é, do poder relativo de esculpir a realidade, contornando princípios, formas de classificação, enfim, as representações dominantes do mundo social (BOURDIEU, 2004, 2015). Logo, possibilitam a apreensão das estratégias de apropriação, reformulação e reverberação dos objetos em disputa.

Em nosso levantamento, dois lugares digitais se destacaram por publicarem conteúdos representativos dos posicionamentos declarados pelos dois polos – que classificamos, para simplificação da localização, como “governistas” e “oposicionistas” (que se alternam segundo o período examinado) –, sobre as intervenções na Amazônia: o Canal Rural e o Brasil de Fato.

O primeiro existe desde 1996, e chegou a ser contemplado com o Prêmio de Comunicação em Marketing, na categoria Veículo de Comunicação da ABMR&A (Associação Brasileira de Marketing Rural & Agronegócio). Desde 2011, quando lançou a plataforma *online* que aglutinaria a totalidade do seu conteúdo, e 2012, quando o portal canalrural.com.br celebrou sua liderança de audiência entre os sites brasileiros de internet dedicados ao agronegócio, houve um significativo e progressivo investimento nas estratégias de disseminação dos seus conteúdos (sites mobile, SmartTV, eventos e impulsionamentos pelo público do agronegócio, tal como o site <<https://www.canalrural.com.br/>>).

Já o segundo é um “site de notícias e uma radioagência”, criado em 2003, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, por “movimentos populares” interessados na “democratização dos meios de comunicação” como recurso de “luta por uma sociedade justa e fraterna”. Por isso,

a ênfase seria na cobertura “das lutas sociais, entrevistas e notícias sobre política, economia, direitos humanos e cultura, sob uma visão popular das cidades, do Brasil e do mundo”. Em 2014, agregou a Radioagência Notícias do Planalto (NP) e os “temas tratados são de política, economia, direitos humanos, cotidiano e cultura, além de produções de serviços” no site <<https://www.brasildefato.com.br/>>.

Afora disponibilizarem informações sobre o processo contencioso, esses meios são significativamente alinhados com os dois polos arrolados. Logo, parecem relevantes fontes de dados acerca dos julgamentos dos agentes, dos “nomes que contam”, das organizações autorizadas a promover diagnósticos e prognósticos, das aproximações e distanciamentos entre agentes individuais e coletivos, enfim, para a identificação de um conjunto de *forças reticulares* que compõem as disputas aqui examinadas.

É preciso esclarecer que, para uma melhor precisão de informações, visando relativa inteligibilidade das posições e tomadas de posição dos agentes, a análise não ficou restrita aos dois difusores mencionados. O recurso a outras fontes digitais foi imprescindível para focalizar uma dimensão do trabalho político, que engloba ocupantes de cargos políticos (eletivos e administrativos), sem descuidar de um conjunto de protagonistas que se colocam igualmente com o “direito” e o “dever” de preempção a se posicionar sobre as mesmas “questões” ou “categorias” (BOURDIEU, 2004).

Tendo em vista as condições conjunturais de deflagração dos elementos a serem examinados, a “opinião mobilizada” (BOURDIEU e CHRISTIN, 1990) pelos contendores não se expressa/constrói tanto por meios relativamente tradicionais de demonstração/mensuração de força, como as manifestações de rua⁵ e a ostentação do número de filiados ou simpatizantes de movimentos ou as sondagens⁶. Para além das condições de mobilização em um período pandêmico (que marcou o primeiro governo), ao examinar duas composições governamentais discrepantes em muitos sentidos – especialmente no que diz respeito aos discursos dominantes relativos à abordagem das questões ambientais,

5. Consultar a coletânea organizada por Favre (1990).

6. Ver Champagne (1998).

climáticas, Amazônia, etc. –, podemos considerar as influências recíprocas que possivelmente funcionaram entre movimentos sociais e eleições (sobretudo aquela que determinou a alternância de governos (MCA-DAM; TARROW, 2011).

De qualquer modo, para o que observamos, está em jogo a capacidade de acionar (e fazer ecoar) um repositório de aliados, princípios, saberes, experiências, enfim, todo um repertório de problemáticas e justificações, que atualizam a necessidade de “salvaguardar” a “soberania”, as “riquezas”, as “potencialidades”, as “tradições” e/ou “reparar” as “carências”, as “misérias”, a “pobreza”, a “estagnação”, e assim por diante.

O desenho das configurações de luta aqui apresentado é esteado pelo forte tensionamento discursivo e simbólico entre coalizões de forças (políticas, intelectuais, midiáticas). Os argumentos e contra-argumentos em prol de questões ambíguas e disputadas em seus sentidos, ou discordantes e antagônicas (a exemplo da forma, por quem, como e com que finalidade deve ser a utilização de recursos naturais), proliferam-se em conjunturas que podem ser consideradas igualmente críticas.

Isto é, nas quais a *fluidez do espaço político* delinea um cenário de acentuação das justaposições, devido à fragilização das arenas de fronteiras mal guardadas, das táticas e trunfos com rendimentos incertos, da evasão dos parâmetros dos cálculos, etc. (DOBRY, 1986). Provocando condições particularmente favoráveis às negociações colusivas, ao alargamento das cadeias de interdependências táticas entre agentes situados em distintos domínios de atuação (político, direito, mídia, movimentos, universidade, etc.) e submetidos a ameaças de redefinição (até de desclassificação) do valor dos seus atributos e posições⁷.

A “Amazônia” e as “questões ambientais” como objeto de disputa política e midiática

Visamos aqui reconstituir choques entre agentes simplificadamente classificados como “governistas” e “oposicionistas”, que eventualmente são chamados ou até se auto definem (no meio examinado) como “am-

7. Não são utilizadas as noções de *desetorialização* e de *desobjetivação* de setores cunhadas por Dobry (1986), pois essas características parecem ser mais estruturais e rotineiras no caso brasileiro. Para uma fundamentação dessa posição, ver Reis (2015).

bientalistas” e “agropecuaristas”. Nossa proposta é retomar sucessões de lances/revides interdependentes, forjados sob os efeitos das recomposições dos lugares políticos ou do papel de representação (*lato sensu*). Como mencionamos anteriormente, para um relativo nivelamento das conjunturas examinadas e assumindo que se tratam de batalhas em marcha, demarcamos o primeiro e a metade do segundo ano de cada governo para traçar as controvérsias verificadas. Mesmo resultando em desenlaces provisórios, acreditamos que não apenas os contrastes entre as composições de agentes, como alguns elementos invariantes percebidos nas sequências temporais, suscitam *insights* sociologicamente relevantes.

Praticamente circunscritos à órbita do parlamento e às tomadas de posição de porta-vozes de forças sociais com acesso direto ou indireto a comissões, grupos de trabalho e audiências públicas⁸, sobretudo acerca da regulação e propostas de alteração do chamado Novo Código Florestal (lei 12.651 de 25 de maio de 2012), a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 modificou a dinâmica de enfrentamentos políticos, econômicos, culturais, militantes e midiáticos estabelecidos em torno das questões ambientais e climáticas, em geral, e da Amazônia, em particular (GRIIL; REIS, 2021). A entrada de agentes com perfis sociais e ideológicos contrastantes àqueles que prevaleciam e polarizavam os confrontos políticos até então, em circunstâncias de restrições e alertas sanitárias impostos pela pandemia do Covid-19, entre outros condicionantes, foram fatores que estiveram na base de declarações e diligências governamentais, que impulsionaram que essas pautas saltassem para o centro do debate público nacional, ensejando realinhamentos discursivos e deslocamentos de sentidos.

Desde então, até o mês de agosto do ano seguinte (2019), observamos um processo de polarização ressoante em múltiplos domínios sociais e singularizado pela ativação de jargões e a objetivação de tramas articulatórias constituídas a partir de uma *doxa*⁹. Entre expectativas, pronun-

8. Ver Almeida e Sprandel (2014).

9. Utilizamos a noção de *doxa* no sentido consagrado por Bourdieu (1996) como aordo sobre o terreno do desacordo. Todavia, nesse caso, a cumplicidade entre os agentes não deriva de regras e crenças específicas de um campo. Ao contrário, é estabelecida entre atuantes de múltiplos domínios (políticos, militantes, culturais e midiáticos), interdependentes e justapostos. Utilização semelhante do conceito é feita por Grün (2018).

ciamentos e medidas, a escalada do governo vitorioso foi percebida por “ativistas” e “cidadãos” como um retrocesso nos ganhos até então acumulados no que diz respeito aos mecanismos de proteção ambiental, da biodiversidade e as políticas direcionadas à Amazônia, principalmente em circunstâncias de agravamento das queimadas, de desmatamento e riscos ao bioma.

Júlia Dolce¹⁰ (*BdF*, novembro de 2018) se apoiou no relatório do Fundo Mundial para a Natureza, em informações do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas, e em editorial da revista estadunidense *Science Advances*, para declarar que o avanço do desmatamento estava próximo “de atingir percentual irreversível”. Pois, mesmo admitindo a existência de queimadas desde a década de 1970, viveríamos no “limite irreparável” por motivos ambientais (as transformações climáticas, incêndios, impactos no ciclo hidrológico amazônico). Mas também por razões políticas, “devido às políticas já anunciadas” como as fusões dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, que acabou não acontecendo, e do Ibama com o ICMBio, afora a suspensão das políticas de demarcação de terras indígenas e quilombolas, menções de retirada do país do Acordo de Paris, etc. Essa matéria foi vicejada por ocasião do IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia (realizado no mesmo mês do corrente), cuja temática foi “Territórios Livres e Soberania Popular na Amazônia” e resultou na elaboração de uma “Carta Política” alertando para “ameaças” à “democracia” pela “onda ultradi-
reita que inundou o país”.

Logo em seguida (em dezembro do mesmo ano) foi anunciado o nome de Ricardo Salles¹¹ como Ministro do Meio Ambiente. Entre os então “governistas” e “oposicionistas”, seu perfil foi interpretado como coadunado às concepções sobre políticas ambientais da gestão que iniciava, porém com avaliações diametralmente opostas sobre o que

10. Jornalista da Agência Pública e com passagens em veículos como observatório do agronegócio De Olho nos Ruralistas e no jornal *Brasil de Fato*, bem pelo site de notícias Alternative Information Center.

11. Advogado, administrador, ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo (2016-2017). Havia concorrido à deputação federal pelo Partido Novo (NOVO) e atualmente ocupa cadeira na Câmara dos Deputados pelo PL.

isso significava. Tereza Cristina (PP)¹² afirmou que o presidente estaria “montando uma pasta sem viés ideológico”, por isso, teria escolhido “uma pessoa que em primeiro lugar tivesse a melhor relação possível com a agropecuária brasileira” e mostrasse empenho “em montar um ministério que possa dar agilidade e simplicidade sem precarizar e deixar o Código Florestal destruído” (CR, dezembro de 2018). Do outro lado, a “afinidade com os interesses do agronegócio” e laços com dirigentes da Sociedade Rural Brasileira e da União Democrática Ruralista (UDR) – entidades que financiaram sua campanha naquele ano –, foram interpretados negativamente como comprovações de que Ministério do Meio Ambiente passava a ser “uma sucursal do Ministério da Agricultura” (BDF, dezembro 2018).

A partir de então, o ano de 2019 foi marcado por episódios mobilizadores da “opinião pública”, como: 1) a exoneração do então presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ricardo Galvão¹³, sob alegação, propagada por Bolsonaro, de que ele estaria divulgando dados “mentirosos” sobre desmatamentos na Amazônia e agindo “a serviço de alguma ONG”; 2) a autorização do “emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem nas áreas de fronteira, terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e outras áreas dos estados da Amazônia Legal” (Decreto nº 9.985 publicado no Diário Oficial, 23/08); 3) e o anúncio feito por Salles da implementação de um plano com ações para incentivar a preservação da Amazônia”.

Como uma espécie de resposta a essas condutas, houve: 1) o relançamento da Frente Parlamentar Ambientalista (FPAmb) e a formação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas; 2) a articulação de intelectuais, pesquisadores, líderes de movimentos sociais e de Ongs na defesa da credibilidade do INPE, do pesquisador Ricardo Galvão e da “ciência”; 3) a criação do Fórum Nacional Amplo em Defesa da Amazônia Legal (FNADA), composto por parlamentares, representantes de

12 . Formada em engenharia-agronômica, agropecuarista/empresária e deputada federal veio a ser ministra da Agricultura, foi ex-presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária e atualmente é senadora (PP/Mato Grosso do Sul).

13. Físico e engenheiro, professor titular da Universidade de São Paulo, foi também diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, entre outras posições ocupadas. É o atual presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

organizações sindicais, não-governamentais, estudantis, religiosas, etc., visando, entre outros propósitos: mobilizar a “sociedade civil” contra o “desmonte das políticas ambientais”; exigir a “demissão de Ricardo Salles”; tentar “barrar a tramitação de alguns projetos que atacam os direitos ambientais” no parlamento; contestar o enfraquecimento da “rede de proteção ambiental” na “região”; e organizar um “plantão em defesa da vida e dos direitos humanos” na Amazônia.

Esses embates assumiram contornos de assombro diante da repercussão (publicizada por decisão do Supremo Tribunal Federal/STF) das manifestações do então ministro do meio ambiente em reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Na ocasião, ele defendeu que deveriam “aproveitar” o contexto em que a “cobertura de imprensa só fala de COVID, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”. A legislação sobre licenciamento ambiental era considerada “rígida” e regulamentações ambientais referentes a distintas áreas da “política ambiental brasileira” foram, logo em seguida, revogadas. Sob protesto dos “ambientalistas”, que defenderam a legalidade das resoluções e acusaram o governo de agir em benefício dos “setores econômicos”, em especial, do mercado imobiliário.

No entanto, a sintonia entre governo e “setores econômico” foi desacreditada com a carta de instituições financeiras (30 bancos internacionais), encaminhada ao governo brasileiro (em junho de 2020), demandando o controle do desmatamento e alertando sobre as ameaças daquela situação à viabilidade de novos investimentos no país. A agora ministra da Agricultura, Tereza Cristina (PP), posicionou-se pelo empenho do governo na questão por meio da “regularização fundiária”, e descartou a pertinência daquelas imputações ao agronegócio, cujos empreendimentos seriam apenas em “áreas já desmatadas”, não sendo a Amazônia “atraente” aos seus interesses (CR, 05/07/2020). A ressonância internacional já vinha alarmando os “setores do agro” sobre “a imagem da agricultura brasileira lá fora”, como manifestou o então presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS). Para muitas dessas lideranças era apenas uma questão de administrar e reverter essa percepção. Porém, as críticas desferidas por autoridades internacionais (políticos, empresas e especialistas)

às políticas ambientais e argumentos usados por lideranças governistas alimentaram discordâncias entre representantes do Ministério da Agricultura e do Meio Ambiente. O que, em alguma medida, trouxe à tona interesses contrastantes de duas frações do chamado “agronegócio”: uma mais voltada ao mercado externo e a outra ao público interno.

A preocupação com a “imagem internacional” do Brasil nos últimos anos parece particularmente atrelada à capacidade de produzir discursos, estabelecer alianças e propor políticas adequadas às expectativas de fazer um “bom uso da Amazônia” e dos discursos/práticas ambientais. Ainda mais diante da percepção dominante de existência de uma “crise climática” e da progressiva concretude dos efeitos climáticos e ambientais globalmente ameaçadores. Não por acaso, a preparação da candidatura e os primeiros atos de posse do exitoso Luiz Inácio Lula da Silva estiveram relacionados a isso.

No combate entre os candidatos que representavam a síntese das polarizações entre “direita” e “esquerda”, os ainda “governistas” procuraram o apoio dos representantes do “Agro” para sustentar os ganhos e conveniência da persistência de Bolsonaro. Em evento de pré-campanha com lideranças governistas, da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e outras entidades ligadas ao “setor”, grifaram, por exemplo: o “avanço com a lei dos Pesticidas, Licenciamento Ambiental, Regularização Fundiária” (deputado Sérgio Sousa, então presidente da FPA); “nós iremos sempre caminhar com esse ideal de produzir e conservar”, e exortação do agro brasileiro como “moderno e sustentável” (Teresa Cristina). Enquanto isso, Lula realizou uma série de viagens a vários estados de distintas regiões do país, e também no plano internacional (como Buenos Aires, Berlim, Madri, Paris). Segundo consta, a premência dessa circulação correspondia ao patenteamento do contraste da capacidade de trânsito e liderança do candidato petista relativamente ao candidato à reeleição. E, não por acaso, seu discurso já se amparava em compromissos com a proteção ambiental, da Amazônia, retomada de políticas e preocupações climáticas.

Com a vitória de Lula e entre o fim da legislatura anterior e sua posse, houve a intensificação de negociações no âmbito do Congresso Nacional pela votação de Projetos de lei (PLs) e de uma Proposta de emen-

da constitucional (PEC), favoráveis à flexibilização dos mecanismos de proteção ambiental. Os chamados “ambientalistas” protestaram contra essa que seria “uma retomada da agenda antiambiental após a volta das atividades do Legislativo”, e buscaram fortalecer uma articulação política capaz de barrar” o que denominaram de “Pacote da Destruição”, de retrocessos propícios, principalmente, aos “ruralistas” (*BDF*, novembro, 2022). Tais expectativas vinham esteadas na provável “mudança de rota na trajetória do país” que o novo presidente representava e “animava os segmentos de defesa ambiental”, segundo o Deputado Federal Aírton Faleiro (PT-PA), assim como uma “guinada” não só “no ambiente político de defesa da agenda do setor” como “por tabela” nas políticas de “preservação dos povos indígenas no país”.

Os primeiros atos de posse do exitoso Luiz Inácio Lula da Silva entusiasmaram os “ambientalistas”, agora governistas. Entre eles: a retomada do Fundo Amazônia; a renomeação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para Fundação Nacional dos Povos Indígenas – órgão chefiado por Joênia Wapichana (Rede Sustentabilidade/REDE)¹⁴ –, e a “devolução” do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Serviço Florestal à pasta do meio ambiente, sob o comando da Ministra Marina Silva. Órgãos que, no governo anterior, estavam sob o comando do ministério da Agricultura, capitaneado por Tereza Cristina.

Mas a nomeação de Marina Silva (REDE)¹⁵ no agora Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima foi particularmente comemorada. No evento de posse, ela “homenageou ambientalistas assassinados”, “firmou compromisso com ‘desmatamento zero’” e declarou “fim da perseguição a servidores e ativistas e detalhou conselho interministerial chefiado por Lula”, e provocou seus oponentes do governo anterior:

14. Advogada, indígena, elegeu-se deputada federal por Roraima, em 2018, e exerceu o mandato entre 2019 e 2022. Nessa legislatura atuou como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas.

15. Originalmente fundadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre (da qual foi vice coordenadora até 1986) e filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), sua biografia é marcada pela origem baixa, relação com a igreja, vinculação a Chico Mendes (seringueiro, líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri) e liderança no sindical rural (<https://marinasilva.org.br/biografia/> acesso em 22 de janeiro de 2021). Foi Deputada estadual, Senadora e Ministra do Meio Ambiente durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2008). Saiu do PT em 2009 para fundar a REDE.

“Boiadas passaram onde deveriam ter passado apenas políticas de preservação ambiental”. A matéria do *BdF* a define “ex-seringueira” e salienta a promessa de “que o Brasil deixará a condição de pária ambiental no cenário internacional e anunciou a criação de uma secretaria voltada à bioeconomia” (*BdF*, janeiro de 2023).

Suas primeiras medidas como ministra – como a criação da Autoridade Climática e das Secretarias de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, de Bioeconomia, do Controle do Desmatamento, além da mudança do nome da pasta para Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática – foram elogiadas por seus colegas, “políticos-ambientalistas”.

Na instalação dos trabalhos da 57.^a legislatura do Congresso Nacional (março de 2023), o Secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco¹⁶, falou em nome da ministra Marina Silva e defendeu a “parceria do Executivo com o Congresso, diante da grande quantidade de projetos que tramitam no Senado e especialmente na Câmara que têm influência direta nas políticas públicas ambientais”. Na mesma linha, o deputado federal e coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista (FPMA), Nilto Tatto (PT/SP)¹⁷ enfatizou a importância de defender em conjunto a agenda socioambiental e “fazer o debate do licenciamento, da agricultura, do modelo de produção de alimentos, a partir de outra perspectiva...” (*SITE FPamb*, março de 2023).

Na oposição, os “agropecuaristas” ou “ruralistas” reagiram negativamente aos pronunciamentos/ações da nova composição governamental. Como exemplo, publicaram uma Nota Oficial (março de 2023) em repúdio às declarações de Jorge Viana (PT)¹⁸ – presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) – no evento “China-Brazil Dialogue on Sustainable Development”, realizado em Pequim. Naquela ocasião ele teria feito críticas ao agronegócio brasileiro e responsabilizado as atividades da agricultura e da pecuária pelo des-

16. Presidiu o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), é biólogo com pós-graduação em educação ambiental (UnB) e tese de doutorado sobre *Governança Socioambiental na Amazônia Brasileira na Década de 2000* (USP).

17. Formado em Estudos Sociais, foi assessor do Centro Ecumênico de Documentação e Informação e é filiado ao PT desde a sua fundação.

18. Engenheiro florestal, foi prefeito de Rio Branco, ex-governador e ex-senador pelo Acre.

matamento da Amazônia. O que foi contestado como sendo “sem total conhecimento sobre a agropecuária nacional”, prejudicial aos “produtos agropecuários” e à “imagem brasileira perante o mercado internacional”, fruto de uma “premissa ultrapassada desprovida de informações científicas e oficiais.” A Nota exaltou a “qualidade”, a “eficiência” e o atendimento aos “protocolos sanitários, ambientais e de mercado” nas exportações do setor, assim como ostentou “dados oficiais” para demonstrar “a sustentabilidade da agropecuária” e comprovar o compromisso com a “preservação ambiental” (*SITE FPA*, março de 2023).

Nas pugnas subseqüentes a questão do “marco temporal” veio para o centro das tomadas de posição. Como é sabido, trata-se de uma tese jurídica surgida em 2009, que delimita as áreas de terra sobre as quais os povos indígenas têm direito de ocupar: somente aquelas usufruídas ou reivindicadas na data de promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988). Desde 2021, no STF, a tese tem sido defendida pelo ministro Nunes Marques (indicado por Bolsonaro), que avalia que “sem o marco temporal, a ‘soberania e independência nacional’ estariam em risco”; e rechaçada pelo ministro Edson Fachin (indicado por Dilma Rousseff), para o qual o “direito dos indígenas à terra é originário, anterior ao próprio Estado”¹⁹.

O “PL do Marco Temporal” consolidou a clivagem dos “oposicionistas” articulados na FPA e os representantes e aliados do governo Lula, ou atualizaram clivagens entre os chamados “ruralistas” *versus* “ambientalistas”. Há 16 anos no Congresso Nacional, o texto-base Projeto foi aprovado no plenário da Câmara dos Deputados (maio); acatado nas Comissões de Agricultura de Constituição e Justiça do Senado (agosto); aprovado no plenário do Senado (setembro); considerado inconstitucional no STF (setembro); “vetado” pelo Presidente Lula (outubro); houve a “derrubada” dos vetos feitos pelo Presidente no Congresso Nacional (dezembro); e promulgação do “texto que cria legalmente o marco temporal para o reconhecimento de terras ocupadas por indígenas” pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) (dezembro). Se-

19. <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-O-QUE-E-MARCO-TEMPORAL-E-QUAIS-SAO-OS-ARGUMENTOS-FAVORAVEIS-E-CONTRARIOS>, Acesso em 02 de junho de 2024.

gundo Sônia Guajajara²⁰, ministra dos Povos Indígenas, o processo de judicialização seguiria com o questionamento a ser feito pelo governo Lula junto ao STF. Entretanto, a chamada “bancada ruralista” ou os parlamentares articulados na FPA também ameaçaram que tal iniciativa poderia desencadear “uma nova disputa judicial” com vista à “aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) para dar maior segurança jurídica à tese do marco temporal. Como o grupo tem maioria no Legislativo, a ameaça é vista pelo campo progressista como real” (*BdF*, dezembro de 2023)²¹.

Marina Silva também foi alvo de críticas de oposicionistas em várias ocasiões, tanto na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – que investigou a atuação e o financiamento das ONGs na Amazônia – quanto na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados. O foco da CPI instalada em junho de 2023 foi a “investigação de repasses de verbas públicas e privadas, inclusive de organizações estrangeiras, a ONGs que atuam na Amazônia”, e, além de Marina, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho foi “convidado” a comparecer “à comissão parlamentar de inquérito” para “prestarem esclarecimentos” (*CR*, junho de 2013). A denúncia era referente às vinculações da Ministra e do seu secretário-executivo, João Paulo Capobianco, com as entidades como o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Imputação que já havia aparecido em reunião da CAPADR, mas, naquela situação, a crítica fundamental foi direcionada às medidas adotadas por seu ministério, que demonstrariam “clara perseguição a (sic) agropecuária brasileira e aos produtores rurais do Brasil”, tratando o “setor” como “réu” e “vilão” (*SITE FPA*, novembro de 2023).

20. Oriunda da Terra Indígena Arariboia, tem formação em letras e em enfermagem especializou-se em Educação especial (UEMA) e elegeu-se deputada federal por São Paulo no pleito de 2022.

21. Entre outras reações, como a nota emitida pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) alertando para a “urgência” de que a proposta de PL fosse julgada inconstitucional. Ao que se somou a interpretação de Kleber Karipuna, coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), de que a PL impediria “o governo de avançar nas políticas de demarcação das terras indígenas, da proteção das terras indígenas” (*BdF*, fevereiro de 2024).

Os debates, contudo, não ficam restritos aos posicionamentos que colocam “oposicionistas” em choque com “governistas”. Assim como aconteceu entre “governistas” na gestão anterior do governo federal, alguns conflitos também provocaram fissuras internas e geraram realinhamentos entre agentes situados em polos políticos opostos. Nessa gestão, a exploração do petróleo na bacia Foz do Amazonas é um caso exemplar. O pomo da discórdia foi o laudo de licenciamento ambiental produzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – presidido por Rodrigo Agostinho (PSB) e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente – negando a licença para a Petróleo Brasileiro (Petrobrás) iniciar perfurações na “região”. O órgão teria calculado o grau de impacto ambiental do projeto, não recomendando-o.

Em maio, sustentado pelo parecer, o presidente do Ibama recusou pedido feito em nome da empresa para perfurar a bacia da foz do rio Amazonas com objetivo de explorar petróleo na “região”. Posição defendida pela ministra Marina Silva em várias ocasiões, justificando tratar-se de decisão “técnica”.

Na sequência, o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira (MDB), em audiência no Congresso Nacional, criticou a posição dos representantes do Ministério e do seu órgão subordinado. E foi apoiado por vários parlamentares, inclusive da chamada base de sustentação do governo Lula.

Em junho de 2023, Marina Silva e Rodrigo Agostinho participaram de audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. No colóquio, o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (PL), declarou: “A legislação deveria priorizar e agilizar a realização dos processos de licenciamento ambiental como um todo, racionalizando, desburocratizando e padronizando os procedimentos”. Complementando: “No entanto, na contramão do que pretendia a Lei Geral do Licenciamento Ambiental aprovada pela Câmara dos Deputados e esquecida no Senado Federal, os órgãos ambientais vêm exigindo cada vez mais o cumprimento de condicionantes e requisitos”.

No *BdF*, em reportagem publicada no mesmo mês, é reconhecido o fato de que o “debate tem atizado polêmica dentro do próprio governo federal”. Especialmente porque “a região” seria “reconhecida internacio-

nalmente como uma área de grande importância ambiental para o planeta”. Para apoiar o argumento, a publicação traz entrevista com Vinicius Nora, apresentado como “especialista em biologia marinha” e “mestre em ecologia”, além de “gerente de Clima e Oceanos no Instituto Internacional Arayara”. Entre os pontos destacados do seu depoimento, estão: a necessidade de “repensar o modelo de desenvolvimento do Brasil”; o fato de que “Milhões de pessoas e uma infinidade de espécies da flora e da fauna dependem da foz do Rio Amazonas e do Oceano Atlântico nesta faixa equatorial”; e a existência de “328 blocos planejados entre oferta, estudo e concessão nessa região”, portanto, o debate não se resumiria a um único ponto (*BdF*, junho de 2023).

Em agosto, o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), solicitado pelo Ministro Alexandre Silveira, dispensou a necessidade de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) – exigência que constava em laudo do IBAMA – e indicou a conciliação entre órgãos do governo. No mesmo mês, em audiência na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, Marina Silva reagiu: “A questão da Avaliação Ambiental para Área Sedimentar [AAAS] é uma ferramenta de planejamento, que ajuda nos processos de licenciamento, na feitura do termo de referência, mas não é a condicionante para ter sido dada ou não a licença”. E acrescentou: “não existe conciliação para questão técnica” (*SITE FPamb*, agosto de 2023).

Desde então estabeleceu-se o impasse sobre a questão. Paulatinamente, alguns ajustes nos posicionamentos ocorreram. Via IBAMA, a Petrobrás obteve licença para perfuração no litoral do Rio Grande do Norte. E solicitou novo laudo, ainda não produzido, para exploração da foz do rio Amazonas, sua prioridade. Alguns apoiadores do atual governo, inclusive membros de partidos situados mais à esquerda, demonstram entusiasmo com o empreendimento.

Apontamentos finais

Há limites e potencialidades de se examinar uma dinâmica em andamento, conseqüentemente que ainda não conhecemos o desfecho da história. De fato, as análises retrospectivas dos movimentos sucessivos de longo prazo podem colaborar nas estratégias de reconstituição dos

eventos e nas chances de maior distanciamento com relação aos acontecimentos/pertencimentos experienciados (ELIAS, 1998).

Contudo, muitas das vezes elas geram uma ilusão de epílogo, acarretando procedimentos de ordenação e racionalização, *a posteriori*, das supostas razões lógicas e cronológicas, como um projeto orientado ao fim que alcançou, limpo da imprecisão, das acomodações, dos rearranjos que provem das interações concorrencialmente definidas (BOURDIEU, 1989). Dobry (1986), assim como Elias (2000), também alertara para a armadilha do historicismo, que concebe os eventos críticos à luz da “natureza” ou da “essência” que definiria os grandes processos políticos, descuidando do que ocorre às margens, sem o controle dos agentes, sem racionalidades previamente definidas, às vezes até acidentalmente, bem como das mudanças pontuais microscópicas e em cadeia, umas com as outras, que reconfigura o plástico espaço político.

Transpondo esses obstáculos analíticos, procuramos apreender, na investigação mais ampla, *golpes* e *contragolpes* em um estado das relações de força entre agentes imersos na incerteza com relação às suas recepções e repercussões. O esboço de uma *configuração* de lutas, mais ou menos provisória, é, certamente, consistente à análise das interdependências entre domínios sociais, das afinidades seletivas e divergentes, das homologias de interesses, dos princípios norteadores das práticas, dos usos possíveis de retóricas interseccionadas, da legitimação de posições e objetos multidimensionais.

Na dinâmica aqui examinada, veículos midiáticos, organizações não governamentais, segmentos empresariais, institutos de pesquisas, entidades religiosas, sindicais e estudantis, entre outras, alinharam-se sob os efeitos da balança de poder eleitoral no país, incrementando, radicalizando e reverberando debates que já ocorriam anteriormente. Esses debates, todavia, encontravam-se restritos aos domínios mais formais e institucionalizados do espaço do poder, como os fóruns constituídos no Congresso Nacional com vistas à regulamentação e alteração do conteúdo da legislação de questões atinentes à mineração, aos povos indígenas, à regularização fundiária rural, aos conhecimentos tradicionais, ao desmatamento, dentre outros²².

22. Debates bem documentados por Almeida e Sprandel (2014).

Os enfrentamentos discursivos e simbólicos mapeados, o perfilamento dos envolvidos e alguns desdobramentos dos contenciosos (que transcorreram nos primeiros anos dos dois últimos governos) trouxeram à tona um repertório de questões legitimado nas últimas décadas, compartilhado por vários segmentos da vida social (econômicos, culturais, jornalísticos, parlamentares e governamentais). Essas questões são difundidas/assimiladas por múltiplos meios, mobilizadas por forças políticas discrepantes (partidos e outras formas de organizações mais ou menos formais), e objeto de proselitismo de agentes que transitam por distintos planos (internacional, nacional, regional e local).

Dois aspectos finais nos parecem relevantes.

O primeiro é o fato de que, mesmo divergindo quanto à sua forma, função, operacionalização, regulamentação, etc., os desdobramentos das tensões entre oponentes envolvidos nas batalhas de 2019-2020 demonstram a adesão comum (ao menos provisória e parcial) à preocupação com os efeitos das “queimadas” ou dos “desmatamentos”. Observamos que paulatinamente e à medida que as contendas transcorreram, “governistas heréticos” no período 2019-2020 são confrontados, principalmente, por grandes empreendimentos de comunicação e por financiadores internacionais (adversários mais ou menos imprevistos e sintonizados com o discurso dos “oposicionistas” ou “ambientalistas”).

Os deslocamentos de ênfases e comprovações de ajustamentos de práticas parecem resultar das injunções de uma nova ordem transnacional e suas normatividades relacionadas às modalidades legítimas de preservação do meio ambiente. Relacionando-se com os “processos de ambientalização” e de “transnacionalização das dimensões econômicas e ambientais”, que garantiram a legitimação dessas problemáticas (LEITE LOPES, 2006; BUCLET, 2009; ZHOURI, 2006).

O segundo diz respeito à possibilidade dessas problemáticas fomentarem o estabelecimento de clivagens a partir de questões específicas, como aquela da “exploração do petróleo” (e todo o potencial econômico projetado no empreendimento), que dividiu “governistas” nas lutas de 2023-2024 e promoveu aproximações, aparentemente inusitadas, como os agora “oposicionistas” ou “ruralistas”. Verificamos, então, como esse debate abalou alianças em um governo de centro-esquerda, tensionan-

do agentes confiantes nos *royalties* e empregos antevistos em contraposição aos defensores das “riquezas naturais”. O que, nesse caso, informa certa resiliência da ideia de “desenvolvimento” neste polo.

Referências

Almeida, Alfredo Wagner Berno. (2008). Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas.

Almeida, Alfredo Wagner Berno; SPRANDEL, Marcia Anita. (2014). *O Congresso Nacional e o desmatamento na Amazônia*. Manaus: UEA Edições.

Bourdieu, Pierre. (2015). *Sociologie générale*. VI. Paris: Raisons d’agir.

Bourdieu, Pierre. (2004). *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense.

Bourdieu, Pierre. (1996). A linguagem autorizada: as condições sociais de eficácia do discurso ritual. In. Idem. *A economia das trocas lingüísticas*. SP: EDUSP.

Bourdieu, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.

Bourdieu, Pierre; Christin, Rosine. (1990). La construction du marché. Le champ administratif et la production de la ‘politique du logement’. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 81-82, p. 65-85.

Buclet, Benjamin. (2009). Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores Internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns. *Revista Pós Ciências Sociais -REPOCS*, v. 6, n. 12.

Champagne, Patrick. (1998). *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes.

Collovald, Annie. (1988). Identité(s) stratégique(s). *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 73, p. 29-40.

Coradini, Odaci Luiz. (2010). Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista de Sociologia e Política*. V. 18, n. 36.

Dobry, Michel. (1986) *Sociologie des crises politiques*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Elias, Norbert. (2000). *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70.

Elias, Norbert. (1998). Questões de envolvimento e alienação. In: ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Favre, Pierre (Org.). (1990). *La manifestation*. Paris: Presses de la FNSP.

Grill, Igor Gastal. (2020). Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em ‘famílias de políticos.’ REPOCS, v. 17, p. 125-162, 2020.

Grill, Igor Gastal; Reis, Eliana Tavares. (2023). Representações sobre a Amazônia, perfis parlamentares e justaposições entre ‘política’ e ‘cultura.’ Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 54, p. 1-25.

Grill, Igor Gastal; Reis, Eliana Tavares. (2018). Dos Campos aos Domínios das -Elites- no Brasil. REVISTA TOMO, p. 163-210.

Grill, Igor Gastal; Reis, Eliana Tavares. (2017). Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 53, p. 363-377.

Grill, Igor Gastal; Reis, Eliana Tavares. (2016). *Elites políticas e a dupla arte de representar*: intersecções entre política e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

GRYNSZPAN, Mario. (2012). Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil. REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais, v.9, n.17, p. 123-146.

Grün, Roberto. (2018). Da pizza ao impeachment: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda.

Leite Lopes, José Sérgio et. al. (Orgs.). (2004). *A Ambientalização dos Conflitos Sociais; Participação e Controle Público da Poluição Industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Mcadam, Dough; Tarrow, Sydney. (2011). Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 18-51.

Offerlé, Michel. (1998). *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestein, 1998.

Palmeira, Moacir. (1971). *Latifundium et capitalisme au Brésil*: lecture critique d'un débat. Tese de 3º ciclo apresentada à Faculté des Lettres et Sciences Humaines de L'Université de Paris, Paris.

Pizzorno, Alessandro. (1986). Sur la rationalité du choix démo-cratique. In: BIRNBAUM, P. e LECA, J. (Orgs.). *Sur l'individualisme*. Paris: FNSP p. 364-369.

Reis, Eliana Tavares dos; Grill, Igor Gastal. (2017a). Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo social*, v. 29, p. 137.

Reis, Eliana Tavares dos. (2020). 'Confissões políticas' de mulheres parlamentares. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, v. 17, n. 34, p. 189-214.

Reis, Eliana Tavares dos; Grill, Igor Gastal. (2017b) Fundação partidárias e processos de politização no Brasil. *Revista Política e Sociedade*. V. 37.

Reis, Eliana Tavares dos; Grill, Igor Gastal (Orgs.). (2015). Trajetórias de multinotabilidades: reconfigurações históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros. *Dados*. V. 58(2).

Tilly, Charles. (2008). *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tilly, Charles. (2015). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, M. (Org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, p. 15-42.

Tilly, Charles. (1978). *From mobilization to revolution*. Boston: Wesley Publishing Co.

Zhou, Andrea. (2006). O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. *Horizontes Antropológicos*, vol. 12, n25, p. 139 – 169.

*GT 2 - Sociologia das elites e dos porta-vozes de questões
políticas e culturais*



Os eleitos do Partido Novo - recursos e redes de deputados multinotáveis

Luan Pires Canavieira
UFMA

Introdução

Apoiado em uma agenda de estudos sobre processos e critérios de seleção de “elites políticas” desenvolvida no Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), neste artigo apreendemos as bases sociais, os investimentos variados e os princípios de legitimação política dos deputados eleitos do “Partido Novo”. Este artigo é produto de parte dos achados da dissertação de mestrado defendida em 2024, *Perfis, redes e múltiplos empreendimentos de lideranças do Partido Novo* (CANAVIEIRA, 2024).

Propomos o estudo dos agentes que compõem uma *rede* de relação em um partido, ou, nas palavras de Sawicki (2013), o *milieu* partidário, seus recursos e parte das estratégias que mobilizam para utilizá-los na ocupação e manutenção de seus mandatos no período de 2018 a 2022. O foco recai para o entendimento do partido enquanto um tipo específico de *relação social*, uma *marca* que concentra determinados recursos coletivos passíveis de serem utilizados das mais variadas maneiras, a depender das estratégias e posições no âmbito partidário dos agentes que os mobilizam (OFFERLÉ, 2004).

Nesse interim, pareceu pertinente identificar os “*recursos e modalidades de legitimação*” (CORADINI, 2001) mais específicos dos oito agentes eleitos. Por sua vez, trata-se de explicitar as *bases de multinotabilização* (REIS; GRILL, 2017), ou seja, dos recursos pautados nas *multiposicionalidades*, seus trânsitos por diversos âmbitos do mundo social e na *multidimensionalidade* das suas **lógicas de ação**. Disso, decorrem suas *multinotabilidades*, acumuladas através da constituição de um reconhecimento múltiplo (na política, na cultura, na economia etc.), gestado em um ambiente fluído, que gera suportes sociais em variados *domínios* e *redes* (Idem).

Seguiremos, portanto, na análise das: 1) origens sociais dos agentes; 2) suas carreiras profissionais e investimentos militantes; 3) a produção

de bens simbólicos empreendida por eles, principalmente a partir de publicações escritas (REIS; GRILL, 2017). Evidenciamos que, apesar de três momentos de discussão que faremos, baseados na pesquisa de Eliana dos Reis e Igor Grill (2017) sobre *Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil*, o uso das *bases de multinotabilização*, como os autores mesmo afirmam, é complementar e aparece aqui em praticamente todos os casos (principalmente menção à investimentos militantes ou luta por causas legítimas e da posição na carreira empresarial como modo de legitimação para a *entrada política*).

A partir da análise dos usos dos trunfos eleitoralmente pertinentes durante suas campanhas e alguns investimentos feitos durante os mandatos, observamos sobretudo como as estratégias discursivas acionadas são apoiadas em lógicas empresariais, são direcionadas à defesa de modelos de gestão do estado e são reveladoras de concepções de excelência política (CANAVIEIRA, 2024).

As principais fontes utilizadas nessa pesquisa foram as fichas biográficas dos oito agentes disponíveis no site da Câmara dos Deputados, além de verbetes biográficos no DHBB do CPDOC. Outro material importante consistiu em vídeos disponibilizados na plataforma YouTube, tanto aqueles com objetivos eleitorais disponíveis em páginas pessoais dos deputados, como entrevistas em programas e “podcasts”.

Breve introdução do universo

O investimento na criação do “Novo” foi feito principalmente por uma liderança pessoal, João Amoêdo, que angariou um certo número de seguidores a partir de relações diretas pessoais e familiares que auxiliaram na estruturação de seu empreendimento partidário. Colocando a “luta contra a corrupção” como a causa legítima inicial do partido, essa configuração oportuniza também a introdução de *princípios* ligados a posse de trunfos relacionados a recursos de distinção “empresariais”, valorizados como trunfos políticos. Daí surge esse “*princípio de classificação e legitimação*” (CORADINI, 2001, p. 11) que pautou os investimentos dos agentes no Partido Novo. A saber, de que a política eleitoral e partidária, a administração pública e demais investimentos “políticos”

deveriam ser regidos através de modelos empresariais, pois estes seriam mais “eficazes”.

Na estruturação do partido, os agentes que dele participam investem ao mesmo tempo em várias representações de instituição política legítima de variadas matrizes nacionais, como o partido pautado por uma “ideologia” própria, ou como uma “formalidade” para a “luta” política de “cidadãos”, ou mesmo uma “empresa” econômica. Porém, talvez a representação que mais se destaque e que é apresentada pelos seus deputados e objetivada na página oficial do partido é a de que o Novo seria essa “escola de formação política”, que media para os seus agentes recursos culturais como livros, autores, ideologias etc. Como veremos, o destaque desse último modelo condiz com os recursos, principalmente culturais, sobrevalorizados nas *redes* (SAWICKI, 2013) configuradas pelos agentes.

Nesta configuração, as principais lideranças entendem que uma diferenciação importante em relação a outros partidos seria especificar o “pessoal” administrativo e eleitoral, não podendo os agentes transitarem entre essas posições. Assim, os ainda candidatos, foram “recrutados” pelo “pessoal administrativo”, não tendo feito parte da constituição inicial do partido.

Em seus investimentos eleitorais, os oito candidatos que vieram a ser eleitos mobilizaram *redes* de interconhecimento partidário, conseguindo volumosos investimentos eleitorais por parte de grandes empresários de diversos ramos, estes já conhecidos do “pessoal administrativo” do Novo. Assim, os candidatos eleitos em 2018 tiveram robustos investimentos em comparação com outros candidatos não eleitos (CANAVIEIRA, 2024).

A partir dos perfis desses deputados eleitos, e da análise de suas *bases de multinotabilidade* (REIS; GRILL, 2017) podemos observar como este contexto mais geral e os princípios de classificação originados com os investimentos no Novo se configuraram de forma mais específica em suas atuações político-eleitorais.

As bases de multinotabilidade: origens sociais, família e mediação regional

Quadro 1 – Padrões de uso do perfil familiar

Padrões/ Características	“Empreendedor”	“Cultural”	“Notável”	“Autônomo”
<i>Agentes</i>	Lucas Gonzalez	Paulo Ganime, Marcel van Hattem, Gilson Marques	Tiago Mitraud, Vinícius Poit	Alexis Fonteyne, Adriana Ventura
<i>Menção à família</i>	Alta, evidenciando o patrimônio e profissão dos familiares	Relativa, dependendo do tipo de entrevista. Destaque para a profissão dos pais e avós.	Alta, evidenciando patrimônio e relação com a “história” das regiões. As disposições político-familiares, principalmente administrativas, apesar de existirem, são omitidas.	Nenhuma relacionada aos ascendentes, apenas aos matrimônios.
<i>Menção a “valores”</i>	Relacionados com disposições empresariais e administrativas	Relacionados com disposições domésticas e escolares como “defesa da família” e “disciplina”	Amalgama das anteriores, empresariais, domésticas e escolares.	Nenhuma em Ventura; Fonteyne é quem transmite ‘valores’ para os filhos
<i>Especialização da família destacada</i>	Econômica	Cultural e religiosa: pastores e professores	Cultural e econômica.	Nenhuma

Fonte: Elaborado pelo autor

Ressaltamos que a “família” como marcador de origem social, longe de um aspecto dado, “natural”, é produto de sucessivos ritos de instituição, e além do aspecto de transmitir um “nome” como um “símbolo” passível de ser acionado, tem uma dimensão de ser lugar de “(...) concentração e concertação” de meios que oportunizam este uso (REIS; GRILL, 2017, p. 143). Portanto, também é possível de ser pensada como uma “empresa multidimensional de dominação”, produtora e transmissora de um “patrimônio coletivo” (Idem). Lembrando sempre que estes múltiplos recursos têm que ser recorrentemente gestados pelos agentes em diferentes configurações sociais, não sendo de nenhuma forma estáticos e dependem de adaptações para serem transmitidos.

As origens sociais são diversas, mas predominam três grandes grupos.

Primeiro, os agentes que não possuem ou não destacaram atuação política ou intelectual de prestígio de parentes próximos, mas que foi considerada menção à atividade no âmbito econômico. Os pais ou avós foram fundadores de empresas que viriam a ter renome em seus ramos de atuação, se transformando em patrimônios milionários. As descrições sobre as fundações dessas empresas nunca apresentam menção à herança ou atividade econômica prévia da família.

Em segundo lugar, temos aqueles com pais que atuaram enquanto professores de ensino médio e superior (caso de Paulo Ganime, pai dentista e mãe professora), e os avós foram pastores luteranos e os pais profissionais liberais (Marcel van Hattem). Nenhuma menção à empresa de destaque é identificada na pesquisa sobre as famílias desses agentes, nem sobre a ocupação de cargo político por parentes.

Apesar de nenhum dos deputados se apresentar como “herdeiro” de uma “família de políticos”, Tiago Mitraud é o que expõe “nomes” relativamente “notáveis” de sua família, relacionando-os com a “história” de “instituições” de sua “região”. A “história da família” de Tiago Mitraud é contada em vídeo para o YouTube produzido como material de campanha (TIAGO MITRAUD, 2018). O bisavô de seu pai, francês e participava de um grupo que fundou a Escola de Minas de Ouro Preto.

Pensamos que essa pode ser uma estratégia de associação da imagem de representante parlamentar do agente a de “herdeiro” de uma certa tradição escolar, regional, sustentada pela posição do pai, apresentado

como economista. Aliado a isso, a posição de “liderança” de grêmio estudantil, de instituições de representação categorial e de fundações filantrópicas também na área “escolar”, “educacional”, é apresentada como forma de legitimar sua pretensão política (detalharemos mais adiante, quando falarmos das carreiras).

Quanto ao núcleo familiar mais próximo, o pai, que já foi envolvido com disputas políticas e na administração pública em diferentes períodos, teria apreciado a guinada de Mitraud para política. O envolvimento nessas configurações não é mencionado em nenhum momento no material de campanha. Luiz Rogério de Castro Leite, economista e pai de Mitraud, ocupou o cargo de Secretário da Fazenda entre as décadas de 1970 e 1980, por duas vezes e em dois estados diferentes, no Rio de Janeiro, no governo de Floriano Peixoto, e em Minas Gerais, no governo de Tancredo Neves (ALEMG, 2015).

Para os demais, o âmbito familiar é mencionado apenas em determinados vídeos específicos produzidos para as campanhas, e os códigos mobilizados se centram principalmente numa “transmissão de valores” ou na ligação com a “região”, como já salientamos. No caso dos herdeiros de “famílias empresariais” características tidas como inatas, como “empreendedorismo”, “iniciativa” e dotes administrativos são sobresaltados. A “herança” da família (GRILL, 2008), ainda necessária para a apresentação política, passa pela reunião e transmissão de um *savoir-faire* para os casos do primeiro grupo; pelo destaque dos “valores” para o segundo grupo; e na “história da região” mantendo a necessária ligação com o reduto político para o terceiro grupo.

Apenas sobre Adriana Ventura e Alexis Fonteyne não encontramos informações sobre a origem familiar ou parentesco com agentes que obtiveram posições privilegiadas em domínios diversos, sabemos apenas que ambos são casados.

Negócios, profissão e militância

Como evidencia Marenco dos Santos (1997), a carreira prévia comporta uma dimensão essencial para o entendimento do porquê um agente converge sua atuação para a política. Além disso, auxilia na com-

preensão dos critérios de seleção e das possibilidades abertas para um investimento desse tipo.

Ampliando a atenção a essas dimensões, Reis e Grill (2017) destacam que a noção de carreira auxilia no cotejamento de rompimentos e continuidades nas trajetórias, além de revelar os fatores de disputa em jogo. Evidenciaremos aqui os agentes que mais destacaram seus investimentos em militâncias e/ou nas carreiras. Tentando, quando houver essa possibilidade, relacionar a escolha de títulos ou carreiras com seus “pontos de partida”, o ambiente familiar (REIS; GRILL, 2017).

Tabela 1 – Formação/ Quantidade de Registros

Cursos	Quantidade de Registros
Direito	2
Administração Pública	1
Administração	1
Ciências Econômicas	1
Engenharia Mecânica	1
Relações Internacionais	1

Fonte: Elaboração própria

Sobre as formações, há a mesma quantidade de agentes formados em alguma modalidade de Administração e Direito, e as demais modalidades de cursos de graduação não se repetem. Exceto no caso da Engenharia Mecânica, todas as outras guardam alguma relação com disposições políticas, ainda mais no contexto brasileiro.

Tabela 2 – Instituições de obtenção do título de graduação

Instituições	Quantidade de Registros
EAESP - FGV	2
Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo	1
Universidade Regional de Blumenau	1
Faculdade Milton Campos	1
UFRGS	1
UFPR	1
UERJ	1

Fonte: Elaboração própria

Quanto às instituições onde foi prestado o curso de graduação, a Escola de Administração de Empresas (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo aparece como a única que se repete. Os demais prestaram os cursos em outras universidades que não se repetem. Há certo equilíbrio em formações em instituições públicas centrais (UFRS, UFPR, UERJ) e regionais de menor prestígio (Universidade Regional de Blumenau) e instituições particulares, estas que em seus ramos de atuação parecem ter posição central de prestígio. As escolhas por cada instituição parecem pesadamente alinhadas com os perfis de origens familiares dos agentes, tendo os herdeiros de famílias de cabedal econômico, optado por escolas e faculdades privadas de prestígio (Vinicius Poit- EASP/ Lucas Gonzalez – Faculdade Milton Campos). Já os agentes mais alinhados ao perfil de famílias de classe média com atuação escolar e cultural vão para universidades públicas centrais (Marcel van Hattem – UFRGS/ Paulo Ganime – UERJ/ Tiago Mitraud – UFPR).

Tabela 3 - Títulos de Pós-graduação

Cursos	Instituições	Quantidade de agentes
Mestrado	EAESP-FGV; Leiden University; Aarhus University (Aarhus Dinamarca) e University of Amsterdam (Amsterdã, Países Baixos); UFRGS;	2
Doutorado	École Supérieure des Sciences Économiques (Paris)	1

Fonte: Elaboração própria

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são prestados por apenas dois dos oito agentes e englobam uma diversidade de instituições, mas aqui já temos um destaque maior para as universidades estrangeiras, pelas quais passaram o agente que se descreve como “cientista político”. Marcel van Hattem fez o investimento de ir ao país de onde sua família descende. No caso de Adriana Ventura, a agente, apesar de no âmbito político se apresentar como empreendedora, tem extensa carreira acadêmica na EAESp, fez mestrado na instituição e chegou à titulação de doutora por uma instituição estrangeira, na França, afirmando-se nesse meio.

Quadro 2 - Atuação profissional

Específicos		Transitivos	
Domínio econômico	Domínio jurídico	Domínio econômico e cultural	Domínio político/ burocrático e intelectual
Alexis Fonteyne	Gilson Marques	Tiago Mitraud	Marcel Van Hattem
Lucas Gonzalez		Adriana	
Paulo Ganime		Ventura	
Vinicius Poit			

Fonte: Câmara dos Deputados (2023)

A formação em cursos diversos, que incluem aqui pós-graduações *lato sensu* e cursos apresentados pelos agentes juntamente a outras titulações escolares em apresentações oficiais, é sempre por eles destacada, quase como se fizessem parte do percurso acadêmico tradicional. Os *Master Business in Administration* ou MBA's são os principais cursos a aparecem estampados junto à exibição de seus títulos acadêmicos, tendo a maioria sido feita em diferentes sedes da FGV.

Para falar das carreiras mais especificamente, vamos apresentar primeiro os agentes que mais evidenciaram uma atuação nos domínios econômicos, sem termos achado outro tipo de carreira ou intersecção nos dados. Posteriormente, aqueles que, apesar do destaque dado ao “empreendedorismo” mencionam também algum papel em luta por causas consideradas legítimas. Por fim, temos dois agentes para os quais predominam as inscrições em militâncias políticas.

O engenheiro de produção Paulo Ganime atuou em diversas empresas internacionais como representante, tendo ocupado, antes de entrar no Novo, um posto na fabricante de pneus Michelin, com sede na França. Morava no país europeu até “decidir” voltar ao Brasil para se candidatar: “Meu propósito de vida não era meu sucesso profissional, mas fazer a diferença”, afirma em vídeo da campanha de 2018, em que apresenta a si e a família (PAULO GANIME, 2018).

Quando se candidata, Lucas Gonzalez, além da posição de líder empresarial, acumulava também a posição de líder religioso como pastor evangélico. A posição de “líder” é frequentemente mobilizada por ele, não havendo separação entre as noções de líder religioso, empresarial e político em seus discursos. Outra de suas “inspirações” teria sido um curso ministrado por Fernando Henrique Cardoso baseado em seu livro *Legado para a Juventude Brasileira*, publicado em 2019.

Adriana Ventura e Vinicius Poit, os dois egressos da EAESP-FGV, participaram de diferentes *empresas morais* cujo objetivo declarado é de lutarem por causas consideradas legítimas (como educação e contra a “pobreza”). Assim, eles evidenciam uma *multiposicionalidade* mais intensa entre carreira “profissional” no âmbito econômico mais consolidada e “causas”.

A primeira agente foi vice-presidente e conselheira de fundação da Fundação Julita, entidade criada em 1951, que atualmente tem descrito

como objetivo auxiliar famílias em “situação de vulnerabilidade” e em medidas “socioeducativas” para crianças. Já o segundo cita brevemente em entrevista que participou de uma Organização Não Governamental (ONG) para “auxiliar moradores de rua” (JOVEM PAN, 2018).

A Fundação Getúlio Vargas, como percebido pela demonstração dos dados, aparece como de grande abrangência para a obtenção de títulos para os agentes. A entidade mais específica, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV), já foi analisada duas vezes em estudos com orientação teórica próxima a adotada nesta dissertação.

Francisco Tomei (2018) analisou os perfis dos professores desta instituição de ensino. E Karine Viana (2016) estudou as crenças, os discursos oficiais e seus usos em diferentes âmbitos de poder de forma compartilhada, principalmente entre alunos da instituição.

Nas duas pesquisas, é evidenciado o caráter multidimensional e multiposicional dos agentes envolvidos na constituição da EAESP-FGV, seja dos alunos, dos professores e das famílias que investem no diploma para seus filhos. A própria história da FGV é perpassada por sua relação com o Estado e a formação de um corpo administrativo necessitado de legitimação escolar (TOMEI, 2018).

Na pesquisa de Viana (2016), é demonstrado como, devido ao tipo de composição social decorrente de alunos, professores e determinadas “figuras icônicas” consagradas da instituição, origina-se a crença compartilhada de que a instituição seria a melhor a disponibilizar a formação em administração de empresas no país, superando outros exemplos públicos e concorrentes diretos, como o Insper e a FEA-USP. Segundo as formas de legitimação adotadas, as formações de outras instituições seriam voltadas para as “finanças” sendo mais “técnicas”, e a EAESP-FGV seria uma escola de escopo “amplo” que privilegiaria áreas consagradas nas ciências humanas e o ímpeto de “mudar o mundo” dos alunos (Idem). Logo, parece ter havido o encontro entre as disposições dos agentes e o tipo de formação que a instituição exalta com sua marca.

Adriana Ventura já tinha uma carreira consolidada como professora da EAESP-FGV, utilizando por vezes sua formação como justificativa para a entrada na política. Após ter conhecido o partido também pela internet, “revoltada” com “escândalos de corrupção” diz ter atuado como

uma espécie de recrutadora informal do Partido Novo, principalmente de mulheres que pudessem se candidatar. Nesse interim, diz que os próprios partidários em seu entorno a indicaram como possível candidata. Destaca nas apresentações políticas, sobretudo, seus dotes administrativos enquanto dona de uma Escola de Dança e os treinamentos feitos para grandes multinacionais enquanto professora da EAESP.

Já Vinicius Poit se formou também pela EAESP-FGV, seguindo um certo “padrão”, já que ela é considerada uma “tradicional escola de administração” para onde são mandados filhos de grandes famílias empresariais de todo o Brasil, principalmente de São Paulo (VIANA, 2016). Nas falas sobre o porquê da escolha pela carreira política, o agente retoma o discurso já salientado anteriormente, principalmente na pesquisa de Viana (2016), de uma espécie de “missão cívica” que seria necessária de ser operada pelas lideranças empresariais formadas na FGV:

Pela origem da minha família, sempre tive uma coisa na minha cabeça: como é que eu posso retribuir?” (...) Primeiro: dever cívico (...) Quem tem demais, tem que devolver (...) Na GV entrei numa bolha diferente das minhas origens, famílias tradicionais de São Paulo. Essa turma sabe o que tá acontecendo lá fora? (POIT, 2022).

Ele foi sócio executivo da empresa da família, a Poit Energia, de 2002 a 2012, trabalhou no Citibank, de 2006 a 2010, o mesmo banco que Amoêdo iniciou sua carreira, e fundou *startups*, como a Recruta Simples, em 2016, que foi vendida.

Já no caso de Tiago Mitraud é dado destaque para o percurso escolar e profissional, sobressaltando diferentes posições de “liderança” nestes espaços. Nas apresentações da campanha dele, é destacado sobretudo seu percurso escolar e a presidência do Grêmio estudantil no ensino médio. Na faculdade, se envolveu na representação de Empresas Júniores (TIAGO MITRAUD, 2018). Posteriormente, participou da Fundação Estudar, de Jorge Paulo Lemann, onde atuou como CEO. Tal Fundação tem como proposta a “formação de lideranças”, fornecendo bolsas para jovens brasileiros estudarem em universidades estrangeiras. Características como “liderança” e “gestão de projetos” são mobilizadas, e justificam

inclusive a opção de, em 2022, findado seu mandato como deputado federal, lançar-se candidato à vice-presidência da República.

Alexis Fonteyne, foi representante empresarial do ramo de produção de materiais básicos para construção civil, atuando em continuidade com esse papel de representação na sua carreira parlamentar posterior. Antes disso, já tinha uma empresa consolidada no setor. Foi conselheiro no CIESP Campinas, na Sociedade Hipica de Campinas e presidente da Associação Nacional de Pisos e Revestimentos de Alto Desempenho (Anapre). Todas essas atividades foram interrompidas quando ele foi eleito. Além disso já foi filiado ao PSDB, mas mais detalhes sobre sua atuação no partido são escassos.

Além dessa posição de representação, juntamente com van Hattem, é o que mais diretamente fala sobre um passado “militante”. Ele toma como marco para seu interesse na disputa política as manifestações de junho de 2013. Após elas, teria iniciado em Campinas (a cidade mais mencionada pelo agente como seu “reduto”) o movimento “Turma da Vassoura”, que seria contra a “corrupção”.

Marcel van Hattem, o perfil que mais sobrevaloriza a trajetória militante, teve sua entrada na política aos 18 anos, muito antes da filiação ao Novo, após uma longa militância em movimentos estudantis, de jovens e religiosos. Foi vice-presidente do Grêmio Estudantil no Ensino Médio do Colégio Pio 12, em Novo Hamburgo, e fez parte das Juventude Progressista e da Juventude Luterana, até ser eleito vereador por Dois Irmãos.

Na faculdade, venceu com uma chapa para o DCE da UFRGS, durante o período que cursava Relações Internacionais. Fez curso também de formação de “lideranças” em Georgetown, nos EUA. Agentes apresentados como seus “amigos” em materiais de campanha mencionam que, com ele, conheceram “novas referências intelectuais”.

Sua entrada na política veio pelo cargo mencionado anteriormente, de vereador da cidade de Dois Irmãos, estado do Rio Grande do Sul, de 2005 a 2008. Depois, eleito Deputado Estadual pelo mesmo estado de 2015 a 2018, quando foi por fim eleito Deputado Federal pelo Partido Novo. É o agente que mais ressalta formações escolares na aba “biografia” de sua página da câmara dos deputados, detalhando até mesmo sua formação do ensino básico.

Recepção e produção de posicionamentos ideológicos

No geral, quando questionados em diferentes materiais, os agentes concordam em certos preceitos do que eles chamam de “liberalismo”. Mas só alguns mobilizam tal identificação como motivação das suas pretensões políticas. Segundo estes, ela é pautada sobretudo em “referências intelectuais” que tiveram acesso em determinado momento de suas biografias.

Gilson Marques foi o agente cuja apresentação é baseada sobretudo nessa identificação político-ideológica. Foi sócio do escritório Vasselai Vieira Advogados Associados, além de delegado da OAB.

Segundo o agente, na única entrevista que encontramos em que ele expõe o começo de sua carreira política, o mesmo ainda não tinha contato com o “liberalismo” e a “política” até ser apresentado ao Partido Novo e a “leituras” específicas no ano de 2016. Ainda no relato, após ler “A Anatomia do Estado”, de Murray Rothbard, economista heterodoxo da Escola Austríaca dos Estados Unidos, diz ter ficado “viciado” em leituras do ramo (MARQUES, 2022). Rothbard foi um dos fundadores do *Mises Institute* americano, cujo correspondente brasileiro, o IMB, foi importado por Hélio Beltrão (CANAVIEIRA, 2024).

Marques, desde que começou suas “leituras” sobre a “ideologia” reivindicada, diz tomar a política como “projeto de vida”. É o único dos deputados que aciona, além do liberalismo, uma outra identificação, de origem norte-americana, o “libertário”. Marques se apresenta com a alcunha de “O único deputado libertário do Brasil” e “O único a ter pronunciado ‘Imposto é Roubo!’ na Câmara dos Deputados”.

No caso de Marcel van Hattem, também são mencionadas tais “leituras” e referências, que, nas suas percepções, serviriam para combater pensamentos mais à “esquerda”, apesar de não necessariamente relacioná-las com uma identificação ideológica, apenas como um meio de combate a adversários políticos.

Por fim, para completarmos a análise geral dos perfis desses agentes, apresentamos alguns dados sobre suas publicações escritas.

Quadro 3 - Publicações escritas

Agentes	Livros
Marcel van Hattem	Somos nós com uma voz: do megafone à tribuna defendendo a liberdade, o estado de direito e a democracia, Editora LVM, 2019; Política é coisa do Diabo? Editora Concórdia, 2021;
Adriana Ventura	O papel da motivação intrínseca nas organizações de arte. São Paulo, 1998.; Ética nos Negócios e Ética Pessoal: uma questão de integridade. São Paulo, 2004; Um ano pelo Brasil vol. 1, 2, 3, 2019; 2020; 2021; s.ed.

Fonte: Câmara dos Deputados (2023)

Evidenciamos que aqui se trata de inverter a ênfase geralmente dada à apropriação dos políticos de bens culturais “acabados”, tratando-os também como “laboriosos produtores” destes bens (REIS; GRILL, 2017, p. 152). Como percebemos, principalmente no caso de van Hattem, os agentes ativamente pretendem com seus escritos serem porta-vozes de definições sobre o mundo social, nos casos apresentados mais diretamente sobre “liberdade”, “estado de direito”, “democracia”, “política”, “país”.

No quadro, vemos os livros escritos em que eles são autores ou coautores. No entanto, como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, todos os deputados têm um número bem acentuado de publicações em blogs pessoais ou administrados pelo próprio partido. Portanto, há uma lista muito maior de publicações como capítulos de livros, teses, dissertações, artigos acadêmicos e em jornais e revistas, além de entrevistas para rádios e programas de televisão jornalísticos ou não.

No caso de Marcel van Hattem, percebemos que as publicações, com a temática voltada para suas “ideias políticas”, ocorreram após sua entrada no partido, quando já estava consagrado no cargo de deputado federal. Já Adriana Ventura publicou livros referentes à sua dissertação de mestrado e à sua tese de doutorado. A agente conta com extenso *currículo lattes* e participação no mundo acadêmico antes de adentrar na

política pelo Partido Novo. Dela, localizamos a organização de eventos, publicação em revistas acadêmicas, orientação alunos, participação em bancas de arguição, que, aliados às publicações escritas, indicam uma alta profissionalização acadêmica. Também publicou 3 livros relatando seus anos de mandato, explicando suas propostas de lei e sua “rotina” enquanto parlamentar.

A produção escrita dela pode estar ligada a forma de afirmação do perfil de mulheres na política analisada por Reis (2014):

Quer dizer, a intervenção no espaço público é tributária da acumulação, da combinação e da mobilização de trunfos advindos da capacidade de formação, de interpelação e de transmissão fundadas nas atuações como professoras, comunicadoras, militantes e escritoras. Isso não está separado da “arte de representar”, do fetichismo da delegação política (Bourdieu, 2004), que vai além da aptidão para realizar obras ou para falar em nome de determinadas causas ou categorias, mas está fundado no reconhecimento da capacidade de produzir seus fundamentos teóricos e reflexivos, e ainda sustentá-los e transmiti-los como problemas legítimos em espaços de consagração cultural e política (Idem, p. 260).

Considerações finais

A valorização de notabilidades sobrepostas entre o domínio econômico e domínio cultural/político parece ser o que estrutura o recrutamento dos eleitos do Partido Novo. Os atuantes nos *domínios culturais* sobrevalorizam principalmente atuações amalgamadas nos *domínios econômicos*. Quando se sobressaem os atributos culturais, este só são plenamente demonstrados quando associados à categoria de “cientista político”, o que indica que uma espécie de intervenção intelectual através de um tipo de “ciência política” que legitima a aplicação do discurso administrativo-empresarial ao “Estado”.

Em contrapartida, a censura a uma carreira especializada não ocorre por parte dos agentes que atuaram nos *domínios econômicos* até aden-

trarem à política pelo Partido Novo. A demonstração de cursos universitários não terminados e outros tipos de cursos, como MBA's ou os de “formação política”, parece ter a ver com a demanda, formada nos *domínios econômicos*, destes títulos para legitimar certas gramáticas administrativas (VIANA, 2016; TOMEI, 2018). Como estes agentes e seu entorno partidário se valem da “representação” dos “empreendedores” e da luta pela aplicação de gramáticas empresariais ao “Estado”, esses títulos valeriam também como forma de certificação de que seriam bons “aplicadores de recursos públicos”. Em outras palavras, um critério de hierarquização empresarial contando como critério de recrutamento político.

Quanto a padrões mais específicos, evidenciamos três modos de especialização nas carreiras destes agentes, pelo menos no período entre as duas eleições gerias de 2018 a 2022. Um mais focado na especialização empresarial e administrativa; Outro, pautado também na valorização da atuação empresarial, mas com menções de atuação, ainda nesse âmbito, em lutas por causas legítimas; Por fim, um mais marcado numa espécie de militantismo, de publicização e com a definição de um contorno ideológico mais nítido, marcado pela tentativa de implantação de modelos ideológicos de crescente valorização advindos de países ditos “centrais” cujo contato se dá através de circulação internacional ou com outros importadores de modelos no próprio Brasil.

Quadro 4 – Padrões de especialização política

Padrões/Características	“Empreendedor notável”	“Empreendedor cívico”	“Militante”
<i>Agentes</i>	Lucas Gonzalez, Paulo Gagnime	Vinícius Poit, Adriana Ventura, Tiago Mitraud	Marcel van Hattem, Gilson Marques, Alexis Fonteyne
<i>Formação</i>	Recorrem à Renova BR antes de entrar para a política. Títulos escolares não homogêneos.	EAESP-FGV	Títulos escolares não homogêneos. Van Hattem investe pesadamente nesse quesito.
<i>Luta por causas legítimas anteriores</i>	Não mencionada	Em ONG's e entidades privadas que reivindicam “pautas” de luta	Militância em movimentos estudantis, no caso de van Hattem; Movimentos de rua, Fonteyne; Identificação ideológica, Marques
<i>Disposições</i>	Sentido de “retribuição à sociedade” por conta da alta posição social; Atributos empresariais-administrativos e de “liderança”. “Representação dos “empreendedores”	Sentido de “retribuição à sociedade” por conta da alta posição social; “Luta pelo país”; Atributos empresariais-administrativos e de “liderança”	Relacionados à gestão pública, capacidade de articulação política e combate aos adversários políticos; Atributos culturais, de mediação “intelectual”. Atributos empresariais-administrativos e de “liderança”; Representação dos “cidadãos”
<i>Disposições culturais</i>	Pouco mencionadas; diretamente ligadas à formação em cursos diversos voltados para a “política”	Mitraud evidencia relacionamento com sua família e carreira; Em Ventura, menção ao seu mestrado e doutorado; Poit, aos cursos diversos de formação “política”	Posições como de “professor”, “palestrante”; Mediação de “referências intelectuais”, principalmente de autores consagrados nos EUA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressaltamos, desses padrões, que os que conseguiram ser reconvertidos em reeleição em 2022 foram particularmente os de empreendedor cívico (Ventura) e o “militante” (Marcel van Hattem e Gilson Marques). Além disso, através dos cargos ocupados durante os mandatos, podemos ver um certo protagonismo e “liderança” de van Hattem em relação aos oito, tendo sido candidato até mesmo à presidência da câmara (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023). Ele também, foi, por exemplo, o deputado federal mais votado pelo seu estado em 2018¹.

Por esse e por outros aspectos, como a produção escrita e atuação acadêmica, cultural, moral e militante de Ventura e van Hattem, é indicado que, ainda que trabalhem com esse princípio específico relativamente “novo” de aplicação de princípios organizacionais de empresas na política, os constrangimentos à aquisição de *multinotabilidades* particularmente as relacionadas aos *domínios culturais* e *militantes* continuam de fundamental importância para a posse de cargos privilegiados nos *domínios políticos* nos casos analisados (REIS; GRILL, 2017).

Referências

ALEMG. (2016). *Documentário: economista Luiz Mitraud* (2015). Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JooeYZI8648>>. Acesso em 16 fev. 2023.

Câmara dos Deputados. (2023). *Quem são os deputados*. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>>. Acesso em 21 mai. 2023. Canavieira, Luan Pires. (2024). *Perfis, redes e múltiplos empreendimentos de lideranças do partido novo*. Dissertação de Mestrado. PPGCSOC/Universidade Federal do Maranhão.

Coradini, Odaci Luiz. (2001). Introdução. In: Coradini, Odaci Luiz. (2001). *Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, p. 7-18.

CPDOC. (2023). *DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

1. Todos os outros deputados em alguma medida reivindicam um discurso do tipo: “boas posições eleitorais ainda que fossem *outsiders* até aquela eleição”.

Grill, Igor Grill. (2008). *"Heranças políticas" no Rio Grande do Sul*. São Luís: Edufma.

Jovem Pan. (2018). *Vinicius Poit - Pânico - 17/10/18*. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KB2yZ0Woyrk>>. Acesso em 27 out. 2023.

Marenco dos Santos, André. (1997). Nas fronteiras do campo político. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, p. 87–101.

Marques, Gilson. (2022). *Deputado federal Gilson Marques | Atlas Podcast ep. 11*. Entrevistador: Atlas Podcast Realizada em 25 mai. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VqroDaZ5Z0s&ab_channel=ATLAS-PODCAST>. Acesso em 10 mar. 2023.

Offerlé, Michel. (2004). *Los Partidos Políticos*. Santiago: LOM Ediciones.

Paulo Ganime. (2018). *Paulo Ganime - vida, família, política e trabalho*. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J3qL0lbkRzM>>. Acesso em 27 out. 2023.

Poit, Vinícius (2022). *Carreiras na Política | Entrevista com Vinicius Poit (Pré Candidato ao Governo de SP)*. Entrevistador: Johnny Viccari. Realizada em 25 mai. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s9jQHIU-9xD0&ab_channel=JonnyViccari. Acesso em 25 out. 2023.

Reis, Eliana Tavares dos. (2014). Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 233–263.

Reis, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Grill. (2017). Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social*, v. 29, n. 3, p. 137–159.

Sawicki, Frédéric. (2013). Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: Marenco dos Santos, André. (ed.) (2013). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 13–30.

Tiago Mitraud. (2018). *Conheça Tiago Mitraud – 3031*. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g6KNJZIS5xI&ab_channel=TiagoMitraud>. Acesso em 9 mar. 2023.

Tomei, Francisco. (2018). *Entre consultores e experts, empresariado e Estado: os professores da EAESP-FGV*. Dissertação de Mestrado. PPGS/Universidade de São Paulo.

Viana, Karine. (2016). *As crenças transmitidas por escolas de negócios: um olhar sobre a FGV-EAESP e a Chicago Booth School of Business*. Dissertação de Mestrado. PGCSO/Universidade Estadual Paulista – Araraquara.

**GT 2 - Sociologia das elites e dos porta-vozes de questões
políticas e culturais**



Perfis de Presidentes da OAB/MA (1932- 2022): "elite política", "elite jurídica" e "elite da advocacia".

Samário José Lima Meireles
UFMA

Igor Gastal Grill
UFMA

Introdução

Desde as análises do sociólogo alemão Max Weber muitos cientistas sociais investiram em compreender os fatores de imbricação entre domínios do “direito” e da “política”. E a significativa presença numérica de indivíduos com formação e/ou carreiras jurídicas em postos políticos é enfatizada em diversos estudos e em distintas configurações nacionais. Ademais, com frequência são sublinhadas as competências comumente exigidas ao desempenho de atividades nesses dois espaços profissionais. Características sociais são, então, recorrentemente citadas como trunfos que favorecem a atuação política (em partidos, parlamentos e governos) de “bacharéis”. Geralmente são feitas referências ao pertencimento às altas extrações sociais; ao parentesco com políticos; às *redes* de relações herdadas e/ou adquiridas; e às formas de socialização política prévias à carreira profissional.

Porém, raras são as iniciativas de refletir sobre engajamentos e concorrências políticas entre os operadores do direito no sentido de representar sua categoria profissional. Para abordar exatamente essa dimensão, o foco desse artigo são os perfis de dirigentes que participaram de processos eleitorais transcorridos na seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), entre 1932 e 2022. A partir desse universo, foi possível analisar disputas políticas travadas por agentes envolvidos no trabalho de representação (em duplo sentido) dos advogados no âmbito dessa entidade. Ao examinarmos os recursos (materiais e simbólicos) acumulados pelos protagonistas das batalhas eleitorais, verificamos, sobretudo, o peso das *redes* interpessoais (de parentesco, de amizade e reciprocidades) cultivadas pelas principais lideranças que chegaram ao posto de presidente da instituição.

Este estudo se insere na agenda de pesquisa desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA). Partimos das formulações do modelo de Pierre Bourdieu, ali-

nhavando-o a outras referências e dimensões analíticas consideradas adequadas à investigação de configurações históricas e sociais estruturalmente marcadas pela *justaposição de domínios e lógicas sociais* (REIS; GRILL, 2023). E atentamos à relevância de ponderar sobre princípios e modos de atuação a um só tempo políticos, sociais, profissionais e culturais, bem como sobre as bases dos reconhecimentos e prestígios passíveis de serem conquistados, os objetos disputados, e os papéis endossados nas práticas das lideranças e porta-vozes.

Nessa trilha, seguimos aqui, basicamente, duas diretrizes interdependentes e complementares à operacionalização do trabalho: 1) uma que se apoia nas propriedades sociais dos agentes e suas *redes* de relações dentro e fora da OAB/MA; 2) e outra que leva em conta a centralidade das clivagens pessoais e/ou interpessoais nas disputas por poder político no âmbito da instituição.

Na primeira direção, identificamos, pois, as qualidades sociais personificadas e as *redes* de relações dos principais agentes empreendedores da política institucional da OAB/MA. Seguindo Bourdieu (1984; 2020a) e Michel Offerlé (1998), trata-se de situar os protagonistas dos processos de representação, construção e estabilização que dão existência à instituição como expressão de um “grupo” (aqui um “grupo profissional”) e a eles próprios como seus porta-vozes (no caso em tela dirigentes e lideranças da entidade).

Para tanto, retomamos os perfis dos presidentes da OAB/MA no decorrer do período estabelecido. O que possibilitou identificarmos três padrões de “elites” dos “bacharéis” em direito no Maranhão, que se alteram no comando da instituição: primeiramente, enquanto membros da “elite política” (1932/1973), depois, participantes de uma “elite jurídica” (1973/2003), e, por fim, integrantes da “elite da advocacia privada” (2004/2022)¹. Para cada um desses tipos, investimos na reconstituição

1. Cumpre ressaltar que, em termos de extração social (observada via atividades profissionais dos pais, bem como acesso às instituições escolares muito competitivas e exigentes em termos de recursos prévios e às altas rodas econômicas, políticas e culturais estado), o perfil é relativamente homogêneo ao longo dos noventa anos. Em termos de posição social, a diversificação é muito pouco significativa. São oriundos de uma restrita parcela da população que concentra simultaneamente recursos de todos os tipos.

de trajetórias exemplares e, notadamente, realçamos a concentração de bases de poder multidimensionais (sociais, políticos, profissionais e culturais) e amalgamadas.

Na segunda direção, acompanhamos uma série de autores que enfocaram situações nas quais a “política” é associada a eleições, e o período eleitoral é tido como o momento de definição/demonstração de pertencimentos e de fidelidades. Eles revelaram em suas pesquisas como a “política” pode ultrapassar definições modelares e não estar circunscrita a *domínios* particulares, especializados e apartados dos demais (PALMEIRA, 2010; PALMEIRA; BARREIRA, 2006; BARREIRA, 2006).

Com essa perspectiva, investigamos a OAB como um *domínio* de luta política, na qual é possível mapear agrupamentos constituídos por meio de relações de alianças e conflitos entretecidas nas suas *configurações* específicas e sucessivas de forças². Tratam-se de conexões que se estruturam na forma de coalizões temporárias de *alianças diádicas* verticais (líderes-seguidores) ou horizontais: dotadas de *egos* diretamente responsáveis pelo recrutamento do séquito de seguidores; de *cliques* unindo indivíduos com forte intensidade de vínculos; de *conjuntos-de-ações* alimentados pelo objetivo determinado de vencer as eleições. Assim como pela hostilidade típica do *faccionalismo*, que coloca “grupos” rivais em conflito na busca por postos/cargos na hierarquia de poder da OAB/MA (LANDÉ, 1977; MAYER, 1987; GRILL, 2013).

As noções e instrumentos de objetivação ora agilizados já foram testados em estudos de eleições nas quais estavam em jogo cargos em governos e parlamentos³. Interessa-nos agora salientar como o controle da instância de representação dos advogados que atuam no estado do Maranhão é definido de acordo com disputas que opõem agrupamentos instáveis e efêmeros, regidos por relações pessoais que se fazem, desfazem e refazem ao sabor dos alinhamentos cíclicos demarcados pelo calendário eleitoral.

É claro, os desdobramentos de dinâmicas eleitorais contam decisivamente com o que Bourdieu (2011) conceituou como “capital político pessoal de ‘notoriedade’”, referente aos recursos “lenta e continuamente

2. Esses encaminhamentos são inspirados nas orientações de Elias (1999).

3. A importância da habilidade em administrar relações pessoais nos processos de especialização política foi tratada em Grill (2013).

te” acumulados pelas lideranças que delas participam. Isto é, “firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma ‘reputação,’ etc.)”, sem prescindir de “um certo número de qualificações específicas que são a condição de aquisição e da conservação de uma boa reputação” (p. 190-191).

Por isso, reforçamos a imprescindibilidade de traçar os perfis dos protagonistas das disputas políticas no âmbito da OAB/MA. Com vistas a demonstrar, de forma mais detalhadamente possível, o peso dos patrimônios detidos por conta das inscrições em determinadas “famílias” (geralmente bem situadas social, política e culturalmente) até as reputações adquiridas em distintos meios sociais, passando por trunfos e disposições derivadas de inscrições em *domínios* diversos e engajamentos variados. Disso deriva a importância ao nosso argumento da localização das lideranças e suas estratégias (matrimoniais, educativas, profissionais, de investimento em relações e em reconhecimento sociais) de reprodução (BOURDIEU, 2020b). Elas se traduzem, por sua vez, tanto em *notabilizações*⁴ dos candidatos como em bases sociais de interconexões deles com seus aliados e apoiadores⁵, mormente, em circunstâncias de enfrentamento eleitoral.

Visada longitudinal e padrões de seleção de presidentes

O processo histórico de institucionalização da advocacia brasileira não poderia ser explicado “sem recurso a sua relação com o Estado, seja pela origem corporativa, seja pelos trânsitos de suas elites pelo campo político e pelo campo jurídico” (ALMEIDA, 2016, p.216-217). Contudo, há muitos obstáculos à análise sociológica da produção de saberes sobre as instituições, seus processos de consolidação e suas dinâmicas um *campo* de luta em estado objetivado. Particularmente, existem entraves à primordial “apreensão dos condicionantes sociais e da relação dessas condicionantes com contextos práticos de ação dos agentes que produzem essas instituições” (ENGELMANN, 2008, p.61).

No entanto, podemos perpassar sinteticamente os desdobramentos

4. A relevância dessas dimensões de análise na constituição de um programa de pesquisa voltado ao estudo de “elites” foi sustentada por Reis e Grill (2017).

5. Nos termos bourdieusianos, mostraremos o peso decisivo do capital social e do capital simbólico personificado.

das disputas pelo ordenamento de critérios ao exercício da “profissão de advogado” na história brasileira. Fundamentalmente, as oposições se deram entre a defesa da atuação de agentes sem titulação em direito (“práticos ou rúbulas”) e dos portadores de titulação universitária (“bacharéis”). Os primeiros tiveram sua gênese na tradição herdada de Portugal. Com o passar dos anos, os serviços e os direitos conquistados pelos “práticos” ou “rúbulas” se fixaram no ordenamento jurídico brasileiro e prosseguiram até o ano de 1985, com a promulgação da lei nº 7.346 de 22.07.1985, que vedou novas inscrições no quadro de “provisionados” da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁶. Os “bacharéis”, inicialmente formados em Coimbra, depois em Olinda/Recife e São Paulo, afirmaram-se como os principais agentes políticos do Império⁷ e da República.

No chamado Brasil Império, esses “advogados-bacharéis” tinham em seus itinerários três destinos possíveis: 1) voltar à cidade natal e ficar distante da vida política, pelo menos no plano mais central; 2) dirigir-se à Corte, tornando-se “bacharéis-políticos-conservadores” (advogados e/ou magistrados); e 3) atuar na Corte como agentes políticos com participação direta e ativa nos debates em torno da profissão. Foi entre esses últimos que esteve em jogo a luta pela delimitação das fronteiras de acesso à categoria por meio da tentativa de criação de uma instituição responsável pela aplicação de mecanismos de controle à grande quantidade daqueles que eram considerados “advogados-charlatões” (aparentemente eles vinham se impondo naquele cenário). Assim, “bacharéis”, que “se consideravam os mais qualificados para fiscalizar o mercado e para punir os charlatões” (BONELLI, 2002, p.42), deslocavam-se para a capital do país visando ocupar posições (“cadeiras”) nas principais instituições acadêmicas.

6. Até 1963, existiram os “advogados-solicitadores”, que exerciam as atividades mais simples da profissão e, às vezes, eram submetidos “pelos juízes de direito a exames apenas sobre a prática do processo” (COELHO, 1999, p.167). E, até o ano de 1985, existiam os “advogados-provisionados”, profissionais que exerciam quase todas as atividades de um “advogado-bacharel”, sendo submetidos geralmente a “exames teóricos e práticos [...] podiam procurar apenas nos lugares de primeira instância” (COELHO, 1999, p.167). Todavia, segundo Leme de Mattos (2013), durante muito tempo a legislação não foi devidamente aplicada, e o que se verificou foi o exercício da advocacia “por qualquer pessoa, desde que munida de procuração assinada por uma das partes em litígio” (p.32).

7. Ver Carvalho (2010).

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), fortemente ligado ao poder político, fora criado em 1843. E, a partir dele, porta-vozes se empenharam na criação de uma instância de representação categorial mais autônoma. Em 1888, membros do IAB conseguiram incorporar à sua denominação o termo “ordem” e modificaram suas finalidades, passando a ser uma entidade de pesquisa e assessoramento. Ocorre que o envolvimento da direção do IAB nos processos de “mudanças políticas” ligadas à chegada da República, enquanto “as novas lideranças [...] eram provenientes de grupos menos ocupados com a construção da nova ordem”, resultou em uma espécie de “desorganização” do Instituto (BONELLI, 2002, p.51). Como acontecia desde Império, entre 1889 e 1930, os governantes do Estado republicano brasileiro persistiram regulando, controlando e disciplinando aqueles tidos como aptos ao exercício da advocacia.

Foi somente com a publicação do art. 17 do decreto nº 19.408, de 18.11.1930, que Getúlio Vargas criou a OAB. Enquanto os dirigentes portugueses fecharam a Associação dos Advogados de Lisboa, fundada em 1838, ao criar em 1930, a Ordem dos Advogados Portugueses, no Brasil, o mandatário do autodenominado “governo revolucionário” fez o oposto. Quer dizer, não só permitiu que a agremiação continuasse em funcionamento, como deu ao IOAB a prerrogativa de controlar a OAB. Vale destacar que alguns membros do Instituto tinham relações próximas no alto escalão do governo federal e, por esse motivo, contavam com desimpedimentos à aprovação de propostas convenientes ao “grupo-dos-bacharéis”.

Nesta *configuração*, mais precisamente dois anos depois, foi criada a seccional da OAB no Maranhão, conduzida por membros dirigentes do Instituto dos Advogados Maranhenses (IAM), que existia desde 1912 como seção estadual do IOAB. Esses empreendedores da “causa” eram oriundos de famílias estabelecidas social, econômica, cultural e politicamente no estado, encontravam-se *multiposicionados* em distintos *domínios* sociais, e desfrutavam de *multinotabilidades*⁸.

8. Sobre a definição e articulação das ideias de *domínios sociais*, *multiposicionalidade* e *multinotabilidades*, em configurações históricas como a brasileira, ver Grill e Reis (2018).

Em 90 anos de história, a OAB/MA teve 18 presidentes. Até os anos 1990 (mais exatamente entre 1932 e 1994), eles eram eleitos ou “aclamados”⁹ em assembleias da instituição. A principal modificação, ao longo de todo esse período, foi a adoção, a partir das eleições de 30 de novembro de 1968 (mandato 69/71), da apresentação de “chapas”, previamente registradas, segundo regras estipuladas em edital. Aquelas inscritas concorriam à composição do conselho da instituição, que, por sua vez, aumentava em número de participantes de acordo com o montante de bacharéis inscritos na Ordem. A partir do pleito de 1994 (que elegeu a diretoria empossada em 1995), os dirigentes passaram a ser escolhidos por “votação direta”, mantendo o sistema de concorrência via chapas. O contingente de eleitores e eleitos cresceu sensivelmente em 90 anos.

A adesão ao ideário democrático – que exalta a escolha individual, secreta, autônoma e soberana do “indivíduo-eleitor” –, ao contrário de equalizar o poder de influência dos agentes no processo eleitoral, revelou-se propícia à reprodução dos agentes melhor posicionados socialmente (com volume maior de meios materiais e simbólicos para participar do jogo político). Portanto, não eliminou o impacto das determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político. Persistiram os “mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os ‘agentes politicamente ativos’ e os ‘agentes politicamente passivos’” (BOURDIEU, 2011, p. 163).

Observamos, então, que a fórmula política de escolha de representantes recrudescer a lógica de concorrência via *cadeias de líderes-seguidores* ou *teias de alianças diádicas* verticalizadas (LANDÉ, 1977), sob o comando de *egos* ou *cliques* (MAYER, 1987) de notáveis. Nos moldes da escolha “sufragista” (em detrimento da “assembleísta”) dos representantes na política partidária-eletiva, os candidatos à representação dos advogados se abrigaram em “chapas” e passaram a rivalizar a partir de agrupamentos semelhantes e em nome (ou com vista a) um contingente

9. O termo “aclamação” é utilizado nas atas das assembleias da OAB/MA. Bourdieu (2011, p. 201) já chamara a atenção para a necessidade de pensar as práticas das reuniões coletivas que são “ilustrações de processos de imposição autoritária e que se apoiam na impossibilidade prática de romper, *sem inconveniência*, a unanimidade unanimemente cultivada”. Para tanto seria necessário, segundo ele, fazer a etnografia dessas situações. O que, obviamente, não foi possível neste estudo.

amplo de eleitores. Por conseguinte, as disputas travadas em campanhas por postos de direção da OAB/MA espelham aquelas protagonizadas por políticos visando cargos eletivos, inclusive aplicando repertórios análogos de mobilização (de reuniões com discursos dos candidatos à boca de urna no dia da votação, passando por rituais de comensalidade, como almoços e jantares com apoiadores)¹⁰.

Um expediente importante à composição da direção da OAB/MA foi a prerrogativa retida pelo Instituto dos Advogados do Maranhão (IAM)¹¹ de indicar $\frac{1}{4}$ das vagas ao conselho da OAB/MA. O que estava previsto no art. 17 do decreto nº 19.408, de 18.11.1930, prescrito e utilizado pelos “pioneiros-fundadores” entre 1932 e 1939 (ano em que a instância foi desativada pelos líderes da categoria). Essa alternativa foi recuperada por uma *facção* que ascendeu politicamente na Ordem no início dos anos 1980 e dominou as batalhas eleitorais nesta década. Entre as estratégias então ativadas, esteve a refundação do IAM e o uso do atributo de compor sua própria lista de conselheiros. Contudo, esse apanágio foi oficialmente extinto na década de 1990, com a promulgação da lei 8.906/94 (o atual estatuto da OAB/MA).

Para melhor qualificar o universo investigado, devemos expor algumas características gerais e o perfil das carreiras dos agentes recortados para a presente análise. Eles são preponderantemente homens, nascidos no Maranhão – apenas 2 (11,11%) dos 18 agentes são oriundos de outras unidades da federação –, e pertencentes à elite estadual. Basta ver as condições logradas ao acesso a títulos escolares distintivos e raros.

Majoritariamente, eles cursaram o 2º grau (ou secundário) no estado, sempre na capital: primeiramente, em escolas públicas, com destaque para o Liceu Maranhense (instituição escolar pela qual passou a maior parte dos políticos maranhenses até os anos 1950); depois, em colégios particulares frequentados por famílias da elite estadual. Obtiveram o título superior: no início do século XX, via o deslocamento para cidades como Rio de Janeiro, Recife, Belém, etc. (devido à ausência de curso de

10. O que foi largamente demonstrado em estudos etnográficos de campanhas recentes. Ver Meireles (2017 e 2022).

11. A entidade existe até hoje, porém com papel apenas residual na representação categorial.

direito no estado); logo depois, na faculdade de direito existente em São Luís¹² (nas cidades do interior, os cursos de direito surgiram apenas no século XXI). E muito recentemente (a partir dos anos 1990) houve a diversificação da oferta no espaço universitário maranhense, com a criação de cursos em instituições de ensino superior privadas e na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Logo, em ambos os níveis de escolaridade (secundário/médio e superior) percebe-se os efeitos de seleção social. Historicamente, sempre pesou muito as condições desiguais de acesso às melhores escolas da capital, que preparavam seus alunos para os exigentes processos de seleção ao ingresso nas faculdades (notadamente de direito, uma das mais concorridas)¹³. E se, inicialmente, havia a necessidade dos estudantes disporem de recursos familiares para bacharelarem-se fora estado, com a criação de cursos de direito na capital, as possibilidades de conquista das poucas vagas existentes permaneceram restritas à alta extração social da população. E não é possível afirmar que a proliferação de instituições de ensino superior privadas tenha mudado substancialmente esse quadro.

No trajeto profissional, percebemos uma gradativa alteração nos perfis dos presidentes. Inicialmente, eles ocupavam cargos públicos via nomeação (como juízes, delegados, promotores, procuradores, desembargadores, secretários de governo, professores universitários, etc.), ou eleição (como vereadores, prefeitos, deputados, etc.). De qualquer modo, mobilizando *redes* de relações que os aproximavam dos governantes do período. Subsequentemente, passaram a predominar os chamados “operadores do direito” com carreiras marcadas pela atuação em instituições públicas via concursos. E, hodiernamente, verificamos

12. Até 1990, revezaram-se com diferentes denominações e como entidades públicas ou privadas, um único curso de direito no estado: 1) Faculdade de Direito do Maranhão (criada em 1918 e extinta em 1941); 2) Faculdade de Direito de São Luís (fundada em 1944); 3) a faculdade de direito da Fundação Universidade do Maranhão – FUM (a partir da década de 1960); e posteriormente da Universidade Federal do Maranhão – UFMA (década de 1970).

13. Lembrando as famílias residentes no interior precisavam de recursos raros para enviar seus filhos para São Luís com vistas a cursarem o segundo grau (atual ensino médio), notadamente econômicos para sustentar sua prole longe de casa e laços com parentes bem situados que davam acolhida/proteção de toda ordem aos seus filhos.

a presença significativa de proprietários de prestigiados escritórios de advocacia privada na capital, São Luís.

Pari passu às transformações relativas aos percursos escolares e profissionais, observamos também a ocorrência de modificações nas etapas de vida em que os agentes ingressaram na OAB/MA e chegaram à sua presidência. Tomando a idade em que se formaram e da primeira investidura na presidência, assim como o tempo de militância até chegar ao cargo máximo da instituição, temos que essa adesão é progressivamente mais rápida e precoce.

O conjunto de elementos e dimensões discutido até aqui justifica a descrição qualitativa dos casos que seguem. Eles são representativos de fases de existência da entidade, dos padrões de seleção dos seus dirigentes e das sucessivas *configurações* de luta política.

Benedito de Barros e Vasconcelos: exemplar da “elite política” no comando da OAB

Benedito de Barros e Vasconcelos (1879-1955) já tinha mais de cinquenta anos quando foi “aclamado” pelos membros do IAM o primeiro presidente da OAB/MA. Ele comandou a instituição por apenas cinco meses (entre abril e agosto de 1932), antes de renunciar.

Seu sucessor, Alcides Jansen Serra Lima Pereira, expressou ou conquistou centralidade pela ocupação simultânea e inseparável de posições na OAB/MA e no IAM. As duas entidades, nos anos 1930, compartilhavam não só o mesmo presidente como os mesmos membros na diretoria. Entre eles, José Ribamar Santos Pereira (filho de Alcides) e outros protagonistas das disputas políticas pela liderança da categoria no estado. Muitos deles haviam sido membros-fundadores (em 1918) da Faculdade de Direito do Maranhão e sucessivamente se reelegeram nas consecutivas gestões da Ordem. Ou seja, os futuros agentes empreendedores da OAB/MA partilhavam da participação nas mesmas instituições, frequentavam os mesmos ambientes sociais e, por isso, entre alguns deles, existiam fortes relações de amizade. O que favorecia o tracejado de *rede* de relações, que estavam na base da construção da *cadeia de seguidores* (LANDÉ, 1977) controlada por Alcides Pereira, entre 1912 e 1936.

Alcides Pereira (como é conhecido), nasceu em São Luís/MA (1873-1951), e nessa capital fez seus estudos primários, concluindo o segundo grau no Liceu Maranhense. Seu avô materno chegou a ser deputado provincial e, segundo consta, um “homem de muitas posses”; e seu pai um “negociante” e comendador.

Aos 18 anos de idade, Alcides se mudou para Recife para cursar ciências jurídicas e sociais na Universidade de Pernambuco, a primeira desse tipo do Brasil (fundada em 1827). E, ainda antes de concluir a graduação, ele conseguiu ser nomeado (em 1894) promotor em comarca do interior, substituindo um parente (não localizamos o grau parentesco) e futuro sócio na advocacia, Manoel Jansen Ferreira.

Formou-se em 1895, aos 22 anos de idade, e retornou definitivamente ao Maranhão para atuar como promotor público em um município do interior do estado. Graças à nomeação como delegado de polícia, voltou a residir na capital (em um endereço muito valorizado à época). Chegando a ser, logo em seguida, nomeado, interinamente, como secretário do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão (STJ/MA).

Em 1907, aos 34 anos, em sociedade com Manoel Jansen Ferreira, abriu seu primeiro escritório. Nesse período, ambos inauguraram a liderança no movimento dos advogados e, cinco anos mais tarde, em maio de 1912, fundaram o IAM. A sociedade entre eles perdurou por vários anos. E o exercício da advocacia era compatível com o desempenho de atividades paralelas, como a de professor de prática policial no corpo de infantaria do estado.

Além de promotor de justiça, delegado de polícia, secretário interino do STJ/MA, professor de prática policial e advogado criminalista, Alcides Pereira também atuava nos *domínios* da política partidária-eletiva. Por exemplo, no início da década de 1910 era filiado ao Partido Republicano no Maranhão e redigia artigos nos jornais *Correio da Tarde* e *A Notícia*. E entrevistou consistentemente nos *domínios culturais*, ladeado de amigos, com as mesmas origens, disposições e que lograram posições e cargos semelhantes aos dele. Para tanto, certamente havia, no mínimo, o estímulo de sua esposa, uma jornalista, poetiza, literata bem posicionada, com a qual havia se casado aos 24 anos de idade.

Entre 1914 e 1920, Alcides Pereira atuou como chefe de polícia do estado, deputado estadual, redator na reforma da Constituição Estadual e como professor da Faculdade de Direito do Maranhão, instituição que ele ajudou a fundar – junto com outros membros da elite política e cultural do estado. Ao que se somou, nos anos de 1930, a direção do Partido Republicano e a inscrição ativa no IAM, entidade da qual se tornou presidente, em janeiro de 1932. Sendo que, em setembro do mesmo ano, foi “aclamado” presidente da OAB/MA. Concentrando a presidência concomitante das duas instituições (IAM e OAB), entre 02 de maio de 1933 e 10 de junho de 1933 atuou ainda como como prefeito de São Luís/MA.

Podemos considerar esse período (basicamente entre 1932-1936, isto é, dos 59 aos 63 anos de idade) o apogeu da trajetória pública de Alcides Pereira, que contava com um acúmulo de *multiposicionalidades e multinotabilidades* (GRILL; REIS, 2017; 2023) no espaço social maranhense que o credenciou como a principal liderança da advocacia, apta a intervir e a circular nos distintos *domínios* políticos e culturais do estado.

Após sua renúncia da presidência da OAB/MA, sem êxito tentou por três outras vezes (1938, 1942 e 1944) se reeleger como conselheiro da instituição. Formalmente, Alcides Pereira deixou de participar das disputas políticas na OAB/MA aos 72 anos de idade.

Nas décadas seguintes, até o início dos anos 1970, o perfil predominante dos conselheiros, diretores e dos presidentes permaneceu relativamente inalterado. Dos sete primeiros presidentes da instituição, um, o 6º presidente, não seguiu o padrão. Os seis presidentes restantes, após a graduação, enveredaram para carreira de Estado, mediante nomeação política e/ou eleição. Eles seguiram carreiras centradas na esfera pública e, somente no final do trajeto profissional e muitos já aposentados (com por volta dos 50/60 anos de idade), direcionaram-se à política da OAB/MA.

Carlos Sebastião Silva Nina: exemplar da “elite jurídica” à frente da OAB/MA

Uma *reconfiguração* bastante expressiva na entidade aconteceu no início dos anos 1980, como decorrência de circunstâncias críticas que

ocasionaram a intervenção e a interrupção do quarto mandato na presidência de José de Ribamar Cunha Oliveira (1920-1995). Podemos considerar que ele foi o primeiro exemplar do padrão de presidentes membros da “elite jurídica” do estado, mas não a sua culminação arquetípica.

No início do seu último mandato (1979/81), Cunha Oliveira sofria resistências de antigos aliados e de “bacharéis” que não participavam do conselho da Ordem. Esses últimos comandaram o processo de refundação do IAM visando justamente articular o movimento de oposição. Essa investida foi duplamente exitosa. Em primeiro lugar, enfraqueceu o presidente, que perdeu o apoio político dos conselheiros, e uma junta interventora, indicada pelo conselho federal da OAB nacional, foi instalada. No dia 31 de janeiro de 1981, José de Ribamar Cunha Oliveira deixou a presidência da OAB/MA. Em segundo lugar, redundou no triunfo de lideranças que foram membros refundadores do IAM e vieram a presidir a Ordem.

A recriação do IAM significou a possibilidade de agentes, que não compunham o conselho da Ordem, reconquistarem o direito original de indicar $\frac{1}{4}$ das vagas na composição dos dirigentes da entidade, nos termos da lei 4.215/63. E foi com esse dispositivo que as duas lideranças (um advogado de carreira e um procurador do Estado) do movimento passaram a ocupar as posições de presidente e vice-presidente do IAM. E a contar com *aliados-seguidores*, com perfis de uma “elite jurídica”, que comandaram a OAB/MA, pós-intervenção federal em 1981 e até 2003.

Das gestões desse período, julgamos pertinente realçar os mandatos de 1985/87 e 1987/89, sob a presidência de Carlos Sebastião Silva Nina (1948-), pois parece ter sido o ápice do controle político desse “grupo refundador do IAM”. E, ao mesmo tempo, o momento de emergência de uma nova clivagem.

Carlos Nina (como é conhecido) é neto de dono de terras (avô paterno) e de comerciante (avô materno). O pai dele foi bancário e sua mãe doceira e costureira. Nascido em São Luís, ele estudou no principal colégio particular à época (Marista) e no Liceu Maranhense, onde concluiu o 2º grau escolar. Ainda adolescente (16 anos), foi motivado por um amigo (futuro advogado criminalista e seu aliado no jogo político da OAB/MA) a trabalhar no *Jornal Pequeno*. E, durante toda a sua vida profissional,

exerceu o jornalismo, principalmente atuando nesse mesmo periódico.

Quando finalizou o 2º grau escolar, no início de 1968, Carlos Nina passou em dois processos seletivos: 1) no vestibular para o curso de direito da Fundação Universidade do Maranhão (FUM); 2) e no concurso para o Banco da Amazônia (Basa). Inclusive, foi trabalhando no Basa que construiu relações de amizades com colegas que, anos mais tarde, constituíram-se em aliados qualificados na luta política da OAB/MA.

Entre 1968 e 1972, além de seguir com suas atividades como jornalista, trabalhou no Banco da Amazônia (durante o dia) e frequentou o curso de direito na FUM (à noite). Depois de formado, em 1973, foi transferido pelo banco para Belém do Pará, estado onde requereu inscrição na OAB. Paralelamente ao emprego como bancário, e com ajuda de um amigo (então advogado do Basa em Belém), ele começou a advogar.

Carlos Nina retornou para São Luís/MA em 1976, solicitou inscrição no quadro dos “advogados-bacharéis” da OAB/MA e, em seguida, abriu um escritório em sociedade com um amigo de infância (foram colegas no Colégio Marista), que veio igualmente a ser um aliado no jogo político da Ordem. Nesse período, ele passou a viver exclusivamente da advocacia. Entretanto, segundo depoimento dado em entrevista, não teria obtido o retorno financeiro esperado na advocacia privada e, por isso, em 1978, mediante concurso público, tornou-se promotor público. No ano seguinte, engajou-se no movimento de reconstituição do IAM tornando-se um dos membros fundadores do Instituto, junto com outros futuros presidentes da OAB/MA.

Em 1981 foi aprovado no concurso para professor de direito processual civil da UFMA (contrato temporário) e, em 1982, pela primeira vez, elegeu-se conselheiro estadual da OAB/MA, sendo logo “aclamado” 1º secretário da instituição (1983/85). Foi no decurso desse mandato que se notabilizou como uma liderança política central da entidade, conduzindo a *facção* que venceu as eleições de 1984 (mandato 1985/87), e se elegendo, pela primeira vez, presidente da instituição. Dois anos depois, conseguiu a reeleição (mandato 1987/89) e posicionou-se como um *ego da rede* dominante nas eleições da OAB/MA daquele período.

No entanto, no decorrer da segunda administração, Carlos Nina rompeu politicamente com o conselheiro federal e com aquele que seria o

próximo presidente da instituição. Com essa clivagem, o movimento liderado por ele e por membros do IAM, de certo modo, entrou em declínio, paulatinamente perdendo prestígio junto à categoria. De tal modo que foi derrotado nos três pleitos seguintes da OAB/MA.

Das seis lideranças que presidiram a OAB/MA entre abril de 1973 e dezembro de 2003, apenas uma delas não se tornou promotor/procurador público. Os outros cinco, após a graduação, seguiram este padrão de carreira. Também de seis, cinco atuaram no magistério superior, sendo a única exceção Raimundo Marques (o mais velho deles).

Essa “elite jurídica” controlou/dirigiu a OAB/MA, então, por 31 anos. Contudo, os movimentos liderados ou dos quais participou oportunizaram a ascensão de perfil distinto de dirigentes da OAB: os agentes originários da “elite da advocacia privada”.

A ascensão da “elite da advocacia privada”

Podemos observar uma *reconfiguração* dos jogadores exitosos desde as eleições de 2003. O principal elemento distintivo relativamente aos períodos anteriores é que eles não seguiram carreiras públicas, ao contrário, priorizaram o exercício profissional na advocacia privada. Após a graduação em instituições de ensino públicas e particulares, esses “bacharéis” dirigentes se inscreveram na OAB e, tão logo ultrapassaram a “cláusula de barreira”¹⁴, tendo por volta de 30 anos de idade, passaram a participar da política da Ordem.

Este foi o caso de Mário de Andrade Macieira. Ele se formou em maio de 1993 e, em seguida, requereu sua inscrição na OAB/MA, começando a advogar e compondo um dos principais escritórios especializados em direito sindical e trabalhista do estado. Em 1994, já filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), mediante concurso público, tornou-se professor do curso de direito da UFMA.

14. Nos termos do regulamento da OAB, a “cláusula de barreira” significa que o “advogado-bacharel” não pode atuar, formalmente, nas eleições da instituição, até ultrapassar 5 anos de inscrição na entidade. Esta regra existe desde 1932 (nos primeiros anos o registro era feito junto ao STJ/MA) e ainda permanece vigente.

Formalmente, Macieira inaugurou sua participação em eleições da OAB/MA em 2000, encabeçando a “chapa de oposição”, que fora derrotada. Sua primeira vitória foi em 2003 quando, aliado do então presidente Raimundo Marques, conseguiu se eleger conselheiro estadual. Cargo reconquistado em 2006. E, no triênio seguinte, com o apoio da mesma coalizão, encabeçou a “chapa da situação”, sagrando-se pela primeira vez presidente (2010/12). A coligação da qual fazia parte seguia conciliada e bem sucedida, de modo que, novamente, saem triunfantes na eleição seguinte, que garante o segundo mandato de Macieira na presidência da Ordem (2013-15). Entre seus aliados, estava a amiga de tempos do Colégio Marista, Valéria Lauande Carvalho Costa. Em 2015 ele a indicou, como então conselheira federal, para liderar a “chapa da situação”.

Apesar de não ter chegado à posição de presidente, Lauande confirma algumas regularidades acerca dos recursos válidos no jogo e na reprodução (inclusive masculina) da Ordem. No Colégio Marista, Lauande fez parte do grêmio estudantil da escola (entre 1981 e 1988), junto com os colegas Flávio Dino (ex-deputado federal e ex-governador, atual senador licenciado para a ocupação do Ministério da Justiça e Segurança Pública) e Mário Macieira. Ambos seus amigos e provenientes de “famílias de políticos” do Maranhão.

Valéria Lauande (como é conhecida) começou a participar da “política da Ordem” na eleição de 2003, elegendo-se vice-presidente (gestão 2004/2006). Posição que foi reconquistada quando Mario Macieira concorreu e venceu (2010/2012) o processo eleitoral. E, em 2015, ela foi apresentada por Macieira como sua sucessora.

Naquele mesmo ano, depois de muitas negociações, saíram candidatos à presidência da OAB/MA: Lauande, representando o agrupamento “situacionista”, e Thiago Roberto Moraes Diaz, representando a “jovem advocacia” e o “movimento oposicionista”. Essa eleição pode ser considerada chave à compreensão das disputas políticas contemporâneas pelos cargos de direção da OAB/MA por ser possível considerar este momento como um marco divisor do seu crescimento.

Os avós maternos de Thiago Diaz são maranhenses e moravam em São Luís, no centro da cidade (bairro habitado naquele momento pe-

las famílias estabelecidas no município). Dessa união nasceram cinco filhos. Sua mãe é a caçula e a única filha mulher. Ela nasceu na capital, formou-se em Assistência Social pela UFMA e trabalhou nessa área durante muito tempo na Prefeitura de São Luís, antes de se aposentar. Seu avô paterno é originário de Málaga na Espanha, trabalhava como chefe de cozinha e empresário, dono de um frigorífico. Sua avó paterna era descendente de libaneses e morava em Manaus. O pai de Diaz nasceu na capital do estado do Amazonas (Manaus). Com dezoito anos de idade ele se deslocou para passar férias em São Luís, onde conheceu sua esposa, casou-se e começou a residir, definitivamente, na capital do Maranhão, como relatou seu filho em depoimento a pesquisador do LEEPOC. Dessa união nasceram quatro filhos homens.

Thiago Diaz é o filho caçula do casal. Nasceu em São Luís (em 1983) e, até se casar, morou na mesma casa desde a infância (localizada em um dos bairros mais nobres da capital). Ele estudou nos colégios Notre Dame, Girassol, Anglo Maranhense e, por último, concluiu os estudos no Colégio Objetivo. Todas instituições de ensino frequentadas pelas classes alta e média da capital. Além dos laços tecidos durante a formação escolar, no mesmo depoimento, Diaz declara que suas “melhores amizades” foram construídas quando ele tinha entre nove e treze anos de idade, nos churrascos que seu pai costumava fazer aos finais de semana na piscina de sua casa.

Com 16 anos, quando ainda cursava o ensino médio no colégio Objetivo, Thiago Diaz foi aprovado no vestibular para o curso de direito no Centro Universitário do Maranhão (CEUMA). Formou-se em 2005 e, em 2006, ingressou nos quadros da OAB/MA. Abriu seu escritório de advocacia, para, depois de alguns anos, associar-se a outros advogados. Com pós-graduação em Direito Tributário, ele advoga nos segmentos do direito empresarial, do consumidor, trabalhista e tributário.

Paralelamente, passou atuar na política no âmbito da OAB/MA. Em 2009 (apenas informalmente, devido à “cláusula de barreira”) apoiou o movimento de oposição “Inova OAB”, encabeçado pelo procurador do Estado Daniel Blume (seu futuro parceiro no jogo político em 2022). Retornou seis anos depois, na eleição de 2015, encabeçando a “chapa de oposição”.

Quando Thiago Diaz, no início de 2015, começou formar sua *rede* de alianças abrigada no movimento “Jovens Atuantes”, segundo ele, “não havia no horizonte qualquer possibilidade de vencer a candidata de Mário Macieira” e “era o que todos diziam e acreditavam” (entrevista a pesquisador do LEEPOC). Portanto, naquele momento, as chances de sucesso do movimento estavam ligadas à capacidade de mobilização das próprias *redes* e de interpelação de apoiadores próximos em termos social e profissional. E obteve êxito. Elegeu-se, pela primeira vez, presidente da OAB/MA (2016/2018), aos 31 anos de idade.

Três anos depois, Thiago Diaz se reelegeu presidente da OAB/MA (2019/2021). Na eleição de 2021 indicou o tesoureiro Kaio Vyctor Saraiva Cruz (presidente da instituição em 2022) para encabeçar a “chapa da situação”, com sucesso. Pela terceira vez seguida, saiu vitorioso, tornando-se conselheiro federal titular pela primeira vez (2022/2024).

Considerações Finais

O conjunto de dados examinados neste artigo permite, inicialmente, reforçar a ideia, apresentada por Reis e Grill (2022) em estudo sobre o significado dos nomes das fundações partidárias¹⁵, de que as entidades coletivas e as personalidades que as incarnam ou simbolizam são mutuamente constituídas. Isto é, o processo descrito neste artigo desvela a transformação lenta (e não necessariamente linear) nos vínculos entre líderes e instituição. Desde a situação inicial na qual os membros de uma “elite política” estabelecida no estado investiram o prestígio acumulado em carreiras públicas bem sucedidas (eletivas e na burocracia de estado) para criar e fortalecer a OAB/MA; até o momento em que “jovens bacharéis”, pertencentes a “elite da advocacia privada”, lançaram-se na disputa pela condição de seus porta-vozes, visando os ganhos de toda ordem que associação à sigla pode trazer. Com efeito, as mudanças nos perfis profissionais dos presidentes e demais dirigentes parece relacionada à transformação dos significados e dos usos da presença dos agentes nesse espaço: antes uma honraria entre outras para líderes expe-

15. Reis e Grill estão, por sua vez, no artigo supracitado inspirados em Pierre Bourdieu (2011, 2020b) e Norbert Elias (1999).

rientes e um “dever” de fortalecer a profissão como mutinotáveis locais; depois um componente importante de afirmação como profissionais e lideranças emergentes.

É claro, a intensidade dos fluxos de créditos oscila em uma direção ou em outra, mas jamais deixa de circular em mão-dupla, quer dizer, dirigentes apropriam-se do reconhecimento desfrutado pela organização e vice-versa. E nota-se, igualmente, como os agentes ativam em seus percursos sociais, notoriedades/reputações, transitando e inscrevendo-se em diversos *domínios* da vida social: do familiar ao profissional, do político ao cultural, da representação partidária-eleitoral à corporativa.

Além disso, nesta investigação foi possível testar e demonstrar o potencial heurístico da utilização de noções que dão conta de coalizões interpessoais (*capital social, facções, cliques, redes...*) para reconstituir as dinâmicas de seleção política e os realinhamentos dos protagonistas das lutas eleitorais por postos na OAB/MA.

É bom lembrar que Carl Landé (1977), em texto clássico da Antropologia Política, tipificou, de um lado, a política estruturada em *grupos corporados*, quer dizer, pela reunião de indivíduos por suas características comuns (pertencimento a uma classe, categoria, grupo de interesse ou ideológico) e organizados contínua e permanentemente em associações/instituições. E, de outro lado, a política protagonizada por *grupos diádicos não corporados*, isto é, constituídos de indivíduos interligados por relações pessoais e diretas e abrigados temporariamente em agrupamentos verticalizados (com líderes/egos e sub-líderes de segmentos de uma *rede* mais ampla) dinâmicos e efêmeros.

O primeiro ponto a ressaltar a esse respeito, como veio instigante de reflexão, é que focalizamos disputas de poder no âmbito de um *grupo corporado* (os agentes pertencem a mesma categorial profissional) travadas fundamentalmente via *cadeias de alianças diádicas*. As sucessões dos presidentes ocorreram principalmente em virtude de rompimento entre líderes e seguidores, possibilitando o surgimento de novas lideranças e *cliques* de dirigentes. Em uma linha de investigação futura poderiam ser cotejadas as formas de intervenção dos seus representantes como porta-vozes de um grupo desse tipo (junto à mídia, ao Estado e aos outros grupos interesses) e como líderes de *redes* políticas em eleições.

Poderíamos identificar, assim, as forças de fusão e fissão (BOURDIEU, 2020b) presentes em uma organização dessa espécie.

O segundo ponto a salientar é o quanto isso repercute em uma lógica de concorrência política altamente pessoalizada e personificada, com prevalência dos códigos de reciprocidade, de lealdade e de fidelidade. A vigência dessas normas regendo relações entre aliados políticos foi bastante realçada em trabalhos sobre eleições para cargos de prefeito, deputado e vereador. A sua centralidade à seleção de presidentes de uma instância como a seccional maranhense da Ordem de Advogados do Brasil é menos conhecida/naturalizada. O que instiga, inclusive, a pensar sobre como podem ser estruturantes no recrutamento de dirigentes em outras instituições.

Referências

Almeida, Frederico de. (2016). As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira. In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal (Orgs.). (2016) *Estudos sobre elites políticas e culturais*: reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, p. 205-236.

Barreira, Irllys. (2006). Campanhas em família: as veias abertas das disputas eleitorais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (2006). *Política no Brasil*: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, p. 301-332.

Bonelli, Maria da Glória. (2002). Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado. 1.^a ed. São Carlos: EdUFSCAR.

Bourdieu, Pierre. (2020a). *Lutas de classificação*. 1.^a ed. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre. (2020b). Estratégias de reprodução de modos de dominação. *Revista Pós-Ciências Sociais – REPOCS*, v.17, n.º 34, p. 21-36.

Bourdieu, Pierre. (2011). A representação política. In: Bourdieu, Pierre. (2011). *Poder Simbólico*. 15^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.163-206.

Coelho, Edmundo Campos. (1999). *As profissões liberais*. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930. 1.^a ed. Rio de Janeiro: Record.

Carvalho, José Murilo de. (2010). *A construção da ordem*: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 5^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Elias, Norbert. (1999). *Introdução à Sociologia*. 1.^a ed. Lisboa: Edições 70.
- Engelmann, Fabiano. (2008). Questões para o estudo de “elites de Estado”: o caso representativo dos juristas. In: Coradini, Odaci Luís (Org.). (2008). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, p. 61-84.
- Grill, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. (2018). Dos Campos aos Domínios das “Elites” no Brasil. *Revista TOMO*, nº 32, p. 163-210, 2018.
- Grill, Igor Gastal. (2013). Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoio. In: SEIDL, Ernesto e GRILL, Igor. (orgs.). (2013). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: ed. FGV, p. 227-278.
- Landé, Carl. (1977). Introduction: the dyadic basis of clientelismo. In: SCHMIDT, S. W. et all. (1977). *Friends, Followers and Factions*. A reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, p. xiii-xxxvii.
- Mattos, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. (2013). *Os cruzados da ordem jurídica: a atuação da ordem dos advogados do Brasil (OAB). 1945-1964*. 1.^a ed. São Paulo: Alameda.
- Mayer, Adrian. (1987). A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas”. In: Feldman-Bianco, B. (1987). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, p. 139-170.
- Meireles, Samário José Lima. (2017). *Processo de seleção de dirigentes na OAB/MA*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA, São Luís.
- Offerlé, Michel. (1998). *Sociologie des groupes d'intérêt*. 2.^a ed. Paris: MONTCHRESTIEN.
- Reis, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. (2017). Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social*, v. 29, n.º3, p. 137-159, 2017.
- Reis, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. (2016). Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites. In: Reis, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. (2016). *Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, p. 9-43.



GT 2 - Sociologia das elites e dos porta-vozes de questões
políticas e culturais

**Identidade e identificações estratégicas:
as reorientações do perfil de Flávio Dino
em publicações do jornal "O estado do
Maranhão" (2006-2022)**

Eduardo Venâncio Costa Abreu
UFMA

Introdução

Seguindo uma linha de pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA)¹ e a partir do terceiro capítulo da dissertação de mestrado do autor, defendida em fevereiro de 2024, o presente artigo propõe examinar as *representações*² produzidas sobre Flávio Dino – ex-governador do Maranhão e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) – na imprensa maranhense durante os períodos (anos) em que disputou cargos eletivos no estado.

Para isso, foram analisadas matérias do extinto jornal “O Estado do Maranhão” (*EM*), pertencente ao “Grupo Mirante” de Comunicações, atualmente integrado ao portal de notícias *online* “Imirante.com” (*IM*). O *EM* foi, notadamente, um dos principais veículos midiáticos locais nas últimas décadas (ao lado de “O Imparcial” e “Jornal Pequeno”). Inaugurado em 1973, anunciou que encerraria sua circulação impressa por meio do editorial intitulado “Aos nossos leitores” em 2021.

Tomamos como objetivo geral a apreensão dos diferentes “retratos” produzidos sobre Flávio Dino pelo jornal/portal desde a sua “entrada” em disputas de cargos eletivos (2006) até a sua última participação em eleições (2022). Buscamos, assim, problematizar as reorientações do “perfil” do agente pelo *EM/IM* por meio da apreensão das *redes* e *facções políticas*³ observadas nas dinâmicas eleitorais locais. Mais especifi-

1. Direcionada à investigação das intersecções entre *domínios* políticos e culturais a partir do estudo do trabalho de edificação de trajetórias de *multinotabilidades* e de invenção de “genealogias políticas”. O LEEPOC, por sua vez, dedica-se à produção de pesquisas sobre os mecanismos e os princípios de seleção, hierarquização e afirmação de elites políticas e culturais no Brasil.

2. A ideia de *representação* é mobilizada a partir de Pierre Bourdieu (1996) o qual afirma que “as classificações práticas estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais” ao passo que, enquanto *representações práticas*, “podem contribuir para produzir o que aparentemente elas descrevem ou designam” (BOURDIEU, 1996, p. 107).

3. Carl Landé (1977, p. 52) define como *facções* aquelas coalizões políticas rivais caracterizadas por serem instáveis e temporárias, de liderança personalística e com ausência de organização formal além de possuírem “interesse maior por poder ou

camente, perseguimos aspectos como as principais manchetes relacionadas ao candidato em cada eleição, os profissionais do jornalismo que mais escreveram sobre ele, as reações de Dino às publicações, etc.

Escolhemos examinar o *EM/IM* de maneira mais detida por duas razões. Em primeiro lugar, o endereço eletrônico do portal na internet possuía a melhor navegabilidade se comparado às versões digitais dos outros dois periódicos inicialmente consultados (O Imparcial e Jornal Pequeno). Por exemplo, somente a página em questão permitiu o acesso ao acervo de matérias digitalizado referente ao período em que Flávio Dino disputou as suas primeiras eleições (2006-2010), tendo sido então possível delimitar a “busca” segundo dia, mês e ano de publicação.

Em segundo lugar, o “Grupo Mirante” é uma empresa da família do ex-governador e ex-presidente da República José Sarney⁴, “líder” de uma *facção política* que rivalizou com os “grupos” políticos os quais Flávio Dino se inscreveu ao longo das eleições em que concorreu. Enquanto esteve em atividade, o jornal foi acusado inúmeras vezes de perseguição e retaliação a adversários da “Família Sarney” e de realizações de coberturas parciais (e por vezes omissas) de escândalos políticos envolvendo os seus proprietários e/ou aliados de seus donos.

De acordo com Igor Grille e Eliana dos Reis (2012, p. 494), no Maranhão “a imprensa é altamente ‘politizada’ e ‘partidarizada’, reproduzindo as lógicas *faccionais* preponderantes, tem-se que certos veículos (como os jornais e os blogs) são espaços privilegiados de combate entre lados já definidos”. Portanto, o exame das estratégias de exaltação/detração da “imagem” de uma figura pública como Flávio Dino durante períodos de mobilizações eleitorais – em um veículo midiático de grande projeção local – pode ser bastante revelador a respeito dessa discussão.

espólios do que por ideologia política”.

4. Nasceu em São Luís (1930). Formado em direito (UFMA), atuou como político, jornalista e poeta. Foi ainda senador pelo Amapá e Maranhão e deputado federal (MA). Algumas de suas principais obras são “Maribondos de Fogo” (1978) e “O Dono do Mar” (1995). É imortal pela AML e ABL.

Referenciais Teóricos

Para a discussão, faz-se necessário sublinhar a centralidade e relevância da análise das dinâmicas eleitorais. A apreensão das estratégias de consagração e de detração no processo de tentativa de “fabricação” do “perfil” de Flávio Dino pelo *EM/IM* é realizada a partir das especificidades reunidas no que tange o período eletivo no Maranhão. Segundo Grill e Reis (2012, p. 491), “a mobilização eleitoral é um momento privilegiado para a análise do cruzamento e da atualização de lógicas que orientam e definem o jogo político”. Os autores afirmam que “o estudo de processos eleitorais permite apreender o conjunto de mecanismos que agem na dinâmica política no qual ela é tributária da interdependência entre práticas e princípios múltiplos”, sendo esses princípios “forjados na intersecção entre diferentes *domínios sociais*” (GRILL; REIS, 2012, p. 491). Ambos esclarecem ainda:

Com efeito, para além da explicitação das condições de concorrência entre si e da afirmação dos “homens políticos”, em uma esfera específica, essas ocasiões trazem à tona estratégias e lutas que abrangem profissionais dos mais variados *domínios* (como os “operadores do direito” e os “produtores de imagens”). Assim, os estudos de eleições dizem não somente como esses vários agentes contribuem nos desdobramentos da disputa eleitoral, mas também podem iluminar as próprias bases de sua atuação profissional, redefinidas nessas inserções (GRILL; REIS, 2012, p. 491)

Conforme adiantado, no cenário político maranhense, pode ser observada a polarização/partidarização da imprensa no que se refere às *facções políticas* locais. Esse é o ponto de partida para a presente investigação. Concebendo o “período eleitoral como o *tempo da política*” (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 16), podemos seguir a afirmação de Irllys Barreira (1998, p. 31) de que as campanhas eleitorais “possuem significados que lhes antecedem e transcendem os resultados eleitorais”.

A análise é elaborada ainda a partir do tratamento do referencial bourdieusiano e de formulações produzidas por pesquisadores que se

dedicam à aplicação desse arcabouço teórico na realidade brasileira. Dentre eles, as formulações de *domínios*, *multinotabilidades*, *multiposicionalidades* e *multidimensionalidades*, por Grill e Reis (2018), podem ser destacadas. A primeira “tem a vantagem de permitir abarcar várias dimensões relativas à especialização de papéis sem pressupor independência em relação a poderes, lógicas e princípios exotéricos” (GRILL; REIS, 2018, p. 195). O conceito de *multinotabilidades* abarca “a condensação de reconhecimentos sociais, políticos, culturais, etc. pelos agentes inscritos em mais de um espaço de consagração social” (GRILL; REIS, 2018, p. 199). A noção de *multiposicionalidades*, por sua vez, refere-se à “entrada desses agentes em instâncias, lugares, enfim, nos *domínios* de atuação de elites, verificando a vinculação das posições sucessiva e simultaneamente ocupadas por eles” (GRILL; REIS, 2018, p. 198). As *multidimensionalidades* se relacionam às “lógicas de ação e práticas que são acionadas não a partir de um universo específico de referência, mas da pluralidade de registros e trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexível” (GRILL; REIS, 2018, p. 198).

Segundo o próprio Bourdieu, “não existe uma classificação social que não seja de fato um instrumento e um objetivo de luta” (2020, p. 101). Dessa forma, a “classificação objetivista é algo que está em jogo e que decide, com as aparências de neutralidade científica, um problema de conflitos no qual existem lutas de identidade e interesse” (BOURDIEU, 2020, p. 102, 103). Logo, as *representações* produzidas no sentido de construir o “perfil” de Dino em matérias jornalísticas, por exemplo, devem ser interpretadas como instrumentos de *lutas de classificações* que, por sua vez, inscrevem-se em lutas mais amplas pelo poder de *di-visão* (BOURDIEU, 1989, p. 113). Tais posicionamentos são, portanto, estratégias pelo “monopólio de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor uma definição legítima do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Por fim, o *EM/IM* pode ser considerado uma “fonte privilegiada para a apreensão das lógicas de estabelecimentos de elos e rivalidades que cortam o período eleitoral e sua articulação com discursos, valores e práticas que se impõem como universais” (GRILL; REIS, 2012, p. 495). Annie Collovald (1988), nessa perspectiva, esclarece que “mais do que um sim-

ples instrumento biográfico, os organismos de publicação operam regras e uma visão de mundo social e político” (COLLOVALD, 1988, p. 29). Para a autora, as “identidades” ou “marcas simbólicas” de profissionais da política são construídas de acordo com as diferentes instâncias que publicam sobre eles. Assim, ao analisar o “retrato político” do ex-presidente da França Jacques Chirac em anuários, afirmou que “longe de ser um simples registro de títulos políticos, a progressão de seu itinerário político é acompanhada, a cada ponto de virada, de uma reorientação de seu perfil” (COLLOVALD, 1988, p. 34).

Metodologia

Optamos por seguir o entendimento teórico-metodológico bourdieusiano no que pese à investigação dos fenômenos do mundo social. Para a construção dos nossos objetos, Pierre Bourdieu (1989, p. 24) esclarece que “as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções mais teóricas,” ou seja, é somente a partir de considerações teóricas bem fundamentadas que um “dado empírico” pode ser cientificamente investigado. Dentre as muitas de suas contribuições, cabe destacar que pensar a realidade de forma *relacional*, conforme apontou, exige considerar que as *propriedades sociais* são desigualmente distribuídas entre os indivíduos (BOURDIEU, 1989, p. 29, 164) e que isto é relevante para nossa análise.

Bourdieu ressalta ainda, no que pese aos empreendimentos de pesquisa que lidam com a apreensão de “histórias de vida”, a chamada “ilusão biográfica”. Para o autor, é comum que relatos biográficos se apresentem como “um todo coerente e orientado” (BOURDIEU, 1996, 74) os quais acabam selecionando os episódios mais ou menos “coerentes” da trajetória dos agentes. Na contramão disso, buscamos escrutinar os elementos da trajetória de Flávio Dino reunidos pelo jornal como resultados da “sucessão de posições ocupadas nos mais diferentes espaços e domínios” (BOURDIEU, 1996, p. 81). Eliana dos Reis e Irllys Barreira (2018, p. 36) também ponderam que o “uso e apropriações de biografias nas ciências sociais permite detectar o estatuto incerto, ambivalente e polissêmico que as caracterizam”.

Destarte, no que se refere à operacionalização da pesquisa, o corpus documental contou com matérias publicadas pelo *EM/IM* sobre Flávio Dino nas campanhas políticas em que disputou cargos eletivos pelo Maranhão (2006-2022). A coleta do material se deu através de “busca” no portal pelo termo “Flávio Dino” acompanhado do período especificado. Optamos por analisar um conjunto de reportagens publicado entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano em que o agente registrou alguma candidatura. Algumas informações foram complementadas a partir de varreduras por sites de jornais de abrangência nacional (Estadão, Uol, Veja, etc.) e blogs locais (Gilberto Leda, Ricardo Santos, dentre outros). Optamos ainda pela produção e aplicação de quadros sinópticos. As principais fontes para a coleta de dados biográficos foram o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas (DHBB/FGV) e o Currículo Lattes.

Resultados

Flávio Dino de Castro e Costa nasceu em São Luís (MA) em abril de 1968. É filho de Sálvio de Jesus de Castro e Costa e Rita Maria Santos, ambos advogados e legalmente divorciados desde 2002. Tem como irmãos Nicolau Dino de Castro e Costa Neto, subprocurador da República, Salvio Dino de Castro e Costa Júnior, advogado, e Saulo Aranha de Castro e Costa, advogado e fruto da segunda união conjugal do pai. Seu avô paterno é Nicolau Dino de Castro e Costa, que atuou como juiz e desembargador no Maranhão. Embora não tenham sido encontradas informações apuradas sobre a família materna, em relação à família do pai, podemos visualizar a sua reconstituição genealógica desde meados do século XIX⁵.

Formou-se em direito pela UFMA (1990), fez mestrado em direito pela UFPE (2001) e atualmente ocupa o posto de ministro do STF. Casou-se duas vezes e, a partir dos matrimônios, teve quatro filhos, sendo que um deles faleceu em decorrência de uma crise asmática em 2012. De qualquer modo, depreendemos que a família paterna do agente possuía inscrições simultâneas em espaços políticos, intelectuais e jurídicos no

5. Ver: TAPAJÓS, H. “Genealogia da família Tapajós.” São Paulo, 1972.

Maranhão, por exemplo, o que pode explicar as *disposições* de Dino em relação às carreiras nos *domínios* políticos e culturais e também como advogado e juiz, doravante. Tanto o pai como o avô foram laureados em instâncias de consagração e aferição de excelência social, como Academias de Letras e Institutos Históricos e Geográficos. Além disso, Sálvio Dino também assumiu cargos eletivos, embora não tenha obtido sucesso nas últimas tentativas.

Durante a formação acadêmica, Flávio Dino prestou consultoria jurídica para organizações como o PT e a CUT, em São Luís. Ao concluir o curso, “passou a atuar como advogado de sindicatos (clientela que fazia parte de suas relações políticas e foi secretário da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Maranhão” (REIS; GRILL, 2008, p. 146). Em 1993, prestou concurso para juiz federal substituto do TRF-1 e, em 1994, para professor auxiliar da UFMA, sendo aprovado em ambos. Foram 12 anos atuando como juiz e quase 30, esporadicamente, como professor universitário. Nesses 12 anos, foi presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em relação ao *EM*, a sua primeira edição data de maio de 1973, em substituição ao “Jornal do Dia” (que começou a circular desde 1953), após ser adquirido pelo então senador José Sarney e pelo poeta Bandeira Tribuzi⁶. Foi chamado de “*New York Times* do Maranhão” por Sarney, em alusão ao famoso jornal estadunidense, conforme mencionado em editorial de despedida de 2021. Logo na edição de estreia, apresentou como alguns de seus principais objetivos: “modernizar a imprensa maranhense, inovar em termos de artes gráficas e renovar em termos de elevá-la, dar-lhe dimensão cultural, semear ideias, discutir problemas”⁷. Participando desse projeto inicial, diversos intelectuais colaboraram com o pe-

6. Nasceu em São Luís (MA) em 1927. Estudou economia e filosofia na Universidade de Coimbra (PT). Escreveu poesias e romances, dentre esses, “Alguns existências” (1948) e “Sonetos” (1962).

7. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/10/23/a-ultima-edicao>> Acesso em: 10 maio 2024.

riódico, dentre eles, José Chagas⁸, Jomar Moares⁹ e Odylo Costa Filho¹⁰.

Na década de 1970, a população do Maranhão contava com pouco mais de 3 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE¹¹. Tendo uma economia fortemente voltada para a agricultura e com apenas 18% da população vivendo em áreas urbanas¹², os índices de analfabetismo no estado também eram elevados. Nesse sentido, os jornais impressos circulavam apenas entre as elites letradas e se restringiam à capital devido às dificuldades de logística da época que os impediam de chegar em localidades mais distantes de São Luís. A politização das coberturas jornalísticas sempre foi uma marca presente nos periódicos locais, que noticiavam de acordo com os interesses dos grupos ou *facções* políticas de seus proprietários.

Adjetivado de “central de mentiras”, ‘piratas da moral alheia’, ‘meios sarneysistas’ (GRILL; REIS, 2012, p. 494), o *EM* virou “alvo” de diversas críticas que o acusavam de perseguição a adversários políticos dos candidatos apoiados pela “família Sarney”. Desse modo, percebemos, no Maranhão, “uma configuração em que os meios midiáticos estão enredados na engrenagem de lutas políticas e são mesmo peças importantes de demonstração e mensuração de forças” (GRILL; REIS, 2012, p. 494-495). A relação entre Flávio Dino e o jornal pode, então, ser considerada a partir dessa perspectiva. O ministro esteve, em diferentes oportunidades, no polo “oposto” ao do “grupo” que comandava o periódico, embora venhamos a observar que nem sempre a relação se sucedeu através de conflitos.

8. Nasceu na Santana dos Garrotes (PB) em 1924. Destacou-se como cronista. Algumas de suas obras são “A arcada do tempo” (1988) e “Versos de Natal” (2002). É imortal pela AML.

9. Nasceu em Guimarães (MA) em 1940. Formou-se em direito (UFMA). Dentre suas principais obras estão “Seara em flor” (1963) e “Ana Jansen, rainha do Maranhão” (1989). É imortal pela AML.

10. Nasceu em São Luís (MA) em 1914. Formou-se em Direito no Rio de Janeiro. Algumas de suas obras são “Maranhão: São Luís e Alcântara” (1971) e “Boca da noite” (1979). É imortal pela ABL.

11. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?uf=21&dados=0>> Acesso em: 10 maio 2024.

12. Disponível em: <https://pjbrec.a.usp.br/arquivos/artigos10_b.htm> Acesso em: 10 maio 2024.

Nesse sentido, a partir de 2006, ao deixar a magistratura, Dino disputou a preferência do eleitorado maranhense em diferentes oportunidades. Durante o período em que registrou candidaturas, o *EM/IM* realizou diversas coberturas de suas campanhas políticas. No quadro a seguir, podemos observar o número de reportagens encontrado/localizado sobre Flávio Dino em cada pleito que concorreu.

Quadro 1 – Publicações sobre Flávio Dino no EM/IM por eleição (2006-2022)

Ano eleitoral	Cargo disputado/partido	Resultado (~%)	Número de publicações
2006	Deputado Federal (PCdoB)	Eleito (4%)	2
2008	Prefeito São Luís (PCdoB)	Não-eleito (44%)	52
2010	Governador (PCdoB)	Não-eleito (29%)	48
2014	Governador (PCdoB)	Eleito (63%)	173
2018	Governador (PCdoB)	Eleito (59%)	192
2022	Senador (PSB)	Eleito (62%)	96
		Total	563

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Por meio do mapeamento, encontramos um total de 563 matérias. No entanto, alguns aspectos devem ser ressaltados. Por exemplo, o fato de terem sido encontradas apenas 2 publicações referentes às eleições de 2006 não significa que essa tenha sido necessariamente a quantidade de reportagens publicadas sobre o agente naquele ano. Trata-se da quantidade de matérias digitalizada e atualmente disponível no acervo *online* do jornal. Observamos ainda que as eleições de 2014 e 2018 foram aquelas com mais publicações localizadas (173 e 192, respectivamente), sendo que ambas se referem aos pleitos em que o agora ministro do STF foi eleito para ocupar o cargo de governador do Maranhão, campanhas marcadas por intensas acusações do periódico ao candidato do PCdoB. As eleições de 2022, por sua vez, foram as primeiras de Dino no PSB e após a extinção do *EM*.

No quadro 2, podemos visualizar os jornalistas do veículo que mais escreveram e contribuíram para a tentativa de construção do “perfil” do agente em anos eleitorais. É importante destacar que as informações biográficas desses “operadores de imagens” não foram encontradas em fontes “oficiais” ou a partir de plataformas com essa finalidade e que algumas foram retiradas de suas páginas em redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn) ou nos blogs que mantém, não sendo possível, portanto, comprovar a veracidade ou verossimilhança das mesmas.

Quadro 2 – Jornalistas que mais assinaram matérias sobre Flávio Dino no EM/IM (2006-2022)

Jornalista	Formação	Atuação profissional	Blog
Carla Lima	Comunicações Sociais (UFMA)	“Editora de política no <i>EM</i> e <i>Ipolítica</i> ”; “comentarista política” da <i>TV Mirante</i> e <i>Rádio Mirante FM</i>	Não
Décio Sá ¹³	Não encontrada	“Editor de política no <i>EM</i> ”; blogueiro	Sim (Sem link)
Gilberto Leda	Não encontrada	“Editor de política no <i>EM</i> e <i>Ipolítica</i> ”; “apresentador Rádio <i>Mirante FM</i> ”; blogueiro	Sim (gilbertoleda.com.br). Reflete em seu blog: “Sou blogueiro porque me formei jornalista; não ‘virei’ jornalista porque criei um blog”
Linhares Júnior	Jornalismo (Faculdade São Luís); “pós-graduações em ciência política e marketing político (sem inf. instituição)”	“Editor de política no <i>EM</i> ”; “repórter do <i>Jornal Pequeno</i> ”; blogueiro	Sim (linharesjr.com.br)

13. Foi assassinado em 2012, aos 42 anos, após denunciar crimes de “agiotagem” e “pistolagem” no Maranhão e Piauí. Segundo o delegado Augusto Barros, “o crime foi motivado devido ao jornalista ter postado em seu blog sobre a morte de um homem envolvido em trama de pistolagem. A investigação da morte de Décio Sá resultou na descoberta de agiotagem envolvendo mais de 40 prefeituras do Maranhão”. Disponível em: <<https://imirante.com/noticias/sao-luis/2022/04/23/apos-10-anos-os-mandantes-da-morte-de-decio-sa-sem-data-para-serem-julgados>> Acesso em: 11 outubro 2023.

Marco Aurélio D'Êça	Jornalismo (Faculdade São Luís); "pós-graduação em mídia digital" (sem inf. instituição)	"Editor de política no <i>EM</i> e " <i>Ipolítica</i> "; blogueiro	Sim (marcoareliodeca.com.br). Seu blog é autointitulado "o mais antigo em atividade no Maranhão"
Mario Carvalho	Comunicações Sociais (UFMA)	"Editor de política no <i>EM</i> "; blogueiro	Sim (blogdomariocarvalho.blogspot.com)
Reinaldo Rocha	Não encontrada	"Editor de política no <i>EM</i> e <i>Ipolítica</i> "	Sim (ronaldorocha.blog.br)

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Sobre os jornalistas que mais escreveram sobre Flávio Dino no *EM/IM*, verificamos que suas formações acadêmicas se mesclam entre uma universidade pública e institucionalizada, a UFMA (2/7), e uma faculdade particular e com menos institucionalização e prestígio no estado, a Faculdade São Luís (2/7). Não foram encontradas informações sobre essa unidade de ensino. Constatamos também que a maioria (4/7) continuou no "Grupo Mirante" após a extinção do jornal, quer atuando no portal Imirante como editores da seção de política do site (*Ipolítica*), quer atuando nos demais veículos do conglomerado (*Mirante AM/FM* e *TV Mirante*).

Outro aspecto relevante consiste no fato de quase todos os jornalistas (6/7) escreverem em blogs, o que sinalizaria a uma tendência de os profissionais do veículo manterem simultaneamente perfis em blogs (e em redes sociais) para expressarem opiniões e comentarem sobre os eventos que marcam o dia-a-dia do estado (seja na política, na cultura, no esporte, no entretenimento, etc.). Assim, realizada a apresentação mais geral, podemos nos ater aos principais eventos e às principais coberturas que marcaram os seis pleitos disputados por Dino no estado.

Eleições 2006, 2008 e 2010

Nas três primeiras eleições disputadas por Flávio Dino, em um intervalo de 4 anos, o jornal assumiu diferentes posicionamentos em relação ao agente. Na primeira delas, as duas publicações encontradas discutiam a possível participação do agente em evento político para cooptação de

votos que teria sido financiado com dinheiro público. A matéria “Flávio Dino, Vidigal e o Caxias Fest”, de 28 de setembro, por exemplo, denunciou que “milhares de panfletos divulgando uma festa da região com a presença de mais de 10 bandas de forró e de outros gêneros musicais foram entregues de casa em casa pelo grupo de cabos eleitorais” (*EM*, 28/09/2006, s/p). O jornal sugeriu que haviam razões suficientes para a cassação dos “diplomas” de bacharelado em direito de Flávio Dino e do candidato ao governo do estado Edson Vidigal (PSB) e ainda questionou: “resta saber se a lei vale para ex-juízes federais ou somente para os simples mortais” (*EM*, 28/09/2006, s/p).

De modo geral, compreendemos que o então candidato do PC-doB não ganhou protagonismo em manchetes do *EM* nessas eleições. Disputando seu primeiro pleito, o agente surgia como uma “novidade” no cenário político do estado após anos dedicados à magistratura. Ainda assim, reconheceu a influência política do “estreante” devido às alianças formadas com o prefeito de Caxias, Humberto Coutinho¹⁴, e o candidato ao governo do estado Edson Vidigal¹⁵, além do apoio recebido por José Reinaldo Tavares¹⁶, então governador do Maranhão e antigo aliado de José Sarney. Vidigal, candidato apoiado por Dino no primeiro turno, “correu por fora” na disputa, ficando em terceiro lugar com 387.089 (16,26%) dos votos. Portanto, não chegou a representar “riscos” à candidatura de Roseana Sarney¹⁷ (PMDB) que, naquela ocasião, disputou o segundo turno e foi derrotada pelo candidato Jackson Lago¹⁸ (PDT) em elei-

14. Nasceu em Pedreiras (MA) em 1946. Formou-se em medicina (UFBA). Elegeu-se vereador e prefeito pelo município de Caxias (MA) e ainda deputado estadual pelo Maranhão.

15. Nasceu em Caxias (MA) em 1944. Formou-se em direito (UFMA). Foi deputado federal e ministro do STJ. Disputou os cargos de senador e governador pelo Maranhão, sendo derrotado.

16. Nasceu em São Luís (MA) em 1939. Formou-se em engenharia civil (UFC). Exerceu os cargos de deputado federal e governador do Maranhão. Foi ministro de Estado no governo de José Sarney.

17. Nasceu em São Luís (MA) em 1953. Formou-se em ciências sociais (UNB). Assumiu mandatos como deputada federal, governadora e senadora (MA).

18. Nasceu em Pedreiras (MA) em 1934. Formou-se em medicina (UNIRIO). Assumiu mandatos como deputado estadual e governador pelo Maranhão e prefeito de São Luís (MA).

ção histórica marcada pela “ruptura” da sucessão de candidatos ao governo eleitos com o apoio do “grupo” de Sarney.

Percebemos que o “perfil” de Flávio Dino é inicialmente construído tendo como foco questões “morais”, como o fato de dois ex-juízes federais participarem de evento político supostamente custeado com dinheiro público para cooptação de votos, o que configuraria infração à lei eleitoral vigente. O foco do *EM* nessas eleições, inserido em uma *disputa faccional* mais ampla, parece ter se voltado aos apoiadores da candidatura do agente (em menor grau) e principalmente aos apoiadores da candidatura e do próprio Jackson Lago que, naquela conjuntura, reunia chances maiores de derrotar a candidata do “grupo” político apoiado pelo veículo de imprensa. Podemos, assim, afirmar que os resultados dessas eleições impactaram nas *tomadas de posição* do *EM* nas eleições municipais seguintes.

Em 2008, Flávio Dino (PCdoB) disputou a prefeitura de São Luís, tendo como principal adversário o ex-governador João Castelo¹⁹ (PSDB). Esse, por sua vez, fizera parte da coligação que apoiou Jackson Lago nas eleições passadas. Por conta disso, o jornal se apresentou favoravelmente à candidatura de Dino que, embora também tivesse demonstrado apoio ao rival do “grupo” no segundo turno, não tinha participado efetivamente da coligação. O pleito foi marcado por troca de acusações e disparada de boatos entre ambos os candidatos. Enquanto João Castelo lidou com acusações referentes às ações judiciais de indeferimento de sua candidatura e sobre o possível aumento da passagem de ônibus caso ele fosse eleito, Flávio Dino precisou responder acusações envolvendo, dentre outros assuntos, sua relação com o “grupo” político de José Sarney e com lideranças religiosas de igrejas evangélicas. No quadro a seguir, podemos observar alguns dos títulos conferidos às reportagens sobre o agente ao longo desse ano eleitoral.

19. Nasceu em Caxias (MA) em 1937. Formou-se em técnico em administração (CFTA, RJ) e direito (CEUB, BSB). Assumiu os cargos de deputado federal e governador do Maranhão e prefeito de São Luís (MA).

Quadro 3 – Publicações sobre Flávio Dino no EM (2008)

Título	Data
Ibope registra queda de Castelo e forte crescimento de Flávio Dino	19/09
Flávio Dino atribui boatos a Castelo	30/09
Evangélicos condenam panfleto eleitoreiro assinado por pastores	03/10
Flávio Dino diz que Castelo tem postura nazista e preconceituosa	15/10
Castelo se diz injustiçado e vai acionar Flávio Dino na Justiça	22/10
Dilma afirma que Flávio Dino é o candidato de Lula no Maranhão	22/10

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na matéria “Evangélicos condenam panfleto eleitoreiro assinado por pastores”, por exemplo, foi denunciada a participação de pastores potencialmente ligados a João Castelo que estariam distribuindo panfletos “demonizando” a ideologia política comunista de Flávio Dino e do PCdoB. O panfleto informava, segundo a reportagem, que o candidato à prefeitura representava “o modelo comunista ‘fracassado no mundo todo justamente por ter ignorado a força da fé e tiranamente proibido qualquer tipo de crença” e, questionava: “você votaria em alguém cujos ídolos são ditadores assassinos de cristãos?” (*EM*, 03/10//2008, s/p).

Segundo o jornal, o material seria “difamatório” e atribuiria a um possível gestor poderes vetados ao próprio presidente da República, como o de determinar o fechamento ou a dissolução de igrejas, negado pela Constituição Federal de 1988. Flávio Dino classificou a distribuição dos panfletos, que teriam sido entregues em igrejas e cultos religiosos, como “nazistas” (*EM*, 03/10/2008, s/p). De qualquer maneira, apesar de ir ao segundo turno, foi derrotado por João Castelo na disputa.

Percebemos que o *EM* não publicou matérias detratoras sobre Flávio Dino e seu “grupo” político nessas dinâmicas eleitorais. Não obstante, por ser adversário de um “rival” anterior da *facção política* de José Sarney, o

candidato chegou a ganhar espaço em entrevistas concedidas aos meios de comunicação do “Grupo Mirante” para se defender das acusações, além de publicações de pesquisas de intenção de votos favoráveis à candidatura contratadas pelo jornal. Compreendemos, desse modo, que o jornal chegou a investir de maneira afirmativa na construção do “perfil” do agente em detrimento de outro candidato. Após a derrota, Dino retornou ao cargo de deputado federal, concluindo-o, e passou a se preparar para uma possível disputa ao governo do estado nas eleições seguintes.

Nas eleições de 2010, Flávio Dino se candidatou pela primeira vez ao governo do Maranhão. Devido ao cenário que foi se desenhando – com a reeleição de Roseana Sarney dada como certa²⁰ – o jornal optou por uma linha editorial menos combativa, divulgando as agendas de campanha dos candidatos no interior do estado e cobrindo a dificuldade de Dino em conseguir apoio para a sua candidatura. A manchete “Flávio Dino já admite a retirada da sua candidatura ao governo do MA”, de 17 de junho, externou que o “deputado confirma aproximação com o PSDB e revela intenção de formar ‘ampla aliança’ contra reeleição da governadora Roseana Sarney”, no entanto, na prática, “o comunista revela a fragilidade de sua candidatura após a perda do apoio do PT” (*EM*, 17/06/2010, s/p).

Na ocasião, o diretório nacional do PT optou pelo apoio à reeleição de Roseana Sarney no Maranhão²¹. Depreendemos que as publicações do jornal durante o ano eleitoral de 2010 priorizaram uma cobertura menos “envolvida” no que diz respeito à candidatura do agente. As reportagens sobre a possível desistência e sobre os apoios que foram sendo perdidos ao longo da pré-campanha externam a inconsistência e dificuldade na qual a candidatura foi sendo construída. A disputa direta com Jackson Lago, que possuía a mesma “base” partidária e o mesmo “eleitorado” do agente, também pode ter impossibilitado uma possível ida ao segundo turno a ambos. Chama a atenção, porém, o reiterado uso da expressão “comunista” ou “candidato comunista” nas matérias localizadas ao lon-

20. Em 2009, após pedido da coligação de Roseana Sarney, o governador Jackson Lago (PDT) sofreu impeachment pelo TSE sob a acusação de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006. Roseana Sarney, que ficou em segundo lugar no pleito, assumiu o mandato em seu lugar.

21. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/pt-impoe-apoio-roseana-no-maranhao-3004831>> Acesso em: 11 maio 2024.

go desse ano. Pela primeira vez, tais rótulos passaram a ser empregados para se referir ao agente (que disputava eleições pelo PCdoB desde 2006), o que sugere seus usos não apenas como forma de relacioná-lo ao partido de orientação comunista, mas também como estratégia de estigmatização pessoal e de sua própria candidatura.

Eleições 2014, 2018 e 2022

Nas eleições seguintes, em que se candidatou e foi (re)eleito governador, o *EM* passou a detrá-lo publicamente. Em 2022, porém, observamos outro cenário. Durante o seu último mandato no governo, Roseana Sarney (PMDB) enfrentou acusações de corrupção e uma crise no sistema penitenciário de São Luís, que enfraqueceram sua gestão e a possibilidade de eleger um sucessor de seu “grupo”. O PMDB, que novamente contava com o apoio do PT no estado, indicou o senador Edson Lobão Filho²² para a vaga na disputa, indicação controversa na própria sigla. É nesse cenário que o jornal abandona a posição mais contida das últimas eleições e passa a publicar reportagens que atacavam Flávio Dino e seus correligionários.

Um dos assuntos mais debatidos pelo *EM* nesse ano foi a gestão de Flávio Dino na Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). Ele foi presidente da pasta entre 2011 e 2014, indicado no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff²³ (2010-2014). As acusações do periódico indicavam uma possível administração “corrupta” no comando da autarquia (evidenciada a partir de “denúncias” localizadas em contratos com base em relatórios do TCU e da CGU). As recorrentes reportagens sobre o assunto concederam ao candidato o direito de resposta, por meio de decisão do TRE do Maranhão, publicado na íntegra. Em “Certidão da CGU desmente acusações contra gestão de Flávio Dino na Embratur”, de 22 de agosto, um esclarecimento prestado pelo próprio foi divulgado.

22. Nasceu em Brasília (DF) em 1964. É formado em engenharia civil (UNB) e economia (CEUB). Assumiu mandatos como suplente do pai, Edson Lobão, assumindo o posto após esse assumir postos como ministro de Estado (Minas e Energia, 2011, no segundo mandato de Dilma Rousseff).

23. Nasceu em Belo Horizonte (MG) em 1947. Formou-se em economia (UFRGS). Foi a primeira (e única) mulher eleita presidente do Brasil. Atualmente é presidente do NBD, Banco do BRICS.

Acusações de “oportunismo político” também foram frequentemente veiculadas, sendo a “polarização” nacional entre Dilma Rousseff e Aécio Neves²⁴ (PSDB) explorada localmente em publicações do jornal que aliavam Dino ao candidato do PSDB. Por fim, também foi acusado de envolvimento na crise do sistema penitenciário da capital do estado, sendo ainda envolvido em um caso de associação criminosa divulgado pelo jornal. O quadro a seguir permite visualizar algumas das principais publicações sobre Flávio Dino pelo *EM* nessas eleições.

Quadro 4 – Publicações sobre Flávio Dino no EM (2014)

Título	Data
Gestão de Flávio Dino na Embratur é marcada por denúncias de desvio	17/02
CGU mostra em relatório temeridade da gestão de Flávio Dino na Embratur	23/02
Flávio Dino anuncia aliança com PSDB e se distancia da presidente Dilma Rousseff	10/05
Edilázio Júnior classifica de ‘prostituição política’ as alianças de Flávio Dino	23/05
Vídeo que envolve Flávio Dino em quadrilha altera o debate da campanha	24/09
Flávio Dino foi medíocre como juiz e um fracasso na Embratur, diz Lobão Filho	25/09

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Percebemos, assim, que as eleições de 2014 podem ser consideradas como as primeiras em que se observou uma “campanha” coordenada de detração a Flávio Dino por parte do jornal. Devido ao desgaste político enfrentado pela governadora Roseana Sarney, Dino conseguiu se colocar como o principal “adversário” da *facção política* de José Sarney e aspirar a chances reais de se eleger governador do Maranhão pela primeira vez. Acusações e boatos passaram a ser frequentemente publicados e repercutidos no *EM*. As manchetes que denunciavam corrupção

24. Nasceu em Belo Horizonte (MG) em 1960. Formou-se em Economia (PUC-MG). Foi governador e senador pelo estado de Minas Gerais. Atualmente é deputado federal reeleito pelos mineiros.

em sua gestão na Embratur, por exemplo, podem ser interpretadas como tentativas de desqualificação de sua capacidade como gestor.

As alegações quanto à posição “furta-cor” que Flávio Dino teria assumido nas eleições em relação à disputa nacional podem ser ainda concebidas como uma forma de ratificar os movimentos feitos pelas redes e coligações no estado, nesse caso, desfavoráveis ao agente pelo apoio do PT ao candidato “governista”, tendo em vista que o Maranhão tradicionalmente se colocou como um “reduto” eleitoral do partido em eleições para presidentes. Por fim, manchetes referentes à possível interferência, direta ou indireta, na “crise” de segurança pública do estado reforçam à ideia de que “aliados” e o próprio Flávio Dino estariam por trás do colapso enfrentado na segurança pública do estado, visando desmoralizá-lo publicamente.

Nas eleições de 2018, nas quais Flávio Dino se reelegeu ao governo do Maranhão, a disputa aconteceu diretamente com Roseana Sarney (MDB). As matérias sobre Flávio Dino no *EM* obedeceram ao mesmo “padrão” das eleições passadas. Dentre os principais discursos utilizados para detrá-lo, supostas promessas não cumpridas durante o primeiro mandato e supostos aumentos em índices de pobreza e da fome no estado ganharam destaque nas publicações. Além disso, escândalos na Secretaria de Saúde do Estado (SES) envolvendo, inclusive, a morte de um médico que teria deixado carta de suicídio denunciando a participação de membros do governo em atividades ilícitas na pasta ganharam grande cobertura.

De qualquer modo, o assunto mais repercutido no ano foi a sentença, em primeira instância, que decretava a inelegibilidade de Flávio Dino por 8 anos a partir de denúncia de coligação rival em relação ao uso do programa “Mais Asfalto” para cooptação de votos ao prefeito apoiado por Dino em Coroatá (MA) em 2016. Finalmente, denúncias envolvendo a contratação exacerbada de capelães e de espionagem política contra adversários pela Polícia Civil, a pedido do governador, o que configuraria abuso de poder, também foram repercutidas. O quadro a seguir, assim, permite visualizar algumas dessas reportagens e o título de suas manchetes.

Quadro 5 – Publicações sobre Flávio Dino no EM (2018)

Título	Data
Flávio Dino mascara dados de levantamento sobre cumprimento de promessas	04/01
Promessas não cumpridas de Flávio Dino levaram ao aumento da pobreza no MA	06/01
Flávio Dino criou 36 novas vagas de capelão da Polícia em 3 anos	17/03
Morte de médico expõe corrupção do governo em nível nacional	16/04
Governador diz que não ordenou espionagem	21/04
Justiça Eleitoral decreta inelegibilidade do governador Flávio Dino por oito anos	08/08

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em 2023, o TSE rejeitou os recursos para a condenação de Flávio Dino aos 8 anos de inelegibilidade²⁵. Compreendemos, dessa forma, como as *representações* produzidas sobre o agente seguiram no sentido de depreciação de sua imagem e de seu primeiro mandato no governo do Maranhão. A relação entre Flávio Dino e o “Grupo Mirante” ficou marcada, nessas eleições, pela troca de acusações de ambos os lados. Podemos perceber, mais detalhadamente, o enfoque dado aos termos “comunista” ou “candidato comunista” para se referir ao agente e aos seus apoiadores (assim como nos pleitos anteriores), e também o uso da expressão “dinismo” em alusão ao que o jornal chegou intitular de “projeto de poder” em um de seus editoriais daquele ano, ao discutir à possibilidade de reeleição do governador. Tais expressões, conforme observado, foram empregadas com vista à estigmatização do agente e de seus “aliados” no governo.

Por fim, nas eleições de 2022, observamos uma nova guinada e/ou reorientação no que pese à apresentação do “perfil” de Flávio Dino. Em matéria intitulada “O que levou os Sarney ao mesmo palanque de Flávio Dino no Maranhão”, de 23 de maio, o site de notícias “Veja” comentou sobre a aproximação de Roseana Sarney (MDB) do “grupo” político de apoio a Carlos Brandão (PSDB), ex-vice governador e escolhido por

25. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-ago-02/tse-rejeita-inelegibilidade-flavio-dino-abuso-poder/>> Acesso em: 10 maio 2024.

Dino para a sucessão. Segundo a reportagem, “em outubro de 2021, o então governador buscou apoio de Sarney para ser eleito à cadeira da AML deixada por seu pai, Sálvio Dino, morto de Covid-19 em 2020”, ressaltando ainda “a exposição do governador nos canais de comunicação do Grupo Mirante, de Sarney, durante a pandemia, e o apoio aberto de Dino ao presidente do MDB, partido de Roseana, na disputa pela presidência da Câmara”²⁶.

Repercutindo a aproximação, blogs locais chegaram a falar na criação de uma nova “etiquetagem” política nos *domínios* políticos regionais, o “sarnodinismo”²⁷, em irônica referência à suposta aproximação José Sarney e Flávio Dino. Além de ganhar o Troféu Mirante, dado pelo grupo em reconhecimento a esportistas ou entidades de apoio ao esporte no Maranhão, Flávio Dino chegou a afirmar que “a polarização com o Sarney foi se diluindo ao longo do tempo. Hoje, ela inexistente”, segundo artigo do blog do Gilberto Leda²⁸. O fato é que as publicações do *IM* sobre o governador não apresentavam, de modo algum, os mesmos posicionamentos adotados pelo *EM* nas últimas eleições para o governo do estado.

Percebemos nas matérias, o que pode ser também explicado pela mudança da editoria de política do jornal impresso para o portal de notícias, que as publicações sobre o agente possuíam uma linguagem mais objetiva. De qualquer modo, a “ruptura” na base governista a partir da escolha de Flávio Dino pela chapa de Carlos Brandão²⁹ (PSB) e Felipe Camarão³⁰ (PT) em detrimento de outros nomes e aliados como Wever-

26. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/o-que-levou-os-sarney-ao-mesmo-palanque-de-flavio-dino-no-maranhao>> Acesso em: 10 maio 2024.

27. Disponível em: <<https://blogdoricardosantos.com.br/2022/03/candidato-a-senador-pelo-pt-detona-o-sarno-dinismo-de-flavio-dino-e-seus-negocios-bilionarios/>> Acesso em: 10 maio 2024.

28. Disponível em: <<https://gilbertoleda.com.br/2022/03/03/nao-existe-mais-polarizacao-com-sarney-diz-flavio-dino/>> Acesso em: 10 maio 2024.

29. Nasceu em Colinas (MA) em 1958. Formou-se em medicina veterinária (UEMA). Atuou como deputado federal e vice-governador e é atualmente o governador do Maranhão.

30. Nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1981. Formou-se em direito (UFMA). É secretário de educação do estado e vice-governador do Maranhão.

ton Rocha³¹ (PDT) foi repercutida em postagens. Matérias como “Weverton Rocha: ‘Nós não vamos votar no Flávio Dino’”, de 29 de abril, e “Crise instalada no grupo de Flávio Dino após declaração de Weverton”, de 30 de abril, informam a respeito da configuração política instaurado após a decisão. Após o resultado das eleições, o portal confirmou que o futuro ministro do Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP), escolhido por Lula³² (PT), bem como seu “grupo” político, saíram vitoriosos em diversos aspectos do pleito, reforçando a sua imagem consolidada na política do estado e, a partir de agora, no restante do país.

Considerações finais

Compreendemos, a partir da discussão, que o veículo de mídia analisado corresponde à ideia de que a imprensa no Maranhão é atravessada pela politização partidarização, polarização e faccionalismo observado nas configurações políticas locais. Nas dinâmicas eleitorais examinadas, os meios de informação midiáticos, como o jornal e o portal de notícias, foram mobilizados como instrumentos de estigmatização e/ou exaltação de candidaturas políticas de acordo com os interesses do “grupo” político os quais seus donos faziam parte. As sucessivas reorientações do “perfil” de Flávio Dino pelo jornal, nesse sentido, podem ser consideradas exemplares dos rearranjos políticos, das redes e alianças assumidas pelos candidatos a cargos eletivos no estado, pois a depender do lado que assumem na balança, podem ser tanto detratados como consagrados pelos veículos de imprensa. No caso do agente, verificamos que esse trabalho de *representação* ocorreu mais contundentemente para desqualificar a sua “imagem”, a partir do uso de “rótulos” e repercussões contrárias às candidaturas, por exemplo, embora possamos observar momentos em que pôde contar com o espaço do jornal para a divulgação de agendas, propostas e pesquisas de votos que o favoreceram.

31. Nasceu em Imperatriz (MA) em 1979. Formou-se em administração pela Faculdade São Luís. Foi deputado federal e cumpre atualmente o mandato de senador pelo Maranhão.

32. Nasceu em Caetés (PE) em 1945. Atuou como metalúrgico e líder sindical. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Assumiu a presidência do país três vezes, a última em 2022.

Referências

- Barreira, Irllys Alencar Firmo. (1998). *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Bourdieu, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre. (1989). Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus.
- Bourdieu, Pierre. (2020). *Sociologia Geral Vol. 1: Lutas de classificação. Curso no Collège de France (1981-1982)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda.
- Collovald, Annie. (1988). Identité(s) stratégique(s). *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 73, s/n, p. 29-40.
- Grill, Igor Gastal; Reis, Eliana Tavares dos. (2012). Disputas faccionais, batalhas jurídicas e construções midiáticas em uma eleição municipal. *Opinião Pública*, vol. 18, n. 2, p. 490-512.
- Grill, Igor Gastal; Reis, Eliana Tavares dos. (2018). Dos Campos aos Domínios das Elites no Brasil. *Tomo*, s/v, n. 32, p. 163-210.
- Grill, Igor Gastal. (2012). “Ismos”, “ícones” e intérpretes: As lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros (MA e RS). *Sociologia e Política*, v. 20, n. 43, p. 193-220.
- Landé, Carl. (1977). Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: Schmidt, S, W (editor). (1977). *Friends, Followers and Factions: A Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California, p. 52-.
- Palmeira, Moacir Gracindo Soares; Heredia, Beatriz Maria Alasia de. (2010). *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará (NUAP), p. 27-79.
- Reis, Eliana Tavares dos; Barreira, Irllys Alencar Firmo. (2018). Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis”. *BIB*, São Paulo, s/v, n. 86, p. 36-67.
- Reis, Eliana Tavares dos; Grill, Igor Gastal. (2008). Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. *Tomo*, s/v, n. 13, 2008, p. 127-168.

Fonte

Imirante.com. (2024). Disponível em: <https://imirante.com>. Acesso em: 10 maio 2024.

**GT 2 - Sociologia das elites e dos porta-vozes de questões
políticas e culturais**



Origens, recursos e atuação em "nome" da "Amazônia" de pesquisadoras porta-vozes da "região"

Sonayra Dos Santos Carneiro¹
UFMA

Introdução

Neste artigo², analisamos os perfis (sociais, culturais e militantes) e as produções escritas de quatro mulheres que conquistaram destaque ao escreverem sobre a “Amazônia”: Bertha Koiffmann Becker, Betty Jane Meggers, Edna Maria Ramos de Castro e Violeta Refkalefsky Loureiro. Elas foram localizadas em um universo mais amplo composto por outros seis agentes, a partir de um mapeamento nos repositórios dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais das Universidades Federais do Pará (UFPA), do Amazonas (UFAM) e do Maranhão (UFMA).

Ao analisar essas/esses agentes e produções consagrados em domínios acadêmicos, observou-se que as(os) agentes estão entre os mais recorrentemente citadas(os) no meio acadêmico e em outros domínios de atuação de porta-vozes da “região” e causas associadas. Assim como os outros seis agentes do universo pesquisado, distinguiram-se por suas contribuições à “Amazônia”, estando em posições bem situadas no domínio cultural e produzindo sobre as mais distintas temáticas como “território”, “arqueologia”, “conflitos socioambientais”, “fronteira”. Suas pesquisas também auxiliaram na criação de políticas públicas para a “região”, chegando, inclusive, a assumir cargos em secretarias e ministérios. O que nos levou a considerar o peso das injunções de gênero para esses casos e nos levou a refletir sobre quem são essas mulheres? Quais são seus investimentos sociais, políticos e culturais? Quais as semelhanças e divergências em relação aos seus homólogos?

1. Doutoranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), bolsista Capes e pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEPOC/UFMA).

2. Faz parte das discussões realizadas na dissertação de mestrado, orientada pela professora Dra. Eliana Tavares dos Reis e está inserido na agenda de pesquisas do LEPOC que examina as justaposições entre os domínios políticos e culturais, a partir da análise das representações, práticas e perfis de agentes que se posicionam sobre a “Amazônia”.

Por meio de fontes como depoimentos e entrevistas variadas para revistas eletrônicas, blogs e Youtube, apreendemos dados relacionados às suas propriedades políticas, culturais e sociais, bem como os investimentos, recursos e atuação em “nome” da “Amazônia” delas em relação aos seus homólogos do sexo masculino, igualmente professores universitários e porta-vozes da “região”.

A Plataforma Lattes foi outra fonte utilizada e reveladora das relações que as agentes estabeleceram em diferentes dimensões de suas carreiras (socialização profissional, cargos de administração, produção científica, honorárias, etc.) e instrumento para apreender os princípios de hierarquização e legitimidade vigente nos diferentes domínios de conhecimento. Nesse sentido, é preciso levar em consideração a variação de sentidos que as agentes dão aos itens preenchidos, as informações pré-definidas e os campos de preenchimento obrigatório, que variam dependendo do perfil analisado e do tipo de dados que os agentes estudados desejam exibir (ALMEIDA *et al.*, 2012). No caso das agentes, apenas Betty Meggers detém o currículo preenchido com poucas informações em relação aos outros analisados

Além disso, localizamos suas produções escritas sobre a “região” e analisamos as principais temáticas, são tratadas especificamente: 1) as origens sociais, bem como a origem geográfica e a profissão dos pais; 2) a formação escolar (graduação, mestrado e pós-doutorado); 3) a atuação profissional, sobretudo as vinculações com instituições de ensino e pesquisa; 4) a produção acadêmica (como livros e projetos) e temáticas; 5) as inscrições culturais e políticas; 6) as honorárias recebidas. Buscamos, assim, entender algumas das práticas de diferenciação e princípios de hierarquização de gênero que permeiam os domínios sociais.

O trânsito das(os) agentes entre os *domínios* de atuação pode ser observado nas inserções em movimentos sociais e estudantis durante a formação escolar e posteriormente na colaboração com governos e prefeituras (CARNEIRO, 2021). Esses aspectos corroboram as preponderâncias de uma justaposição entre lógicas e papéis intelectuais e políticos, já ressaltados por Pécaut (1990), Coradini (2003) e Grill e Reis (2016).

Nessa linha, para assimilar as dinâmicas sociais com diferentes níveis de institucionalização e autonomização, a ideia de *domínio*, propos-

ta por Grill e Reis (2016), é direcionada ao exame de meios específicos, visando compreender universos sociais que possuem “atribuições próprias monopolizadas, com condicionantes operantes para especialização de papéis” (p. 21)”. Ou seja, ela permite:

indicar circunstâncias nas quais não é possível pressupor elevados graus de institucionalização ou de autonomização. O que não significa dizer que não sejam circunscrições delimitadas por injunções legítimas, nas quais atuam agentes portadores de características e trunfos variados de autoridade, que os habilitam a circular entre elas e a produzir e impor representações sobre a vida social (GRILL; REIS, 2016, p. 21).

Para isso, a ideia de *domínio* pode ser operacionalizada por meio de duas estratégias metodológicas:

A primeira diz respeito à possibilidade de circunscrever dimensões da vida social (como a da política, da religião, do direito, da ciência, etc.) erguidas conforme caracterizou Coradini (2012: 69), na “superposição integrada” de lógicas e práticas, isto é, que não estão encerradas em esferas autônomas, mesmo em situações de relativa especialização de papéis. A segunda é a de permitir delimitar âmbitos de atuação e/ou causas disputadas a partir dos seus protagonistas, credenciados justamente pelo pertencimento/vínculo multidimensional e pelos papéis que conseguem assumir junto com a *multiposicionalidade* em distintos meios” (REIS; GRILL, 2015; GRILL; REIS, 2016, p. 23).

As *justaposições* entre *lógicas e domínios sociais* se verificam na viabilidade dos agentes utilizarem diferentes recursos de luta, além da possibilidade de desempenhar em diferentes papéis e acumularem *multinotabilidades*. Assim, a ideia de *multinotabilidades* indica a capacidade que esses intérpretes possuem de transitarem tanto por domínios culturais como políticos, conquistando posições notabilizadas (GRILL; REIS, 2016). Como exposto pelos pesquisadores:

é possível detectar os múltiplos recursos tanto materiais como simbólicos, sendo eles mais ou menos

institucionalizados, personificados por agentes que adquirem notoriedade e legitimidade para definir e agir sobre o mundo social. Compreendendo como, por esse intermédio, alcançam posições (de) notáveis nas hierarquias de domínios específicos e na do espaço social mais amplo, ou seja, desfrutam de *multinotabilidades* (GRILL; REIS, 2016, p. 23).

Como intérpretes da “região”, as(os) agentes analisadas(os) estão vinculadas(os) aos embates visando a produção e imposição de visões e de princípios de divisão do mundo social. O que inclui tanto a participação nas formulações da “região”, quanto as definições da “identidade regional”. Assim, participam da produção e reprodução das representações objetivadas através de símbolos e das representações mentais, isto é, de conhecimento e reconhecimento nos quais os agentes investem seus interesses (BOURDIEU, 1989). Como porta-vozes autorizadas(os) falam em nome do “grupo”, e concentram recursos simbólicos, assim conseguem agir em nome de segmentos diversos, reforçando suas atribuições (BOURDIEU, 2020).

Nesse sentido, as universidades aparecem como um lugar profícuo para agentes monopolizarem oportunidades de poder político e cultural, graças às suas inscrições no espaço por excelência da reprodução da cultura legítima e das competências intelectuais (REIS; GRILL, 2015). Além disso, outros aspectos devem ser acrescentados, para os casos dos professores(as) universitários(as), no caso do Brasil. Dentre eles, segundo Coradini (2018), há uma maior dependência dos centros internacionais e do poder “político”, tanto em suas hierarquizações quanto na segmentação e legitimação das carreiras.

O peso e as modalidades dessas relações dependem das condições específicas de cada segmento. No entanto, não se trata apenas dos(as) professores(as) universitários(as) enquanto categoria ocupacional e da relação com centros internacionais, nem de todos os seguimentos, mas sim aqueles(as) diretamente envolvidos(as) com atividades de pesquisa e ainda mais com gestão de organismos universitários e públicos em geral (CORADINI, 2018).

Devemos levar em conta que essa relação envolve não apenas a imposição dos dominantes sob os dominados, mas observar a existência de interesses de todos os tipos e de diferentes estratégias de imposição e de

subversão que colocam os agentes em posições favorecidas ou desfavorecidas, conforme a dinâmica examinada e os objetos disputados (REIS, 2013; 2014). Nesse sentido, as pesquisadoras que propomos estudar participam das disputas sobre a construção da “região”, ocupam posições relativamente dominantes no exercício de papéis intelectuais e estão envolvidas com o domínio político, o que nos leva, com alguns limites, a abarcar discussões de gênero nesses domínios.

Conforme proposto por Joan Scott (1990), a categoria “gênero” possibilita a problematização das proposições relacionadas aos conceitos normativos, que afirmam de maneira categórica, o significado do “homem” e “mulher”, do “masculino” e “feminino”. Para ela, essas ideias fixas devem ser rompidas e um debate político deve ser inserido nos estudos. A autora é uma importante referência na definição de “gênero”, como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86). Diante disso, a categoria estaria ligada não somente ao parentesco, mas também à economia, à política e à estrutura da organização concreta e simbólica da vida social (IDEM).

Outras problematizações devem ser feitas quando se trata de abordar categorias como “mulher”, “gênero”, “feminino”. Nesse caso, alguns esclarecimentos são necessários:

o primeiro [é] de que a mobilização dessas categorias pode expressar princípios de reprodução, formas de identificação ou dispositivos estratégicos de luta (que podem emergir de forma dissociada e/ou imbricada, conforme o perfil). E o segundo [é] de que não há uma relação imediata entre referências à condição feminina, de mulher ou de gênero e a persistência ou o combate a formas de reprodução de relações e lógicas de dominação; do mesmo modo, a ausência desses termos nas tomadas de posição não significa, diretamente, submissão e entrave à busca de equilíbrio da balança de poder (REIS, 2014, p. 249).

Uma das formas de escapar das suspeitas de traição, parcialidade e afins que há em fazer pesquisas sobre “mulheres” é “tomar como objeto

o sistema e a sistematização das questões que orientam o conjunto de estratégias dos grupos e agentes envolvidos, sem esquecer que o pesquisador [e a pesquisadora] faz parte do sistema que ele mesmo é interessado” (LAGRAVE, 2020, p. 20). Assim, para não incorrer em armadilhas essencialistas, como apontam Reis e Barreira (2020), é necessário:

atentar que as ‘relações de gênero’ sempre carregam ressonâncias e atualizam os modelos (elementares) de classificação, quer dizer, formas de avaliar, sentir e agir. O grande desafio se torna, portanto, relativizar os entroncamentos prévios, buscando condicionamentos, momentos e situações nos quais as classificações operam e produzem efeitos no conjunto das lutas sociais, incluindo as formas de reconhecimento (REIS; BARREIRA, 2020, p. 11).

Seguimos a orientação da importância de averiguar o peso da aplicação de meios, bens, oportunidades, gerações, formações, formulações, etc. na:

(re) configuração de alocações e posicionamentos assumidos por mulheres, em certos momentos e espaços sociais, [e como] estimulam a formulação de novas interrogações sobre as condições e atributos favoráveis ou adversos às aquisições e agenciamentos de uma ‘dupla e indissociável arte de representação’ em que determinadas/os agentes, investidas de insígnias e posições estatutárias certificadoras de suas tomadas de posição falam em nome (no lugar ou representativas) de categorias ou causas coletivas (REIS; BARREIRA, 2020, p. 11).

Resultados

Para apreender as convergências e divergências dos percursos desses/as agentes, examinamos os dados relacionados às propriedades sociais, culturais e políticas, além dos aspectos referentes à constituição das carreiras universitárias, atuação enquanto docentes e publicações sobre a “região amazônica”.

Com esses dados foi possível perceber a relevância das bases familiares, das formações escolares, dos investimentos e da inserção em domínios uni-

versitários e políticos, além das instâncias de consagração intelectual e das formulações intelectuais, além das “missões” e “causas” que assumem enquanto formulares de uma identidade regional (REIS; GRILL, 2020).

Consideramos particularmente importantes as estratégias escolares das famílias e os investimentos a longo prazo, que podem ser observados não apenas na dimensão econômica ou monetária, como também podem ser analisadas como estratégias familiares de formação dos agentes sociais considerados dignos e capazes de receber a herança do grupo e de retransmiti-la (BOURDIEU, 2020).

Adicionamos a isso que a posse de diplomas superiores e as inserções profissionais em universidades tendem a reforçar percepções sobre o exercício da autoridade intelectual com base, em alguma medida, no “conhecimento científico”. E, a partir disso, uma concepção das atividades como “especialistas” de uma “cultura humanística” geral pode ser evidenciada (SEIDL, 2020).

Com base nisso, o primeiro ponto a ser destacado são os perfis dos pesquisadores do sexo masculino em relação às mulheres. Eles são seis: Alfredo Wagner de Almeida, Arthur Cézár Ferreira Reis, Eduardo Viveiros de Castro, Jean Hébette, Raymundo Heraldo Maués e Samuel Benchimol. Já elas são quatro: Bertha Koiffmann Becker, Betty Jane Meggers, Edna Maria Ramos de Castro e Violeta Refkalefsky Loureiro.

Com relação à origem geográfica desses(as) agentes, 5/10 são oriundos(as) da região norte do Brasil: 2 do Pará, 2 do Amazonas e 1 de Roraima. Apenas 3/10 vieram da região sudeste do país: 2 do Rio de Janeiro e 1 de Minas Gerais. Proveniente do exterior são: Jean Hébette, que veio da Bélgica para o Brasil em 1967, morou primeiro em Petrópolis, Rio de Janeiro, até se instalar em Belém; e Betty Meggers, oriunda dos Estados Unidos, veio ao Brasil diversas vezes para a realização de pesquisas na região da ilha de Marajó.

Outro fator investigado foi a posição social de origem localizada através da profissão dos antepassados desses(as) intérpretes. Examinando a origem social, observa-se a presença de agentes que possuem ascendentes atuantes em domínios políticos e intelectuais, com formação universitária, cargos públicos, empresariado. Alguns(mas) agentes são descendentes de pais e avôs imigrantes que se deslocaram para o Brasil, principalmente fu-

gidos de guerras ocorridas na Europa, e iniciaram uma nova vida no país como comerciantes. Eles investiram na educação de suas/seus filhas(os) e se transferiram para os grandes centros urbanos, como Belém e Rio de Janeiro, para estudar, a exemplo de Bertha Becker, Samuel Benchimol e Violeta Loureiro. Esse(as) agentes são descendentes de judeus refugiados no Brasil devido às Grandes Guerras Mundiais e fizeram parte do fluxo migratório ao redor do mundo, que ocorreu durante os séculos XIX e XX.

Na escolha dos respectivos cursos de graduação, as IES são localizadas em sua maioria nas principais universidades federais dos respectivos estados de nascimento/atuação, como a UFPA (4/10) e UFRJ (2/10). E há a predominância da área das ciências humanas (7/10) tanto para elas quanto para eles, em especial as Ciências Sociais (5/7). Eles ainda apresentam ligação com outras áreas de atuação, como Direito e Economia. Esse aspecto é fundamental para entender a divisão sexual do trabalho estruturada na separação e hierarquização entre os sexos e apontada por Hirata e Kergoat (2007). Para as autoras, essa divisão é refletida tanto na estrutura ocupacional, quanto nas etapas relacionadas à educação e nas escolhas dos cursos de ensino superior, onde haveria uma concentração de mulheres em profissões ligadas ao cuidado, relações humanas, por exemplo, enquanto aos homens estariam ligados a áreas relacionadas ao raciocínio lógico e à produção econômica.

Na pós-graduação, para maioria dos casos há o investimento em titulações de mestrado (3/4) para elas e (5/6) para eles. As IES são localizadas em sua maioria no Brasil, com apenas dois casos (Samuel Benchimol e Edna Castro) para a realização no exterior durante o mestrado. No doutorado, todas elas obtiveram o título, enquanto entre eles, apenas Arthur Reis não conquistou o diploma de doutor. E metade delas buscam a titulação no exterior (2/4), enquanto eles cursaram no Brasil, especificamente na UFRJ (3/6). No pós-doutorado, o cenário é modificado e elas apresentam maioria (3/4) contra (1/6), todos realizados em universidades do exterior.

Quanto aos investimentos profissionais, observamos que não há tantas discrepâncias entre eles e elas, variando em maior ou menor grau, dependendo do aspecto evidenciado, como em relação aos cargos ocupados, posições dentro das universidades onde são professores, os projetos e as bolsas produtividade, por exemplo.

Os principais cargos durante a carreira universitária, observado através do Currículo Lattes dos agentes (Alfredo Wagner de Almeida, Eduardo Viveiros de Castro, Heraldo Maués, Bertha Becker, Edna Castro, Violeta Loureiro), são em universidades federais, principalmente nas IES onde conquistaram suas titulações. Nessas instituições, observou-se que todos são professores(as) eméritos(as). Quanto aos cargos de gestão como coordenação de departamentos e pós-graduação, apenas as(os) agentes Bertha Becker, Edna Castro, Heraldo Maués e Jean Hébette apresentam registros, os três últimos têm em comum a direção do NAEA, como já mencionado anteriormente, um dos principais núcleos de pesquisa sobre a “Amazônia”. O restante apresenta um perfil com ênfase em produção acadêmica de livros, artigos e projetos de pesquisa e raramente estão envolvidos com atividades de gestão.

Evidenciamos que todas(os), em algum momento de suas vidas, atuaram como professoras(es), muitas vezes lecionando em instituições nas quais se graduaram e pós graduaram, como a UFRJ (3/10) e a UFPA (5/10), e alcançaram cargos de coordenação (departamento, pós-graduação, projetos) dentro dessas instituições. Também atingiram o topo da hierarquia acadêmica nas universidades onde atuam/atuaram, UFPA (Heraldo Maués, Edna Castro e Violeta Loureiro), UFRJ (Bertha Becker e Viveiros de Castro), UEMA e UFAM (Alfredo Wagner de Almeida), recebendo título de professor(a) emérito(a). Do restante, Arthur César Ferreira Reis, Betty Meggers, Jean Hébette e Samuel Benchimol também lecionaram em universidades e obtiveram a mesma titulação.

Quanto aos vínculos com instituições de pesquisa, há entre eles e elas o envolvimento com as agências de fomento a nível nacional como CNPq e Capes e, sobretudo, com as estaduais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), Maranhão (FAPEMA) e São Paulo (FAPESP). Ao analisarmos os perfis que possuem as informações mais detalhadas em seus Currículo Lattes (Alfredo Wagner de Almeida, Eduardo Viveiros de Castro, Heraldo Maués, Bertha Becker, Edna Castro, Violeta Loureiro), as diferenças se sobressaem, principalmente no que diz respeito à produção acadêmica.

Das mulheres, apenas Bertha Becker foi bolsista produtividade, enquanto todos os pesquisadores homens mencionados acima são/foram

bolsistas produtividade. Mesmo elas apresentando titulações semelhantes em áreas de estudo similares, são eles que apresentam uma maior produção acadêmica, refletida nos projetos e bolsas de produtividade do CNPq. E como bolsistas nível 1, conseguem uma série de benefícios que visam auxiliá-los no financiamento de pesquisas, participação em eventos científicos, publicações, etc. Apesar disso, elas são tão mencionadas quanto eles no levantamento das dissertações e teses nos repositórios dos programas de pós-graduação dos estados que fazem parte da “Amazônia Legal”.

Esses aspectos são essenciais para entender as diferenciações e as hierarquizações de gênero na constituição e na reprodução do espaço universitário no Brasil. No caso das bolsas de pesquisa, mesmo com o aumento de mulheres Bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ)³, nas últimas décadas, as assimetrias persistem. Principalmente porque os bolsistas PQ têm acesso a uma série de recursos materiais e simbólicos, visto que o status de bolsista PQ possibilita o acesso a comitês científicos e outros tipos de assessorias, avaliação e ao próprio pedido de novos bolsistas PQ, editais de financiamento, etc. (OLIVEIRA, et al., 2021).

Dentre as variáveis que estão por detrás delas serem minorias na distribuição das bolsas PQ, Barros e Silva (2009) destacam a exclusão histórica das mulheres na produção científica e a concentração feminina e masculina em determinadas áreas do conhecimento, explicada pela tradicional divisão sexual do trabalho. Em convergência a este fator, Cânedo (2001) ao indicar as discrepâncias e convergências nos dados referentes as bolsas de pesquisa do CNPq e da Capes no exterior nas diferentes áreas do conhecimento, aponta que “os números mostram não uma mudança do “destino feminino”, mas uma recomposição do poder social e maternal” (p. 195). Isso porque, o número de bolsas aumentam para as especialidades que são afastadas do poder político, das questões públicas e dos debates econômicos, domínios ainda predominantemente masculinos.

3. De modo geral, os critérios para obtenção das bolsas PQ são: a) produção científica do candidato; b) formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação; c) contribuição científica e tecnológica e para inovação; d) coordenação ou participação principal em projetos de pesquisa; e) participação em atividades editoriais e de gestão científica e administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica (CNPq, 2015).

A circulação em centros internacionais para o caso dos professores(as) de ensino superior evidencia como esses(as) agentes se hierarquizam e legitimam suas posições, propiciando, dentre outras coisas, aprovações de projetos de pesquisa, ocupações de cargos administrativos e de outros tipos de contatos lucrativos, incluindo aqueles que proporcionam algum “poder político”. Isso é especialmente relevante no Brasil, onde as relações sociais e escolares se complementam na hierarquização social mais ampla e acadêmica (CORADINI, 2011; 2018).

Nesse sentido, a divisão de trabalho e a hierarquização dos diferentes tipos de atividades referentes à condição de professor de ensino superior estão subordinadas, nessas condições, a uma espécie de *spoil system*, no qual os cargos e as atividades associadas à gestão e, por extensão, à “política”, ocupam os postos mais elevados (IDEM, 2018).

No caso das(os) agentes, ao atingirem o topo da hierarquia acadêmica e com os vínculos adquiridos com diversas instituições de pesquisa, passaram a se dedicar cada vez mais a projetos e livros sobre a “Amazônia”. Quanto aos projetos de pesquisa e às agências financiadoras, há, de modo geral, a predominância de financiamentos realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as Fundações de Amparo à Pesquisa dos respectivos estados onde os agentes atuam, como o Pará (FAPESPA) e Amazonas (FAPEAM). No caso de Bertha Becker, os projetos dos quais fez parte ou desenvolveu foram financiados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia durante o Governo Lula (2002-2011) e por órgãos de pesquisa do exterior como o *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment In The Amazon*. Assim como Alfredo Wagner de Almeida coordenando o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), financiado pela Fundação Ford.

Em relação às publicações sobre a “Amazônia”, uma das formas de abordar as imbricações entre *domínios* políticos e culturais é observar a objetivação das tomadas de posição escritas divulgadas em distintos veículos, especialmente por meio da publicação de livros. Isso porque essas produções são particularmente adequadas para captar estratégias de legitimação e princípios de classificação em jogo no trabalho simbólico de orquestração de temáticas, papéis, justificativas, etc. (REIS; GRILL, 2020).

Nesse sentido, a maior parte dos agentes examinados apresenta uma certa regularidade em suas produções, sejam elas publicações de artigos ou livros lançados. Apesar de não possuir Currículo Lattes, Arthur César Ferreira Reis apresenta um consistente conjunto de publicações livros sobre a “região”, privilegiando especificamente temas relacionados a “formação social do Brasil” e da “Amazônia”. Principalmente esses últimos foram lançados no mesmo período em que se dedicou igualmente à ocupação de cargos administrativos. Seu primeiro livro, intitulado a “História do Amazonas”, trata das primeiras representações da “região amazônica”. Entretanto, foi em “A Política de Portugal no Vale Amazônico”, lançado em 1939, que o autor aprofundou seus conhecimentos e estudos sobre a “Amazônia”, demonstrando uma preocupação em valorizar a contribuição portuguesa para “região”.

Enquanto Samuel Benchimol, além da “Amazônia”, permaneceu alinhado a assuntos relacionados ao “desenvolvimento econômico” e publicou, em 1957, “Problemas do desenvolvimento econômico: com especial referência ao caso da Amazônia”. Assim como vários outros livros e artigos sobre a “região”, refletindo sobre questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à Bacia do Rio Amazonas. Em outra publicação, intitulada “Amazônia: um pouco-antes e além-depois”, Benchimol enfatiza suas preocupações intelectuais e políticas entre a década de 1940 a de 1970, que, na sua perspectiva, direcionavam-se para a “formulação de uma estratégia amazônica”, horizonte teórico e prático para o equacionamento dos “problemas regionais” (SILVA *et al.*, 2019, p. 37).

Por outro lado, analisando o Currículo Lattes do restante dos agentes, os dados indicam que Jean Hébert, em uma de suas missões pastorais, conheceu a “realidade” do campesinato na “Amazônia”, seu principal tema de estudo. Ele abordou outras temáticas, como “meio ambiente”, “reforma agrária”, além da questão da “fronteira amazônica”. Dentre suas principais publicações, encontram-se: “A Invenção da Amazônia” (1974); “A Amazônia no Processo de Integração Nacional (1974)”; “Ciência e tecnologia para Amazônia” (1983); “Situação social das áreas rurais amazônicas” (1996) e “Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia” (2004), além de diversos artigos.

Heraldo Maués apresenta uma menor frequência de publicações sobre a “Amazônia” em relação aos seus homólogos, tendo focado principalmente em questões relacionadas à “religião”, sobretudo, no “catolicismo”, “pajelança”, “xamanismo” e “pentecostalismo”. O antropólogo publicou artigos em revistas, jornais e capítulos de livros, desenvolveu pesquisas enfatizando os aspectos religiosos ocorridos na “Amazônia”. Escreveu livros como “O folclore de alimentação: tabus alimentares na Amazônia” (1980); “Uma Outra ‘Invenção’ da Amazônia: religiões, histórias, identidades” (1999) e “Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia” (2008).

Assim como podemos perceber que Alfredo Wagner de Almeida e Viveiros de Castro mantêm uma maior frequência na elaboração de livros e artigos sobre a “Amazônia” voltada para as temáticas “povos tradicionais”, “etnicidade”, “conflitos”, “movimentos sociais”, “processos de territorialização” e “cartografia social”.

A produção acadêmica de Eduardo Viveiros de Castro se relaciona amplamente com a questão indígena, sendo um etnólogo americanista com experiência de pesquisa na “Amazônia”. Ele publicou “Araweté: um povo tupi da Amazônia”, fruto de pesquisa realizada em 1980 e organizou ainda outros livros como: “Amazônia: Etnologia e História Indígena”, lançado em 1993 em conjunto com outros antropólogos, e publicou “Araweté: um povo tupi da Amazônia” (2016), além de uma série de artigos escritos sobre a “região”.

Enquanto Alfredo Wagner de Almeida possui atuações em diversos estados como Amazonas, Pará e Maranhão. Suas principais publicações sobre a “Amazônia” são “Antropologia dos Archivos da Amazônia” (2008) e “O congresso nacional e o desmatamento na Amazônia” (2014). Ele organizou diversos livros e tem uma vasta produção sobre a “região”, especialmente pesquisas realizadas na “Amazônia maranhense”.

Das mulheres, a norte americana Betty Meggers privilegiou estudar a arqueologia amazônica ao longo de sua carreira. Ela visitou algumas vezes o Brasil, ao lado de seu marido, Clifford Evans, também arqueólogo, para a realização de pesquisas. Em 1971, lançou o livro “*Amazonia: Man and culture in a counterfeit Paradise*”, fruto de 20 anos de pesquisa na “região” e investigou, principalmente, as áreas da Bacia Amazônica, em especial a Ilha de Marajó. Meggers se consagrou como uma das prin-

cipais estudiosas da “arqueologia amazônica”, tendo influenciado toda uma geração de antropólogos brasileiros voltados para o assunto.

Bertha Becker, apesar de se manter no Rio de Janeiro dando aulas na UFRJ, realizou inúmeras viagens para a “Amazônia” e se consagrou nos estudos sobre a formação geopolítica da “região”. Esse também é o tema de seu primeiro livro sobre a “região”: “Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos”, lançado em 1982. Ela participou de inúmeras conferências, palestras e desenvolveu projetos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Integração Regional, dentre eles, o Plano Amazônia Sustentável. Também publicou diversos livros e artigos sobre a “região”, como “Amazônia” (1990); “Amazônia - Geopolítica na Virada do III Milênio” (2004); “Geopolítica da Amazônia” (2005); “A Urbe Amazônida” (2013).

Violeta Loureiro apresenta um maior investimento em livros, que frequentemente tratam de temas relacionados a “educação”, “desenvolvimento” e “meio ambiente”. Dentre suas obras voltadas para a “região” se destacam: “Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia” (1985); “Miséria da Ascensão Social: Capitalismo e pequena produção na Amazônia” (1987); “Estudos e Problemas Regionais Amazônicos” (1987); “Amazônia: Estado, Homem, Natureza” (1992); “Amazônia: História e Análise de Problemas (do período da borracha aos dias atuais)” (2002); “Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente (2015)” e “História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais” (2015).

Quanto a Edna Castro, ela privilegia em seus livros temas como “desenvolvimento”, “políticas públicas”, “estudos urbanos”, “trabalho”, “povos tradicionais” e “meio ambiente”. Ela organizou diversos livros sobre a “região”, dentre eles, “Amazônia em tempos de transição” (1989); “Energia na Amazônia” (1996); “*Deforestation and Livelihoods in the Brazilian Amazon*” (1997) e “Territórios em Transformação na Amazônia” (2017). Castro publicou dezenas de artigos, organizou dossiês, livros e eventos, participou de palestras e se mantém atuante em diversos projetos de pesquisa voltadas para o estudo da urbanização de cidades na Amazônia e meio ambiente, uma de suas linhas de pesquisa localizada em seu Currículo Lattes.

Ao analisarmos a produção escrita, constatamos que se assemelham nas temáticas, com algumas exceções, muitos deles pesquisam sobre o mesmo assunto, especialmente sobre “desenvolvimento”, “meio ambiente”, “políticas públicas” e “conflitos socioambientais”. Esse dado chama atenção porque quando analisamos os agentes mais recorrentemente citados nas 65 produções, apesar de não haja uma grande discrepância das menções entre os agentes, Alfredo Wagner de Almeida e Edna Castro apareceram como os mais frequentes, seguidos por Heraldo Maués e Violeta Loureiro.

As inscrições culturais entre os agentes consistem em participações em Academia Brasileira de Letras e Instituto Histórico Geográfico, localizados principalmente nos estados onde atuam. A proporção entre eles é de 4/6, enquanto entre elas 2/4. Em suma, é evidenciado a participação/ligação deles com instâncias de consagração intelectual, como as Academias de Letras, um espaço historicamente constituído pela presença masculina. Fundada em 1987, a Academia Brasileira de Letras só foi aceitar a presença feminina a partir de 1976, quando foi revogado o artigo 17 do Regime Interno que indicava que a eleição se restringia aos brasileiros do sexo masculino (FANINI, 2010). De modo semelhante, o IGBH apresenta uma predominância masculina na ocupação das cadeiras e só aceitou as mulheres como sócias, a partir de 1965 (SILVA, 2018).

Além disso, há a presença deles e delas em associações profissionais do país, como SBS, ABA, SBPC, das quais todas elas têm ligação com algum tipo. Dentre eles, apenas três dos seis apresentam inscrições. Esse aspecto pode ser uma pista sobre uma eventual possibilidade de mudança na balança de equilíbrio do poder e necessitaria uma investigação mais aprofundada sobre as relações de gênero em associações profissionais para sabermos se nesses espaços houve uma mudança na participação de homens e mulheres, ou se há um maior envolvimento delas nesse tipo de investimento já que no caso do SBS e da ABA, por exemplo, não há restrições para se tornar membro. No caso dos agentes investigados, eles investem menos em associações profissionais e são mais presentes em outros domínios de atuação, como o político, participando de movimentos sociais e estudantis.

No que se refere às inscrições militantes, são mais recorrentes entre eles (ou ao menos publicizadas), sendo que quatro dos seis estiveram envolvidos com movimentos estudantis, sociais e/ou partidos políticos. Entre elas, apenas Edna Castro apresenta atuação nesses movimentos, e Violeta Loureiro que afirma ter frequentado algumas peças da União Acadêmica Paraense. Em nível mais amplo, elas fizeram parte de um período em que as mulheres não só reivindicaram acesso às universidades e ao mercado de trabalho, como também “romperam os códigos de conduta esperados ao se apropriarem do espaço da política” (BARROSO, 2021, p. 558), lutando contra a ordem política imposta com o Golpe de 1964 (LOPES, 2023).

Nas análises das honrarias recebidas, localizadas na Plataforma Lattes, percebe-se que a discrepância entre elas e eles aparece quando se observa a quantidade e a especificação das honrarias. Elas apresentam um maior número de medalhas, condecorações, prêmios e títulos outorgadas por universidades e governos, seja aquelas concedidas pelos serviços prestados ou referentes ao mérito acadêmico.

Enquanto eles apresentam com maior frequência homenagens de mérito científico distribuídas por agências de fomento às pesquisas, prêmios acadêmicos, como o de melhor tese escrita e títulos de cidadão honorário das respectivas cidades que viveram. O que converge com outros elementos analisados, como a variedade dos trunfos acumulados por eles, como um maior índice de aprovação de projetos nas agências de fomento, a ocupação de cargos em movimentos estudantis e sociais, o reconhecimento no trabalho acadêmico através de prêmios por instituições científicas e as bolsas PQ.

Considerações finais

Por meio da análise das propriedades sociais, políticas e culturais, além dos aspectos relacionados às carreiras universitárias das pesquisadoras e seus homólogos do sexo oposto, foi possível perceber alguns dos princípios de diferenciação de gênero que estruturam o domínio intelectual. Assim como foi possível apreender algumas pistas referentes a hierarquização do espaço universitário quando analisamos dados

relacionados as áreas de estudo, ocupação de cargos, bolsas de produtividade e honorarias recebidas.

Chama atenção o fato de apresentarem origens sociais e percursos escolares muito semelhantes, com uma boa parte dos/das agentes já com familiares inseridos em domínios políticos e culturais. Destacam-se entre eles e elas as distintas origens geográficas. A maior parte vem da região norte do país e aqueles/aquelas que são de outras partes do país demonstraram interesse em estudar a “região”, a partir de viagens que ocorrem durante suas formações acadêmicas (CARNEIRO, 2024).

Os investimentos escolares em titulações de mestrado e doutorado em áreas das ciências humanas também são recorrentes entre eles e elas. Eles ainda apresentam ligações com outras áreas do conhecimento, como Direito e Economia. Quanto aos investimentos profissionais, há uma alternância entre cargos administrativos e atuação como docentes em distintas universidades, especialmente aquelas em que se formaram e pós-graduaram (IDEM).

Mesmo sendo de gerações distintas e com focos de análises e temáticas distintas sobre a “região”, a maior parte passou a pesquisar a “região” ainda durante o período da pós-graduação. Dentre as razões que justificam a proximidade com esses estudos, frequentemente encontram-se por parte deles e delas explicações que remetem a “paixão”, “encantamento” e ao fato de estarem geograficamente próximos.

As diferenças se sobressaem principalmente quando comparamos a produção acadêmica e as bolsas de produtividade do CNPq. Isso porque, eles são maioria no recebimento dessas bolsas enquanto entre elas, apenas uma ao longo de sua carreira foi bolsista. Assim como na conquista de honorarias eles apresentam uma maior predominância de “prêmios acadêmicos”, enquanto elas são reconhecidas com prêmios concedidos por governos e prefeituras, pelos serviços prestados. Os investimentos militantes também são mais recorrentes entre eles que apresentam maior participação em movimentos estudantis/sociais.

Nessa linha, esses aspectos refletem a divisão sexual do trabalho na constituição e reprodução do espaço universitário e fornecem pistas a relação de poder entre os sexos, ao qual apresentaria um cenário instável (ELIAS, 2000). De modo geral, há um crescimento do número de

mulheres nas universidades, especialmente a partir da década de 1970. com a Reforma Universitária e a chamada segunda onda do movimento feminista (GUEDES, 2008).

Mesmo com o aumento da presença delas nesses espaços de atuação, a divisão sexual do trabalho ocorre tanto na ocupação de cargos, já que são eles que ocupam cargos considerados “políticos”, enquanto elas ocupam cargos mais “técnicos”, quanto na aprovação de projetos, na divisão de bolsas PQ e na predominância delas em determinadas áreas de atuação, como as Ciências Humanas. No caso das bolsas de pesquisa, há uma conformação entre determinadas áreas de atuação e os “destinos” sociais das mulheres, que ainda se relacionam a áreas de “cuidado” e aos atributos considerados “femininos”. Assim como a estrutura e a constituição das normas implícitas podem em muitos casos aprofundar as desigualdades (GUEDES, 2008; CÂNEDO, 2001).

Apesar disso, observa-se que essas agentes possuem uma carreira acadêmica consistente, com recursos e grande alcance em suas produções. O trânsito entre distintos domínios de atuação e as multinotabilidades acumuladas legitimaram suas atuações enquanto porta-vozes da “Amazônia”.

Referências

Almeida, Ana Maria.; Moschkovich, Marília.; Polaz, Karen. (2012). Pesquisando os grupos dominantes: notas de pesquisa sobre acesso às informações. *Revista Pós Ciências Sociais/REPOCS*, v. 9 n. 17.

Barroso, Eloísa Pereira. (2021). Relações de gênero na guerrilha: a configuração dos espaços de luta. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 34, p. 556-575.

Bourdieu, Pierre. (1989). A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Berthand. Brasil.

Bourdieu, Pierre. (2020). Estratégias de reprodução e modos de dominação. *Revista Pós Ciências Sociais/REPOCS*. V. 17, n.º 33.

Canedo, Letícia Bicalho. (2004). Masculino, feminino e estudos universitários no estrangeiro: os bolsistas brasileiros no exterior (1987-1998). In: *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Almeida, Ana Maria F. [et. al]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Carneiro, Sonayra dos Santos. (2021). *Intelectuais porta-vozes da Amazônia: Perfis e tomadas de posição* / Sonayra dos Santos Carneiro. 94 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

Carneiro, Sonayra dos Santos. (2024). *Perfis, produções e apropriações de autoras referenciadas em trabalhos sobre a “Amazônia”*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

Castro, Edna Maria Ramos de. (2015). *Edna Maria Ramos de Castro (depoimento, 2015)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 30min).

Coradini, Odaci Luiz. (2018). “Os Professores de Ensino Superior como Objeto de Estudo e a ‘Sociologia Prática’”. *Política & Sociedade*, v. 17.

Coradini, Odaci Luiz. (2011). Titulação Escolar, Mercado e Capital Social na Hierarquização Escolar: as relações entre a obtenção do título de doutor em sociologia e o ingresso na carreira. *Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA)*, v. 8, p. 39-53.

Coradini, Odaci Luiz. (2003). As missões da cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, n. 32, p. 125-144.

Elias, Norbert. 1987. (2000). “The changing balance of power between the sexes. A process-sociological study: the example of the Ancient Roman State. *Theory, Culture & Society*”. London, v.4, n.2, p.287-316.

Fanini, Michele Asmar. (2010). As mulheres e a Academia Brasileira de Letras. *História (São Paulo)*, v. 29, n. 1, p. 345-367.

Guedes, Moema de Castro. (2008). A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

Grill, Igor Gastal; Reis, Eliana Tavares dos. (2016). *Elites Parlamentares e a Dupla Arte de Representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Hirata, Helena.; Kergoat, Daniele. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132. Tradução: Fátima Murad

Lagrange, Rose-Marie. (2020). Pesquisas feministas ou pesquisas sobre a mulher? In: *Revista Pós Ciências Sociais/REPOCS*, v.17, n.34, p. 9-18, jul./dez. São Luís.

Lopes, Bruna Ferreira. (2022). As mulheres foram à luta: A militância feminina estudantil na Ditadura Militar brasileira. *Temporalidades – Revista de História*. Edição 38, v. 14, n. 2 (Set. 2022/Jan. 2023)

Loureiro, Violeta. (2016). *Entrevista: Violeta Loureiro, Professora Emérita*. [Entrevista concedida à Walter Pinto] Jornal da Universidade Federal do Pará. Ano XXX Nº 130. Abril e Maio de 2016. Disponível em: <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2016/162-2016-02-03-15-29-15/1755-2016-02-03-17-00-58> Acesso em: dezembro de 2020

Machado, Ewerton Vieira. BUSS, Maria Dolores. (2007). *Entrevista com a professora Bertha Koiffmann Becker, Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 205-218.

Martins Lastres, Helena Maria; Siffert, Nelson; Machado Da Silva, Marcelo; Cardoso, Marcus. (2014). O legado e as lições de Bertha Becker ao BNDES. Biblio 3w: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, [online], Núm. 2, <https://www.raco.cat/index.php/Biblio3w/article/view/287692>

Oliveira, Amurab; Melo, Marina Félix de; Rodrigues, Quemuel Baruque de; Pequeno, Mayres (2021). Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. *Configurações*, n. 27, p. 75–93.

Pécaut, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.

Plataforma Lattes. (2022). Disponível em < <http://lattes.cnpq.br/> > Acesso em: julho de 2022.

Reis, Eliana Tavares dos. (2013). Saberes em movimento: transações entre “intelectuais”, definições de ciências sociais e a “política”. In: *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Org. Ernesto Seidl, Igor Gastal Grill. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Reis, Eliana Tavares dos; Barreira, Irllys Alencar F. (2020). A “força da representação”: pesquisando mulheres em domínios políticos e culturais In: *Revista Pós Ciências Sociais/REPOCS*, v.17, n.34, p. 9-18 jul./dez. São Luís.

Reis, Eliana Tavares dos; Grill, Igor Gastal. (2015). Trajetórias de Multinotabilidades: Reconfigurações Históricas e Condicionantes Sociais das Inscrições Políticas e Culturais de Parlamentares Brasileiros. *Dados*, v. 58, n. 2, p. 331-369, junho, Rio de Janeiro.

Reis, Eliana Tavares dos; Grill, Igor Gastal; Pereira, Ariel Tavares. (2020) As “Regiões” nas Entrelinhas do Trabalho Político: Bases Sociais, Investimentos Intelectuais e Carreiras Parlamentares (MG, RS, PE e MA). *Revista TOMO*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 36, p. 267-322.

Rosa, Cassia Santos da. (2008). *Ilusão e Paraíso: História e Arqueologia na Amazônia (1948-1965)*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação História Social da Amazônia, Belém.

Scott, Joan. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. V. 20, n. 2, p. 71- 99, Rio Grande do Sul.

Seidl, Ernesto. (2020). “Catolicismo e mediação cultural no extremo sul do Brasil”. In: Grill, I.G; Reis, E. T. dos. *Estudos de elites e formas de dominação*. São Leopoldo/São Luís: Oikos/EDUFMA.

Silva; Gabriela Côrrea da. (2018). As mulheres conferencistas nas tardes no instituto: gênero e história no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Revista da Associação Nacional de História*. Fortaleza, vol. IX, nº 17 – janeiro a junho, 2018.

Sombrio, Mariana Moraes de Oliveira, (2014). *Em busca pelo campo: Ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX*. Campinas, SP: [s.n.]. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

*GT 2 - Sociologia das elites e dos porta-vozes de questões
políticas e culturais*



Porta-vozes do Patrimônio do Brasil e do Maranhão: perfis e itinerários

Andressa de Carvalho Machado¹
UFMA

Introdução

O presente artigo busca compreender um conjunto de características sociais que colaboram para que determinados agentes sejam “intérpretes autorizados” a falar sobre o “patrimônio cultural” nacional/regional e atuarem como “especialistas da causa”, mobilizando e concentrando uma produção simbólica sobre o tema.

A análise proposta considera como ponto de partida o Inventário Nacional de Referências Culturais e dos dois Dossiês de registro de bens culturais imateriais elaborados no Maranhão, com o foco específico ao conjunto de agentes responsáveis por essas produções. Portanto, convém inicialmente alinharmos, de forma breve, as condições históricas e sociais constituídas processualmente que deram lugar às noções de “patrimônio cultural brasileiro”, sobretudo vinculados à ideia de “nação” e de “cultura brasileira”.

O percurso cronológico traçado pelos “especialistas da causa” patrimonial por meio de produções de artigos e livros, datam como marco temporal a década 30/40 com a criação do Serviço Patrimonial Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão estatal a tratar da legitimação dos “bens culturais” e sinalizam uma possível alteração de sentido atribuído ao que deveria/deve ser considerado enquanto “patrimônio cultural” em relação aos dias atuais.

Os discursos sobre “cultura”, nessas décadas, se potencializam como marco para identificação global em relação ao que seria o Brasil/Nação. A questão teria se tornado uma pauta para o governo de Getúlio Vargas e “comovendo” um grupo de intelectuais que teriam se “dedicado à construção do “Estado Novo”, que por sua vez, traria uma concepção de “cultura” a ser difundida e preservada.

Em novembro de 1937, O Decreto-Lei nº 25, publicado pelo presidente da época e com Gustavo Capanema² como presidente do SPHAN, instituiu como primeiro instrumento de reconhecimento de “bens culturais nacionais”, o tombamento. A Lei indicou quatro Livros de Registro de Tombamento: o arqueológico, o etnográfico e paisagístico, o histórico e, por fim, o de belas-artes e de artes aplicadas.

Durante décadas o reconhecimento dos bens culturais oficializados foi relacionado a esses eixos de atuação, o que interferiu na escolha e tombamento de “patrimônios materiais”, sobretudo arquitetônicos. Teria sido a interlocução com Rodrigo de Melo Franco³ de Andrade e Mario de Andrade⁴ um dos motivos para ressignificação da definição de “pa-

2. Ele foi Ministro da Educação e Saúde durante o governo de Getúlio Vargas, servindo de 1930 a 1945. Durante esse período, desempenhou um papel fundamental na fundação de vários órgãos relacionados à saúde e à educação, incluindo o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ao longo de sua carreira política, filiou-se a diferentes partidos: PP (1933-1937), PSD (1945-1966) e ARENA (1966-1979). Ele faleceu em 1985.

3. Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898/1969) foi advogado, jornalista e escritor. Viveu e estudou na França com seu tio Afonso Arinos. Ao retornar ao Brasil, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro. Trabalhou como bancário, oficial de gabinete na inspetoria de Obras Contra a Seca e foi colaborador de diversos jornais da época, incluindo O Dia, Estado de Minas, A Manhã, Diário da Noite, O Estado de São Paulo, O Cruzeiro e o Diário Carioca. Em 1936, assumiu a gestão do SPHAN, onde permaneceu por 30 anos, sendo este período referido nos documentos do IPHAN (antigo SPHAN) como a fase heroica. Publicou uma única obra de ficção, “Os Velórios” (1936); suas outras produções escritas foram dedicadas à temática do patrimônio, como “Brasil, Monumentos Históricos e Arqueológicos” (1952), “Rio Branco e Gastão” (1953) e “Artistas Coloniais” (1958). Foi o fundador da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937). Deixou a presidência do SPHAN em 1967, mas continuou a atuar na instituição no Conselho Consultivo até 1969.

4. Mário Raul Moraes de Andrade (1928/1945) consolidou-se no “cenário intelectual brasileiro” com uma produção literária em diversos gêneros, formou-se em música, pela escola de música de São Paulo, é considerado musicólogo e historiador de arte. Mario de Andrade é vinculado ao movimento modernista junto a outros artistas, considerados intelectuais, que lideraram o evento da Semana da Arte Moderna em 1922. Era considerado autodidata em história, arte e poesia. Em 1935, foi diretor do recém fundado Departamento de Cultura do estado de São Paulo, onde teria recebido o convite de Gustavo Capanema para um projeto do Ministério da Educação e Saúde liderado por Gustavo Capanema. O projeto teria resultado na criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e no documento que passou a orientar as ações de tombamento destes monumentos. Mário de Andrade teria indicado Rodrigo Melo Franco de Andrade para assumir a gestão do SPHAN.

trimônio” que contemplasse “práticas e saberes” enquanto “bens culturais” passíveis de reconhecimento (Chuva, 2017).

Nesse período entre décadas, a demanda de “resguardar a cultura popular” surge numa dinâmica internacional através das pautas emergenciais das Organizações da Nações Unidas (UNESCO), que mantém esta causa após a Segunda Guerra Mundial, sob o receio que a “cultura dos povos fosse extinguida”. Como resultado desse movimento, em 1947, foi criada a Comissão Nacional do Folclore⁵, nesse primeiro momento, instituição ligada diretamente à UNESCO.

Em 1958, a Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro evidencia o “movimento folclorista” com forte engajamento de intelectuais com formação em sociologia ou áreas das ciências humanas, que ‘mobilizavam a opinião pública sobre temas relacionados a identidade nacional e cultura popular’, ao mesmo tempo que negociavam com “gestão política, elaboravam pesquisas, organizavam e participavam de congressos, festivais etc.” (Vilhena, 1995).

Nas décadas seguintes, por outro lado, havia intelectuais que pensavam a “cultura” como necessária, sobretudo para desenvolver uma “consciência cívica” que “harmonizaria” a relação estado e sociedade civil. De acordo com Maia (2010), esta foi uma das pautas que orientou o processo de formulação das “políticas culturais” fortalecidas nas décadas de 60 e 70, resultando na criação da Comissão Federal de Cultura, posteriormente dividida em subáreas, que incluía o Patrimônio histórico e Artístico Nacional: Câmara de Ciências Humanas, Câmara de Letras, Câmara das Artes e a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico (Maia, 2010).

Esses movimentos paralelos teriam fortalecido as “políticas culturais”, ao mesmo tempo que fomentavam uma associação de uma concepção de “cultura nacional” à duas outras categorias em voga na época: “folclore” e “cultura popular”. Em 1988, a Constituição Brasileira altera a sua abrangência e dá possibilidade de “oficialização dos bens culturais”

5. Em 1978, a CNE, passa a ser vinculada à Fundação Brasileira de Artes, através do Instituto Brasileiro de Folclore e em 2003, com a nomenclatura de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, passa a funcionar como uma unidade especial do IPHAN (antigo SPHAN).

na inserção do artigo 216, que deu margem para uma nova definição do que poderia/pode ser registrado enquanto “patrimônio histórico e artístico nacional”, com a inclusão dos incisos: “I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;” que seriam voltados para o que é considerado hoje como “patrimônio imaterial” e o que outrora foi defendido por Mário de Andrade como “bens móveis”.

Na expectativa de “oficialização desses bens” foi traçada por “especialistas” uma “metodologia” para dar conta do registro. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), foi o documento utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como meio para registro de “bens culturais materiais e imateriais”.

Não por acaso, neste estudo adotamos a ideia de “cultura” como um meio de moldar aspectos psíquicos dos indivíduos, inclinando-os a pensar e agir de maneira a contribuir para a manutenção da ordem social (Elias, 1993). Trata-se de uma categoria constantemente em disputa, pois faz parte de um conjunto de percepções sobre o mundo social.

Nessa linha, nos é clara a importância das estratégias de classificação e produção de sentidos inerentes ao processo de patrimonialização para compreendermos os efeitos sociais e suas funções práticas em relação às interpretações possíveis dos jogos sociais (Bourdieu, 1996).

A construção e mobilização de fronteiras, identidades e lutas por versões legítimas sobre si e sobre o grupo conduzem ao trabalho de representação e proposição das questões como legítimas e pertinentes em termos de “problemas sociais” (Bourdieu, 1996; Lenoir, 1997).

A inventividade do espaço de relações que constitui fronteiras mentais e práticas normatiza papéis e prescreve o que é a “identidade nacional” e “o patrimônio”, invisibilizando polaridades e controvérsias, além de disputas entre os “empreendedores da causa” (Orfflerlé, 1998) que enquanto mediadores articulam níveis de integração de questões em nível nacional que se traduzem no nível local/regional (Wolf, 2003, p. 88).

Essas tensões relacionadas à “cultura” e ao “patrimônio” tem destacado uma elite intelectual, engajada na elaboração de “mitos unificadores”, atuando como “porta-vozes da nação” que combinam a legitimidade garantida pelo acúmulo de trunfos, como origem social, educação formal,

e o reconhecimento internacional, colocando-os na posição de “intelectuais e intérpretes do mundo social” (Neiburg, Sigal, 2017; Pecaú, 1990).

Vale pontuar que nas dinâmicas menos institucionalizadas, conhecidas como “periféricas”, o papel desses agentes parece ser mais eminente e autorizado para falar em nome da “nação, do povo e do Estado”, além de terem maior facilidade de maior circulação entre os domínios político e cultural (Sigal, 2017; Pecaú, 1990; Neiburg, 1997; Reis e Grill, 2023).

A mobilização dessas classificações se incorpora à concorrência sobre o uma versão oficial e legitimada pelo Estado e na invenção de uma agenda pública que partem da proposição de uma preocupação de uma pauta legítima que “merece” ser pontuada (Jobert; Muller, 1987).

Há implícito um jogo de reconversão de problemáticas sociais para o jogo político, operando numa lógica de formulação pública. Uma das etapas finais de legitimação das “causas” inicialmente elucidadas pelos grupos sociais, seria justamente o processo de institucionalização “que tende a imobilizar e fixar categorias [...] a ponto de torná-las evidentes para todos” (Lenoir, 1998, p.95).

Contudo, a construção de uma agenda de problemas públicos é reflexo de ações em constante disputa em uma determinada configuração histórica e cultural, que traduzem na crença dos agentes porta-vozes das causas e convergem os sentidos com aqueles que os autorizam a falar em nome da “cultura”, da “nação”, do “patrimônio” (Neveux, 2015).

As Políticas Públicas, assim como nesse caso às “políticas culturais/patrimoniais”, nesse ponto de vista, são compreendidas como “o lugar onde determinada sociedade constrói a sua relação com o mundo e consigo mesma” (Jobert; Muller, 1987). Portanto, o trabalho analítico exige um esforço em compreender a elaboração de representações sobre o mundo social, e assim, se conjuga à análise do perfil de quem as produz.

Nota-se que, na dinâmica nacional, os perfis dos agentes relacionados a história oficializada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional assemelham-se a elite intelectual que se posicionavam enquanto indispensáveis e à serviço da construção do Estado (Pecaú, 1990). Eram agentes que estavam relacionados às capitais centrais do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e os demais que se tornavam notáveis nesse cenário, deslocavam-se dos demais estados para estas re-

giões. A maioria desses intelectuais vinham de famílias abastadas e se mencionavam uma relação com a “sociologia” (Pecáut, 1990)

Na dinâmica local/regional, se tem a implementação de processos de institucionalização mais amplos, como a criação de superintendências regionais e um certo padrão de agentes que concentram formação na área de humanas, com investimento em especializações e formação técnica, atuação em universidades, e um leque de produção técnica e acadêmica, que acabam se constituindo como bibliografia da própria instituição.

Na década de 1940, a atuação da subcomissão de Folclore Maranhense, se coloca como ressonante ao processo mais amplo de valorização do “popular” e combina interesses pessoais, práticas culturais diversificadas com disposições cognitivas de formação, inserções em diversos domínios sociais, ocupação de cargos públicos, etc. (Gomes, Ferretti, 2018).

Como destacam Reis e Grill (2023), estes agentes operam numa lógica de justaposição entre domínios sociais, o acúmulo de diversos recursos e notabilidades que combinam origem social, investimento escolares, engajamentos militantes e identitários, além de uma rede de relações que credibilizam e autorizam estes agentes enquanto intérpretes da “cultura maranhense” (Reis; Grill, 2023).

A dimensão local é marcada por imbricações entre domínios e *multi-notabilidades* dos agentes que produzem, oficializam e incorporam uma gramática específica que se colocam enquanto “questões do estado”. Ao final, tem-se uma configuração bem específica, plástica e mais ou menos estável, decorrente de uma combinação entre recursos materiais, investimento em recursos simbólicos (engajamentos em causas ‘militantes’) e a inserção em rede de relações de amizade e/ou de parentesco (Reis; Grill, 2023).

Metodologicamente, nos aportamos nos recursos e trunfos acumulados por agentes que se posicionam enquanto “empreendedores dessas causas”, orientados por indicadores de origem sociais, formação escolar, atuação em instâncias culturais, ocupações de cargos políticos administrativos e produção bens simbólicos (artigos, livros, peças teatrais, fotografias, etc.).

As informações foram organizadas por meio de quadro sinópticos, o que permitiu chegarmos à análise de regularidades e discrepâncias entre os perfis. Os primeiros perfis elaborados, tem uma relação com o que é pontuado como “início da causa patrimonial”, em seguida selecionamos os perfis de agentes que se inserem no momento tido como de “reconfiguração” com a reformulação do artigo da Constituição Brasileira indicando a inclusão dos “bens imateriais”. Tendo em vista esses dois perfis, voltamos o olhar para a dinâmica local, acerca dos processos de “tombamento e registros” realizados no Maranhão. Com base nos Dossiê de Registros do Complexo do Bumba-meu-Boi e do Tambor de Crioula, a intenção foi compreender as múltiplas inserções dos agentes em diversos domínios culturais, formações e produção bibliográfica.

Os “inventários” e seus especialistas

Com a alteração da Constituição, a mobilização dos “especialistas do patrimônio”, se encaminhou para padronizar o registro destes “bens culturais” e para isso, a emergência da criação dos “inventários”.

Os inventários nacionais foram oficializados enquanto metodologia e como “instrumentos técnicos que se dedicam a coletar, reunir e sistematizar dados sobre os bens já protegidos para subsidiar as ações de preservação dos mesmos ou para auxiliar na identificação e valoração de outros bens a serem protegidos” (Dicionário IPHAN, 2008).

O Inventário Nacional de Referência Cultural foi divulgado nos anos 2000 e é utilizado como “modelo” para os processos de registro dos bens patrimoniais materiais e imateriais. O “manual de aplicação”, como é referido logo na capa do documento, se estruturaria a partir de dois objetivos principais:

Identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação. (INRC, 2000, p.8)

O documento foi elaborado por Antônio Augusto Arantes Neto⁶, que contou com a colaboração do IPHAN e do Departamento de Identificação e Documentação (DID/IPHAN). Além da apresentação elaborada pelo autor, o documento oficial disponibilizado pelo IPHAN tem como pré-texto o artigo de autoria de Cecília Londres⁷, em que a autora propõe a traçar alguns acontecimentos que teriam resultado no momento de produção do INRC e ainda sugere uma reflexão sobre o termo “referência cultural”, que segundo ela, seria indispensável para aplicação da metodologia proposta.

Após a oficialização do “patrimônio imaterial” enquanto “bem cultural” e da elaboração do “manual” de referência para registro de bens, criou-se nos anos 2000, através do decreto 3.551, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, voltado para ações que promovessem o registro e continuidade dos bens imateriais. Este decreto e a elaboração do INRC consolidaram as discussões do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial⁸ legitimado pelo Ministério da Cultura (2002), que incorporou aos objetivos que norteiam a metodologia de “inventariar” bens materiais e imateriais: saberes, celebrações, linguagens e espaços, sob a seguinte definição:

- 1. Saberes** e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- 2. Celebrações**, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
- 3. Linguagens** musicais, iconográficas e performáticas;
- 4. Espaços** em que se produzem as práticas culturais (IRCN, 2000, p.10).

6. Mestre em Antropologia (USP/1970); professor de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP; presidiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2004/2006).

7. Doutora em Sociologia pela UNB; Membro do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (1998/2000) e Representante do Brasil nas reuniões de peritos internacionais, na Unesco, para a elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2002/2003). Conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (2004) e Sócia Correspondente do IHGB (2205).

8. Ana Cláudia Lima e Alves; Ana Gita de Oliveira; Célia Maria Corsino; Cláudia Márcia Ferreira; Márcia G. de Sant’Anna (coordenadora); Maria Cecília Londres Fonseca.

A elaboração dos dois documentos, o “Inventário Nacional de Referência Cultural” e o “Dossiê: Saberes, Fazeres, Gingas e Celebrações” (que contém o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial) traz à tona a oficialização de processos de patrimonialização e um conjunto de agentes especialistas “empreendedores da causa” patrimonial com afinidade de propriedades sociais acumuladas em suas trajetórias, o que os autoriza a definirem, qualificarem e elaborarem processos legitimados como indispensáveis para o reconhecimento de “bens culturais”.

Estes agentes produzem o sentido atribuído ao “patrimônio”, estabelecem às regras do jogo, às aplicam e, por fim, oficializam “os bens culturais” com a autoridade respaldada nas suas crenças, nos títulos escolares, na atuação profissional como pesquisadores-técnicos de instituições como universidades, atuação no IPHAN ou atuação no Conselho Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).

O “amadurecimento” da instituição que agora, não só diz com o que devemos nos preocupar, mas também destina essa “causa” à determinados agentes: cientistas sociais e/ou antropólogos, historiadores, arquitetos, letrólogos, museólogos, arqueólogos, geógrafos; o que nos indica que outros atributos estão em jogo, diferente daqueles que no início falavam em nome da “nação” e do “patrimônio”.

Ao analisarmos os agentes que elaboraram Inventário Nacional de Referência Cultural, foi possível notar algumas regularidades. A Comissão que trabalhou no documento foi formada em partes pela consultoria contratada: “Consultoria de Projetos Culturais Arantes e Andrade” coordenada por Antônio Augusto Arantes Neto e sua esposa Antonieta Marília de Oswald de Andrade, logo foi montada uma equipe que mesclava seus componentes entre estudantes orientados por Antônio Augusto Arantes e pesquisadores que algum momento estiveram relacionados ao IPHAN (Antônio Augusto Arantes Neto – Coordenador Geral do Projeto; Antonieta Marília de Oswald de Andrade, Álvaro de Oliveira D’Antona, Marcelo Nahus de Oliveira, Pedro Corsi Okabayashi). A outra metade de “técnicos-pesquisadores” foi constituída pela equipe do Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN (Ana Claudia Lima e Alves - Coordenadora do Projeto no DID, Isolda dos Anjos Honnen, Márcia Chuva, Márcia Sant’Anna) contando ainda com as colaboradoras (Ana

Gita de Oliveira – 14ª SR/IPHAN, Maria Cecília Londres Fonseca – MinC, Teresa Carolina Frota de Abreu – 6ª SR/IPHAN).

Os/as agentes pesquisados/as concentram suas formações na área de Ciências Sociais e/ou Ciências Sociais Aplicadas (antropologia, sociologia, museologia, arquitetura, História, Letras) e investiram em doutorado e mestrado em suas respectivas áreas.

Em sua maioria concentram uma atuação de anos em órgãos/instituições relacionadas à “cultura e ao Patrimônio”, sobretudo, no Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (em diferentes departamentos), no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, além disso, atuam no âmbito acadêmico, enquanto professores/professoras vinculados/as às disciplinas de antropologia, patrimônio, memória etc. O agente Marcelo Nahus de Oliveira, trabalhou na equipe de pesquisa do inventário e foi orientando de Antônio Augusto de Andrade, mas ao que parece, pelas informações encontradas, não seguiu com as produções sobre a temática do patrimônio e restringiu suas publicações à dissertação e tese defendidas na Universidade Estadual de Campinas. Além desse caso, outra agente concentra suas produções simbólicas à dança, ao teatro e a produção audiovisual, Antonieta Marília de Oswald de Andrade, que segundo a sua página autobiográfica, tem se dedicado a produção de memória do seu pai, Oswald de Andrade.

Entre as ocupações de cargos destacam-se a presidência do IPHAN (ocupada por Antônio Augusto Arantes Neto); Superintendência do IPHAN/ES (ocupada por Célia Maria Corsino) e a recorrente vinculação de agentes ao Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN/DF.

Quadro I – Formação e ocupação de cargos políticos/administrativos vinculados à “cultura” e/ou “patrimônio”.

Agentes	Formação	Ocupação de Cargos públicos/ administrativos relacionados à “cultura e/ou patrimônio”
Maria Cecília Fonseca Londres	Licenciada em Letras pela PUC-RJ, Mestre em Teoria da Literatura pela UFRJ e Doutora em Sociologia pela UNB (1994);	Assessora do Ministério da Cultura (1995-1998); Coordenação de Políticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (1999-2002); Integrou o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 2004, e foi parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no mesmo ano.
Antônio Augusto Arantes Neto	Bacharel em Ciências Sociais pela USP (1965); Mestre em Antropologia (1970); Doutorado em Antropologia Social na University of Cambridge (1978)	Foi Secretário (1980-1982) e Presidente (1988-1990) da ABA - Associação Brasileira de Antropologia; Foi presidente do CONDEPACC (1987-1988); Secretário Municipal de Cultura de Campinas (1984-1988); Integrou o Comitê Científico do ICOMOS para o Patrimônio Cultural Intangível (2017-2020); Presidente da ABA (2017-2020); Presidiu o IPHAN (2004-2006);
Ana Cláudia Lima e Alves	Mestrado em História UNB (2004)	Coordenou o projeto de Referência Cultural da fundação Nacional Pró-Memória (1987/1987); Coordenou o projeto de Desenvolvimento do Inventário de Referências Culturais (1998/2000); Gerenciamento de instrução técnica de Processo de Registro de Bens Culturais imaterial; Desenvolvimento Técnico como pesquisadora do Departamento de Identificação e Documentação IPHAN (2004); Gerente de Registro do IPHAN (2023);

Ana Gita de Oliveira	Graduada em Antropologia pela UNB (1977); Mestrado em Antropologia UNB (1981); Doutorado em Antropologia pela UNB (1992).	Foi pesquisadora da Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales - Chile (1993); Gerente de identificação do IPHAN (1980-2023); Gerente do Ministério do Meio Ambiente (2002); Secretaria Executiva de Gestão de Patrimônio (2002); Realizou serviço técnico Especializado no Departamento de Identificação e Documentação DID- IPHAN; Realizou serviços técnicos especializados para o Departamento de Assuntos Fundiários da equipe de identificação e delimitação de Terras Indígenas;
Célia Maria Corsino;	Graduada em Museologia (1973) pelo Museu Histórico Nacional; Especialista em Metodologia do Ensino Superior (1985); Especialista em Administração em Projetos Culturais (1986)	Professora da Universidade Católica de Goiás (2002-2023); Coordenou o Museus de Arte e Ofícios do Instituto Cultural Flávio Gutierrez de Minas Gerais (2002-2003); Trabalhou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DF) (2002);
Cláudia Márcia Ferreira	Formada em Museologia pela UFRJ	Atuou no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
Márcia G. de Sant'Anna	Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UNB (1980); Mestre em Arquitetura pela UFBA (1995); doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA (2004)	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Diretora de Proteção (1998/1999); Departamento de Patrimônio Imaterial (2004/2011); Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia e do Mestrado Profissional em Preservação e Patrimônio do IPHAN

Fonte: Currículo Lattes Elaboração: própria.

Os/as agentes concentram a sua atuação relacionada as temáticas de “patrimônio imaterial” em diversas instâncias, no IPHAN, participando de Conselhos Consultivos do Patrimônio, Grupos de trabalhos relacionados à questão do “patrimônio imaterial”, ao mesmo tempo que investem numa carreira acadêmica, sendo responsáveis pela implementação

de departamentos de Antropologia, Dança, revista e periódicos que tratam de temáticas relacionadas ao patrimônio. No geral, mantém uma afinidade majoritariamente marcada por temáticas relacionadas ao que seria o “patrimônio imaterial e/ou intangível”, não por caso, objeto de discussão e regulamentação do Inventário Nacional de Referências Culturais, o que de algum modo delineia um perfil de agentes, com forte investimento na carreira técnica com o aparo do IPHAN, na carreira acadêmica, cujo tema privilegiado é o “patrimônio imaterial”.

Quadro II – Atuação em instâncias culturais

	Atuação
Maria Cecília Fonseca Londres	Membro do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (1998-2000), representou o Brasil na elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural da UNESCO (2002-2003) e integrou o 1º Comitê Intergovernamental do Patrimônio Imaterial (2006-2008).
Antônio Augusto Arantes Neto	Ele fundou o Departamento de Antropologia da UNICAMP e atuou como vice-presidente do Patrimônio Cultural Intangível de 2017 a 2020. Além disso, foi responsável pela implementação da Comissão de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível de 2010 a 2014. Também ocupou o cargo de assessor cultural do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico em 1982.
Ana Cláudia Lima e Alves	Historiadora do IPHAN, as pesquisas enfatizaram o Patrimônio Cultural (projetos com temas Festa do Divino, Pirenópolis/GO; Festa Religiosa, Celebrações)
Ana Gita de Oliveira	Gerente de Identificação e Documentação IPHAN e atuou na identificação e delimitação de terras indígenas
Célia Maria Corsino;	Atuou no Iphan/DF e foi superintendente do IPHAN/ES
Cláudia Márcia Ferreira	Atuou como técnica-pesquisadora e coordenadora do Projeto de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (IPHAN)
Márcia G. de Sant'Anna	Atuou como Conselheira e membro da Câmara do Patrimônio do Conselho de Cultura da Bahia (2011/2014); Membro Titular do Consultivo do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN.

Isolda dos Anjos Honnen	Atuou na elaboração o INRC/IPHAN (2010)
Márcia Regina Romero Chuva	História das Políticas de Patrimônio cultural; patrimônio mundial; Cidades.
Antonieta Marília de Owsvald de Andrade	Concentra as produções na Dança, Psicologia, mas também participou da elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais e do Guia de Referências Culturais do Museu Aberto do Descobrimento; foi responsável pela curadoria da Exposição SP 450 na FAAP.
Teresa Carolina Frota de Abreu	Atuou no IPHAN/DF e no IPHAN/ES

Fonte: Currículo Lattes Elaboração: própria.

Quadro III – Temáticas e número de publicações

	Nº de Publicações	Temáticas
Maria Cecília Fonseca Londres	4	Patrimônio; Patrimônio Imaterial
Antônio Augusto Arantes Neto	10	Políticas Patrimoniais; Antropologia; Salvaguarda
Ana Cláudia Lima e Alves	4	Salvaguarda; Dossiê de Registro; Afazeres Culturais
Ana Gita de Oliveira	23	Patrimônio; Patrimônio imaterial; Diversidade Cultural; Antropologia; Etnografia.
Célia Maria Corsino	02	Política Cultural
Márcia G. de Sant'Anna	24	Patrimônio; Patrimônio imaterial; Registro; Política Cultural
Antonieta Marília de Owsvald de Andrade	14	Dança; Políticas Patrimoniais; Documentário; Guia Cultural.
Álvaro de Oliveira D'Antona	18	Urbanismo; Demografia; Etnografia; Amazônia Legal
Pedro Corsi Okabayashi	17	Antropologia; Políticas patrimoniais; Artesanato Brasileiro; Guia Cultural.

Fonte: Currículo Lattes Elaboração: própria.

A elaboração do INRC não foi a única iniciativa de alguns agentes dedicados a produzir artigos, pareceres e inventários sobre bens culturais. A maioria dessas publicações aborda o patrimônio imaterial e os fazeres culturais, com destaque para alguns agentes que atuam na área da Antropologia, com foco em temas relacionados aos povos indígenas e às relações interétnicas. Existe uma variedade de produções voltadas para as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial, as quais foram implementadas com base no INRC.

Em nome do “regional”: mediadores do “patrimônio imaterial”

Numa dinâmica local, é válido ressaltar que em 1997 a cidade de São Luís teve seu centro urbano reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Atualmente, algumas manifestações culturais, como o bumba-meu-boi e o tambor de crioula, são consideradas patrimônios materiais e destacadas pela Regional do Maranhão do IPHAN como expressões representativas das raízes culturais maranhenses. Avaliamos que essas certificações indicam um terreno fértil para a compreensão das lógicas próprias do contexto local e contribuem para a afirmação de determinados porta-vozes e percepções que influenciam a gestão da identidade, memória e história do Maranhão numa perspectiva nacional e transnacional.

O primeiro título de Patrimônio Histórico também foi resultado do Programa Cidades Históricas do Governo Federal, que, por meio do IPHAN, buscou viabilizar recursos financeiros para a revitalização de cidades históricas no Nordeste. Na época, a superintendência do IPHAN/MA era coordenada por Luís Felipe Andrés.

Luís Filipe Andrés⁹, arquiteto, atuou no IPHAN/MA nas décadas de

9. Mestre em Desenvolvimento Urbano (Centro de Conservação Integrada/CECI da Universidade Federal de Pernambuco, 2006), pertenceu ao Conselho Consultivo do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (desde 2000) e ao Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura (desde 2007). Também “é diretor (cargo comissionado sem vínculo empregatício) do Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro Escola do Maranhão, vinculado à Universidade Virtual do Estado do Maranhão - UNIVIMA, atuando principalmente nos seguintes temas: preservação do patrimônio cultural, história da técnica/embarcações tradicionais”. Foi chefe do setor de Pesquisa e Documentação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico São Luís (1980-1981); coordenador Administrativo do Programa Preservação e Revitalização do Centro Histórico São Luís (1983-1984);

70 e 80, concentrando-se no patrimônio histórico e arquitetônico. Ele se posicionou como porta-voz da história do Maranhão, fortemente marcada por uma “ideologia de decadência” (Wagner, 2017), reconstruindo um passado economicamente e culturalmente próspero e prevendo um futuro declinante devido às mudanças na economia, além da falta de preservação da herança histórica europeia.

Contudo, com base no material utilizado para o tombamento de diversas edificações, a busca pelo registro de bens culturais se reconfigura, passando a incluir práticas, celebrações e saberes. Esse processo teve início em 2001, culminando no registro do Complexo Bumba-meu-Boi do Maranhão em 2011. Em 2007, o processo de registro do Tambor de Crioula teve início, e em 2016 foi publicado o Dossiê de Registro. Os Dossiês de registro são compilados de entrevistas, fotos, registros musicais e métodos de produção, elaborados pelo corpo técnico responsável pela documentação de registro, seguindo os parâmetros do INRC. Atualmente, a Superintendência Regional do IPHAN/MA é reconhecida na página oficial do IPHAN como focada no “registro de bens imateriais”:

O Patrimônio Cultural Imaterial é, desde 2004, objeto de ações do Iphan no Maranhão, ano em que foi iniciado o Inventário Nacional de Referências Culturais do Tambor de Crioula, que resultou, em 2007, no registro desse bem cultural maranhense. Nesse ano também foram iniciadas as primeiras ações para o registro do

coordenador Geral do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (1984-1989); membro do Conselho de Cultura do Estado do Maranhão (1989-1999); presidente do Conselho de Cultura do Estado do Maranhão (1992-1994); presidente do Conselho Estadual de Cultura do Maranhão (1993-1994), superintendente do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão (1996-2006). Até fevereiro de 2001, funcionário da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, trabalhando à disposição do Governo do Estado como Coordenador do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. A partir de 2001 ocupou cargos comissionados no âmbito da administração estadual sem vínculo empregatício. Coordenou o Programa de Preservação chamado, inicialmente de “Projeto Praia Grande” e depois “Projeto Reviver”. Em 1996, coordenou a equipe que elaborou o relatório técnico que deu origem ao dossiê apresentado à UNESCO que apresentava São Luís como capital Patrimônio Mundial. Afora alguns artigos, possui três livros publicados com os seguintes títulos: “Centro Histórico de São Luís. Patrimônio Mundial”; “Embarcações do Maranhão - Recuperação das Técnicas Construtivas Tradicionais Populares” e “Monumentos históricos do Maranhão” (Reis, 2010).

segundo bem cultural imaterial do estado: o Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão (IPHAN, 2024).

A análise a seguir se limita aos agentes que elaboraram os Dossiês do Complexo do Bumba-meu-boi e do Tambor de Crioula. Essa seleção é justificada pela atuação recente do IPHAN e pela disponibilidade dos registros online e na biblioteca do IPHAN/MA. Infelizmente, o processo de registro do Centro Histórico está arquivado na biblioteca do IPHAN do Rio de Janeiro, que estava em reforma até alguns meses atrás, impossibilitando o acesso aos documentos. Esse arquivo não está disponível digitalmente.

Cada dossiê foi elaborado por uma Comissão Técnica ligada ao IPHAN/MA e um grupo de pesquisadores contratados, que fazem parte da empresa Pró-Serviços MAR Guimarães. No total, são 19 agentes: 7 responsáveis pelo Dossiê do Tambor de Crioula e 12 pelo Dossiê do Complexo do Bumba-meu-boi.

A maioria dos agentes pesquisados tem formação na área das Ciências Humanas, com destaque para Ciências Sociais e especializações em antropologia. A maior parte da formação foi realizada na Universidade Federal do Maranhão, mas há uma circulação entre instituições nas regiões centrais do país, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual de São Paulo e Universidade de Brasília.

Gráfico 1 – Agentes e área de formação.

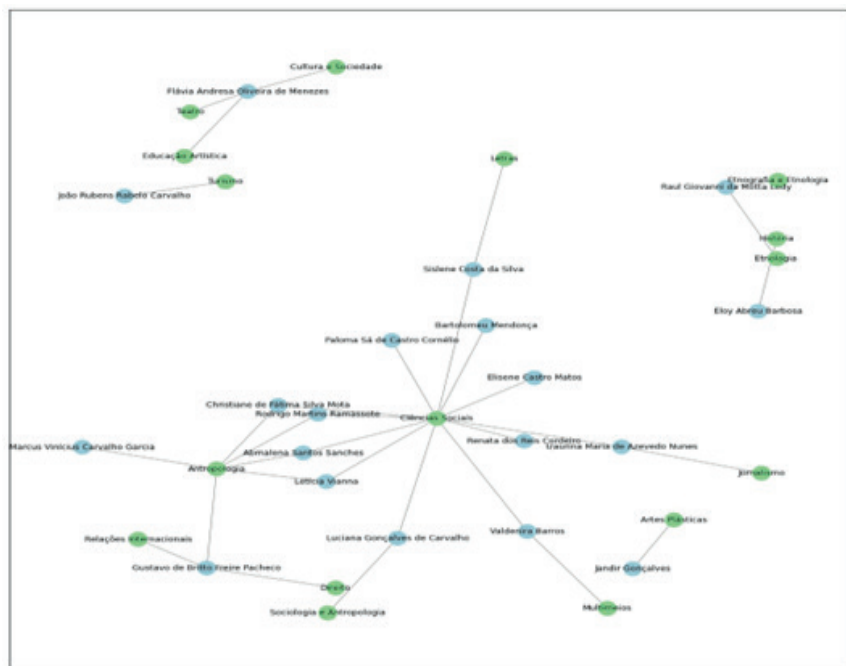
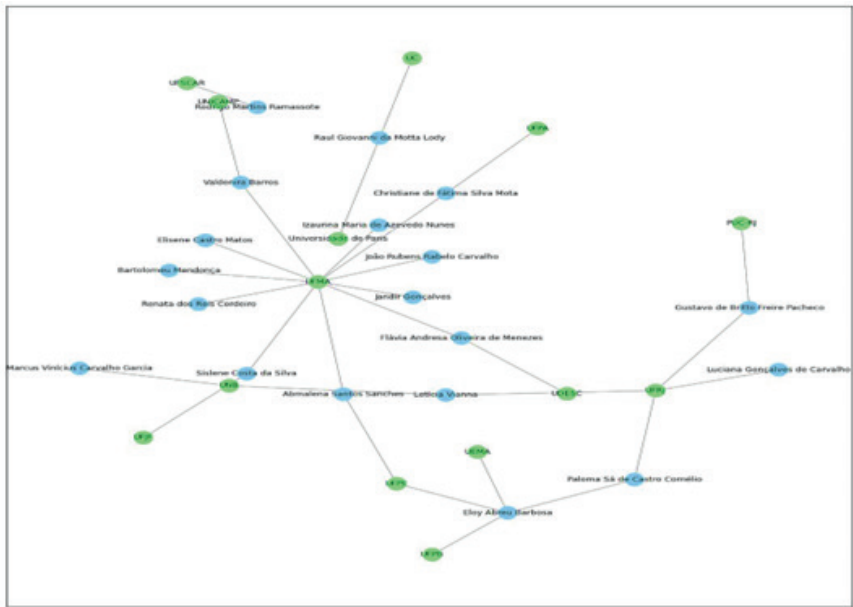


Gráfico 2 – Agentes e instituições de formação.



Outro aspecto de análise proposto para os perfis desses agentes refere-se à sua inserção em instituições culturais. Todos os agentes, em algum momento de suas trajetórias, estiveram envolvidos em alguma instância relacionada à cultura e/ou patrimônio. A maioria menciona atuação no Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) nos estados do Maranhão, Distrito Federal ou Rio de Janeiro. Além disso, alguns desenvolvem atividades acadêmicas em universidades e instituições de pesquisa, bem como no ensino regular, ocupando cargos na Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.



Vale destacar que a Comissão responsável pela elaboração do Dossiê

bros da Comissão de Pesquisa, mantendo uma relação próxima devido às pesquisas que vinha desenvolvendo sobre cultura popular.

Ambas as comissões foram supervisionadas por agentes vinculados ao IPHAN do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Dado o recente desenvolvimento do INRC, esses agentes “garantiram a correta aplicação da metodologia proposta”, supervisionando a coordenação do IPHAN/MA.

Conclusão

O processo de elaboração do patrimônio cultural como uma questão legítima evidencia a relação entre os domínios político e cultural. Isso fica claro ao examinarmos os perfis dos agentes que, nas décadas de 30 e 40, se posicionavam em defesa de uma “cultura nacional”.

Esses agentes, em sua maioria provenientes de famílias abastadas e com possibilidade de circulação internacional, estabeleceram uma rede de relações entre aqueles que ocupavam posições de destaque como políticos e/ou intelectuais da época. Esse período foi marcado por instabilidade política e expansão na criação de órgãos e instituições, com tensões em relação aos encaminhamentos políticos e às diferentes versões de cultura que deveriam ser privilegiadas.

Com a intervenção da UNESCO, o panorama mudou, dando destaque às noções de diversidade cultural, folclore e cultura popular como elementos essenciais do patrimônio brasileiro. A criação de órgãos como a Comissão Nacional de Folclore, posteriormente vinculada ao IPHAN, deu origem a uma nova geração de agentes nos anos 80 e 90, que incluíram o patrimônio imaterial na “agenda patrimonial”.

Nesse contexto, as ciências sociais desempenharam um papel de destaque, com muitos agentes tendo formação em antropologia e sociologia, além de especializações, mestrado e doutorado nessas áreas. Muitos também atuaram no IPHAN, que na época contava com uma estrutura organizacional que incluía programas de mestrado em educação patrimonial e outras formações internas, além de vínculos com universidades onde lecionavam. A produção de pareceres técnicos, artigos e registros de bens culturais era constante entre esses agentes, incentivada, financiada e publicada pelo próprio IPHAN.

Houve um esforço por parte dessas duas gerações de agentes para estabelecer normas, leis e decretos que oficializassem o conceito de cultura e patrimônio, mesmo diante da difusa e amnésica atuação do Estado. Ao mesmo tempo, desenvolveram um trabalho inventivo para determinar o que poderia ser selecionando, priorizado e preservando a memória do arbitrário.

A busca por um método e um referencial, com noções como referencial cultural e inventário, reflete um esforço coletivo para formular uma gramática comum e uma linguagem autorizada, encontrando força em um conjunto de propriedades acumuladas por seus porta-vozes, autorizados a pré-escrever o mundo social.

Tanto a dinâmica nacional quanto a local ou regional são marcadas por redes de amizades que fortalecem indicações e ocupações de cargos, mantendo uma estrutura fechada, especialmente na formação das comissões técnicas para elaboração de pareceres e dossiês. As inserções dos agentes nas mesmas instituições e a formação acadêmica e orientação compartilhadas são ligações recorrentes tanto na comissão de elaboração do INRC quanto nas equipes responsáveis pelos Dossiês do Bumba-meu-boi e do Tambor de Crioula, ambos no Maranhão.

Os perfis dos agentes locais refletem a dinâmica nacional, com agentes nas décadas de 70, 80 e 90 predominantemente formados em engenharia e história. A ênfase no patrimônio imaterial levou à inserção de agentes atuantes em outras instâncias culturais, relacionadas à cultura popular, como “especialistas da causa” para elaborar pareceres e pesquisas sobre o “patrimônio imaterial”.

Nesse sentido, a atuação dos agentes com formação em ciências sociais, principalmente em antropologia, se intensificou, juntamente com outras áreas como história, arquitetura, museologia e teatro. Analisando suas vinculações às instâncias culturais, nota-se uma forte ligação desses agentes com as mesmas instituições, como a Comissão Maranhense de Folclore e o Centro de Cultura Domingos Vieira Filho, assim como com as universidades onde se formaram, compartilhando orientações e integrando grupos de pesquisa cuja temática também contemplava, em certa medida, a questão da “cultura popular”.

Assim, enquanto intérpretes do patrimônio cultural, esses agentes, legitimados pelo acúmulo de trunfos materiais e simbólicos, bem como por uma rede de relações pessoais, se colocam como porta-vozes do patrimônio imaterial do Maranhão e do Brasil.

Referências

Bourdieu, Pierre. A força da representação. In: Bourdieu, Pierre (1996). *A Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, p.107-116.

Chuva, Márcia Regina Romeiro. (2017). Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (anos 1930-1940). 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

Corsino, Célia Maria. (2000). Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Elias, Norbert. (2001). O rei prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio. In: *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.132-159.

Gomes, Clícia Adriana Abre; Ferretti, Sergio Figueredo. (2018) A construção do folclore no Maranhão. Número speciale di Visioni LatinoAmericane, Ano X, n. 18, p.720-742.

IPHAN (2018). Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sf-gec.pdf>. Acesso em: 10 jul.2023.

IPHAN (2000). Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. IPHAN. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual do INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

Jobert, B. e Muller, P. (1987). *L'État en Action; Politiques Publiques et Corporatismes*. Paris: Presses Universitaires de France.

Lenoir, R. (1998). "Objeto Sociológico e Problema Social". In: Champagne, P., Lenoir, R., Merllié, D. e Pinto, L. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, p. 59 -106.

Maia, Tatyana de Amaral. (2010). "Cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil-militar (1967-1975). Tese de doutorado. PPGHIS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Neiburg, Frederico. (1997). Os intelectuais e a intervenção do peronismo. São Paulo: Edusp.

Neveu, Eric. (2015) *Sociologie politique des problèmes publics*. Paris: Armand Colin.

Offerlé, Michel. (1998). *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestein.

Pécaut, Daniel. (1990) Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática.

Pollak, Michael. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

Reis, Eliana Tavares dos. (2010). Em nome da “cultura”: porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. Soc. Estado, Brasília, v. 25, n. 3, p. 499-523, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v25n3/05.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

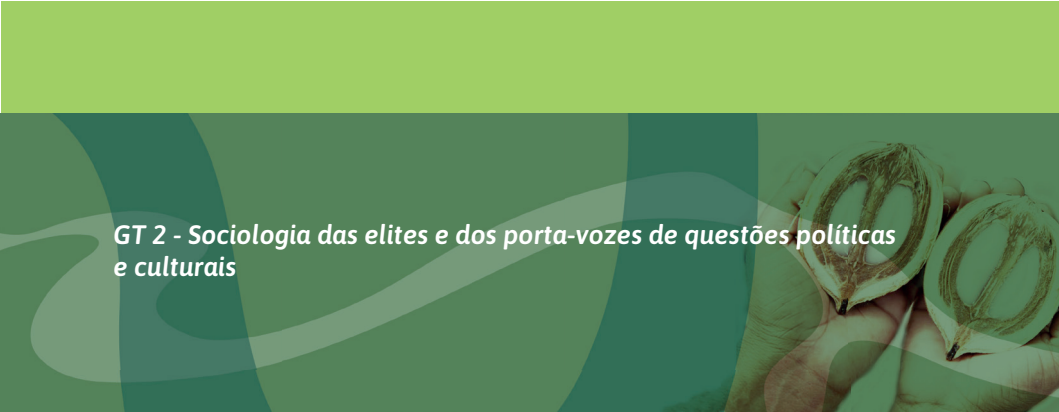
Reis Eliana T. dos; GRILL, Igor G.; (2023). Juxtapositions de logiques et de domaines culturels et politiques dans l'état du Maranhão. BRESIL(S), v.24, p1-22,2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/16438>. Acesso em: 10 mar.2024.

Sigal, Silvia. (2012) Intelectuais, cultura e política na Argentina. Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS), São Luís, v. 9, nº 17, p. 51-66, junho, 2012. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/991>. Acesso em: dez. 2023.

Vilhena I.R. (1997). Projeto e missão: O movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Fundação nacional de artes/Funarte e Fundação Getúlio Vargas/Fgv.

Wolf, Eric. (2003). Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: RIBEIRO, Gustavo Lins, Bianco, Bela Feldman (Orgs.). (2003). *Antropologia e poder*: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Ed. UnB

Wagner, Alfredo. (2017). A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Ed. Casa 8.



GT 2 - Sociologia das elites e dos porta-vozes de questões políticas e culturais

As dinâmicas regionais da representação política: o perfil dos deputados estaduais (1947-1963)¹

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda
UEMS

Introdução

O interregno de 1945-1964 é reconhecido como a primeira experiência democrática no Brasil, porém não foi suficientemente estudado, pois as análises se restringem ao âmbito federal. Há uma produção significativa sobre o funcionamento do Congresso Nacional (SANTOS, 2003; ZULINI, 2015), especialmente na comparação com o período atual (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1998; SANTOS, 2003), o recrutamento parlamentar (FLEISCHER, 1977; GRILL, 2008; GRILL; REIS, 2015; MARENCO DOS SANTOS, 1998; NEIVA; IZUMI, 2014) e, ainda, a ênfase sobre o sistema partidário (LAVAREDA, 1991; SOARES, 1973; SOUZA, 1990, entre outros). A intenção é deslocar o foco para o âmbito subnacional, tendo como objetivo principal a análise da composição das elites políticas da época.

Cabe também lembrar que o próprio arcabouço institucional que permitia uma atuação particular daqueles parlamentares. Sob a Constituição de 1946 os estados ganharam autonomia administrativa e competência legislativa. Neste período não havia tantas limitações às iniciativas dos parlamentares estaduais, que apresentaram proposições de conteúdo semelhante ao Executivo, tratando de matérias administrativa, tributária e orçamentárias. Portanto, o Legislativo e Executivo competiam pelas mesmas competências atribuídas aos estados. Com o regime militar, a atividade legislativa concentrou-se na produção de leis honoríficas e de utilidade pública (83% do total) devido às restrições institucionais. Após a Constituição de 1988, a esfera de atuação e prerrogativa de iniciativa dos deputados estaduais aproxima-se mais do regime militar do que com a Constituição 1946. Por causa da maior esfera de atuação legislativa estadual, a presente proposta circunscreve as legislaturas de 1947-1963 (TOMIO; RICCI 2012), possibilitando futuras comparações

1. Essa pesquisa está vinculada ao processo nº 2019/21369-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A escrita do artigo utilizou revisão da inteligência artificial Gemini, sob minha supervisão cuidadosa.

entre períodos democráticos e melhor entendimento de processos históricos da representação parlamentar e da democratização no Brasil.

Afinal, quais as características do perfil dos parlamentares? Diante da diversidade dos entes subnacionais, existiriam variações entre as bancadas de um estado para o outro? Com intuito analisar as características como gênero, o pertencimento a famílias políticas, a educação e a idade, estudou-se 1.152 deputados de sete estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Goiás durante quatro legislaturas (1947-1963).

O artigo está organizado em mais cinco partes. A próxima apresenta a literatura utilizada, em seguida as questões sobre a natureza e a obtenção dos dados, bem como os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na sequência, os resultados são expostos e discutidos. Por fim, as considerações finais.

O perfil e a biografia parlamentar

Estudos sobre os parlamentares foram conduzidos em diversos países, com foco no desenvolvimento histórico das elites políticas, nas características sociais dos representantes, na profissionalização política e nas diferenças regionais dentro do contexto do federalismo, entre outros aspectos. Comparar os representantes ao longo do tempo oferece um ponto de vista estratégico para compreender grandes transformações, como mudanças socioeconômicas e políticas. A análise das mudanças no perfil das elites parlamentares pode esclarecer os processos de democratização, revelando a amplitude ou a falta de abertura do sistema político para as camadas mais amplas da sociedade, bem como as transformações nas instituições governamentais (COTTA; BEST, 2007).

A literatura especializada tem destacado a assimetria entre o perfil dos legisladores e o da população em geral (OLIVEIRA, 2021). O recrutamento político segue a tendência de que os ocupantes dos cargos mais elevados na hierarquia política pertencem aos estratos mais altos da sociedade. Assim, a "representação parlamentar fornece uma imagem invertida da estrutura social" (GAXIE; 2012, p.166). As classes superiores, como produtores rurais, industriais, empresários, executivos, professo-

res e intelectuais estão sobre-representadas, enquanto as camadas médias e populares estão sub-representadas nos parlamentos. Dado que os parlamentos refletem, em certa medida, as estruturas sociais, as características políticas e sociais dos legisladores revelam as assimetrias na distribuição de poder que podem influenciar, por exemplo, a produção legislativa (SEMENOVA; EDINGER; BEST, 2013).

Um dos elementos de diferenciação entre os parlamentares e a população é a educação. O nível de instrução informa sobre o controle dos recursos, as conexões sociais, sugere onde ocorre a socialização e recrutamento (COTTA; BEST, 2007). A educação também pode ser entendida como uma forma de diferenciação social, especialmente um elemento estratégico na construção da identidade das elites. É um capital de autoridade que habilita alguém agir e atuar. Em sociedades hierarquizadas a educação contribui para a reprodução da desigualdade de acesso às posições sociais (BOURDIEU, 1986; GAXIE; GODMER, 2007). Os representantes tendem a apresentar maiores índices de escolarização que a restante da população em geral.

Outro indicador a ser investigado é a idade dos parlamentares. Quando ocorre o *debut* na política, ou seja, a idade do primeiro no cargo político revela as aspirações, principalmente se aquela é a primeira opção de carreira, uma vocação precoce é característica dos políticos profissionais. Uma entrada tardia após a consolidação em outra profissão prévia sugere que a política é um passatempo, um hobby e não a sua profissão principal (BORCHERT; ZEISS, 2003; DOGAN, 1999).

Quanto ao gênero e política, inúmeros estudos estabeleceram as limitações e não representação feminina satisfatória (ARAÚJO, 2010, entre outras). O Brasil apresenta números de representatividade eleitoral abaixo dos vizinhos da América Latina (BIROLI, 2018). Outras pesquisas analisaram a participação política de mulheres no período em questão (PINTO, 2017; PINTO; SILVEIRA, 2018; REIS, 2014). Os estudos lidam com o fato de os segmentos marginalizados não terem representação adequada nos parlamentos e demais esferas de poder.

Por fim, cumpre destacar a questão sobre as linhagens na política. Dinastias políticas, como definidas por Bourdieu (2008), referem-se à perpetuação de famílias na vida política através da mobilização de suas

redes de relações familiares. Segundo Mosca (1939), a educação para a política desde cedo concede vantagens inegáveis, especialmente em cargos decisivos com alta responsabilidade. Essa educação garante ao indivíduo o conhecimento das regras sociais específicas do meio político, evitando os equívocos comuns aos não familiarizados. Embora a competição seja teoricamente aberta a todos, na prática, a maioria da população não possui os meios para a longa preparação necessária. Além disso, a existência de contatos e relações de parentesco facilita o alcance desse objetivo, posicionando o indivíduo no lugar certo. Nesse contexto, políticos frequentemente preparam seus filhos para a carreira política e lhes passam seus nomes, garantindo a associação e transferência de capital político. Bourdieu (2011, p.204) define capital político como "um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido". Esse capital social de tipo político, adquirido em estruturas burocráticas através das redes de relacionamento familiares, permite ao detentor "assegurar [...] uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos, residências, veículos, hospitais, escolas etc.". Em casos extremos, essa apropriação pode levar à "patrimonialização dos recursos coletivos" (BOURDIEU, 2008, p. 31).

Em suma, estudar os representantes é fundamental uma vez que a representação é central nas democracias modernas. Entretanto, as pesquisas sobre o perfil e recrutamento parlamentar geralmente consideram o nível federal, o Poder Legislativo é sempre associado ao Congresso Nacional, relegando os legislativos estaduais e municipais ao total esquecimento (ANASTASIA; INÁCIO 2011). A complexidade da política subnacional apresenta lógicas próprias e particulares que deveriam ser melhor compreendidas, sobretudo é fundamental a comparação entre eles para se entender adequadamente a política de um país com dimensões continentais.

Um modo de apreender essa diversidade está no estudo Schlesinger (1966) em sua análise sobre a ambição política. Ao analisar as trajetórias para os cargos estaduais importantes (governador e senador) descobriu que o cargo de deputado estadual era uma experiência política comum e frequente, que capturava o modo como se organizam os arranjos políticos internos em cada unidade federada.

Outros pesquisadores também notaram o potencial de entender o padrão de carreiras através de análise dos deputados estaduais. O legislativo estadual é uma posição intermediária entre o local e o nacional podendo revelar circulação, pois neste âmbito pode ocorrer a entrada na política, como também constituir um trampolim para outro cargo ou um ponto de apoio até segunda ordem (BORCHERT; STOLZ, 2011b).

Recentemente as pesquisas começaram analisar os deputados estaduais, embora tenha um menor vigor se comparado aos estudos sobre o Congresso Nacional. Entre as distintas abordagens, há pesquisas sobre comportamento parlamentar (CASTRO; ANASTASIA; NUNES, 2009), as relações entre Executivo e Legislativo (NUNES, 2009; SANTOS, 2001; SILAME, 2016; TOMIO; RICCI, 2012), o sistema partidário (BOHN; PAIVA 2009; CARREIRÃO; PERONDI, 2009; MELO, 2015), o perfil parlamentar (BORDIGNON, 2017; BRAGA; NICOLÁS, 2008; CAMPOS; DUARTE, 2011; HEINZ, 2005), a conexão eleitoral (CERVI, 2009; CORRÊA; 2016; ROCHA, 2021; TOMIO; RICCI, 2009), as eleições legislativas (NETO, 2022), os estudos de percepção (FELISBINO; KERBAUY, 2013; ROCHA; COSTA, 2012), a imagem pública legislativa (FUKS, 2010) e a carreira legislativa (ANASTASIA; CORREA; NUNES, 2012; ARRUDA, 2021; SANTOS, 2012). A maioria dessas pesquisas têm a tendência de abordar o período sob a Constituição de 1988 e/ou considerando um único caso, com algumas exceções. Portanto, ainda faltam pesquisas comparando estados mostrando a transformação diacrônica dos perfis parlamentares entre 1945-1964 e demais períodos.

Desenho de pesquisa e metodologia

A composição da amostra envolveu um considerável grau de arbitrariedade, refletindo as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. Os legislativos estaduais foram escolhidos de acordo com as informações disponibilizadas pelas próprias instituições on-line, pois a coleta de dados foi feita durante a pandemia de coronavírus, impossibilitando a viagem para pesquisa de campo. Como nem todo legislativo estava organizado e/ou ofereceu acesso virtual, vários não foram inclu-

sos.² Por essa razão, nenhum estado da região Norte compõe a amostra³.

Entre os estados selecionados existe uma disparidade sobre o montante de informação oferecida. Não existe uma padronização ou a publicação oferecida pelo Congresso Nacional, pelo contrário, cada Assembleia tem sua própria organização e forma de disponibilização. É possível encontrar nos sites distintas informações sobre as legislaturas, especificamente interessavam para pesquisa informações do perfil de cada deputado estadual. Os legislativos informaram ao menos o número de mandatos na respectiva casa e o partido da maioria⁴.

Os 1.152 deputados estaduais tiveram as informações da biografia e trajetória política tabuladas ao longo de 132 variáveis que compõem o conjunto de dados levantados. Para cada parlamentar buscou-se averiguar a data de nascimento e de falecimento, a naturalidade, a filiação, nome e família da esposa(o), algum parente na política, a formação educacional, as profissões que tenha exercido, bem como todas as afiliações partidárias conhecidas. Todos os cargos exercidos foram mapeados. A quantidade de mandatos na Assembleia, os cargos partidários e os na mesa diretora também foram contabilizados. Toda a carreira posterior também foi investigada, como outros mandatos eletivos e os postos nomeados, bem como quando optaram por outra carreira, não conseguiram se reeleger ou se tiveram de deixar os mandatos eletivos e/ou militância política, caso das várias cassações políticas.

2. Por exemplo, a ALERJ fornece a partir de 1975, para momentos anteriores seria necessário o levantamento na instituição, assim como no Pernambuco, Maranhão, Sergipe etc.

3. Os estados da região são jovens, apenas o Amazonas e o Pará existiam em 1945. A Assembleia do Pará disponibilizou informações que exigiam a coleta presencial, já a do Amazonas não disponibilizou os dados.

4. ALRS disponível em < <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislaturas/tabid/3543/Default.aspx>>, ALESC disponível em < https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/legislaturas/114-4a_Legislatura>, ALECE disponível em < <https://www.al.ce.gov.br/index.php/todas-as-publicacoes-inesp/category/97-programa-editorial-do-memorial-pon-tes-neto-da-assembly-legislativa-do-estado-do-ceara>>, ALBA disponível em < <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputados-estaduais/legislatura/1>>, ALMG disponível em < https://www.almg.gov.br/deputados/conheca_deputados/?aba=-js_tabAnterior&subaba=js_tabsubOldest>, ALESP disponível em < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/legislaturas/?nomeDeputado=&idLegislatura=4>>, ALEGO disponível em < <https://publicacoes.al.go.leg.br/memorial/#legislaturas>>.

Dado que as Assembleias não forneceram toda informação solicitada, foi preciso buscar em outras instituições. Em cada realidade estadual distintos recursos estavam disponíveis⁵. Um dos principais foi o contato com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), com prefeituras e câmaras municipais. Também foi feita algumas entrevistas com os filhos dos políticos por telefone e e-mail⁶.

O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do CPDOC-FGV, as informações da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e a hemeroteca digital auxiliaram a pesquisa. Mas a informação da carreira política, na maioria das vezes, está dispersa nas bases de dados, dicionários, jornais etc. Houve muita dificuldade para precisar cargos municipais, a história política nesse nível é permeada de imprecisão e contradição nos dados públicos. Não obtive respostas de várias prefeituras e câmaras municipais, outras informam que não possuem as listas de ex-prefeitos e ex-vereadores, sobretudo da Primeira República (1889-1930) e anos 1930. Geralmente, a negligência em âmbito municipal foi corrigida pelo trabalho de pesquisa dos historiadores. Os TREs também apresentam disparidades nas informações eleitorais municipais, para algumas eleições não há dados. Assim, a informação municipal foi buscada por vários meios, entretanto, para muitos casos não foi obtida, o que constitui outro viés na amostra, acuracidade dos dados municipais.

A seleção dos indivíduos de cada legislatura teve de lidar com eleições anuladas e refeitas, partidos e mandatos cassados, substituições temporárias por suplentes e efetivação de suplentes. O critério para compor

5. Foram localizadas e contatadas: sociedades de história e letras (Centro de Estudos Histórico Geográfico Folclórico e Social 05 de maio, de Camaquã-RS, Academia de Letras de Teófilo Otoni-MG) e de genealogia (Genealogia RS - Pesquisas Teuto-Brasileiras); dicionários estaduais; hemerotecas virtuais com jornais e revistas locais; fundações de pesquisa (Fundação João Pinheiro , Fundação Pedro Calmon); centros de memória (Centro de Memórias do Oeste Mineiro, Pró-Memória de Campinas); museus (Museu Municipal de Cachoeira do Sul, Museu do Imigrante); arquivos públicos (Arquivo Histórico Arca, de Rio Casca-MG, Arquivo da Câmara de Cataguases, Arquivo Público e Histórico do Rio Grande); grupos de pesquisa (Nupers, Nudoc) etc

6. O senhor José Luís Gobbi filho do deputado Humberto Gobbi, do Rio Grande do Sul. Mauro Silper filho do deputado Fabio Antônio da Silva Pereira, de Minas Gerais. Lenora Barbo filha do deputado Manoel Demóstenes Barbo de Siqueira, de Goiás. Vereador João Pedro Azevedo, de Carazinho-RS.

a amostra foi de o parlamentar ter assumido o mandato efetivamente, ainda que tenham perdido ou renunciado ao cargo posteriormente, caso dos comunistas cassados em 1948. Isso significa que as amostras contêm mais parlamentares que o previsto nas constitucionais estaduais⁷. Além disso, também compõe a amostra os suplentes mais votados que tomaram posse, um total de 10% do número de eleitos de cada legislatura. Levando em conta que o número de cadeiras aumentou em alguns estados e as reeleições, pois cada indivíduo foi contabilizado apenas uma vez, em Goiás temos um total de 104 parlamentares, no Rio Grande do Sul de 174, em Minas Gerais de 208, em Santa Catarina 126, no Ceará 124, na Bahia de 173 e São Paulo 243 deputados. Um total de 1.152.

Sobre a educação dos parlamentares, buscou-se investigar se cursaram ensino superior ou não e se frequentaram escolas militares. Existe também um montante para o qual é desconhecida essa informação, isto porque muitas faculdades não divulgam listas ex-alunos, mesmo quando consultadas.

Os deputados estaduais de sete Assembleias

Na amostra existem políticos de trajetória relevante nos eventos autoritários a partir de 1964 e no processo de democratização que se seguiu. É composta por dois presidentes da República (João Goulart -RS e Jânio Quadros-SP), um vice-presidente (Pedro Aleixo-MG), dois primeiros-ministros (Tancredo Neves-MG, Francisco Brochado da Rocha-RS), ministros de Estado e governadores (Leonel Brizola-RS e Rondon Pacheco-MG). Presidente do Senado (Auro Moura Andrade-SP); presidente da Câmara dos Deputados (Ernesto Pereira Lopes -SP); líderes da democratização (Ulisses Guimarães-SP e Paulo Bossard-RS); políticos locais bem-sucedidos (Antônio Carlos Magalhães-BA); políticos profissionais (Bonifácio de Andrada-MG).

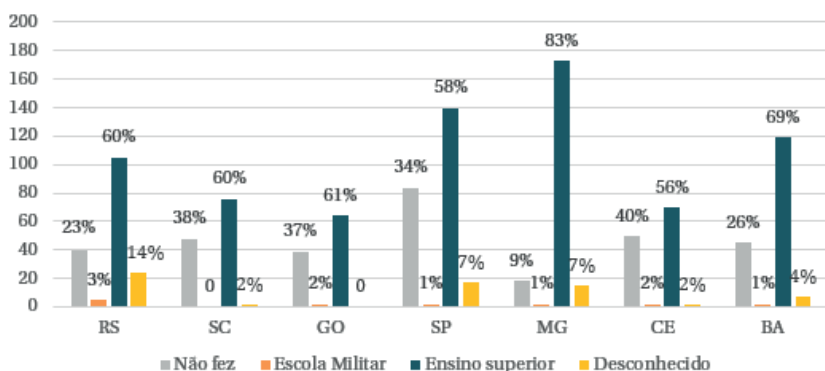
7. Cada constituição estabeleceu o número dos legisladores estaduais, em que alguns casos o número aumentou acompanhando o crescimento populacional. Em 1947, o texto definiu 32 deputados em Goiás; 55 no Rio Grande do Sul; 72 em Minas Gerais e aumentou para 74 em 1959; em Santa Catarina ocorreram aumentos na maioria das legislaturas, começou com 37 e terminou com 41; 45 no Ceará, também aumentando para 55 em 1959; 60 vagas na Bahia; e em São Paulo se iniciou com 75 e na última legislatura aumentou para 91 deputados.

No que se refere ao gênero dos representantes, apenas 9 deputadas foram eleitas no período (0,78% do total), mesmo considerando os 10% suplentes acrescidos. Entre o período considera-do, apenas Ana Oliveira elegeu-se na Bahia. Almerinda M. Arantes, Berenice T. Artiaga e Ana Braga de Queiroz elegeram-se em Goiás. Suely de Oliveira no Rio Grande do Sul. Antonieta de Barros em Santa Catarina. Zuleika Alambert, Conceição Santamaria e Tereza Delta em São Paulo. Não houve eleita em Minas Gerais e Ceará.

Quanto ao nível educacional, os parlamentares apresentaram altos índices de escolarização, conforme exposto no gráfico abaixo. A maioria dos parlamentares cursaram ensino superior em todas as Assembleias, variando entre 83% dos representantes em Minas Gerais ao total de 56% dos deputados no Ceará. Na década de 1940, todos esses estados contavam com faculdades de direito e/ou medicina, havia também a possibilidade de recorrer aos estados vizinhos para encontrar mais opções. São Paulo e Bahia abrigavam tradicionais faculdades desses cursos. Por essa razão, chama atenção que 40% dos políticos no Ceará, 38% em Santa Catarina, 37% em Goiás e 34% em São Paulo não tenham cursado. Isso pode indicar a presença de outros segmentos sociais, como operários, também empresários e comerciantes, entre outros.

Diferentemente, em Minas Gerais encontrava-se a menor taxa de parlamentares que não cursaram ensino superior, apenas 9% deles. De menor contingente são os que tiveram formação militar, atingindo 3% no Rio Grande do Sul.

Gráfico 1 – Formação educacional deputados estaduais



Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

É importante destacar que a formação educacional desconhecida reflete o nível de informação que as Assembleias disponibilizam. Os legislativos de Goiás, Santa Catarina e Ceará realizaram excelente trabalho nesse sentido. Outro caminho profícuo foi consultar as próprias faculdades, mas algumas não disponibilizaram as listas de ex-alunos⁸.

Os 1.152 parlamentares nasceram entre 1872 e 1936. 50% deles nasceu até 1910 e 75% até 1916. A maioria já faleceu, o que ocorreu em grande medida até 1983 (417 faleceram). Os dados a seguir informam a idade de entrada na política. De acordo com Dogan (1999), um político profissional tem ingresso prematuro na vida política, o que pode revelar uma vocação, enquanto uma entrada tardia pode apontar para uma incursão não vocacionada, um passatempo no campo político. Em todos estados, as médias de idades no primeiro cargo indicam que os políticos iniciaram cedo, antes dos 35 anos, expondo inclinação para a carreira política.

8. O curso de Direito da UFPE oferece excelente serviço on-line. Mas UFRGS, entre outras, não oferecem.

Tabela 1 – Idade média no primeiro cargo político.

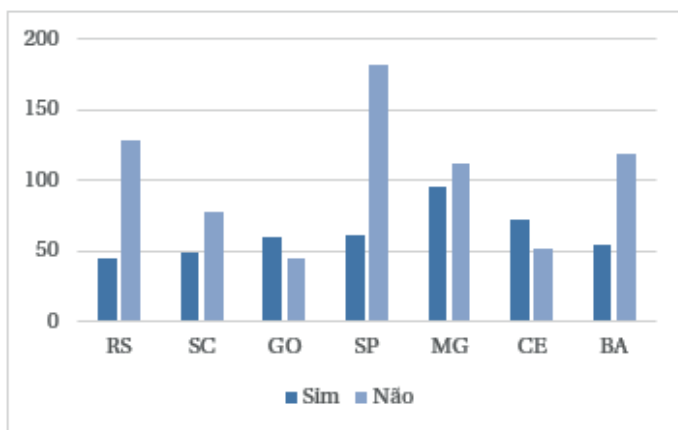
UF	Idade média no 1º cargo
RS	32,96
SC	32,65
GO	32,18
SP	33,23
MG	34,53
CE	33,3
BA	34,41

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

Cumpra verificar se os deputados pertenciam a famílias de políticos. O critério de inclusão foi considerar as dinastias políticas como um grupo com relações de parentesco que contenha mais de um indivíduo exercendo atividades políticas. O parentesco não necessariamente de sangue (casos frequentes: sogro e genro, e cunhados). Foi incluído na categoria dinastia política tanto aquele que utilizou do capital do parente como também aquele iniciou e abriu os caminhos para sua família. Em alguns casos consegui levantar nomes de políticos com mesmo sobrenome e da mesma cidade, mas não foi possível traçar o parentesco. Estes casos sem prova definitiva não foram classificados como famílias de políticos. Portanto, é plausível que o número de dinastias seja maior que o apurado.

Além disso, é possível que o político pertença a uma dinastia e não necessariamente tenha se apoiado no capital do parente, é o caso de parlamentares que concorreram em partidos rivais. Igualmente, é preciso lembrar que nascer em uma família de políticos não é garantia absoluta de longa carreira política, já que nem todos conseguem ser bem-sucedidos (ARRUDA, 2019).

Gráfico 2 – Possui parentes na política?



Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

Como as casas legislativas não fornecem a mesma qualidade de informação sobre os parlamentares, é possível que não tenha captado todos os parentescos. Minas Gerais se destaca pelas famílias políticas, os Pinheiro, os Andradas e os Neves. Dinastias longevas e ainda presentes o Congresso Nacional, como os deputados Aécio Neves⁹, neto de Tancredo Neves, e Lafayette de Andrada¹⁰, filho do deputado Bonifácio de Andrada. Mas isso pode ser devido ao excelente trabalho realizado no dicionário da elite política mineira (MONTEIRO, 1994a, 1994b). Mesma situação em Goiás e Ceará, na qual a organização dos dados pelas Assembleias legislativas foram de extrema importância para pesquisa (CAMPOS; DUARTE, 2011; MALCE, 2017).

Outras dimensões podem ser consideradas a fim de capturar mudanças na representação política. Além de considerar o gênero dos representantes, buscou-se por parlamentares sabidamente declarados preta(o)s, e deputada(o)s comunistas.

9. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/deputados/74646>> Acesso em 16/04/2024.

10. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/deputados/98057/biografia>> Acesso em 16/04/2024.

Tabela 2 – Composição social das Assembleias 1947-1963

Parlamentares	RS	SC	SP	MG	CE	BA	GO
Mulheres	1	1	3	0	0	1	3
Pretas e Pretos	2	1	0	0	0	1	0
Comunistas	3	0	12	0	2	2	3
Total	174	126	243	208	124	173	104

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes

Analisando a composição social das Assembleias é possível perceber que os descendentes de imigrantes foram incorporados ao mundo político mais que as mulheres e as pessoas pretas. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina é frequente a eleição de descendentes de italianos, alemães, entre outros. Na Bahia, Minas Gerais e Ceará predominam os homens brancos descendentes de ibéricos. Em São Paulo encontramos descendentes de libaneses (Miguel Jorge Nicolau, Bady Bassitt, Salomão Pedro Jorge) e japoneses (Yukishigue Tàmura).

Parlamentares identificados como pretos e pretas são raros de se localizar. Isso pode ser um reflexo da falta de consideração da questão por parte das Assembleias, também de localização da informação em outros meios, como TREs, entre outros. No Rio Grande do Sul, Waldemar Rodrigues da Silva foi ferroviário, comunista, militante do movimento negro, pertenceu ao Movimento Democrático Brasileiro -MDB na democratização. E o deputado Carlos da Silva Santos, que foi jornalista, advogado, pertenceu ao Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, MDB e Partido Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, também deputado federal. De Santa Catarina, a primeira parlamentar negra, a professora, escritora, jornalista Antonieta de Barros¹¹. Na Bahia, pesquisadores apontaram que o líder sindical Inácio Dias de Sousa era negro (SOUZA, 2015).

Enquanto os parlamentares comunistas informam sobre um importante elemento de um sistema político, em que medida os opositores competem em condições igualitárias com a situação (O'DONNELL,

11. Disponível em < https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonietta_de_Barros > Acesso em 16/04/2024.

1999). Pela primeira vez no país o resultado das eleições era imprevisível e os opositores poderiam se eleger (BETHEL, 2000)¹². A eleição dos comunistas também expõe o grau de organização do partido em determinado estado, já que a democratização ocorreu em 1945 e as eleições estaduais em 19 de janeiro de 1947. Também é preciso ponderar que nos anos 1960 o número de partidos cresceu nas Assembleias, assim como a representação daqueles vinculados às pautas trabalhistas. Novamente, Minas Gerais não elegeu nenhum comunista, nem Santa Catarina, enquanto São Paulo atingiu a maior bancada comunista, entre eles, operários, ferroviários e intelectuais como Caio Prado Júnior e a feminista Zuleika Alambert.

Portanto, apesar do nível estadual se mostrar aberto aos descendentes de imigrantes, o mesmo não aconteceu para a representação de mulheres e pessoas pretas. Essa hipótese inicial do estudo não se confirmou.

Considerações Finais.

A representação política, pilar fundamental das democracias modernas, revela-se como um espelho da sociedade, evidenciando a abertura ou o fechamento do sistema político aos diversos segmentos sociais. Através da análise longitudinal do perfil dos deputados estaduais brasileiros entre 1947 e 1963, este estudo desvenda uma trajetória complexa, marcada por lentas aberturas e persistentes exclusões.

Ao mergulharmos nas características dos 1.152 deputados de sete estados distintos (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Goiás), encontramos um cenário marcado pela predominância masculina, branca e de alta escolaridade, com forte presença de famílias políticas.

Embora os resultados indiquem uma lenta abertura na representação política subnacional ao longo das quatro legislaturas analisadas, a exclusão de mulheres, negros e outros grupos minoritários permanece como um desafio persistente. As disparidades entre os estados também

12. Embora entre 1932 e 1934 isso tenha ocorrido, especialmente no Sudeste, a participação de opositores não foi permitida no pleito de 1932 (ARRUDA, 2019).

se configuram como um ponto crucial. Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás apresentaram bancadas mais inclusivas em comparação com Minas Gerais, Bahia, Ceará e Santa Catarina, evidenciando as diferentes realidades políticas e sociais do Brasil.

Ao desvendar o perfil dos deputados estaduais, este estudo contribui para a compreensão da dinâmica da representação política no Brasil, lançando luz sobre os avanços e desafios que moldam a trajetória da nossa democracia.

Para além dos resultados apresentados, este estudo abre portas para futuras pesquisas que explorem com mais profundidade as diversas nuances do perfil dos parlamentares, aprofundando a análise de aspectos como a origem social, a trajetória profissional e a ideologia política.

Ao compreendermos quem são os nossos representantes e como eles se inserem no cenário político, podemos fortalecer a democracia e construir uma sociedade mais justa e representativa. Em suma, este estudo traça um retrato do perfil dos deputados estaduais brasileiros entre 1947 e 1963, revelando uma complexa trajetória marcada por lentas aberturas e persistentes exclusões. A compreensão desses elementos é fundamental para o aprofundamento da democracia e a construção de uma sociedade mais justa e representativa.

Referências

ANASTASIA, F.; CORREA, I.; NUNES, F. Caminhos, veredas e atalhos: Legislativos estaduais e trajetórias políticas. Em: *O LEGISLATIVO BRASILEIRO: FUNCIONAMENTO, COMPOSIÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA*. Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social. Brasília: Meneguello, Rachel, 2012. p. 95–122.

ANASTASIA, F.; INÁCIO, M. Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades 1. *Cadernos ASLEGIS*, p. 33–54, 2011.

ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, p. 567–584, ago. 2010.

ARRUDA, L. R. V. *ELITES POLÍTICAS DE MATO GROSSO: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*. Larissa Rodrigues Vacari de Arruda. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2019.

ARRUDA, L. R. V. AS DINASTIAS POLÍTICAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (1947-1963) 1. *Revista NEP -Núcleo de Estudos Para-naenses*, Curitiba, v. 7, n. 2, 1 jan. 2021.

BETHEL, LESLIE. Politics in Brazil: From Elections without Democracy to Democracy without Citizenship. *Daedalus*, v. 129, n. 2, p. 1-27, 2000.

BIROLI, F. *Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil* | *Amazon.com.br*. Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/G%C3%AAnero-Desigualdades-Limites-Democracia-Brasil/dp/8575596047>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BOHN, S. R.; PAIVA, D. Avolatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, p. 187-208, jun. 2009.

BORCHERT, J.; STOLZ, K. German political careers: The state level as an arena in its Own Right? *Regional and Federal Studies*, v. 21, n. 2, p. 205-222, 2011b.

BORCHERT, J.; ZEISS, J. *The Political Class in Advanced Democracies*. Oxford New York: Oxford University Press, 2003.

BORDIGNON, R. D. R. Recrutamento e modalidades de entrada na carreira política: candidatos aos cargos legislativos no Rio Grande do Sul (1998 - 2006). *Política & Sociedade*, v. 16, n. 35, p. 351, 2017.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas sobre a Teoria de Ação*. Campinas: Papirus Editora, 2008.

BOURDIEU, P. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. na 5, p. 193-216, 2011.

BRAGA, S. S.; NICOLÁS, M. A. Prosopografia a partir da Web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Rev. Sociol. Polít.*, v. 16, p. 107-130, 2008.

CAMPOS, F. I.; DUARTE, A. T. *O Legislativo em Goiás*. Goiânia: Editora Assembleia, 2011.

CARREIRÃO, Y. DE S.; PERONDI, E. *Na Assembléia Legislativa De Santa Catarina (1999-2006)*. v. 24, 2009.

CASTRO, M. M. M.; ANASTASIA, F.; NUNES, F. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais Brasileiros. *Dados*, v. 52, n. 4, p. 961-1001, 2009.

CERVI, E. U. Produção legislativa e conexão eleitoral na assembléia legislativa do estado do Paraná. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, p. 159-177, fev. 2009.

CORRÊA, F. S. *O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil*. Tese de doutorado—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

COTTA, MAURIZIO.; BEST, HEINRICH. Parliamentary representatives from early democratization to the age of consolidated democracy: national variations and international convergence in a long-term perspective. Em: *Democratic Representation in Europe: Diversity, Change, and Convergence*. [s.l.] Oxford University Press, 2007. p. 1-26.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. Em: OFFERLÉ M. (Ed.). *La profession politique: XIXe-XXe siècles*. [s.l.: s.n.]. p. 171-199.

FELISBINO, R. DE A.; KERBAUY, M. T. M. Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paranaense. *OPINIÃO PÚBLICA*, v. 19, n. 01, p. 154-167, 2013.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Relação Executivo-Legislativo no Presidencialismo Multipartidário: os regimes de 46 e 88*. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Outubro de 1998. *Anais...Caxambu*: ANPOCS, 1998.

FLEISCHER, D. A re-democratização em Minas: recrutamento à Assembleia Legislativa, 1947-1977. *Cadernos do DCP (UFMG)*, v. 4, 1977.

FUKS, M. Más notícias: a cobertura do Jornal Estado de Minas e a imagem pública da assembléia legislativa de Minas Gerais (1999-2003). *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, p. 257-276, jun. 2010.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, p. 165-208, 2012.

GRILL, I. G. Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande Do Sul E No Maranhão. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, 2008.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. A universidade como um “viveiro” de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política s. *Repocs*, v. 12, n. 23, 2015.

HEINZ, F. (ORG.). O Parlamento em Tempos Interessantes. v. III, p. 108, 2005.

LAVAREDA, ANTÔNIO. *A Democracia nas Urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964*. Rio de Janeiro: [s.n.].

MALCE, M. D. P. N.-M. *OS CONSTITUINTES DE 1947*. Fortaleza, 2017. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/paginas/memorial-deputado-pon-tes-neto-malce>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MARENCO DOS SANTOS, A. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

MELO, C. R. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. *Opinião Publica*, v. 21, n. 2, p. 365-392, 2015.

MONTEIRO, N. DE G. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais., 1994a.

MONTEIRO, N. DE G. *Dicionário Biográfico de Minas Gerais. Período Republicano 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais., 1994b.

MOSCA, G. *The Ruling Class. (Elementi di Scienza Politico)*. New York and London: McGraw-Hill Book Company, INC, 1939.

NEIVA, P.; IZUMI, M. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 84, p. 165-188, 2014.

NETO, J. V. G. “Se você é jovem ainda”: análise sobre os candidatos jovens nas eleições proporcionais de 2018 no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, p. e009, 18 jul. 2022.

NUNES, F. What is more efficient to obtain parliamentary support ? The Executive- Legislative relationship in 12 State Assemblies. p. 1-22, 2009.

O'DONNELL, G. Teoria democrática e política comparada. *Dados*, v. 42, p. 577-654, 1999.

OLIVEIRA, R. U. I. Vícios ou virtudes? Uma reflexão sobre o conceito de profissionalização da política. *Análise Social*, v. 56, n. 2 (239), p. 214-241, 2021.

PINTO, C. R. J. Elas não ficaram em casa. As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia Historia*, v. 33, n. 62, p. 459-490, 2017.

PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). *Opinião Pública*, v. 24, p. 178-208, abr. 2018.

REIS, E. T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *cadernos pagu*, v. 43, 2014.

ROCHA, C. V. “Conexão Eleitoral”, geografia do voto e produção legislativa: um estudo de caso. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 581–604, 12 maio 2021.

ROCHA, M. M.; COSTA, A. Percepções dos deputados estaduais sobre o sistema de comissões das Assembleias Estaduais brasileiras. *OPINIÃO PÚBLICA*, v. 18, n. no 2, p. 278–308, 2012.

SANTOS, W. G. DOS. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. [s.l.] UFMG, 2003a.

SANTOS, F. *Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. FGV Editora, , 2001.

SANTOS, F. Poder de atração, complexidade institucional e processo decisório: análise comparada de Assembleias Legislativas no Brasil. Em: *O LEGISLATIVO BRASILEIRO: FUNCIONAMENTO, COMPOSIÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA*. Brasília: [s.n.]. p. 123–156.

SANTOS, F. G. M. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. [s.l.] Editora UFMG, 2003b.

SCHLESINGER, J. A. *Ambition and Politics: Political Careers in United States*. Chicago: Rand McNally & Company, 1966.

SEMENOVA, E.; EDINGER, M.; BEST, H. *Parliamentary elites in central and Eastern Europe: Recruitment and representation*. [s.l: s.n.].

SILAME, T. R. *Diálogos sobre o “ultrapresidencialismo” estadual: dos condicionantes políticos do sucesso legislativo dos governadores brasileiros*. Tese de doutorado—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SOARES, G. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: [s.n.].

SOUZA, M. DO C. C. DE. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

SOUZA, E. A. O. *TRABALHO, POLÍTICA E CIDADANIA: TRABALHADORES, SINDICATOS E LUTA POR DIREITOS (BAHIA, 1945-1950)*. Tese de doutorado—FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2015.

TOMIO, F.; RICCI, P. A conexão eleitoral no contexto das assembleias legislativas estaduais brasileiras: mito ou realidade ? *Lasa 2009 Congress of Latin American Studies Association*, v. Rio de Jan, p. 1–21, 2009.

TOMIO, F.; RICCI, P. Seis décadas de processo legislativo estadual: processo decisório e relações Executivo/ Legislativo nos Estados (1951-2010). *CADERNOS da Escola do Legislativo*, v. 13, n. 21, 2012a.

TOMIO, F.; RICCI, P. O governo estadual na experiência política Brasileira: Os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, p. 193-217, 2012b.

ZULINI, J. P. Facciosismo, Rachas Intrapartidários e Capacidade Decisória na Democracia Brasileira de 1946. *Dados*, v. 58, n. 4, p. 1017-1056, 2015.

**GT2 - Sociologia das elites e dos porta-vozes de questões
políticas e culturais**



Um perfil sociográfico da magistratura sergipana: da década de 1930 aos dias atuais

Fagner Dos Santos Bomfim
UFS

Fernanda Rios Petrarca
UFS

Arthur Ives Nudes de Mota Lima
UFS

Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar os dados sociográficos referentes a um conjunto de informações dentre as quais se situam: origem social, origem geográfica e formação universitária dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) no período que compreende a década de 1930 até os dias atuais. Trata-se de apreender, a partir destas informações, as principais mudanças longitudinais no perfil da elite jurídica estadual sergipana e sua relação com os períodos sócio-históricos considerados¹.

Dentre os principais desafios de uma análise que visa medir as características sociais de um grupo está o estabelecimento de padrões que permitam fazer comparações a longo prazo e identificar as transformações mais significativas. Para isso consideramos os seguintes períodos políticos brasileiros: Estado Novo (1937-1945); Período Democrático (1946-1964); Ditadura Militar (1965-1985) e; Redemocratização (1986 em diante). Nesse sentido, situando os dados a partir dos períodos mencionados, é possível apreender em que momentos ocorreram as principais mudanças e como elas estão associadas aos contextos políticos.

Importa situar que a história de formação da magistratura estadual e do Poder Judiciário está relacionada às condições de formação da República brasileira. A Primeira República, ou República Velha, como ficou conhecida, e a Segunda República não só possibilitaram a formação de uma nova estrutura do poder judiciário, modificando-o completamente, como permitiram que este ocupasse um lugar importante na relação com os outros poderes. É nesse momento que se consolida a Justiça Federal e as Justiças Estaduais.

Essa última está estruturada em dois graus de jurisdição: i) a primeira instância: composta de juízes de direito distribuídos por comarcas municipais; ii) a segunda instância: composta de desembargadores

1. Parte deste material foi originalmente explorado em Petrarca & Nunes, 2021.

que atuam nos tribunais superiores e dentre as competências está a de revisar os recursos das decisões do primeiro grau. Neste artigo será centralizado, especificamente, o recorte referente à segunda instância de justiça, o topo da magistratura do ponto de vista da justiça estadual, os desembargadores.

Apesar de uma série de transformações terem garantido maior autonomia à magistratura, as crises políticas, a fragilidade dos acordos políticos firmados e a instabilidade institucional da nascente República contribuíram para as oscilações na autonomia desse poder, garantindo aos agrupamentos políticos – muitos deles oriundos do Império – a capacidade de definir os critérios de recrutamento dos magistrados. Isso tornou a justiça uma aliada importante e um recurso fundamental das oligarquias estaduais, reforçando seu papel no jogo político.

A terceira República instaurada pelo Estado Novo, em 1937, constituiu mais um elemento a abalar a já frágil independência da justiça. A Constituição de 1937 conferiu ao executivo amplos poderes para legislar por meio de decretos-leis, tornando o judiciário e o legislativo a ele subordinados. Esse período representou um governo centralizador e autoritário, limitando os poderes das justiças em âmbito federal e nos estados da federação.

No âmbito da política estadual, o Estado Novo recriou os interventores estaduais com duas finalidades: a primeira tratava-se de conter o avanço das lideranças associadas ao modelo oligárquico; a segunda tinha por objetivo ampliar a ascensão de novas lideranças regionais. As interventorias funcionaram agregando facções regionais com vistas a manter a representação das elites políticas regionais (Codato, 2013). Algumas lideranças estaduais souberam explorar esse momento se reestruturando no jogo político. No campo da justiça, ao mesmo tempo em que o judiciário se mantinha subordinado ao executivo, pôde-se observar a sua ampliação e expansão, como a implantação das justiças especializadas. É nesse contexto que nasce, por exemplo, a justiça do trabalho² (Morel; Pessanha, 2007).

O processo de redemocratização a partir de 1946 concedeu condições para que esse poder funcionasse com maior autonomia, assegurando

2. Apesar da instalação da justiça do trabalho em 1941, ela só foi atrelada ao poder judiciário com a Constituição de 1946.

do uma magistratura independente. Entretanto, com o período militar (1964-1985), o judiciário voltou novamente a perder sua recente autonomia destacando-se como mero apêndice para o executivo, perdendo importância para a justiça militar. O Ato Institucional número 5 (AI-5) conferiu poderes ilimitados ao chefe do executivo e, tal como no Estado Novo, esse tinha o poder para admitir, demitir e aposentar os magistrados. Os tribunais, estaduais e federais, foram colocados na dependência do poder executivo. E os tribunais militares se mantiveram acima dos tribunais judiciários.

A redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988 garantiram ao judiciário a sua autonomia e independência permitindo a reconfiguração do sistema de justiça. Esse momento pode ser definido como o “ponto de inflexão”, representando uma mudança significativa no papel do judiciário como protagonista nas diversas áreas na vida pública. A Constituição de 1988 conferiu ao judiciário, à Advocacia Geral da União (AGU), ao Ministério Público (MP), assim como à Defensoria Pública, às polícias, aos advogados e a todos os operadores do direito, plena autonomia no trato não só das questões jurídicas, mas também nas questões públicas (Sadek, 2010).

Diante disso, o exame do perfil da magistratura precisa estar associado ao contexto político, já que a dinâmica e a configuração do poder exerceram impacto na estruturação da justiça, seja ela em âmbito federal, seja ela em âmbito estadual. Para dar conta dessas questões, este artigo está dividido em dois momentos principais.

Na primeira parte analisaremos os dados objetivos produzidos pelo banco de dados sobre Elites Jurídicas em Sergipe com o intuito de compreender a distribuição sociográfica dos desembargadores tendo em vista os períodos considerados. Na segunda parte tomamos um caso como exemplo de como em diferentes contextos políticos as conexões entre os laços de origem familiar, as redes políticas e a ascensão ao judiciário permitem compreender como os recursos sociais significativos para a investidura do cargo de desembargador - ao longo do tempo - mantêm sua valorização e aqueles que tendem a perder sua importância para o acesso a posições dirigentes no âmbito do judiciário.

Distribuição sociográfica por períodos

Para analisar a distribuição sociográfica dos desembargadores nossa principal fonte de dados consistiu em informações disponíveis nos principais espaços de consagração do grupo, como o Dicionário Bibliográfico de Sergipe (Guaraná, 1925) e o Memorial do Judiciário de Sergipe. Um dos principais problemas que enfrentamos ao partir dessas fontes é a carência de informações padronizadas que nos permitissem medir a distribuição. Os dados, por exemplo, a respeito da profissão do pai e/ou da mãe - que nos permitem analisar a posição social de origem - são raros e atingem em geral a população dos magistrados mais históricos, situados em geral no período que compreende da República Velha até o Estado Novo.

Para a geração que assumiu esse posto a partir da redemocratização, em 1985, esse dado é praticamente inexistente nas fontes oficiais. Essa dificuldade das instituições em divulgarem elementos biográficos dos seus membros como parte da sua história ainda é muito raro em instituições brasileiras e, em especial, em Sergipe. Isso dificulta o trabalho de pesquisa fazendo com que seja necessário recobrir a informação considerando múltiplas fontes. Em muitos casos, os dados sequer estão registrados. Com o intuito de obter o maior número de informações possíveis, nos valem de um conjunto de dados dispersos em monografias, dissertações e teses sobre a história de Sergipe.

Nossa primeira caracterização sociográfica diz respeito à análise da origem geográfica dos desembargadores. A partir do local de nascimento foi possível identificar as regiões que mais contribuíram e que estavam mais predispostas para formação da liderança jurídica. Como vemos na tabela abaixo, os desembargadores são predominantemente sergipanos, correspondendo a 93,8%, e do interior do estado, com 76,9%.

Tabela I – Distribuição Geográfica - Estado

1937-1945	Período em que se tornou desembargador				Total
	1946-1964	1965-1985	1986		
Sergipe	9	9	13	30	61
Bahia	1	1	1	0	3
Alagoas	0	0	0	1	1
Total	10	10	14	31	65

Fonte: Banco de dados dos autores.

Tabela II – Distribuição Geográfica - Sergipe

1937-1945	Período em que se tornou desembargador				Total
	1946-1964	1965-1985	1986		
Capital	0	3	0	12	15
Interior	10	7	14	19	50
Total	10	10	14	31	65

Fonte: Banco de dados dos autores.

Tais dados precisam ainda estar relacionados com duas outras informações: primeiro há uma mudança significativa, sobretudo a partir de 1986, no local de origem dos bacharéis, com crescente valorização daqueles que se deslocavam não mais a partir do interior de Sergipe, mas da capital Aracaju. Segundo, há uma transformação econômica no estado que alterou as formas de recrutamento das elites jurídicas.

Uma tabela mais detalhada acerca da distribuição dos desembargadores por municípios sergipanos nos permite identificar as mudanças internas na distribuição no estado.

Tabela III – Distribuição por Municípios de Sergipe

1937-1945	Período em que se tornou desembargador				Total
	1946-1964	1965-1985	1986		
Aracaju	0	2	0	12	14
Araújo	2	0	0	0	2
Boquim	0	0	0	3	3
Brejo Grande	0	0	1	0	1
Canindé do São Francisco	0	1	0	0	1
Capela	0	1	2	0	3
Cristinápolis	1	0	0	0	1
Estância	1	0	1	2	4
Frei Paulo	0	0	0	1	1
Itabaiana	1	0	0	2	3
Japaratuba	0	1	1	0	2
Lagarto	2	0	0	1	3
Laranjeiras	0	0	1	1	2
Maruim	0	1	0	1	2
Neópolis	0	0	0	1	1
Pinhão	0	0	0	1	1
Porto da Folha	1	0	0	1	2
Propriá	0	1	1	1	3
Riachão do Dantas	1	0	0	0	1
Riachuelo	0	0	3	1	4
Ribeirópolis	0	0	0	1	1
Rosário do Catete	0	0	1	0	1
Simão Dias	0	2	1	1	4
Tobias Barreto	0	0	1	0	1
Total	10	9	13	30	61

Fonte: Banco de dados dos autores.

Os desembargadores que ascendem ao judiciário até 1985 são predominantemente oriundos das regiões onde se concentravam os engenhos e, posteriormente, as usinas e isso incluía os municípios de Ma-

ruim, Riachuelo, Rosário do Catete, Estância, Laranjeiras, dentre outros. Esses municípios foram também até o início do século XX importantes centros econômicos, políticos e culturais do estado. Conforme o quadro acima, é a partir de 1986 que se observam os movimentos mais bruscos de diversificação das origens geográficas. É possível identificar uma diminuição significativa dos nascidos nas regiões tradicionais do estado e um aumento dos oriundos da capital e de outras cidades situadas no sertão sergipano, como Porto da Folha, Frei Paulo, Pinhão, Ribeirópolis; no agreste do estado, como Itabaiana e, ainda, no baixo São Francisco, como Neópolis.

A diferenciação econômica e o processo de urbanização no estado podem ser observados a partir da década de 1940 com o progressivo declínio e decadência da sociedade rural litorânea e a emergência das fábricas de tecido, da indústria, do comércio e o crescimento da máquina estatal na capital (Dantas, 2004a). Tais condições contribuíram para colocar a cidade de Aracaju, paulatinamente, como o centro produtivo do estado e não mais seu interior.

Essas transformações que foram se intensificando nas décadas subsequentes modificaram a atividade econômica dos pais dos bacharéis, como se observará mais adiante, alternando as origens sociais desse grupo e conduzindo a emergência de comerciantes, profissionais liberais, funcionários do Estado. Como o processo de urbanização do estado é recente, uma vez que até a década de 1960 era eminentemente agrário, as elites profissionais se originavam fundamentalmente do interior. Nessas condições, as regiões econômica e politicamente mais ativas estavam mais propensas à formação das elites jurídicas dirigentes.

No tocante à posição social de origem, partimos exclusivamente da profissão do pai como um dos principais indicadores já que é inexistente o registro de informações a respeito das gerações precedentes. Um recuo maior em termos geracionais nos permitiria construir um quadro mais completo sobre a posição social e a trajetória do grupo familiar. Uma das dificuldades de cobertura dessa variável diz respeito à escassez de informações disponíveis sobre o passado social dos desembargadores. Tal escassez atinge, sobretudo, as gerações mais recentes, que tomaram posse no cargo a partir de 1986, uma vez que as instâncias de consa-

gração priorizam dados associados ao perfil profissional em detrimento daqueles relacionados à origem social, como profissão do pai e da mãe e formação escolar dos pais.

Tabela IV – Profissão do Pai

1937-1945	Período em que se tornou desembargador				Total
	1946-1964	1965-1985	1986		
Militar	0	0	0	1	1
Médico	0	0	2	0	2
Magistrado	1	0	0	3	4
Político	1	0	0	0	1
Jornalista	0	1	1	0	2
Comerciante	0	1	1	0	2
Professor	0	0	1	0	1
Usineiro	0	0	2	0	2
Proprietário Rural	5	2	4	0	11
Feirante	1	0	0	0	1
Funcionário Público	0	0	0	3	3
Tabelião	0	0	1	0	1
Não informa	2	6	2	24	34
Total	10	10	14	31	65

Fonte: Banco de dados dos autores.

Contudo, apesar da fragilidade desse dado, uma vez que conseguimos cobrir aproximadamente 48% do universo analisado, é possível identificar algumas continuidades e variações. Como mostra o quadro acima, tratados em conjunto é possível afirmar que os desembargadores eram recrutados dentro das frações mais elevadas da sociedade sergipana, com predomínio da atividade de proprietário rural, médico e magistrado. Vale destacar que muitos desses proprietários rurais eram ao

mesmo tempo lideranças políticas nos municípios, concentrando ainda os títulos acadêmicos de médico e bacharel. Essa posição de origem sofre suave transformação, apresentando alguma diversificação a partir de meados dos anos 1965 com o desenvolvimento de outras atividades, como jornalista, comerciante, professor, tabelião e funcionário público.

No que diz respeito ao local de formação profissional, os dados abaixo demonstram uma concentração da formação acadêmica até 1965-1985 no curso de direito da Universidade Federal da Bahia. Essa última adquiriu peso significativo para formação da magistratura estadual ao longo do século XX devido à proximidade com Sergipe. Ela só vai perder força a partir de 1986 com a consolidação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Fundado em 1950, foi somente a partir de 1968 que o curso foi integrado à Universidade Federal do estado.

Tabela V – Formação Acadêmica

	Período em que se tornou desembargador				
	1937-1945	1946-1964	1965-1985	1986	Total
Universidade Federal de Sergipe	0	0	5	24	29
Universidade Federal da Bahia	7	6	6	1	20
Universidade Federal de Pernambuco	1	0	3	1	5
Faculdade Braz Cubas	0	0	0	1	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	0	3	0	1	4
Universidade Católica de Pernambuco	0	0	0	1	1
Universidade Federal do Ceará	0	1	0	0	1
Universidade Federal de Alagoas	0	0	0	2	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	0	0	0	1
Não informa	1	0	0	0	1
Total	10	10	14	31	65

Fonte: Banco de dados dos autores.

Apesar de ter ocorrido alguma diversificação, sobretudo a partir de 1946, no que diz respeito aos espaços de formação, a ascensão ao topo da magistratura estadual continua atrelada aos principais centros de formação da região, como a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal da Bahia e do país como a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Universidade Federal de Sergipe passa a exercer uma liderança a partir de 1986 como polo formador, tornando-se não somente um espaço privilegiado de treinamento e formação, mas também um recurso de socialização permitindo o fortalecimento de laços, estabelecimento de vínculos e a constituição de redes profissionais. Com base nisso podemos afirmar que se no passado a Faculdade de Direito da Bahia desempenhou lugar central nas experiências da elite jurídica estadual, agora é a Universidade de Sergipe que ocupa esse papel na promoção para a segunda instância e na formação de um *ethos* jurídico próprio. Uma das consequências disso é a sua valorização como celeiro de formação e socialização dos grupos dirigentes no estado.

As variáveis expressas abaixo permitem apreender três características associadas à experiência profissional: área da primeira atuação; engajamento em instâncias de representação profissional e; o exercício da docência universitária.

Tabela VI – Primeira Área de Atuação Profissional

	Período em que se tornou desembargador				Total
	1937-1945	1946-1964	1965-1985	1986	
Promotor	7	7	5	4	23
Estagiário de direito	0	0	0	2	2
Juiz	3	3	4	4	14
Delegado	0	0	1	0	1
Escrevente	0	0	1	0	1
Advogado	0	0	3	14	17
Comissário e Assessor Jurídico	0	0	0	2	2
Técnico Judiciário	0	0	0	1	1

Defensor Público	0	0	0	1	1
Não Informa	0	0	0	3	3
Total	10	10	14	31	65

Fonte: Banco de dados dos autores.

A tabela acima traz um dado significativo: o peso que passa a desempenhar o exercício da advocacia, dentro do mundo do direito, para a aquisição de habilidades e competências profissionalmente reconhecidas. Com base nesses dados, é possível identificar dois marcadores importantes. De um lado, nos períodos anteriores a 1985, a importância do direito público – expresso na figura do promotor e do juiz – para a ascensão profissional. Tal função destacava-se por formar uma expertise jurídica voltada a um “saber de Estado”. E isso se tornou um trunfo fundamental para a chegada a segunda instância. De outro lado, a partir de 1986 a crescente valorização do direito privado – associado à prática liberal da advocacia.

Tabela VII – Engajamento Profissional

	Período em que se tornou desembargador				Total
	1937-1945	1946-1964	1965-1985	1986	
Sim	4	6	5	18	33
Não	6	4	9	13	32
Total	10	10	14	31	65

Fonte: Banco de dados dos autores.

Como se pode observar, é também a partir de 1986 que o engajamento em instâncias de representação profissional – tais como sindicatos, associações e conselhos – aumenta entre os desembargadores.

Tabela VIII – Atividades de Ensino

1937-1945	Período em que se tornou desembargador				Total
	1946-1964	1965-1985	1986		
Sim	3	5	5	7	20
Não	7	5	9	24	45
Total	10	10	14	31	65

Fonte: Banco de dados dos autores.

Ao mesmo tempo o exercício da docência universitária, ainda que seja estatisticamente inferior, passa a ser valorizado como recurso de legitimidade e distinção interna a partir de 1986. Esse período constitui, portanto, um marco de transformações no acesso ao posto mais prestigiado no judiciário estadual que permite aferir uma maior valorização para as experiências profissionais. Soma-se a isso o peso que a participação em instâncias de representação profissional, como a Ordem dos Advogados e a Associação dos Magistrados (fundada em 1972 em Sergipe), teve na constituição das práticas profissionais, consolidando um perfil mais voltado para a profissionalização do que aquele que foi observado nos períodos precedentes.

A redemocratização marca, portanto, a passagem de um padrão cuja marca era a atuação pública do direito (juiz, promotor) e os vínculos políticos, como ocupação de cargos (eletivos e não eletivos) e o consequente investimento na carreira política, para um padrão voltado para o exercício da advocacia, o investimento nos espaços de representação profissional e a atuação na docência universitária. Essa última adquiriu ampla valorização entre os magistrados. Tal dedicação aos espaços de atuação profissional exigiu tempo desses profissionais, contribuindo para a formação de um perfil mais voltado ao mundo do direito.

Contudo, além dessas mudanças evidenciadas, é possível afirmar um conjunto de continuidades, sobretudo, aquelas associadas à composição social da elite jurídica estadual. Nessa direção é possível afirmar que não houve um novo padrão de recrutamento caracterizado pela diferencia-

ção interna. Pelo contrário, a elite jurídica se manteve coesa, homogênea e segmentada: predominantemente masculina, recrutada dos estratos mais elevados da sociedade e treinada em centros de excelência. Nessas condições, o acesso aos postos dominantes permaneceu hierárquico e não é de surpreender que muitas das famílias que dominaram os agrupamentos políticos, as alianças e os postos no judiciário desde a República Velha continuaram prevalecendo nos períodos subsequentes.

Padrões de recrutamento e ascensão à segunda instância de justiça

A análise dos padrões de recrutamento de uma elite tão somente a partir dos dados objetivos não é suficiente para o exame das condições e lógicas que envolvem a ascensão aos postos dirigentes. Os dados acima descritos nos permitem afirmar dois elementos fundamentais de acesso ao topo do judiciário estadual que se destacaram: a posição social associada às condições de origem e à crescente valorização da atuação e qualificação profissional. Com o intuito de demonstrar como esses recursos ganharam importância no decorrer do tempo, tomaremos uma importante trajetória como elemento exemplificativo: o da desembargadora Clara Leite.

Como veremos, sua trajetória permite apreender dois princípios importantes que marcaram a ascensão a carreira jurídica no estado e que se manifestaram não como concorrentes, mas como aliados. Trata-se do peso das redes de base familiar - que mesmo após a República Velha continuaram importantes para o acesso aos postos e cargos - e das redes constituídas a partir do exercício profissional e dos espaços de representação e treinamento. De outro modo, trata-se de um perfil profissional de amplo investimento no mundo do direito, incluindo o exercício da advocacia, a participação em instâncias de representação e circulação internacional.

Os espaços profissionais, sejam eles de formação como as faculdades de direito, sejam eles de representação como as instâncias, as associações e as entidades de classe, constituíram-se como um local privilegiado para o estabelecimento de laços, vínculos e relações de amizade

que posteriormente foram reconvertidas para a ocupação de posições e postos no mercado de trabalho. Esses espaços tanto reforçaram os laços familiares, reproduzindo as alianças de base familiar, quanto abriram possibilidade para a amizade profissional, preenchendo a função de confiança e lealdade antes ocupada exclusivamente pelas redes familiares. Nessas condições, a amizade decorrente do exercício de um ofício não substituiu, mas complementou as alianças familiares constituindo uma base para as alianças.

Assim, o direito, mais do que a medicina³, experimentou não uma substituição do parentesco para o acesso aos cargos mais prestigiosos, mas uma complementação das redes familiares mais amplas incluindo os laços de amizade profissional para fins políticos. O recrutamento combinou recursos oriundos dos vínculos familiares, dos aliados políticos e das amizades profissionais. Essas últimas se diversificaram com a ampliação da estrutura jurídica e dos espaços de formação e representação profissional. A consequência foi a concentração desses postos nas mãos dos mesmos agrupamentos, refletindo a sua capacidade de sobrevivência em diferentes contextos políticos. Diante disso, os grupos dirigentes souberam aproveitar as condições para se reestruturarem e se reproduzirem nos postos de comando.

Clara Leite Rezende e as famílias no Judiciário

Nascida no engenho Angico, município de Riachuelo, em Sergipe, filha de Silvio César Leite e Guiomar Sampaio Leite, a família de Clara Leite Rezende reflete os esforços de expansão do poder não só na política (cargos eletivos e não eletivos), mas também nos diferentes espaços profissionais, como a medicina, o direito e a engenharia.

Seu pai, médico e proprietário rural, foi importante chefe político local do município de Riachuelo, liderando nas primeiras décadas do século XX a parentela dos “Leite de Riachuelo”. Fundou o Hospital de Caridade da cidade, que hoje recebe seu nome, fixou-se no município de Riachuelo, base política da família, onde atuou como delegado de higie-

3. Sobre a formação da medicina em Sergipe e as alianças de base familiar ver: Petrarca (2017, 2019, 2020).

ne, pecuarista e político. Os “Leite de Riachuelo” constituíram um bloco fundamental para a sobrevivência política, social e econômica emergindo com a posse de engenhos nas cidades de Laranjeiras e Riachuelo, polos centrais produtores de açúcar do estado. Fator importante nesse aspecto foi o casamento de Francisco Rabelo Leite, pai de Silvio César Leite e conhecido como “Velho Leite”, com Maria Rollemberg, herdeira de vários engenhos na região e pertencente ao tronco familiar do Barão de Japarutuba.

Esse matrimônio ampliou as redes de base familiar e permitiu conectar os Leite com os Rollemberg, umas das mais importantes famílias proprietárias de engenho no estado e situados geograficamente no “Vale do Cotinguiba”. Com esse primeiro matrimônio Francisco teve três filhos, dentre eles Sílvia Leite e Márcia Leite. Viúvo, casou-se pela segunda vez com a prima da primeira mulher. Esse casamento fortaleceu a solidariedade horizontal, valorizando os laços de parentesco entre as famílias e consolidando as alianças. Além disso, importante aspecto aqui foi a ampliação geográfica das alianças, já que a segunda esposa era herdeira do baronato de Estância, situado no eixo “Vaza-Barris”. Desse matrimônio nasceram dois importantes nomes da política sergipana: Augusto César Leite e Júlio Leite – tios de Clara Leite.

A geração dos irmãos de Silvio César Leite - sobretudo Augusto e Júlio - intensificou e ampliou as alianças da família por duas vias principais: as estratégias matrimoniais e as relações de amizade política tecidas e fortalecidas pelos espaços de atuação profissional. As alianças matrimoniais endogâmicas⁴ reforçaram a relação com os Rollemberg por meio do casamento entre tios e primos. Já as estratégias matrimoniais exogâmicas⁵ permitiram conectar “os Leite” com diferentes grupos, como os Franco⁶ e os Prado⁷. Foram, sobretudo, Marcia Leite, Júlio Leite e Augusto César Leite os responsáveis por estender ainda mais as redes da

4. Entre membros da mesma família: tios e sobrinhas, primos.

5. Entre membros de diferentes famílias.

6. Um exemplo dessa união é o casamento entre Antônio do Prado Franco e Márcia Leite (irmã de Silvio Leite), o qual fortaleceu a relação entre os cunhados.

7. Casamento entre Júlio Cesar Leite e Carmem Prado (filha de Gonzalo Prado), o qual fortaleceu a relação entre sogro e genro.

família e sua influência sobre outras esferas do poder. Embora a família Leite tenha se constituído uma rede de base familiar com capacidade de influência em diferentes níveis (municipal, estadual e federal), ela dependia também das alianças entre membros não-parentes.

E é entre esses membros que os espaços profissionais se tornaram espaços cruciais para o estabelecimento dos laços. Primeiro, o casamento de Márcia Leite com Antônio do Prado Franco, engenheiro e um dos herdeiros do Engenho Central, contribuiu para fortalecer os laços entre cunhados. Segundo, o casamento de Júlio Leite com a filha do dono da Usina Pedras (Gonçalo das Pedras), a mais importante do estado, também proprietário da maior indústria têxtil de Sergipe, fortaleceu os laços entre sogro e genro e permitiu a extensão das alianças entre famílias. Júlio Leite, que era bacharel em direito, intensificou sua atuação na política pela relação com o sogro, tornando-se delegado de polícia, ocupando vários cargos estatais (chefe de polícia, inspetor escolar, diretor de serviços de água e saúde) até se tornar Secretário-Geral do estado e senador da República. Dessa união entre irmãos, sogro e genro nasceu um novo agrupamento político denominado União Republicana de Sergipe (URS), coordenado por Augusto César Leite e que tinha como órgão oficial o jornal O Estado de Sergipe.

Augusto César Leite ocupou um papel importante na formação dos espaços de atuação médicos no estado, liderando e agregando membros de diferentes parentelas através da profissão com o objetivo de ampliar os serviços médicos. Assim, ele passou a exercer um papel significativo na articulação dos médicos e na institucionalização da medicina no estado, contribuindo para criação de hospitais, maternidades, centros médicos e associações profissionais. Um dos efeitos disso foi a emergência das estruturas organizacionais de saúde pública como hospitais e clínicas e a criação de papéis ocupacionais. Outro efeito foram as múltiplas alianças que lhe consagraram como liderança ao mesmo tempo médica e política. Com a União Republicana de Sergipe, em 1935, Augusto elegeu-se senador; o médico Eronides Carvalho (aliado profissional e político), governador e; o irmão Júlio Leite, Secretário-Geral do governo.

Nesse contexto suas alianças lideraram vários cargos: o primo, também médico, Moacir Rabelo Leite, assumiu a direção do Banco Mercantil de Sergipe; vários cargos de interventores municipais foram ocupados

por aliados: em Maruim João Feitosa (funcionário do sogro de Júlio Leite) se tornou interventor; em Japaratuba, o concunhado de Júlio Leite e; em Aracaju, Godofredo Diniz, velho aliado. Nessas condições a parentela “Leite” ocupou os principais postos até os anos 1960-1970 investindo amplamente nas redes de base familiar e ampliando progressivamente para as redes de base profissional. Eronides permaneceu como governador até 1941 e, em 1947, foi eleito José Rollemberg Leite (sobrinho de Júlio Leite e Augusto, filho de Silvio Leite e irmão de Clara Leite). Júlio César Leite foi senador de 1951 a 1959 e de 1963 a 1971.

Apesar das desavenças internas – inerentes ao sistema de parentela – a aliança entre membros do mesmo agrupamento familiar e aliados não-membros prevaleceu por décadas, permitindo o comando do estado e passou a designar a oligarquia Leite-Rollemberg (Dantas, 2017).

Ao lado do pai de Clara Leite e dos seus tios, seus irmãos também se destacaram na política sergipana e no judiciário. A começar por Gonçalo Rollemberg Leite, que foi promotor e Procurador-Geral do estado em três períodos (1942-1951; 1964-1967; 1970-1972), além de um dos fundadores da Faculdade de Direito de Sergipe em 1950. Seus outros irmãos: i) Francisco Leite Neto foi Secretário-Geral de Sergipe durante a gestão do interventor federal Augusto Maynard Gomes (1942-1945) e senador de 1963 a 1964 e; ii) José Rollemberg Leite assumiu o Governo de Sergipe por duas vezes, a primeira em 1947 até 1951, e a segunda como interventor durante o período da tutela militar por indicação do Governo Federal⁸ na gestão do General Ernesto Geisel, 1975 a 1979, além de ter sido senador da República por Sergipe no período de 1965 a 1970.

Formada na Faculdade de Direito de Sergipe, Clara Leite atuou como advogada de 1963 a 1970 ao lado de Luiz Rabelo Leite e José Silvério Leite Fontes (Melo, 2014). O primeiro, seu primo, foi destacado nome no judiciário estadual como promotor público e na política local, uma vez que já havia ocupado vários cargos administrativos em diferentes governos⁹. O segundo, foi importante nome da Faculdade de Direito de Sergi-

8. Maiores informações sobre os mandatos governamentais de José Rollemberg Leite encontram-se nas seguintes obras de Dantas, 2004a; 2004b.

9. Filho de Moacir Rabelo Leite, primo do seu pai. Iniciou a carreira como promotor público, ainda estudante de direito, no município de Japaratuba. Ocupou os se-

pe, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Sergipe e com ampla inserção na política estadual¹⁰.

Sua primeira experiência profissional a conecta às redes profissionais e políticas locais que se apresentam imbricadas. Além do exercício da advocacia, atuou como conselheira da Ordem dos Advogados seção Sergipe. Ingressou na magistratura por concurso público em 1970 como juíza em Nossa Senhora da Glória passando, posteriormente, pelas comarcas de Frei Paulo (1972-1975), Maruim e Estância (1975-1977) até chegar à Vara de Família em Aracaju (1977-1984). Assumiu o cargo na capital após um longo trajeto pelas cidades do interior de Sergipe, tornando-se desembargadora em 1984. Sua experiência ainda envolve a atuação na Corregedoria-Geral da Justiça entre 1987 e 1989, bem como a presidência do Tribunal Regional Eleitoral (1991-1993) e do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe entre 1995 a 1997 (Melo, 2014). No ano de 1997, cursou Direito Comunitário na Universidade de Sorbonne, em Paris e de Formação de Juízes, em Portugal. Em 2002, foi nomeada Diretora da Escola Superior da Magistratura de Sergipe (ESMESE), participando do Conselho Administrativo e Pedagógico em 2005.

Por um lado, a análise da trajetória social de Clara Leite permite observar a continuidade e a preservação dos grupos de base familiar em espaços do poder. Assim, a família Leite conquistou peso na política sergipana graças às alianças - familiares, políticas e profissionais - que soube bem consolidar. A multiplicidade de laços matrimoniais (dentro e fora do grupo familiar¹¹) consolidou uma rede de alianças extensa que se difundiu por vários setores da sociedade (medicina, política, direito), ampliando, assim, a esfera de influência. Uma das consequências disso

guintes cargos administrativos: diretor do Posto de Migração e Colonização do INIC (hoje, o INCRA), diretor de Educação e Cultura do Município de Aracaju, Secretário de Educação e Cultura do estado no governo Seixá Dórias, entre 1963 e 1964. No judiciário tornou-se desembargador em 1977, presidente do Tribunal Regional Eleitoral e presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe em 1983.

10. Foi membro do Partido Republico, liderado por Augusto César Leite. Ocupou o cargo de secretário particular do governador Arnaldo Garcez de 1951 a 1955.

11. Dentro do grupo familiar intensificando o casamento entre primos. E fora do grupo familiar por meio do fortalecimento dos laços colaterais, entre cunhados e concunhados e da relação entre sogro e genro. Ao longo de todo o século XX essa estratégia permitiu a relação com os Rollemberg, mais tarde com os Prado e por último com os Franco.

é que as redes de base familiar se expandiram para os espaços profissionais, consolidando redes profissionais que tenderam a uma maior autonomização. O exercício profissional e o treinamento desempenharam um papel central na formação de redes constituídas a partir dos ofícios.

Por outro lado, é possível observar uma tendência maior para essa geração de magistrados na ocupação de postos estritamente jurídicos, num investimento na advocacia e nos espaços de representação profissional, demarcando a prevalência de um *ethos* jurídico em detrimento do político. A dedicação ao exercício da advocacia marca um perfil de socialização menos voltado para a burocracia pública – como os cargos administrativos, por exemplo, marca central dos períodos precedentes – e mais direcionados para a experiência e prática profissional. A geração que chega no Tribunal de Justiça na década de 1980 representa um misto, uma combinação das condições dominantes que marcaram as gerações anteriores – associadas aos investimentos político familiares – e o investimento na profissionalização e voltados ao mundo do direito com destaque para as instâncias de representação, para o treinamento, especialização e formação profissional.

Considerações Finais

Este artigo procurou demonstrar, a partir do conjunto dos dados apresentados, as condições de acesso ao topo do judiciário estadual. Dentre as constatações destaca-se o peso que exerceram as redes de amizade profissional, as quais passaram a ocupar um papel central no acesso a postos e funções jurídicas e políticas. Assim, o espaço de atuação profissional contribuiu para o estabelecimento de novos vínculos e para o fortalecimento daqueles já existentes, preenchendo as funções de solidariedade antes ocupadas pelas famílias de elite. Contudo, apesar de um investimento maior nas alianças profissionais resultantes, sobretudo, do exercício do ofício e da participação e inserção em instâncias de representação profissional, o judiciário em Sergipe manteve um conjunto de restrições sociais de acesso.

De um lado, é possível constatar a preservação de uma estrutura hierárquica, em que os postos mais altos permaneceram concentrados nas

mãos de uma parcela da população que detém as condições de acesso, como as condições econômicas e as políticas. Os laços familiares, sobretudo durante as primeiras décadas da República, serviram para restringir os postos mais valorizados. Esse recurso manteve sua importância mesmo após 1964 e durante as décadas de 1970 e 1980. De outro lado, as mudanças identificadas – como aquelas associadas à diversificação regional, à idade de ascensão ao posto de desembargador e, principalmente, à ampliação dos laços obtidos pelos vínculos profissionais – não produziram mobilidade, mas contribuíram para uma maior dependência das redes constituídas a partir da amizade, fortalecendo os laços pessoais a partir do ofício, muitas vezes num misto entre laços profissionais, políticos e laços familiares. A amizade, portanto, fortaleceu-se como uma base fundamental para as ligações e formação das alianças.

Essas condições não produziram mudança fundamental. Ao contrário, fortaleceram as redes personificadas, já que a amizade – ainda que profissional – revela uma relação afetiva, assentada num sentimento de lealdade, fidelidade e proteção. Ela já era uma base para as ligações políticas desde a República Velha, como apontam Lewin (1993) e Blondel (1957). À medida que os laços familiares se dissolveram, devido aos conflitos e as transformações socioeconômicas, a amizade política foi preenchendo as funções antes ocupadas pelo parentesco, como a confiança e a lealdade. Esse princípio foi transposto para os espaços profissionais, consolidando um padrão e uma forma de acessar os postos privilegiados.

Referências

Blondel, J. (1957). *As Condições Sociais da Vida Política na Paraíba*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Codato, Adriano. (2013). *Os mecanismos institucionais da ditadura de 1937: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados*. São Paulo: História, v. 32, n. 2, p. 189-208.

Dantas, Ibarê. (2004a). *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. _____. (2004b). *A tutela militar em Sergipe: 1964-1984 (partidos e eleições num estado autoritário)*. São Cristóvão: Editora UFS.

_____. (2017). *Leandro Maynard Maciel na política do século XX*. Sergipe: Criação.

Lewin, Linda. (1993). *Política e Parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record.

Melo, Janaína. (2014). *Mulheres na Jurisprudência Sergipana: a desembargadora Clara Leite em Sergipe e sua trajetória*. Sergipe: Interfaces Científicas - Direito, v. 3, n. 1, p. 95-106.

Morel, Regina Lucia; Pessanha, Elina Fonte. (2007). *A Justiça do Trabalho*. São Paulo: Tempo Social, vol. 19, n. 2, p. 87-109.

Petrarca, Fernanda. (2020). *Composição Social, Critérios de Seleção e Lógicas de Recrutamento da Elite Médica em Sergipe*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, p. 1-21.

_____. (2019). *Entre jalecos, bisturis e a arte de fazer política*. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 26, p. 573-591.

_____. (2017). *De Coronéis a Bacharéis: reestruturação das elites e medicina em Sergipe (1840-1900)*. São Paulo: Revista Brasileira de História, p. 89-112.

_____; Nunes, Arthur Ives N. da M. (2021). *Uma “República de bacharéis”: entre mandarins do direito e donos do poder*. São Paulo: Revista de História. n. 180.

Ramalho, José Ricardo; Santana, Marco Aurélio. (2010). *Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed. 3.

Sadek, Maria Tereza A. (2010). *Uma introdução ao estudo da justiça*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

GT 11 - Sociabilidades e políticas da diferença nas fronteiras amazônicas



O ciberespaço e a formação sociopolítica: Uma análise das comunidades virtuais bolsonaristas

Queren Rebeca Duarte Bezerra
UFMA

Rogério de Carvalho Veras
UFMA

Introdução

No dia 18 de março de 2018, grandes veículos da imprensa mundial noticiaram o uso indevido de informações privadas de usuários do Facebook com fins políticos, por parte da empresa Cambridge Analytica (CA). De maneira resumida, a empresa usava um software para que ao clicar em um teste¹ e aceitar os termos (que em geral não são lidos), o usuário permitia o acesso não somente a informações relacionadas a suas atividades na rede social, mas também de todos os seus amigos, informações como: publicações curtidas, páginas seguidas, mensagens trocadas e comentários em posts. Esses dados permitiam que a CA elaborasse e analisasse um perfil psicológico de cada usuário, viabilizando o direcionamento de conteúdos de forma personalizada, considerando as prioridades e a personalidade dos receptores, assim a empresa se utilizava de Fake News e peças apelativas para induzir os usuários a pensarem e agirem segundo os interesses daqueles que os contratavam.

A Cambridge Analytica influenciou a opinião pública e por consequência teve papel fundamental em decisões importantes para a política interna e externa de países, a exemplo do Brexit² que, segundo o ex-funcionário Christopher Wylie, não teria acontecido sem a influência da CA; e das eleições estadunidenses de 2016, em que a empresa de modo muito articulado, radicalizou deliberadamente vários usuários/eleitores em prol do projeto de extrema direita do candidato Donald Trump. Uma das frentes da empresa, por exemplo, visava especialmente os estados considerados coringas (Califórnia, Florida e Nova Iorque) por, de maneira geral, terem um maior número de indecisos. De acordo com Fornacier e Beck (2019, p. 188-

1. Me refiro a testes de personalidade, muito frequentemente relacionado a produções audiovisuais, como “quem você seria em Game of Thrones?”

2. Saída do Reino Unido da União Europeia, que foi decidido por meio de referendo.

189) sobre uma ex-funcionária que atuava como diretora de desenvolvimento de negócios:

Kaiser tinha como uma de suas principais funções a criação de ataques-focais aos “the persuadables” ou os persuadíveis. Dessa forma, tornou-se possível moldar como tais estados votariam, mesmo que isso significasse manipular uma cultura regional e decidir a política de maneira antiética e antidemocrática. O escândalo da CA iniciou um debate em torno de questões como a privacidade, uso de dados e a responsabilidade das plataformas digitais como ferramentas que podem ser usadas para abalar instituições sociais e políticas das democracias modernas; mas apesar de reconhecer a urgência destas questões, creio existir um debate ainda mais fundamental: qual o papel das mídias digitais no processo de formação das comunidades? E de que maneira podem influenciar os processos políticos (para além do período eleitoral)?

No Brasil, as eleições de 2018 marcaram uma nova forma de fazer campanha, tendo em vista que o tempo de TV não foi um fator determinante para a vitória de Bolsonaro, que tinha um espaço muito menor em relação aos seus principais concorrentes. Contudo a sua presença nas redes alavancou sua popularidade, com uma presença no ambiente digital (ciberespaço³), que se assemelha muito a de Donald Trump nos Estados Unidos na campanha de 2016. Bolsonaro venceu apesar de fatores que tradicionalmente seriam considerados desvantagens.

Tendo essas questões como pontos basilares (mas sem pretensão de esgotá-las) para a compreensão do fenômeno das mídias digitais na formação sociopolítica dos sujeitos, o presente trabalho propõe uma análise de comunidades bolsonaristas no ambiente online, a

3. Entendo aqui o ciberespaço como espaço de comunicação digital, que depende de território, onde as relações se constroem no online (RAMOS, 2015). Neste trabalho, visando a fluência do texto, usarei termos como “espaço digital”, “ambiente on line” e similares, como expressões que derivam dessa noção.

partir do acompanhamento de grupos no Facebook e no WhatsApp, tendo a netnografia⁴ como método. Para tal, considera-se, primeiro, as características da internet como meio técnico que cria determinadas dinâmicas de sociabilidade e que possui uma cultura e valores próprios; secundamente, a importância desse espaço no processo de formação das comunidades bolsonaristas; e, por fim, faz uma análise de suas formas de comunicação a partir de material colhido em ambiente virtual.

A internet como meio técnico de comunicação

É preciso mensurar o impacto da internet enquanto meio de comunicação social, tendo em vista sua relativa novidade – quando comparado a outros meios – e seu conjunto de características singulares. Para isso é necessário levar em conta a velocidade na qual ela se amplia, segundo Eisenberg:

Foram 38 anos até que o rádio atingisse 50 milhões de usuários no mundo e 16 para que o computador atingisse o mesmo número. A televisão levou 13 anos, e a Internet somente 4. Hoje, aproximadamente 2,4% da população mundial usa a rede mundial de computadores (Internet). (2003, p.492)

Esses números referem-se a 2003, atualmente esses dados correspondem a 51% da população mundial⁵. Apesar da rápida difusão e

4. É importante considerar que existe uma ampla discussão em torno do termo adequado para esse tipo de pesquisa onde etnografia virtual, ciberantropologia e netnografia são exemplos de variações, com diferenças muito pontuais entre si, mas que são constantemente referidas como sinônimos – e será o caso no presente trabalho – por exemplo, no artigo de Soares e Stengel (2021). Para um aprofundamento maior indica-se a leitura de Amaral (2010).

5. NOBERTO, Cristina; LOIOLA, Catarina. 51% da população mundial têm acesso à internet, mostra estudo da ONU. Correio Braziliense, 04/11/2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/04/internas_economia,803503/51-da-populacao-mundial-tem-acesso-a-internet-mostra-estudo-da-onu.shtml . Acesso em: 01/04/2023

do aumento do tempo gasto em rede, é importante considerar que existem limitações técnicas, financeiras, geográficas e institucionais – devido ao controle público e privado – que tornam a sociabilidade online um fenômeno bem heterogêneo (alguns sujeitos não conseguem acessar ou acessam de forma limitada). Esse aspecto não deve ser ignorado, mas sim destacado como algo que exclui/limita a existência de algumas pessoas neste espaço público emergente.

A internet como meio técnico de comunicação vem ganhando relevância em vários aspectos da vida social, para além do entretenimento, o mundo do trabalho se complexifica, como por funções que passam a poder ser realizadas remotamente, trabalhos precarizados através de plataformas que não exigem um contato direto entre patrão e empregado; e as relações afetivas podem se desenvolver antes mesmo do contato físico, através de plataformas como Tinder, Instagram e Facebook.

Dessa forma, a exclusão digital representa um leque menor de possibilidades no desenvolvimento de várias áreas da vida social para o indivíduo acometido por ela. Algo que ficou evidente durante a pandemia de Covid 19 em que, por exemplo, alunos que residiam em determinadas áreas rurais não puderam ter acesso às aulas e aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quando conseguiam ter algum acesso, este era limitado por uma má conexão ou por ter que dividir o aparelho com outros membros da família⁶. Diante de tamanha significância é preciso pensar as especificidades da rede.

Essencialmente a comunicação online não traz nada novo já que áudio, vídeo, texto e comunicação dialógica já se davam separadamente em outros meios, mas na vida cotidiana, em razão do conjunto de suas características técnicas, representou uma grande mudança na comunicação.

A integração potencial de texto, imagens e sons no mesmo sistema, interagindo a partir de pontos múltiplos, no tempo escolhido (real ou atrasado) em uma rede global, em condições de acesso

6. Algo que pôde ser atestado durante o meu programa de residência pedagógica e que é mais amplamente abordado em “Educação remota em tempos de pandemia”, organizado por Lacerda; Greco Junior (2021).

aberto e de preço acessível, muda de forma fundamental o caráter da comunicação. E a comunicação, decididamente, molda a cultura porque, como afirma Postman “nós não vemos a realidade ... como ‘ela’ é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura”. (CASTELLS, 2000, p. 414)

Ainda sobre isso Eisenberg afirma:

Por um lado, a agilidade, o custo reduzido e os novos recursos comunicativos das interações via Internet, quando aliados à impessoalidade característica da comunicação eletrônica, incentivam as pessoas a expandirem suas redes de interação cotidiana para além do círculo de pessoas com quem normalmente se comunicavam através de contatos ao vivo, por telefone ou por cartas. Por outro lado, essas novas interações via comunicação eletrônica tendem a ser mais horizontais em decorrência da ausência de enlaces institucionais as mediando. Dessa maneira, o globo terrestre parece tornar-se uma grande aldeia e, ao mesmo tempo, o círculo mais próximo de interações de cada pessoa se globaliza. (2003, p. 497)

Embora a expressão *Global Village* seja hiperbólica, por fazer parecer que o acesso é mais amplo do que efetivamente é, esse termo é interessante por ilustrar a capacidade que a internet tem de construir comunidades independentes do território, ampliando o núcleo de relações dos sujeitos participantes, algo que não era possível com a tv, rádio, jornal impresso, telefone ou qualquer outro meio de comunicação anterior⁷.

Thompson (1995), em “A Mídia e a Modernidade”, desenvolve uma lista de quatro propriedades dos meios técnicos de comunicação que são pertinentes para a presente pesquisa, de forma resumida: 1) fixação que “substitui a memória, produzindo dessa forma um conjunto de registros da interação”; 2) reprodução que “confere

7. Anterior em relação à centralidade no conjunto de meios de comunicação, não sobre terem sido superados.

ao emissor uma maior capacidade de difundir sua mensagem, pois pode proferi-la simultaneamente a muitos receptores”; 3) distanciamento espaço temporal, que define o quanto a mensagem não precisa ser recebida presencialmente, nem simultaneamente; 4) capacidade cognitiva que diz respeito a “capacidades cognitivas diferentes daquelas associadas à compreensão da comunicação oral”. Eisenberg (2003, p.503) utiliza esses atributos para estabelecer um comparativo entre diferentes meios⁸:

Tabela 1 – Comparação entre as propriedades dos meios de comunicação.

Atributo x Mídia	Imprensa	Rádio e TV	Internet
Fixação	Alta/Memória	Baixa/ Esquecimento	Alta/Memória
Reprodução	Lenta/Controle	Rápida/Dispersão	Rápida/ Dispersão
Distanciamento Espaço-temporal	Pequeno/ Redução	Grande/Ampliação	Grande/ Ampliação
Competências Cognitivas	Alta/Exclusão	Baixa/Inclusão	Alta/Exclusão

Fonte: EISENBERG, 2003.

Essa tabela, embora relevante para compreender as diferenças entre formas de mídia, precisa ser contextualizada uma vez que o desenvolvimento técnico da internet faz com que as competências cognitivas para o uso da rede diminuam com o passar do tempo (em 2003, não existia pesquisa por voz ou mensagens por áudio, por exemplo). Feito a devida ressalva, é possível visualizar o que a comunicação digital representa de mudança para a comunicação social de maneira geral, alterando as práticas sociais uma vez que a prática social é invariavelmente uma prática que diz respeito a comunicação, logo se algo altera tão significativamente a forma como nos comunicamos, gera novas práticas sociais ou modifica as antigas.

8. Em trabalhos sobre comunicação online, é especialmente importante considerar o ano de publicação, uma vez que as mudanças em relação ao uso social se dão de forma mais acelerada.

Além disso, é importante considerar que não existe uma natureza intrínseca dos meios técnicos, mas o gerenciamento daqueles que participam dela definem suas tendências. No caso da internet, é possível existir ao mesmo tempo uma comunidade antirracista e outra em apoio a KKK⁹, ambas com alcances distintos e com participantes de diferentes recortes sociais. A forma como se encontram dispostas no mesmo espaço são definidas por determinações das empresas que gerenciam a rede social em questão, e em alguns casos a regulação estatal influencia essas determinações. Desse modo, não apenas a atividade individual de cada usuário, mas também os interesses empresariais e a regulação do Estado influenciam as relações que se estabelecem, o que torna a análise dessas dinâmicas algo mais complexo.

Outro aspecto a ser considerado é a ideologia e cultura da rede, a ideia de que a comunicação online é livre, que possibilita a autonomia dos usuários sem a interferência do Estado ou de grandes corporações. Algo associado a cultura universitária e hacker do começo do desenvolvimento desse meio técnico, mas que não corresponde à realidade no atual contexto, em razão do uso de algoritmos, controle das big techs¹⁰, e a recente tentativa dos Estados de criar uma legislação que regule o ambiente digital¹¹.

Embora extremamente diversa em seu conteúdo, a fonte comunitária da Internet a caracteriza de fato como um meio tecnológico para a comunicação horizontal e uma nova forma de livre expressão. Assenta também as bases para a formação autônoma de redes como um instrumento de organização, ação coletiva e construção de significado (CASTELLS, 2003, p.49).

9. Kum Klux Klan - Grupo racista norte americano, atualmente espalhado pelo mundo, com a ajuda das redes virtuais.

10. Grandes empresas de tecnologia que dominam esse mercado, como Google, Meta ou Apple.

11. Como a PL 2630/2020 (Lei das Fake News) – que encontrou grande resistência por parte das big techs - para mais recomenda-se: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/big-techs-agem-para-impedir-aprovacao-do-pl-das-fake-news>

Talvez resida na liberdade e autonomia, como pedra angular das comunidades virtuais, a dificuldade em se regular esse novo meio de comunicação, o que acaba resultando em episódios como o escândalo da Cambridge Analytica, mas também pode resultar em uma maior visibilidade para problemas sociais que tradicionalmente não tem muita importância para grandes conglomerados da mídia tradicional (TV, rádio, jornal impresso, etc.), como por exemplo o perfil de Instagram PerifaConnection¹², que se define como uma “plataforma de disputa de narrativas sobre as periferias através da comunicação, formação e articulação política”.

Uma nova dinâmica de comunicação se estabelece e é preciso mapear as consequências disso, pois o desenvolvimento da comunicação online é atualmente o ponto último do desenvolvimento do processo de produção e intercâmbio de informações e conteúdos simbólicos.

Em virtude destes desenvolvimentos, as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno. (THOMPSON, 1995, p.19)

É a partir do simbólico que os sujeitos constroem suas subjetividades e se tornam capazes de atribuir sentido e agir no mundo em seu entorno¹³. Partindo disso e considerando os atributos específicos da internet en-

12. Perfil do instagram: Perifa connection. Disponível em: <https://www.instagram.com/perifaconnection/> Acesso em: 01/04/2023.

13. Aqui é interessante citar a influência de “A Construção Social da Realidade” de Berger e Luckmann (2011), e pontuar a importância de desenvolver um trabalho que considere os conceitos apresentados na obra, junto a uma metodologia que realize o acompanhamento dos sujeitos no online e no offline, simultaneamente, a fim de entender mais propriamente a formação de suas subjetividades no espaço digital, o que planejo concretizar em uma futura pesquisa.

quanto meio técnico de comunicação, busquemos agora compreender um fenômeno que talvez não fosse possível ou não teria a relevância que teve se não fossem as redes: o Bolsonarismo, mais propriamente, a construção das comunidades bolsonaristas.

A construção das comunidades bolsonaristas

Conforme o digital ganha centralidade/destaque no conjunto dos meios de comunicação, ele cria práticas sociais e modifica as antigas, como já mencionado anteriormente, e um dos exemplos onde isso pode ser percebido são as campanhas políticas como no caso das eleições americanas em 2016 e as brasileiras em 2018:

Entre as principais mudanças, está o deslocamento da centralidade do tempo de propaganda eleitoral de rádio e televisão para uma forma de comunicação direta com os eleitores por meio da internet. Plataformas digitais e aplicativos de mensagem instantânea, como Facebook e WhatsApp, se tornaram o espaço privilegiado para a campanha de Bolsonaro com o compar- tilhamento de notícias falsas e teorias conspiratórias. (KALIL, 2022, p.238)

É possível estabelecer um comparativo com as eleições brasileiras de 89, onde Fernando Collor contou com o apoio da maior emissora do país (rede Globo) na formação de sua imagem pública, em um momento em que a TV tinha a centralidade no conjunto de meios técnicos de comunicação. Tanto a imagem positiva de Collor, quanto a negativa de seu principal opositor foram diariamente construídas ao decorrer da programação da emissora, chegando até a manipulação da reprise de um debate entre os dois candidatos antes do segundo turno daquele ano¹⁴.

14. SOUSA, Alana; HENRIQUE, Leonardo; COELHO, Penélope. LULA X COLLOR: Como a mídia influenciou as eleições de 1989. Aventuras na História- UOL, 20/10/2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/lula-x-collor-como-midia-influenciou-eleicoes-de-1989.phtml>
Acesso em: 01/04/2023

O exemplo de 1989 tem como semelhança com os mais recentes (2016 e 2018) o uso de peças apelativas vinculadas no meio de comunicação mais relevante de sua época, como parte fundamental de sua estratégia política. Contudo a internet possibilita o direcionamento de discursos (como já apresentado no caso da Cambridge Analítica), conforme o perfil dos receptores/eleitores e com isso grupos com demandas distintas passam a se sentir contemplados nas promessas de campanha, por mais inconciliáveis que essas possam parecer.

Sobre o bolsonarismo mais propriamente, essa capacidade de personalização acaba tornando o fenômeno bem heterogêneo, a antropóloga Isabela Kalil (2018) em sua pesquisa, “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro?”, estabelece dezesseis perfis diferentes de eleitores, com muitas semelhanças entre si, mas também diferenças que beiram o contraditório.

Para quem acompanha a trajetória de Bolsonaro parece haver uma série de contradições e incoerências em seus discursos. [...] No entanto, ao segmentar o direcionamento de suas mensagens para grupos específicos, a figura do “mito” – como é chamado por seus eleitores – consegue assumir diferentes formas, a partir das aspirações de seus apoiadores. (KALIL, 2018, p. 28)

Por exemplo, a noção de Estado mínimo, que não significa a mesma coisa para eleitores do perfil “periférico de direita” e “meritocrata”, para o primeiro:

O Estado deveria intervir o mínimo possível em questões consideradas como o campo da religião ou da vida íntima (leia-se moral) e não necessariamente implicariam em uma redução de serviços públicos, como a educação e a saúde. (KALIL, 2018, p. 20)

Já para o meritocrata:

Possuem uma visão mais racional e esclarecida a respeito de um projeto de Estado neoliberal ou Estado mínimo. Defendem redução ou corte de programas sociais, tendem a ver estes programas ou como privilégios ou como formas de tornar as pessoas pouco produtivas. (KALIL, 2018, p. 20)

Esse é apenas um exemplo entre os vários em que a relação entre *significante* e *significado* não é estável, outro caso interessante é o *significante* corrupção que pode se referir tanto a corrupção política propriamente, quanto a corrupção moral, fruto da aventada degeneração advinda da ideologia de gênero e do globalismo. Essa relação instável de *significação* demonstra o que Laclau (2005) chamou de “*significantes flutuantes*” e que Silva (2020) definiu da seguinte forma:

Trata-se de palavras e imagens que, embora sejam centrais para instauração da hegemonia de um projeto político (e sua vitória num pleito eleitoral, por exemplo), não possuem um conteúdo estável, claro, transparente e sempre invocável sem a necessidade de procedimentos de estabilização e/ou delimitação da natureza e do escopo de sua *significação*, por isso estão em constante disputa no jogo político. (p. 1176-1177)

Essa maneira de integrar demandas distintas em um único projeto só é possível pela mobilização de *significantes flutuantes* e a formação de uma unidade política. No caso do bolsonarismo, essa unidade pode ser “o cidadão de bem”, “patriota” ou de forma mais simples e abrangente “o povo”. Desse modo, se estabelece um nós e consequentemente um outro que é construído no processo de sociabilidade dentro de comunidades online. Nesse ponto é importante delimitar o bolsonarismo como um exemplar de uma nova forma de populismo que se utiliza de estratégias típicas desse tipo de fenômeno ao decorrer da história, mas integra a estas as características técnicas da internet (apresentadas na sessão anterior), dando forma ao “populismo digital”.

A perspectiva aqui empregada sobre populismo, corresponde a Laclau, que compreende esse fenômeno como uma lógica política, não se associando necessariamente a uma determinada orientação ideológica. Surge em tempos de crise da hegemonia estabelecida, tende a unir uma série de demandas não satisfeitas em torno de significantes vazios, gerando a “ruptura populista” que se refere a dicotomização da sociedade entre poder e povo:

Nesse sentido, Francisco Panizza (2009, p. 13) observa que Ernesto Laclau entende o populismo como um discurso anti-status-quo, que simplifica o espaço político mediante a divisão simbólica da sociedade entre “o povo” e os “outros”, cujas identidades são construções políticas constituídas simbolicamente. (BATISTELA, 2020, p.17)

Levando isso em consideração o:

Populismo digital, neste sentido, refere-se tanto a um aparato midiático (digital) quanto a um mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia (Cesarino, 2019a). (CESARINO, 2020, p.95)

Aqui é possível compreender como a comunicação online tem características que potencializam o tipo de dinâmica que se estabelece em fenômenos populistas, o direcionamento de mensagens e a grande capacidade de reprodução maximizam a capacidade de produzir mobilização em torno de significantes vazios. Uma campanha que se apresenta como “contra tudo isso que tá aí” deixa aberto ao receptor preencher esse “tudo” com aquilo que lhe é mais caro; se constrói comunidades com propósitos difusos, mas que ao mesmo tempo buscam construir e consolidar uma unidade entre os membros. A partir disso, busquemos compreender as dinâmicas estabelecidas no cotidiano dessas comunidades.

Uma netnografia de comunidades bolsonaristas

O presente trabalho partilha da noção de que o espaço digital precisa ser compreendido como lugar de socialização e construção de significado, sendo assim, pretende contribuir com o entendimento de suas dinâmicas, pois as práticas sociais estabelecidas na rede geram consequências para além dela. Partindo da mesma perspectiva de Rifiotis:

Rifiotis (2016) ratifica a importância de dar crédito às ações realizadas na internet e, para ele, a criação de uma etnografia virtual é uma maneira de fazer isso, pois encara a internet como fenômeno sociológico (SOARES; STENGEL, 2021, p.2)

E tendo a netnografia como método de pesquisa, uma vez que cumpriu as cinco etapas que caracterizam esta metodologia:

definição das questões de pesquisa; identificação e seleção da parcela da internet que será estudada; a entrada no campo, que é marcada pela observação participante ou não, além da coleta de dados; análise e interpretação dos dados produzidos e, por fim, a redação e o relato dos resultados de pesquisa, articulando-os à teoria. (SOARES; STENGEL, 2021, p.2)

A presente pesquisa acompanhou comunidades bolsonaristas¹⁵ no Facebook (desde 2020) e no WhatsApp (desde o início de 2021) a fim de compreender suas dinâmicas. Inicialmente o trabalho teve como campo apenas o Facebook e posteriormente agregou o WhatsApp, por percebê-lo como especialmente relevante para os bol-

15. Essas comunidades bolsonaristas são um tipo de comunidade digital, sendo assim é importante definir que: se entende como comunidade digital, um agrupamento de pessoas no espaço virtual que compartilham de um mesmo interesse, princípio/valor ou perspectiva de mundo. No caso, dessas comunidades, os elementos que geram unidade são o apoio a um determinado candidato, a defesa de uma série de valores vistos como tradicionais e a ideia de luta contra um inimigo comum.

sonaristas, algo apontado pela antropóloga Leticia Cesarino (2020) em sua pesquisa e que pode ser percebido nessa também. Embora o Facebook seja interessante para entender a produção imagética desse fenômeno (por meio de memes e fotos), o WhatsApp é essencial no entendimento de trocas mais diretas (diálogos entre a comunidade, compartilhamento de informação, articulação para ação pública). Dessa forma, o acompanhamento das duas redes permite uma compreensão mais integral sobre o fenômeno bolsonarista.

É possível perceber uma resistência e até aversão a formas tradicionais de mídias, em especial a TV, mais especificamente a rede Globo, porém não se limitando a ela. A mídia tradicional é constantemente associada a manipulação e mentira, sendo motivada apenas por interesses escusos, como se vê nas Situações 1, 2 e 3 (as descrições foram realizadas buscando o máximo possível de fidelidade ao modo como ocorreram ao longo da pesquisa, de forma que alguns erros de escrita, abreviação típicas da comunicação digital foram mantidos; de outro modo, nomes ou menções que possam identificar autores ou alvos de mensagens/publicações, foram alterados para proteger suas identidades):

S.1- Rede social: Facebook; Descrição: um dos integrantes do grupo compartilhou uma imagem com logo da Rede Globo de Televisão e o seguinte texto “A regra é simples: A GLOBO É CONTRA? ENTÃO É BOM PARA O BRASIL; A GLOBO É A FAVOR? DESCONFIE”, ao que outro membro respondeu “É exatamente isso”;

S.2- Rede social: Facebook; Descrição: compartilhamento de uma imagem dos apresentadores do Jornal Nacional, William Bonner e Renata Vasconcellos, com adereços de palhaço, acompanhado do texto “Patati e Patatá”, ao que os membros reagiram com muitas risadas”;

S.3- Rede social: WhatsApp; Descrição: “um dos integrantes enviou uma charge em que um homem, segurando um microfone e com uma placa no pescoço escrito “imprensa”, tem sua boca enchida de dinheiro por um grande braço com “PT” escrito na manga, que questiona a ele “o que estava dizendo?”

Em contraponto, a internet e em especial essas comunidades tornam-se um refúgio, um lugar onde é possível uma comunicação verdadeiramente livre. Nesse sentido, é comum reprensões relacionadas ao consumo de fontes mais consolidadas (grandes empresas de mídia), como se vê nas situações 4, 5 e 6, abaixo:

S.4- Rede social: WhatsApp; Descrição: “compartilhamento de um vídeo no YouTube com o seguinte título “Fujão e covarde: mídia passa pano para ‘salvar’ Lula”, seguido de várias bandeiras do Brasil”;

S.5- Rede social: WhatsApp; Descrição: Um dos membros do grupo envia a seguinte mensagem: “A VERDADE está chegando na HORA CERTA! PT em pânico. Rui Falcão está desesperado. Reunião no Planalto. “O POVO ESTÁ DORMINDO. NÓS ESTAMOS ACORDADOS. NÓS COMPANHEIROS DA INTERNET ESTAMOS UNIDOS, PARA FAZER O QUE NUNCA ANTES FOI FEITO NESSE PAÍS: “OU A CORRUPÇÃO PARA, OU NOS PARAMOS O BRASIL!””;

S.6- Rede social: WhatsApp; Descrição: Um componente envia um áudio relacionado a cobertura da CNN sobre a invasão dos três poderes, no dia 8 de janeiro de 2023, algo que outro responde com as seguintes mensagens: “CNN TAMBÉM! ESTÁ CHAMANDO DE ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS”, “JOVEM PAN TAMBÉM TRANSMITINDO PESSOAS”;

O consumo de uma produção de conteúdo independente (por meio de um canal de YouTube), que aponta a mídia tradicional como parcial e pouco confiável, junto ao uso do termo “companheiros de internet” para se referir aos integrantes do grupo e a ridicularização de empresas de comunicação consolidadas, demonstram a dinâmica que se constrói nessas comunidades, onde a imprensa tradicional é mentirosa e a produção independente é verdadeira.

É construído um monopólio desses grupos em torno da noção do real, qualquer informação que não venha desses núcleos é encarada com desconfiança e, em contrapartida, aquelas propagadas internamente

muito dificilmente são questionadas. Embora, em momentos de incerteza ou grande mobilização (por exemplo, durante os acampamentos em frente aos quartéis após o segundo turno das eleições de 2022), exista uma maior confusão em relação a quais informações devem ou não ser consideradas, em razão do fluxo intenso de conteúdo.

Nos grupos pesquisados é possível perceber os ideais de autonomia e liberdade associados à rede, como Castells (2003) apresenta. Diferente de outros meios técnicos de comunicação, a internet, na perspectiva desses grupos, não está sujeita aos interesses empresariais da mesma forma que a TV, o ambiente digital parece ser mais livre.

Além disso, é também um espaço de disputa (como por meio de medidores como hashtag, número de seguidores e likes) e construção de significado onde tanto o eu quanto o outro são definidos, como se observa nas situações 7 e 8 – uma disputa de hashtag e uma identificação de inimigos:

S.7- Rede social: Facebook; Descrição: é levantado uma hashtag em resposta a hashtag #stopbolsonaro no dia 28/06/2020, com uma imagem em que alguém digita em um smartphone, acompanhado do seguinte texto: “A rede é nossa. Senta o dedo rapaziada!! #GoBolsonaroMundial”, com a seguinte legenda: “Os adversários estão levantando uma tag mundial contra Bolsonaro..... rrsrsr.... Esses socialistas de iPhone não sabem de nada.....rrrsr. Nossa rede de indignação contra esse Sistema corrupto e oportunista começou há, pelo menos, 6 anos, com pessoas se conectando em razão de valores e princípios comuns. Negando que somos a maioria desta nação, que resolveu confrontar a narrativa única da esquerda e que vigora mundialmente negando qualquer ideologia contrária à ela [...]” e vários comentários “#GoBolsonaroMundial” em resposta da publicação;

S.8- Rede social: WhatsApp; Descrição: um participante envia um texto em que simula a perspectiva de figuras que o grupo considera oposição, naquele momento: “EU SOU O GENERAL MOURÃO. SOU O

TRAIDOR DA PÁTRIA E MAÇON. ME INFILTREI NA CASERNA, E DEPOIS NO PLANALTO, PRA ENGANAR E ILUDIR OS IRMÃOS DE FARDA. O INIMIGO DA NAÇÃO! EU SOU COMUNISTA ESQUERDISTA. FINGI SER DE DIREITA. SEM O BOLSONARO, COM CARISMA E POPULAR EU NÃO SERIA MANDATÁRIO DO PAÍS.”

O processo de significação, parece ser sempre feito em uma lógica antagônica e sem apego a definições previamente estabelecidas. O significante “socialista de iPhone”, tal qual o “comunista” tem sentido difuso, não existe uma percepção clara do que essas figuras são essencialmente. De modo que o comunista pode ser qualquer um, inclusive o vice-presidente do “Líder”¹⁶ (ou seja, o presidente Bolsonaro) ou figuras tipicamente definidas como de direita, como o João Dória. Não existe nenhum apego a definição tradicional de termos com “socialista” ou “comunista”, eles são ampliados para abarcar toda aquela que não seja eu.

No contexto contemporâneo, a eficácia dos significantes vazios (Laclau, 2005) é ainda potencializada pela maleabilidade extrema do digital, bem como pela produtividade recursiva dos conteúdos produzidos pelos próprios usuários, que formam a base do atual modelo de negócios das mídias sociais (Mares, 2018; Mirowski, 2019). (CESARINO, 2020, p. 102)

E embora significantes vazios sejam uma característica de fenômenos populistas (CESARINO, 2020), a simplicidade da linguagem memética e a grande capacidade de reprodução/compartilhamento parece tornar o espaço digital mais propício a esse tipo de dinâmica comunicacional, é mais fácil estabelecer uma fronteira antagônica entre amigo e inimigo:

Para Laclau, no populismo, o antagonismo amigo – inimigo se sobrepõe a outra divisão, entre elite e povo, a partir da qual o líder alega representar os “de baixo” contra algum tipo de elite privilegiada, auto-interessada, hipócrita e/ou corrupta. (CESARINO, 2020, p. 99)

16. Considerando a nomenclatura usada por Cesarino (2020).

É comum publicações e mensagens que delimitem, em um formato de tópicos, aquilo que me define enquanto eu e aquilo que me distingue do outro, como forma de delimitar os valores e princípios que unificam essas comunidades, conforme as situações 9,10 e 11:

S.9 - Rede social: Facebook; Descrição: Compartilhamento de uma imagem com o seguinte texto: “ENTENDAM, NÓS NÃO IDOLATRAMOS O BOLSONARO, ESTAMOS COM ELE PORQUÊ NÃO CONCORDAMOS COM: CORRUPÇÃO, IDEOLOGIA DE GÊNERO, LEGALIZAÇÃO DO ABORTO, PERSEGUIÇÃO RELIGIOSA, REGULAÇÃO DA MÍDIA, CRIMINALIDADE, LEGALIZAÇÃO DAS DROGAS, INVASÃO DE PROPRIEDADES, DESTRUIÇÃO DA FAMÍLIA, DOCTRINAÇÃO NAS ESCOLAS, IMPUNIDADE, COMUNISMO” acompanhado de símbolos que correspondem a cada tópico, como um feto, uma folha de maconha ou a foice e o martelo;

S.10- Rede social: WhatsApp; Descrição: Um dos participantes enviou a seguinte mensagem: “NÃO VOU EXCLUIR NINGUÉM POR TER UMA OPINIÃO POLÍTICA DIFERENTE DA MINHA, MAS, SE ALGUÉM QUISER ME EXCLUIR VOU AJUDAR... Sou de direita; Cristão; Conservador; Capitalista; Carnívoro; Anti Drogas; Anti mimimi; Anti Lacração; Meu filho usa AZUL e minha filha usa ROSA; Meu filho é PRÍNCIPE e minha filha PRINCESA; A Favor do porte de armas; As universidades estão infestadas de comunistas, a pior praga; Lula é ladrão; Bandido não é vítima da sociedade é vagabundo!; Estou gostando que os militares estejam no poder e, por mim, seria 50% +1 deles;”

S.11- Rede social: WhatsApp; Descrição: Uma imagem dividida em dois, onde na primeira metade está Bolsonaro segurando uma bandeira do Brasil, com outra sobre sua cabeça, em um fundo amarelo, com os seguintes tópicos: “VIDA; BANDIDO PRESO; POVO ARMADO; VALORES CRISTÃOS; LIBERDADE; AGRO FORTE; MENOS IMPOSTO; A FAVOR POLÍCIA; ORDEM E PROGRESSO”. Do outro lado

está Lula, com o símbolo do comunismo (foice e martelo) sobre sua cabeça em um fundo vermelho, com os seguintes tópicos: “ABORTO; BANDIDO SOLTO; SÓ BANDIDO COM ARMA; IDEOLOGIA DE GÊNERO; CENSURA; MST FORTE; MAIS IMPOSTO; A FAVOR DO PCC; NARCOTRÁFICO”. Entre as metas, em preto e branco, está escrito: “VOCÊ DECIDE”

Não apenas a realidade é cognitivamente compreendida tendo como base os conteúdos disponíveis dentro dos grupos, mas os afetos são constantemente utilizados como elementos de mobilização, o apelo à religiosidade, à família e à pátria, sempre de forma genérica, é uma constante na socialização bolsonarista. De forma que o nós é diariamente construído não apenas de forma cognitiva, mas também afetiva:

S.12- Rede social: Facebook; Descrição: A divulgação da fotografia de uma senhora em cadeira de rodas, participando dos acampamentos em frente aos quartéis, com um cartaz escrito o seguinte texto: “AOS 94 ANOS ESTOU AQUI PELA LIBERDADE DE MEUS FILHOS, NETOS E BISNETOS E PELO FUTURO DO BRASIL. SOS FFAA”;

[no contexto dos acampamentos pós segundo turno de 2022]

S.13- Rede social: Facebook; Descrição: Outra fotografia, onde uma criança em ato bolsonarista dorme em cima de uma bandeira do Brasil, com a seguinte legenda “não desistam”, acompanhado de emojis da bandeira brasileira;

[no contexto dos acampamentos pós segundo turno de 2022]

S.14- Rede social: WhatsApp; Descrição: O envio da seguinte mensagem: “Já enviei para 2.500 pessoas, aproximadamente. Minha parte estou fazendo. Faça a sua, se ama sua família e seu país. #REAGE BRASIL!” acompanhado de emojis de bandeira brasileira e corações verde e amarelo.

O medo do inimigo também é um elemento central nessa dinâmica, geralmente associado ao receio diante daquilo que eles enxer-

gam como degradação moral, principalmente em relação a ideia de ideologia de gênero, ameaça comunista, a doutrinação nas escolas ou ligado a concepções mais amplas como “o sistema”, “globalismo” ou, simplesmente, “a esquerda”.

Embora o próprio Laclau não destaque este ponto, é importante que a figura do inimigo funcione também enquanto um perigo permanente à integridade do grupo e/ou da sua liderança. [...] Essa função é frequentemente desempenhada por rumores ou denúncias de risco à vida do líder e/ou de seus aliados, por parte de algum inimigo externo ou, às vezes, interno (infiltrados, traidores). (CESARINO, 2020, p. 100)

S.15-Rede social: WhatsApp; Descrição: Um integrante encaminhou uma imagem dividida em duas partes, em cima haviam crianças com bandeiras e camisetas de arco-íris, em baixo uma menina enrolada na bandeira brasileira, com seguinte texto “Criança na parada Gay pode! Mas na manifestação não! pq?”, junto a imagem, o membro enviou a seguinte mensagem: “Kd o juizado d infância? Só vê fianças nas manifestações? É muita pilantragem.”;

S.16- Rede social: WhatsApp; Descrição: Uma mensagem com o símbolo comunista, com seguinte texto “Na CHINA “”O AMOR VENCEU”” faz tempo!”;

S.17- Rede social: Facebook; Descrição: Em uma publicação sobre respeito ao ofício de professor, um participante do grupo responde com o seguinte comentário “Mesmo quando os professores ensinam ideologia de gênero nas escolas? É o que andam fazendo em algumas. Não, são todas. Já se foi o tempo que podíamos confiar”;

Além do constante estado de alerta em relação ao inimigo, se estabelece uma relação de superioridade moral, em que os opositores são considerados preguiçosos, egoístas burros e essencialmente maus:

S.18- Rede social: WhatsApp; Descrição: Mensagem encaminhada com o seguinte texto “Não sei se todos pensam como eu, mas até o semblante de um patriota é diferente de um petista.”;

S.19- Rede social: WhatsApp; Descrição: Mensagens enviadas com o seguinte texto: “Chinês apoia isso. São como petistas, eles são totalmente egoístas e invejosos. Então o estado comunista usa isso. Porém agora eles se voltaram de forma totalmente violenta contra eles”;

S.20- Rede social: WhatsApp; Descrição: A pessoa A compartilha o seguinte texto: “Acabei de ver uma frase que reflete bem o país, “Bolsonaro ganhou onde o Brasil produz e perdeu onde é sustentado”.” Ao que pessoa B responde: “Temos que concordar, infelizmente é verdade”.

A lógica binária e a simplificação da realidade são elementos fundamentais desses grupos e exemplifica bem o modo de funcionamento do populismo digital, que incorpora a suas características típicas, elementos da comunicação em rede, algo que não se limita ao bolsonarismo. Apesar da pesquisa ter se concentrado em entender a dinâmica desses grupos online, é importante demonstrar como estas tem a capacidade de gerar consequências no offline. Por exemplo, pela articulação de ações públicas:

S.21- Rede social: WhatsApp; Descrição: Pessoa C envia a seguinte mensagem: “alguma novidade ou instrução para essas próximas 48 horas? Algum movimento a nível Brasil está provocando a manifestação?”, ao que pessoa D responde: “Meu povo, vamos esperar o líder. O Presidente não se manifestou ainda.”;

S.22- Rede social: WhatsApp; Descrição: Pessoa E envia a seguinte mensagem: “Presidente Dutra aqui no Maranhão já fechou, poder ir passam as informações..... também trabalho com transporte, caminhão tem que sair hoje e estamos verificando onde ainda passa, Itinga no Maranhão fechou”, ao que F respondeu “Gente, sério! Só um imbecil que-

ria a volta do PT, eu tô revoltada, triste, com medo, tudo ao mesmo tempo.”;

S.23- Rede social: WhatsApp; Descrição: Um integrante envia a seguinte mensagem: “E PRA IR PRA ESPLANADA.TODOS PARA ESPLANADA. TODOS PARA ESPLANADA. TODOS PARA ESPLANADA.”;

Ou para a exposição de pessoas que são tidas como inimigas, sem nenhum tipo de critério, o que pode ocasionar lixamento público ou perseguição, como se vê nas situações descritas abaixo, que demonstra as articulações feitas, pós segundo turno de 2022:

S.24- Rede social: WhatsApp; Descrição: É encaminhado ao grupo a foto de uma mulher com o seguinte texto: “Pessoal o nome dessa infiltrada é Maria ela se diz patriota mas está provocando desistência e desânimo nos patriotas que estão nas manifestações, repassem para o maior número de grupos pra deixarmos essa traidora famosa”;

S.25- Rede social: WhatsApp; Descrição: Outra fotografia de uma mulher, como fundo do seguinte texto: “passa para todo os grupos está petista está infiltrada aqui no QG de Brasília”, acompanhado da seguinte mensagem “Administradores, essa é Ana ex vereadora pelo PT em Porto Belo e tbm foi candidata a prefeitura na eleição que ouve esse ano aqui [...]”;

S.26- Rede social: WhatsApp; Descrição: Um integrante encaminhou a seguinte mensagem “Fazemdeiros, policiais militares, empresarios vamos compartilhar mototaxi X debochando da cara dos pais de familias de bem k lutam por um pais melhor”, acompanhado de um vídeo do mototaxista X, ao que outro membro respondeu “Sei quem o cidadão; Vou atrás dele; Ele era da torcida organizada do time Y”.

Parece haver uma série de fatores sobrepostos que tornam o bolsonarismo possível tal qual se apresenta, características típicas da sociabilidade digital (comunicação livre e autônoma, principalmen-

te quando comparado a outros meios, que tende resistir a qualquer tipo de regulação), se alinham a aspectos característicos de fenômenos populistas (como a mobilização em torno de significantes vazios, a construção de uma unidade política e o estabelecimento do eu e do outro), em um espaço que possibilita um alto grau de reprodução/compartilhamento ao mesmo tempo que direciona de forma personalizada as mensagens vinculadas.

É a confluência desses elementos que torna o funcionamento dessas comunidades possível. Nesse sentido, entender comunidades bolsonaristas no ciberespaço é essencial para compreender suas ações fora da rede, já que é nela que os valores e a noção de unidade são desenvolvidos e estabelecidos. Eventos como a invasão aos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023 demonstram a capacidade mobilizadora da comunicação digital.

Considerações finais

Diante da relevância que o espaço online vem ganhando, como uma nova forma de esfera pública, arena de disputas políticas, é preciso compreender as dinâmicas que se estabelecem a partir das especificidades da rede, que são muitas e não caberia esgotá-las nesta pesquisa.

Contudo o esforço aqui empregado pretendia: 1) entender a internet como meio técnico de comunicação, partindo de uma teoria geral da mídia; 2) compreender o bolsonarismo enquanto fenômeno heterogêneo e como a representação de uma nova forma de populismo. 3) Analisar cotidianamente a sociabilidade bolsonarista em grupos do Facebook e WhatsApp, em que foi possível perceber como as características específicas da rede são fundamentais para a forma como essas comunidades se organizam no digital e como gera consequências para o offline.

Foi possível perceber a correlação de fatores que tonam o bolsonarismo possível como ele é, a forma como a comunicação digital, tanto por suas características técnicas quanto por valores associa-

dos ao seu desenvolvimento, parece contribuir com o potencial de mobilização de fenômenos populistas como o bolsonarismo, como se torna mais propício ao surgimento e estabelecimento desse tipo de fenômeno.

Dessa forma, buscou-se contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas de sociabilidade em rede, considerando a relevância e a carência de produção netnográfica, uma vez que sendo esse campo extremamente dinâmico – por causa do rápido desenvolvimento técnico – é preciso uma análise mais constante, a fim de um maior entendimento dos desenvolvimentos dessas novas práticas sociais.

Referências

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista Usp**, São Paulo, n.86, 2010. p. 122-135.

BATISTELLA, Alessandro. Reflexões acerca do conceito de populismo: da teoria clássica às contribuições de Ernesto Laclau. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, 2020. p. 2-22.

BECK, Cesar; FORNACIER, Mateus de Oliveira. Cambridge Analytica: Escândalo, Legado e Possíveis Futuros para a Democracia. Editora Unijuí. **Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí**, v. 29, n. 53, 2019. p. 182-195.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. 27a edição. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

EISENBERG, José. Internet, Democracia e República. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003. p. 491-511.

GUIMÓN, Pablo. O 'Brexit' não teria acontecido sem a Cambridge Analytica. **El País**, 26 de mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/internacional/1522058765_703094.html. Acesso em: 01 jul. 2023.

GRECO JUNIOR, Raul; LACERDA, Tiago Eurico. (org.). **Educação remota em tempos de pandemia: ensinar, aprender e ressignificar a educação**. 1.ed. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021.

KALIL, Isabela. Do “cidadão de bem” ao “patriota”: eleições, desinformação e extremismo. In: INÁCIO, Magma; OLIVEIRA, Vanessa Elias (Orgs.). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?** São Paulo: Hucitec Editora, 2022. p. 237-250.

KALIL, Isabela. O que são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. **Relatório do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual (NEU) da FESPSP**. São Paulo, out. 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

NOBERTO, Cristina; LOIOLA, Catarina. 51% da população mundial têm acesso à internet, mostra estudo da ONU. **Correio Braziliense**, 04 de nov. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/04/internas_economia,803503/51-da-populacao-mundial-tem-acesso-a-internet-mostra-estudo-da-onu.shtml. Acesso em: 01 abr. 2023.

RAMOS, Jair de Souza. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Revista de Antropologia**, Vivência. n. 45, 2015. p. 57-76.

Silva, Danilo da C. P. Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 59, 2020. p. 1171-1195.

SOARES, Samara Sousa Dinis; SLENGEL, Márcia. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP**, v. 32, 2021. p. 1-11.

Sousa, Alana; HENRIQUE, Leonardo; COELHO, Penélope. Lula X Collor: como a mídia influenciou as eleições de 1989. **Aventuras na História UOL**, 20 out. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/lula-x-collor-como-midia-influenciou-eleicoes-de-1989.phtml>. Acesso em: 01 abr. 2023.

THOMPSON, John B.. **The Media and Modernity**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

GT4 - Sociologia e vida econômica contemporânea



Lucro social: a negociação entre o merchandising social e as demandas sociais por meio das telenovelas

Hugo Henrique Ripardo dos Santos
UFMA

Jhonnatan O. dos Santos
UFMA

Larissa Leda F. Rocha
UFMA

Considerações iniciais

A partir de discussões anteriores sobre as dinâmicas do mercado televisivo nas telenovelas (Santos; Rocha, 2023), vimos que há trabalhos focados no “como” o *merchandising* social atua em novelas brasileiras da Rede Globo, mas não muitos que se debruçam sobre o que é.

O nosso objetivo geral nesta pesquisa é propor o aprofundamento teórico e tentativa de sistematização sobre o conceito de *merchandising* social, juntamente com a noção de ação sócio-educativa (Intercom, 2023, on-line). Para isso, baseamo-nos na metodologia de pesquisa teórico-bibliográfica fundamentados em autores que introduziram a definição de *merchandising* social na literatura, destacando os trabalhos de Lopes (2009) e Schiavo (2002; 2006). Também nos baseamos em uma pesquisa de caráter exploratório a partir dos episódios de beijos homoafetivos trazidos por Moreira e Machado (2022) e a repercussão que os eventos tiveram entre o público.

Com as primeiras reflexões das leituras, pudemos perceber que o *merchandising* social refere-se a uma atitude do mercado televisivo para buscar atender as demandas sociais das audiências do novo *ethos* da sociedade contemporânea. Ao observarmos que os casos mais conhecidos de *merchandising* social estão veiculados às novelas da Rede Globo, vemos que embora o grupo trabalhe sob os comandos do setor privado televisivo e busquem expansão do lucro de seus produtos e serviços, há também um movimento para propor uma lógica alternativa, mais preocupada com a responsabilidade social e ambiental.

Assim notamos o surgimento do que escolhemos chamar de lucro social por meio das ações sócio-educativas e do *merchandising* social das telenovelas. Se o lucro comercial é o retorno financeiro para a iniciativa privada, o lucro social pode ser compreendido um ganho para a sociedade pois o *merchandising* social visa, prioritariamente, ensinar e debater princípios éticos e universais para que as pessoas tenham ciência das

várias questões e dilemas sociais, ao passo que apresenta tentativas de respostas para resolver tais problemáticas.

Sistematização teórica do merchandising social

De início, baseamo-nos no conceito de *merchandising* social trazido por Lopes (2009). A autora compreende esse termo como a inserção intencional de mensagens socioeducativas a respeito de problemas sociais nas tramas das produções de teledramaturgia¹. O intuito dessa ação é difundir conhecimentos, promover valores e princípios éticos e universais. Para caracterizar o *merchandising* social, é necessário haver referência a medidas preventivas, protetivas, reparadoras ou punitivas; alertar sobre as causas e consequências decorrentes dos comportamentos inadequados trazidos e valorizar a diversidade de opiniões e pontos de vista. Em uma perspectiva similar, Schiavo (2002, p. 1) conceitua da seguinte maneira:

O *merchandising* social é a inserção sistematizada e com fins educativos de questões sociais nas telenovelas e minisséries. Com ele, pode-se interagir com essas produções e seus personagens, que passam a atuar como formadores de opinião e agentes de disseminação das inovações sociais, provendo informações úteis e práticas a milhões de pessoas simultaneamente – de maneira clara, problematizadora e lúdica.

Devemos enfatizar que, embora o *merchandising* social busque mudanças práticas para a resolução, ou no mínimo, redução e combate às questões suscitadas dentro da narrativa, a não realização de medidas concretas na vida real não implica dizer que determinado caso de *merchandising* social foi malsucedido². Conforme Lopes (2009) nos lembra, o objetivo é difundir conhecimentos e promover valores e princípios éticos e universais. Além disso, por exemplo, há temáticas que requerem, não obrigatoriamente medidas de caráter punitivo, mas sim a conscien-

1. Para este trabalho, as produções de teledramaturgia são as telenovelas, especificamente.

2. Não estamos propondo debater as noções de sucesso ou fracasso sob uma ótica financeira ou em números de audiência, apenas reforçar que o *merchandising* social é uma busca por melhorias sociais.

tização da população sobre determinado assunto. Portanto, se uma temática é abordada dentro da telenovela e provoca debates entre a população, houve a consolidação do *merchandising* social.

O *merchandising* social não é uma ação socialmente relevante somente na época de sua primeira exibição, permeia-se ao longo dos anos, por mais contemporâneos que sejam os temas abordados pontualmente em uma telenovela. Segundo Schiavo (2006, p. 9) “pode-se postular que o *merchandising* social é uma ação socioeducativa plenamente sustentável a longo prazo, pois os seus conceitos permeiam as áreas centrais de produção da Rede Globo”.

Dentre alguns dos casos mais emblemáticos de *merchandising* social na televisão brasileira, podemos citar a aprovação do Estatuto do Idoso devido à da repercussão e engajamento social da novela *Mulheres Apaixonadas* (Globo, 2003)³.

Fotografia 1 – Cena em que o casal Leopoldo e Flora estão juntos, veiculada na novela *Mulheres Apaixonadas*



Fonte: CEDOC/ TV Globo (2011)

A conscientização para a leucemia mieloide aguda em *Laços de Família* (Globo, 2000)⁴ e posterior aumento nas doações de medula óssea em hospitais durante o período de exibição da telenovela.

3. Notícia disponível em: bit.ly/3Prw117. Acesso em: 02 mai. 2024.

4. Notícia disponível em: bit.ly/3Wp0KTb. Acesso em: 02 mai. 2024.

Fotografia 2 – Cena na qual Camila tem o cabelo cortado, veiculada na novela *Laços de Família*



Fonte: Uol (2021)

O impacto da alopecia na autoestima das mulheres ilustrada em *Vai na Fé* (Globo, 2023)⁵.

Fotografia 3 – Cena em que Marlene tira a peruca, veiculada na novela *Vai na Fé*.



Fonte: Globo (2023)

5. Notícia disponível em: bit.ly/43HyKv1. Acesso em: 02 mai. 2024.

E, para este trabalho, abordaremos a inclusão do primeiro beijo homoafetivo da teledramaturgia nacional, na Globo, em *Amor à Vida* (Globo, 2014)⁶.

Fotografia 4 – Cena em que Félix e Niko se beijam, veiculada na novela *Amor à Vida*.



Fonte: Globo (2014)

No vídeo intitulado “Live 18. Ficção Televisiva Seriada Brasileira: 30 anos de pesquisa”, Lopes (2023) apresenta a definição de ação sócio-educativa. Entendendo como uma abordagem de uma questão social na trama da telenovela, que visa ensinar cidadania ao telespectador e, por meio das atitudes dos personagens no decorrer da narrativa, apresentar e popularizar temáticas sociais. No vídeo citado, Lopes comenta alguns casos de ação sócio-educativa, a exemplo da telenovela *Vale Tudo* (Globo, 1988), que aborda o alcoolismo e divulga o trabalho dos Alcoólicos Anônimos (A.A.); *Renascer* (Globo, 1993)⁷, que versa sobre o universo dos meninos de rua e *Rei do Gado* (Globo, 1996), que retrata a reforma agrária.

6. Notícia disponível em: bit.ly/3WgcyqR. Acesso em: 30 abr. 2024.

7. No período de escrita deste artigo, a Globo produz e exibe o *remake* da novela *Renascer* (1993), o que reforça, neste caso, a importância e a contemporaneidade dos temas sociais abordados na ficção televisiva.

Embora a autora apresente esses conceitos separadamente, acreditamos que são complementares: se o intuito do *merchandising* social é promover transformações na sociedade, primeiro é importante explicar porque tal comportamento é problemático. Desse modo compreendemos a ação sócio-educativa como etapa inicial e básica para a realização do *merchandising* social pois aquela pode e é interpretada como o momento de conscientizar o público sobre o seu papel de cidadão brasileiro. Mesmo que estejamos nos referindo à ação sócio-educativa e ao *merchandising* social como etapas que ocorrem em instâncias um pouco distintas, esses termos comumente se mesclam, deixando mais tênue a linha que diferencia esses termos e complexifica qualquer tentativa teórica de separá-los.

É possível ver essa complexidade conceitual ao observar o beijo entre os personagens Félix e Niko em *Amor à Vida* (Globo, 2014). Esse episódio possui um caráter de *merchandising* social ou de ação sócio-educativa? Podemos considerar o primeiro pois ajudou a levantar debates em torno das diversidades sexuais; por outro lado também podemos considerar como o último pois inclui e visibiliza a população LGBTQIAP+, com destaque para os homossexuais nesse exemplo, o que é uma forma de promover cidadania ao tratar uma minoria social como humana, com o direito de ser feliz com quem ama. Desde já compreendemos que nem sempre é possível afirmar que uma situação trazida pela telenovela é um caso somente de *merchandising* social ou de uma ação sócio-educativa, mas possui aspectos de ambos simultaneamente.

Assim, podemos considerar a seguinte possibilidade de sistematização: ação sócio-educativa, etapa na qual a telenovela apresenta uma situação ou temática para visibilizar, conscientizar e iniciar discussões no corpo social a respeito de um dado assunto; posteriormente o *merchandising* social como fase na qual a novela propõe alternativas aplicáveis no cotidiano para resolver a problemática levantada. Essas respostas variam desde conselhos dados pelos personagens na trama e divulgação do número de grupos de apoio à aprovação de leis e outras medidas legais. Por fim, com os debates, conscientizações e realizações de medidas concretas, o *merchandising* social culmina no que vamos chamar de lucro social.

O lucro social e sua inserção no capitalismo contemporâneo

O lucro social é aqui compreendido como a fase final de todo processo das ações sócio-educativas e do *merchandising* social.

A noção de lucro social surge como uma alternativa em relação à lógica do lucro comumente pensado como restrito aos retornos financeiros de um produto ou serviço. A própria noção de *merchandising* social pode ser interpretada como uma ressignificação da ideia tradicional do *merchandising* comercial das telenovelas, pois estão inseridas em um contexto econômico no qual “muitos empresários buscaram tirar proveito da atenção que a sociedade dá à telenovela e introduziram o *merchandising* comercial como um meio a mais para ofertar seus produtos” (Zacariotti; Costa, 2006, p.5).

Nesse sentido, o lucro social pode ser entendido como um ganho social para além do que o capital consegue promover ou medir: a humanização do outro. Se o lucro comercial é o indicativo do sucesso de um produto ou serviço, o lucro social representa a aceitação da oferta de sermos humanos uns com os outros.

Conforme foi abordado no tópico anterior, os casos mais emblemáticos de ação sócio-educativa e *merchandising* social estão presentes nas telenovelas da Rede Globo, uma empresa privada. No Brasil, o serviço de radiodifusão é realizado por grupos privados e concessões estatais. O cenário televisivo brasileiro, com destaque para a TV broadcast/TV aberta, possui um cunho mais mercadológico e voltado para a geração de lucro financeiro, diferenciando-se, por exemplo, do modelo europeu⁸. Se esse é o formato no qual a TV broadcast funciona no Brasil, por que vemos uma empresa como a Globo abordar temas sociais nas telenovelas?

Uma possível resposta é apresentada pelo Newton Cannito (2009). O autor fala da televisão como um jogo, por estar em uma constante negociação entre o conteúdo que as emissoras televisivas oferecem e o que o público gosta de ver.

Por sua vez, Wolton (1996) comenta sobre a TV como um campo de forças em atrito, destacando uma perspectiva de interferência estatal. O

8. “Para a Europa, a TV nasceu como um meio unidirecional e impregnado de uma ideologia de serviço público” (Scolari, 2014, p. 39).

autor explica que a televisão brasileira adquiriu algumas de suas características marcantes, a exemplo da construção da identidade nacional, durante o período de 1964-1975, coincidindo com o início da ditadura militar no país⁹. Numa perspectiva similar, Ortiz (1988, p. 120) explica como o fator econômico se impôs sobre as liberdades políticas e individuais:

Quando a TV Globo e a TV Tupi assinam um protocolo de autocensura em 1973, procurando controlar o conteúdo de suas programações, o que essas emissoras estão fazendo é circunscrever a vontade de se conquistar o mercado a qualquer preço, aceitando-se cumprir os compromissos adquiridos anteriormente junto ao Estado Militar.

Após a ditadura militar, a televisão renova o sentido de identidade social, que passa a ser mais voltada para a emancipação popular, direitos sociais e defesa da democracia. Contudo, o novo *ethos* não tirou o caráter mercadológico e comercial da televisão e, por consequência, da telenovela. Nessa configuração, Wolton (1996, p. 153) aponta que o “paradoxo é que muito cedo essa televisão privada comportou-se como se tivesse as limitações de serviço público”.

Inseridos em uma lógica capitalista, devemos ter em mente que empresas buscam maximizar os ganhos monetários com seus produtos e serviços. Contudo o público consumidor de telenovelas, especificamente, ficou mais crítico, exigente e preocupado com as novas demandas sociais e ambientais. O senso comum pós-freudiano (Xavier, 2003), por exemplo, significa uma mudança nos valores da sociedade contemporânea, que deixa de se basear unicamente em princípios e justificativas religiosas e incorpora a psique humana nas explicações para lidar com as questões e dilemas do cotidiano popular. Nesse cenário, a televisão modifica-se e adapta-se para acompanhar o novo *ethos* social porque “a TV é um dispositivo audiovisual poderoso pelo seu alto grau de fidelidade e verossimilhança na re-produção de realidades” (Orozco Gómez, 2014, p. 99).

9. Wolton (1996) não defende a interferência da ditadura na mídia. Ele apenas traça uma perspectiva histórica sobre a televisão no Brasil.

Consequentemente a telenovela, como narrativa da nação (Lopes, 2009), transforma-se para abarcar o compromisso com as questões sociais emergentes e auxiliar na construção da nova identidade nacional, mais plural e diversa. Como nos diz Schiavo (2002, p. 4):

Esse processo teve seu ponto culminante em meados de 1999, com a explícita assunção do merchandising social pela alta direção da Rede Globo, que o reconheceu como uma das mais bem-sucedidas alternativas para a concretização de sua função social. É importante ressaltar que a ação educativa é, hoje, parte da própria filosofia de produção da Rede Globo. Ou seja: desenvolveu-se, na Emissora, uma verdadeira cultura de abordagem das questões sociais em todos os níveis de sua programação diária, sempre com uma clara intencionalidade socioeducativa.

Todavia, a demanda do público por mais diversidade nas telas nem sempre é acatada porque há diversas tensões entre o que o mercado televisivo oferta e o que alguns grupos sociais enxergam como legítimo e digno de representação. Embora episódios como o beijo entre Félix e Niko (*Amor à Vida*, 2014) tenham gerado bastante repercussão à época de sua primeira exibição¹⁰, ainda hoje é possível perceber a resistência de grupos religiosos e conservadores sobre beijo homoafetivo¹¹. Essa resposta negativa de parte da sociedade traduz-se no risco de perda financeira para a empresa. Ao mesmo tempo, não atender às demandas do público que deseja inclusões também pode significar prejuízos tanto sociais quanto econômicos.

Moreira e Machado (2022, p. 82) trazem uma perspectiva interessante sobre as representações LGBTQIAP+ na televisão ao comentar que há uma adição de óticas plurais na televisão, ainda que em detrimento da representação de outros grupos minoritários:

A década de 1990, por sua vez, ainda que tenha mantido a lógica de um predomínio de figuras gays em detrimento de lésbicas, bissexuais e travestis/transsexuais, aciona perspectivas mais plurais de representação,

10. Notícia disponível em: bit.ly/3Qq7cWp. Acesso em: 02 mai. 2024.

11. Notícia disponível em: bit.ly/3wa2MMs. Acesso em: 04 mai. 2024.

trazendo, por exemplo, mais discussões em torno do preconceito e da discriminação.

Com base em quatro casos de beijos homoafetivos nas telenovelas *Amor à Vida* (Globo, 2014), *Orgulho e Paixão* (Globo, 2018), *Bom Sucesso* (Globo, 2019) e *Malhação – Toda forma de amar* (Globo, 2019-2020) trazidos no trabalho de Moreira e Machado (2022) é possível perceber que as representações homoafetivas nas telenovelas têm sido abordadas de diferentes maneiras com o passar do tempo. Embora os autores critiquem que os beijos entre dois homens, nas novelas mencionadas, tenham ocorrido em lugares fechados e com poucas ou nenhuma pessoa para testemunhar, com a exceção de *Malhação – Toda forma de amar* (que ocorreu em lugares públicos e foi alvo de homofobia por parte de alguns personagens em cena), a repercussão social dos quatro episódios mostrou-se positiva por parte do público e dos intérpretes¹², ainda que tenha havido problemas¹³. Com isso podemos observar que o lucro social das telenovelas tem sido buscado, ainda que as repercussões de beijos homoafetivos, neste caso, nem sempre sejam favoráveis¹⁴.

É necessário considerar que, mesmo a televisão sendo um campo de intensos conflitos, a oferta que o mercado televisivo pode propor leva em consideração a sua responsabilidade social e o lucro. Por vezes, um se sobressai ao outro. Isso não quer dizer que quando a Globo censura um beijo lésbico, por exemplo, ela está isenta de culpa e que os maiores responsáveis são os grupos sociais mais conservadores, apenas reforça o quanto a televisão é permeada por diferentes tensões.

E como a telenovela promove o lucro social? De acordo com Lopes (2009), a telenovela brasileira é a narrativa da nação porque consegue combinar temáticas e situações do mundo real que contribuem para a construção da cidadania com histórias de amor e drama particulares dos

12. Notícias disponíveis em: bit.ly/3xUQacp; glo.bo/3UMpLqn; bit.ly/3UmokNM e bit.ly/3UveclI. Acesso em: 04 mai. 2024.

13. Notícia disponível em: bit.ly/4a5IgdX. Acesso em: 04 mai. 2024.

14. “A atuação da bancada evangélica, que se fortaleceu nas eleições de 2014 e que é conhecida por se posicionar contra direitos LGBTQT, também foi crucial para a repercussão negativa tanto do beijo quanto da novela” (Gilard e Matheus, 2016, p. 13).

personagens no universo ficcional da novela. A autora também destaca o caráter pedagógico da narrativa. De modo análogo, podemos pensar na catarse¹⁵ (Aristóteles, 2005) do teatro grego. A plateia passava por uma “lavagem de almas” ao ver o herói sofrer, o que ajudava a expurgar os males internos dos espectadores, o lado sombrio do público. Se o destino final do herói grego trazia alívio às pessoas, o sofrimento pelo qual o protagonista das telenovelas passa ao longo da trama nos faz perceber a cidadania, ou a ausência dela, nas situações encenadas e que não estão limitadas a acontecer apenas na tela:

A linguagem narrativa da telenovela manifesta-se num modo peculiar de “contar histórias”: é como se aquela narração estivesse sendo contada por alguém da nossa família, por uma “pessoa” de nossas relações, o que permite aproximações e identificações por parte do espectador. Ela sempre narra “casos” que aconteceram aqui e acolá, construindo uma história sem fim, caracterizando uma espécie de conversação em andamento (Baccega, 2022, p. 16).

A função educadora da novela, conforme Schiavo (2002) nos recorda, não preenche, tampouco almeja substituir os espaços e a importância da educação familiar e do ensino formal. Isso porque o caráter educativo da telenovela brasileira volta-se para a área da convivência social, com ênfase para as interações entre indivíduos e grupos na cidade e sociedade contemporâneas.

Nesse sentido é possível fazer um breve comparativo com a antiguidade grega. Assim como Aristóteles (1991) escreveu a obra *Ética a Nicômaco* para seu filho com o objetivo de orientá-lo para que ele soubesse agir de forma correta na ocasião adequada, as telenovelas nos lembram de que valores éticos são universais, válidos para todos e em qualquer situação ou época. Portanto, a novela nos orienta, de forma lúdica, a buscar o lucro social. Para alcançá-lo, a ficção nos mostra como podemos

15. A catarse é a limpeza coletiva de almas. Nas tragédias gregas, o protagonista tinha um destino cruel como consequência de seus defeitos humanos e erros cometidos ao longo da história. Ao presenciar esse acontecimento, a plateia via no herói um “bode expiatório” no qual poderiam depositar seus males interiores. Quando o protagonista morria, era como se o lado sombrio da plateia morresse com ele.

ser cidadãos e, acima de tudo, chama-nos para sermos humanos e conviver melhor com nós mesmos e com os demais ao nosso redor.

Considerações finais

Este trabalho propôs uma reflexão teórica sobre o conceito de *merchandising* social com base nas reflexões de Lopes (2009) e Schiavo (2002; 2006), bem como a partir da observação da repercussão dos beijos homoafetivos em quatro novelas da Globo estudadas no trabalho de Moreira e Machado (2022).

Observamos que a telenovela, como narrativa da nação (Lopes, 2009), desempenha o papel social de representar os diversos “brasis” dentro do Brasil com o intuito de criar uma identidade nacional, ou seja, mostrar que a população brasileira é um único povo, repleto de variações e especificidades socioculturais. Por meio dos personagens e tramas, a novela ajuda a visibilizar e legitimar as inúmeras formas de identificar-se como indivíduo, de relacionar-se com si mesmo e com o outro apesar das diferenças regionais, religiosas, etárias, de orientação sexual e de gênero.

Essa noção de identidade nacional foi modificada com o decorrer do tempo: começou como um instrumento político-ideológico da ditadura militar brasileira e tornou-se uma ideia da união de país em favor da emancipação popular, direitos sociais e defesa da democracia. É no contexto desse novo *ethos* contemporâneo que falamos em *merchandising* social (Lopes, 2009; Schiavo, 2002, 2006). Essa ação ocorre quando a novela apresenta um problema social na trama com o objetivo de difundir conhecimentos, promover valores e princípios éticos e universais para apresentar maneiras de resolver as questões levantadas.

Aliado a esse conceito está a ideia de ação sócio-educativa (Intercom, 2023, on-line), entendida como a abordagem de uma temática social na trama da telenovela, que visa apresentar e popularizar o tema apresentado e ensinar cidadania ao telespectador. A complexidade teórica para separar essas definições nos mostrou que a ação sócio-educativa e o *merchandising* social são ideias complementares e podem ser sistematizadas como etapas interligadas.

Desde já compreendemos o processo de *merchandising* social como uma ação teleológica, isto é, busca uma finalidade objetiva. O fim almejado é o lucro social, que é aqui entendido como a fase final de todo processo das ações sócio-educativas e do *merchandising* social. Inseridos em uma lógica capitalista, apreendemos o lucro social como um ganho social para além do que o capital consegue promover ou medir: a humanização do outro e a promoção da cidadania.

Referências

Após corte em Órfãos da Terra, Malhação teme censura da Globo em beijo gay. [S. l.]: *Notícias da TV*, 18 set. 2019. Disponível em: bit.ly/4a5IgdX. Acesso em: 04 mai. 2024.

Aristóteles, 384-322 A.C. (2005). *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix.

Aristóteles. (1991). *Ética a Nicômaco*; Poética / Aristóteles. — 4. ed. — São Paulo: Nova Cultural.

Baccega, Maria Aparecida. (2022). Reflexões sobre telenovela: o âmbito do ficcional como desenho do cenário das práticas de consumo. In: Lemos, Lígia Prezias; Rocha, Larissa Leda F. (Orgs.). (2022). *Ficção seriada: estudos e pesquisas*, v.5. Alumínio, SP; São Luís: Jogo de Palavras; Edufma, p. 13-29.

Beijo de Félix e Niko é cena histórica em novela e quebra tabu na Globo. Rio de Janeiro: *Uol*, 31 jan. 2014. Disponível em: bit.ly/3WgcyqR. Acesso em: 30 abr. 2024.

Cannito, Newton Guimarães. (2009). *A TV 1.5 - A televisão na era digital*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Casal de idosos em novela será ouvido em subcomissão. [S. l.]: *Agência Senado*, 26 mai. 2003. Disponível em: bit.ly/3Prwl17. Acesso em: 02 mai. 2024.

Cavalcante, Diogo. (2021). Efeito Camila: Cena de Laços de Família pode reestimar cadastro de doadores de medula: Em 2001, Inca viu número de registros disparar; sequência será reprisada hoje. [S. l.]: *Natelelinhauol*, 8 fev. 2021. Disponível em: bit.ly/3Wp0KTb. Acesso em: 02 mai. 2024.

Dias, Surenã. (2019). Após beijo gay, ator de Malhação fala sobre repercussão: “Me surpreendi”. [S. l.]: *ObservatórioG*, 30 set. 2019. Disponível em: bit.ly/3Uvecll. Acesso em: 04 mai. 2024.

Fernando, B. (2020). Beijo gay marca final de Bom Sucesso e internet comemora. [S. l.]: *TVPrime*, 24 jan. 2020. Disponível em: bit.ly/3UmokNM. Acesso em: 04 mai. 2024.

Gilard, Vitor Paulo de Souza; Matheus, Letícia. (2016). *Trama narrativa e o “beijo gay” na telenovela brasileira*. Artigo apresentado no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, São Paulo, 05 a 09 set. 2016, p. 1-17.

Intercom. (2023). Live 18. Ficção Televisiva Seriada Brasileira: 30 anos de pesquisa. [S. l.]: *Youtube*, 06 jun. 2023. Disponível em: bit.ly/42QSyeb. Acesso em: 03 mai. 2024.

Juliano Laham e Pedro Henrique Müller comemoram beijo gay de seus personagens em ‘Orgulho e Paixão’. [S. l.]: *GI*, 13 set. 2018. Disponível em: globo.com/3UMpLqn. Acesso em: 04 mai. 2024.

Lima, Débora. (2023). Em Vai na Fé, Marlene vive drama com doença e explica uso de peruca: ‘Vergonha’. [S. l.]: *Uol*, 15 abr. 2023. Disponível em: bit.ly/43HyKv1. Acesso em: 02 mai. 2024.

Lopes, Maria Immacolata Vassallo de. (2009). Telenovela como recurso comunicativo. *Matrizes*, São Paulo, Ano 3 – n° 1, p. 21-47.

Moreira, Matheus Antônio; Machado, Felipe Kolinski. (2022). Que beijo foi esse, viado? Sentidos sobre gênero e sexualidade em disputa a partir de beijos gays vinculados em telenovelas da Rede Globo. *Lumina*, v. 16, n.1, p. 79-95.

Neves, Carla. (2014). «É um grande passo na sociedade», diz Mateus Solano sobre beijo gay. São Paulo: *Uol*, 1 fev. 2014. Disponível em: bit.ly/3xSV89s. Acesso em: 30 abr. 2024.

Orozco Gómez, Guilherme. (2014). Televisão: causa e efeito de si mesma. In: Scolari, Carlos Alberto; Carlón, Mario; Fachine, Yvana. (orgs.). (2014). *O fim da televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Tempo, p. 96-113.

Ortiz, Renato. (1988). O mercado de bens simbólicos. In: Ortiz, Renato. (1988). *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, p. 113-148.

Santos, Hugo Henrique Ripardo dos; Rocha, Larissa Leda F. (2023). *Merchandising social: quando o lucro social da TV ultrapassa os ganhos comerciais*. Artigo apresentado na XI Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP, São Luís, 19 a 22 set. 2023, p. 1-15.

Schiavo, Márcio Ruiz. (2002). *Merchandising social: as telenovelas e a construção da cidadania*. Artigo apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Salvador, 01 a 05 set. 2002, p. 1-12.

_____. (2006). *Dez anos de merchandising social*. Artigo apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Brasília, 06 a 09 set. 2006, p. 1-11.

Scolari, Carlos Alberto. (2014). This is the end: as intermináveis discussões sobre o fim da televisão. In: Scolari, Carlos Alberto; Carlón, Mario; Fechine, Yvana. (orgs.). (2014). *O fim da televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Tempo, p. 34-53.

Vaquer, Gabriel. (2023). Globo ignora críticas do público e censura novo beijo lésbico em Vai na Fé. [S. l.]: *Notícias da TV*, 24 maio 2023. Disponível em: bit.ly/3wa2MMs. Acesso em: 04 mai. 2024.

Viva. (2020). Mateus Solano e Thiago Fragoso falam sobre beijo histórico entre Félix e Niko | Os casais que amamos. [S. l.]: *YouTube*, 26 dez. 2020. Disponível em: bit.ly/3xUQacp. Acesso em 02 mai. 2024.

Wolton, Dominique. (1996). *Elogio do grande público - uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Atica.

Xavier, Ismail. (2003). Da moral religiosa ao senso-comum pós-freudiano: imagens da história nacional na teleficção brasileira. In: XAVIER, I. (2003). *O olhar e a cena: melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 143-160.

Zacariotti, Marluce Evangelista C.; Costa, Vanusa Ferreira. (2006). *Telenovela e merchandising social: ficção e realidade*. Artigo apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Brasília, 06 a 09 set. 2006, p. 1-15.

GT4 - Sociologia e vida econômica contemporânea



Orientando o olhar sobre as feiras livres de São Luís: uma abordagem institucionalista dos mercados

Alexandre Costa Fernandes
UFMA

Abel Cassol
UFMA

Introdução

Nos anos recentes a sociologia tem experimentado uma convergência entre o campo dos estudos rurais e a sociologia econômica. A partir do consenso entre a necessidade de analisar de forma integrada e interligada as dimensões de produção e consumo de alimentos, a sociologia rural tem se utilizado do cabedal teórico e analítico da sociologia econômica para investigar os sistemas alimentares (Murcott, 2019; Fanzo, 2018). A partir do reconhecimento da alimentação como um campo transversal que exige múltiplas competências públicas e da sua capacidade em servir como ponto de interface entre diferentes políticas e iniciativas cidadãs, a temática do abastecimento alimentar nas cidades têm se fortalecido.

Esse fortalecimento, no âmbito científico, vem acompanhado de uma crescente discussão e teorização em torno da segurança alimentar, da alimentação saudável, do desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis e da criação de redes alimentares locais e territoriais. Em outras palavras, as políticas públicas de abastecimento encontram-se no coração das políticas alimentares (Pingali; Sunders, 2017).

Um dos principais mecanismos dessas políticas públicas é a criação de feiras de diferentes tipos (agroecológicas, livres, mistas, solidárias), as quais têm experimentado valorização e crescimento nos últimos anos.

Nesse sentido, o presente artigo analisa de que forma e quais são as instituições sociais que conformam a governança e as práticas de comprar, vender, apresentar, sentir ou apreciar os alimentos em distintos tipos de feira em São Luís-MA. As questões teóricas e os resultados parciais aqui apresentados são um desdobramento do projeto *A governança em mercados alimentares locais de São Luís/MA: instituições, redes sociais e cultura*, que encontra-se em andamento¹. Os dados coletados fo-

1. O referido projeto é coordenado pelo co-autor deste artigo, Abel Cassol, sendo que a discussão aqui proposta é resultado de pesquisa de iniciação científica realizada pelo outro autor, Alexandre Fernandes. Atualmente, o projeto encontra-se na fase de aplicação de questionários junto aos atores que participam das feiras pesquisadas.

ram obtidos por meio da realização de entrevistas e conversas com atores-chave (secretários municipais e estaduais; feirantes; consumidores e representantes de organizações sociais). Da mesma forma, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema do projeto, acompanhado de um levantamento das legislações municipais sobre o comércio de alimentos e de visitas e observação participante, com uso de diário de campo, nas feiras pesquisadas.

Esse conjunto de métodos permitiram verificar a existência de normas formais de regulação por parte do poder público em relação às feiras, ao mesmo tempo em que se notou as dificuldades e recusas dos feirantes e consumidores em segui-las ou conhecê-las. Além disso, foi possível observar elementos e interações baseadas na barganha e na personalização por relações face a face, sendo que certos feirantes reconhecem o freguês pelo nome e antes mesmo da negociação preparam a sacola com as mercadorias recorrentemente compradas.

A partir destas evidências, que demonstram a presença de diferentes instituições sociais na mediação das relações econômicas nas feiras, decidiu-se pelo aprofundamento da análise da dimensão institucional destes mercados, sendo este artigo uma primeira tentativa de sistematização.

As dimensões sociológicas e econômicas da alimentação

Pensar os alimentos, a alimentação, o comer e, consequentemente, os mercados alimentares como objetos sociológicos é recente no campo da sociologia. Por diversos motivos, as questões referentes à circulação de alimentos no mercado ou as práticas alimentares dos atores na esfera doméstica, receberam pouca atenção sociológica até recentemente (Méndez e Benito, 2004).

Todavia, conforme argumenta Finchler (1995 *apud* Méndez; Benito, 2004), a alimentação não se restringe a um comportamento ou hábito natural da espécie humana e das outras espécies - o que a retira da dimensão sociológica -, mas também está relacionada às maneiras de agir, sentir, pensar e interagir que comportam dimensões culturais, imaginárias, simbólicas, sociais e técnicas. De tal modo, que essa ideia também pode ser extrapolada para o próprio alimento como revestido de

sentido, exercendo coletivamente processos de integração e regulação às normas ou orientando as ações dos indivíduos entre si.

Dessa forma, hoje, os estudos que relacionam os alimentos, a alimentação e os sistemas agroalimentares estão vinculados às questões que envolvem áreas como a saúde pública, a nutrição, a economia, o meio ambiente, a epidemiologia, a geografia, a zootecnia, a tecnologia e as políticas públicas. De acordo com Schneider, Cruz e Matte (2016), a interdisciplinaridade é necessária para dar conta das múltiplas dimensões que envolvem a alimentação, tais como o aumento dos preços dos alimentos, a segurança alimentar, as mudanças climáticas, a questão agrária, dentre outros. Essa combinação interdisciplinar tem sido chamada de “a nova equação alimentar”.

Há, ainda, dois aspectos contraditórios do setor alimentar que a “nova equação alimentar” tem reposicionado. O primeiro refere-se à visibilidade da alimentação, chamando atenção para aspectos urbanos da produção e do abastecimento de alimentos, assim como das reconfigurações dos espaços rurais. O segundo diz respeito às interações entre alimentos, saúde e seres humanos, o que envolve questões de origem, procedência, sistemas produtivos e qualidade nutricional dos alimentos.

Desse modo, percebe-se que a questão alimentar não significa apenas o quê as pessoas comem, ela não se restringe à dimensão biológica da alimentação. É preciso orientar o olhar para as formas de produção, processamento, distribuição e consumo dos alimentos como um todo (Méndez; Benito, 2004). Da mesma forma, a centralidade das ações ou inações do poder público enquanto um ator importante no controle e legitimação das práticas alimentares, é essencial (Niederle, 2023).

Frente a tais desafios impelidos aos sistemas alimentares e aos aspectos sociológicos da alimentação contemporânea, um conjunto de práticas e soluções alternativas têm emergido. Essas iniciativas têm estimulado, no Brasil, a implementação de diversas e significativas políticas de segurança alimentar e nutricional, sobretudo a partir dos anos 2000, além da consolidação de ativismos políticos no âmbito da sociedade civil em prol de causas ligadas à alimentação (Niederle, 2023; Portilho, 2020).

Especificamente em relação ao abastecimento, diversos mercados e circuitos alimentares tem se consolidado. Centrados na capacidade de

reconectar o consumidor com a produção, estes circuitos são chamados de redes alimentares alternativas, as quais são caracterizadas por relações de produção, processamento, comércio e consumo baseadas na (re)valorização da produção regional e das dietas alimentares locais. Ganha destaque, nessas redes, a dimensão da qualidade dos alimentos, a qual passa a ser vista como um valor.

Exemplos destas iniciativas são os polos de produção agroecológicos, os restaurantes populares, as feiras de produtores, as iniciativas de movimentos sociais populares, os grupos de consumo, os sistemas de entregas de cestas, dentre outros. Os atores dessas redes são tanto os consumidores, como os produtores, técnicos, mediadores e outros tipos de organizações sociais que contribuem para a qualidade da alimentação humana (Méndez; Benito, 2005; Renting; Marsden; Banks, 2017).

Nesse sentido, o reconhecimento das dimensões sociológicas e econômicas da alimentação tem levado à descentralização das políticas estatais de abastecimento, à crítica crescente ao sistema alimentar atual, assim como à emergência de novos mercados alimentares.

Em que pese tais movimentos, se faz necessário avançar na análise dos mercados. Principalmente, é necessário perceber que estes espaços se configuram como locais de disputa entre diferentes atores, exigem atributos para a entrada e adequação a regras (tais como questões de quantidade, qualidade, logística, modelo produtivo e tecnologias), mas também fortalecem relações territoriais que levam a valorização qualitativa dos alimentos, ao estímulo da confiança entre produtores e consumidores, ao aumento da renda aos agricultores, ao acesso a alimentos saudáveis aos consumidores (Renting; Marsden; Banks, 2017; Wilkinson, 2008).

Do ponto de vista analítico, o desafio está em construir instrumentos teóricos que permitam compreender essas dinâmicas dos atores no interior dos mercados (Cassol; Schneider, 2021). Esse desafio tem sido superado pela aproximação da sociologia rural com a sociologia econômica. Ao mobilizar o arcabouço teórico da sociologia econômica é possível perguntar como os mercados e os valores e costumes compartilhados neles estão socialmente e historicamente imersos em instituições sociais, costumes culturais, políticos, ou científicos da sociedade.

Nesse sentido, há três abordagens principais para explicar o enraizamento/imersão dos mercados, sendo que atualmente o desafio está em utilizar as três para explicar um mercado. São elas: 1º) a abordagem institucional, que considera os mercados enquanto instituições sociais na medida que a produção, a comercialização e o consumo obedecem às características locais em que estão imersos, ou seja, os valores e normas que os atores compartilham regem as interações e ajudam a construir os mercados (Cassol; Schneider, 2021; Polanyi, 2000, Wilkinson, 2008); 2º) a abordagem das redes sociais, que argumenta basicamente que é a partir das relações de interação entre os atores e organizações que os mercados se estruturam (Granovetter, 2007; Steiner, 2006; Wilkinson, 2008); 3º) a abordagem cultural, que leva em consideração o fato de que os atores compartilham uma base cultural, a qual os orienta sobre os limites de certas relações econômicas. As relações de intimidade dentro dos lares demonstram como os domínios da cultura e da economia são interseccionados (Steiner, 2006; Zelizer, 2011).

Assim, as feiras livres de alimentos podem ser estudadas por meio desse enfoque analítico das redes alimentares e da sociologia econômica. É necessário ressaltar que os principais trabalhos sobre as redes alimentares estão voltados para os novos mercados alimentares (agroecológicos e sustentáveis) em “países desenvolvidos”, e não em mercados “tradicionais” como as feiras livres, em “países em desenvolvimento” (Cassol; Schneider, 2021; Goodman, 2017). Nesse sentido, este artigo busca tensionar essa divisão a partir da reorientação do olhar analítico sobre as feiras de diferentes tipos na cidade de São Luís/MA.

Reconstruindo feiras livres como mercados alimentares

Nas ciências sociais brasileiras os estudos sobre feiras livres são um tema tradicional, o qual foi diferentemente abordado como problema de investigação. Nesse sentido, há estudos sobre as feiras como locais de comercialização da agricultura familiar, que abordam a importância destes espaços para o abastecimento alimentar e para a economia local e regional, pois elas ofertam alimentos em quantidade e qualidade para a população urbana, diminuem as distâncias entre produtor e consu-

midor fortalecendo os circuitos locais de produção e consumo e dinamizando a economia local (Cruz et al, 2008 *apud* Araújo; Ribeiro, 2018; Cruz; Schneider, 2022).

Também há os estudos sobre a importância das feiras livres como estratégia para a reprodução social das unidades familiares dos agricultores, como apontam Garcia Júnior(1983), Herédia (2013) e Palmeira (2014), ou ainda aqueles que destacam como o dinheiro que circula na feira contribui para a manutenção de mercados de bairro e mercados informais nas cidades (Araújo; Ribeiro, 2018; Coelho, 2008).

Também há estudos que estão voltados para as práticas que os feirantes exercem ao se comunicarem entre si ou com seus fregueses, estabelecendo relações de ajuda mútua, resolvendo coletivamente necessidades de produtos, trocos e informações. Desse modo olha-se para como os “feirantes diferenciam seus produtos para negociar melhor, pois feira é palco do saber-fazer da negociação, exige técnicas próprias de marketing, medições, classificações, comparações, elegendo e utilizando os conhecimentos e instrumentos de que eles dispõem em seu contexto imediato” (Almeida, 2017, p. 15 *apud* Araújo; Ribeiro, 2018, p. 572). Há ainda pesquisas que realçam a proximidade espacial entre feirantes e fregueses e o fato de que as feiras conectam campo e cidade por meio dos alimentos ou pela valorização de técnicas produtivas, posto que não apenas são trocadas mercadorias, mas saberes, símbolos e solidariedade entre os atores (Godoy, 2005 *apud* Araújo; Ribeiro, 2018).

As relações de gênero são outro aspecto analisado. Apesar de destacarem a predominância masculina nesses espaços, as pesquisas têm verificado um aumento da participação e da importância das mulheres na gestão e organização das feiras, o que tem gerado autonomia e empoderamento a elas (Garcia Jr, 1983; Herédia, 2013).

Finalmente, as feiras são analisadas a partir de seu potencial em estimular políticas públicas de abastecimento e inclusão produtiva. De acordo com Ribeiro (2007), as feiras livres são espaços propícios para criar programas para a agricultura familiar, tendo em vista a interação entre produção, abastecimento e economias locais. E para além das políticas voltadas para o acesso e permanência nos mercados

também são necessárias políticas voltadas para melhoria de sistemas produtivos, microfinanciamento comunitário à indústria doméstica rural, certificação de origem de produtos rurais são perfeitamente possíveis neste campo, além de inúmeras atividades de capacitação para o beneficiamento, ambiente, produção, alfabetização (Ribeiro, 2007, p. 17 *apud* Araújo; Ribeiro, 2018, p. 557).

Além disso, há as experiências de fortalecimento de redes de feirantes voltadas para a solidariedade e justiça envolvidas nas Redes de Comércio Justo e Solidário, e o papel das associações de feirantes que podem se tornar laboratórios para a criação de políticas públicas específicas articuladas ao exporem suas reivindicações.

Em relação à São Luís, as pesquisas sobre feiras livres são escassas. As obras Mundicarmo Ferretti (1985) e organizado pelo Sérgio Ferretti (2000) enfatizam os aspectos culturais das feiras na construção da identidade dos atores dentro dos mercados. Assim, questões como as relações de poder entre feirantes e poder público, processos de implementação de políticas de feiras na cidade e a relação desses mercados com as religiões de matriz africana, são destacados.

Milhomem (2008), por sua vez, analisa o projeto de revitalização das feiras livres de São Luís ocorrido entre os anos de 2005 e 2008. De maneira geral, a autora postula que o fortalecimento desses mercados na cidade estão conectados ao reconhecimento nacional da importância da agricultura familiar, ocorrida nos anos 1990. Nesse sentido, as feiras livres surgem como uma política pública cujo objetivo foi fortalecer a agricultura familiar por meio da criação de mercados para o escoamento da produção. Uma das principais justificativas para a implantação dessa política pública, em meados dos anos 1990, decorria do fato de que São Luís importava 85% de seus alimentos.

A partir desse contexto, a autora analisa o projeto de revitalização das feiras, o qual teve como objetivo principal a intervenção municipal, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), em algumas das feiras livres do município visando moderni-

zâ-las para que os seus atores conseguissem disputar espaços de comercialização de alimentos e consumidores.

Por fim, Ramos Júnior (2023), ao realizar um estudo histórico e etnográfico das feiras municipais da cidade, destaca as discordâncias de visões de mundo dos gestores públicos e dos feirantes. Enquanto os primeiros visam estimular uma visão empreendedora junto aos comerciantes, estimulando os mesmos a tornarem-se microempresários e ofertando cursos de negócio, gestão de vendas e administração; os segundos argumentam pela necessidade de melhorias de infraestrutura, adequação dos espaços e melhor organização das feiras.

Em que pese a importância dos trabalhos acima citados, eles não dão ênfase em explicar como funciona a lógica interna das feiras e nem a relação das mesmas com os mecanismos de regulação externos, como as leis formais, para reprodução e compartilhamento das práticas internas dos mercados. Isso dificulta a compreensão de questões centrais, tais como as lógicas de formação dos preços; as explicações do porquê um consumidor escolhe comprar nas feiras; entre outros.

Da mesma maneira, esses trabalhos não fazem uma diferenciação sobre como diferentes tipos de mercados alimentares se formam a depender de suas normas culturais, modos de produção ou obtenção dos alimentos. Menos ainda se analisam as interações que os feirantes mantêm com outros atores ou organizações e de como se relacionam com os mecanismos formais do Estado, o que pode restringir ou ampliar suas capacidades.

Ademais, esses trabalhos focaram, em sua maioria, na experiência das feiras geridas pela SEMAPA, de modo que existem outras experiências de feiras livres presentes na ilha de São Luís-MA ainda não estudadas. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como dependendo do tipo de feira e dos atores que nela participam o “quadro institucional” presente nelas terá maior grau de integração e regulação sobre os indivíduos.

Desse modo, a abordagem institucionalista da sociologia econômica pode oferecer um aporte para pensar sobre em quê esses mercados estão imersos. Em outras palavras, quais são as diferentes instituições sociais presentes nos mercados de tipo feiras em São Luís-MA e como elas são mobilizadas por diferentes atores para construir estratégias de produção, circulação, comercialização e consumo de alimentos?

Os mercados alimentares como instituições: um olhar para as feiras

As análises das instituições sociais foram realizadas por diversos autores das ciências sociais, como Durkheim (2022), Mauss (2018), Weber (2012) e Veblen (1987). Além destes clássicos, autores contemporâneos como Mary Douglas (1998) e Geoffrey Hodgson (1994), também tem se dedicado à dimensão institucional da vida social.

Apesar dessa diversidade, nos interessa destacar nesse artigo a contribuição de Karl Polanyi (2000) e a sua abordagem institucionalista para pensar os mercados alimentares. Polanyi argumenta que a economia não existe como um sistema separado das organizações sociais, mas que ela está imersa (*embeddedness*) em outras instituições como o parentesco, a religião, o sistema político, entre outros (Machado, 2020; Parpet, 2021; Polanyi, 2000).

Na sua principal obra, *A grande transformação*, Polanyi elaborou uma sócio-história de como foi formada a economia capitalista (ou os *sistemas de mercados formadores de preços*), demonstrando como mercados territorializados e regulados por autoridades específicas e outras instituições sociais passaram por um processo no qual tornaram-se interconectados e auto-regulados. Nos mercados auto-regulados, os atores tomam suas decisões apenas em função dos interesses econômicos, instituindo um tipo de prestação econômica baseada na troca mercantil. Por outro lado, em mercados territorializados, “praças de mercado” ou mercados centralizados, as prestações econômicas instituídas (institucionalizadas) seriam baseadas na reciprocidade, na redistribuição e/ou na domesticidade.

O ponto central a reter da contribuição do autor refere-se à possibilidade de coexistência de diferentes relações econômicas baseadas em instituições sociais específicas e distintas. Ao mesmo tempo em que admite a preponderância dos mercados auto-regulados, baseados na troca mercantil e na racionalidade utilitária no capitalismo contemporâneo, Polanyi defende a impossibilidade do desacoplamento (*disembeddedness*) da economia da sua base social, cultural e material. Ou seja, a economia, mesmo no capitalismo, somente funciona por conta da sua inte-

ração com outras dimensões da vida social, muitas vezes responsáveis pela sua regulação pública e coletiva.

Nesse sentido, os mercados são processos construídos através da criação e mobilização de instituições sociais, as quais são responsáveis pelo ordenamento e significado das interações econômicas. Seguindo a proposta de Polanyi, instituições podem ser definidas como regras e normas sociais compartilhadas contextualmente pelos atores e resultado do processo sócio-histórico de conformação dos territórios e dos mercados.

As instituições sociais emergem como forma de orientar e reger trocas econômicas, constituindo-se como dispositivos de poder que permitem a governança dos mercados. Quem detém o apanágio de definir, e a capacidade de manipular, as regras que ordenam os mercados, também possui poder para governá-los. Portanto, os mercados não são espaços neutros, mas locais nos quais os atores encontram-se imersos e agem/disputam para construir mecanismos de transação, regulação e comércio. Um exemplo concreto desta definição de mercados são as feiras livres.

As feiras livres podem ser compreendidas como espaços de mercados assentados em regras e práticas formais (leis, regimentos, estatutos) ou informais/tácitas (valores, hábitos, costumes). As feiras funcionam, portanto, por meio de instituições que servem como referência na orientação das ações dos agentes ou mesmo na coação e coerção das relações de troca de mercadorias e serviços entre feirantes, consumidores e gestores públicos. Além disso, é importante destacar que os mercados como as feiras não encontram-se isolados dos mercados nacionais e globais, mas relacionam-se e sofrem influência destes, o que acarreta em estratégias de resistência, reação ou acoplamento.

Nesse sentido, as feiras enquanto tipos de mercados específicos, podem ser interpretadas como espaços nos quais dispositivos de governança e controle, assentados em normas e regras formais ou informais - ou seja, em instituições sociais - possibilitam diretrizes, convenções e referências comuns e compartilhadas que orientam as relações econômicas dos atores no seu interior.

Isso quer dizer que os modos como os feirantes e consumidores integram entre si (estratégias de negociação, sociabilidade, construção de

preço, qualidade atribuída aos produtos, etc.), com as organizações do setor público (fiscalização, regras formais, sanidade, etc.) e com a territorialidade na qual produzem, extraem ou compram seus alimentos (Centrais de Abastecimento, supermercados, as cooperativas, comunidades rurais, etc), são definidos por um conjunto de instituições compartilhadas entre eles e que foram sendo estabelecidas ao longo do processo histórico de formação do tecido social e econômico local (Cassol; Schneider, 2021; Cruz; Schneider, 2022).

Desse modo, as diferentes características de funcionamento desses mercados (como feira da agricultura familiar, feira agroecológica, feira mista, feiras autônomas, feiras livres), isto é, cada tipo de feira, ao envolver diferentes atores públicos e privados, redes sociais e circuitos, práticas culturais e de trabalho, se reproduzem e se sustentam sobre instituições sociais próprias responsáveis por criar mecanismos de controle e governança que são acionados pelos agentes.

As instituições sociais nas feiras de São Luís: resultados preliminares

Nessa primeira tentativa de aproximar o problema ao(s) campo(s) empírico(s) adotou-se a tipologia de mercados que se relacionam com a agricultura familiar de Schneider (2016). Nesta tipologia os mercados são caracterizados por serem ordenados e regulamentados por dispositivos institucionais, os quais estão enraizados em relações sociais. Especificamente na nossa análise, as feiras podem ser classificadas como *mercados de proximidade* ou *mercados territoriais*.

No caso dos *mercados de proximidade*, as relações estão em maior grau enraizadas em relações de interessoalidade, reciprocidade e qualidade, tais como as relações de amizade e confiança. Além disso, esses mercados tendem a ser estruturados a partir da venda direta entre o produtor e o consumidor, valorizando a autonomia, gestão e a subsidiariedade dos agricultores. Por conta disso, mercados desse tipo estruturam-se a partir das relações de proximidade estabelecidas entre os atores, geralmente realizadas ‘on spot’ (no local ou região) da produção.

Diferentemente, os *mercados territoriais* são mercados em que os agentes passam a produzir para vender ou trocar para ganhar, ou seja, são

orientados mais fortemente pelas relações de oferta e demanda, ainda que valores e elementos do tipo anterior persistam (Schneider, 2016). Mas a sua principal distinção é com relação a existência de um mediador (broker, atravessador) na etapa de distribuição e circulação de mercadorias, que possui seus interesses econômicos e por isso pode utilizar mecanismos de controle e regulação, tais como certificados de produtos, selos ou preços diferenciados segundo a regularidade da oferta.

A partir dessa tipologia, as feiras de São Luís podem ser tipificadas de diferentes formas. O circuito de feiras agroecológicas, organizado pela Associação Agroecológica Tijupá realiza uma feira mensal, localizada na Praça da Alegria, no bairro Centro. Pelas suas características, essa feira pode ser classificada como um *mercado de proximidade*. Fruto de uma construção coletiva de agricultores e agricultoras familiares da Região do Baixo Munim, estado do Maranhão, em parceria com a rede Tijupá, esse circuito foi iniciado em 2012 com a implantação de diversas feiras agroecológicas nos municípios de Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Morros e Rosário. Em 2015, em parceria com o Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão (FEESMA) e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/MTE), foi criado o Empório da Economia Solidária, sendo que em 2016 é implementada a Feira Agroecológica e Solidária de São Luís.

É importante destacar que no processo de construção desses mercados os atores envolvidos enxergam as feiras tanto como equipamento de abastecimento alimentar nos centros urbanos, quanto uma estratégia na qual os agricultores podem obter mais autonomia e governança sem depender apenas de políticas de governos ou dos atravessadores. Além disso, valores relacionados à qualidade dos produtos, às suas origens e o fato de serem produzidos de maneira agroecológica, são elementos institucionais reguladores das transações econômicas no interior da feira.

Outro elemento institucional importante são as regras e normas coletivas responsáveis pela governança na feira. Criadas a partir do debate entre as agricultoras e os técnicos da Tijupá, estas normas orientam as relações produtivas e econômicas dos atores. Um exemplo está na construção dos preços na feira, onde alguns dos produtos como as

farinhas, têm seus preços tabelados seja como forma de garantir uma remuneração justa e igualitária entre os agricultores, mas também para ofertar alimentos baratos aos consumidores. Ou seja, preço e qualidade são construídos e mobilizados a partir de valores da economia solidária e da agroecologia, o que implica em características próprias a esse mercado. Em virtude disso, relações de barganha e pechincha, muitas vezes presentes nos mercados como as feiras, não estão presentes na feira agroecológica.

Da mesma forma, as Feiras da Agricultura Familiar organizadas pela Secretaria De Estado Da Agricultura Familiar (SAF) – que são apoiadas pelo governo estadual, também podem ser tipificadas como *mercados de proximidade*. Estas feiras ocorrem nas repartições públicas, em diversos dias da semana, e visam oportunizar ao funcionalismo estatal o acesso a alimentos de qualidade. Quem participa delas são agricultores familiares cadastrados pela SAF. A mais antiga é a Feira da AGERP (Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão), localizada no bairro do João Paulo e que ocorre todos os sábados, desde o final dos anos de 1990.

No interior dessa feira é notável práticas comerciais que estão imersas em relações de reciprocidade, interpessoalidade e na qualidade alimentar. A pesquisa tem demonstrado como os consumidores reconhecem os produtos como “fresco” e “colhido da horta ontem”, valorizando os modelos de produção familiar. Além disso, elementos como a barganha e a variedade de alimentos regionais e locais ofertados são instituições encontradas na feira. No caso da barganha, ela é mobilizada tanto pelos agricultores feirantes - quando esses não querem levar um produto perecível de volta para casa -, quanto pelos consumidores, que apesar de reconhecerem a qualidade dos alimentos, negociam para adquiri-los por preços menores. Finalmente, é possível destacar aspectos da sociabilidade na feira, pois nas pesquisas verificamos como consumidores e feirantes reconhecem-se por seus nomes, conversam informalmente, e, em alguns casos, feirantes preparam a sacola dos produtos costumeiramente comprados antes da chegada do freguês.

Outro tipo de feiras encontradas em São Luís são as feiras livres administradas pela SEMAPA, também conhecidas como “Feiras dos bairros”.

Apesar de terem sido criadas como uma política pública voltada à construção de mercados para os agricultores familiares da Ilha, sua participação vem diminuindo com o passar dos anos (Ferreti, 2000; Milhomem, 2008; Ramos Júnior, 2023). No seu início, as feiras eram reguladas através de tabela de precificação dos produtos e pela preocupação com a origem dos alimentos, os quais deveriam ser da agricultura local. Contudo, o crescimento do número de pequenos comerciantes que adquirem seus produtos de centrais de abastecimentos, tem modificado os mecanismos de regulação. Apesar dessas evidências de esvaziamento dos agricultores familiares nas feiras da SEMAPA, é necessário fazer um estudo empírico do perfil dos feirantes, posto que a secretaria não faz distinção entre quem é produtor ou comerciante nesses espaços².

Porém, há divisão pelo tipo de produção. Segundo o secretário da SEMAPA, dentre os 272 feirantes cadastrados e que participam do “circuito de feiras de bairros”, 174 vendem produtos de hortifrúti; seguido de 36 que comercializam carnes, frangos, peixes, frutos do mar e embutidos; 30 que vendem refeições em geral que vão de lanches, laticínios e pratos feitos; 22 comerciantes; 8 vendedores de farinhas, ovos, mel, fubá, ração e 2 prestadores de serviços. Como se nota, nessa divisão por produtos não é possível identificar quais e quantos são os agricultores familiares.

Essas evidências complicam a classificação dessas feiras como *mercados de proximidade*. Por exemplo, somente no setor de hortifrúti há tanto uma associação dos produtores rurais, formada por agricultores que vendem em sua maioria mercadorias por eles produzidas, quanto uma associação de revendedores de importados, que é formada por vendedores frutas e verduras, geralmente comprados em atacado em distribuidoras como CEASA. O que chama atenção é que nenhuma delas está em contato com a secretaria e o poder público hoje. Por isso pressupõe-se que essas feiras podem ser um agregado entre os *mercados de proximidade* e os *mercados territoriais*.

Assim, a tipologia de Schneider encara um espaço híbrido para o qual não foi elaborada, que é a de um mercado de tipo feira que pode

2. No momento estamos na fase coletar dados por meio de questionários, cujo um de seus objetivos é compreender quem são esses feirantes.

tanto ter feirantes produtores como feirantes vendedores de importados no mesmo local.

Outro aspecto da feira é o estímulo dos gestores públicos a uma visão empreendedora junto aos feirantes, o que vai de encontro a algumas reivindicações e valores dos feirantes agricultores, algo que ainda precisa ser explorado em nosso trabalho.

É possível perceber no interior dessas feiras relações interpessoais e de confiança (como quando os feirantes vendem fiado e confiam que o consumidor irá pagar depois), ou ainda relações de barganha decorrentes do fato de que a qualidade dos alimentos é construída sobre outros aspectos nessas feiras, os quais não fazem apelos ao meio ambiente (agroecologia) ou a uma categoria social (agricultura familiar), mas a noção de produto “fresco” (mesmo um “fresco” comprado no atacado).

Por fim, uma questão a ser futuramente investigada se refere às relações e disputas entre essas instituições informais (barganha, qualidade) e as instituições formais representadas por leis municipais que regulam o comércio de alimentos. No caso das feiras da SEMAPA, critérios de higiene dos alimentos tais como a proibição de que haja “o fracionamento e viscação dos produtos nos locais de venda”, não são seguidos pelos feirantes, sobretudo aqueles que comercializam frangos e peixes (São, Luís, 1996) Ou seja, há uma disputa entre diferentes instituições nessas feiras que, possivelmente, diminui a coesão entre os atores.

Há, finalmente, um conjunto de feiras tradicionais em São Luís que não possuem acompanhamento e regulação oficial, seja dos órgãos e entidades públicas, seja de organizações da sociedade civil. Essas feiras, que envolvem diversidade expressiva de feirantes – tais como a Feira do Mangueirão e a Feira da Cidade Operária – também necessitam ser investigadas a partir do referencial teórico aqui proposto. Apesar da informalidade característica dessas feiras, pressupomos que elas podem ser classificadas como mercados de proximidade e/ou territoriais, posto que em seu funcionamento estejam presentes instituições sociais construídas pelos atores que, apesar de alheias às instituições formais, permitem com que essas feiras sigam funcionando e existindo.

Portanto, as diferentes feiras mapeadas na cidade de São Luís não apenas possuem características próprias relacionadas às práticas, valo-

res e instituições presentes em seu interior. Mas seu funcionamento e governança também encontram-se relacionadas às instituições formais reguladoras do comércio de alimentos na cidade.

Ao realizarmos um levantamento documental das principais normas e legislações que regulamentam o abastecimento e a comercialização de alimentos em São Luís³, verificamos uma escassez de leis referentes ao comércio alimentar, o que indica uma marginalização das feiras na cidade⁴.

Essa constatação se reflete diretamente no modo como cada um dos tipos de feiras apresentados se relacionam com essas normas, construindo estratégias e mecanismos de governança próprios.

Por exemplo, a feira agroecológica caracteriza-se pela existência de um conjunto coeso de instituições (regras e normas) construídas a partir dos valores relacionados à agroecologia e à economia solidária. Formalizadas a partir de estatuto e regimento, essas instituições implicam numa coesão de práticas e ações dos agricultores na feira, resultando em mecanismos de governança coletivos. Porém, não há na feira fiscalização de nenhum tipo, apenas aquela realizada pelos próprios agricultores e pelos técnicos da Tijupá.

No caso da feira da AGERP, o trabalho de fiscalização é responsabilidade dos técnicos da Agência. Porém, eles não atuam em todos os dias da feira, o que leva a construção de instituições informais por parte dos feirantes. Contudo, as interações dos feirantes com o poder público são maiores que aquelas presentes na feira agroecológica, o que pode levar a alguns desacordos e disputas entre os feirantes e a SAF/AGERP.

As feiras da SEMAPA são aquelas nas quais as diferenças e desacordos entre instituições formais e informais são mais explícitas. Há fiscalização periódica das feiras realizada por representantes da prefeitura. Porém, essa fiscalização se limita a cobrança de taxas e tributos ou a exclusão de algum feirante não cadastrado. Contudo, na prática, as legisla-

3. Essa revisão foi realizada a partir da consulta e pesquisa em repositórios públicos de leis como o site leis municipais e o site do diário oficial do município. Como controle de busca, as pesquisas foram realizadas utilizando-se palavras-chaves como “feiras livres”, “carnes”, “comércio informal”, “mercados”, “legislações sanitárias”, “higiene”, “hortifrúti” e “frangos”.

4. Ao todo foram encontradas apenas 6 leis que regem as normas de comercialização nos mercados de São Luís.

ções oficiais que regulamentam o comércio de alimentos na cidade não são aplicadas, muitas vezes sendo, inclusive, ignoradas pelos feirantes (como o exemplo referido em relação à venda de peixes e frangos).

As feiras que não possuem regulação ou representação coletiva oficial (tanto pública quanto privada), tais como a feira do Mangueirão e da Cidade Operária, são aquelas nas quais menos incidem instituições formais sobre suas práticas. Isso implica na manutenção de práticas tradicionais de comércio que, todavia, necessitam ser mais bem investigadas.

Assim, as evidências apresentadas sobre os diferentes mercados alimentares de tipo feiras localizados na cidade de São Luís-MA permitem verificar que há mediações de diferentes tipos que constroem a governança nesses mercados. Essas mediações são instituições formais ou instituições informais ligadas à tradição e à cultura local que estabilizam práticas de comércio entre os feirantes, consumidores, gestores e associações.

Devido às particularidades (culturais, históricas, sociais) de cada mercado, há diferenças no modo de funcionamento das feiras, do que resultam relações de comércio específicas, mecanismos de entrada e permanência de feirantes próprias ou justificações de consumo variadas por parte dos consumidores.

Nesse sentido, os resultados parciais encontrados demonstram a existência de quatro tipos distintos de feiras no município de São Luís-MA, sendo que cada um deles podem ter (e são governados por) “quadros institucionais” diferentes. São eles: 1 – Feiras livres mistas coordenadas pela prefeitura municipal; 2 – Feiras da agricultura familiar coordenadas pelo governo do Estado; 3 – Feiras agroecológicas coordenadas pela Associação Agroecológica Tijupá; 4 – Feiras livres tradicionais sem coordenação formal/oficial.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo realizar uma análise institucional dos diferentes tipos de feiras encontradas na cidade de São Luís/MA. As feiras são mecanismos de abastecimento centrais para as cidades, na medida em que permitem ganhos financeiros aos agricultores, estimu-

lam o comércio local, possibilitam aos consumidores acesso a alimentos frescos e, geralmente, mais baratos.

Conforme os dados apresentados, a cidade de São Luís possui uma diversidade de feiras. Nosso argumento, estribado na abordagem institucionalista dos mercados, é o de que essa diversidade é decorrente das diferentes instituições sociais (regras e normas) construídas e compartilhadas pelos atores em cada uma das feiras. Ou seja, os atores, as práticas de intercâmbio e transação, os tipos de produtos, as justificações de consumo, os modos de funcionamento, estruturação e reprodução destes mercados são distintos porque as instituições sociais que os regulam também o são.

Nesse sentido, ainda que parciais, os resultados demonstram a centralidade das feiras para o abastecimento alimentar dos ludovicenses, ao mesmo tempo em que lança luzes sobre a necessidade do poder público reorientar seu olhar e reconhecer a diversidade institucional destes mercados, colocando as feiras efetivamente no centro das políticas alimentares da cidade.

Referências

- Araújo, Alexandro Moura; Ribeiro, Eduardo Magalhães. (2018) Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 3, p. 561-583.
- Cassol, Abel; Schneider, Sergio. (2021). A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. 2.
- Coelho, Jackson Dantas. (2008). *Feiras livres de Cascavel e Ocara: caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes*. Dissertação de Mestrado. PPGER/Universidade Federal do Ceará.
- Cruz, Maria Sirlene da; Schneider, Sergio. (2022). Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. *Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 93-113.
- Méndez, Cecilia Díaz; Benito, Cristóbal Gómez. (2005). Sociología y alimentación. *Revista Internacional de Sociología*, v. 63, n. 40, p. 21-46.

- Douglas, Mary. (1998). *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp
- Durkheim, Émile. (2022). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Edipro.
- Fanzo, Jessica. (2018). The role of farming and rural development as central to our diets. *Physiology & Behavior*, v. 193b, p. 291-297.
- Ferretti, Mundicarmo Maria Rocha. (1985). *De segunda a domingo, etnografia de um mercado coberto. Mina, uma religião de origem africana*. São Luís: Sioqe.
- Ferretti, Sérgio Figueiredo (org.). (2000). *Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luís: Edições UFMA, PROIN(CS).
- GARCIA JR, Afrânio Raul. (1983). *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Granovetter, Mark. (2007). Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1.
- Heredia, Beatriz Maria Alásia de. (2013). *Morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelman de Pesquisas Sociais.
- Hodgson, Geoffrey Martin. (1994). *Economia e instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna*. Oeiras: Celta editora.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso. (2010) Karl Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, p. 71-94.
- Mauss, Marcel. (2018). Ensaio sobre a dádiva. In: Mauss, Marcel. (2018). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu, p. 190-234
- Milhomem, Maria Valdiné Moraes. (2008) *Avaliação do projeto de revitalização das feiras livres de São Luís como estratégia de implementação da política de geração de trabalho e renda do IPR – Instituto Municipal de Produção e Renda*. Monografia de Especialização. CEPSPSS/Universidade Federal do Maranhão.
- Murcott, Anne. (2019). *Introducing the sociology of food and eating*. Londres: Bloomsbury Publishing.
- Niederle, Paulo. (2023) *Políticas alimentares integradas e a construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos*. Porto Alegre: Sopas, Ibirapitanga.

Palmeira, Moacir. (2014). *Feira e mudança econômica*. Brasília: Vibrant.

Parpet, Marie France Garcia. (2021) Mercados e praças de Mercado: Karl Polanyi e o capitalismo contemporâneo. *Sociologia & Antropologia*, v. 11, n. 1, p. 123-147.

Pingali, Prabhu.; Sunder, Naveen. (2017) Transitioning toward nutrition-sensitive food systems in developing countries. *Annual Review of Resource Economics*. v. 9, n. 1, p. 439-459.

Polanyi, Karl. (2000). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus.

Portilho, Fátima. (2020). Ativismo alimentar e consumo político: Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes*. v. 25, n. 2, p. 411-432.

São Luís. (1996). *Lei nº 3.546, de 05 de agosto de 1996, Diário Oficial da Prefeitura de São Luís, n. 151*. Disponível em: <https://diariooficial.saoluis.ma.gov.br/uploads/diario_oficial/8287/3DahV5v9pkKerVJRQg9XiMCsLiby3leG.pdf>. Acesso: 23/05/2023.

Ramos Júnior, Manoel da Silva. (2023). *Feira livre de São Luís: Estudo histórico etnográfico*. Dissertação de Mestrado. PPGCSPA/Universidade Estadual do Maranhão.

Renting, Henk; Marsden, Terry; Banks, Jo. (2017). Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel das cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: Schneider, Sergio; Gazolla, Marcio (orgs.). (2017). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 27-51.

Schneider, Sergio; Escher, Fabiano. (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 180-219.

Schneider, Sergio.; Cruz, Fabiana Thomé da; Matte, Alessandra. (2016). Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: Cruz, Fabiana Thomé da; Matte, Alessandra; Schneider, Sergio (orgs.). (2016). *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 9-22.

Schneider, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: Marques, Flávia Charrão; Conterato, Marcelo Antônio; Schneider, Sergio (orgs.). (2016). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

Steiner, Philippe. (2006). *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas.

Veblen, Thorstein. (1987) *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Nova Cultural.

Weber, Max. (2012). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Wilkinson, John. (2008). *Mercado, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Zelizer, Viviana A. (2011). *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes.



GT6 - Ativismos alimentares: mercados, Estado e movimentos sociais

***A alimentação e o cotidiano do Centro
Histórico de São Luís: formas de pensar a
cidade a partir da circulação de comida***

Antônio Olávio da Rocha Neto
UFMA

Martina Ahlert
UFMA

Introdução

Na primeira fase do projeto de pesquisa “Políticas da vida: uma etnografia sobre cotidiano, pobreza e estratégias populares”¹, realizada entre os anos de 2021 e 2023, realizamos uma etnografia no Centro Histórico de São Luís. Entre os investimentos e as abordagens da investigação, nos interessamos pela circulação de alimentos na capital do estado do Maranhão, quando conversamos com pessoas que mantinham diferentes atividades de distribuição de comida, fosse na forma de doações ou em iniciativas de trabalho.

Após o contato inicial com o cenário, quando conversamos com moradores, trabalhadores e transeuntes, fixamos um eixo da pesquisa na Casa do Pão, ação realizada na Igreja do Carmo, no Centro da cidade, que servia de segunda à sexta, almoço a idosas² cadastradas, que moravam em vários municípios da área metropolitana de São Luís. Ação social semelhante, inclusive nomeada da mesma forma, é feita pela Igreja Católica em outras capitais brasileiras, mantida pela doação de ‘benfeitores’, geralmente famílias da classe média e empresários locais que destinam verbas para sua manutenção. Além do fornecimento de alimentos de forma cotidiana, em São Luís o espaço realiza a marcação de consultas e atividades recreativas com as cadastradas.

Na Casa do Pão o trabalho da cozinha era feito por diversas pessoas. Ainda que somente dona Antônia e sua filha, Alexandra, fossem contratadas, havia um número significativo de voluntários que também buscavam o espaço na chance de realizarem suas refeições e que, em con-

1. Antônio Olávio foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC, cota 2021/2022) com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) no projeto. Martina Ahlert o coordenou, a partir da concessão de um Bolsa Produtividade do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sob a supervisão de Martina, Antônio Olávio escreveu sua monografia em Ciências Sociais sobre esta pesquisa.

2. Tratamos, na maioria das vezes, o grupo de idosos que frequentam a casa pelo gênero feminino, visto que são, em grande parte, mulheres.

trapartida, ajudavam no trabalho de fazer e servir os almoços. A Casa realizava a distribuição de refeições, em 2023, há 37 anos. Eram aproximadamente 120 idosas que possuíam registro ou cadastro na ação social, e havia uma fila de espera para quando houvesse novas vagas.

Quando nos aproximamos do campo, tivemos certa dificuldade de nos fazer entender ou mesmo de projetar com clareza as especificidades de uma pesquisa sobre alimentação na antropologia. Antônio Olávio sentiu que quando falava sobre o comer, ainda que fosse uma atividade intrínseca à nossa existência e, portanto, familiar a todos nós, ouvia respostas que não lhe pareciam evidentes, assim como eram variados os elementos que a alimentação acionava, como as estratégias adotadas pelas interlocutoras para acessar a comida. Buscar aproximação, inicialmente, pelos termos trazidos da Universidade, não permitia observar a complexidade da comida e dos aspectos cotidianos da vida que se misturam a ela, como a fome, a vizinhança, o gênero e a memória – como indicaremos mais adiante. Em trabalho anterior, Martina Ahlert (2008) discute sobre como a fome pode ganhar múltiplos sentidos, significando coisas variadas. Entender como as pessoas experienciam a alimentação, buscando a maneira com que se relacionam com os próprios alimentos é uma possibilidade de compreensão de processos bem mais amplos da nossa sociedade.

O intuito do presente artigo é discutir a circulação de alimentos, observando como a comida mobiliza relações sociais entre grupos populares presentes no Centro Histórico da cidade de São Luís. Inicialmente, escrevemos sobre a dificuldade de pesquisar sobre o comer, analisando a alimentação em relação ao aumento da fome registrada no Brasil nos últimos anos. Interessamo-nos pelo trabalho da Igreja do Carmo, porque percebemos a presença de extensas redes de ajuda que buscam o enfrentamento da falta de recursos, aqui em especial os referentes aos de uma alimentação regular. Analisamos como os alimentos servidos no espaço o transcendem e atravessam bairros, chegando em locais nos quais se fazem precisos e são esperados. Cadastradas, trabalhadoras e voluntárias da ação enfrentavam os imperativos das adversidades que compunham suas vidas buscando modos diversos de articular as possibilidades encontradas para manter suas vidas.

Notas metodológicas iniciais

Assim que Antônio Olávio chegou à Casa do Pão³, no segundo encontro com as idosas, se apresentou como estudante de Ciências Sociais da UFMA e falou sobre sua presença, explicando que sua pesquisa consistia em uma investigação sobre alimentação. Uma idosa o chamou logo depois e disse que não sabia exatamente o que ele estava fazendo ali, mas que era bem-vindo porque o que fazia, as ajudaria. Diante dessa reação, percebeu que a forma com que se apresentou não trazia elementos para ser compreendido suficientemente. Soubemos, nessa mesma época, por meio de dona Antônia - a cozinheira chefe da cozinha - que outros estudantes faziam trabalhos no local, principalmente em estágios na área da nutrição, o que pensamos, favorecia uma explicação mais clara sobre suas presenças.

Comer, por ser um ato familiar, pode ser reduzido à mera ingestão de nutrientes, quando não é relacionado a aspectos sociais, processos políticos e econômicos que o desenham. O trabalho da antropóloga Lis Furlani Blanco (2021) chama atenção à complexidade da comida e do comer em sua capacidade de acionar divisões ontológicas entre natureza e cultura, corpo e mente, política e biologia. A partir disso, a autora questiona os problemas sociais referentes à desigualdade, que se acentuaram no Brasil mais recentemente, a partir de como a fome é vivida em um centro urbano. E nos abre a possibilidade de pensar os múltiplos aspectos envolvidos no ato de alimentar-se.

A dificuldade que nossos interlocutores tinham em dimensionar a presença como um pesquisador 'da' alimentação, fez Olávio retomar situações em que a comida tinha se colocado como uma questão em sua própria trajetória. Lembrou-se que em uma manhã, a caminho da Casa do Pão, passou de ônibus em frente a uma fila enorme de pessoas que se abrigavam debaixo de pouca sombra na calçada de uma casa, para almoçar no Restaurante Popular do Maiobão, um espaço do Governo do estado que serve café, almoço e jantar a preço popular (um real). Eram mulheres, crianças pequenas e de colo, idosos e alguns trabalhadores

3. No decorrer do texto, quando nos referirmos à "Casa" em maiúsculo, falamos da Casa do Pão.

fardados. Um homem que estava com ele dentro da condução olhou para a fila e disse: “Está bom demais, né?! Agora ninguém mais quer fazer comida em casa, até café o pessoal vem tomar aqui!”. Chamou-lhe a atenção ele não relacionar a fila com a falta de alimentos, mas com uma aversão ao trabalho doméstico.

Lembrou-se então que a questão da comida surgiu como preocupação antes disso, quando uma parente bastante próxima, após chegar de suas compras de supermercado no começo de 2021, sentou-se para falar da mercearia do mês e reclamou do preço dos alimentos. Depois de um tempo de silêncio, ela começou a chorar com bastante vergonha, tapando o rosto com as mãos, e disse que ficava muito triste por não conseguir fazer a mesma compra de antes, de ter que deixar metade do seu carrinho e não conseguir levar seus alimentos para casa. Foi naquele momento que percebeu que a comida, além de ser uma necessidade humana, é uma forma de nos realizarmos. Ela não é apenas algo material que ingerimos, mas antes de tudo, se relaciona com o nosso entendimento sobre dignidade e autoestima. Nesse sentido, como tratou Maria Eunice Maciel (2005), o que é colocado no prato nutre o corpo e também sinaliza uma classificação, pois serve como um código de reconhecimento social daqueles que comem, levando em consideração o que se come.

Importante registrar que naquele momento – assim como durante a realização da nossa pesquisa - as reportagens na televisão mostravam o aumento do preço da comida e de pessoas buscando alimentos em lixões, em ações sociais, em caminhões com sobras de alimentos que iriam aos animais. Uma dessas reportagens foi veiculada pelo Jornal da Rede Globo de Televisão que, em junho de 2022, noticiou que a fome no Brasil tinha quase dobrado após dois anos de pandemia⁴. Diante do cenário de empobrecimento da população, houve o aumento dos índices de fome e insegurança alimentar. O trabalho feito por Mariana Silva Bezerra (2020) indica que os maiores índices de Insegurança Alimentar e Nutricional estavam nas regiões norte e nordeste do Brasil, com o Ma-

4. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/08/mais-de-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-todo-dia-revela-pesquisa.html> Acesso em: 13/02/2023.

ranhão tendo 38% da sua população enfrentando problemas referentes à falta de alimentação no período.

Foi esse cenário que motivou nossa pesquisa sobre a circulação de alimentos no Centro Histórico de São Luís, pois estávamos interessados nos modos de “fazer a vida” (Castro, 2017) ou de “correr atrás” (Ahlert, 2022) utilizados pelas pessoas no enfrentamento de adversidades diversas, considerando, especialmente, o cenário recente da pandemia de Covid-19. A região da cidade que recortamos para a investigação sempre se relacionou de forma bem próxima com a alimentação. Seja pelo fato de já ter sido ali o principal distribuidor de alimentos da cidade – o Mercado Central – seja pela constância de pessoas de outros bairros e municípios que frequentavam o espaço em busca de alimentação, como destacado por nossos interlocutores. O Mercado Central, prestes a completar seu centenário, acompanhou o desenvolvimento da capital do estado do Maranhão que se expandiu a partir do centro da cidade, e que se tornou uma metrópole com as suas especificidades (Oliveira 2021). Esta expansão fez com que outras áreas comerciais, como feiras e mercados tão importantes quanto ele, surgissem.

Foi a partir do Mercado Central que começamos a desenhar a pesquisa, embora não tenhamos estabelecido o local para uma investigação mais intensiva. Nele conhecemos um comerciante chamado Francisco a quem perguntamos “sobre a recente circulação de alimentos”. Ele respondeu que: “O mercado mudou bastante. Antigamente tudo era por aqui! Os caminhões de comida estacionavam, e ela era descarregada e seguia para outros lugares da cidade”, até surgirem outras feiras nos bairros, e a Cooperativa dos Hortifrutigranjeiros do Maranhão (CEASA-MA). Então o Mercado Central deixou de ser o principal fornecedor de alimentos de São Luís, completou. Fizemos essa mesma pergunta a seu Santos, outro feirante do Mercado, que nos respondeu que: “Há quinze anos o fluxo no Mercado era outro. As pessoas vinham de todos os municípios por meio de linhas de transporte que estacionavam na porta, elas desciam e compravam tudo que precisavam”, no entanto, essas linhas acabaram.

Nesse começo da pesquisa nós perguntávamos sobre as mudanças recentes no acesso aos alimentos⁵. Ainda que nossos interlocutores te-

5. Falar sobre uma “recente circulação” de alimentos reduz a potencialidade de falar

nham respondido a pergunta de maneira diferente da que pensávamos – e também considerando as diversas outras formas de circulação de comida entre a vizinhança ou por ações sociais/religiosas - esse período inicial foi fundamental para entendermos que os sentidos fornecidos à alimentação eram diversos e não poderiam ser dados *a priori*. E mais, ainda que perguntássemos sobre “o momento recente”, passamos a nos interessar pelo fato de que o tema acionava a memória. Dessa forma, tratar de comida era considerar elementos não tão evidentes de imediato, levando em conta a necessidade de desnaturalizar sua presença nas nossas vidas, como sugere Mintz (2001).

Esses pontos iniciais, que foram parte da constituição da pesquisa e do trabalho de campo, acabaram por condicionar também a maneira como vimos a comida na Casa do Pão. Partimos, a partir desse momento do texto, para esse contexto, interessados em pensar que o ato de comer pode ser um momento de compartilhamento, tanto de comida como de experiências comuns. Assim nos embrenhamos nas práticas e nos sentidos dados à alimentação na ação social da Igreja Católica.

A mobilização em torno do almoço na Casa do Pão

A Casa do Pão é um espaço de busca de alimentos. Até quando o trabalho no local foi suspenso durante o período da pandemia de Covid-19, as funcionárias e os voluntários distribuíram cestas básicas quinzenalmente para as idosas cadastradas, que iam buscar os itens doados. Dona Antônia afirmou que só havia produtos de qualidade, com o espaço se interessando pela permanência das cadastradas na ação, para que elas não enfrentassem ainda mais necessidades. Nossas interlocutoras sempre reiteravam que a atividade da Igreja nunca parou, tendo como missão garantir almoço às idosas com regularidade.

Durante a permanência na atividade da Igreja, perguntamos à dona Antônia se muitas pessoas buscaram a Casa do Pão no momento de vol-

sobre comer, porque ainda que os índices de fome tenham aumentado no Brasil e tenham sido vividos por muitas pessoas, algumas experiências sempre foram marcadas pelo contingenciamento de seus recursos referentes a uma alimentação de qualidade. O “recente” faz com que o antes não seja apreendido, minimizando um problema que não existe apenas no presente.

ta à “vida normal”, visto estarmos, naquele momento, ainda superando os impactos causados pela pandemia de Covid-19. Ela me respondeu que “muitas”, mas que não podia ajudar a todas “porque as cestas que estavam sendo distribuídas já eram feitas na quantidade de pessoas cadastradas”, logo, o trabalho da cozinha não conseguia atender a todas. Contudo, as pessoas não deixavam de procurar o espaço para conseguirem algum alimento.

Em um desses dias, assim que limpamos toda a cozinha e nos preparávamos para almoçar, uma jovem gestante apareceu. Inicialmente, pensamos que fosse alguma sobrinha de dona Antônia, porque seus familiares são bem presentes na Casa. Após a jovem se apresentar, disse que já estava próxima do parto, estava esperando uma menina, e tinha ido ao Centro fazer exames. Passando pela porta da Casa, decidiu parar para pedir um pouco de almoço, porque ela morava longe e sentia fome. Após montar uma vasilha - recipiente em que colocou arroz, carne, salada - dona Antônia entregou a ela que agradeceu e se despediu.

Embora o controle do cadastro seja importante para se conseguir almoçar na cozinha, como pudemos ver em campo, e que muitas ações da Casa sejam direcionadas apenas às cadastradas - como a distribuição de cestas básicas, de alimentos como leite, e as marcações de consultas - a importância de servir almoço a quem bate na porta da cozinha também é um imperativo. Esse valor predomina, ainda que isso seja, de alguma forma, também contingenciado, pois a Casa não tem recursos ilimitados. Na vida das pessoas, por sua vez, o espaço aparece como uma fonte de alimentos, como local para conseguir alguma ajuda ou garantir uma refeição. Nesse sentido, na concepção das nossas interlocutoras - usuárias, trabalhadoras e voluntárias - a comida e o trabalho acerca dela servem para amenizar os impactos perversos ocasionados pela pobreza. Para nós, nos ajudou a observar as interações sociais que denunciam a fome.

Conhecer a fome, como trata Lis Furlani Blanco (2021), implica em conhecermos quem a experiencia, observando quais discursos são mobilizados em sua criação, na busca de entender como os sujeitos constroem-se e transformam-se com ela, buscando a produção da desigualdade que se corporifica em seus corpos. Podemos pensar as situações de adversidade, mas também conhecer formas criativas utilizadas pelas

pessoas para darem conta de suas vidas, ainda que com limitações impositivas. Como mostra a dissertação de Martina Ahlert (2008), tentar trabalhar a política nas ações é uma maneira de não usar categorizações anteriores e precipitadas que caíam em noções estigmatizadas do comportamento dos atores envolvidos. É não reduzir os grupos populares estudados somente à noção de miséria.

No mesmo período da situação da gestante, que acabamos de narrar, observamos que dona Antônia se aproximou de uma idosa cadastrada e perguntou se ela continuaria frequentando a ação, porque ela tinha ido pouco no último mês. Disse que havia muitas pessoas perguntando se havia novas vagas disponíveis. A senhora assentiu que estava bastante ausente e concordou em dar seu cadastro para alguém, mas pediu a dona Antônia que a deixasse entrar para almoçar na Casa quando fosse ao Centro resolver problemas, o que foi permitido. Esse caso de ausência relativa era uma exceção. A maioria das cadastradas na Casa estava presente no espaço cotidianamente, tanto que era possível aprender o nome de muitas, porque diariamente interagimos com elas. Raras eram as pessoas que não faziam dali sua principal fonte de almoço.

No decorrer do tempo da pesquisa de campo, essa situação de renúncia do cadastro foi a única por nós registrada. Antes pelo contrário, soubemos e vimos muitas pessoas que iam incessantemente ao local saber se havia algum cadastro liberado; ou estivemos em momentos nos quais as próprias cadastradas perguntavam sobre novas vagas para chamarem pessoas próximas. Isso evidenciava um fluxo intenso de informações e pessoas que buscavam a atividade para conseguir acesso regular a alimentos. Assim, outros idosos, amigos ou parentes das cadastradas se interessam por uma vaga. Podemos sugerir, hipoteticamente, que eles tinham experiências de vida próximas às delas e também viam o Centro como possibilidade de obter a garantia de suas refeições. O Centro Histórico figurava como esse espaço da cidade onde as pessoas faziam suas vidas em busca de sanar questões que a elas se impunham, como a do “comer hoje”.

Em campo, ouvíamos que os alimentos adquiridos eram imediatamente consumidos quando chegavam em seus destinos, como leite e a comida levada nas vasilhas (sobre as quais falaremos mais na sequência

do texto). Com isso não queremos sugerir um imediatismo que promova uma leitura simplista de aspectos simbólicos, práticos e morais envolvidos no acesso e na distribuição de alimentos. Existem muitas camadas e muitas pessoas nas atividades relativas ao comer, como no trabalho de levar uma refeição para alguém próximo, como a vizinhos ou familiares, feito pelas voluntárias, por exemplo. Há ainda os aspectos morais presentes na fala de seu Santos, feirante do Mercado Central anteriormente citado, que nos disse que ajudava pessoas que pediam comida “não porque tinha muito, mas porque sabia que tinham muitos que não tinham nada”. O conhecimento de que “há quem não tem nada” mobilizava até aqueles que tinham pouco a dividirem o que tinham, não por simples obrigação, mas porque sabiam que a ajuda era vital no cotidiano daqueles onde a falta predominava.

Acreditamos que na situação de seu Santos existia um interesse pessoal em poder ajudar, mesmo não tendo muito. O mesmo, ao seu modo, acontecia na Casa do Pão, onde a condição de vida dos voluntários não nos parecia distante das cadastradas. Percebemos isso em uma conversa de Antônio Olávio com Dona Ana, uma senhora que ajudava na organização da cozinha. Ela constantemente observava as pessoas colocando o almoço. Nos primeiros dias, ela chamou sua atenção porque sugeriu que ele tinha colocado (do seu ponto de vista) pouco arroz em seu prato. Em outro momento, lhe ofereceu um segundo pedaço de peixe, porque ele tinha pegado apenas um. Dona Ana lhe aconselhou “comer direitinho”, pois aquele era “um momento único”, “sem miséria”, porque “Graças a Deus, aqui há fartura”. Dona Ana era uma voluntária bastante empenhada na ação da cozinha. Ela gostava de classificar a comida do espaço falando que “tem comida para se comer bem”, ou quando ela afirmou amar ajudar na Casa, porque além de fazê-la feliz, “a comida era muito abençoada” e ajudava muitas pessoas. Estar ali era, também, portanto, colocar-se na condição de poder ajudar alguém a enfrentar os problemas que ela mesma conhecia. Era colocar-se diante de uma situação que, sob seu ponto de vista, era de abundância.

Outra vez observamos quando serviram duas vezes sopa para os cadastrados porque tinha-se feito muita, e todas comeram bastante, podendo também levar para casa. Neste dia, vimos todos os tamanhos e

cores de vasilhas possíveis, todas idosas estavam com uma na bolsa. Quando perguntamos à dona Antônia se ela tinha avisado que elas levariam comida para a casa naquele dia, ela disse que “não”, que elas tinham as vasilhas porque todas as levam cotidianamente, na esperança de conseguirem alimentos na ação, ou pelo Centro, para levarem as suas residências. Diariamente, dona Antônia montava vasilhas de comida para que as cadastradas levassem para jantar, quando havia ficado alguma comida não consumida do almoço.

O compartilhamento da comida, como uma forma de se comer com qualidade e abundância diferencia a Casa do ordinário da vida, da realidade em que a fome é um elemento familiar. Nesse sentido, a fartura a que dona Ana se refere não é porque a cozinha da Casa tinha comida em demasia, tanto que chegaria a sobrar, mas porque ali se comia com qualidade e em quantidades suficientes para saciar-se. Da mesma forma que tratada por Seu Santos, em termos morais esse compartilhamento de alimentos não se dá por as pessoas que mobilizam essas iniciativas tinham muito, mas tinham o suficiente para dividir.

A comida e seus caminhos

A comida que era servida na Casa era comprada toda manhã. Ir fazer a feira era uma responsabilidade do Frei, o padre da Igreja do Carmo. Toda a comida servida, em especial as carnes, as verduras e as frutas, eram compradas na manhã no dia em que seriam servidas. O Frei ia ao Mercado Central, que fica na mesma avenida em que se localiza a Igreja do Carmo e realizava a compra. Sua presença era frequente no local, tanto que certo dia ouvimos dona Antônia comentar que um peixeiro havia pegado uma *leva* boa de peixes, ou seja, uma mercadoria de qualidade, e tinha ligado para o Frei ir vê-la, porque sabia que “o padre ia gostar da qualidade do produto”. É nesse sentido que queremos explorar a perspectiva da qualidade dos alimentos manejados na cozinha da Igreja do Carmo.

O cardápio da Casa era bastante diverso, formado por assado de panela, *cozidão*, tortas variadas, frango assado e cozido, peixes e sopas com pão. Todo alimento do dia era preparado nele mesmo, desde as proteí-

nas aos seus condimentos. Não se repetia o prato na mesma semana, e muito menos o alimento de um dia para o outro, pois ainda que não fosse consumido, era justamente este alimento que se compartilhava entre as cadastradas e as voluntárias - e também porque observamos que, na Casa do Pão, a comida precisava da qualidade que só um alimento recém preparado possuía.

Além da qualidade material/física do alimento, as pessoas se interessavam em servir comidas balanceadas, nada como frituras ou doces como sobremesas, porque, como disse dona Antônia “comida de velho vai até pouco sal” - o que não fazia da comida menos gostosa, pois dona Antônia era muito elogiada pelo seu tempero. A preocupação se dava porque as cadastradas precisavam comer alimentos saudáveis, uma vez que muitas possuíam problemas de saúde, como diabetes ou pressão alta. E, por isso, também se prezava pela qualidade nutricional.

O almoço era servido junto de uma sobremesa, que era banana ou uma fatia de melancia. Nesses alimentos se exprimia a mesma qualidade das demais comidas. Como observamos no dia em que dona Antônia contou que mais cedo, na hora de servir quem tinha chegado atrasado, não conseguiu servir os últimos pratos com a melancia, porque a fruta estava “batida”, e ela não daria “comida machucada”. Disse que deixou a fruta para quem quisesse, tanto comer ou levar para a casa, e as idosas disseram que iam querer. É interessante notar que os agentes que trabalhavam na Casa possuíam suas noções de qualidade e elas refletiam na forma com que os alimentos eram manuseados e distribuídos na cozinha da Igreja. Embora não fossem servidos alimentos machucados, não se negava às cadastradas a possibilidade delas os comerem. A comida apenas não seria servida diretamente, mas continuaria disponível para aquelas que tivessem interesse.

A noção de qualidade era, sugerimos, mediada por duas experiências diferentes. Enquanto os trabalhadores da cozinha não serviam alimentos que, ao seu entender, não poderiam ser distribuídos por estarem próximos de sua validade de consumo, as cadastradas se interessavam porque essa noção de qualidade não conversava com seus mundos, onde a percepção de um alimento passível de consumo era, aparentemente, mais ampla (fosse para consumo próprio, para levá-lo a alguém próxi-

mo ou para consumo animal). Nesse último caso, uma das primeiras vezes que observamos o manuseio dos restos de comida que vinham nos pratos das idosas quando elas terminavam de almoçar, foi quando dona Ana disse que os separaria para levar à sua cachorrinha, reservando-as em um saco de arroz vazio. Quando a perguntamos sobre o nome do animal, ela disse que não tinha, e que se tratava de uma cachorrinha de rua que todo dia a esperava na porta da Igreja para comer.

Nesse mesmo período, momento das eleições presidenciais de 2022, vimos Mário, um voluntário, conversando com a sua mãe, Mary, outra voluntária da cozinha. Ele falava sobre comida e dizia que o ex-presidente, Jair Bolsonaro, “tinha deixado até os animais com fome”, no sentido que até conseguir alimentos para eles tinha se tornado difícil, fazendo com que eles vivessem também os problemas referentes à restrição alimentar, que não afetava, segundo nosso interlocutor, apenas os seres humanos. Observando a circulação do alimento não consumido, todo dia, na Casa, percebemos que as idosas as separavam cuidadosamente, algumas vezes davam algumas sacolas e sempre tinha quem se interessasse. Quase sempre elas já tinham dono. Decerto nunca soubemos se o que levavam do que ficava nos pratos ia somente para animais - esta foi uma pergunta que optamos por não fazer em campo.

O fato é que poucas foram as vezes que observamos as idosas desperdiçando comida. Os pratos, quando entregues para serem lavados, vinham com pouquíssimas sobras de alimento. Algumas idosas se aproximavam com bastante timidez e perguntavam se podiam levá-las. Na maioria das vezes elas já tinham destino, em outros momentos não e eram dadas a quem pedia. Esse comportamento envergonhado, como trabalha Sidney W. Mintz (2001), se dá porque nossos corpos podem ser considerados resultado e produto de nossa existência, se revelando também a partir do que comemos. Diante disso, vimos muitas vezes elas perguntarem sobre os alimentos que restavam nos pratos e dona Antônia falar “fulana pediu para levar”, ou “é de ciclano”. Eles sempre chamavam muito a atenção das idosas, assim como todo alimento presente na cozinha.

Certo dia, vimos que tinham separado alguma sobra em uma pequena sacola. Uma idosa pediu para que abríssemos o vidro de sabonete para ela, para que ela lavasse as mãos. Quando o fizemos perto da sa-

cola de restos, ela falou com bastante preocupação: “Ei, cuidado para não derramar na comida!”. Ainda que se tratasse de um pouco de comida para nós, algo quase sem valor, o que havia restado dos alimentos era visto por ela de outra maneira, sendo preciso termos cuidado para não lhe causar danos. Havia, portanto, uma preocupação com todo alimento na cozinha e noções variadas sobre a importância dele.

Somente um dia, enquanto acompanhávamos o almoço na cozinha, vimos um idoso jogar o seu prato de comida fora, mas não perguntamos o porquê, uma vez que rapidamente ele saiu e foi embora. No geral, se observava os pratos virem quase limpos, com poucos grãos de arroz. Em um desses dias, um dos idosos cadastrados, ao trazer o prato para a bancada e entregá-lo para lavar na pia, falou: “Você não vai nem precisar lavar, só vai passar um pano”, brincando com o fato de seu prato não ter um grão de arroz sequer. Muitas vezes, até antes do prato ser levado com o que permanecia nele à bancada onde se lava os objetos, as idosas já se encarregavam de pegá-las enquanto ainda estavam sentadas na mesa. Em um desses dias, observando o movimento da bancada enquanto elas saíam, uma senhora levou seu prato para ser lavado com um pedaço de melancia, quando se distanciou para lavar as suas mãos, dona Ana foi logo pegando seu prato para colocar a fruta na sacola que levaria na saída. Quando a idosa viu, veio falando aflita: “Não, não! Esta melancia é minha!”. Dona Ana, então, a entregou. Nas interações com as cadastradas, percebemos que dificilmente se renuncia o que na Casa do Pão é garantido, mas fora dali, não.

Observamos, certa vez, na cozinha, uma voluntária separando em uma vasilha um pouco de arroz para levar como jantar à sua vizinha, falando que “ela vai gostar bastante desse arroz”. Essa não era uma atitude isolada. Muitas vezes pudemos vê-las separarem comida para si ou para alguém de sua vizinhança. Guardar alimentos sempre foi uma ação bastante presente na cozinha da Igreja. No dia a dia do almoço da Casa, como mencionamos anteriormente, o fluxo das vasilhas com alimentos era frequente e evidenciava uma mobilização contra a possível falta de comida nas casas às quais elas eram direcionadas. Essas situações, que traziam uma nova circulação aos alimentos, podem ser pensadas a partir do trabalho da antropóloga Claudia Fonseca (2004). Nele a auto-

ra utiliza o termo “estratégias” para dar conta de como os grupos populares acionam diversos métodos para dar respostas às suas limitações econômicas, mas não o fazem de maneira utilitarista, antes mobilizam conhecimentos, performances e agências. Assim, algumas práticas que conhecemos demonstravam que o espaço era parte das estratégias para se angariar comida também para pessoas de fora.

Interessar-se pela circulação cotidiana de alimentos na cozinha da Casa e no Centro Histórico faz com que se veja como a comida pode ser uma categoria que se modifica conforme o espaço em que circula – assim vemos como ela ganha usos diversos, diferentes classificações relativas à qualidade e participa dos modos utilizados cotidianamente para dar conta da vida. Prestar atenção ao dia a dia, como aponta Viviane Gueller (2016), é uma forma de ver pelo micro, pelos acontecimentos cotidianos, uma forma particular de olhar aquilo que já se tem como conhecido. Trata-se do foco na produção de vidas específicas, que podem sumir na paisagem homogeneizadora dos centros urbanos.

Frequentemente, víamos as idosas, ao terminarem de almoçar, guardarem um pouco dos seus próprios almoços em uma vasilha para levarem para a casa. Imaginamos que essa comida seria a certeza de um jantar. Ainda que o almoço servido na Casa fosse em quantidade suficiente para uma refeição, não era o suficiente para as duas, mas pelas circunstâncias, se fazia obrigatório reservar o almoço para ter o que comer depois. Pela procura de diferentes ações e pela circulação de informações, a mobilização em busca do “correr atrás”, como foi vista por Martina Ahlert (2013), faz um questionamento da concepção de “ajuda” - quando associada à ideia simplista de um pretenso “assistencialismo”. No contexto de pesquisa, a autora observa que nada adiantaria se quem precisasse não se colocasse em movimento em busca de iniciativas para melhorar as condições de suas vidas em suas casas. Portanto, as “ajudas” presentes no Centro, na nossa pesquisa, seriam ineficazes se as pessoas não tivessem agência e não investissem saberes, esforços e estratégias para as mobilizarem.

Certo dia, quando distribuímos os pacotes de leite aos cadastrados, muitos demonstraram bastante surpresa e gratidão ao receberem. Vários disseram: “Que Deus abençoe você e sua família..” Alguns, ao pegarem

o leite, levantavam as mãos para o céu e falavam que tinha chegado em boa hora. No dia seguinte à distribuição, ao continuarmos dando a quem havia faltado, um idoso se aproximou e agradeceu novamente, dizendo que o pessoal da sua casa já tinha até bebido o leite. Nesse mesmo dia, observamos que ele também levava parte do almoço para casa. É possível perceber que a comida angariada na atividade da Igreja não é levada a esses lares para ser armazenada, ela é consumida imediatamente, porque chega para alimentar quem a espera.

Poucas vezes, em campo, ouvimos falar diretamente sobre “fome”, mas acompanhamos uma série de índices da sua presença na vida de muitos com quem estabelecemos contato. Em diversos momentos observamos quando uma idosa se interessava pelos alimentos remanescentes nos pratos ou quando alguma delas saía com semblante de preocupação, quando não ficava almoço para ser levado e se tornar um jantar em sua casa; ou quando separavam parte do seu almoço em uma vasilha para conseguir comer mais tarde ou levar para alguém de sua residência ou vizinhança. A fome pode ser pouco anunciada através das palavras, contudo, pode ser facilmente observada pelos comportamentos que ela implica, como um código que impele as idosas a terem em seus semblantes as marcas da preocupação.

O contingenciamento alimentar pode ser observado de várias maneiras, quando pessoas batiam diariamente em busca de vagas de cadastro disponíveis ou quando se agradecia por ter recebido uma comida que veio ajudar na alimentação da família naquele mesmo dia. Assim, cotidianamente, era possível ver comportamentos e interações que denunciavam a escassez de recursos na vida das cadastradas. Nos relatos sobre pessoas próximas a elas era possível saber que essa realidade era vivida por um grupo maior de pessoas. Os funcionários da cozinha sabiam da importância diária do seu trabalho para muitas cadastradas e sempre faziam questão de avisá-las com antecedência quando a Casa não abriria, para que organizassem suas rotinas e buscassem outros meios de se alimentarem. Avisavam, reiteradamente, até quando o trabalho funcionaria mais cedo, por exemplo, para que as rotas diárias delas fossem repensadas.

Considerações finais

Ainda que tenham acabado as linhas de ônibus que levavam as pessoas de outros municípios à porta do Mercado Central, como falou seu Santos, e dele ter deixado de ser o maior fornecedor de comida de São Luís, o Centro ainda é buscado em razão da alimentação ou por maneiras de consegui-la. Os alimentos que são adquiridos a partir das atividades de distribuição de comida nesse contexto se voltam para aqueles que têm pressa para comer, porque são em maioria alimentos que serão consumidos de forma imediata quando alcançarem seus destinos. No contexto do Centro, levamos em consideração as diversas estratégias adotadas pelas idosas e por outros interlocutores que frequentam a Casa do Pão, na Igreja do Carmo, para encararem as adversidades presentes em seus cotidianos. Elas estabeleceram redes de ajudas bem articuladas, feitas por trocas de objetos materiais e de conhecimento, que atravessam casas, bairros e se estendem a muitos moradores de São Luís.

Na pesquisa percebemos que falar de comida, é falar também das relações que são formadas através dela e que se afirmam cada vez mais importantes quando garantem a famílias inteiras a realização de suas refeições, em um cenário marcado pelos imperativos da fome. Tratar de alimentação com os grupos populares presentes nessa área da cidade é saber que ela sempre é pensada em relação ao compartilhamento com alguém próximo, na tentativa de fazer viver ser algo mais possível. Nesse sentido, os cadastros na Casa do Pão são individuais, mas os caminhos que o alimento percorre são mais extensos, envolvendo familiares, vizinhos e animais.

Quando nos aproximamos do dia a dia das pessoas, vimos que elas criaram identificações umas com as outras a partir do reconhecimento das vivências comuns compartilhadas entre elas. Essa identificação se materializava nas conversas e nos seus encontros. A comida entre nossas e nossos interlocutores não era pensada apenas na chave do saciamento pessoal, mas imaginada também em relação ao outro. Sem nos aproximarmos das experiências ordinárias dos funcionários, das cadastradas e dos voluntários da cozinha, não seria possível compreender como pro-

nunciavam seus próprios mundos e faziam as suas vidas. Facilmente podemos imaginar o que seja a fome, contudo, dificilmente saberemos o que ela é sem que nos aproximemos daqueles que vivem experiências a ela relacionadas.

Referências

Ahlert, Martina. (2022). Precisão e política. Algumas considerações etnográficas a partir de Codó (MA). *Civitas*, 22, 1-12.

Ahlert, Martina. (2013). A “precisão” e o “luxo”: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó – MA. *Revista Política e Trabalho*, 1 (38): 69-86.

Ahlert, Martina. (2008). *Mulheres de Monte Verde: Etnografia, subalternidade e política na relação de um grupo popular de Porto Alegre e o Programa Fome Zero*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Bezerra, Mariana Silva et al. (2020) Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 25 (10): 3833-3846.

Blanco, Lis Furlani. (2021). Conhecer a fome: saberes situados e a produção da diferença. *Cadernos Olha*, v. 3, p. 23-34.

Castro, Carlos Gomes de. (2017). *Hacer la vida: inventos, negocios e trampas em um batey cubano*. Tese de doutorado. PPGAS. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fonseca, Claudia. (2004). *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares* - 2ª ed. - Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Gueller, Viviane. (2016). O ordinário no cotidiano, uma prática singular. *Revista Sures*, n. 7, s/d.

Maciel, Maria Eunice. (2005). Olhares antropológicos sobre alimentação. In: Canesqui, Ana Maria; Garcia, Rosa Wanda Diez, (orgs). (2005). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 49-55.

Mintz, Sidney W. (2001) Comida e antropologia uma breve revisão. *RBCS*, vol. 16, nº 47, outubro.

Oliveira, Maysa. (2021). Pensando fronteiras e territorialidades em dois bairros de São Luís. *Amazônica, Revista de Antropologia*, vol. 13, 505-530.



GT7 - Sociologia do Trabalho: desafios e perspectivas

"Tem muito cliente ignorante, porque ele acha que tá te pagando uma taxa, ele acha que é teu dono": o trabalho dos entregadores do Ifood

Victória Amorim da Silva
UFMA

Carla Vaz dos Santos Ribeiro
UFMA

Introdução

Os avanços tecnológicos experimentados nos últimos anos operaram mudanças estruturais na sociedade e viabilizaram o surgimento de novas formas de organização de trabalho prestadas a partir do surgimento e crescimento das plataformas digitais. Dessa forma, com o crescimento tecnológico e, conseqüentemente, das plataformas digitais surge o fenômeno da Uberização. Que é entendida como uma tendência global que atinge diversas ocupações, com diferentes qualificações e rendimentos, em países do centro e da periferia. Assim, a Uberização do trabalho consolida a passagem do trabalhador para um autogerente subordinado, denominando-o como “empreendedor”, transferindo custos e riscos da empresa para os trabalhadores (chamados de parceiros) de forma difusa e fragmentada (ABÍLIO, 2020b; SCHINESTOCK, 2020).

A grande novidade nesse contexto de trabalho, é que o trabalhador passa a ser controlado, mapeado, gerenciado e dominado. Estratégias de vida utilizadas para lidar com os desafios impostos por este trabalho, tornam-se dados processados e utilizados para o aumento da produtividade do próprio trabalhador que as engendra, e da multidão de trabalhadores como um todo; estratégias de vida hoje tornam-se informações que serão administradas por empresas as quais detêm os meios de se apropriar delas e arbitrariamente utilizá-las como parte do gerenciamento e controle do trabalho (ABÍLIO, 2020b).

É sabido que os modelos de gestão do trabalho impactam na subjetividade desse trabalhador que, por sua vez, deixa de se escutar e se enxergar como sujeito de necessidades. Nessa perspectiva, aquilo que pode começar como Estratégia de Mediação perante a vida com o trabalho, se não cuidado, pode desencadear um adoecimento psíquico. Tornando-se, assim, relevante compreender de que modo esses profissionais têm observado a sua rotina e a si mesmo, diante desse novo modo de organização denominado de Uberização do trabalho.

Diante disso, buscou-se, enquanto objetivo geral desta pesquisa, analisar as repercussões do trabalho na subjetividade dos Entregadores da plataforma digital do Ifood. Especificamente, pretendeu-se: Caracterizar o trabalho dos Entregadores da plataforma digital do Ifood; Identificar os sentidos do trabalho para os Entregadores da plataforma digital do Ifood; Investigar os elementos que se constituem como fonte de prazer e sofrimento para os Entregadores da plataforma digital do Ifood e Identificar as estratégias de mediação utilizadas por Entregadores da plataforma digital do Ifood para lidar com o trabalho.

Material e método

Visando o alcance dos objetivos já citados, o presente estudo é baseado nos pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicologia Sócio-Histórica. No que diz respeito à Psicologia Sócio-Histórica, esta toma como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, o qual apreende o indivíduo de forma contextualizada ao social e ao histórico, e não isolado da realidade. Para a análise do que está sendo proposto, utilizou-se a pesquisa qualitativa que tem como destaque a relevância dada às experiências e percepções dos indivíduos. (PATIAS; HOHENDORFF, 2019).

Em termos de instrumentos adotou-se o questionário de caracterização profissional, a entrevista semiestruturada e o gravador de voz. Entrevistou-se 5 (cinco) entregadores entre os meses de Fevereiro a Junho de 2023, 2 (dois) dos entrevistados têm o Ensino Superior em andamento; e 3 (três) têm o Ensino Médio completo. Diante dos depoimentos obtidos através da entrevista semiestruturada foi realizada a Análise Crítica do Discurso (ACD) sob a ótica da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough (2001).

No quadro 1, visualiza-se os dados referentes a sexo, idade, tempo de trabalho, autodeclaração e dependentes. Além disso, para proteger a identidade desses trabalhadores, seus nomes foram substituídos pelas letras A, B, C, D e E, como demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 01 – Caracterização dos Participantes

NOME	SEXO	IDADE	TEMPO DE TRABALHO	AUTODECLARAÇÃO	DEPENDENTES
A	MASCULINO	23 ANOS	1 ANO E 5 MESES	PRETO	NÃO
B	MASCULINO	22 ANOS	1 ANO	PARDO	NÃO
C	MASCULINO	33 ANOS	3 ANOS	PARDO	SIM, 1 FILHO
D	MASCULINO	26 ANOS	6 MESES	PARDO	SIM, 1 FILHA
E	MASCULINO	26 ANOS	3 ANOS E 3 MESES	PARDO	NÃO

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Entretanto, foi realizada uma entrevista para além da amostra, com o objetivo de escutar outros autores envolvidos nesse processo que pudessem contribuir para a análise da pesquisa trazendo uma visão geral dessa atividade no país e a sua precarização, direitos e lutas. Assim, para proteger a identidade do perfil dessa liderança seu nome será substituído por Líder, tem 34 anos, ensino médio incompleto, se autodeclara negro e possui um dependente.

Resultados e discussão

A Uberização do trabalho e sua contextualização

A Uberização do trabalho se define como uma tendência em curso abrangendo diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação, rendimento e condições de trabalho. O fenômeno da Ube-

rização tomou visibilidade com a entrada da empresa Uber no mercado, em realidade o termo Uberização se refere a processos que não se restringem a essa empresa e nem se iniciam com ela. Esse modo de produção culmina em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho (ABÍLIO, 2020a).

Somado a isso, a Uberização é uma tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, permanentemente disponível ao trabalho, ao mesmo tempo que está desprovido de qualquer direito ou proteção, assim como de qualquer garantia sobre sua própria remuneração e limites sobre seu tempo de trabalho. Podemos defini-la como redução do trabalhador a um trabalhador *just-in-time* (estar disponível) (ABÍLIO, 2017, 2020a; OLIVEIRA, 2000).

Nesse contexto, é importante entender a Uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus “parceiros” realizem o seu trabalho, assim não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus “colaboradores *just-in-time*” de acordo com a sua necessidade. Ser *just-in-time* significa que são transferidos ao trabalhador custos e riscos da atividade, estando desprovido de direitos associados ao trabalho, enfrentando também a total ausência de garantias sobre a sua carga de trabalho e a sua remuneração (ABÍLIO, 2017, 2019).

Essa nova forma de produção do trabalho faz uso de ferramentas digitais e da internet para gerir a produção e o trabalho, nas chamadas plataformas digitais e nos aplicativos (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020). Baseado nisso, as empresas Rappi, Ifood e a Uber Eats seguem uma lógica organizacional do trabalho. Normalmente, as entregas são realizadas utilizando veículo próprio do trabalhador como, carro, moto ou bicicleta convencional e, ainda, é preciso ter um smartphone. É válido destacar que além desses meios de transporte, no Ifood, pode ser utilizado patinete elétrico como meio de transporte, e no Uber Eats, podem ser entregues pedidos a pé. Observa-se que para além do intenso dispêndio de energia física a que o trabalhador está submetido nessa relação capital-trabalho, a superexploração da força de trabalho e a influência do empreendedorismo também se faz presente (LUNA; OLIVEIRA, 2022).

O trabalho de Entregador na plataforma do Ifood

A plataforma digital foi criada pelos empreendedores Patrick Sigrist, Eduardo Baer, Guilherme Bonifácio e Felipe Fioravante, que se reuniram e resolveram criar um aplicativo de delivery de comida que teve como principal objetivo: inovar o mercado brasileiro. Assim, devido ao grande avanço da plataforma digital do Ifood, desde 2011, o aplicativo vem se consolidando cada vez mais no mercado de delivery, perante os seus principais concorrentes, se destacando principalmente no número de pedidos registrados, que foi de 1,5 milhão em 2015 para 4 milhões em 2017. Um crescimento alarmante de 166%, sendo um nível satisfatório e de dever cumprido encontrado pelos seus dirigentes e colaboradores (MARTINS *et al*, 2021).

Diante disso, apesar do crescimento de pedidos de delivery na plataforma, concomitantemente é importante pensar sobre a inserção e o crescimento dos profissionais Entregadores na plataforma. Nesta pesquisa, começamos pela seguinte indagação: “Como se deu a sua escolha por este trabalho?”. Assim, verificou-se que a inserção deveu-se à falta de oportunidades, desemprego e, principalmente, pela facilidade de adentrar no mercado de trabalho. Segue, então, os relatos dos Participantes A, C e o Líder:

[...] quando eu terminei o ensino médio eu fui fazendo bico, fiz bico de panfleteiro, de montador de brinquedo, aí eu fui tentar fazer carteira assinada mesmo, mas **quando chegava na entrevista eu não passava [...] eu passei nas provas mas na entrevista não [...] Aí no Ifood foi que deu certo, que não precisava de entrevista, só do aplicativo.** É por causa disso que **tô no Ifood [...]** Eu não tive escolha não, eu tinha que rodar no Ifood **pra poder pagar a moto e ajudar lá em casa** (PARTICIPANTE A, grifo nosso)

Foi a questão da facilidade da inserção no mercado de trabalho, né. Porque apesar de não ser algo formal, **você tinha uma fonte de renda que dava pra você subsidiar algumas coisas do dia a dia.** (PARTICIPANTE C, grifo nosso)

Necessidade, necessidade, não foi uma escolha

consciente assim, tipo “eu quero fazer isso”, foi a necessidade mesmo que bateu na porta, a falta de outras opções como é pra todo mundo, pra maioria das pessoas né [...] (PARTICIPANTE LÍDER, grifo nosso)

Nos relatos acima, percebeu-se que jovens desempregados, em empregos de baixa remuneração e informais passam então a acessar um novo meio de geração de renda e ocupação, para o qual é necessário apenas aderir e ter um cadastro aprovado, necessitando de um investimento econômico mínimo e utilizando de estratégias próprias de manutenção na atividade (ABÍLIO, 2020b).

Para os Entregadores de aplicativos, prevalece a noção do trabalhador que é “empresário de si mesmo”, seguindo uma ótica de que são responsáveis pela sua saúde, pelo seu trabalho e pelos seus horários. É por meio dessa ideologia que se acentuam não só as formas de trabalho precário na contemporaneidade, como também mascaram as contradições existentes na relação capital-trabalho. Assim, os trabalhadores se mostram como “patrão de si”, acarretando em uma “multidão de empreendedores”. Na ótica do capitalismo na plataforma, todos os trabalhadores passam a ser chamados de “parceiros” e, “supostamente pessoas livres e juridicamente iguais” (ABÍLIO, 2019, p. 4). Por isso, nessa perspectiva de trabalho “livre”, é que o Participante B relata que a liberdade de horário foi um dos principais motivos pela escolha deste trabalho: Foi a do **tempo livre** que eu posso ter bem mais tempo para fazer minhas coisas [...] **posso administrar melhor o meu tempo com esse trabalho** (PARTICIPANTE B, grifo nosso).

Para além disso, as ideias propagadas pela ideologia empreendedora de que o trabalhador pode ser o seu próprio chefe, interferem diretamente na organização dos trabalhadores das plataformas digitais, haja vista que eles passam a se reconhecer como seu próprio patrão e não mais como classe trabalhadora. Nesse âmbito, o Entregador se imagina como “proprietário de si mesmo”, enquanto em sua concretude e efetividade, converte-se em proletário de si próprio. Os assim chamado aplicativos (ou apps) e plataformas digitais impõem aos trabalhadores o rótulo de autônomos, sendo que são remunerados por tarefa ou lapsos

temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica de gestão e controle da força de trabalho (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020).

Por outro lado, existe uma perda da identidade desse trabalhador, porque as empresas-aplicativo atuam de modo informal e sem regulamentações, ou seja, os Entregadores de aplicativos, sejam bikeboys ou motoboys, não necessitam de muitas determinações para exercerem suas atividades, eles podem ser estudantes durante o dia e a noite realizar entregas por meio do aplicativo. É essa maleabilidade ou identidade provisória que oblitera a organização desses trabalhadores (LUNA; OLIVEIRA, 2022). Isso ainda é relatado pelo Participante B:

[...] no ifood **a gente literalmente faz o nosso horário, né**. Por exemplo, **se eu tenho prova, eu posso parar mais cedo pra estudar mais**, e foi isso. (PARTICIPANTE B, grifo nosso)

Nos relatos abaixo, os Entregadores também falam sobre o seu cotidiano na plataforma, mas trazem à tona outros elementos, bem como o funcionamento da logística de entrega; os horários em que as demandas são maiores; os intervalos no aplicativo referente ao horário de almoço e o estresse advindo do tratamento dos clientes e restaurantes. Segue o exposto pelos Participantes:

Não tem muita coisa não, é ligar o aplicativo, esperar a corrida dentro do horário da OL¹ e aí tem vez que não dá certo entregar e tem que devolver [...] Qualquer estabelecimento que estiver cadastrado no Ifood e precisar de um entregador eles solicitam, ou já está no automático de cair o pedido e depois o Ifood já seleciona um entregador para poder fazer a entrega (PARTICIPANTE A, grifo nosso).

[...] das 11h até as 22h, venho pra casa almoçar e volto das 18h às 22h, quando eu pegava o dia todo aí a gente tinha cada turno, **20min de intervalo, no aplicativo tinha uma função que você botava pausa durante**

1. OL, ou Operador Logístico, é o nome dado a uma empresa, com quem a plataforma do Ifood faz um contrato para que a empresa gerencie uma frota de entregadores fixos

esses 20min você não recebia chamadas de corridas [...] Quando rodava três turnos normalmente tinha pessoal que ia almoçar às 16h da tarde, dava uma paradinha rapidinho, às vezes quando estava esperando o pedido ficar pronto em algum local aproveitava e comia rapidinho e já saía pra fazer entrega (PARTICIPANTE C, grifo nosso)

Além disso, a Uberização pode reduzir o trabalhador a mero instrumento de produção. Uma vez que este trabalhador não possui mais garantias de nada relacionado ao trabalho como: remuneração, carga de trabalho e tempo de trabalho. Segue então o relato do Participante Líder sobre os direitos do Entregadores e o seu cotidiano na plataforma:

O cotidiano era 12h por dia, né. O trabalhador por aplicativo ele não tem direito nenhum, ele não tem férias, não tem hora de almoço. Não tem nenhum dos direitos que a carteira de trabalho protege, o entregador não tem né [...] 12h por dia, ganhar 1 real por km rodado do restaurante até o cliente, e enfrentar o dia a dia mesmo assim, dificuldade de chuva, dificuldade de trânsito, cliente estressado, moto que quebra, todas essas situações aí (PARTICIPANTE LÍDER, grifo nosso)

Ademais, atualmente o Líder não trabalha diretamente para as plataformas, pois:

[...] eu fui bloqueado logo quando começou as greves, quando começou o processo de luta, eu fui bloqueado por todos os aplicativos. Mas faço entrega sim, faço para clientes particulares (PARTICIPANTE LÍDER, grifo nosso)

Nesse modo de gestão, poderíamos enxergar a Uberização apenas como uma solução remediadora do desemprego, visto o potencial de absorção de mão de obra não inserida no mercado de trabalho formal. Contudo, aprofundando a análise, há a tendência de ampliação progressiva desse tipo de relação de trabalho, a qual facilita a acumulação capitalista ao mesmo tempo que aumenta o trabalho precário – sem

proteção jurídica e com aumento dos riscos da atividade ao próprio trabalhador (FRANCO; FERRAZ, 2019). Assim, em meio ao cotidiano desses profissionais, é importante lembrar que os Entregadores são trabalhadores essenciais e merecem ter seus direitos e bem-estar protegidos. Tornando-se urgente que as empresas responsáveis por esses serviços os reconheçam como trabalhadores formais e ofereçam benefícios e suporte adequados.

Os sentidos do trabalho para o Entregador do Ifood

Emprega-se “sentido do trabalho” como um fator que é construído por cada indivíduo, através de variáveis pessoais e sociais em um dado momento histórico de cada um. Para Antunes (2005), o alcance de uma vida cheia de sentido, em todas as esferas do sujeito, está diretamente relacionado com um trabalho dotado de sentido. Assim, percebe-se, através das palavras do Participante C, como o trabalho representa um meio estruturante da vida, pois:

O trabalho eu creio que é uma forma de edificar, né. De construir a vida, porque através do trabalho nós conseguimos adquirir bens materiais, proporcionar momentos felizes, digamos, para os nossos familiares, pra gente, né [...] então creio que seja isso, **seja a base de como você vai levar a sua vida** (PARTICIPANTE C, grifo nosso)

O relato do Entregador C retoma a visão marxista de trabalho, que entende o labor como uma forma de possibilitar ao homem ser construtor da realidade e de si mesmo. Logo, o trabalho possui um lugar marcante que não diz respeito somente a uma característica humana, mas sim uma categoria central na estruturação do ser social. Significa muito mais do que o sustento financeiro: a atividade laboral tem várias outras representações na vida do sujeito. Assim, nas palavras do Participante Líder o trabalho representa:

[...] a forma que a **humanidade encontrou de continuar avançando**, de continuar fazendo as coisas progredindo, **organizar melhor a vida**, para mim é isso

que o trabalho significa (PARTICIPANTE LÍDER, grifo nosso)

Entretanto, a noção do trabalho envolve duas condições: as socioeconômicas nas quais essa atividade humana se desenvolve, e o significado, o sentido e o valor sociocultural dessa experiência. Nesta pesquisa, constatou-se que o sentido do trabalho para os Entregadores está diretamente relacionado à sobrevivência material. Então, quando se perguntou sobre o sentido do trabalho, o Participante E, relatou: “Sincero mesmo? *Raiva de trabalhar, eu odeio trabalhar, trabalho por necessidade e não por vontade*”. Além disso, para os Participantes A, D, B e E o trabalho tem significados que atravessam o financeiro, a sobrevivência, seguem os relatos:

[...] **qualquer coisa que dê dinheiro**, tipo, às vezes eu penso que é trabalho de serviço braçal, aí tem os motoboys também. **Qualquer coisa que gere renda** (PARTICIPANTE A, grifo nosso)

O trabalho é um meio de sobrevivência, é que eu acho (PARTICIPANTE D, grifo nosso)

Acho que o trabalho pode ser, **trabalho para mim é tudo aquilo que gera esforço e resultado** (PARTICIPANTE B, grifo nosso)

Assim, eu trabalho hoje pensando em ser empreendedor, **minha visão de trabalho hoje é só juntar o dinheiro para começar empreender** [...] Então o trabalho hoje é só um pouquinho de esforço para uma visão diferente de futuro, entendeu? (PARTICIPANTE E, grifo nosso).

A multiplicidade de sentidos carregada pela categoria trabalho decorre desta atribuição ser um processo determinado pelo contexto histórico, econômico, cultural e social. (RIBEIRO; LEDA, 2018). Sendo assim, a atribuição de sentido de determinada ocupação leva em conta o desenvolvimento da subjetividade dos sujeitos a partir da realização de tal atividade laboral, sendo importante destacar que a própria subjetividade afeta e é afetada por todo o contexto na qual está inserida.

O trabalho pode ser tanto fonte de prazer quanto de sofrimento, sendo que um não anula o outro. Prazer e sofrimento para a Psicodinâmica do Trabalho são indissociáveis, é o trabalho que contribui para subverter o sofrimento em prazer a partir das condições sociais, políticas e éticas da organização. Tanto o prazer quanto o sofrimento são resultado da relação da história do sujeito com a organização do trabalho (MENDES; MULLER, 2009).

Assim, nesta pesquisa, ao comentarem sobre os aspectos negativos, os entrevistados citaram o medo do trânsito e, conseqüentemente, o receio de acidentes. O Participante A, relata que já vivenciou um acidente de trânsito e ficou sem trabalhar por um tempo em decorrência da falta de transporte e do smartphone. Já o Participante B, menciona que os Entregadores possuem mais chances de sofrerem acidentes no trânsito, visto que estão mais tempo nessas circunstâncias. Isso mostra as dificuldades que os Entregadores enfrentam para levar facilidade aos clientes do Ifood. Além disso, o Participante C faz um breve relato de um acidente em que o aplicativo do Ifood pedia a sua comprovação e o Participante E também fala sobre seus dois acidentes através das entregas. Seguem os relatos dos Participantes A, C e E:

Ah, no dia é o sol. A estrada, o trânsito que eu tenho que ficar prestando atenção em mim e nos outros. **Até aconteceu já, de eu estar indo fazer a coleta para fazer a entrega e uma hilux me fechou** indo fazer um retorno proibido, **aí eu fiquei duas semanas parado porque eu estava sem celular e sem moto**, eu estava esperando a moto sair do conserto do seguro, aí tive que ir atrás de outra moto, outro celular (PARTICIPANTE A, grifo nosso)

[...] teve um colega nosso, ele sofreu acidente porque o carro bateu nele, e teve a conta bloqueada, pois quando ele sofreu o acidente **o aplicativo estava pedindo foto para comprovar**, como ele não finalizou a entrega **a conta dele foi bloqueada** porque no trajeto da entrega ele sofreu acidente. **Durante o tempo que ele fi-**

cou afastado ele rodava com uma conta emprestada de outro entregador (PARTICIPANTE C, grifo nosso)

Cara, já me acidentei duas vezes [...] Nesse dia eu tava nas entregas, a menina subiu uma contramão mexendo no celular e bateu de frente comigo, peguei 12 pontos no dedo, 2 dentro e 10 fora. E o outro foi eu vindo da entrega e derrapei em uma poça de óleo e tive escoriações pelo corpo, arranhei joelho, mão, várias coisas. (PARTICIPANTE E, grifo nosso)

Esses acidentes, principalmente os de maior gravidade, certamente resultam em grande impacto no cotidiano desses trabalhadores, comprometendo principalmente o retorno à atividade produtiva. Os acidentes de trânsito durante o exercício profissional dos motoboys, bem como a reincidência de acidentes, reforçam a susceptibilidade a esses eventos e a necessidade de estratégias e políticas específicas de prevenção, uma vez que o fenômeno do acidente de trânsito com motoboys não está relacionado apenas ao seu comportamento, mas também com o meio e com as regras do mercado, estabelecidas por padrões e clientes (SOARES, et al, 2011).

Além disso, com relação aos acidentes e ao serem questionados sobre “qual o suporte da plataforma?”, o Participante Líder descreve que se o entregador se acidentar ainda tem a possibilidade de o mesmo ser bloqueado da plataforma. O Participante E falou sobre a inexistência do suporte da plataforma quando sofreu acidente, segue a fala:

As maiores dificuldades é a **falta de cuidados da plataforma com o entregador né [...]** se o entregador se acidenta a plataforma pode até bloquear esse entregador porque o algoritmo, o robô, ele não tem a noção se esse cara ele se acidentou de fato, ou se ele está mentindo, entendeu? **Então pode acontecer até de o entregador se acidentar e ser bloqueado** (PARTICIPANTE LÍDER, grifo nosso)

De acordo com o Jornal A Voz do Motoboy, o mês de Março de 2020 registrou um aumento de 85,7% de mortes de motoboys na capital e no estado de São Paulo no trânsito. Dados do Infosiga mostraram assusta-

dor aumento de mortes de motoboys no local dos acidentes na capital paulista. Em março de 2020 foram 39 óbitos contra 21 no mesmo mês de 2019. Somando todas as ocorrências no estado de São Paulo, também houve crescimento nos números das mortes saltando de 161 (2019) para 171 (2020), resultando um aumento de 6,2% (SOUSA; POCHMANN; BONONE, 2021).

Uma das dificuldades encontradas neste trabalho diz respeito aos assaltos, o Participante B, menciona sobre o medo de assaltos como um dos pontos negativos, então ele descreve a história de um amigo que foi assaltado quando estava realizando uma entrega do Ifood, após reagir ao assalto o Entregador veio a óbito. O Participante C, também cita o medo de roubos, porém relata sobre o desafio de entregar os lanches em condomínios. Seguem os relatos:

[...] a gente pára no bairro pra deixar o pedido e **simplesmente passa os caras por coincidência e roubam a moto do motoboy, eu até tenho um caso a relatar de um amigo meu**, que eu acho que ele teria a minha idade agora, 22, **ele morreu não tem nem 6 meses, ele morreu em um assalto, trabalhando com o Ifood por volta da 00h [...] ele estava indo fazer entrega e dois caras abordaram ele e levou dois tiros e morreu.** (PARTICIPANTE B, grifo nosso)

Na verdade o entregador ele entrega até onde a moto vai, então se no condomínio não é permitido que a moto entre, é até na portaria, [...] agora o que não pode acontecer é o entregador entrar e apertar pra entregar e quando volta, cadê a moto? já teve caso de roubar. (PARTICIPANTE C, grifo nosso)

O não reconhecimento dos restaurantes diante do trabalho dos Entregadores, também é um desafio para a categoria. Ao mesmo tempo o Participante C frisa que não existe uma preocupação com o trabalho do Entregador, uma vez que os restaurantes e os clientes são mais importantes para a plataforma. Assim, segue o exposto por C e B:

O ifood de uns tempos pra cá, eles não se preocupam com o entregador, se o entregador tá feliz na plataforma ou não. Por exemplo, você pode marcar

mil vezes negativos pro restaurante que eles não vão deixar de pegar pedido do restaurante, agora se o restaurante marcar uma vez que tu foi lá e teve algum desentendimento, eles te bloqueiam do restaurante e te bloqueiam da conta [...] para eles só importa o cliente, o restaurante (PARTICIPANTE C, grifo nosso)

Tem muito restaurante por aí que se quer deixar o motoboy entrar, tem restaurante que deixa na porta, na chuva ou no sol sem nenhuma sombra, sem nenhuma cadeira pra sentar [...] no restaurante, tem muito essa questão do desrespeito, por parte de proprietários de restaurantes (PARTICIPANTE B, grifo nosso)

Um tema recorrente no universo da Psicodinâmica do Trabalho é a falta de reconhecimento. Observa-se que as formas atuais de organização do trabalho ameaçam a possibilidade de reconhecimento no trabalho justamente porque não favorecem a construção de relações solidárias e cooperativas. Tais entraves podem ser identificados nas falas dos supracitados Participantes C e B ao relatarem sobre as relações com os restaurantes, que conduzem a uma fragilidade em estabelecer confiança e cooperação, restando um individualismo, a lógica do cada um por si. De acordo com Dejourns (2007a) o individualismo é o resultado de todo um processo de decepção e desesperança, especialmente pela desesperança de não ser ouvido e nem ser reconhecido.

Ainda se tratando das dificuldades encontradas nesse contexto, o Participante B cita sobre a dificuldade de lidar com os clientes, uma vez que neste trabalho as reações das pessoas são diferentes e inconstantes. Além disso, faz um breve relato mencionando um acontecimento com uma colega, segue o relato:

[...] eu acho que um desafio assim básico do dia a dia é a questão de lidar com pessoas. Eu tenho um relato de uma amiga minha, lá o condomínio tem a política de não deixar o motoboy entrar com moto e como o condomínio é muito grande, ela não quis andar até o bloco deles e também tem a questão de

andar com a bag pesada, **aí ela falou pro cliente vim até ela e quando o cliente veio, xingou ela de vagabunda, de vários nomes pesados** (PARTICIPANTE B, grifo nosso)

Os Entregadores E e o Líder também falam do descaso dos clientes, uma vez que o relacionamento com os clientes é sustentado por um sistema de avaliação baseado em um gerenciamento algorítmico. Este sistema é assimétrico e motivo de insatisfação dos motoristas, como se depreende nos relatos a seguir:

[...] tem muito cliente ignorante, porque ele acha que tá te pagando uma taxa e ele **acha que é teu dono** (PARTICIPANTE E, grifo nosso)

As maiores dificuldades estão relacionadas à **falta de sensibilidade dos clientes** [...] se o cliente não quiser pagar pelo produto e dizer que o entregador não entregou o produto **a plataforma vai bloquear o entregador acreditando no cliente e tal** (PARTICIPANTE LÍDER, grifo nosso)

A avaliação do Ifood é feita ao final de cada corrida pelo cliente que avalia o motorista com base na experiência da entrega, em uma escala de uma a cinco estrelas. A depender da pontuação alcançada, o sistema de avaliação permite ou não ao motorista o acesso a categorias e benefícios da plataforma. Entretanto, se a avaliação for negativa dos clientes, pode ter consequências como punições e até mesmo levar ao desligamento do motorista no aplicativo. Os motoristas são controlados pelos usuários antes mesmo de iniciarem a viagem, pela identificação de sua geolocalização. Cria-se um sistema de vigilância permanente que se retroalimenta pela ação dos trabalhadores e dos clientes.

Ademais, de acordo com os Participantes C e E, outro desafio vivenciado é o suporte da plataforma, segue o exposto:

[...] **falta de suporte da plataforma, tem muita coisa que é fácil de resolver mas você não consegue porque não tem uma pessoa para lhe dar suporte** [...] Hoje no aplicativo não tem mais nem a opção de abrir demanda porque antes tinha a opção de solicitar su-

porte (PARTICIPANTE C, grifo nosso)

Na plataforma o que eu acho muito difícil é o suporte, que é um pouco falho, é muito sujeito a erro, prefere optar pela opinião do cliente (PARTICIPANTE E, grifo nosso)

Dentro dessa rotina de trabalho, é possível enxergar claramente, a partir dos relatos dos Participantes da pesquisa, o que Ferreira (2013) destaca sobre o caminho do trabalho prescrito ao trabalho real: caracterizado por situações imprevistas que ultrapassam o domínio técnico e o conhecimento científico. A experiência real do trabalho evidencia o fracasso dessas prescrições, estabelece desafios à compreensão e ao fazer humanos. Nessa perspectiva, a ação de trabalhar não se reduz às relações sociais que a constituem, aos salários, às linhas de poder ou normas e procedimentos. O real do trabalho é a parte da realidade que se revela ao sujeito por sua resistência aos procedimentos operacionais, aos conhecimentos e à ciência.

Por outro lado, o prazer no trabalho se define como um princípio mobilizador que coloca o sujeito em ação para a busca da gratificação, realização de si e reconhecimento pelo outro da utilidade e beleza do seu trabalho. Em outras palavras, o que permite a busca pelo prazer é a mobilização da inteligência prática, o espaço público de discussão; a deliberação e, também, a construção do coletivo de trabalho via cooperação e reconhecimento (MENDES; MULLER, 2009).

Percebeu-se, nos discursos dos Entregadores, que além das vivências de sofrimento no trabalho, existem as experiências de prazer. As vivências relacionadas ao prazer sobressaíram nas falas dos entrevistados e estavam relacionadas, na maioria, ao convívio com os colegas de trabalho. No que se refere ao relacionamento interpessoal, observa-se que este é um grande fator motivador para os Entregadores na atividade laboral. Sobre esses aspectos, os Participantes A, B, E e o Líder relataram:

Eles se ajudam demais, eu quando comecei não sabia, só sabia o básico, aceitar corrida, dá o chequei, dá o finalizar. Só que quando um pedido é muito grande chama um suporte para pedir um outro motoboy pra me ajudar, isso eu não sabia [...] **tudo a**

gente se ajuda (PARTICIPANTE A, grifo nosso)
[...] **os motoboys são meio que uma categoria muito colaborativa**, para tudo, se a gente tá rodando e minha moto quebra, e eu tenho um grupo de motoboys e eles vem ajudar a gente a rebocar. **Se sofre um acidente a mesma coisa, a questão do desrespeito quando tem, os motoboys se unem para protestar [...]** eu acho que a categoria motoboy é uma das categorias mais unidas que tem (PARTICIPANTE B, grifo nosso)

Você faz amizade com outros entregadores, **você troca informações com essas pessoas**. Então a coisa positiva é a relação que você cria com outros companheiros de trabalho (PARTICIPANTE LÍDER, grifo nosso)

Dessa forma, o prazer encontrado no trabalho pelos Entregadores se refere ao bom relacionamento com os colegas de trabalho e o prazer por motocicletas. Assim, também é evidente que o prazer não se refere apenas à satisfação com os resultados alcançados, mas também aos sentimentos de realização pessoal e o relacionamento com os colegas de trabalho. Por isso, às vivências de prazer e sofrimento, segundo Mendes (2007, p. 34), são “[.] dialéticas e inerentes a todo contexto de trabalho [...]”. Dessa forma, é possível considerar que os trabalhadores sempre estarão imersos nessa dualidade em relação ao trabalho, e ainda mais interessante é reconhecer que o sofrimento produz o trabalho, através das estratégias de defesa e a resignificação desse sofrimento em prazer.

Estratégias de Mediação utilizadas pelos entregadores

No cenário de Uberização do trabalho, os Entregadores são impulsionados a enfrentar o sofrimento de alguma forma, assim buscam dar conta desse trabalho utilizando-se das chamadas Estratégias de Mediação. A priori, os estudos sobre as Estratégias de Mediação na Psicodinâmica do Trabalho, surgem nas pesquisas em que as atividades laborais apresentavam riscos mais acentuados. Nesse contexto, observou-se que quando há um risco, surge o medo. O medo, por sua vez, é uma vivência subjetiva e um sofrimento. E, para continuar trabalhando apesar do medo existente, é preciso formular estratégias para lidar com o sofrimento que é imposto subjetivamente. Nesse contexto, a participação de estratégias

é necessária para evitar o risco de que o sujeito obtenha crise psíquica ou doença mental (DEJOURS, 2007b).

Com isso, as Estratégias de Mediação compreendem, tanto as estratégias Defensivas como as estratégias de Mobilização Coletiva. O presente estudo identificou que Racionalização, Passividade e Mobilização Coletiva foram as principais Estratégias de Mediação utilizadas pelos Entregadores para enfrentarem os desafios impostos pelo cotidiano nesse ambiente de trabalho.

A estratégia de Racionalização é percebida nas falas dos Entregadores quando ocorre a minimização de acontecimentos no ambiente de trabalho, ou seja, os participantes atribuem explicações do ponto de vista lógico para preservar sua saúde frente às dificuldades vividas no contexto de trabalho. Seguem os relatos dos Participantes B e E:

Assim, eu sou uma pessoa que tento lidar com isso da forma [...] eu simplesmente relevo, porque às vezes, **a gente nunca sabe o que o outro tá passando, então ao mesmo passo que aquela pessoa pode ser assim todo dia, ela pode simplesmente tá assim aquele dia e ela também não tem culpa disso. E sigo mais um dia de trabalho, foi só mais uma pessoa, foi só mais um cliente, foi só mais um restaurante.** (PARTICIPANTE B, grifo nosso)

Eu uso mais da logística, os horários, eu uso a paciência, sabedoria, várias coisas, mas o principal é saber os horários e fazer sua logística de trabalho para carga horária ficar um pouco mais flexível (PARTICIPANTE E, grifo nosso)

Conforme o exposto pelos Participantes B e E torna-se evidente como os Entregadores utilizam de uma “racionalização” para justificar suas ações frente ao trabalho, mesmo que essas ações possam causar danos à sua saúde física e mental. Para Barros e Mendes (2003), a estratégia de Racionalização manifesta-se quando o trabalhador tem uma explicação racional dos motivos de seu sofrimento.

Além disso, os Participantes B e A, fazem uso da Estratégia Defensiva Passividade, pois fica evidente um estado de inércia frente às dificulda-

des no trabalho, percebe-se nas falas que o sujeito está imóvel diante das imposições e das possibilidades de transformação com o uso de palavras “se releva”, “passar por cima”, “acaba se acostumando”, “deixo pra lá” e “caindo na rotina”, seguem os relatos:

Claro que tem o lado ruim, que é a questão do perigo, acidente, no começo eu tinha muito medo mas a **gente meio que acostuma**, acaba acostumando, **caindo na rotina** e sempre tomando um pouco mais de cuidado (PARTICIPANTE B, grifo nosso)

Dificuldades... acho que tem vez que eu deixo de mão, deixo pra lá. Quando tem esse tipo de acontecimento no trânsito, eu só, nem vou atrás, ele me fechou, eu vou embora, ou acidente, cliente que não quer descer pra pegar pedido, **eu nem fico mais esquentando a cabeça**, não quer não quer, eu vou voltar [...] tem vez que as taxas ela rouba um pouquinho nos centavos, mas... **se releva** (PARTICIPANTE A, grifo nosso)

Assim, de acordo com os relatos acima e em diálogo com Barros e Mendes (2003), na utilização da estratégia Defensiva Passividade, o indivíduo apenas cumpre as ordens sem questionar o contexto, muito em decorrência do medo da perda de sua posição ou até mesmo do emprego. Nos relatos, percebeu-se como os Entregadores têm um discurso passivo em relação ao seu contexto de trabalho. Isso ocorre porque eles acreditam que não tem escolha ou controle sobre essas condições e, portanto, sentem que precisam se adaptar a elas. Ao mesmo tempo, verifica-se como essa estratégia revela o pouco espaço que o Entregador tem nesse trabalho para fazer uso da sua criatividade.

Para Sznclwar et al. (2020) uma das grandes contribuições de Dejours é a descoberta e o desvelamento de estratégias coletivas. Para a Psicodinâmica do Trabalho a estratégia de Mobilização Coletiva é uma forma de prevenção e enfrentamento das dificuldades encontradas no contexto de trabalho. Além disso, a solidariedade de classe no coletivo atua como um recurso que o trabalhador detém para transformar o sofrimento em fator protetivo. Assim, é por meio do coletivo que o trabalhador terá forças para subverter os riscos no trabalho (MENDES, 2007). Percebeu-se, então, que

os Entregadores utilizam o apoio no coletivo para lidar com o dia a dia e os imprevistos no trabalho. Segue o exposto pelo Participante C e pelo Líder:

No dia a dia sempre fazemos muita amizades, sempre tem alguém que já passou por aquela situação, e nós temos grupos no **whatsapp**, entregador do ifood usa muito telegram mais do que o whatsapp e nós tínhamos as comunidades e sempre nos comunicávamos, **“rapaz como faz pra resolver isso aqui e tal”**, aí a gente ia se virando lá (PARTICIPANTE C, grifo nosso)

[...] **você recorre a essa outros companheiros de trabalho, que te ajudam**, então por exemplo às vezes o entregador se machuca e aí no grupo de WhatsApp outros entregadores fazem uma rifa de doar um capacete, uma rifa de uma troca de óleo, e aí o dinheiro dessa rifa ajuda esse companheiro (PARTICIPANTE LÍDER, grifo nosso)

Nesse sentido, a Mobilização Coletiva tem o potencial de promover o sentimento de pertencimento e de reconhecimento, assim como de possibilitar o desenvolvimento de vínculos de solidariedade e de apoio mútuo entre os trabalhadores. Isso pode ter um efeito positivo sobre a saúde física e mental dos trabalhadores, bem como no bem-estar dos Entregadores e na qualidade do trabalho realizado. Quando o trabalho não dispõe dessa flexibilidade, o sofrimento é instaurado.

Portanto, estas propostas teóricas levam a concluir que o sofrimento pode ser enfrentado através de Estratégias Defensivas ou de Mobilização Coletiva. Esses tipos de enfrentamento são fundamentais para a saúde psíquica dos trabalhadores, especialmente o uso de estratégias de Mobilização Coletiva, que inclui os mecanismos que permitem a construção de novas formas de gestão do contexto de trabalho, constituído pela organização e pelas condições e relações de trabalho (MENDES; COSTA; BARROS, 2003).

Considerações finais

O trabalho em tempos atuais sustenta um lugar de demasiado privilégio, ele é essencial para a construção da identidade e existência social

dos sujeitos. Isso se deve em grande parte ao estilo de vida preconizado pelo sistema capitalista que busca capturar a subjetividade do homem para estimulá-lo, de forma sutil, a ser produtivo, flexível e consumista. O valor dado ao trabalho é carregado de diferentes sentidos e significados. Alguns visualizam no labor uma fonte de reconhecimento, de prazer e desprazer. Já outros visualizam principalmente como uma fonte de subsistência. Desse modo, após a análise sobre os sentidos do trabalho para os Entregadores, observou-se que o sentido está diretamente vinculado ao aspecto financeiro, de sobrevivência material, haja vista que a maioria percebe esse trabalho como momentâneo.

No que se refere aos aspectos de prazer nesse contexto, verificou-se nas entrevistas, que o prazer encontrado no trabalho pelos Entregadores se refere ao bom relacionamento com os colegas de trabalho. Assim, em contraponto à experiência de prazer vivenciada pelos Participantes, emergiram também as manifestações de sofrimento. O sofrimento foi evidenciado, principalmente, quando os entrevistados se referiam às dificuldades de trânsito, sobretudo os acidentes; ao medo constante de assaltos; o não reconhecimento dos restaurantes e clientes; os desafios de lidar com os clientes e, também, as dificuldades para se obter suporte da plataforma. Dessa forma, prazer-sofrimento configura-se como um construto único, que se origina nas mediações que os trabalhadores usam para garantir a sua saúde frente ao trabalho.

Por isso, verificou-se que Estratégias Defensivas e de Mobilização Coletivas podem ser recursos construídos pelos Entregadores para tentarem lidar com o sofrimento sem adoecer, a fim de permanecer no ambiente de trabalho. Embora o sofrimento seja individual, os Entregadores podem estruturar estratégias coletivas que dependem do consenso do grupo para funcionar como regra de conduta. Somado a isso, observa-se que os modelos de produção do trabalho impactam na subjetividade desse trabalhador que, por sua vez, deixa de se escutar e se enxergar como sujeito de necessidades. Nesse contexto, aquilo que pode começar como Estratégia de Defesa, se não cuidado, pode trazer sofrimento e adoecimento. Com isso, é importante buscar compreender de que modo esses profissionais têm observado a sua rotina e a si mesmo diante desse modo de produção do trabalho.

Portanto, esse estudo trouxe contribuições para compreender como se estrutura os sentidos do trabalho para os Entregadores, bem como analisou as vivências de prazer e sofrimento e, sobretudo, foi possível investigar quais Estratégias de Mediação estão sendo utilizadas pelos trabalhadores frente ao sofrimento no trabalho. Entretanto, novas pesquisas devem ser elaboradas no intuito de produzir conhecimento e compreensão sobre o trabalho dos Entregadores, sobretudo, em relação aos aspectos subjetivos.

Referências

Abilio, Ludmila Costhek. (2017). *Uberização do trabalho: A subsunção real da viração*. Site Passapalavra/ Blog da Boitempo.

Abilio, Ludmila Costhek. (2020a). Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. *Estudos avançados*. 34 (98).

Abilio, Ludmila Costhek. (2020b). Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: Abilio, Ludmila Costhek (Org). *Uberização e juventude periférica*. Novos estudos. Cebrap, São Paulo, V. 39, nº 03, p. 570-597.

Abilio, Ludmila Costhek. (2019). Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas Indivíduo e Sociedade*. Vol. 8, nº 3.

Antunes, Ricardo. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Barros, Paloma Castro da Rocha; Mendes, Ana Magnólia. (2003). Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. *Psico USF*, 8 (1), 63-70.

Dejours, Christophe. (2007a). A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: Mendes, Ana Magnólia; Lima, Suzana Canez da Cruz; Facas, Emílio Peres (Orgs.). *Diálogos em Psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15

Dejours, Christophe. (2007b). *A banalização da injustiça social*. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 7 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV.

Fairclough, Norman. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Ferreira, João Batista. (2013). Real do trabalho. In: Vieira, Fernando de Oli-

veira; Mendes, Ana Magnólia; Merlo, Álvaro Roberto Crespo. (Org.). *Dicionário crítico de gestão psicodinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá, p. 343-350.

Filgueiras, Vitor; Antunes, Ricardo. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho e Indústria 4.0*. 1. Ed - São Paulo: Boitempo, p. 59-78.

Franco, David Silva.; Ferraz, Deise Luiza da Silva. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cad. EBAPE.BR*, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro.

Luna, Nathalia Tamiris Carvalho; Oliveira, Ariadne Samila Martins. (2022). Os entregadores de aplicativo e a fragmentação da classe trabalhadora na contemporaneidade. *Revista Katál*, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 73-82, jan./abr. ISSN 1982-0259.

Martins, Alex Geraldo Costa; Oliveira, Hugo Gabriel; Oliveira, Isadora Cristina Julio; Oliveira, Marcos Paulo Moura; Leite, Werner Luiz Teixeira. (2021). Empresa de delivery ifood e suas relações de trabalho. *Revista Projetos Extensionistas*, v.1, n. 2, p. 137-147, jul./dez.

Mendes, Ana Magnólia; Muller, Thiele da Costa. (2009). Prazer no trabalho. In: Vieira, Fernando de Oliveira; Mendes, Ana Magnólia; Merlo, Álvaro Roberto Crespo. (Org.) *Perspectivas do uso da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. 12 (2), p. 141-156.

Mendes, Ana Magnólia. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método, pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mendes, Ana Magnólia; Costa, Viviane Paz; Barros, Paloma Castro da Rocha. (2003). Estratégias de enfrentamento do sofrimento psíquico no trabalho bancário. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 3 (1): 38-48, jan-jun.

Moraes, Rosângela Dutra. (2013). Estratégias defensivas. In: Vieira, Fernando de Oliveira; Mendes, Ana Magnólia; Merlo, Álvaro Roberto Crespo. (Org.) *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá Psicologia, p. 415-419.

Oliveira, Francisco. (2000). Passagem na neblina. In: Stedile, João Pedro; Genóino, José. (Org.) *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo.

Patias, Naiana Dapieve; Hohendorff, Jean Von. (2019). Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicologia em estudo*, v. 24.

Ribeiro, Carla Vaz dos Santos.; Leda, Denise Bessa. (2018). Sentidos atribuídos ao trabalho na sociedade contemporânea e as repercussões na subjetividade do trabalhador. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 211, p. 39-49.

Schinestsck, Clarissa Ribeiro. (2020). As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental do trabalho. In: Antunes, Ricardo. (Org.). *Uberização, Trabalho e Indústria 4.0*. 1. Ed - São Paulo: Boitempo, p. 79-92.

Sousa, Euzébio Jorge Silveira; Pochmann, Márcio; Bonone, Luana Menequelli. (2021). Juventude e trabalho plataformizado no brasil: juventude indicando tendências. *Revista de ciências do trabalho*, nº 20.

Soares, Dorotéia Fátima Pelissari de Paula; Mathias, Thais Aidar de Freitas; Silva, Daniela Wosiack.; Andrade, Selma Maffei. (2011). Motociclistas de entrega: algumas características dos acidentes de trânsito na Região Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*; 14(3): 435-44.

Sznelwar, Laert Idal.; Lancman, Selma; Brunoro, Claudio Marcelo; Barros, Juliana de Oliveira; Uchida, Seiji. (2020). Enigma do Trabalho - Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho. In: Schmidt, Maria Luiza Gava (Org). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias*. FiloCzar, São Paulo, p. 176-180.

GT8 - Povos e comunidades tradicionais, mudanças climáticas no/do capitaloceno e conflitos socioambientais



A sociedade civil e as políticas de desenvolvimento de cabo Verde: a influência da Teoria de Dependência na ação coletiva em países da periferia do Capitalismo

Carlos Alves Gomes dos Santos
UFMA

Introdução

A teoria da dependência é um campo de estudo que busca entender as relações econômicas entre os países considerados desenvolvidos e os países da periferia do sistema capitalista. Essa teoria surgiu na década de 1960, como uma crítica à ideia de que o desenvolvimento econômico era uma etapa natural e necessária da evolução histórica.

Nos países periféricos, como Cabo Verde situado em pleno oceano atlântico, na costa ocidental africana, a 500 km do Senegal, com poucos recursos naturais e dependente da ajuda externa, essa teoria tem sido utilizada como uma forma de compreender as desigualdades econômicas e sociais, bem como as limitações enfrentadas no processo de desenvolvimento. A partir dessa perspectiva, torna-se possível analisar como as relações de poder e a influência externa afetam a ação coletiva e a capacidade de mobilização da sociedade civil.

Este capítulo tem como objetivo analisar, considerando a perspectiva da teoria da dependência, a ação coletiva em países periféricos do sistema capitalista, com foco na contribuição da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Para além disso, serão utilizados dados empíricos para demonstrar a contribuição da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, bem como os desafios e limitações enfrentados nesse processo.

A teoria da dependência parte do pressuposto de que os países periféricos do sistema capitalista são subordinados aos países desenvolvidos, tanto do ponto de vista econômico quanto político.

Diante desse contexto, questiona-se como a teoria da dependência permite aprofundar a análise da ação coletiva nos países da periferia do capitalismo e, a partir dessa análise, como a sociedade civil pode contribuir para o processo de desenvolvimento de Cabo Verde?

Dessa forma, os objetivos deste texto são:

- Analisar os principais conceitos da teoria da dependência e sua relação com a ação coletiva;

- Verificar como as dinâmicas econômicas e políticas influenciam a ação coletiva nos países periféricos, com foco em Cabo Verde;
- Identificar a contribuição da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde;
- Apontar os principais desafios e limitações enfrentados pela sociedade civil cabo-verdiana em seu processo de mobilização e participação no desenvolvimento do país.

Pois, este trabalho é resultado de pesquisa conduzida com base em uma abordagem qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela natureza exploratória do estudo, que busca compreender as percepções, experiências e práticas da sociedade civil cabo-verdiana em relação às políticas de desenvolvimento e à Teoria de Dependência.

A revisão bibliográfica foi realizada com o objetivo de mapear as principais teorias, conceitos e debates relacionados ao papel da sociedade civil no desenvolvimento de países periféricos, bem como à influência da Teoria de Dependência nesse contexto. Foram consultadas obras de Cardoso & Faletto (1979), Furtado (1963), entre outros autores, que contribuíram significativamente para a compreensão das relações de dependência entre países.

A análise documental foi realizada a partir da coleta e análise de documentos oficiais, relatórios de organizações da sociedade civil e outros documentos relevantes relacionados às políticas de desenvolvimento de Cabo Verde. Foram analisados planos de desenvolvimento, relatórios de ONGs, legislação relacionada e outros documentos que possam fornecer insights sobre o papel da sociedade civil nesse contexto.

Foram conduzidas 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas com representantes da sociedade civil, do governo e de instituições internacionais atuantes em Cabo Verde. As entrevistas tiveram como objetivo explorar as percepções, experiências e práticas desses atores em relação às políticas de desenvolvimento do país e à influência da Teoria de Dependência na ação coletiva. As entrevistas foram gravadas e transcritas para análise.

A análise dos dados foi realizada de forma indutiva, buscando identificar padrões, tendências e relações entre os dados coletados. Foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo para organizar e interpretar os dados, buscando identificar os principais temas e conclusões que emergem da análise.

Assim, o texto estrutura-se da seguinte forma: num primeiro momento por três seções teóricas, apresenta uma discussão sobre a teoria da dependência e os seus principais conceitos, a seguir aborda a relação entre a teoria da dependência e a ação coletiva, depois faz uma apresentação sobre a contribuição da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. A segunda parte, encarrega-se de fazer a apresentação e análise dos dados coletados, bem como em demonstrar a relação entre a teoria da dependência e a ação coletiva em Cabo Verde, ainda, destaca a contribuição da sociedade civil para o desenvolvimento de Cabo Verde. Por fim, a conclusão.

Teoria da dependência e seus principais conceitos

A teoria da dependência é um dos principais enfoques teóricos das ciências sociais que se dedicam a estudar o desenvolvimento econômico e político dos países periféricos. Segundo Cardoso e Faletto (1979), a teoria da dependência parte do pressuposto de que os países periféricos são subordinados aos países desenvolvidos, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Essa subordinação pode ser entendida como uma forma de dominação que impede o desenvolvimento dos países periféricos, uma vez que os recursos e tecnologias necessários para o crescimento econômico são controlados pelos países dominantes.

Os principais conceitos da teoria da dependência incluem a ideia de centro-periferia, que se refere à relação de dominação dos países centrais sobre os países periféricos. De acordo com Santos (1978), a relação de centro-periferia é uma relação desigual em que os países centrais se beneficiam da exploração dos recursos e mão de obra dos países periféricos, enquanto os países periféricos ficam subordinados a essa relação de dependência e não conseguem se desenvolver de forma autônoma. A ideia de centro-periferia é fundamental para a teoria da dependência,

pois permite entender como os países periféricos são subordinados aos países centrais, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Essa relação desigual é uma das principais causas da pobreza e subdesenvolvimento dos países periféricos.

Outro conceito importante da teoria da dependência é o de industrialização tardia, que se refere à ideia de que os países periféricos passaram por um processo de industrialização tardio em relação aos países centrais. Segundo Prébisch (1965), os países periféricos foram impedidos de se industrializar durante o período colonial, pois as suas economias foram moldadas para fornecer matérias-primas e recursos naturais aos países colonizadores. Além disso, a industrialização nos países centrais foi acompanhada por políticas protecionistas que impediram a competição dos países periféricos no mercado internacional. Somente após a independência política, os países periféricos puderam iniciar o processo de industrialização, porém em uma posição desfavorável devido à sua dependência econômica e tecnológica em relação aos países centrais. O conceito de industrialização tardia é importante para entender as dificuldades enfrentadas pelos países periféricos na busca pelo desenvolvimento econômico, uma vez que esses países precisam superar a sua dependência econômica e tecnológica para competir no mercado internacional e promover a industrialização.

A teoria da dependência, ainda, destaca a importância da análise das relações internacionais na compreensão do desenvolvimento dos países periféricos. Segundo Frank (1966), um histórico e estrutural desequilíbrio na economia mundial é o que leva à dependência dos países periféricos em relação aos países centrais. Essa análise das relações internacionais leva em consideração a forma como o sistema econômico mundial é estruturado e como isso influencia as dinâmicas de poder e subordinação entre os países. A teoria da dependência enfatiza que as relações internacionais não são neutras e sim marcadas por interesses políticos e econômicos que beneficiam os países centrais em detrimento dos países periféricos. A análise das relações internacionais é fundamental para entender como a dependência econômica e política dos países periféricos é mantida e como isso afeta o desenvolvimento desses países.

Portanto, a teoria da dependência é uma abordagem teórica que destaca a subordinação dos países periféricos aos países desenvolvidos e busca entender como essa subordinação afeta o desenvolvimento dos primeiros, enfatizando a importância da análise das relações internacionais, da industrialização tardia e das relações centro-periferia na compreensão das dinâmicas de poder e subordinação nos países periféricos.

Essa teoria teve grande influência no pensamento crítico latino-americano nas décadas de 1960 e 1970 e foi utilizada para explicar as desigualdades sociais e econômicas entre países desenvolvidos e periféricos. No entanto, um dos principais desafios enfrentados pela teoria da dependência foi a sua aplicabilidade universal, uma vez que nem todos os países periféricos apresentavam as mesmas características e dinâmicas de desenvolvimento. Além disso, alguns críticos argumentavam que a teoria da dependência era determinista e não levava em consideração a capacidade dos países periféricos de transformar a sua própria realidade. Outra crítica era a de que a teoria da dependência não apresentava soluções concretas para a superação da dependência, limitando-se a uma análise crítica das relações de poder entre os países. Apesar dessas críticas, a teoria da dependência ainda é considerada uma abordagem importante para a compreensão das relações internacionais e do desenvolvimento dos países periféricos e tem influenciado diversas correntes teóricas e políticas que buscam a superação da dependência e a promoção de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Apesar das críticas, a teoria da dependência ainda é considerada uma abordagem importante para a compreensão das relações internacionais e do desenvolvimento dos países periféricos. Assim, sublinha Chilcote (1999), essa teoria foi fundamental para a compreensão dos processos de dominação e resistência nos países periféricos e permitiu a análise crítica das políticas de desenvolvimento promovidas pelos países desenvolvidos. A partir dessa análise, é possível identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento e propor estratégias mais efetivas para a superação da dependência e para a promoção de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Relação entre Teoria da Dependência e Ação Coletiva

Nesta pesquisa assumimos o conceito da ação coletiva, enquanto construto sociológico, que se refere à mobilização conjunta de indivíduos ou grupos em busca de objetivos compartilhados em contextos sociais, políticos ou econômicos específicos. Trata-se de um fenômeno social complexo no qual os atores sociais, motivados por interesses comuns, colaboram e coordenam seus esforços para promover mudanças ou defender causas que afetam suas vidas e comunidades. A ação coletiva pode assumir diversas formas, desde protestos e manifestações até iniciativas organizadas de participação em processos decisórios. Neste contexto de pesquisa, a ação coletiva é analisada como um mecanismo pelo qual a sociedade civil em Cabo Verde busca influenciar as políticas de desenvolvimento, utilizando-se de estratégias colaborativas para promover a inclusão social, os direitos humanos, a sustentabilidade ambiental, a igualdade de gênero, a transparência governamental e outras questões pertinentes ao contexto sociopolítico do país.

A relação entre teoria da dependência e ação coletiva tem sido objeto de debate teórico e empírico em diferentes áreas das ciências sociais. Enquanto alguns autores argumentam que as análises baseadas na teoria da dependência podem perceber como limitada a capacidade da sociedade civil de se mobilizar e participar efetivamente do processo de desenvolvimento, outros destacam a importância dessa teoria para a compreensão das dinâmicas de poder e subordinação nos países periféricos e para a formulação de estratégias mais efetivas de ação coletiva.

Um exemplo de autor que defende a importância da teoria da dependência para a análise da ação coletiva é Santos (2002), que destaca a necessidade de se compreender as desigualdades e as assimetrias presentes nas relações entre países desenvolvidos e periféricos, a fim de promover estratégias mais efetivas de luta contra a dependência e o subdesenvolvimento. Segundo Santos (2002), a teoria da dependência pode fornecer importantes elementos para a compreensão dessas desigualdades e para a formulação de estratégias mais adequadas e efetivas de ação coletiva.

Outro autor que defende a importância da teoria da dependência para a análise da ação coletiva é Braga (2014), que destaca a necessidade de se compreender as transformações recentes no mundo do trabalho e suas implicações para a luta dos trabalhadores contra a exploração e a opressão. Braga (2014) argumenta que a teoria da dependência pode contribuir para essa compreensão crítica, ao destacar a forma como as transformações no mundo do trabalho são marcadas pela subordinação e pela dependência dos países periféricos em relação aos países centrais.

Todavia, outros autores têm criticado a teoria da dependência por perceber como limitada a capacidade da sociedade civil de se mobilizar e participar efetivamente do processo de desenvolvimento. Segundo Féliz (2009), a teoria da dependência pode levar a uma visão fatalista e determinista da realidade, limitando a capacidade da sociedade civil de transformar sua própria realidade. Féliz (2009) argumenta que é preciso superar essa visão determinista e buscar compreender a ação coletiva como um processo dinâmico e contingente, que pode ser influenciado por diferentes fatores e atores.

Outro autor que critica a teoria da dependência é Sader (2005), que destaca a necessidade de se compreender a ação coletiva como um processo multifacetado e complexo, que envolve diferentes atores e interesses. Segundo Sader, a teoria da dependência pode limitar essa compreensão crítica, ao destacar apenas a dimensão estrutural das desigualdades e da subordinação nos países periféricos, em detrimento da dimensão política e cultural da ação coletiva.

Diante desses debates teóricos, é importante destacar que a relação entre teoria da dependência e ação coletiva é complexa e multifacetada, envolvendo diferentes dimensões e agentes sociais. Enquanto a teoria da dependência pode fornecer importantes elementos para a compreensão das dificuldades e desafios enfrentados pela sociedade civil nos países periféricos, é preciso também reconhecer as limitações e críticas a essa teoria e buscar superá-las por meio de uma análise crítica e contextualizada da realidade local.

Nesse sentido, é importante promover a participação ativa da sociedade civil nos processos de tomada de decisão e de formulação de políticas públicas, bem como fomentar a cooperação e o diálogo entre dife-

rentes agentes sociais, incluindo o Estado, o setor privado e organizações internacionais. É preciso também fortalecer a capacidade da sociedade civil de mobilização e organização em torno de questões relacionadas ao desenvolvimento e à justiça social, por meio de processos de formação e capacitação, bem como de estratégias de articulação e networking entre diferentes grupos e organizações.

Por fim, é fundamental destacar que a relação entre teoria da dependência e ação coletiva não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim em articulação com outros processos e dinâmicas sociais, como a luta por direitos e pela inclusão social, a construção de movimentos sociais e de redes de solidariedade e a promoção da diversidade e da pluralidade cultural. Somente assim é possível promover uma ação coletiva mais efetiva e transformadora, capaz de enfrentar os desafios e as assimetrias presentes na sociedade contemporânea.

Para fortalecer o debate teórico sobre a relação entre teoria da dependência e ação coletiva, é possível citar outros autores relevantes na área. Por exemplo, Quijano (2000) destaca a importância da colonialidade do poder na compreensão das desigualdades e da subordinação nos países periféricos, argumentando que essa colonialidade se manifesta em diferentes dimensões da vida social, como a economia, a política, a cultura e o conhecimento. Segundo Quijano, é preciso superar essa colonialidade por meio de uma ação coletiva mais consciente e transformadora, que leve em conta as múltiplas dimensões da subordinação e da resistência.

Outros autores relevantes na área são Hardt e Negri (2017), que destacam a importância da luta contra o império na compreensão das dinâmicas de poder e subordinação no mundo contemporâneo. Hardt e Negri (2017) argumentam que o império se manifesta em diferentes formas de dominação e exclusão, como a exploração do trabalho, a destruição do meio ambiente e a exclusão dos grupos marginalizados. Segundo eles, é preciso promover uma ação coletiva que leve em conta essas múltiplas dimensões da opressão e da resistência e que busque construir novas formas de organização e de solidariedade em nível local e global.

É importante destacar a contribuição de autores como Freire (1970) e Boal (1979), que destacaram a importância da educação popular e do teatro do oprimido na promoção da ação coletiva e da transformação

social. Freire (1970) argumentou que a educação é um processo de libertação e de conscientização, que permite aos indivíduos compreender e transformar sua própria realidade, enquanto Boal (1979) destacou a importância do teatro como uma forma de expressão e mobilização dos grupos marginalizados e oprimidos.

Outro autor que tem contribuído para o debate sobre a relação entre teoria da dependência e ação coletiva é Santos (2004), que argumenta que a teoria da dependência precisa ser repensada a partir de uma perspectiva mais crítica e pluralista, que leve em conta as diferentes vozes e perspectivas presentes nos países periféricos. Segundo Santos (2004), é preciso promover uma ação coletiva que leve em conta as múltiplas dimensões da opressão e da resistência e que valorize a diversidade cultural e epistêmica dos povos periféricos.

Outra contribuição importante para o debate é a do sociólogo mexicano Esteva (2010), que destaca a importância da descolonização do pensamento e da ação coletiva nos países periféricos. Segundo Esteva, é preciso romper com a lógica do desenvolvimento e da modernização que reproduz as desigualdades e a subordinação nos países periféricos e promover uma ação coletiva que leve em conta as múltiplas formas de vida e de conhecimento presentes nessas sociedades.

Também, autores como Harvey (2003) e Massey (2005) têm enfatizado a importância da análise crítica do espaço e da globalização na compreensão das dinâmicas de poder e subordinação nos países periféricos. Harvey (2003) argumenta que a globalização é um processo contraditório e desigual que reproduz as desigualdades e a subordinação nos países periféricos, enquanto Massey (2005) destaca a importância da análise crítica do espaço e das relações de poder presentes nas diferentes escalas geográficas.

Por fim, é importante destacar a contribuição de autores como Bourdieu (1996) e Fraser (2007), que têm enfatizado a importância da análise crítica dos campos e das lutas sociais na compreensão das dinâmicas de poder e subordinação nos países periféricos. Bourdieu (1996) argumenta que os campos são arenas de luta simbólica e política que reproduzem as desigualdades e a subordinação nos países periféricos, enquanto Fraser (2007) destaca a importância da análise crítica das lutas por re-

conhecimento e redistribuição na promoção da justiça social e da transformação social. Por exemplo, Bourdieu (1996) desenvolveu a teoria dos campos como uma forma de compreender as lutas simbólicas e políticas que ocorrem em diferentes esferas da vida social, como a cultura, a educação, a política e a economia. Segundo Bourdieu (1996), os campos são espaços de disputa por poder e recursos simbólicos que reproduzem as desigualdades e as hierarquias presentes na sociedade. Assim, a ação coletiva deve levar em conta as dinâmicas dos campos e das lutas sociais que busquem transformar as estruturas de poder e de dominação presentes na sociedade.

Outro autor que tem contribuído para o debate é Burawoy (2000), que defende a necessidade de uma sociologia pública engajada e participativa nos países periféricos. Portanto, é preciso promover uma ação coletiva que leve em conta a diversidade e a complexidade dos contextos locais, e que busque articular as demandas sociais e políticas de forma mais integrada e colaborativa.

Além disso, autores como Shiva (2005) e Escobar (1995) têm enfatizado a importância da análise crítica dos saberes e práticas locais na promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça ambiental. Shiva (2005) argumenta que é preciso valorizar os saberes ecológicos e as práticas agrícolas tradicionais presentes nos países periféricos e promover uma ação coletiva que respeite a biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas. Escobar (1995), por sua vez, destaca a importância da análise crítica dos discursos e práticas do desenvolvimento, que reproduzem as desigualdades e as injustiças presentes nos países periféricos.

Também, é importante mencionar a contribuição de autores como Connell (2013) e Sassen (2006), que têm enfatizado a importância da análise crítica dos gêneros e das desigualdades globais na promoção da justiça social e da transformação social. Connell (2013) argumenta que é preciso promover uma ação coletiva que leve em conta as múltiplas dimensões do gênero e das desigualdades presentes nos países periféricos e que busque transformar as estruturas de poder e de dominação que reproduzem essas desigualdades. Sassen (2006), por sua vez, destaca a importância da análise crítica das redes e das práticas transnacionais na compreensão das dinâmicas de poder e subordinação nos países perifé-

ricos e na promoção de uma ação coletiva mais engajada e transformadora. Ela argumenta que a globalização e as mudanças nas relações de poder têm levado a uma fragmentação da sociedade civil e a uma reorganização das formas de atuação dos atores sociais.

Sassen (2006) enfatiza que as redes transnacionais têm um papel cada vez mais importante na ação coletiva e na mobilização da sociedade civil em torno de questões globais, como a proteção do meio ambiente e a promoção da justiça social. Ela destaca a importância de uma análise crítica das relações de poder e das desigualdades que permeiam essas redes, bem como da identificação das estratégias e dos mecanismos que permitem a participação efetiva dos atores locais e a defesa dos interesses das comunidades afetadas.

Em relação a Cabo Verde, é importante destacar a participação e a mobilização da sociedade civil na promoção da transformação social e na construção de alternativas mais justas e inclusivas para o país. Por exemplo, a importância da articulação das organizações da sociedade civil na promoção da cidadania e dos direitos humanos em Cabo Verde para enfrentar os desafios presentes no país. Estas organizações promovem ação coletiva mais participativa e inclusiva em Cabo Verde que leve em conta as demandas e as necessidades das comunidades locais e que busque articular as lutas sociais e políticas de forma mais ampla e colaborativa. Ainda pode-se destacar a importância da participação e da mobilização da sociedade civil na promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça social em Cabo Verde e enfatizar a necessidade de uma ação coletiva que leve em conta as múltiplas dimensões das desigualdades presentes no país.

O estudo aqui apresentado destaca que a teoria da dependência pode ser útil para a análise crítica das dinâmicas de poder e da subordinação presentes em Cabo Verde, mas que é preciso levar em conta as particularidades e as especificidades do país e buscar formas mais colaborativas e participativas de promover o desenvolvimento e a transformação social. Além disso, eles enfatiza a importância da participação e da mobilização da sociedade civil na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva em Cabo Verde.

Contribuição da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

Nesta pesquisa assumimos que a sociedade Sociedade Civil são as Organizações não governamentais (ONGs), definidas como organizações privadas sem fins lucrativos que visam dar voz ao terceiro setor a partir de trabalhos sociais, políticos, culturais, ambientais, econômicos e outras dimensões para o alcance do bem-estar da sociedade. São integradas aos movimentos sociais/populares que são organizações civis constituídas com o objetivo de promover mudanças sociais e políticas a partir de ações e debates políticos em prol do desenvolvimento sustentável. Ao assumir este enfoque deixamos de fora as iniciativas privadas e empresariais de indole capitalista.

Assim, a contribuição da sociedade civil para o desenvolvimento de Cabo Verde é uma questão complexa e multifacetada, que tem sido objeto de análise e debate por diversos autores. A participação ativa da sociedade civil no processo de desenvolvimento do país é amplamente reconhecida como fundamental para promover políticas públicas mais inclusivas e justas que levem em conta as particularidades e as especificidades do contexto cabo-verdiano.

Pesquisadores como Sangreman (2020) e Pimenta (2021) destacam a importância de uma abordagem mais participativa, colaborativa e integrada da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Eles enfatizam a necessidade de se envolver ativamente as comunidades locais e diversos setores da sociedade na definição e implementação de políticas públicas, levando em consideração as demandas e necessidades específicas de cada contexto.

Esses autores ressaltam que uma abordagem participativa e colaborativa pode ajudar a garantir que as políticas públicas sejam mais sensíveis às realidades locais e mais eficazes na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo em Cabo Verde. Eles destacam a importância de se construir parcerias sólidas entre a sociedade civil, o setor público e outros atores sociais para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de forma mais eficaz.

No entanto, alguns autores apresentam aspectos diferenciados em suas análises. Por exemplo, Chambel et al. (2018) enfatizam especificamente a mobilização da sociedade civil na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social em Cabo Verde. Eles ressaltam a importância da participação ativa da sociedade civil na denúncia de abusos e violações de direitos humanos, destacando a necessidade de uma abordagem mais participativa e colaborativa nesse contexto específico.

Portanto, a contribuição da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde é reconhecida como crucial por uma variedade de autores que concordam com a importância de uma abordagem mais participativa e integrada para promover políticas públicas mais inclusivas e justas ao nível de inclusão social, questões ambientais, transparência e accountability governamental, igualdade de gênero, fortalecimento do sistema democrático do país. A colaboração entre diferentes atores sociais e a inclusão das comunidades locais nas decisões políticas são vistas como elementos essenciais para alcançar um desenvolvimento mais sustentável e equitativo em Cabo Verde.

Apresentação e análise dos dados coletados

Os dados recolhidos por meio de entrevistas e análise documental apontam para a importância da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Os dados revelam que as principais áreas de atuação das organizações da sociedade civil em Cabo Verde são: Inclusão Social, destacando a implementação dos programas de apoio a comunidades marginalizadas e implementação de projetos de inclusão de grupos vulneráveis; Direitos Humanos, as campanhas de conscientização sobre direitos humanos e a assistência jurídica a vítimas de violações de direitos como as principais ações da sociedade civil; questões ambientais, a educação ambiental para escolas e comunidades e, também, os projetos de conservação da biodiversidade e transição energética do país; finalmente, Participação Democrática, através das campanhas pela transparência e accountability no governo bem como a promoção de debates e espaços de participação cidadã. Além disso, muitas dessas organizações possuem uma forte presença ao ní-

vel local, contribuindo para a construção de uma sociedade civil ativa e participativa.

Ainda os dados expressam que sociedade civil em Cabo Verde tem tido contribuições específicas no que concerne à promoção da igualdade de gênero e defesa dos direitos das mulheres, promovendo combate à violência de gênero e apoio a vítimas. Também ficou expresso o monitoramento das políticas públicas e denúncia da corrupção.

Os dados revelaram que existe um impacto da dependência de ajuda externa e investimentos estrangeiros nas políticas de desenvolvimento de Cabo Verde, destacando que 25% tange à influência na formulação de políticas e limitação da autonomia nas decisões. Também, ao nível do Desenvolvimento Econômico, os dados apontam para 28% no que concerne à dependência de recursos externos e vulnerabilidade a pressões externas; já ao nível da Sustentabilidade Ambiental regista 21% quanto impacto nas políticas de conservação e pressões para concessão de recursos naturais; no que toca à autonomia nacional, os dados apontam para 26%, embora o país seja independente.

Os dados revelam uma relação positiva na ação coletiva da sociedade civil no tanto à promoção da Transparência e Accountability, sobretudo ao nível da implementação de medidas anticorrupção e através do aumento da transparência nas instituições públicas; o mesmo quanto à Defesa dos Direitos Humanos com destaque para a melhoria das condições carcerárias e dos direitos dos presos e proteção dos direitos das minorias étnicas e religiosas; também a Participação Cidadã e Democracia regista ganhos no que concerne ao aumento da participação da sociedade civil nas decisões políticas e fortalecimento dos mecanismos de democracia participativa.

A análise dos dados também destacou a importância da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Foi observado que a atuação das organizações da sociedade civil tem sido fundamental na promoção da democracia e na luta por direitos e justiça social. Além disso, muitas dessas organizações têm desempenhado um papel importante na construção de políticas públicas e na implementação de programas sociais.

Os dados evidenciaram alguns desafios enfrentados pela sociedade civil em Cabo Verde, como a falta de recursos financeiros e humanos, acrescentando a burocracia estatal que traduz em falta de reconhecimento e valorização por parte das autoridades governamentais. Esses desafios têm dificultado a atuação das organizações da sociedade civil limitando assim a sua contribuição para o desenvolvimento do país.

Portanto, a apresentação e análise dos dados coletados destacaram a importância da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, apontando para a sua forte presença e engajamento em diversas áreas. Além disso, os dados mostraram a influência da teoria da dependência na ação coletiva em Cabo Verde, bem como os desafios enfrentados pela sociedade civil em sua atuação.

Relação entre a teoria da dependência e a ação coletiva em Cabo Verde

O processos de dependência têm tido um impacto nos países periféricos no que se refere ao processo de desenvolvimento. No entanto, em Cabo Verde, a teoria da dependência parece não ter tanta influência, pois os dados apontam para menos do que 30% das pressões e influências externas sobre o arquipélago, uma vez que a sociedade civil está fortemente engajada em questões de desenvolvimento e possui uma presença significativa na vida política do país.

Isso pode ser explicado por diversos fatores, como a tradição de participação social em Cabo Verde, a existência de um Estado relativamente fraco e a necessidade de ações coletivas para lidar com desafios comuns. Além disso, a teoria da dependência pode ser vista como um ponto de partida para a compreensão das dinâmicas de poder e subordinação nos países periféricos, mas não como uma limitação para a ação coletiva da sociedade civil.

Os dados coletados mostraram que muitas organizações da sociedade civil em Cabo Verde têm como objetivo principal promover a inclusão social, a redução da pobreza e o fortalecimento da cidadania, promoção dos direitos humanos, igualdade de gênero, proteção ambiental, transparência e *accountability*. Elas buscam atuar em parceria com o governo

e outras organizações para alcançar seus objetivos e, muitas vezes, conseguem obter resultados significativos, apesar das limitações financeiras e institucionais que enfrentam.

A relação entre a teoria da dependência e a ação coletiva em Cabo Verde parece ser menos influenciada do que em outros países periféricos. Isso se deve em parte à forte tradição de participação social no país e à necessidade de ações coletivas para lidar com desafios comuns. A sociedade civil em Cabo Verde tem sido ativa e engajada em questões de desenvolvimento, apesar das limitações enfrentadas, e suas contribuições para o processo de desenvolvimento do país são significativas.

Além disso, os dados coletados indicam que a sociedade civil cabo-verdiana tem se organizado em diferentes formas de ação coletiva, desde os movimentos sociais, organizações da sociedade civil, grupos comunitários passando pelas iniciativas de voluntariado. Essas formas de ação coletiva têm se mostrado fundamentais para a promoção de mudanças sociais e políticas, bem como para a defesa dos interesses da população em geral.

Apesar disso, ainda há desafios a serem enfrentados pela sociedade civil cabo-verdiana. Um deles é a falta de recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento de projetos e iniciativas de longo prazo. Outro desafio é a dificuldade de envolver e mobilizar as camadas mais vulneráveis da população, que muitas vezes têm menos acesso a recursos e oportunidades.

Em relação à teoria da dependência, os resultados indicam que a ação coletiva da sociedade civil em Cabo Verde pode ser vista como uma forma de resistência e superação da subordinação face à dominação dos países centrais sobre os países periféricos. Nesse sentido, a teoria da dependência pode servir como um ponto de partida para a compreensão das dinâmicas de poder e subordinação no contexto cabo-verdiano.

Por fim, os resultados sugerem que a contribuição da sociedade civil para o processo de desenvolvimento em Cabo Verde é significativa e tem potencial para crescer ainda mais. Para isso, é fundamental que sejam criadas condições para fortalecer e ampliar a atuação da sociedade civil, garantindo a participação democrática e inclusiva da população na tomada de decisões e na construção de políticas públicas.

Conclusão

As discussões realizadas a partir dos resultados da pesquisa ressaltam a necessidade de fortalecer as redes de colaboração entre as organizações da sociedade civil, a fim de promover ações mais efetivas e colaborativas. Também é necessário que haja maior apoio financeiro e técnico para as organizações da sociedade civil, permitindo que elas possam implementar projetos a longo prazo e desenvolver suas capacidades.

Outro debate importante diz respeito à relação entre a teoria da dependência e a ação coletiva em Cabo Verde através da sociedade civil. Embora a teoria tenha sido criticada por ter limitada a capacidade da sociedade civil em países periféricos, os dados coletados indicam que a sociedade civil em Cabo Verde tem conseguido se mobilizar e influenciar as políticas públicas do país em vários domínios do desenvolvimento.

É importante destacar que a contribuição da sociedade civil em Cabo Verde não se limita apenas a questões de desenvolvimento econômico e social, mas também inclui o fortalecimento da democracia e da participação cidadã. Essa contribuição tem sido fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática em Cabo Verde e deve ser valorizada e incentivada.

Outra questão importante levantada durante as discussões realizadas foi a necessidade de uma maior participação da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas. Apesar dos avanços já obtidos, ainda há espaço para uma maior participação da sociedade civil na tomada de decisões em áreas como educação, saúde e meio ambiente. A participação da sociedade civil nessas áreas pode ajudar a garantir que as políticas públicas sejam mais inclusivas e voltadas para as necessidades da população.

Além disso, também foi discutida a importância de uma maior cooperação entre a sociedade civil e o governo. A falta de diálogo e cooperação entre esses dois atores pode levar a conflitos e desafios no processo de desenvolvimento. É fundamental que a sociedade civil e o governo trabalhem juntos para encontrar soluções conjuntas para os desafios enfrentados pelo país.

Ficou destacado que este estudo apresenta uma contribuição significativa para a compreensão da relação entre a teoria da dependência e a ação coletiva em países periféricos, bem como para o entendimento da contribuição da sociedade civil para o desenvolvimento de Cabo Verde. Os resultados e discussões aqui apresentados podem servir de base para futuras pesquisas no que tange às políticas públicas voltadas para o fortalecimento da sociedade civil e do desenvolvimento sustentável em outros países em desenvolvimento.

No entanto, é importante ressaltar que esta pesquisa é apenas um ponto de partida e que há espaço para futuras pesquisas que possam aprofundar ainda mais a compreensão da contribuição da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. Além disso, outras abordagens teóricas podem ser utilizadas para analisar o papel da sociedade civil, o que pode levar a conclusões diferentes ou complementares às obtidas neste estudo.

Finalizando, este estudo apresentou uma análise da contribuição da sociedade civil no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, levando em conta a relação entre a teoria da dependência e a ação coletiva.

Referências

Boal, Augusto. (1979). *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bourdieu, Pierre. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

Braga, Ruy. (2014). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

Burawoy, Michael. (2005). Public Sociology: From Social Facts to Literary Acts. *American Sociological Review*, v. 70, n. 1, p. 4-28, Feb.

Cardoso, Fernando Henrique.; Faletto, Enzo. (1979). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: LTC.

Chambel, Maria Jose.; Fernandes, João Gomes.; Dias, Francisco Barros. (2018). Direitos humanos e justiça social em Cabo Verde: o papel da socie

- dade civil. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, n. 29, p. 123-141.
- Chilcote, Ruth Helena. (1999). Teorias da dependência: uma revisão. In: Barros, Sergio Miceli Pessoa De. (Org.). (1999). *O que ler na ciência social brasileira* (1970-1995). São Paulo: Sumaré, p. 191-212.
- Connell, Raewyn. (2007). *Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*. Cambridge: Polity Press.
- Escobar, Arturo. (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Esteva, Gustavo. (2010). Desarrollo. In: Santos, Boaventura Sousa.; MENESES, Maria Paula. (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 189-212.
- Félix, Magno. (2009). Ação coletiva e teoria da dependência. *Tempo Social, São Paulo*, v. 21, n. 1, p. 161-184.
- Frank, Andre Gunder. (1966). *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fraser, Nancy. (2007). Justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 11-52.
- Freire, Paulo. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hardt, Michael.; Negri, Antônio. (2017). *Império*. Trad. Berilo Bargas, São Paulo: Record.
- Harvey, David. (2003). *O Novo Imperialismo*. Trad. Adail Ubijasar Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola.
- Limassey, Doreen. (2005). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Pimenta, Salvador. (2021). A participação da sociedade civil na promoção da igualdade de gênero em Cabo Verde. *Revista de Estudos Feministas*, v. 29, n. 2, p. 345-361.
- Prébisich, Raúl. (1965). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 3-21.
- Quijano, Anibal. (2000). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspetivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142.

Sá, António Luis de. (2019). Participação e diálogo na construção do desenvolvimento em Cabo Verde. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n. 49, p. 41-56,

Sader, Eder. (1998). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sangreman, Carla. (2020). A sociedade civil cabo-verdiana na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo. *Revista de Estudos Africanos*, v. 2, n. 3, p. 78-94,

Santos, Boaventura Sousa. (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

Santos, Theotônio Dos. (1978). A teoria da dependência: balanço e perspectivas. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 3-23.

Sassen, Saskia. (2006). *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Shiva, Vandana. (2005). *Earth Democracy: Justice, Sustainability and Peace*. London: Zed Books.

GT8 - Povos e comunidades tradicionais, mudanças climáticas no/do capitaloceno e conflitos socioambientais



Expansão logística ferro-portuária e ações coletivas no contexto da zona rural II de São Luís - MA

Jadeylson Ferreira Moreira¹
UFMA

Horácio Antunes Sant'Anna Junior²
UFMA

Introdução

Propõem-se com este artigo estabelecer uma leitura aproximativa entre as obras de expansão logística, no Complexo Portuário de São Luís (CPSL) e na Estrada de Ferro de Carajás (EFC), com as ações coletivas as-sanhadas pelos conflitos ambientais provocados por tais investimentos em infraestrutura. Para tanto, foram analisados os perfis dos atingidos, as formas de mobilização de recursos e os tipos de resistência empregados por um conjunto de moradores da Comunidade do Cajueiro e pelo Consórcio Intermodal Intermunicipal (CIM).

A comparação entre as duas configurações de ações coletivas se mostrou um procedimento importante de investigação à medida que revelou distintas formas de organização, mas também de exposição de uma agenda a ser combatida por diferentes agentes mobilizados diante de uma questão semelhante. A forma como a organização foi descrita em cada contexto traduz fatores de distinção, porém ao analisar as dinâmicas mais profundamente é possível encontrar aproximações de padrões de mobilização de recursos mesmo em escalas diferentes de enfrentamento das questões de expansão logística.

No caso do CIM, a organização é descrita como forma de grupo exclusivo, comportando-se às vezes como um grupo inclusivo (Olson, 1999) a depender da agenda mobilizada no momento em que os participantes se reúnem em torno do objetivo de alcançar o benefício coletivo. A partir desse alinhamento, a perspectiva da escolha racional adquire uma relevância no que diz respeito à análise em torno da forma de organização que reuniu um conjunto de prefeituras do estado do Maranhão e uma representante da cidade de Bom Jesus do Tocantins, no estado do Pará. A

1. Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão - PPGCSoc – UFMA. E-mail: jadeylson.ferreira7@gmail.com

2. Sociólogo e Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão, vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGCSoc-UFMA. E-mail: horacio.antunes@ufma.br

despeito desse particular, tem-se práticas relativamente próximas com a abordagem trazida por Mancur Olson (1999), mas ao mesmo tempo isso possibilita um cruzamento teórico com outras posições analíticas acerca dos estudos das ações coletivas e formação de grupos.

No outro extremo, a mobilização desenvolvida pela Comunidade do Cajueiro na Zona Rural II de São Luís possibilitou empreender uma reflexão que parte da noção de *lesão*, de Axel Honneth (2003) com a intersecção com abordagem mais profunda de Sidney Tarrow (2009) a partir do esforço que procurou alinhar a perspectiva do enquadramento interpretativo, mas associada, também, ao exame dos condicionantes da ação coletiva na comunidade que se via às voltas com a possível instalação de um Terminal Portuário em seu território.

Na investigação aqui apresentada, objetivou-se contemplar, nas duas situações distintas, as dimensões teóricas sistematizadas por: Axel Honneth (2003); Mancur Olson (1999); James Scott (2013); Sidney Tarrow (2009). Em primeiro lugar, capturar a influência das lesões individuais na formulação de uma gramática coletiva, utilizando alguns fatores explicativos das formas de associação, bem como apontar as condicionantes que acarretaram a dinâmica social. Em seguida, considera-se a abordagem da escolha racional na percepção das formas de organização que se acentuaram com as ameaças de desapossamento da localidade, o que provocou uma mobilização de recursos, mesmo que poucos, e a uma forma de organização cuja centralidade era perseverança daquela comunidade nos quadros da Zona Rural II da capital do Maranhão. Por fim, é indispensável a abordagem da teoria do Processo Político, para capturar o momento da mobilização de recursos entre os agentes, mas também compreender a gênese de repertórios de ação que compôs à época aquela resistência (Scott, 2013) centrada na produção de discursos e peças dramáticas dos perigos trazidos pelas obras de expansão logística portuária.

Investimentos na infraestrutura e as consequências locais

Na Zona Rural II, de São Luís – MA, a intensificação de investimentos logísticos voltados à exportação tem resultados na multiplicação de

conflitos socioambientais. A projeção é que este cenário se amplie frente à flexibilização do licenciamento ambiental, processo em curso nas esferas federal e estadual. Além dessa flexibilização, destaca-se a necessidade do incremento da infraestrutura de exportação do modal aquaviário presentes nos portos que compõe o Complexo Portuário de São Luís.

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal, em 2007, implicou na retomada desenvolvimentista do Estado brasileiro, uma vez que previa investimentos em setores estratégicos da economia nacional, a destacar: o setor de produção de energia e modal. A necessidade de construir, para atender a demanda da crescente economia nacional, foi justificada como primordial para modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios do setor industrial, e empreender o crescimento econômico do Brasil (PAC, 2009).

Nesse período, empresas mineradoras no estado, principalmente as de ferro, alumínio, manganês e bauxita intensificaram as suas operações com objetivo de aumentar a escala de produção, simultaneamente reduzindo os custos fixos, mas também aumentando os números da exportação destas commodities. Esse processo, contribuiu para emergir novas zonas de expansão logística, ou seja, novas fronteiras econômicas em torno da mineração, as quais avançaram sobre áreas da Zona Rural II de São Luís.

Isto se configura como um indício de que a continuidade dos locais, atingidos mais diretamente por estes investimentos, poderia estar ameaçada pela passagem do “turbilhão desenvolvimentista” que negligencia populações historicamente localizadas em seus territórios de origem, ou já deslocadas em outros momentos em outras frentes expansionistas.

É necessário sublinhar que a noção de *luta por reconhecimento* (Honneth, 2003) como ponto referencial de uma construção teórica que deve explicar a evolução moral da sociedade na qual o sujeito pode reconhecer-se reciprocamente como pessoa de direito. Portanto, a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco por que os sujeitos só podem chegar a uma auto – relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa, de seus parceiros de interação, com seus destinatários sociais.

Além disso, as mobilizações contra o avanço do CPSL sugere a concepção segundo a qual os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimentos profundamente arraigadas. Segundo Honneth (2003) tais expectativas estão ligadas na psique às condições de formação da identidade pessoal, de modo que elas retêm os padrões sociais de reconhecimento sob quais um sujeito pode se saber respeitado no seu entorno sociocultural como um ser ao mesmo autônomo e individualizado. No caso particular, desse artigo, as lesões são solidificadas nos avanços sobre as comunidades nas circunvizinhanças do empreendimento portuário, muita das vezes esses sentimentos de desconstrução moral vem na forma de interferências diretas na liberdade de ir e vir e de uso dos recursos do mar, principalmente entre os pescadores daquela região da Zona Rural II de São Luís.

Honneth (2003) alerta que sentimentos de lesão só podem tornar-se base motivacional de resistência coletiva quando os sujeitos são capazes de articular num quadro de interpretação intersubjetivo que os comprove como típicos de um grupo inteiro. Nesse sentido, a condição de surgimento de uma semântica coletiva que permita interpretar o conflito com Complexo Portuário como algo que afeta não só um indivíduo isolado, mas também um círculo de muitos outros sujeitos.

Considerar a dimensão da experiência de desrespeito ou de lesão significa observar que interpretações dessa espécie obtêm influência no interior do grupo, elas geram um horizonte não hegemônico de interpretação dentro do qual as situações de desrespeito, até então desagregadas e privadamente elaboradas, a partir do cotidiano da pesca ou de outras atividades, podem tornar-se os motivos morais de uma “luta coletiva por reconhecimento”.

Como mostra que a principal queixa dos pescadores se dá em relação a queda de pescados após a instalação dos empreendimentos do Complexo Portuário, o que diminuiu drasticamente as possibilidades de realizar uma boa pescaria. Além disso, posteriormente a instalação dessa infraestrutura logística, a situação teria se agravado com as obras de dragagem.

Na Praia do Cajueiro, na comunidade que leva o mesmo nome, as constantes dragagens ocasionaram a deposição de sedimentos na faixa de areia. Nesse contexto, atividade pesqueira e até mesmo de balneabilidade tornou-se quase inviável uma vez que a grande quantidade de matérias acumulados vem impedindo uma simples caminhada do que restou da faixa de areia.

Em ambos os cenários, os confrontos sociais, assim como todas as formas de conflito, foram construídos em princípio seguindo pelo o que parece segundo o modelo de uma luta por reconhecimento, onde todo ato coletivo de resistência e revolta seria atribuído, segundo a sua origem, a um quadro invariante de experiências morais, dentro daquele parâmetro que Honneth (2003) tem chamado de gramática historicamente cambiante de reconhecimento e desrespeito. A situação dos sujeitos que resistem ao avanço das obras de expansão, parece encontrar semelhança com os estudos do autor alemão, mas ao mesmo tempo nos lembra que nem todas as formas de resistência possam remontar à lesão de pretensões morais, nos faz lembrar que em muitos casos em que a pura segurança da sobrevivência econômica que se tornou o motivo de protestos ou de rebelião em massa.

Ainda sobre isso, sentimentos de desrespeito são o cerne de experiências morais, inseridas numa estrutura de interações sociais porque justamente sujeitos se deparam com expectativas de reconhecimento às quais se ligam as condições de sua integridade psíquica e moral. Tais sentimentos de desrespeito e injustiça podem levar a ações coletivas, só e somente se, na medida em que foram experimentados por um círculo inteiro de sujeitos como típicos da própria situação social.

No contexto da expansão, o conjunto dos investimentos na infraestrutura concorreu decisivamente para eliminação de barreiras físicas à exportação de commodities e de mão de obra através da extensão de redes de transporte e distribuição que compõem o Complexo Portuário de São Luís.

A partir da operação efetiva de uma estrutura já existente, os projetos de investimentos ou incremento passam a ter uma base local na qual se apoiar, nesse caso grande parte da Baía de São Marcos. A realização desses investimentos diretos resultou, estruturalmente, em dois fatores: 1) do apoio da

base material ou infra estrutural, garantida pelo Estado, já que o Porto do Itaqui é considerado o porto *hub* daquele Complexo e pertence ao governo estadual; 2) da e das condições de produção das situações de desrespeito e injustiça em relação aos sujeitos que fazem uso daquele território.

Por outro lado, Edward Thompson (1998) nos lembra de uma Economia Moral baseada no direito consuetudinário, cuja raiz interpretativa parte de um debate com as teorias econômicas reducionistas. Vale lembrar que nesse ponto que os conflitos começam pelos sentimentos coletivos de injustiça que pode ser mensurado pelas expectativas morais que os atingidos expõem consensualmente à organização da coletividade. Na esteira deste argumento, é lícito dizer que o protesto e a resistência prática podem ocorrer quando uma modificação da situação econômica é vivenciada como uma lesão normativa (Honneth, 2003) de um consenso tacitamente efetivo.

Retomando os dados sobre a projeção da expansão logística portuária, em outubro de 2014, a WPR anunciava em seu Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) os possíveis números da fase de operação do Terminal Portuário de São Luís, a saber: o Terminal de Grãos e Farelos movimentará 3.880.000 t/ano de grãos, 810.000 t/ano de farelo totalizando 4.690.000 t/ano na fase 1, já na fase 2 os números assumiriam respectivamente os seguintes valores: 9.064.000 t/ano, 1.620.000 t/ano totalizando 10.684.000 t/ano. O Terminal de Carga Geral e Contêineres serão implantados em três fases distintas com os seguintes valores: fase 1: 35.000 TEU's/ano³; Fase 2: 120.000 TEU's/ano; Fase 3: 240.000 TEU's/ano. A implantação do Terminal de Importação de Fertilizantes também será realizada em 2 etapas com as seguintes estimativas: fase 1: 4.158.791 t/ano; Fase 2: 4.158.791 t/ano. O terminal de Granéis Líquidos será implantado em etapa única.

Em termos comparativos, a projeção prevista para o Terminal de Grãos do Maranhão (Tegam) é de 500.000 t/ano dividida em 4 (quatro) silos de 125 mil toneladas. (Portos S/A, 2014). Enquanto a produção do Terminal de Grãos e Farelos, do Terminal Portuário de São Luís projeta uma margem de 10.684.000 t/ano.

3. Um *TEU* (Twenty Feet Equivalent Unit) é a medida do tamanho do contêiner de 20 pés.

Quando o berço estiver próximo da movimentação de 5 milhões de toneladas anuais, entrará em operação a segunda fase do Tegram. Nesse momento, o embarque de mercadorias passará a ser realizado igualmente por um segundo berço, também com preferência de atracação. A expectativa de movimentação da operação somada destes dois berços ultrapassam 10 milhões de toneladas anuais (Portos S/A, 2014).

Ainda sobre projeções de exportações dos dois terminais, observa-se que o Terminal de Grãos e Farelos o Terminal Portuário de São Luís -TPSL supera o Tegram em número de t/ano. Em termos interpretativos, isso significa a maior capacidade de investimento do setor privado que visa instalar-se em terras maranhenses como resultados de ações para estimular grandes investimentos.

O governo do Maranhão agilizou pactos de alianças e cumplicidade, bem como medidas políticas e administrativas no âmbito da sua competência estadual para que o projeto fosse implementado. Exemplo disso é a declaração da então Governadora Roseana Sarney que afirma negociar diariamente com empresários e autoridades ministeriais para obter mais e mais recursos para investir em projetos que impulsionem mais rapidamente o desenvolvimento econômico e social do Estado (Valor Econômico, 2012).

No contexto da expansão logística ferro - portuária, ampliaram-se os atingidos pelo avanço das obras de infraestrutura, cujo potencial estar pautado nas mais diferentes formas de organização, a saber: de um lado se encontram as comunidades impactadas, organizadas na forma de associação, do outro estão os Prefeitos das cidades que são cortadas pela Estrada de Ferro Carajás, organizados no formato de consórcio. Diante de tais observações, é necessário discriminar: a) Moradores organizados diante de uma possível ameaça; b) CIM, formado pelas prefeituras das respectivas cidades do estado do Maranhão: Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Anajatuba, Arari, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Bom Jardim, Bacabeira, Cidelândia, Igarapé do Meio, Itapecuru Mirim, Itinga do Maranhão, Miranda do Norte, Monção, Pindaré Mirim, Santa Rita, São Luís, São Pedro da Água Branca, São

Francisco do Brejão, Santa Inês, Tufilândia, Vila Nova dos Martírios e Vitória do Mearim. E por uma única cidade do estado do Pará, Bom Jesus do Tocantins (Fonte: CIM, 2019).

Desse modo, observa-se que no contexto desta organização, o esforço analítico alcança maior pertinência em virtude de destacar, desafios de compreensão e debates contemporâneos acerca das formas de ação coletiva presente em grupos e organizações, do benefício coletivo e dos propósitos, mobilizados. Sabendo disso, é possível apoiar-se na reflexão que a obra de Mancur Olson (2009), realiza acerca dos instrumentos para o exame de um certo “engajamento organizacional”, requerido pelos meios associativos, mas também dos interesses dos membros e de um eminente utilitarismo organizacional.

Se a consideração acima for útil e complementada com o entendimento de que os membros de grupos e organizações, quase que, frequentemente alcançam determinados objetivos (entende-se benefício coletivo), por meio de “lutas” e mobilizações que requer uma agência por parte dos atores. Mas no outro extremo, Olson (1999) está considerando duas premissas de compreensão de análise econômica que vale a pena considerar, a saber: o tamanho de um grupo e os chamados incentivos.

Vale ressaltar que esses determinantes, ora verificados cumpre um importante papel na análise que se pretende fazer a partir destas formas de mobilização. Sobre isto, é salutar compreender os expedientes acionados pelos agentes, assim como o repertório de ação lançado por grupos mobilizados em torno de interesses.

A teoria da escolha racional e a perspectiva da “associação” por interesses

O CIM, parece se encaixar na definição de *grupo exclusivo*, definida por Olson (1999). As prefeituras dos estados do Maranhão e Pará, cujas cidades são atravessadas pela EFC, tem por objetivo, segundo o estatuto do Consórcio, manter atividades permanentes de captação de recursos para financiamento de projetos prioritários estabelecidos pelo planejamento, além de promover formas articuladas de planejamento ou desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consulta,

estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram, na área compreendida do território dos municípios consorciados.

É fato que as organizações ou associações existem para promover, ou tentar, os interesses dos seus membros (Olson, 1999, p.18), de certa forma, é claro, que o comportamento dos grupos e organizações deveria ser explicado por cálculos econômicos determinados pelos os possíveis incentivos e custos que cada membro de um grupo incorpora. De certa maneira, o que o autor fez, foi aplicar o método econômico aos fenômenos sociais, cuja compreensão era, no plano de entendimento, se formos considerar, o instrumental analítico da sociologia, vago e incompleto.

Se a consideração acima for útil e complementada com o entendimento de que os membros de grupos e organizações, quase que, frequentemente alcançam determinados objetivos (entende-se benefício coletivo), por meio de “lutas” e mobilizações que requer uma agência por parte dos atores. Mas no outro extremo, Olson (1999) está considerando duas premissas de compreensão de análise econômica que vale a pena considerar, a saber: o tamanho de um grupo e os chamados incentivos.

Por essas razões é importante notar que os objetivos que quase todos os tipos de grupos de organizações supostamente devem promover são consensuais seja de um membro de sindicato por salários mais altos ou de produtores rurais ávidos por uma legislação mais favorável.

Olson evidencia, também, que a combinação de interesses individuais e comuns com uma organização sugere uma analogia com o mercado competitivo. Tal passagem, não é deslocada do pensamento econômico que considera o grupo como conjunto de indivíduos racionais. Desse modo, este enfoque é sustentado por Olson (1999) quando aponta que a existência de lobby que correspondem a grupos de pressão ativos organizados em torno de um benefício coletivo, situado no âmbito do mercado, poderá levar à cabo uma campanha para alcança-los. Isso quer dizer: que existem toda uma possibilidade de influenciar o conjunto de aparatos sociais, entre eles, a própria opinião pública fortemente afetada pelo lobby.

No caso CIM, além de utilizar as suas origens do Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás – (Comefec), mobiliza origens e recursos como critérios de legitimação das suas atuações políticas, os

agentes investem também na desqualificação ou qualificação da Empresa Vale. S.A com o intuito de promover as ações da referida associação. É importante salientar ainda que, embora haja uma correlação entre os perfis institucionais que visam desacreditar os concorrentes, tais investimentos no lobby junto à Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e a Empresa Vale S.A, tais investimentos são relativos às relações que estão sendo enunciadas ao longo de suas ações.

Isso fica evidente com a publicação da Resolução Legislativa Nº 709/2013 que dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Comefec, além de dá outras providências, dentre elas, a saber: Promover e ampliar as relações do comitê com o Governo do Estado do Maranhão e a Mineradora Vale S.A. Dois trunfos interligados se sobressaíram no universo da associação: 1) esse lobby pode ter levado a cabo uma considerável campanha. Já que for encontrada uma certa resistência entre os moradores das cidades, o que resultou numa considerável campanha de convencimento entre os moradores, mas também entre os parlamentares; 2) Acompanhando o escrito de Olson (1999) foram contratados organizadores profissionais para que o CIM fosse levado adiante como forma institucional que valesse à pena colaborar com a sua formação, mas também pela sua manutenção entre os filiados.

Em torno desses eixos, é possível ressaltar a reflexão acerca do necessário uso dos instrumentos de exame da ação coletiva nos grupos sociais a partir da chamada teoria tradicional do comportamento grupal. Mancur Olson, apresenta duas variações que são recorrentes nas disposições dos membros das organizações, a destacar: a) variante informal, na qual acredita-se que as organizações e grupos são limitados a fenômenos onipresentes na sociedade humana, e que a propensão da espécie é constituir grupos; b) variante formal, detentora da ideia da universalidade dos grupos, mas não considera nenhum instinto ou tendência para isso, e sim como um traço das sociedades industriais modernas, evoluídas, a partir das sociedades primitivas.

As especificidades estruturais da análise econômica da teoria da ação coletiva, requer a compreensão dos grupos “exclusivos” e “inclusivos” que são bastante diferentes, desde que os grupos sejam tão pequenos que a ação de um membro tenha um efeito perceptível sobre

algum outro membro e que, portanto, os relacionamentos individuais tenham importância.

Em consonância com a ideia de grupos “exclusivos”, inseridos no contexto de disputas pelos recursos da Mineradora Vale S.A. O exemplo da redução de participantes (prefeituras) no Consórcio, parece ser o ideal do monopólio desse segmento até que sobre de preferência apenas uma representação hegemônica de todos os municípios atingidos pela Estrada de Ferro Carajás.

A inscrição dos agentes em diferentes segmentos do Consórcio contribui como fonte de notoriedade de exclusão a partir da formação de pequenas instâncias representativas da mesma associação, a saber: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria – Executiva, Conselho Fiscal, Câmaras Setoriais, Diretoria Geral e o Fundo de Desenvolvimento e Apoio Técnico (FDAT). À medida que esses pequenos grupos foram se formando no interior do CIM, a redução da participação dos integrantes na obtenção do benefício coletivo, foi ficando cada vez mais evidente com a distribuição de tarefas específicas, que dependendo da função garantiria maior ou menor participação na obtenção dos dividendos econômicos fornecidos pela Vale S.A.

Embora seja problemática a utilização no universo em pauta da noção de *grupos exclusivo*, é possível atentar para com o número de participantes efetivos, de fato, via associação de recursos ligados à formação do CIM e às possibilidades de aliança com outras prefeituras que não são atingidas diretamente pela atividade mineradora nos estados do Maranhão e do Pará. Todavia, é pertinente destacar que por causa da quantidade fixa, e, portanto, limitada, de ganho que pode derivar do “benefício coletivo” (uma indenização maior) em uma situação de mercado – que pode levar os membros do Consórcio a tentarem reduzir o tamanho do grupo, como já ficou evidente no parágrafo anterior.

Ainda sobre isso vale dizer que grupos ou organizações não inseridas no contexto de mercado que visam a um benefício coletivo ocorre o oposto, ou seja, quanto maior o número de membros disponíveis para partilhar os benefícios e os custos, melhor. Isso quer dizer que o aumento no número de participantes (tamanho do grupo) pode levar a custos mais baixos para aqueles que já estão no grupo. No caso do CIM, isso

ocorreu no momento da sua fundação, cujo número de participantes era maior e a frequência de reuniões, participação em audiências públicas, também. Naquele momento, o Consórcio se comportou a maneira de um grupo inclusivo. A constituição de filiações no interior de determinados espaços da política, como foi o caso da Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) e também das Câmaras de Vereadores das cidades do interior do Maranhão e do Pará, foi um marco na gênese da associação, mas com o passar do tempo esses mecanismos de “propaganda” foram sendo deixado de lado até porque a constituição do corpo mais atuante já estava definida desde os primeiros movimentos adotados pelas prefeituras diante do avanços das obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás.

Observando essa modalidade associativa é possível dizer que o CIM tem uma atitude ambivalente com relação aos seus membros. De fato, Olson tinha razão, a maior eficiência dos grupos relativamente pequeno – tratados como privados, privilegiados e os intermediários – fica evidente tanto pela experiência como pela observação da teoria. Não é de se estranhar que o CIM está sempre recorrendo aos comitês, subcomitês e pequenos grupos de liderança para orientar as ações.

Da mesma forma, os lobbys de negócios frequentemente alcançam privilégios porque são organizados não como a classe política inteira, mas como ramos bem delimitados e posicionados na configuração mandatária do estado que busca seus próprios interesses. Nessa dinâmica do comportamento grupal, os que realmente fazem o trabalho são de fato grupos pequenos e escolhidos entre os mais atuantes e mais bem relacionados com a Mineradora Vale S.A e as Secretarias de Governo do estado do Maranhão e do Pará.

Portanto, dentro da dinâmica de funcionamento do CIM há os denominados grupos intermediários, nos quais nenhum membro é capaz de obter benefícios significativos o suficiente para arcar com todos os custos de obtenção, mas o número de membros é pequeno o suficiente para ser monitorado com sucesso. Portanto, é difícil prever se uma ação coletiva será bem - sucedida ocorrerá. Por outro lado, um sistema de incentivos e uma organização eficaz poderá possibilitar que tal Consórcio atue e obtenha privilégios.

Mobilizações, resistências e ações coletivas no enfrentamento da expansão logística

Se o CIM, mobilizou prefeituras das cidades atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás, e consequentemente também afetadas pelas obras de expansão portuária. Por outro lado, as comunidades, mais fatalmente atingidas por estas infraestruturas de logística, também se mobilizaram com o objetivo de oferecer resistência às ações voltadas para o aprimoramento dos processos de recepção e expedição de cargas (Itaqui, 2019).

O caso mais recente de resistência à expansão de infraestrutura logística, na Zona Rural II de São Luís – MA é a tentativa de instalação do Terminal Portuário, pela empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais que teve início no ano de 2014 e ainda encontra-se em curso. A dinâmica de luta entre os agentes envolvidos neste particular são características dos conflitos ambientais no Brasil e realça, de certa forma, o papel dos grupos subordinados (Scott, 2013) nas disputas por territórios em vias de reconfiguração local.

No caso da tentativa de instalação do Terminal Portuário, na comunidade do Cajueiro, o estudo das ações coletivas nos fornece muitas interpretações, por isso, exige a aproximação das circunstâncias determinantes em que os agentes estão encerrados: as demandas, as exigências postas às mesas de deliberação, as oposições internas, as tomadas de posições, os instrumentos da ação propriamente dita de que lançam mão e suas conceituações quanto aos conhecimentos acumulados ao longo das disputas. Sabendo disso, é explicável que uma ação coletiva surge em condições particulares nas quais os agentes estão contextualizados.

A abordagem de James Scott (2013), parece ter razão nesse ponto, os instrumentos de preservação ou de representação das estruturas dominantes sobre os subordinados passam por esses expedientes citados anteriormente, mas a análise perde no que diz respeito aos exames de que as “ações” são amplamente invisíveis, considerando que não há nenhuma coordenação ou planejamento sem a intenção de derrubar e transformar o sistema de dominação.

Na esteira do argumento Scott (2013), de que as circunstâncias particulares nas quais os participantes se encontram devem ser compreen-

didadas dentro do contexto das mobilizações, é que nos esforçamos para apontar os mecanismos cruciais para o desdobramento do processo de resistência. Desse modo, o esboço teórico da ação coletiva nos ajudará a compreender a mobilização política para reagir contra a instalação do Terminal Portuário de São Luís.

Inicialmente, a reação do Povoado Cajueiro foi motivada pelo sentimento de desapossamento territorial e, aqui, poderia mesmo ser atribuída também à experiência de sofrimento. A tentativa de espoliação dos bens comuns, como já ocorreu em outras vezes, tem gerado ampla resistências de agentes sociais já calejados pelas tentativas de deslocamento compulsório.

Na proposta de exame de Scott, o objetivo é mostrar como se pode melhorar a leitura, interpretação, e compreensão da conduta política, muitas vezes incompreensível, dos grupos subordinados que criam a partir de suas experiências de sofrimento, um discurso oculto que constitui uma crítica do poder expressa nas “costas dos dominadores” que tomam substância nas formas de disfarces linguísticos.

Paralelamente, essa capacidade de interação, que dissemina informações particulares entre os subordinados, diferente da divulgação mais ampla que são inerentes ao discurso público, proporciona as condições exigidas para reconhecer que quanto maior for a disparidade de poder entre o dominador e o subordinado e quanto mais arbitrariamente esse poder for exercido, mais o discurso público dos subordinados assumirá uma forma estereotipada ou ritualística.

Isso quer dizer, que a comunidade do Cajueiro, e de outras áreas da Zona Rural II de São Luís ao mobilizar suas redes de alianças (canais da justiça, pesquisadores de universidades, Pastorais da Igreja Católica, políticos, etc.), exigiu o direito de não serem expulsos de suas propriedades ou de não arcar com os ônus da expansão portuária. A disputa por esses direitos ocorreu pela pressão e mobilização política, desencadeada pela defesa da permanência no local.

A mobilização do povoado é, portanto, o resultado da ação de agentes que tiveram seus modos de vida e interesses na área diretamente afetados e constituíram redes de alianças. Mas, é importante salientar que estas, não surgiram sem um acúmulo de relações de assessoria e de

experiências, que constitui um dos aspectos da estruturação dos repertórios da ação coletiva (Tilly, 1978), pois, entre estes agentes coletivos e individuais que compuseram os eventos em Cajueiro, estavam também aqueles que haviam participado de lutas políticas anteriores, como é o caso da representante da comunidade do Rio dos Cachorros.

Voltando a questão da resistência, a presença da causa impessoal implica que sempre há um compartilhamento dos discursos escondidos a vários cursos de ação ao enfrentar a situação hegemônica. Assim, é possível dizer que não importa quão seja implícito, pessoal, individualista seja a resistência, a presença da causa impessoal sempre assume que outros atores em situações semelhantes experimentariam restrições estruturais semelhantes. Eles tendem a medir a dominação subjetivamente por parâmetros semelhantes e acertar cursos de ação simétricos, essa passagem coaduna com a estratégia de análise de Scott que consiste em escolher formas de dominação que apresentam semelhanças próximas, institucionalizadas para extrair trabalhos, serviços por meio da dominação perpetradas pelas elites.

Além disso, os subordinados, citados nos escritos de Scott, parece ajudar compreender de maneira pouco fragmentada e contraditória, o que ainda torna pertinente o dilema das comunidades em torno do CPSL, de como transformar a resistência esporádica em uma resistência propriamente dita, o que pode se aproximar de uma ação coletiva com uma organização e coordenação que parece ter um objetivo concreto e não se reduzir à pequenas episódios isolados com efeitos isolados.

Desta forma, para o melhor entendimento das questões relativas às relações de poder e, por conseguinte, as formas de discursos empregados pelos diferentes segmentos sociais analisados no caso particular do Cajueiro e inseridos na análise de Scott, faz - se necessário destacar que existe um debate acerca do paradigma resistência/hegemonia. O que tem a ver com o esforço analítico que contribuiu para obscurecer a experiência de dominação impessoal do ator, que também é vital quando se depara com a opressão.

Enquadramento da expansão logística como catálise para a ação coletiva

O relevante nessa sessão é indicar as razões as quais a questão de Cajueiro aglutinou tantos interesses em torno da disputa territorial, mesmo sendo elas de diferentes ordens, suas ações concorriam, pelo menos na maioria dos casos, para um mesmo fim. Frente a isto, parte-se, portanto, do acúmulo de experiências de alguns participantes do processo de resistência na referida comunidade. Uma vez que em outras oportunidades já haviam participado de outras problemáticas nos seus territórios, por exemplo, a resistência enfrentada durante a tentativa de implantação do polo siderúrgico na cidade de São Luís no ano de 2004. Sendo assim, as ações coletivas dependem de alianças estabelecidas ao longo do itinerário de diversas lutas políticas, mas também de relações de assessoria com outras instituições detentoras de certo saber específico que são acionados nas circunstâncias particulares.

Nesta perspectiva, Tarrow (2009) destaca que redes as sociais e estruturas conectivas parece cumprir fecundo papel no desenvolvimento da ação coletiva, mas é necessário considerar que os quadros interpretativos são dispositivos enfatizadores que chama à atenção para a gravidade e a injustiça (p.143). O que remonta a um trabalho constante dos movimentos sociais de conversa e reconversão de nomear descontentamentos e acima de tudo, torna-los públicos aos olhos do maior número possível de espectadores e apresentar a performance desafiadora às autoridades envolvidas no confronto.

Exemplo disto, foi a audiência na Assembleia legislativa do Maranhão (Alema). Na oportunidade, a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, mais uma vez, se ausentou de discutir o projeto de implantação do porto com os manifestantes da comunidade Cajueiro. Por este motivo, a oitiva foi suspensa. Em seguida, os participantes marcharam em até a Secretaria d Indústria e Comércio, situada no Palácio Henrique de La Rocque (PHLR)⁴, situado a algumas quadras da Assembleia.

4. O Palácio Henrique de La Rocque é uma das sedes administrativas do Governo do Estado do Maranhão, é nele que estão sediadas as Secretarias de Estado, inclusive a Sedinc.

Em marcha em direção ao Palácio, os moradores da Zona Rural e outros tomaram a Avenida Jerônimo de Albuquerque com gritos e faixas que expressavam a luta pela manutenção das moradias na comunidade do Cajueiro. Ocupando apenas a faixa direita com o ato, mas mesmo assim gerando um expressivo congestionamento, a passeata alcançou os portões da referida sede administrativa. Desconsiderando o aparato de segurança do local, os manifestantes entraram, no primeiro momento o ato chamou à atenção no saguão, alguns dos funcionários assistiam atônitos e desinformados daquela forma de reivindicar direitos, outros já tinham o conhecimento da situação daquela comunidade e todo o seu entorno. Em seguida, foi solicitada a presença dos representantes para uma breve reunião.

Uma situação desse tipo se justifica porque explicita o ponto de partida que foi adotado para entender as dinâmicas de afirmação de um conjunto de atores que compartilham de um objetivo comum (Tilly, 1978), entre elas: a permanência no território de Cajueiro e a continuidade do seu modo de vida. Os efeitos das experiências da ação coletiva na constituição de alianças, mais ou menos, consolidadas pela situação do conflito, incide na produção de um sistema relacional com o outro extremo do conflito, ou seja, a empresa WPR, responsável pelas obras de construção do Terminal Portuário de São Luís.

É a partir desse momento que é possível perceber que os símbolos culturais não estão automaticamente disponíveis como instrumentos de mobilização, mas exigem agentes concretos (e acima de tudo imbuídos de um repertório de confronto) para transformá-lo em quadros interpretativos capazes de ser apreendidos dentro da dinâmica contenciosa.

De fato, neste caso emblemático do Cajueiro os quadros interpretativos são também construídos sobre um equilíbrio instável: entre as mentalidades herdadas, mas passivas, e novos elementos orientados para a ação, mas desconhecidos (Tarrow, p.176). Grifa-se ainda, que Bert Klansdormans afirma que transformação de questões sociais em quadros interpretativos da ação coletiva não ocorre por si própria. É um processo em que os atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem a situação conjuntamente.

Outro argumento que pode ser levado em consideração na Teoria do Processo Político, sustentada por Sidney Tarrow, é que as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas, e então, empregam um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades de que são usados por outros atores em ciclos mais amplo de confrontos.

Observando isso, é possível dizer que a participação em movimentos políticos de resistência potencializa o vigor das redes de relações passíveis de serem mobilizadas em diferentes circunstâncias e a partir de diferentes pontos do espaço social. Nos casos em que essa participação é deflagrada num momento caracterizado de crise a probabilidade dos vínculos serem ainda mais intensos aumenta significativamente, tendo em vista, grosso modo, a fixação de um inimigo comum [a ser combatido] os constrangimentos sofridos e a expansão territorial de contatos entre militantes envolvidos na mesma causa e aproximados pelas exigências da ação coletiva

Sidney Tarrow, completa esse quadro sustentando a posição de que formas familiares, no sentido de conhecidas, de confronto os movimentos tendem a se transformar em pontos focais que se tornam as oportunidades externas em recursos. Nessa esteira, os repertórios de confrontos, redes sociais e quadros culturais diminuem os custos de se atrair quadros para a ação coletiva, produz confiança de que não estão isolados e dá um sentido mais amplo às suas reivindicações.

Considerações finais

O conjunto de dados apresentados ao longo do artigo revela alguns aspectos do processo de expansão da logística ferro – portuária, no estado do Maranhão, em particular na capital São Luís, das variações das formas de resistência aos avanços de obras de infraestrutura, mas também das variações das formas de ações coletivas e a diversificação social na mobilização de recursos necessários para o enfrentamento das atividades que ameaça a continuidade dos modos de vida ou de atuação de agentes de um determinado segmento.

Um dos pressupostos da análise das ações é o de que há determinados períodos que são favoráveis para mobilização de recursos e, em consequência disso, são oportunos para que os confrontos surjam como uma reação a mudança nas oportunidades e restrições políticas (Tarrow, 2009). No caso do CIM, buscou-se explicar a formação do referido grupo através da teoria da escolha racional, que envolve um cálculo no que diz respeito à mobilização dos sujeitos que irão compor os grupos mais atuantes, no particular do CIM julgou-se a abordagem contemplaria a forma na qual o Consórcio vem atuando ao longo dos anos, inclusive com possibilidades e já consolidadas alianças mais restritivas com participantes que são mais atuantes do que a maioria dos membros.

No primeiro momento, mediante o exame das configurações do conflito com a comunidade do Cajueiro – que está entre as atingidas pela as obras de expansão do CPSL, foi possível demonstrar elementos comuns de lesão (Honneth, 2003), que pode ter sido as bases motivacional da resistência coletiva daqueles sujeitos que fazem parte daquele movimento de certa forma fez surgir uma semântica coletiva na interpretação da situação em que a referida comunidade se encontra diante do quadro avançado do incremento da infraestrutura de exportação a partir das obras do Terminal Portuário de São Luís.

A despeito dessas constatações, os mecanismos de resistência, as mobilizações de recursos e a formação de alianças com comunidades vizinhas se revelaram bastante próximas em relação a uma pauta em comum, que é da manutenção da continuidade nos locais de atividade profissional ou de moradia.

No caso das obras de expansão da rede de logística, predominaram itinerários ascendentes de conflitos que contribuíram para o surgimento de ações coletivas, mais distintas possíveis, de um lado um Consórcio formado entre municípios dos estados do Maranhão e do Pará, de outro as comunidades mais atingidas diretamente pelas obras portuárias e ferroviárias, como é o caso da localidade do Cajueiro, na Zona Rural II de São Luís. No primeiro caso, prevaleceu a mobilização de grupos de inclusivos, no primeiro momento, e no segundo momento prevaleceu a modalidade de grupos pequenos com exclusividade de membros com funções distintas de atuação, salienta-se as ocupações associadas à ne-

gociação com a Mineradora Vale S.A, além da importância dos cargos públicos como instrumentos de cooptação e como trampolim até ao benefício coletivo.

Esse conjunto de aspectos informa, então, sobre o conjunto de ações coletivas empreendidas e disponíveis para os agentes, indicando as bases sociais que são oriundas, mas também as possibilidades de realizar alianças com grupos distintos ou que até mesmo tem enfrentado as mesmas questões políticas com forte referencial às mobilizações em torno das infraestruturas de logística. O objetivo foi traçar, apreender e expor as características dos repertórios de ação (Tilly, 1978), durável ou efêmero, de configurações de alianças e seus efeitos nas formas das ações mais direcionadas à resistência (Scott, 2013).

Como não poderia deixar de destacar, as redes sociais e as estruturas conectivas (Tarrow, 2009) constituídas ao longo das alianças consolidadas com outros agentes. Porém não tão determinantes, uma vez que os quadros interpretativos das ações coletivas que estava em curso, sempre aparecia articulados a outras formas de interpretação dos fatos igualmente indispensáveis para a compreensão das resistências nos locais alcançados por esta análise.

Finalmente, sobressaíram-se também os agentes que tiveram suas ações direcionadas ao enfrentamento mais diretos com os empreendedores em um campo marcadamente desigual pelo volume de recursos mobilizados, mas também pelas estratégias empregadas no confronto. Ou seja, a proposta de melhorar a compreensão dos grupos subordinados (Scott, 2013) surge na análise como a interpretação das formas de resistência engendrada por agentes sociais com um volume de recursos menor e com formas aparentemente limitadas de recursos a ser mobilizados.

Referências bibliográficas:

CIM (2019). *Relatório institucional*.

Honneth, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.

Olson, Mancur. (1999). *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP.

Revista Portos S.A. (2014) Tegram Beneficia Produtores Do Norte E Centro-Oeste Brasileiro. Revista Portos S.A. Ed. Julho-Agosto De 2014.

Scott, James C. (2013). *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre.

Scott, James C. (2002). *Formas cotidianas de resistência camponesa*. Raízes, V.22, n.1, p.10-31.

Tarrow, Sidney. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

Thompson, Edward P. (1998). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia. das Letras.

Charles. Tilly. (1978) *From Mobilization to Revolution*. New York: Newberry Award Records.

Ribeiro, Ivo. (2012). A dinâmica da expansão: petroquímica, energia e logística lideram investimentos de R\$ 120 Bilhões. *Valor Econômico*, 10 de out. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/12/19/resultado-deve-ser-melhor-que-em-2012.ghtml>. Acesso em: 12 maio.2024.

GT8 - Povos e comunidades tradicionais, mudanças climáticas no/do capitaloceno e conflitos socioambientais



Tribunal Popular em Junco do Maranhão: Um debate em torno da justiça

Karina Borges Diaz Nery de Souza
UFRGS

Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen
UFMA

Márcio Zonta
UFJF

Objetivo e questão problema

O objetivo deste trabalho é compreender as nuances e desafios enfrentados por iniciativas como o Tribunal Popular realizado no município de Junco do Maranhão, explorando as implicações de suas práticas no contexto da justiça popular e do sistema judiciário. Diante desse contexto, surge a pergunta problema: qual o significado de um tribunal popular no enfrentamento contra a falta de políticas públicas eficazes para abordar questões agrárias e da violência e arbitrariedade perpetradas por agentes estatais e privados nos casos de grilagem de terra?

Participação e metodologia

Os(as) autores(as) deste trabalho tiveram participação ativa na comissão julgadora do Tribunal Popular da Terra. Essa experiência proporcionou uma imersão profunda nos desafios enfrentados pelas comunidades afetadas pela grilagem de terras e pela violência no campo, oferecendo subsídios para o desenvolvimento do presente estudo. Quanto à metodologia adotada, optou-se por uma abordagem qualitativa, fundamentada em observação participante, pesquisa bibliográfica e análise documental. Foram exploradas fontes históricas relevantes e relatórios de especialistas atuantes na área. Além disso, foram utilizados depoimentos dos membros da comunidade local e especialistas no tema, visando obter uma compreensão aprofundada das questões em análise.

Contextualização do conflito e do tribunal popular

O tribunal popular em questão ocorreu em resposta aos crimes relacionados à grilagem de terras na Gleba Campina, afetando mais de 10 comunidades camponesas na Região do Gurupi, abrangendo municípios maranhenses e paraenses. A região da Gleba Campina, em Junco do Maranhão, é marcada por um histórico de conflitos agrários, com

grilagem de terras, violência contra lavradores(as) e impunidade dos responsáveis . Diante da falta de respostas do Estado e da inércia das autoridades, a comunidade organizou o Tribunal Popular, reunindo advogados, professores, jornalistas e líderes históricos do movimento camponês para julgar os crimes cometidos na região. Ele ocorreu no povoado Vilela, no município de Junco do Maranhão, nos dias 9 e 10 de março de 2024, e foi promovido pelo Comitê de Solidariedade à Luta pela Terra (COMSOLUTE), presidido pelo histórico líder camponês, Luís Vila Nova e pela União das Comunidades em Luta (UCL), tendo como principal articulador o juiz aposentado Jorge Moreno. O povoado Vilela fica na região do Gurupi, fronteira com o Pará, na Amazônia Legal.

A comissão julgadora foi composta por 11 pessoas, dentre jornalistas, agrônomos(as), advogados(as), professores(as) e ativistas, que ouviram lavradores(as) atingidos(as) pela grilagem e por sua violência intrínseca, de diversos povoados dos municípios de Junco do Maranhão, Boa Vista do Gurupi, Amapá do Maranhão, Carutapera e Viseu (Pará).

Alguns meses antes do tribunal popular, no dia 29 de novembro de 2023, por volta das 7 horas, os moradores do Povoado Vilela, situado às margens da rodovia estadual MA-206 em Junco do Maranhão/MA, deram início a um protesto, dentro da própria comunidade, contra uma sentença judicial que entregava terras ocupadas há mais de 25 anos pelos residentes, para grileiros da família Finger. A grilagem, comprovada pelo judiciário e pelo Ministério Público, usurpava 12.000 hectares de terras públicas destinadas à regularização em nome dos(as) antigos(as) posseiros(as) da região.

Durante o protesto, marcado pela busca por justiça, um episódio abalou a comunidade. Um indivíduo desconhecido, sem se identificar, trajando capacete, óculos escuros e jaqueta, surgiu em uma motocicleta, disparando contra os manifestantes. De acordo com relatos, o homem gritou: “Vou acabar com essa palhaçada agora!”. Em seguida, o agressor sacou sua pistola e disparou contra os presentes, atingindo a mão do lavrador Manoel Messias Lopes dos Santos (Manoelinho). O ataque prosseguiu, revelando a intenção do agressor de causar danos mais graves, porém, sua arma falhou.

Em um ato de autodefesa, membros da comunidade conseguiram imobilizar o agressor até a chegada da polícia. Dois policiais militares,

armados com fuzis, chegaram para buscar o agressor e identificaram que o homem era o policial militar Francisco Silva Oliveira Filho, conhecido como Cabo Filho. A partir desse momento, a comunidade enfrentou uma série de intimidações. Os(as) moradores(as) se mobilizaram para levar Manoelinho ao hospital, porém, ele e sua esposa foram alvo de visitas intimidatórias por parte da polícia. No dia seguinte, duas viaturas, com nove policiais, compareceram à residência da família, fazendo ameaças e deixando evidente que não iriam tolerar as ações tomadas, através de ameaças de possíveis retaliações.

Apesar do flagrante e da gravidade dos crimes perpetrados, a comunidade foi surpreendida com uma reviravolta da Justiça. Ao invés de investigar as ações de Cabo Filho, suspeito de ter vínculos com a milícia armada dos grileiros, cinco moradores do Povoado Vilela foram acusados de tentativa de homicídio, constrangimento ilegal e roubo dos pertences do agressor, os quais foram entregues à Polícia Civil no mesmo dia dos acontecimentos.

Passados cerca de 3 meses, Isael Batista Silva foi preso, acusado de ter ferido o policial no dia do protesto. Para a comunidade, o intuito da Polícia Civil ao afirmar isto, foi de descaracterizar a tentativa de homicídio proferida por aquele que posteriormente foi identificado como um policial e não identificar a obviedade do fato de que o ocorrido ali tratou-se de uma legítima defesa.

Diante desse cenário de flagrante injustiça, a comunidade mobilizou-se em prol da libertação de Isael Batista Silva. Erguendo vozes de solidariedade e protesto, ecoaram palavras de ordem como: “Companheiro Isael, o campo e a cidade agora estão unidos por tua liberdade”. O COM-SOLUTE, em contato com dezenas de camponeses e trabalhadores, participou ativamente de eventos como o lançamento do Caderno de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o “O Grito da Terra”, fortalecendo a campanha pela liberdade do camponês Isael Batista. No dia 10 de maio de 2024, o juiz da 1ª vara de Maracáçumê revogou a prisão de Isael Batista, concedendo sua liberdade.

O tribunal popular visava tanto a libertação de Isael Batista Silva e a revogação do mandado de prisão contra Pedro Rodrigues Ferreira, quanto pressionar por uma solução justa para o conflito agrário na Gle-

ba Campina. O evento se configurou como um momento de grande mobilização da comunidade, que organizou diversas atividades para angariar recursos e fortalecer a luta. A repercussão do evento na mídia, tanto na imprensa tradicional quanto nas mídias alternativas, contribuiu para amplificar a visibilidade da luta dos camponeses e denunciar as violações de direitos humanos na região.

A metodologia adotada pelo Tribunal prescindiu da oitiva ou defesa dos agentes do Estado e buscou identificar responsabilidades e denunciar arbitrariedades, destacando-se três fases principais: preparatória, instrutória e de julgamento.

Perspectiva teórica: justiça e racismo

Diante desse cenário, surge a reflexão sobre o conceito de justiça popular e a eficácia dos tribunais populares como formas de alcançá-la. Para Michel Foucault (1979), a ideia de tribunal como representação da justiça é questionável, pois seria um dispositivo de saber-poder que nasceu na Europa em meados do século XVIII. Em *Vigiar e Punir*, ele coloca que relações de poder constituem um campo de saber e um campo de poder. O sujeito do conhecimento, o objeto a conhecer e as formas de conhecer são efeitos dessa relação saber-poder, seus processos e lutas (Foucault, 1999, p. 31). Nessa obra, ele analisa as mudanças sobre como punir que ocorreram na modernidade na Europa. Uma das mudanças fundamentais se deu no fim do século XVIII e início do XIX. O suplício como espetáculo público punitivo desapareceu na economia dos castigos e a punição se tornou um ato administrativo do processo penal, e sua parte mais velada. A pena não serviria mais para punir, mas para reabilitar, corrigir, reeducar. A justiça não tocava fisicamente o corpo do condenado, o fazia à distância, através de coações, interdições, privações. A ideia é de uma punição incorporal.

Houve mudança também na noção de crime, continua o autor. Muitas coisas consideradas crimes, ligadas à religião ou à economia, deixaram de ser. A blasfêmia, por exemplo, ou o furto doméstico deixaram de ter muito peso. Os crimes passam a ser julgados a partir dos Códigos Penais, mas também as anomalias, desejos, o meio ou a hereditariedade do jul-

gado, ou seja, é o indivíduo que é penalizado, não apenas seu crime, mas o que ele é. Ou seja, a ideia de que a modernidade constrói uma justiça imparcial, centrada no cumprimento às leis, é desconstruída por essa análise. O poder disciplinar que toma corpo, na modernidade, surge da construção discursiva e das técnicas de definição e tratamento do que é anormal, perigoso. A medicina, o aparelho jurídico, a escola, o hospital, o asilo psiquiátrico, são os saberes autorizados a legitimarem a divisão do que é normal e do que é patológico. O inquérito passou a ser a forma de conhecimento da verdade de um crime, a partir da Idade Média e, na Idade Moderna, não se pergunta mais sobre o fato comprovado, mas as causas, as intenções de determinado crime. A verdade agora é enredada por um grande “complexo científico-jurídico” (p. 23). Junta-se ao Direito, a Psiquiatria, a Medicina, a Pedagogia, etc, que faz o criminoso parte do punível. A própria justiça criminal se justifica por essa referência aos sistemas não jurídicos. O crime passa a ser considerado como crime contra a sociedade e é criada, assim, a figura do inimigo interno. O racismo aí funciona como a norma para a eleição de tal inimigo.

Em *Microfísica do Poder*, o filósofo elenca três papéis principais do sistema penal. Um seria o que ele chama de papel de “proletarização”, disciplinando para o trabalho. Outro papel seria o de isolar os elementos mais revoltados, para que não estimulassem movimentos populares de luta. E o terceiro seria o de colocar os proletários contra os pobres não proletários, fazendo com que aqueles vissem a estes como marginais, criminosos. A burguesia veria que os não proletários são aqueles(as) que se lançariam a motins mais facilmente e se valeria desses elementos “marginais” contra o proletariado, como com pistoleiros, por exemplo. A forma de tribunal restabeleceria a ideologia moral burguesa, que é construída pelos tribunais.

Haveria três meios de separar os(as) proletários(as) dos(as) pobres não proletários(as) que seriam o exército, a colonização e a prisão. O exército era recrutado principalmente de oriundos do campo, que viviam na cidade sem trabalho. A colonização usou o que o autor chamou de “pequenos brancos” para tarefas administrativas das colônias e os educava com uma ideologia racista. Por fim, a prisão serviria de barreira ideológica racista em relação aos considerados sub-humanos. Porém,

hoje, afirma, a polícia, a batida policial cotidiana, o tribunal, as prisões, os abrigos preenchem esses meios de separação. O racismo é a técnica de poder de tal separação. O poder soberano de morte aparece, então, contra o inimigo interno racializado, o que Achille Mbembe (2018) chama de necropolítica.

Com isso, qual seria o papel de um tribunal popular? Em *Microfísica do Poder*, Foucault critica a forma de tribunal para a justiça popular, pois aquele seria um terceiro elemento entre a massa e a punição ao seu inimigo, ou seja, um intermediário que não existiria nesta. Na justiça popular nem mesmo haveria algo como uma justiça abstrata, apenas a experiência do dano, afirma. O tribunal popular seria uma instância neutra que impediria que o dano fosse colocado como irreconciliável, arrefeceria as forças em luta e a decisão não seria o resultado do embate, mas elaborada por um poder superior, inclusive se ele for composto por intelectuais, que são o meio pelo qual a burguesia divulga temas de sua ideologia.

Victor, um maoísta com quem Foucault dialoga, argumenta, citando Marx, que o novo devém do velho. É necessária uma “instância de normalização” (Foucault, 1979, p. 36), que é o tribunal popular. Foucault concorda que, se é uma instância de educação política, a justiça popular pode se integrar à política conjunta do proletariado. Porém, discorda com a ideia de que um tribunal popular possa servir para isso, em sua forma de duas partes em conflito e uma instância neutra. Tal instância, após consultar as leis, diria o que é justo e injusto, o que seria contraditório com a justiça popular. Os que julgam não estariam implicados no conflito e diriam quem é inocente e quem é culpado.

Foucault coloca que os aparelhos de Estado revolucionário, como o Exército Vermelho, não seriam um intermediário entre as massas e seus inimigos, pois foram controlados pelas massas. Serviriam, portanto, não como um terceiro elemento, mas tendo o papel de educação, formação política etc. para as próprias massas terem condições de julgar um inimigo. E essa instância não teria a forma de um tribunal, pois este não educaria. Por outro lado, conclui que só é válido o tribunal popular se instaurar um contra-processo de visibilidade da mentira que o outro e suas decisões têm como verdade. E, assim, a criação do inimigo interno pode

ser questionada, embora sempre de maneira parcial, pois o capitalismo é essencialmente racista. Nesse sentido, podemos pensar, com Denise Ferreira da Silva (2022), que o conhecimento jurídico, econômico, social da modernidade se constrói pela inserção do outro como subjugado e, portanto, progresso algum há na condição negra sob a configuração do mundo tal como está constituído.

Tribunal popular em Junco-MA

Tais discussões nos parecem importantes para o entendimento do tribunal popular que ocorreu no povoado Vilela, no município de Junco do Maranhão (MA). O tribunal em questão, diferentemente dos casos mencionados por Foucault, não pretendia ser uma instância mediadora neutra. Seus objetivos, segundo o principal articulador, o juiz Jorge Moreno, foi o de identificar a responsabilidade dos crimes e denunciar os órgãos estatais envolvidos, tanto por ação, quanto por omissão. Segundo ele, a ideia do tribunal popular é levar a “provocar, acionar e, ao mesmo tempo, denunciar todas as arbitrariedades que estão ocorrendo e ocorreram neste povoado, desde prisões ilegais, passando por assassinatos e essa quantidade de fraudes que tem sido verificada, inclusive pelo Ministério Público” (JMTV, 2024).

De acordo com esse discurso, o tribunal popular teria a função de divulgar as mentiras do sistema judiciário, funcionando, não como uma instância neutra de retenção dos excessos da justiça popular, mas como caixa de ressonância das denúncias feitas pelos(as) lavradores(as) da injustiça daquele sistema. Portanto, trata-se de um dispositivo favorável à justiça popular e ao seu contra-poder.

Segundo os(as) advogados(as) e assessores(as) jurídicos da UCL, Roniery Rodrigues Machado e Fernanda Ferreira Carvalho, a realização do Tribunal Popular representou um marco importante no processo de formação política da comunidade, impulsionando-a em direção a novos desafios. Este momento fundamental foi precedido, alguns dias antes do evento em 7 de março, por uma série de acontecimentos marcantes. Junto à detenção de três indivíduos identificados como pistoleiros e à apreensão de um arsenal de guerra na localidade designada pelos

grileiros como sede de sua fazenda, registrou-se também a prisão de um morador do Povoado Vilela, Isael Batista Silva, como já mencionamos. Ademais, um mandado de prisão estava pendente para Pedro Rodrigues Ferreira, embora este último não tenha sido localizado pela Polícia Civil, sendo então oficialmente considerado foragido. Podemos afirmar que ele se tornou um refugiado interno.

A presença de advogados(as), professores(as), jornalistas e líderes históricos do movimento camponês na ocasião fortaleceu o espírito de luta da comunidade, que se mobilizou com dois objetivos claros: assegurar a libertação de Isael Batista Silva e evitar a prisão de Pedro Rodrigues Ferreira; além de preparar-se para a esperada Visita Técnica da Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Maranhão (CSF/TJMA).

Essa visita técnica, conquistada por meio das manifestações da comunidade, incluindo o bloqueio da BR-316 e da MA-206 em datas anteriores, foi particularmente significativa. Destaca-se o bloqueio da MA-206 no Povoado Vilela em 29 de novembro de 2023, quando a comunidade foi alvo de um ataque, supostamente perpetrado por um policial militar (possivelmente a serviço dos grileiros). Por uma reviravolta inesperada, uma falha mecânica na arma do agressor permitiu que fosse capturado e detido, resultando nas prisões mencionadas anteriormente.

Com o propósito de atingir os objetivos delineados, a comunidade planejou uma série de atividades que não apenas visavam à captação de recursos, mas também à solidariedade com as famílias impactadas pela perseguição estatal. Assim, foram organizados bingos, festas e campeonatos de futebol com o intuito de angariar fundos para essas famílias, cujas finanças domésticas foram prejudicadas pela prisão dos dois trabalhadores.

Por meio das articulações estabelecidas durante as lutas das comunidades que resistem à grilagem de terras, notadamente nos casos de Vilela (Junco do Maranhão/MA), Glória (Boa Vista do Gurupi/MA), Nova Vida (Amapá do Maranhão/MA), Curucal, Santo Antônio e São José do Gurupi (Viseu/PA), e Murujá, Pimenta, Iricuri e Manaus da Beira do Rio Gurupi (Carutapera/MA), observou-se uma repercussão positiva imediata na imprensa, tanto nos veículos de comunicação monopolizados quanto nas mídias alternativas. Destaca-se:

1. Cobertura da TV Mirante: <https://globoplay.globo.com/v/12426988/>;
2. Reportagem do Jornal A Nova Democracia: <https://anovademocracia.com.br/tribunal-popular-junco-maranhao/>;
3. Artigo do Brasil de Fato, acompanhado por um vídeo ilustrativo: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/21/camponeses-realizam-tribunal-popular-para-julgamento-de-crimes-de-grilagem-no-maranhao> e <https://www.youtube.com/watch?v=Gng-g-GAnYZA>;
4. Matéria da Agência Tambor, que discute o contexto político por trás da prisão de Isael Batista Silva: <https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/junco-do-maranhao-tribunal-popular-diz-que-prisao-de-isael-batista-silva-tem-motivacao-politica/>.

Testemunhando a violência

Testemunhos dados durante o Tribunal Popular em Junco-MA, como os que seguem, revelam o estado de exceção no qual se encontram aqueles(as) a quem a justiça subjuga, refletindo não apenas perdas materiais, mas também traumas psicológicos profundos e uma sensação de desamparo perante as instituições que se legitimam como o que garante a proteção dos cidadãos. Diante dos tribunais oficiais, os(as) que testemunham o terror da grilagem são tidos como mentirosos(as). No tribunal popular, em contraposição, a verdade dos fatos é ouvida atentamente, o que é uma forma de publicizar e desindividualizar o trauma e, assim, de politizar. O conflito é a forma como as relações de poder vão buscando um certo equilíbrio, sempre instável, na política. A violência é antipolítica e, portanto, dominação. Para Michel Foucault, o poder é sempre relação, conflito, guerra, estratégia, objetivo, inserido em dispositivos de saber/poder, em que a luta por alterar regimes de verdade não cessa. A dominação é quando não há mais relações de poder, quando uma dada situação nas relações de poder se cristalizou.

Joana Ferreira dos Santos descreve o ato de violência que sofreram, quando seus barracos foram incendiados, utensílios de trabalho foram

roubados, e suas plantações foram destruídas. Ela enfatiza a injustiça dessa situação, destacando que os indivíduos economicamente desfavorecidos também têm o direito legítimo de ganhar seu sustento: “Queimaram duas barracas, levaram as foices e os machados. Destruíram 1 linha de mandioca, uns 5 sacos de milho e 40 sacos de arroz, isso é muita injustiça pois o pobre também tem direito de trabalhar”.

João Cirilo Gonçalves relata a destruição completa do barracão onde residia e trabalhava, perpetrada por indivíduos armados. Ele expressa a sensação de que esse tipo de violência equivale a uma forma de assassinato, associando-a à intenção de usurpar suas terras. Sua narrativa enfatiza a longa trajetória como lavrador e aposentado, ressaltando a luta constante contra a marginalização e a violência: “O pessoal do Gaúcho [apelido do grileiro] queimou o barracão completo, foram todos armados. Isso é um tipo de morte. Eles fazem isso é com intenção de tomar nossa terrinha. Até uma cerca que eu fiz o pessoal derrubou. Já queimaram 3 barracos”.

José Mauro Cardoso Oliveira descreveu a chegada de um grupo acompanhado pela polícia, que resultou na destruição de sua propriedade e de seus meios de subsistência. Ele lamenta a injustiça dessa violência, salientando a resistência do pequeno lavrador diante das adversidades. Sua fala reflete a percepção de ser parte de um grupo social marginalizado, cujas forças para lutar estão constantemente minadas pela discriminação e pela violência institucionalizada: “O Gaúcho [apelido do grileiro] chegou lá com a polícia, tinha 20 sacos de arroz e mandaram a gente sair, furaram os sacos de arroz e queimaram o barraco, depois queimaram os pés de fruta. Isso é muita injustiça pois o pequeno lavrador é lutador”.

Antonio Lisboa relatou a invasão violenta de sua propriedade, onde os invasores consumiram seus alimentos e o agrediram fisicamente. Sua expressão de gratidão às pessoas que lutam em seu favor evidencia a vulnerabilidade e a expectativa dos camponeses em relação ao tribunal Popular: “Quando chegaram disseram que eram do governo, eles entraram, derrubaram o forno, comeram a comida e deram um murro nos meus peitos”.

Bruno Cova, que foi preso pela polícia, denunciou a tentativa de desapropriação de suas terras e reafirma sua determinação em resistir a

essa injustiça: “Eles me prenderam sem eu ter feito nada. O que eles querem é tirar a nossa terra, mas ela é nossa”.

Antonio Mascarenhas compartilhou seu relato aterrorizante de ter uma arma apontada para sua cabeça durante um conflito de terras. Ele destaca a dificuldade de continuar seu trabalho como agricultor, devido à constante ameaça de perda de suas terras, fundamentais para sua sobrevivência: “O Gaúcho colocou a pistola na minha cara, acionou o gatilho mas por sorte não disparou. Tá difícil trabalhar porque querem nossa terra, minha profissão é a roça, só tenho essa área que trabalho há mais de 10 anos”.

Manoel Messias Lopes dos Santos relatou:

Estava num protesto na BR, chegou um senhor querendo furar um bloqueio, não se identificou e a gente não sabia que ele estava armado. Puxou a arma e disse que ia acabar com essa palhaçada, ergui as mãos e ele atirou, o tiro pegou na minha mão. Se ele tivesse se identificado como policial, teria liberado. Geralmente, a gente pensa que é bandido. O caso foi noticiado, mas não falavam do tiro que peguei. Sem poder trabalhar, estou sobrevivendo com a ajuda de amigos, os amigos até fizeram um jogo beneficente, mas tá todo mundo assustado.

Disse enxugando as lágrimas que insistiam em cair, sem, no entanto, impedirem de seguir narrando:

“Perder um dedo é muito triste, logo na mão direita que mais uso para trabalhar. É muito doloroso, nem sei explicar”. Quando o médico estava fazendo o procedimento, o policial que atirou nele entrou na sala com outros policiais e ficaram encarando-o em tom ameaçador. O médico disse que era para ele ficar internado, mas que nesse caso podia ‘vazar’, sendo tratado como se ele fosse o agressor.

A comunidade ainda relatou que despejaram um vidro de veneno dentro do poço. O Gaúcho misturou o veneno com arroz, farinha e corante, mas deixou o litro do veneno no local. Antes, eles tinham esperança de ir e voltar da roça, mas hoje não têm mais. Quando foram registrar o Boletim de Ocorrência, o delegado Di Paula aconselhou

que se retirassem daquela área, pois ela tinha dono e eles não poderiam fazer nada. O delegado também mencionou que, por terem curso superior, matá-los seria o mesmo que matar um cachorro. Isso deixou claro para a comunidade que não havia ninguém por eles. Nestor entrava na casa das pessoas com a polícia ao lado, quando a polícia deveria estar do lado deles. Ele oferecia bezerros, carneiros e dinheiro para os policiais.

O relato sobre o lavrador Edivan Pereira Lima é impactante: ele foi encontrado morto sete dias após desaparecer, em uma cova rasa perto do terreno que ocupava desde 2011, com sinais de tortura em seu corpo. Os posseiros informaram que buscaram ajuda das autoridades policiais, mas nada foi feito para investigar o caso.

A comunidade relatou que a sensação de abandono e impunidade é constante, e que os(as) moradores(as) vivem com medo devido à falta de apoio e proteção das autoridades. As ameaças a que estavam submetidos(as) impediram de trabalhar em suas roças, o que caracteriza uma situação de insegurança quanto ao sustento de suas famílias, ou seja, como colocou um lavrador, “é um tipo de morte” (Contado, 2024).

Maria José Nascimento disse que seu filho foi preso ilegalmente:

Ele não merecia e ficou com depressão e desistiu de ir à Campina. Pegaram ele a caminho do trabalho sem mandado nenhum, prenderam, deram um murro nos peitos dele e ameaçaram matar, tiraram uma foto dele e disseram que iam colocar no túmulo dele. Faz 9 anos que a gente só se ergue em pé porque Deus é bom, mas o coração é cortado de dor.

Esses depoimentos de violência física e psicológica, queima de casas e de roças, ameaças, impossibilidade de trabalhar, ilustram os impactos imediatos do estado de exceção, em que, na justiça da classe dominante, a lei existe, mas não vigora, provocando consequências emocionais e sociais de longo prazo, incluindo a perda de esperança, a desconfiança nas autoridades e a sensação de abandono por parte da sociedade. Testemunham, também, o fato de que, na relação de saber-poder configurada pela modernidade, esses(as) outros(as) do capitalismo são elimináveis, violáveis, abandonados(as). Suas vidas são vidas em forma de morte,

como coloca Norman Ajari (2019), tornadas indignas. Um tipo de morte que antecede o assassinato.

A recusa de humanidade a essas pessoas é a condição de possibilidade de renovação do colonialismo. No entanto, na política, como relação instável de poder/saber, sempre há algo de inexorável, o que escapa à dominação. Esta última só se cristaliza se a violência seguir emudecendo e individualizando as comunidades que sofrem com a transformação de suas vidas em tipos de morte. A política que possibilita uma contraposição à tal transformação faz parte do que Ajari (2019) chamou de política da necessidade. Nota-se que necessidade e política, *zoé* e *bios*, privado e público não se separam na reinvenção da vida para além da catástrofe. Ou seja, a polarização ocidental entre tais termos, no liberalismo, atribuiu ao Estado a gestão da vida biológica. A política da vida é confrontada com a vida como política.

Consequências do tribunal

Após meses de esforços contínuos para esclarecer e persuadir a Prefeitura de Boa Vista do Gurupi/MA, sobre a legitimidade da entrega de declarações de posse, os camponeses obtiveram, após o Tribunal, um documento oficial que reconhecia seu direito à posse das terras que há muito ocupavam. Esta conquista representou um marco significativo após uma jornada de determinação e advocacia incansáveis.

Além disso, a visita Técnica da CSF/TJMA contou com a presença da comunidade camponesa, mas notavelmente ausentes foram os grileiros, que anteriormente haviam sido alvo de uma sentença do Judiciário Maranhense. Esta sentença reconhecia a existência de uma vasta fazenda de 12.000 hectares na região, e os grileiros justificaram sua ausência alegando insegurança na localidade.

O relatório da visita técnica foi contundente ao afirmar a posse dos(as) lavradores(as) na área, destacando que estes trabalhadores rurais são dependentes da terra e não a abandonarão sem resistência. O documento sublinhou que a comunidade não demonstra qualquer inclinação para a beligerância. Este relatório foi anexado ao processo cível em disputa pela posse, que está sob apelação por várias entidades,

incluindo a comunidade, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) e o Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA). A inclusão deste relatório gerou grandes expectativas quanto à possibilidade de anulação da sentença inicial.

O conflito envolvendo a comunidade Vilela foi destacado durante a apresentação do caderno de conflitos agrários da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). No dia seguinte, a cidade de São Luís foi palco de uma manifestação organizada pela FETAEMA, que contou com a participação de 7.000 trabalhadores rurais. Durante o evento, camponeses de Junco do Maranhão, com apoio de estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), distribuíram 3.000 panfletos denunciando a prisão de Isael Batista Silva. Uma faixa foi erguida e a Presidente da Associação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar do Povoado Vilela (ATAFPV), Benedita Corrêa Gomes, fez um discurso denunciando os ataques sofridos por sua comunidade.

Na manifestação em celebração antecipada ao Dia Internacional do Trabalho, camponeses do Vale do Rio Gurupi dirigiram-se à capital para participar do evento. Eles ergueram bandeiras e faixas, destacando não apenas o conflito agrário na Gleba Campina, mas também a realidade dos conflitos agrários em todo o estado do Maranhão, que figura entre os estados com maior número de conflitos dessa natureza. A comunidade Vilela de Junco do Maranhão, junto com outras comunidades ao longo do Vale do Rio Gurupi, esperava com expectativa a libertação de Isael Batista Silva e a revogação do mandado de prisão contra Pedro Rodrigues Ferreira, impulsionados pela realização do Tribunal Popular.

Como resultado do Tribunal Popular e das mobilizações da comunidade, os camponeses obtiveram algumas conquistas importantes, como a entrega de declarações de posse das terras que ocupam e, finalmente, no dia 10 de maio, a revogação do mandado de prisão contra Isael Batista Silva. No entanto, a luta pela revogação do mandado de prisão contra Pedro Rodrigues Ferreira, continua, e a comunidade enfrenta diversos desafios para garantir seus direitos

Conclusão e implicações

Ao integrar reflexões teóricas e práticas, este estudo contribui para ampliar o debate sobre grilagem de terras, pistolagem e para fortalecer as lutas por direitos e justiça social, especialmente no que diz respeito à questão agrária e aos conflitos de terra. Nesse sentido, não podemos deixar de lembrar que a necropolítica, na qual se estrutura o capitalismo, deixa marcas profundas emocionais e físicas. Dentro dele, pode-se apenas mitigar algumas injustiças, desmascarar dispositivos, mas não desmontar o racismo nem as injustiças que o mantém.

Referências

- Ajari, Norman. (2019). *La Dignité ou la mort. Éthique et politique de la race*. Paris: Éd. La Découverte, coll. Les Empêcheurs de penser en rond.
- Contado, João Cirilo. *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024.
- Covas, Bruno. (2024). *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024.
- Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, Michel. (1999). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Gonçalves, João Cirilo. (2024). *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024.
- Lisboa, Antônio. (2024). *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024.
- Mascarenhas, Antônio. (2024). *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024.
- Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- Moreno, Jorge. (2024). Entrevista ao Jornal Mirante (JMTV). Realizada em 11 mar. 2024.
- Nascimento, Maria José. (2024). *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024

Oliveira, José Mauro Cardoso. (2024). *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024.

Santos, Joana Pereira. (2024). *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024.

Santos, Manoel Messias Lopes. (2024). *Depoimento ao Tribunal Popular da Terra*. Junco do Maranhão, 9 mar. 2024.

Silva, Denise Ferreira da Silva. (2022). *Homo Modernus: para uma ideia global de raça*. Col: Encruzilhada. Rio de Janeiro: Cobogó.

GT8 - Povos e comunidades tradicionais, mudanças climáticas no/do capitaloceno e conflitos socioambientais



Mulheres rurais e acesso à terra na África do Sul

Maristela Sena dos Santos
UFMA

Viviane de Oliveira Barbosa
UFMA

Introdução

A conjuntura agrário-fundiária da África do Sul é vinculada diretamente à institucionalização do *apartheid* (1948-1994), regime racial segregacionista, cujos fundamentos resultam da colonização holandesa, desde o século XVII, e inglesa iniciada no século XIX. A estrutura governamental criada historicamente na região instituiu a superioridade dos colonizadores em relação às populações nativas, restringindo o acesso desses grupos à terra, à água e ao gado e transformando a população nativa em força de trabalho. Isso causou por mais de três séculos a dominação política, econômica e militar de uma minoria branca sobre a sociedade sul-africana (Pereira, 2010).

O regime não democrático na África do Sul tinha algumas características distintivas. O governo do *apartheid*, que tomou o poder, em 1948, formalizou divisões raciais que já estavam consagradas em leis, que tinham as suas raízes no colonialismo das comunidades britânicas e bôeres, e que se uniram para formar a África do Sul em 1910. Esta era uma sociedade oligárquica organizada em torno da desigualdade social, política e econômica, que privilegiava uma minoria branca em detrimento da maioria negra (Waylen, 2004, p. 4, tradução nossa).

Uma das principais consequências dessa política consistiu na criação do *Native Land Act* de 1913, que formalizou e instituiu o caráter racial na propriedade de terras. Esta legislação, aprovada por governantes de maioria inglesa, dividia a África do Sul em duas partes: 7% do território nacional foram entregues aos negros (75% da população) e 93% das melhores terras foram apropriadas pela elite branca (10% da população).

Com isso, a propriedade de terras africanas permitida à população negra ficou restrita a reservas nativas (*homelands*) ou bantustões¹, cujo

1. Áreas demarcadas pelo governo em terras comunais nas quais era permitido o direito à posse da terra a negros. A instituição do *apartheid* intensificou as remoções forçadas para essas áreas.

principal modo de posse era costumeiro e administrado por líderes tradicionais. “A proibição direcionava-se a sujeitos que adquiriram terra por meio da compra antes do ato de 1913. Caso a porção de terra não estivesse dentro dos limites das reservas, os proprietários perderiam legalmente o direito àquela terra” (Gotlib, 2010, p. 18).

A Lei entrou em vigor em 19 de junho de 1913, limitando a posse de terras africanas a 7% e, posteriormente, a 13% através do *Native Trust and Land Act* de 1936. Quando o Partido Nacional chegou ao poder, em 1948, as terras urbanas e rurais na África do Sul estavam substancialmente divididas por critérios raciais. O *Natives Land Act* fez com que milhares de famílias negras fossem removidas à força de suas terras pelo governo do *apartheid* para regiões pobres e para municípios mal planejados e com poucos serviços. Não podendo mais sustentar a si mesmas e a suas famílias, as pessoas foram forçadas a procurar trabalho longe de suas casas, o que provocou a migração de trabalhadores para as áreas urbanas ocupadas por brancos.

Comunidades de propriedades livres, que viviam fora das áreas designadas como nativas, eram agora “black spots”² e estavam em perigo de remoção, embora a segurança não estivesse garantida nem mesmo para aqueles dentro das áreas designadas. Os *Land Acts* haviam afetado a segurança quanto à posse dos trabalhadores residentes e as expulsões das fazendas continuavam.

Essa mesma lei prescrevia o controle de trabalhadores e moradores de fazendas negros com a criação de critérios classificatórios severos para a permanência na fazenda, atingindo a maioria da população negra. Muitas famílias, apesar de não ter o registro de compra da terra, moravam na terra há várias gerações, antes de um fazendeiro branco comprar aquele lote do Estado. Estas foram desconsideradas pelo Estado como moradores legítimos e passaram a ser denominados posseiros (*squatters*), grupos menos reconhecidos do que aqueles que tinham o registro de compra da terra (Gotlib, 2010, p. 19)

2. Terras de propriedade livre, compradas por africanos antes de 1913, que não estavam dentro das áreas designadas ou liberadas. Essas terras eram vistas como um ponto negro dentro das áreas brancas.

Mais de três milhões de pessoas, 98% das quais eram negras, foram despejadas das suas casas pelas leis de propriedade do *apartheid* nos últimos trinta anos de sua vigência. Entre 1948 e 1982, somente na zona rural da província de Natal (atualmente Kwazulu-Natal), cerca de 450 000 pessoas foram retiradas à força das suas casas e das suas terras, nos termos da legislação do regime (Harley; Fotheringham, 1999). A implementação da legislação e das políticas do *apartheid* ao longo de muitas décadas produziu grandes disparidades entre grupos raciais no acesso à terra que não desapareceram apenas com a revogação legal (Coles, 1993).

A “democracia” instaurada

A transição do regime de *apartheid* para um sistema democrático na África do Sul significou um imenso desafio para o governo que assumiu o poder, em 1994, com o compromisso de elaborar uma nova constituição e um regime de governo que proporcionasse a todos os sul-africanos a participação na vida social e política, além de equidade no acesso aos recursos. Embora o país fosse reconhecido por ter a economia mais desenvolvida do continente africano, os governantes tiveram de lidar com uma população atingida gravemente por elevados índices de pobreza e violência.

[...] a população negra rural, particularmente os africanos, experimentam os níveis de pobreza mais elevados e estimados em 70,9% comparativamente com as taxas de pobreza nacional mais controversas avaliadas entre 49% e 57%. Ainda que o mapa territorial tenha sido redesenhado em 1994 para eliminar formalmente a distinção entre os dez bantustões e os quatro estados “brancos”, criando nove províncias, as populações negras e brancas permanecem, em grande medida, divididas da mesma forma que estavam sob o *apartheid* (Andrew; Jacobs, 2009, p. 152, tradução nossa).

No final do *apartheid*, aproximadamente 82 milhões de hectares de terras agrícolas comerciais (86% de todas as terras agrícolas, ou 68% da superfície total) estavam nas mãos da minoria branca (10,9% da popu-

lação), e concentradas em poder de aproximadamente 60.000 proprietários. Mais de treze milhões de pessoas negras, a maioria delas atingidas pela pobreza, permaneceram amontoadas nas antigas *homelands*, onde os direitos à terra eram geralmente pouco claros ou inseguros e o sistema de administração da terra estava desorganizado. Estas áreas eram caracterizadas por rendimentos extremamente baixos e altas taxas de mortalidade infantil, desnutrição e analfabetismo em relação ao resto do país. Nas fazendas privadas, milhões de trabalhadores, antigos empregados e suas famílias enfrentaram uma grave insegurança na questão fundiária e falta de instalações e serviços básicos (Lahiff, 2008, p. 1).

Era de se esperar que as questões fundiárias ocupassem um tema central na reorganização do país pós-*apartheid*, já que as políticas fundiárias associadas ao *apartheid* tiveram influência na vida dos sul-africanos, causando grande sofrimento à população não branca com ações generalizadas de desapropriação de terras, determinadas por um sistema de zoneamento racial que reservou 87% das terras para propriedade e ocupação por brancos, que representavam aproximadamente 13% da população (Coles, 1993).

O governo do presidente Nelson Mandela tinha a árdua tarefa de atender demandas que não podiam mais esperar por políticas públicas justas. Era exigido um exercício de equilíbrio para socorrer as populações despossuídas de moradia, educação, saúde e serviços básicos. Por outro lado, havia a demanda pela preservação do setor agrícola comercial e no meio dessa situação, uma nova e frágil realidade política. O governo, liderado pelo Congresso Nacional Africano (ANC), fez a escolha por uma política de reforma agrária em três frentes: restituição da terra, redistribuição da terra, e segurança da posse.

A restituição de terras é um processo legal pelo qual pessoas que podem provar que foram desapossadas de suas terras após 1913 podem recuperar suas terras ou receber devida compensação financeira por elas. A reforma da posse de terras visa abordar a posse insegura nas antigas terras, e a redistribuição de terras tem por intuito corrigir os desequilíbrios raciais na propriedade rural de terras. As estratégias de restituição de terras, reforma da posse de terras e redistribuição de terras do governo sul-africano, inicialmente divulgadas no Programa de Reconstrução

e Desenvolvimento de 1994, e os princípios subjacentes a elas, foram consolidados na nova Constituição da África do Sul, aprovada pelo Parlamento em 1996 (Darroch; Lyne, 2004).

A Lei de Restituição dos Direitos à Terra Nº 22 de 1994, aprofundada pela Restituição da Lei de Direitos de Terra de 2004, prevê a restituição de direitos sobre terras em relação às quais pessoas ou comunidades foram desapropriadas. Considerando o fato de que mais de 3,5 milhões de pessoas e os seus descendentes foram vítimas de expropriação racial e de remoções forçadas, é evidente que uma enorme responsabilidade recai sobre o Estado para dar efeito à restituição dos direitos à terra (Saunders, 2003). Essa lei estabeleceu o Tribunal da Comissão de Restituição de Reclamações de Direitos sobre a Terra para receber e julgar reclamações de restituição, contudo não menciona explicitamente as mulheres como um grupo que merece proteção especial.

Na Constituição, a igualdade de gênero é um princípio básico, estabelecendo que a República da África do Sul baseia-se em quatro valores, um dos quais é “não racismo e não sexismo”. A Constituição prevê o direito de acesso à terra e trata do acesso equitativo à terra, restituição e segurança de posse. A Constituição fornece a base para o reconhecimento legal de direitos costumeiros e informais à terra de pessoas que vivem em terras costumeiras.

A Seção 9, da Lei das Associações de Propriedade Comunal de 1996, protege os interesses das mulheres por meio de disposições não discriminatórias e processos de tomada de decisão inclusivos na posse e uso da terra comunal. Além disso, houve uma proposta de elaboração da Política de Gênero da Reforma da Terra (1997), no intuito de promover a igualdade do gênero, removendo as restrições legais ao acesso das mulheres à terra e ao fornecer metodologias participativas sensíveis ao gênero, assistência financeira para mulheres, registro de terras redistribuídas em nome delas e prioridade para mulheres que solicitam financiamento. Também em 1997, foi decretada a Extensão da Segurança da Lei de Posse (ESTA), com medidas para facilitar a segurança de longo prazo da posse da terra, baseada na não discriminação de gênero.

A Comissão Nacional sobre Igualdade do Gênero de 1998 se tornou responsável por defender e fiscalizar o avanço da igualdade de gênero

nos setores público e privado. Em 1996, a Lei de Proteção Provisória dos Direitos Informais da Terra (IPILRA) já visava garantir a proteção legal temporária para pessoas sem direitos fundiários formalmente reconhecidos, enquanto o governo desenvolvia uma legislação mais abrangente para proteger e regulamentar a posse costumeira.

A política agrária e o papel das ONGs

Muitas das comunidades que, mais tarde, buscaram auxílio da organização não governamental *Association for Rural Advancement* (AFRA)³ foram afetadas pela Lei de 1913, pois as terras em que viviam (e, em alguns casos, possuíam título de propriedade) foram excluídas das áreas designadas como áreas de reserva. A terra de Crimen foi comprada em 1912; a terra de Kwapitela em 1900; a de Charlestown em 1912. A comunidade AmaHlubi e os trabalhadores residentes de Mooibank estavam estabelecidos em suas terras muito antes daquela lei, embora não possuísem título de propriedade (Fotheringham; Harley, 1999, p. 20).

O Ato de 1913 estabeleceu um limite absoluto para as terras que seriam disponibilizadas para assentamento africano. Isso forneceu a base para futuras remoções forçadas, inclusive em terras de propriedade livre africana que passaram a ser designadas “*black spots*” (Fotheringham; Harley, 1999, p. 21).

As pessoas são expulsas das suas casas, carregadas em caminhões e transportadas para locais de realocação, que são numerados e expropriados, as suas casas são demolidas por escavadoras e são impedidas de entrar em certas áreas, tudo nos termos da lei. Existe sanção

3. Criada em outubro de 1979, na província de Natal (atual KwaZulu-Natal), no contexto do regime de apartheid, a organização não governamental surge em um momento de crise provocada pelo programa de remoções forçadas do governo do Partido Nacional (PN), que atingia especialmente moradores de fazendas na área rural. Mesmo com recursos limitados, a AFRA organizou o monitoramento e a documentação de remoções e as condições gerais no interior da província de Natal, opondo-se a injustiças como despejos e agressões por meio de publicações, publicidade na imprensa, reparações legais e através de representações aos órgãos apropriados. A AFRA enfrentou períodos de constante e intensiva violência na zona rural e nas cidades e chegou aos anos 1990 e 2000 ciente de sua responsabilidade para atuar politicamente na sociedade e na reorganização do espaço rural sul-africano pós-apartheid.

legislativa para cada um desses procedimentos (Platzky; Walker, 1985, p. 138 *apud* Fotheringham; Harley, 1999, p. 36, tradução nossa).

Sabendo da urgência e da carência que essas pessoas tinham em relação à informação sobre legislação, a AFRA disponibilizava por meio de panfletos, informações claras e precisas sobre as leis que regiam as políticas estaduais de reassentamento e os direitos que essas tinham em relação a elas. Havia uma preocupação em apurar quais as responsabilidades do Estado ou da agência de reassentamento em relação ao bem-estar das pessoas reassentadas e de informar os canais existentes para resolver as queixas das pessoas ou desafiar a ação do Estado.

Encontramos comunidades onde as pessoas não têm ideia do que significa um aviso de expropriação; onde os avisos de desapropriação não são entregues ao proprietário registrado, mas a quem quer que esteja na casa quando o oficial chega; onde as pessoas estão insatisfeitas com a quantidade de dinheiro que lhes é oferecida pelas suas terras, mas estão demasiado assustadas ou ignorantes para contestar a avaliação oficial; bem como onde as pessoas declararam repetidamente que não querem se mudar, mas de qualquer maneira receberam (e posteriormente repudiaram) avisos de expropriação (Memorandum, 1982, tradução nossa).

Em um memorando de 1982, redigido em quatro páginas, a AFRA descreve comunidades afetadas pelo reassentamento e tipifica a natureza das leis que lhes são aplicadas. As *black spots* ou “áreas em má situação” eram propriedades negras em distritos que o governo considerava de “brancos”. A população negra era forçada a ocupar as áreas de reserva (*homelands*) ou *bantustões*. Somente proprietários com mais de 42 acres se qualificavam para compensação de terras. O restante tinha de disputar lotes determinado pelo município em um “assentamento mais próximo”. Além dos proprietários, havia geralmente um grande número de inquilinos que alugavam terrenos residenciais e agrícolas aos proprietários. A maioria destas comunidades foi estabelecida no final do século XIX e

no final da década de 1970, ainda existiam cerca de 140 deles em Natal.

Segundo o Departamento Nacional de Agricultura (NDA), em 1991, estas antigas terras (*homelands*) cobriam 17 milhões de hectares, ou cerca de 13,9 por cento da área nacional. Estas leis impediam os africanos de possuir terras em áreas agrícolas brancas e os agricultores brancos de arrendar as suas terras a arrendatários e meeiros negros. Em alguns casos, os agricultores africanos recorreram à troca da sua mão de obra pela utilização de terras pertencentes a agricultores brancos – os infames acordos de arrendamento de mão de obra que persistiram em partes de KwaZulu-Natal e da província de Mpumalanga (Darroch; Lyne, 2004).

A classe de trabalhadores agrícolas, *labour tenancy*, tinha um acordo de serviço de seis meses (poucas vezes registrado) com o dono da fazenda como forma de aluguel da terra para o plantio e o pasto do gado. Apesar de tornada ilegal pela Proclamação 2.089 no Diário do Governo nº 6.663, de 21 de setembro de 1979, esta forma de trabalho era praticada em muitas fazendas.

Para além do seu confinamento às reservas, a proibição da propriedade da terra por africanos negros, contribui para o incremento de outro tipo específico de relação de trabalho e moradia rural: a residência de famílias negras em fazendas de brancos, em troca da provisão de trabalho ou de pagamento por produção da terra. Esse modo de uso da terra, conhecido em inglês pelo termo *labour tenancy*, orientou-se por várias formas que misturaram pagamentos em trabalho, dinheiro ou produtos agrícolas. É também importante notar que, em certos casos, os antigos moradores negros das áreas concedidas para os colonizadores brancos, acabaram por se tornar trabalhadores nas novas fazendas estabelecidas na mesma área em que já habitavam (Rosa, 2012, p. 362).

A AFRA mantinha contato também com a categoria *fulltime farmworkers* e os advertia contra as ameaças de demissão alegadas pelo empregador “porque são deficientes, são demasiado velhos, são considerados trabalhadores insatisfatórios, os filhos mais novos já não querem trabalhar para o agricultor, a fazenda foi vendida, etc” (Memoran-

dum, 1982, tradução nossa). As condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas não estavam determinadas pela Legislação de Conciliação Industrial em vigor e, por isso, os donos das fazendas, abusavam do direito de oferecer um prazo legal de pré-aviso para despedir um trabalhador pelos motivos que desejasse.

Os trabalhadores despedidos ficavam em situação de vulnerabilidade sem ter alojamento e emprego alternativos. A maioria tentava evitar mudar-se para assentamentos oficiais mais próximos ou campos de reassentamento, porque isso exigia livrar-se dos rebanhos e adaptar-se a um ambiente muito diferente e estranho. No entanto, poucos conseguiam encontrar alternativas noutras fazendas ocupadas por brancos e muitos aglomeravam-se em *black spots* existentes, onde enfrentavam uma ameaça adicional de reassentamento.

A categoria *squatters* era comumente conhecida como invasores em fazendas. O termo era usado indiscriminadamente para se referir a arrendatários e também a trabalhadores agrícolas em tempo integral. No sentido estrito, referia-se a famílias que viviam em fazendas de brancos sem trabalhar para o agricultor. Em alguns casos, poderia haver um acordo privado entre o *squatter* e o proprietário da terra, incluindo o pagamento da renda. Na maioria dos casos, os *squatters* são ilegais, residindo em terras sem a permissão do proprietário ou a sanção do Estado. Muitas vezes são pessoas que trabalhavam para o proprietário e se recusaram a se mudar após serem avisadas, porque não tinham para onde ir (Memorandum, 1982).

Relações de gênero no contexto rural

Embora os dados acima, sobre as classes de trabalhadores, sejam alarmantes, de fato, a categoria social mais atingida pelas políticas impostas pelo *apartheid* é a das mulheres rurais, que representam 53% da população, e 71% delas vivem abaixo da linha de pobreza, dispondo de apenas 350 Rands por mês (atualmente, cerca de R\$ 97,71), enquanto 62% estão desempregadas (Comitê Nacional de Terras, 2003).

Um conjunto de fatores materiais representado por pobreza rural, degradação da terra e níveis elevados de falta deste recurso entre a po-

pulação rural sul-africana, apresenta um padrão internacionalmente conhecido de desigualdade entre homens e mulheres da mesma classe, em termos de acesso e controle sobre terras escassas e outros recursos, incluindo oportunidades de geração de rendas, bem como em termos de autoridade dentro dos agregados familiares e das organizações comunitárias. A privação particular das mulheres rurais como categoria social em relação aos homens tem sido exacerbada pelo legado das políticas de trabalho migrante e dos bantustões desenvolvidas pelos governos brancos minoritários do regime colonial segregacionista e do *apartheid* (Walker, 1998, p. 4).

A maioria das populações rurais pobres é negra – e mais de metade dos agregados familiares rurais são chefiadas por mulheres. Originalmente, isto é consequência em grande parte do sistema de trabalho migratório do *apartheid* e em muitos casos levou a agregados familiares duplos, dividindo a família e o matrimônio. Além disso, os produtores de bens de subsistência na África do Sul são, sobretudo, as mulheres, cultivando alimentos em condições cada vez mais difíceis, com muito pouca terra, por vezes conseguindo obter um excedente para trocar localmente (Andrew; Jacobs, 2009, p. 155).

Embora haja uma variedade de sistema de posse comunal, as mulheres geralmente não se qualificam para possuir terras independentemente da tutela dos homens. As regras de acesso e herança tendem geralmente a favorecer os homens em detrimento das mulheres, e as mulheres com filhos em detrimento das que não os têm. Assim, embora a constituição atual da África do Sul seja considerada progressista em termos de gênero, as mulheres são discriminadas em todos os sistemas de posse – consuetudinários e estatutários.

Apesar dessa dura realidade, as mulheres sul-africanas das zonas rurais resistem às formas de dominação e lutam por acesso independente e igualitário à terra, incluindo a redução da pobreza, a autonomia econômica, social e política e o seu bem-estar geral, o uso eficiente da terra, a promoção da igualdade feminina e o desafio à opressão masculina (Agiwal, 1999 *apud* Mann, 2000, p. 5).

Essas mulheres começaram a lutar e a fazer valer os seus direitos à terra ao longo dos últimos 30-40 anos, em grande parte como lugar da

luta contra o *apartheid* e as instituições das *homelands* criadas por esse sistema. Os resultados desta luta têm surgido muito lentamente, em grande parte devido à relutância dos homens em aceitar as mudanças informais e legislativas que proporcionaram a atribuição de direitos à terra às mulheres, porque isso também resultaria na conquista de autonomia das mulheres e direitos de cidadania independente, reduzindo assim o poder masculino dentro do agregado familiar e da comunidade (Cross; Hornby, 2002, p. 41-42).

Com o propósito de combater um regime hostil e violento e assistir a população negra, alguns movimentos e organizações não governamentais despontaram em diferentes territórios do país (Barbosa; Cunha, 2023). A *Association for Rural Advancement* (AFRA) se formou em função dos problemas e demandas agrárias da província de Kwazulu-Natal, atuando em conexão com outros movimentos e organizações. Na década de 1990, criou o programa *Rural Women's Project*, coordenado por Sizani Ngubane, para auxiliar mulheres rurais quanto à sua organização econômica e seus direitos fundamentais, como o acesso à terra.

O programa deu origem ao *Rural Women's Movement* (RWM) de Kwazulu-Natal, fundado no final da década de 1990, para atuar na defesa de mulheres rurais, promovendo a autonomia de suas ações, ampliando seus espaços de atuação produtiva e econômica, valorizando suas identidades e buscando garantir seu acesso à terra (Barbosa; Cunha, 2023).

O engajamento demonstrou que o trabalho das mulheres africanas adultas supera significativamente o dos homens africanos nas áreas rurais. No entanto, na maioria dos casos, elas não são produtoras rurais independentes, e seu acesso à terra geralmente é mediado por seus relacionamentos com os homens. As relações determinadas pela tradição (leis costumeiras) e as legislações vigentes causam a marginalização econômica das mulheres. Embora não sejam mais definidas constitucionalmente como menores perpétuas aos olhos da lei, as mulheres continuam a ser tratadas como subordinadas aos homens, e essa subordinação é defendida por muitos em nome da tradição e da cultura africana.

A crescente escassez geral de terra e a fome de terra aumentaram a vulnerabilidade das mulheres. A violência política em certas áreas tem sido acompanhada

por um aumento horrível nos incidentes relatados de violência masculina contra mulheres (muito melhor documentada nas áreas urbanas do que nas rurais), e os sistemas familiares e redes de apoio social em geral estão sob enorme estresse. Os altos níveis de demissão na indústria mineira estão exacerbando esses problemas, com migrantes masculinos retornando às suas casas rurais com pouca esperança de encontrar trabalho assalariado novamente. Ao mesmo tempo, como resultado da divisão de trabalho por gênero nas áreas rurais, as mulheres têm a principal responsabilidade por grande parte do trabalho associado à produção de alimentos e, novamente, devido à divisão de trabalho por gênero, as mulheres são mais sobrecarregadas com outras responsabilidades exigentes em termos de trabalho e energia, como coleta de lenha e água, culinária e cuidados infantis. Tudo isso significa menos tempo e energia para a produção agrícola (Walker, 1998, p. 4, tradução nossa).

Para a maioria das mulheres rurais, a terra é predominantemente um meio de sobrevivência e subsistência e um recurso produtivo em tempos de pobreza e elevado desemprego. A maioria das mulheres rurais enfrenta grandes obstáculos no que diz respeito ao acesso legítimo e seguro a esse recurso (Mann, 2000, p. 5).

Nas zonas rurais, o acesso à terra implica posse segura, ou título, decisão sobre o melhor uso da terra, ter o direito de dispor dela de uma forma que maximize os rendimentos e, finalmente, o direito de herdá-la e transferi-la para os filhos. É extremamente difícil para as mulheres terem acesso à terra nos antigos bantustões, dado que o tamanho dos campos é fixo e os campos não podem ser legalmente subdivididos, a maioria das áreas sob posse estatal tem longas listas de espera para campos aráveis, e os candidatos do sexo masculino ainda são preferidos. Normalmente, as mulheres ainda não recebem terras por direito próprio sob esta posse (Cross; Friedman, 1997 apud Mann, 2000, p. 5-6).

A questão do acesso à terra pelas mulheres negras se torna mais difícil porque a atribuição consuetudinária de terras é inerentemente pa-

triarcas e está ligada a práticas consideradas tradicionais. Direito costumeiro ou consuetudinário é um conjunto de regras e normas que regem a alocação, o uso, o acesso e a transferência comunitária da terra e de outros recursos naturais (FAO, 2002). Algumas cláusulas legais do direito consuetudinário não permitem a propriedade conjunta de terras por casais, bem como divergem os princípios de herança e leis de casamento com as leis civis que regulamentam o acesso à terra. Os sistemas costumeiros de posse de terra não são estáticos: evoluem ao longo do tempo em resposta às mudanças no ambiente institucional, econômico e físico.

Outro conceito ligado à realidade das mulheres rurais é o de terra por herança, que significa a prática de assumir a terra de uma pessoa falecida. Embora a lei formal reconheça a igualdade entre os homens e mulheres numa herança, as práticas costumeiras discriminam a mulher. O pluralismo jurídico é a existência de múltiplas instituições jurídicas, não legais e extralegis, que regem a terra numa área geográfica. As várias práticas baseadas na lei, religião e/ou práticas costumeiras não são usadas de forma consistente na gestão de recursos. Os diversos costumes, regras e leis podem contradizer, complementar ou serem mutuamente excludentes.

Obviamente, como já observado na literatura sobre o tema, o controle da terra por líderes locais significa muito mais uma herança do *apartheid* e de sua reversão das leis costumeiras do que um princípio local anterior à chegada dos estrangeiros.

Nas antigas comunidades *bantustãs*, a terra era, e em algumas áreas ainda é, controlada e distribuída à comunidade pelos chefes e pelo conselho, pelo chefe ou pelos responsáveis agrícolas agindo em nome do magistrado distrital ou do ministro do Gabinete. Sob este sistema de propriedade de terras, os líderes tradicionais hereditários e os seus conselhos eram responsáveis pela atribuição de terras mantidas sob custódia do Estado, especialmente depois de o Estado do *apartheid* ter aprovado a Lei das Autoridades Negras. Esta legislação criou um sistema pelo qual os líderes tradicionais eram utilizados para implementar políticas e leis do *apartheid* (Mann, 2000, p. 2, tradução nossa).

Os direitos à terra e a segurança da posse das mulheres nos antigos bantustões foram moldados pela maneira como o colonialismo, bem como o *apartheid* distorceram os sistemas costumeiros. Tanto os Estados colonial quanto do *apartheid* se basearam nos anciãos masculinos para definir o conteúdo do direito consuetudinário. Isso resultou em um sistema de direito consuetudinário que destacou os elementos patriarcais do costume e do direito consuetudinário.

Isso contribuiu ainda mais para a legitimação de uma narrativa que apagou os direitos das mulheres à terra e fez com que este acesso dependesse de seus maridos, pais ou parentes masculinos. Foi o domínio dessa narrativa que obscureceu o fato de que historicamente as mulheres tinham direitos reconhecidos à terra como esposas, irmãs e filhas.

Leis como o Código de Direito Zulu de Natal, Proc R151 de 1987, deram às mulheres o status de menores e as colocaram sob a autoridade de seus pais e, ao se casarem, de seus maridos. A capacidade das mulheres de reivindicar seus direitos à terra dependia da concessão do chefe masculino da família ou do líder tradicional. Isso não apenas dificultou o acesso e a segurança delas à terra, mas também significou que predominantemente só podiam acessar a terra como esposas.

Como a expectativa dominante é normalmente a de que as mulheres se casem e se mudem de sua casa natal, irmãs e filhas solteiras ficam em desvantagem, pois suas tentativas de reivindicar a terra na casa da família são rejeitadas com base na ideia de que seu “lugar” deve ser na casa de seus maridos (Clark; Luwaya, 2017, p. 25).

No que diz respeito ao direito costumeiro da África do Sul, os casamentos consuetudinários não são totalmente reconhecidos como válidos, mas são reconhecidos na corte dos líderes tradicionais. Então, a discussão é sobre se esses casamentos devem ser plenamente reconhecidos. Outra problemática é a dos casamentos duplos, pois cônjuges de um casamento consuetudinário podem casar-se novamente na igreja ou perante um magistrado. O registro e outras formalidades nos casamentos consuetudinários não são obrigatórios na África do Sul e é por isso que a Comissão Jurídica Sul-Africana é de opinião que todos os casamentos consuetudinários devem ser registrados. Isso também ainda está em discussão. Segundo o direito consuetudinário, a poligamia é

aceita e um homem pode casar-se com tantas mulheres tiver condições. No que diz respeito às relações de propriedade e gestão de propriedade, o direito consuetudinário não tem regras claras sobre as relações entre cônjuges e bens. Portanto, as esposas podem ficar em desvantagem na dissolução do casamento. A esposa não tem plenos direitos de possuir e controlar propriedades (Mhago; Samson, 1998, p. 2-3).

O entendimento que as mulheres têm sobre segurança de posse diverge daquele do Estado.

As mulheres definem a segurança de posse não apenas em termos de ter acesso à terra como parte de um agregado familiar; querem saber que têm acesso independente à terra, a fim de se dotarem de segurança física, social e psicológica, além da segurança econômica. A atual legislação fundiária não proporciona às mulheres o que elas consideram ser segurança de posse; fornece-lhes terras apenas se permanecerem com os seus parceiros ou com os seus filhos (Mhago; Samson, 1998, p. 5-6, tradução nossa).

Em situações nas quais, em tese, as mulheres podem comprar a terra no mercado fundiário, elas estão limitadas por vários fatores socioeconômicos e a situações de vulnerabilidade, que incluem o analfabetismo, a falta de capital e de instrumentos, a falta de garantias, de formação e experiência em gestão agrícola. Embora, em teoria, as mulheres tenham o direito de receber terras, ou mesmo de herdá-las, na prática isso raramente acontece. No entanto, como as políticas do governo do apartheid levaram a elevados níveis de migração laboral para fora das áreas rurais, durante décadas a maioria dos ocupantes rurais nas reservas eram mulheres (Harley; Fotheringham, 1999, p. 120).

Segundo Walker (1998, p. 15), algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres sul-africanas se concentram na falta de capacidade por parte do governo em organizar políticas públicas. Por outro lado, a força das atitudes patriarcais, aliada à aparente relutância do governo em intervir ativamente para restringir os poderes das autoridades tradicionais em nível local, a ausência de um forte lobby de organizações de mulheres que façam campanha pelos direitos das mulheres à terra nas áreas

rurais, juntamente com a pressão real sobre o governo para obter resultados rápidos, também contribuem para a desarticulação da luta pelos direitos das mulheres.

A Declaração de Direitos da Constituição afirma que todos são iguais perante a lei e têm o direito à igual proteção e benefício da lei. A África do Sul é, desde 1995, signatária da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), no entanto, ainda não existe uma lei que preveja o acesso independente das mulheres à terra no país. O acesso e a segurança da posse de uma mulher dependem de ser ela capaz de persuadir as autoridades tradicionais quanto a sua necessidade (Mutangadura, 2004, p. 9).

Mesmo o Projeto de Lei de Terras Comunais não fornece uma disposição clara e direta que garanta que as mulheres não sejam discriminadas. Os consultores indicaram que é necessário que esse projeto inclua categoricamente uma cláusula afirmando que as mulheres podem possuir terras por direito próprio (Mutangadura, 2004, p. 10).

Há que se considerar que, formalmente, a Lei dos Casamentos Costumeiros (Lei Nº 120 de 1998) reconhece e concede a ambos os cônjuges estatuto igual e capacidade igual para adquirir bens e sua alienação, celebrar contratos e contestar. Mas, apesar disso, de acordo com o Painel Consultivo Presidencial, ainda não existe uma lei costumeira que conceda às mulheres o direito de possuir terra de forma independente. Por outro lado, existe a Lei de Promoção da Igualdade e Prevenção da Discriminação Injusta (Lei Nº 4 de 2000), a qual proíbe sistemas que impedem as mulheres de herdar propriedades e políticas familiares ou condutas que limitam injustamente o acesso das mulheres aos direitos sobre a terra, finanças e outros recursos.

Apesar dessas garantias formais previstas em legislação, o controle das terras nas áreas rurais sul-africanas fica a cargo dos conselhos locais de chefes tradicionais. A própria Política de Posse da Terra Comunal, instituída em 2014, propôs a transferência dos limites externos das terras costumeiras para os conselhos tradicionais, dando a estes o poder de gerir e controlar o desenvolvimento de quaisquer áreas de propriedade comunal, incluindo áreas designadas para pastagens, florestas e rios. Nessas terras costumeiras, as famílias individuais detentoras de direitos

sobre a terra receberiam apenas direitos institucionais de uso. Por outro lado, a Lei de Terras Comunais de 2016, reforçou o controle dos líderes indicando que, ao menos, 60% das famílias numa comunidade tivesse a sua terra costumeira administrada por um conselho tradicional, uma Associação de Propriedade Comunal ou o *Ingonyama Trust* (conselho regulador no território dos zulus).

À guisa de conclusão

Nos últimos 30 anos, as pesquisas têm demonstrado que há uma transição comportamental no universo das mulheres rurais sul-africanas. Elas têm cada vez mais consciência de que o direito sobre a terra só é seguro quando possuem a igualdade no gozo de todos os direitos à terra. Isto inclui o direito a aceder, usar, herdar, controlar e ter posse da terra. Além disso, elas têm vivido mais, conseguem mais oportunidades de educação e de mobilidade e escolhem ter menos filhos.

Por fim, elas se mantêm em constante movimento, pressionando o Estado para que cumpra a obrigação de eliminar todas as formas de discriminação de gênero, um exercício diário de uma parte da sociedade sul-africana que sabe o quanto custou seus esforços e lutas para chegar até aqui.

Referências

AFRA (1982). *Memorandum on Research Topics Concerning the Law and Resettlement*. Origins of AFRA and Historical Background, Box 1. Pietermaritzburg: The Association for Rural Advancement.

Andrew, Nancy; Jacobs, Peter. (2009). *Nutrindo a pobreza rural – relações agrárias inalteradas na África do Sul*. Conference Paper, n. 3, Maputo, 2009.

Barbosa, Viviane; Cunha, Sarah Noemi. (2023) Mulheres Zulus e a Association for Rural Advancement (AFRA). In: Figueiredo, Marina *et al.* (2023). *Coletânea UEMA Produzindo Conhecimento* (Ciclo 2021-2022). São Luís: Editora Pascal, p. 766-777.

Clarck, Michael; Luwaya, Nolundi. (2017). *Communal Land Tenure 1994-2017: Commissioned Report for High Level Panel on the Assessment of Key Legislation and the Acceleration of Fundamental Change*, an initiative of the

Parliament of South Africa. Michael Clark and Luwaya Land and Accountability Research Centre (LARC), 2017. Disponível em: <https://www.parliament.gov.za>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Coles, Catherine. (1993). Land Reform from Post-Apartheid South Africa. *Boston College Environmental Affairs Law Review*, v. 20, p. 699-759.

Cross, Catherine; Hornby, Donna. (2002). *Opportunities and obstacles to women's land access in South Africa*. Cidade do Cabo: National Land Committee.

Darroch, Mag; Lyne, Mike. (2004). *Land redistribution in Kwazulu-Natal, South Africa*: Five census surveys of farmland transactions, 1997-2001. BA-SIS CRSP Management Entity Department of Agricultural and Applied Economics, University of Wisconsin-Madison. Wisconsin.

Fotheringham, Romy; Harley, Anne. (1999). *AFRA – 20 Years in the land rights struggle – 1979-1999*. Pietermaritzburg: AFRA.

Gotlib, Joyce. (2010). *Getting people back to the land: Interdependência entre Governo e ONGs na produção de beneficiários por terra da província de KwaZulu-Natal, África do Sul*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/Universidade Federal Fluminense.

Lahiff, Edward. (2008). *Land Redistribution in South Africa: Progress to Date*. Cape Town: PLASS, University of Western Cape.

Mann, Michele. (2000). *Women's access to land in the former bantustans: Constitutional Conflict, Customary Law, Democratisation and the role of the State*. Programme for Land and Agrarian Studies School of Government University of Western Cape, Occasional Paper Serie, n. 15, Bellville.

Mhago, Fanelwa; Samson, Melanie. (1998). *A gender analysis of recente South African Land Reform*. Rwanda: United Nations Development Fund for Women (UNIFEM).

Mutangadura, Gladys. (2004). *Women and land tenure rights in Southern Africa: a human rights-based approach*. Africa Conference - Land in Africa: Market Asset, or Secure Livelihood? London.

Pereira, Analúcia Danilevicz. (2010). A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição compactuada (1910-1994). In: Visentini, Paulo; Pereira, Analúcia (orgs.). (2010). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, p. 35-64.

Rosa, Marcelo. (2012). A terra e seus vários sentidos: por uma sociologia e etnologia dos moradores de fazenda na África do Sul contemporânea. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, mai/ago, p. 361-385.

Saunders, Suzette. (2003). *Land Reform in South Africa: an analysis of the land claim process*. Masters in Public Management and Governance at the Potchefstroom/University for Higher Education.

Walker, Cherryl. (1998). Land Reform and Gender in Post-Apartheid South Africa. United Nations Research Institute for Social Development. UNRISD Discussion Paper, Geneva: UNRISD, n. 98, October 1998.

Walker, Cherryl. (2001). *Piety in the sky? Gender policy and land reform in South Africa*. United Nations Research Institute for Social Development. Geneva: UNRISD.

Waylen, Georgina. (2004). *What can the South African transition tell us about gender and democratization?* Centre of Advancement of Women in Politics School of Politics. Occasional paper # 9, Belfast, 2004.



GT8 - Povos e comunidades tradicionais, mudanças climáticas no/do capitaloceno e conflitos socioambientais

Necropolítica e diferença colonial: uma análise dos conflitos entre as histórias locais e os projetos globais a partir dos crimes ambientais em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE)

Watilla Cirqueira Leite¹
UFMA

Introdução

Tal como disserta Walter D. Mignolo (2003) acerca de suas análises para pensar os choques entre “projetos globais e histórias locais” no contexto de *decolonialidade do poder*, o presente artigo suscita pensar o mesmo fenômeno social que se manifesta a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), e só foi possível a partir de nossa própria condição de moradora, bem como por intermédio das conversas informais com outros moradores locais/atingidos e, por fim, dos diálogos com colegas/pesquisadores em disciplinas que tratam da temática, além de uma pesquisa bibliográfica.

Os anos 2000 representam para as comunidades tradicionais, posseiros, ocupantes que cuidam e vivem do extrativismo, entre outros sujeitos da Região Tocantina², um novo avanço potencial das políticas neoliberais que se estendem até os dias atuais. Entre tais avanços se destaca a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) – um projeto global que atinge diretamente sujeitos imersos em organizações e dinâmicas socioespaciais cobiçadas e apropriadas pelo capital, assim, consideramos necessário um *pensamento liminar* sobre as fronteiras internas e externas de modo que seja possível observar a *diferença colonial* (Mignolo, 2003), bem como um olhar sobre o que se compreende como a *fronteira de expansão*, lugar de conflitos socioambientais e de alteridade (Martins,

1. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq. É bolsista pelo (a) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil (2023). Participou do grupo de estudos LATPOR (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Territórios Populares e suas Representações). E-mail: cirqueira.watilla@discente.ufma.br.

2. Fronteira que liga os estados do Maranhão e Tocantins e se localiza entre o Cerrado e a Amazônia Legal. Há décadas essa região vem sofrendo com os impactos ocasionados pela expansão do capitalismo, através de construções de hidrelétricas e com o avanço do agronegócio.

2019) – mas e, sobretudo, lugar de múltiplas (re) existências e de pertencimento coletivo.

O rio Tocantins, que banha essa região, possui grande volume de água em decorrência das constantes chuvas, por esse motivo, tem sido de grande interesse para o capital, além das terras em suas proximidades. Foi/é neste contexto que pessoas são atingidas pelas “boiadas” do Estado neoliberal, uma realidade que se intensificou após a eleição do ex-presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro. Muitas vidas foram e estão sendo violentadas por essa lógica, através dos mais variados crimes socioambientais, tais como: assassinato de ativistas e ambientalistas por madeireiros e mineradores³, assim, extração ilegal de madeira e minérios; desapropriação e desterritorialização de terras indígenas, quilombolas e ribeirinhas através de conduções forçadas e violentas por meio do aparato estatal. Ademais, crucial enfatizar que através de um significativo crescente populacional, houve um aumento da violência urbana nas cidades atingidas pela UHE, o que implica no aumento da criminalidade e na relação estabelecida na conjuntura da guerra às drogas, a qual atinge diretamente as populações marginalizadas e estigmatizadas.

Segundo a Constituição Federal (CF/1988), a partir da Lei de Crimes Ambientais (Lei Nº 9.605/98), são considerados crimes dessa natureza: agressões, danos e a destruição da fauna e flora, poluição ao meio ambiente, bem como as ações contra o ordenamento urbano, patrimônio cultural etc. Todavia, há contradições ao que está posto na Constituição, uma vez que na sociabilidade capitalista, ou seja, na organização do Estado neoliberal, leis ambientais são descumpridas, o que implica na suspensão dos direitos humanos e sociais. Da mesma maneira, a ideia de sustentabilidade vem sendo apropriada pelo capitalismo desde meados da década de 1960, embora continue desapropriando e utilizando os recursos naturais como mola do capital (Reigota, 1994; Leff, 2010).

Em orientação ao que foi colocado, acreditamos que o desrespeito a essas leis e aos direitos humanos ocorrem para que se materialize o

3. Não podemos deixar de citar crimes recentes como os assassinatos dos caciques Jorginho Guajajara, em 2018, do cacique Paulo Paulino Guajajara, em 2019, do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, em 2022. Fundamental destacar que esses crimes ocorreram durante a necropolítica conduzida pelo atual Governo Federal, e também do genocídio ocorrido na pandemia por Covid-19.

Biopoder e a *Necropolítica* (Foucault, 1989; Mbembe, 2016) na vida de sujeitos descartados pelo capital, mantendo a *decolonialidade e diferença colonial* em função do avanço dos projetos globais (Mignolo, 2003). Os autores e conceitos citados são fundamentais para que o leitor compreenda os mecanismos que sustentam e nutrem a política da morte, cuja “seiva orgânica” é composta de *corpos abjetos* e/ou corpos que não importam (Butler, 2003), portanto, violências que permeiam nas interseções de gênero, raça, classe etc.

Entretanto, o poder pressupõe resistências, assim, evidenciamos que é, também, nesse cenário de poder que os atingidos iniciaram ações de resistência, através de organizações civis locais e regionais como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). A priori, podemos observar esses movimentos de lutas e resistências na imagem 1, que se trata da linha do tempo até a retomada definitiva da construção da Usina:

Imagem 1 - Quadro da linha do tempo da Usina Hidrelétrica de Estreito - UHE.

Linha do tempo Usina Hidrelétrica de Estreito
Julho 2002 Ceste vence leilão da Aneel
Abril de 2005 Obtenção da Licença Prévia
Janeiro/ Fevereiro de 2005 Audiências públicas nos municípios
Dezembro 2006 Obtenção da Licença de Instalação
16 de Abril de 2007 Início do acampamento em frente ao empreendimento
25 de Abril de 2007 Justiça paralisa obras em Estreito (ação movida por Cimi e MAB)
Junho de 2007 Obras são retomadas por decisão do TRF da 1ª Região
11 de março de 2008 Segundo acampamento em frente às obras em Estreito (MA)
18 de março de 2008 1ª reunião de negociação. Manifestantes deixam usina
7 de abril de 2008 2ª reunião de negociação
11 de abril 3ª reunião, em que o governo desautoriza criação do foro
6 de junho de 2008 Justiça federal paralisa as obras (ação movida pelo MPF)
23 de junho de 2008 Obras são retomadas por decisão do TRF da 1ª Região

Fonte: Repórter Brasil, 2008.

Com base nos expostos, observamos que o controle de corpos em torno de impactos socioambientais é impulsionado pela ideia de “progresso” e pela modernidade que permeia a dinâmica do capital e orienta as práticas violentas do Estado em suas decisões sobre a vida e morte de pessoas. Por isso surgiu a vontade e necessidade em pesquisar e escrever sobre os impactos socioambientais, tendo como objeto as áreas de abrangência e os denominados “atingidos” pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), posto que esses grandes empreendimentos são os que mais atravessam o meio ambiente ao mesmo tempo em que recebem financiamentos bilionários do Banco Mundial (Porto-Gonçalves, 2006), sendo assim, representam a lógica capitalista bem como suas contradições representadas pelas medidas sustentáveis.

De acordo com o site do Consórcio Estreito Energia (CESTE), o grupo é formado pelas empresas Engie, Vale, Alcoa e InterCement, e a Usina possui capacidade nominal instalada de 1.087 MW. O Instituto Socioambiental noticiou no dia 17 de outubro de 2012, dia da inauguração do empreendimento, o custo da obra em 4 bilhões de reais⁴. Todavia, os prejuízos e danos causados ao meio ambiente são incalculáveis. E a dor dos familiares de operários mortos durante a construção da barragem? Como indenizar vidas ceifadas, avôs/avós, pais/mães e filhas/filhos assassinados pela ausência de segurança de trabalho? Como recuperar os campos santos? E as espécies de peixes que foram extintas, as quais serviam como base alimentar e econômica dos ribeirinhos e demais pessoas? As terras inundadas que servem como sustento para diversas populações ribeirinhas, consideradas sagradas para os indígenas e necessárias à população em geral, como recuperá-las? E o rio, vai morrer também? Essas são algumas das perguntas que foram feitas pelos atingidos, antes, durante e depois da construção da UHE – dados colhidos em pesquisa bibliográfica, conversas informais com atingidos e pesquisadores do tema, e com uma empresa terceirizada que trabalha com preservação e reparação do meio ambiente.

4. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/usina-de-estreito-entre-maranhao-e-tocantins-vai-ser-inaugurada-hoje>>.

Desenvolvimento

Cenário socioambiental antes da construção da Usina

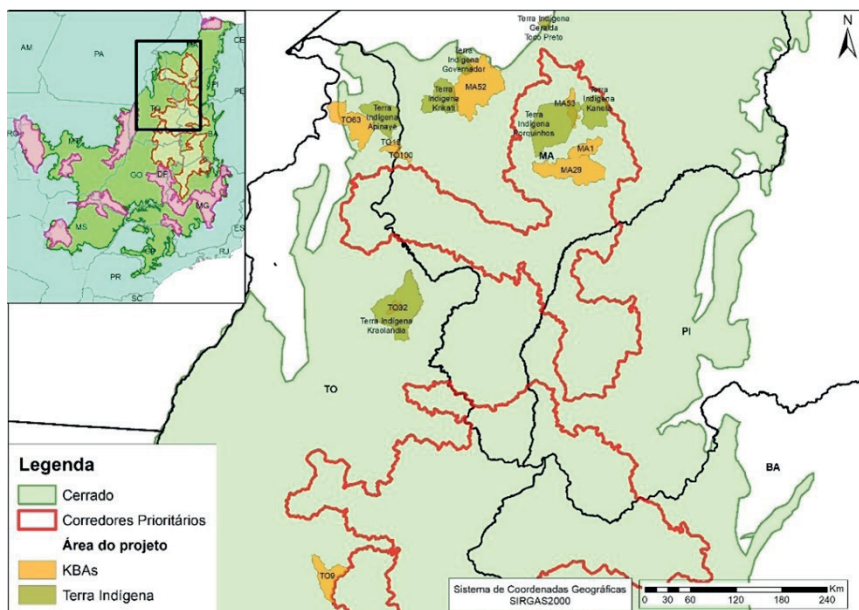
O sul-maranhense e a Região Tocantina tem sido cenário para a expansão do capital em setores do agronegócio e, entre as décadas de 20 e 50, a cidade de Carolina (MA) assumiu uma importância regional comparável à que as cidades de Araguaína (TO) e Imperatriz (MA) representam atualmente, pois nessa época, existia em Carolina um movimentado entreposto comercial baseado no transporte fluvial pelo Rio Tocantins, através do qual ligava-se a Belém, capital do Pará. Além disso, ali estavam as melhores escolas e hospital da região, e as primeiras concessionárias de automóveis, agências de Banco (Banco do Brasil, Caixa Econômica, etc), salas de cinema, fábricas e aeroporto, até hoje operacional, embora sem linhas comerciais. Tudo mudou com a construção da BR-010 (Belém-Brasília), uma vez que a viagem pela rodovia era mais segura e estável do que o trajeto pelo rio, cheio de pedras e cachoeiras em certas épocas do ano. O eixo do desenvolvimento mudou para os municípios à beira da estrada, propiciando, inclusive, a emancipação da cidade de Estreito (MA), então um distrito de Carolina. Com estrada, ponte e ferrovia (Norte-Sul), Estreito vivenciou um crescimento econômico progressivo, apesar do marasmo característico da maioria dos municípios do Sul do Maranhão. A virada dos anos 2000 trouxe outra expectativa: a retomada do antigo projeto do governo federal de construção de hidrelétricas no Rio Tocantins.

A área de abrangência do empreendimento de construção da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE) compreende um trecho do Rio Tocantins no qual localizam-se doze (12) municípios, sendo dois (2) deles no Estado do Maranhão (Carolina e Estreito) e dez (10) no Estado do Tocantins (Aguianópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeiras, Palmeirante e Tupiratins). Estes municípios encontram-se à montante, ou seja, na parte do rio que se transformou em reservatório para a usina. Aguiarnópolis é a única exceção à jusante, na parte abaixo da usina em que o rio mantém (ou manteria) seu nível natural.

Historicamente, é uma região muito ligada à agropecuária, em especial a margem direita do Tocantins, anteriormente conhecida como os sertões de Pastos Bons, nome da cidade mais antiga do Sul do Maranhão, nas proximidades do Rio Parnaíba, divisa com o Piauí, de onde vieram os vaqueiros que tomaram posse desse território através do enfrentamento violento com a população originária, um verdadeiro genocídio das etnias indígenas que formam o grupo conhecido como Timbira (Nimuen-dajú, 1944), que falam a língua Jê, do tronco Macro-Jê.

Na imagem 2, a seguir, apresentaremos o mapa da organização territorial dos povos Timbira, nos municípios de Montes Altos/MA, Lageado Novo/MA, Sítio Novo/MA, Fernando Falcão/MA, Barra do Corda/MA e Amarante/MA, já no estado do Tocantins os municípios de Tocantinópolis/TO, Itaguatins/TO, Goiatins/TO e Itacajá/TO:

Imagem 2 – Mapa de Articulação dos povos Timbira.



Fonte: CEPFCERRADO, 2019.

Com se observa no mapa, além das terras indígenas (TI) dos povos Krahô (Terra Indígena Kraolandia) e Krikati (Terra Indígena Krikati), foram também impactadas as TI dos povos Apinajé (Terra Indígena Apinayé), Gavião Pykobjê (Terra indígena Porquinhos) Apanjekrá-Canela (Terra Indígena Kanela), tendo em vista que suas terras estão localizadas dentro da área de influência indireta do empreendimento.

O mapa é fruto do trabalho da indigenista Juliana Noletto, e foi desenvolvido pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF, na sigla em inglês para *Critical Ecosystem Partnership Fund*), e ressalta que o objetivo geral do estudo realizado desde 2000, na região, é:

Fomentar a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) no Cerrado, por meio da consolidação de uma rede de indígenas Timbira, de modo a reforçar o papel destes povos e seus territórios como importantes áreas de conservação dos recursos naturais e da sociobiodiversidade associadas, respeitadas as questões geracionais e de gênero. (CEPFCERRADO, 2019).

Abaixo, segue uma figura simbólica dos indígenas Apinajé fazendo colares de sementes, antes dos impactos da UHE:

Imagem 3 – fotografia dos indígenas do povo Apinajé, antes da construção da UHE.



Fonte: Repórter Brasil, 2008.

Entretanto, estas comunidades e terras não foram incluídas no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), como relata a reportagem realizada pelo site EcoDebate, em 11 de agosto de 2008, que destacou a preocupação das populações indígenas com a construção da UHE, evidenciando as falas das lideranças indígenas:

O meio ambiente significa vida para nós. Estamos comprometendo as futuras gerações. É isso que o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento, iniciativa do governo federal que reúne investimentos na área de infra-estrutura] quer? ”, provocou Sheila Apinajé, representante do Conselho das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia Tocantins (Coiat), durante audiência pública realizada no Senado Federal, em maio. (EcoDebate, 2008).

Antônio Veríssimo, liderança Apinajé da aldeia Areia Branca, na Terra Indígena (TI) Apinajé, adiciona. “Esse argumento de que gera emprego é vago. A matança de seres humanos também gera emprego. Guerra também gera emprego. A preservação do nosso rio, por exemplo, também gera emprego: pesca e turismo”, critica. “É a omissão do governo que está gerando o conflito”. (Cf. EcoDebate, 2008).

Diante disso, fica evidente que antes da construção da UHE, houve muita resistência por parte das comunidades tradicionais, algo salientado também, em pesquisas realizadas pelo Etno-Ecológicos do Centro de Trabalho Indigenista, no ano de 2006, as quais apontam os impactos esperados com a implementação da barragem no município de Estreito/MA, bem como ressalta que o desenvolvimento da obra já estava sendo discutida pela Eletronorte em 1970. Os estudos servem como importante documentação do trabalho indigenista, e ressalta como os indígenas Timbira resistiram e resistem ao capital:

No final do ano de 2004 os estudos de complementação foram entregues ao IBAMA e foi marcada uma nova rodada de audiências públicas a serem realizadas em cinco municípios (nos estados do Maranhão e Tocantins) nos meses de janeiro e fevereiro. Nessas audiências estiveram presentes representantes indígenas das áreas que sofrerão impactos com a construção da UHE Estreito (Krahô e Apinajé no estado do Tocantins e Krĩkati e Gavião-Pykopjê no estado do Maranhão). Esses representantes indígenas sabiam que não tinham sido contemplados devidamente nos estudos realizados e participaram ativamente dessas audiências públicas, indagando sobre a exclusão a que tinham sido submetidos. Não houve respostas imediatas aos seus questionamentos e a Funai foi procurada por esses representantes indígenas para saber como esse órgão do Governo Federal estava se posicionando quanto a esta questão. Outro motivo para se procurar a Funai foi o não envio de nenhum representante deste órgão para as audiências públicas já realizadas. (Cf. EcoDebate, 2005).

Para Walter D. Mignolo (2003), esses projetos globais se chocam e entram em conflito com diversas formas de ser e de viver no mundo. Por isso, o autor considera as histórias e os saberes locais: narrativas, cosmologias, cotidiano dos interlocutores e a própria experiência do/a pesquisador/a enquanto sujeito da/na pesquisa em região fronteira, tal qual a região atingida pela UHE. Assim, o intelectual ressalta uma profunda análise das consequências do avanço colonial convertida em *colonialidade global e do poder*. O pensamento liminar proposto por Mignolo (2003) nos convoca a pensar sobre este resultado a partir do silenciamento daqueles que lutam contra o avanço da modernidade e dos projetos globais, como as comunidades e terras que não foram incluídas no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizado pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE).

De forma semelhante, Achille Mbembe (2016) enfatiza que por influência do que ele denomina *enclaves econômicos*, a sociedade e Estado tomam forma de *máquina de guerra* para a gestão de uma política econômica. A máquina, novamente ameaçava adentrar o chamado “inferno verde⁵” para cortar e inundar vidas Timbira e tantas outras vidas descartadas, mas que resistiram e resistem, muito embora o projeto de expansão e extermínio dessas pessoas tenha sido colocado em prática. Conforme Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011a):

É que se trata de fluxos, de estoques, de cortes e de flutuações de fluxos; o desejo está em toda parte em que algo flui e corre, de modo que sujeitos interessados, mas também sujeitos embriagados ou adormecidos, são arrastados por ele para desfiladeiros mortais (Deleuze; Guattari, 2011a, p. 143).

Assim compreendemos que, sem força contra o Estado, nem os indígenas, nem os demais movimentos de atingidos conseguiram evitar a catástrofe, haja vista boa parte da população urbana ter apoiado o empreendimento e o discurso acerca do tal progresso.

5. A Amazônia foi/é denominada Inferno Verde desde a colonização até a atualidade neoliberal com seus projetos globais que se expandem rumo ao tal progresso e na modernidade.

O “progresso” e os impactos socioambientais nas áreas de abrangência da UHE

Além da destruição da fauna e flora, precisam ser levados em consideração impactos ambientais, como a violência urbana, tendo em vista o aumento do número de pessoas circulando durante e após a construção da usina. Tais impactos não se restringiram apenas ao município de Estreito, mas a todos os municípios atingidos.

Segundo as contribuições teóricas de Achille Mbembe (2016, p. 125), ao tratar do conceito de *necropolítica*, tendo como referência o conceito de *biopoder* do filósofo Michel Foucault (1997), atenta para a maneira perversa como o neoliberalismo conduz sua política, ressaltando que: “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Os crimes ambientais, portanto, expõem a *necropolítica* que alimenta a perversidade do Estado de exceção, na medida em que suspende o estado de direito à vida, assim, provoca o controle da vida de sujeitos, adoecendo e mortificando-os. Nesse sentido, a ideia de “progresso” neoliberal destrói patrimônios materiais tangíveis e patrimônios imateriais e intangíveis, visto que esse sistema se sustenta com a banalização da morte, seja de corpos ou das memórias, através da violência e com aval do Estado.

Desse modo, percebemos essas questões de vida e de morte que atravessam o cotidiano das populações que ainda resistem à UHE. Como se observa em imagens veiculadas pela reportagem do Brasil de Fato, em 2019, atualmente, centenas de atingidos que perderam suas terras e que não foram indenizados, buscam por áreas de ocupações para plantio de alimentos e com isso garantirem o sustento de suas famílias:

Imagem 4 – fotografia das atividades realizadas por famílias de atingidos que foram expulsas inúmeras vezes do território analisado.



Fonte: Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 22 de fevereiro de 2019.

Contudo, a reportagem destaca que essas famílias estão sendo expulsas dessas terras, sendo jogadas a própria sorte. Estas, resistiram e lutaram contra a aprovação do projeto no âmbito político e, posteriormente, iniciaram suas lutas diárias contra a repressão policial utilizada para conter os movimentos sociais de resistência ao capital, aqui destacados. Não foi ao acaso que a primeira medida tomada pelo poder público e pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) foi a construção do 12º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão, na entrada do primeiro canteiro de obras, com intuito de garantir o *biopoder*, já que:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. (Foucault, 1989, p. 82).

Nessa ótica, Mbembe (2016), ao citar Frantz Fanon (2006), destaca que essas estratégias de controle e descarte de corpos são inerentes às práticas de expansão do capital, sobretudo em regiões de fronteira e colonização:

Frantz Fanon descreve vivazmente a espacialização da ocupação colonial. Para ele, a ocupação colonial implica, acima de tudo, uma divisão do espaço em compartimentos. Envolve a definição de limites e fronteiras internas por quartéis e delegacias de polícia; está regulada pela linguagem da força pura, presença imediata e ação direta e frequente; e isso se baseia no princípio da exclusão recíproca. (Mbembe, 2016, p. 135).

Com o início das obras de construção civil, em 2007, os habitantes dos municípios diretamente envolvidos e cidades próximas perceberam a realidade efetiva da instalação do empreendimento de construção da usina, trazendo como consequência o imediato aumento da especulação imobiliária, devido ao aumento da procura por imóveis pelas empresas terceirizadas vinculadas ao Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável pela construção da usina. Outras empresas e pessoas também se instalaram, principalmente no município de Estreito (MA), o qual teve um aumento significativo do número de suas pessoas, passando de 25 mil pessoas para 80 mil no auge da construção da barragem, como já havia sido mencionado. Esse surto demográfico teve como consequência a oferta de empregos e um aumento significativo da poluição ambiental e da criminalidade, simultaneamente.

As transformações mais drásticas na paisagem ocorreram no próprio rio Tocantins, que passou rapidamente da fase da ensecadeira (processo de engenharia hidráulica que consiste em desviar o leito do rio) para a construção das fundações da barragem. Nesse ponto, houve as detonações que causaram rachaduras nas casas em bairros de Estreito mais próximos da área de construção da barragem. A explicação oficial é que há um depósito de areia abaixo da camada de rocha onde fica o leito do Rio Tocantins e as ondas sísmicas das explosões viajam através desse depósito até alcançar as casas que foram danificadas. O fato é que muitas pessoas tiveram imóveis danificados e algumas foram indenizadas ou re-

ceberam reforma após acionarem os Centros de Informação e escritório do CESTE. Muito importante destacar a atuação insuficiente dos poderes públicos, em especial o judiciário, no atendimento às reclamações da população com relação aos impactos causados pelo empreendimento. A alternativa mais viável e de resposta mais segura eram as associações dos atingidos pela barragem de Estreito e de cada município, apesar da relativa morosidade dos processos.

Porém, o processo mais catastrófico foi o alagamento da área de impacto da UHE Estreito, localizada às margens do rio Tocantins. Embora cerca de 40% dessa área encontrar-se em Carolina (MA), a maioria na zona rural, vastas porções urbanas foram atingidas, como por exemplo, a beira-rio de Babaçulândia (TO), que teve sua população ribeirinha totalmente deslocada para um bairro construído pelo CESTE. Ainda em Babaçulândia, foi inundado um povoado, a Palmatuba, onde moravam as integrantes de uma associação de quebradeiras de coco babaçu:

Imagem 5 – Fotografia da Agrovila de Palmatuba, bairro das quebradeiras de coco babaçu, que foi inundado



Fonte: Repórter Brasil, 2008.

A maioria das mulheres quebradeiras preferiu morar em outras cidades após receberem suas indenizações. A beira-rio da cidade de Filadélfia (TO), também teve sua paisagem totalmente modificada, com significativo deslocamento de pessoas e reorganização do espaço.

Segundo relatos de colaboração concedidos pelo cientista social e mestre em Sociologia Rafael Oliveira Cruz, o qual trabalhou como mobilizador social em uma empresa terceirizada que desenvolveu o Programa de Comunicação Social do PBA da barragem, esse último item implicou na execução de um programa específico do Projeto Básico Ambiental da UHE: o programa de supressão vegetal, o qual consistia no desmatamento de cerca de 30% de toda a área que seria inundada. Incluso a esse programa havia subprogramas para demolição de imóveis, limpeza de resíduos e remoção de campos santos, ou seja, a exumação e transferência de restos mortais para cemitérios na área urbana de seus respectivos municípios atingidos. Em Carolina (MA), o alagamento da área impactada também modificou a paisagem da beira-rio, além de alcançar muitos bairros através dos córregos que cortam a cidade, sendo prova disso que sete (7) pontes na zona urbana tiveram que ser reconstruídas antes do alagamento.

Durante todo esse processo, que durou cinco (5) anos, e mesmo após a inauguração da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), em 2012, os municípios receberam algumas obras e, por exemplo: novos prédios para delegacias, postos de saúde e escolas; doações de ônibus escolares e ambulâncias; instalação de Corpo de Bombeiros em Estreito (MA); instalação de um Museu Histórico em Carolina (Cruz, 2023), entre outros itens, previstos no PBA.

Em relação a esses atravessamentos e violências estatais de cunho físico e simbólico em função do projeto global representado pela UHE, evidenciamos a partir da proposta analítica de Mignolo (2003) essa *diferença colonial* enquanto uma condição da América Latina e da modernidade como sendo um desdobramento do imperialismo e da política colonialista nas Américas, assim, as afetações sentidas por quem vive na fronteira são compreendidas como um legado da colonização e sujeitadas por todas as formas de governo historicamente constituídas no Brasil, até hoje.

Para Vainer (2008), tais empreendimentos são deflagradores de mudanças sociais, visto que esse processo de mudança acarreta em problemas socioambientais como os citados, sobretudo por causa do agronegócio, e da mesma maneira, pela construção de usinas hidrelétricas. Os problemas socioambientais afetam drasticamente o dia-a-dia das comunidades atingidas pela UHE, como afirma o professor e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) Laylson Mota Machado et al. (2021), que disserta sobre as “memórias alagadas” devido o processo de *desterritorialização* das populações ribeirinhas, em prol da construção da UHE.

Em entrevista via *WhatsApp*, Machado nos relata sobre as lutas vivenciadas por uma pessoa atingida que foi realocada (expulsa) para a cidade de Estreito/MA, a qual sofreu e ainda sofre com os processos de adaptação:

Eu conheci uma senhora, há muito tempo. Ela foi para cidade, foi indenizada e realocada no bairro Lagoa dos Patos. A vida cotidiana dela foi totalmente modificada. Conversei com ela em 2014 e, por causa da narrativa dela que continuei com essa temática. Ela não se adaptou a cidade, chegando a desenvolver depressão. O lugar que ela vivia, era uma fazenda que havia sido dos pais, e assim passou de geração em geração, tendo toda família vivendo por ali. Tentaram resistir muito, mas, como ela mesma disse, o CESTE tentou negociar as indenizações, mas pela tamanha resistência chegou a dizer “Se vocês não saírem por bem, vão acabar igual formiga, carregando tudo na cabeça” (Machado, 2023).

A partir deste fragmento das falas de Machado, propomos um diálogo com Mignolo (2003), por entender as dinâmicas em função do projeto global aqui analisado como parte do sistema mundial colonial/moderno, as quais não estão no centro, mas nas fronteiras internas e externas. Na medida em que se expandem, evocam mudanças que deflagram uma nova realidade, criando novas formas de poder e também de re-existências. Quando os interesses do CESTE, representante do sistema mundial colonial/moderno, entram em conflito com os interesses da moradora atingida, observamos a *diferença colonial* proposta pelo autor, bem

como fica evidente o choque entre projetos globais e histórias locais a partir de cosmovisões contrárias

Ainda segundo o entrevistado, as ocupações nos acampamentos, entre eles o Acampamento Coragem, o qual ele acompanha de perto, é a forma que muitos dos atingidos utilizam para reivindicar os seus direitos. No caso das ocupações, é necessário enfatizar que são organizadas por aqueles que não foram reconhecidos pelo CESTE como atingidos, ou seja, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), prevalece nesse tipo de empreendimento a visão patrimonialista, visto que somente os detentores de escritura da terra foram indenizados.

As contradições do capitalismo em torno da sustentabilidade

O sistema capitalista se configura e se reconfigura nos atravessamentos sociais. A depender do contexto, possui *modus operandi* em constantes adaptações para manter a máquina funcionando, o que se resume em continuar lucrando às custas da exploração e destruição da vida humana. Para tanto, vende a ideia de sustentabilidade, que na verdade é uma reparação aos danos por ele causados.

De acordo com as especificações do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), os programas ambientais executados antes, durante e depois da construção da barragem têm por objetivo mitigar os impactos ambientais na área diretamente envolvida na construção da usina e no enchimento do reservatório. Atualmente, encontra-se em execução o Monitoramento Hidrogeológico (responsável por observar as mudanças ocorridas no nível de água dos aquíferos da região), o Monitoramento da *ictiofauna e ictioplâncton* (peixes e plantas aquáticas), o Monitoramento de Quelônios (tartarugas), entre outros. São empresas terceirizadas que executam esses programas ambientais enviando relatórios mensais ao contratante, o CESTE, e ao IBAMA.

Segundo o Consórcio Estreito Energia, são desenvolvidas ações junto à comunidade, principalmente vinculadas à conscientização da preservação do meio ambiente, identificadas pelos seus agentes como educação ambiental. Além dessas empresas, em Estreito/MA, a Secretaria

do Meio Ambiente Municipal acompanha a execução desses programas através de fiscalização.

Em entrevista com a empresa B. LTDA, de assessoria ambiental⁶, que presta serviços para o Consórcio (CESTE), constatamos que a mesma trabalha com os impactos diretos através de alguns programas específicos como *ictioplâncton* e *ictiofauna*. Dentro desses programas a empresa realiza trabalhos sobre às rotas migratórias de peixes e identificação de espécies nas jusantes e montantes do rio; monitoramento de botos, quelônios, lontras e jacarés; fauna terrestre e atividade pesqueira. O representante da empresa, que inclusive mora em Estreito, informou que mais de 10 espécies de peixes foram, possivelmente, extintas por causa da Usina, e que mesmo o trabalho de assessoria ambiental não é suficiente para reparar os danos causados pelo empreendimento.

Ademais, nas inúmeras conversas informais com moradores e atingidos nos municípios de Estreito/MA, Tocantinópolis/TO e Aguiarnópolis/TO, as narrativas evidenciaram o descontentamento da maior parte dessas pessoas, visto que tiveram suas dinâmicas socioculturais afetadas, de modo que alguns perderam a interação com a natureza, suas casas, terras, sustento, amigos e/ou familiares – perderam a relação com o lugar e até mesmo o interesse pela vida.

Considerações finais

Gô

Água que corre pelo cerrado
passa na reserva com muito
alegria, dando vida a vários
seres no mundo, como fauna e
flora para o mundo ser feliz.
A água que passa na reserva
com muita alegria,
dando vida para os indígenas e não indígenas

6. O nome da empresa e de seu representante não foram divulgados com intuito de manter sigilo.

*que vive nos povoados
e também para os passarinhos,
animais que vivem na mata.*

(Poema de autoria da indígena Percília Dias
Morais Apinajé)

Esta breve pesquisa abordou os atravessamentos que atingem o cotidiano de pessoas que são descartadas pelo Estado neoliberal e por sua política de morte. A partir da análise dessa realidade catastrófica, o artigo detectou a contradição entre a legislação ambiental que através do PBA indica uma percepção de meio ambiente que incluem a sociedade humana e os interesses econômicos dos empreendedores, os quais visam unicamente o lucro obtido pela exploração dos recursos naturais, violência e genocídio de pessoas.

Hoje, as populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas etc., padecem por causa dos estragos causados pela UHE, mas não apenas isso. Os projetos globais utilizam de muitas armas para a morte e extermínio dessas populações, o Marco Temporal, por exemplo, enquanto estratégia jurídica do Estado assassino ou sistema mundial colonial/moderno, tem sido uma arma contra as populações indígenas. Mas, como sempre, os indígenas seguem lutando:

Imagem 6 – Fotografia do Povo Apinajé da região do Bico do Papagaio, no Tocantins, em luta contra o Marco Temporal



Fonte: Jornal Desacato, 2021.⁷

Além dos conceitos aqui abordados que possibilitaram melhor compreensão acerca dos crimes ambientais do capitalismo, um outro exemplo dessa postura é a fala de um dos engenheiros responsáveis pela construção da barragem, colhida de uma das peças publicitárias distribuídas em CD-ROMs pelo CESTE: “Antes aqui só havia o rio, agora temos tudo isso aqui”, referindo-se à estrutura do barramento, vertedouro, barragem e casa de força. Essa frase nos mostra a cultura anti-vida, e a maneira como seres humanos são descartados na sociedade capitalista, ao desconsiderar que os seres humanos são parte da natureza e somos multiespécies ou multiplicidades existenciais.

7. Disponível em: <<https://desacato.info/povo-apinaje-da-regiao-do-bico-do-papagaio-no-tocantins-luta-contr-o-marco-temporal/>>.

A percepção recorrente entre as grandes empresas que utilizam o meio ambiente apenas como fonte de recursos naturais minimiza os impactos causados a humanidade, sobretudo aos desumanizados, como um mal necessário diante da urgente necessidade do que consideram progresso.

Nesse cenário, a sustentabilidade é apenas uma palavra, um artifício propagandístico. Embora o PBA apresente uma visão que integra meio ambiente e sociedade humana, tudo é submetido ao pretensão interesse público, no caso a produção de energia elétrica, inegavelmente necessária, mas é possível questionar os seus custos humanos e ambientais.

Apesar disso, todos os problemas que surgiram com a instalação da UHE-Estreito, provocaram a necessidade de uma forte organização e colaboração entre os atingidos, um passo importante na formação de uma consciência política e anticapitalista, bem como de uma consciência humana e ambiental.

Referências

Brasil, Repórter. (2008). Quadro da linha do tempo da Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE. Imagem 1. 8 x 10 pixels. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentamincertezas/#:~:text=A%20Usina%20Hidrel%C3%A9trica%20\(UHE\)%20de,elementares%20ainda%20permanecem%20em%20aberto](https://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentamincertezas/#:~:text=A%20Usina%20Hidrel%C3%A9trica%20(UHE)%20de,elementares%20ainda%20permanecem%20em%20aberto). Acesso em 01 jul. 2022.

Brasil, Repórter. (2008). fotografia dos indígenas do povo Apinajé, antes da construção da UHE. Imagem 3. 8 x 10 pixels. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2008/08/barragem-muda-o-ambiente-e-a-vida-de-quem-depender-da-bacia/>. Acesso em 01 jul. 2022.

Brasil, Repórter. (2008). Fotografia da Agrovila de Palmatuba, bairro das quebradeiras de coco babaçu, que foi inundado. Imagem 5. 8 x 10 pixels. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2008/08/barragem-muda-o-ambiente-e-a-vida-de-quem-depender-da-bacia/>. Acesso em 01 jul. 2022.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

B. LTDA. (2022). *Entrevista com funcionário da B. LTDA, empresa de assessoria ambiental, que presta serviços para o Consórcio Estreito Energia (CESTE)*. Entrevistador/a: Watilla Cirqueira Leite. Realizada em 12 jul. 2022.

CEPFCERRADO. (2019). Mapa de Articulação dos povos Timbira. Imagem 2. 8 x 10 pixels. Disponível em: <https://cepfcerrado.iieb.org.br/projeto/articulacao-dos-povos-timbira-para-a-implementacao-da-pngati/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CESTE. (2022). CESTE - *Consórcio Estreito Energia | Usina Hidrelétrica Estreito*. Disponível em: <http://uhe-estreito.com.br/>. Acesso em 05 jul 2022.

Cruz, Rafael Oliveira. (2023). *Memórias Unidas nas Margens da Divisa": Patrimônio Cultural & Prática Museal em Carolina*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão.

_____. (2021). *Entrevista com o cientista social, mestre em Sociologia (UFMA) e ex- mobilizador social de uma empresa terceirizada que desenvolveu o Programa de Comunicação Social do PBA da barragem*. Entrevistador/a: Watilla Cirqueira Leite. Realizada em 10 jan. 2021.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. (2011). *O anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34.

_____. *Mil platôs*. (2012). Vol. 5. São Paulo: Editora 34.

Desacato, Jornal. (2021). Fotografia do Povo Apinajé da região do Bico do Papagaio, no Tocantins, em luta contra o Marco Temporal. Disponível em: <https://desacato.info/povo-apinaje-da-regiao-do-bico-do-papagaio-no-tocantins-luta-contr-o-marco-temporal/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

Fanon, Frantz. (2006). *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Fato, Brasil de. (2019). Fotografia das atividades realizadas por famílias de atingidos que foram expulsas inúmeras vezes do território analisado. Imagem 4. 8 x 10 pixels. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/22/expulsos-duas-vezes-atingidos-por-usina-podem-ser-despejados-em-15-dias-no-tocantins>. Acesso em: 02 jul. 2022.

Foucault, M. (1989). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Leff, Enrique. (2010). *Discursos Sustentáveis*. São Paulo: Editora Cortez.

Machado, L. M.; Sieben, A.; Medeiros de Almeida, R. C. *Memórias alagadas: nova cartografia social dos impactos causados pela UHE de Estreito à comunidade ribeirinha de Palmeiras do Tocantins-TO*. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 16, n. 41 Ago., p. 186-211, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/59551>. Acesso em: 20 julho. 2022.

_____. (2022). *Entrevista com o professor e doutorando em Sociologia (UFPEL) Laylson Mota Machado*. Entrevistador/a: Watilla Cirqueira Leite. Realizada em 30 jul. 2022.

Martins, José de Souza. (2019). *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto.

Mbembe, Achille. (2016). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, p. 122-151.

Mignolo, W. (2003). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. (2006). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira.

Reigota, M.A.S. (1994). *O que é educação ambiental?* São Paulo: Brasiliense.

GT11 - Sociabilidades e políticas da diferença nas fronteiras amazônicas



Quadros Interpretativos das Ações Coletivas na Vila Esperança em Imperatriz-MA

Glenda Almeida Matos Moreira
UFMA

Introdução

Para a construção do presente trabalho, tivemos como objetivo examinar, a partir da observação da luta por moradia Vila Esperança, em Imperatriz-MA, a construção dos “quadros de injustiça” (*frames of injustice*) em documentos escritos, declarações públicas e protestos produzidos pelos moradores e empreendedores do movimento social.

Após o início da pandemia tal trabalho foi continuado por meio de suportes tecnológicos como o *Google Maps* e *Google Street View*. O acervo fotográfico de 2014, 2020 e 2021, oriundo do Laboratório de Pesquisa sobre Cidades e Imagens (LAEPCI), os relatórios da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), os documentos históricos da Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança (AMAVE), tais como as atas de criação e de reuniões durante as ameaças judiciais de despejo, e os recortes jornalísticos e declarações públicas de agentes situados no referido campo foram também essenciais à pesquisa.

Tendo em vista os objetivos traçados na pesquisa, buscamos delimitar o conceito de enquadramento interpretativo e sua aplicação para o estudo de movimentos sociais. A primeira linha a ser fixada está exatamente nos estudos de Erving Goffman, em consulta à obra “Os Quadros da Experiência Social”. O autor define o que são os quadros da experiência social a partir de uma perspectiva de interação social em que o indivíduo, diante de uma situação cotidiana, observa a realidade e age, ordinariamente, de acordo com esquemas (enquadramentos). Esses esquemas, por consequência do viés interacionista, não são construídos em solilóquio, ao contrário, são elementos da cultura de um grupo (GOFFMAN, 2012). Portanto, o indivíduo, ao se deparar com as situações e contextos sociais, com frequência agirá segundo enquadramentos já estabelecidos.

Nessa reflexão, estão presentes no campo estudado a luta e os quadros interpretativos, no intuito de compreender a ação coletiva na Vila

Esperança, analisando os quadros de injustiça moldados na luta por moradia. Entendemos que assim como para a formação e existência do movimento é preciso que os agentes tenham habilidades e códigos apreendidos em outros espaços, para tratar da questão da moradia, não podemos apenas nos ater à causa material de ausência de um lugar para viver como único elã engajador de um movimento social.

Dessa forma, é preciso também refletir sobre outras causas, agentes e instituições, verificando as tensões existentes “por dentro” e “por fora”. Em contraposição à formação desse “nós”, observaremos o “eles” apontado pela Vila, em uma rede de relações permeada pelas oportunidades e restrições políticas, que favorece a agência, e a possibilidade de modificação do quadro. Sendo assim, com a delimitação do elemento da injustiça, colhemos as pistas sobre a compreensão das ações coletivas da Vila Esperança na luta pela moradia.

Quadros interpretativos das ações coletivas: A questão da moradia na formação da AMAVE

Para compreender a ação coletiva na Vila Esperança, analisando os quadros de injustiça moldados na luta por moradia, foi necessário antes compreender a cidade, os conceitos de enquadramentos interpretativos que fundamentam esta pesquisa, o método da interação com os moradores do bairro – compreendendo seu cotidiano e suas trajetórias traçadas até ali, para então empreendermos o movimento mais de perto.

Ao tratar sobre a luta pela moradia no contexto de São Paulo, Maria da Glória Gohn compreende que essa questão acompanha a formação da cidade, sendo “uma sucessão de atos de resistência e busca de condições mínimas de sobrevivência” (1991, p.61). Nessa concepção, a autora define cinco tipos¹ de luta por moradia observadas durante os anos 80, das quais duas podem ser paralelizadas na situação da Vila Esperança: luta pelo acesso à terra e à habitação e luta pela posse da terra (GOHN, 1991, p.61).

1. “Modos de Organização: 1. Lutas pelo acesso à terra e à habitação; 2. lutas pela posse da terra; 3. lutas no âmbito dos processos construtivos; 4. lutas dos inquilinos; 5. lutas de proprietários pobres: protesto contra a qualidade da moradia dos programas oficiais e legalização da propriedade da terra.” (GOHN, 1991, p.61-62)

Foi possível observar que a organização da AMAVE foi costurada com a presença de agentes internos e externos, mobilizando redes de apoio à formação do bairro. Dessa maneira, são inseridos e manejados conceitos de direitos, afim de autorizar e legalizar as reivindicações dos moradores da Vila. Exemplo disso é a citação numérica de artigos da Constituição do Brasil na primeira ata, além da repetição em outras atas dessa compreensão de “direitos” sobre a terra e principalmente sobre a moradia.

Nas atas de reunião da AMAVE, o “direito à moradia” é sempre lembrado como um norte, como é possível observar em 4 de fevereiro de 2018, na fala de *Tonhão*² “invasão é pra quem realmente tem necessidade”, ou mesmo na “Declaração de Compromisso”, em que é repisada a necessidade de todos que estão na Vila não terem casa própria e nem lugar para morar. Além disso, na primeira ata, o denominado Bel, *Joaquim Macambira*, descreveu que a partir dali a “associação que brigará pacificamente dentro da legalidade pelos direitos de propriedade de cada um”, tratando também de uma das formas possíveis de adquirir propriedade em razão da posse, a usucapião urbana. Nesse sentido, sublinha Pereira:

Já a ideia de “direito à moradia” nasceu como ponto fundamental para um movimento de reivindicação por moradia. Ela surge a partir das inserções de advogados, de entidades vinculadas aos setores progressistas da Igreja Católica, que utilizavam uma linguagem composta de códigos jurídicos. Assim, pode-se afirmar que antes da atuação e presença desses especialistas não era possível pensar a ideia de moradia enquanto direito social a ser exigido. Nesse mesmo bojo, têm-se os termos “ocupação” e “palafitas” verificados em relatórios produzidos por assistentes sociais e difundidos por meio de entidades simpaticizantes à “causa da moradia”. (2011, p. 41, grifo nosso)

Portanto, essa compreensão é entrelaçada com as ligações que Vila e a AMAVE traçam durante o seu processo de formação. Importa relem-

2. Este e outros pseudônimos – *Maria de Vasconcelos*, *Joana Evangelista*, *Mota de Tal*, *João Abade*, *Antonio Mendes Maciel* e *Velha Benta*, em alusão ao Arraial de Canudos, símbolo da resistência pela terra, foram escolhidos para proteger a identidade dos interlocutores.

brar que, seguindo os relatos dos moradores, o início de toda a ocupação foi um ato organizado e planejado, com cadastramento realizado ainda em 2014, realizado pelos ocupantes, mas mantendo o apoio de diversos agentes externos. Lembramos aqui da ideia de “lutas pelo acesso à terra e à habitação”, de Gohn:

Esta forma de luta se traduz nos **atos que a imprensa e os governantes chamam de invasões e que seus participantes denominam de ocupações ou posseiros**. [...] Seu representante típico é o Movimento Sem-terra. A característica básica que os diferencia das favelas da década de 70 é o fato de se tratar de **ocupações coletivas e planejadas**. Estas ações ocasionaram impactos políticos importantes e forçaram a abertura de **canais de negociação com o Estado**. Em alguns casos as invasões deram **origem a um novo tipo de luta popular por moradia, cujo exemplo são as Cooperativas e Movimentos de Mutirões de Ajuda Mútua** [...]. (1977, p.62, grifo nosso).

O movimento de ocupação da Fazenda Santa Rosa foi inicialmente confundido como uma ação do MST pelos advogados da BRDU, como já apontamos e está registrado no processo judicial. *Mota de Tal*, ao tratar dos mutirões para a construção dos barracos daqueles que não tinham condições financeiras, aponta que o que importava era precisar de moradia, de casa (“aí sempre tinha um que aparecia que tinha madeira, que queria fazer e queria mudar, aí o grupo já ajudava e fazia e a pessoa já morava”). Também é possível notar que a AMAVE utiliza a palavra “assentados” para denominar os ocupantes da Vila Esperança, em uma possível indicação aos conceitos de assentamento formalizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (e, portanto, pelo Estado) em que se destinam lotes para trabalhadores rurais e suas famílias residirem e trabalharem³, assinalando pontes com os

3. “O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas.” (INCRA, 2020). A respeito dos assentados, Leonilde Servolo de Medeiros em artigo sobre os conflitos

movimentos rurais e com as estratégias de luta de tais.

Para melhor visualizar a questão da moradia, há também nas falas dos interlocutores da Vila sempre uma indignação com o valor dos aluguéis, com a ausência de casas disponíveis, necessitando morar em casas de parentes, inclusive, existindo pessoas que saíram da situação de rua para ocupar lotes no local. Além disso, apesar das dificuldades apresentadas na Vila, um terreno no local mostrava-se a melhor saída para essas condições.

Sendo assim, a insegurança causada pelas situações de moradia anteriores parece ter como consequência uma solidariedade em torno do interesse comum. Mesmo nas reuniões da associação, vemos essa compreensão de união ser componente que liga as pessoas numa mesma direção, comprometendo-se com a demanda em grupo, como nas palavras de *Macotas* na ata de 9 de setembro de 2017, “reafirmando o compromisso da comunidade de lutarmos até o fim por essa comunidade, todos juntos”.

Nesse sentido, Tarrow, sobre os fundamentos que promovem as movimentações em favor de uma causa, delimita o seguinte:

Tentou-se explicar de várias maneiras os motivos que levam as pessoas a se filiar a movimentos, indo desde o desejo juvenil de zombar da autoridade até os instintos ferozes da multidão. Alguns movimentos se caracterizam pelo espírito de jogo e carnaval, enquanto que outros revelam o furor inflexível da multidão. Entretanto, um **motivo mais básico – senão mais pro-saico – para as pessoas se unirem para participar de movimentos é a organização de reivindicações comuns aos opositores, autoridades ou elites.** Nem todos os conflitos deste tipo surgem de interesses de classe, mas de **interesses e valores comuns ou justapostos que são a base de suas ações comuns.** (2009, p.22, grifo nosso)

Assim, essa solidariedade pautada em uma demanda de grupo, faz com que os participantes do movimento possam se reconhecer como

sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros, os diferencia de “sem-terra”, bem como dos chamados “agricultores familiares” (MEDEIROS, 2001)

membros comuns em favor de um mesmo propósito. É também o que Tarrow aponta como “mobilização de consenso”, sustentando redes de apoio mútuo em prol de um interesse da comunidade. As chamadas lideranças têm papel fundamental na projeção dessa “vontade coletiva”, estimulando as pessoas para participação mais ativa e presente (2009, p.22-23). Com essa pretensão, por exemplo, *Tonhão*, em ata do dia 04 de fevereiro de 2018, pede a palavra para “alertar as pessoas que tem que contribuir com a associação para que as coisas possam funcionar”, em uma espécie de advertência à participação dos moradores.

Ainda sobre as definições de Gohn (1977), a “luta pela posse da terra” mobiliza o morador após o momento de ocupação. Ou seja, não basta estar na terra, a insegurança permanece a partir das ameaças, por exemplo, de despejo forçado advindas dos entes públicos (judiciário e executivo – através do uso da força com a polícia militar). Essa situação também aparece na fala dos moradores, como é possível notar no diálogo com o Manuel Quadrado:

Manuel Quadrado: Aí mudei pra cá, mudei, isso aqui era só a casa e esse sol, aí eu fui ajeitei, fiz essa área, os meninos me disseram: no dia 13 vão derrubar.

Glenda: Dia 13 já em 2017?

Manuel Quadrado: Isso, em 2017, vão derrubar, aí eu digo, mas rapaz eu vou levantar aquela área ali, aí eu fui lá, comprei as madeiras, chamei os meninos, e eles dizendo: disseram que vão derrubar no dia 13, porque tu não espera esses três dias? Deus mandou eu vim, tem que confiar nele, bora fazer, e fizemos aquela área, aí não foi nada não, quando foi um dia, aí disse: agora no dia 22, vão derrubar a área toda, aí eu chamei o rapaz que tinha feito ali, e disse: faz o orçamento, aí quando foi na derradeira vez, que o juiz falou mesmo, eu disse que ia plantar batata no meio do asfalto, se eles derrubassem, aí eu disse: vou fazer, e eu não tenho nada a ver com o que ele disse não, quem mandou eu vim

pra cá foi Deus, aí eu fui e fiz essa daí, e zelando toda vida esse mato aí.

Ou seja, para ficar, os moradores investem de forma incisiva sua força de trabalho, o dinheiro que mobiliza e a fé de que a terra permanecerá em sua posse. Isso ocorre pois, de acordo com Gohn, “sendo a terra um dos componentes de maior peso no custo da habitação, a luta pela posse da terra urbana é uma das mais abrangentes na luta popular pela moradia. Ela tem um caráter histórico” (1977, p. 62). Portanto, não apenas ocupar o lote, mas permanecer em posse da terra é componente mobilizador de profunda potência.

Quadros de injustiça: Delimitação dos problemas e a busca por soluções

Para mobilizar, entretanto, é necessário que além do consenso, haja antes o conflito. Utilizando-nos do conceito de William Gamson (1992) sobre quadros de injustiça, apoiamos nossa compreensão no seguinte:

[...] development of injustice frames in analyzing the process by which people organize for rebellious collective action. Framing was only one part of the story, but this interactive process of constructing meaning was clearly a critical ingredient in how our groups of participants handled the dilemmas of compliance that they confronted.⁴ (1992, p. XII)

Assim, Gamson aponta três componentes essenciais dos quadros interpretativos da ação coletiva: a injustiça, a agência e a identidade. O componente da injustiça não é apenas ligado a uma ideia do que é ser igual, justo ou equitativo na sociedade, mas é uma consciência carregada de emoções, do ônus do sofrimento causado por outros. Enquanto isso, o componente da agência está ligado à consciência de que é possível mudar a situação atual através da ação coletiva, em contraponto

4. “...sobre o desenvolvimento de quadros de injustiça na análise do processo pelo qual as pessoas se organizam para uma ação coletiva revoltosa. O *frame* era apenas uma parte da história, mas esse processo interativo de construção de significado era claramente um ingrediente crítico em como nossos grupos de participantes lidaram com os dilemas do sistema que confrontaram.” (tradução livre).

à ideia da imutabilidade das coisas; é principalmente a ideia de que o “nós” pode modificar as condições definidas como injustas. Nessa definição do “nós”, há o componente da identidade, ou seja, contra a ideia do “eles”, em uma contraposição de interesses e valores (GAMSON, 1992, p. 4-7). Sobre essa delimitação dos interesses mais próximos aos ocupantes, a questão da moradia se apresenta como preponderante. Portanto, agora, focaremos na consciência da injustiça e da agência, em contraste com os interesses e valores opostos aos moradores da Vila.

A respeito da consciência da injustiça enquanto uma indignação moral, ficamos atentos ao exemplo apontado por Gamson quando cita termos que demonstram a injustiça como “doors being slammed in one’s face”⁵ (1992, p.4). Na Vila Esperança, como exemplo de termos similares usados pelos atores, em diálogo com *Manuel Quadrado* e *Macotas*, eles retratam essa emoção como “viemos todo mundo triste depois de ver o que os homens disseram, só falaram querendo **humilhar** o povo, viu?”. A expressão humilhação é entendida por Goffman como um embaraço, uma vergonha de grau maior, tecida a um estigma, de acordo com Thomas Scheff (2017). Seguindo essa compreensão, as explicações dadas a essas humilhações reforçam o que já debatemos antes sobre as categorias de invasão/invasores:

Macotas: Chamando nós só de invasor, né seu Manoel?

Manuel Quadrado: “Vocês são uns invasores!”, como quem diz que somos uns criminosos, bandidos, e os bandidos eles não prendem, os bandidos vivem soltos totalmente, agora os pais de família não podem dar um passo.

Macotas: Principalmente se for um bandido grande, que tem muito dinheiro.⁶

Entretanto, para observar os quadros de injustiça nos diálogos, é importante que estejamos atentos também ao que frisava Gamson (1992)

5. “portas batendo na cara” (tradução livre).

6. “As conversas examinadas aqui fornecem evidências abundantes de cinismo sobre política e governo[.]” (GAMSON, 1992, p.82, tradução livre).

quanto ao uso de certas palavras, pois não é possível apenas com o mero uso retratar o quadro de indignação moral⁷. Ou seja, é necessário que se observe todo o contexto que torne clara essa dimensão moral e, além disso, não é possível que outros falantes desafiem ou amenizem as expressões de revolta, pois com isso “explicitamente quebram o vínculo potencial entre a alegação de injustiça e a indignação.” (GAMSON,1992, p.37, tradução livre). Assim, é necessário que haja consenso na indignação.

De modo contrário, vemos em estudo de Lúcio Kowarick (2013), intitulado “Cortiços: a humilhação e a subalternidade”, em que o autor aponta situação diversa a um quadro de injustiça, pois os moradores sentem humilhação, mas acreditam nas desigualdades como imutáveis e com corretas motivações para existirem:

É preciso reafirmar que os processos que levam a uma condição de humilhação constituem a quebra de dignidade, ou seja, de autoestima e conformação de uma identidade com autonomia de pensar e agir, elementos básicos na constituição de uma personalidade que sabe o que quer, que tem desejos e procura realizá-los. [...] Sem isso, ocorre a perda, a **naturalização dos acontecimentos, no sentido de que “é assim porque assim sempre foi e assim sempre será”. A maioria dos entrevistados encara a vida como uma sina a ser vivida, uma inexorabilidade a ser aceita: raramente as causas que levam à pobreza, o baixo nível de escolaridade, o trabalho precário e os salários aviltantes são considerados os motores dos acontecimentos.** (KOWARICK,2013, p.70)

Desse modo, para melhor observar esses quadros, delineamos em uma linha temporal os passos desde o planejamento da ocupação da área da Fazenda Santa Rosa, até o atual momento de estabilidade (em que não há ameaças latentes de despejo forçado), de acordo com o relato de *Mota de Tal*:

7. “Às vezes, a palavra ‘errado’ é usada no sentido de um erro, não no sentido de um erro moral – por exemplo, ‘Eles pensam que têm essa energia nuclear sob controle, mas estão errados’.” (GAMSON,1992, p.37, tradução livre).

Quadro 3 – Linha do Tempo: Processo de Ocupação da Vila Esperança



Fonte: (Moreira, 2022, p. 84).

Como já antecipado, em 2014, com as eleições para deputado federal em pauta, houve uma promessa de doação da área da Fazenda Santa Rosa para a construção de casas. É possível observar na foto acima⁸, que a área era inóspita, servindo à especulação, sem nenhuma atividade sendo realizada no local. Com isso, houve mobilização de lideranças, como *Velha Benta* e outros militantes, para reunir pessoas que precisavam de moradias em um cadastramento prévio à doação.

Podemos observar nesse “plano” o que Pereira, citando Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), destaca como “evento mobilizador” – a promessa feita durante o período eleitoral gera expectativa em mais de duas mil famílias cadastradas. Quando é frustrada, a espera dessa doação gera uma “expressão da negação de uma aspiração de consumo coletivo de uma facilidade urbanística” (PEREIRA, 2011, p.40). Tais eventos que promovem momentos mais propícios à mobilização são descritos por Tarrow quando trata sobre “ciclos de confronto”:

8. Google Street View, 2011

A generalização do conflito num ciclo de confronto começa quando se abrem **oportunidades políticas** para “os **primeiros insurgentes**” **bem posicionados**, quando suas **reivindicações estão em ressonância com as de outros que sejam significativos**, quando dão origem a coalizões objetivas ou explícitas entre atores diferentes e criam ou reforçam a instabilidade na elite. (2009, p.184, grifo nosso).

In casu, a formação de ocupações na Fazenda Santa Rosa é exemplo dessa “ocorrência simultânea” ou “coalescência”, tendo em vista que era intenção dos antigos proprietários essa destinação, segundo os relatos, mesmo tendo sido realizada venda posterior à empresa BRDU e outras ligadas ao mesmo grupo. Nesse sentido, sobre a compreensão de agência em Gamson (1992), na realidade da Vila, ela é movida não apenas pelos ocupantes, mas também por essas oportunidades arranjadas diante de convergências de interesses.

Nesse contexto, os cadastrados da lista de 2014 resolveram ocupar a área prometida, inclusive chamando um agrimensor para dividir os lotes e fazer um mapeamento dos terrenos, segundo informações de *Macotas* – infelizmente, esse primeiro mapa se perdeu e, apesar da busca empreendida pela pesquisadora, o geógrafo já havia falecido. A divisão dos lotes era feita com estacas e fios de nylon e havia casas de lona, taipa e madeira que já estavam construídas, como é possível observar na segunda foto do quadro⁹. Essa primeira ocupação durou pouco tempo, havendo divergências sobre a primeira derrubada: Mota de Tal afirma duração de 1 ano e meio, Macotas relata apenas 10 dias (no entanto, apenas Mota estava presente na ocupação nesse primeiro momento).

Interessante observar que mesmo após a primeira liminar judicial que determinava a reintegração de posse à BRDU e demais empresas, ou mesmo após a primeira derrubada (ou seja, mesmo com um confronto no “mundo físico” e não apenas jurídico), os ocupantes não recuaram, retornando à área e ocupando um espaço ainda maior. Como argumenta Tarrow, a apontada coalescência é favorecida “pelas reações do Estado ao rejeitar as reivindicações dos primeiros insurgentes, encorajando as-

9. Foto Marcos Lô, *Imperatriz Online*.

sim a sua assimilação a outros possíveis reivindicadores” (2009, p. 184). No caso em tela, quando o Estado, em sua face judiciária, amplia a situação vista como injusta pelos atores da reivindicação, mais famílias se reúnem em torno do propósito da moradia.

Também interessa deixar explícito o contexto de oportunidades para essa movimentação, pois, além do apoio de uma rede de militantes ligados a políticos influentes, têm-se, de acordo com os relatos dos atores, apoio do Poder Executivo Estadual.

Ocorre que para uma liminar judicial de reintegração de posse ser cumprida, é necessário que o poder executivo disponibilize um número suficiente de policiais militares para realizar o despejo forçado. Durante o Governo Flávio Dino (2015-2022), foi criada na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), que tem por objetivo monitorar os conflitos por terras rurais e urbanas no Maranhão. Na situação das ocupações da Fazenda Santa Rosa, verificamos que os estudos sobre a área que vêm sendo realizados pela COECV, desde 2016, inclusive relatórios apontando o local como “ocupação consolidada”, trouxeram um contexto de oportunidades favorável aos moradores. Apesar do relato de *Mota de Tal*, não há uma versão oficial do governo apoiando qualquer ocupação. Porém, seguindo as palavras de *Mota*, para o cumprimento da liminar, realizando a segunda derrubada, os policiais militares não foram autorizados pelo secretário de Segurança Pública do Estado a agir, “nós entramos alegre e os policiais foram embora alegre também”. De todo modo, não houve segunda derrubada.

Esse contexto propício é singular, tendo em vista que a COECV é um órgão inédito e os governos anteriores, marcados por gestões da família Sarney ou de seus aliados, não mantinham o mesmo diálogo nos conflitos do campo e da cidade. Vejamos como exemplo matéria do site oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a respeito das eleições de 2010 e do receio que havia com o “retorno dos Sarneys”, pois “possivelmente as famílias enfrentarão o terceiro despejo de suas vidas. O atual Secretário de Segurança, Raimundo Soares Cutrim, nomeado por Roseana Sarney, é velho inimigo dos movimentos sociais”

(MST, 2009). Ou seja, a nova gestão e a criação da COECV modificam a situação de oportunidades e restrições para os movimentos sociais por terra e moradia no campo e na cidade. É relevante frisar que Ildon Marques (cuja família era antiga proprietária da Fazenda Santa Rosa), quando candidato a deputado federal em 2014, estava em aliança política com o então governador Flávio Dino.

Sobre modificações nas oportunidades e restrições políticas Gamson e David S. Meyer (1999), tratam sobre as chamadas “janelas de oportunidades”, ou seja, um momento com maior abertura para a ação dos movimentos sociais:

Existen otros aspectos que son relativamente volátiles, y cambian de acuerdo con los eventos, las políticas y los actores políticos. Estos aspectos de la oportunidad política son temas controvertidos sobre los que también opinan sobre los movimientos, aunque, en ocasiones, guarden poca o ninguna relación con los cambios que puedan tener lugar. Los elementos volátiles conforman el núcleo de aquellos análisis sobre movilización y desmovilización que hacen hincapié en la interacción entre estrategias de los movimientos y la apertura y cierre de las tan citadas ventanas de oportunidad¹⁰. (1999, p.393).

Compreendemos, a partir desses patamares, que a modificação do governo, alinhado com os valores e interesses dos movimentos sociais¹¹, criou, a partir da implantação da COECV, a abertura nas oportunidades políticas para os movimentos por terra do campo e da cidade, reduzindo as restrições impostas pelos critérios legais do direito à propriedade. Sobre oportunidades, Tarrow (2009, 108-110), ao estudar as concepções

10. “Há outros aspectos que são relativamente voláteis, mudando de acordo com eventos, políticas e atores políticos. Esses aspectos da oportunidade política são questões controversas sobre as quais também opinam os movimentos, embora, às vezes, os movimentos sociais tenham pouca ou nenhuma relação com as mudanças que podem ocorrer. Elementos voláteis formam o núcleo dessas análises de mobilização e desmobilização que enfatizam a interação entre estratégias de movimentos e a abertura e fechamento das tão citadas *janelas de oportunidade*.” (GAMSON; MEYER, 1999, P. 393, tradução livre)

11. Reiteramos que se trata de um governo do PCdoB – Partido Comunista do Brasil, que, além da sigla, buscou alinhamento com os movimentos sociais.

de Gamson e Meyer (1999), delimita quatro dimensões para a abertura – mudança nos alinhamentos, elites divididas, aliados influentes e repressão e facilitação, esses elementos são observáveis quando olhamos o caso da Vila Esperança, desde a mudança do alinhamento político com um governo estadual mais próximo aos movimentos sociais, passando pelos choques de interesses entre os proprietários e ex-proprietários da Fazenda Santa Rosa, contendo também a aproximação com atores com variadas redes dentro da administração pública e em outros campos sociais, culturais e econômicos, além da repressão sofrida pelas decisões negativas realizadas pelo poder judiciário.

Porém, um movimento social não ocorre apenas pela abertura das oportunidades políticas, muito menos, apesar da profunda influência dos sistemas políticos, apenas a partir das regulares “estruturas de mobilização” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999, p. 24). Isto é, não é possível tratar das mobilizações sem as tensões decorrentes das interações que geram conflitos e consensos, como se os atores sociais fossem na verdade uma grande massa unitária¹². Em outras palavras, Doug McAdam, John D. McCarthy e Mayer N. Zald reforçam essa perspectiva, tratando dos “processos demarcadores”:

La combinación de oportunidades políticas y estructuras de movilización dota a los grupos de un cierto potencial para la acción. Sin embargo, **la unión de estos dos elementos resulta insuficiente para explicar el fenómeno de la acción colectiva**. Existe un **elemento mediador** entre oportunidad, organización y acción, a saber, los **significados compartidos y conceptos** por medio de los cuales la gente tiende a definir su situación. Resulta imprescindible que **as personas, como mínimo, se sientan agraviadas por una situación determinada y crean que la acción colectiva puede contribuir a solucionar esa situación**. Faltando alguna de estas dos percepciones resulta altamente improbable que la gente se movili-

12. “Um movimento social é constituído por toda uma série de atores (organizações e redes de apoiadores) que mantêm um desafio contínuo contra as autoridades ou certos códigos culturais e que, por vezes, recorrem a influências extra institucionais. Alguns aspectos desta definição são de grande importância para o nosso fio argumentativo. Um movimento constitui um campo no qual os atores se movem; não é uma entidade unitária.” (GAMSON; MEYER, 1999, p. 401, tradução livre)

ce, aunque cuente con la oportunidad de hacerlo.¹³
(1999, p. 26, grifo nosso)

Isto é, é necessário que os agentes, além de se sentirem injustiçados por determinado contexto, acreditem que possam modificar esse cenário, em conjunto. A partir desses dois elementos, segundo os autores, para entender suas situações como injustas e acreditar na mudança, é preciso uma dinâmica de interações sociais chamada “processos demarcadores”, fazendo referência aos autores David A. Snow e Robert Benford, cujas compreensões sobre a ação dos movimentos sociais dedicam-se também a observar as emoções e sentimentos, numa dimensão ideal-valorativa, envolvidos na mobilização. (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999, p. 26)

Em vista disso, voltando-nos para a Vila Esperança, em alusão aos “processos demarcadores” supracitados, podemos observar a acepção ideal-valorativa da injustiça quanto a ausência da moradia, enquanto direito a ser realizado, e também ao elemento da agência, que move os atores em conjunto para a modificação da situação adversa. Portanto, apesar das restrições apresentadas com a liminar para o despejo forçado, os moradores não apenas retornam e ocupam mais áreas como passam a se reunir de forma mais organizada e sistemática, compreendendo a resistência por meio de uma associação institucionalizada.

Desse modo, ainda seguindo o relato de *Mota de Tal*, as reuniões da AMAVE ocorriam todo domingo até o ano de 2017 (como é possível observar na quarta foto da linha do tempo) e serviam para delimitar os problemas que a Vila estava enfrentando, a fim de buscar soluções, sustentando a agência do movimento. As chamadas para as reuniões eram

13. “A combinação de oportunidades políticas e estruturas de mobilização confere aos grupos um certo potencial de ação. No entanto, a união desses dois elementos é insuficiente para explicar o fenômeno da ação coletiva. Existe um elemento mediador entre oportunidade, organização e ação, ou seja, os significados e conceitos compartilhados pelos quais as pessoas tendem a definir sua situação. É fundamental que as pessoas, no mínimo, se sintam ofendidas por determinada situação e acreditem que a ação coletiva pode contribuir para a resolução dessa situação. Na falta de qualquer uma dessas duas percepções, é altamente improvável que as pessoas se mobilizem, mesmo que tenham a oportunidade de fazê-lo.” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999, p. 26, tradução livre)

gravadas e reproduzidas via alto-falantes¹⁴, com uma moto, como é possível observar na ata do dia 11 de março de 2018 (“moto para comercial: 30,00”) e de acordo com os diálogos dos moradores.

Quando a *Moradora 5* – irmã da igreja Assembleia de Deus, fala em “grupo” refere-se ao *WhatsApp da Vila Esperança*, que permanece ativo até hoje. A pesquisadora está presente como observadora – tendo cientificado seus membros, mas as movimentações que ocorrem são da lida cotidiana: anúncios de compra e venda, rifas, campeonato de futebol, notícias em geral ou conflitos entre vizinhos. Durante a pré-campanha de 2022, diversos moradores também postaram suas diversas preferências políticas. No entanto, como é possível depreender a partir dos relatos em campo, essa era uma via utilizada também para a mobilização.

Além disso, a mesma moradora nos contou que era comum a realizações de vigílias, campanhas de oração e “marcha” na rua, realizadas pela Igreja na qual o marido dela é pastor. Essa movimentação interna, especialmente as reuniões que haviam no barracão, ensejaram os dois protestos realizados pela Vila Esperança: um deles em frente ao Comando da Polícia Militar e outro em frente ao Fórum de Imperatriz.

Durante o protesto, pessoas levantavam cartazes¹⁵ para reivindicar moradia diante das decisões liminares concedidas à BRDU – e outras empresas envolvidas na lide, com o intuito de impedir que ocorresse o despejo forçado das famílias. A escolha do protesto em frente ao Fórum acerta quando aponta aquele agente que provoca mais restrições ao movimento naquele contexto momentâneo. Gamson trata sobre a necessidade de existir um agente causador da injustiça para que o *frame* seja delimitado:

More specifically, an injustice frame requires that motivated human actors carry some of the onus for bringing about harm and suffering. These actors may be corporations, government agencies, or specifiable groups rather than individuals. They may be presented as ma-

14. “[...] várias associações lançam mão de recrutamento (quase todas as igrejas protestantes fazem proselitismo aberto, as Associações de Moradores fazem campanha pelo alto-falante).” (VALLADARES, 1977, p. 1396).

15. Nas atas da AMAVE constam também gastos com papelaria.

licious, but selfishness, greed, and indifference may be sufficient to produce indignation.¹⁶ (1992, p. 32).

Ou seja, é necessário que exista aquele que provoca a injustiça, em contraposição àqueles que a sofrem. Gamson ainda enfatiza que aqueles que tem interesses em desencorajar as ações coletivas devem apoiar a injustiça em causas abstratas, impossíveis de alcançar com a agência, a fim de produzir uma sensação de imutabilidade para o contexto, trazendo uma abstração: o “sistema”, a “natureza humana”, entre outros. O antídoto contra esse afastamento dos alvos é materializar os problemas, pensando em suas causas e soluções (GAMSON, 1992, p.32). No entanto, o autor considera necessários cuidados:

The antidote to excessive abstraction has its own problems. In concretizing the targets of an injustice frame, there is a danger that people will miss the underlying structural conditions that produce hardship and inequality. They may exaggerate the role of human actors, failing to understand broader structural constraints, and misdirect their anger at easy and inappropriate targets.¹⁷ (GAMSON, 1992, p.33).

Portanto, afigurar o quadro de injustiça que se delineia no caso da Vila Esperança em torno da uma única pessoa (“Juiz Serra”) é seguir pelo extremo oposto da abstração, mas que também poderia afastar a agência e o “sucesso” da ação coletiva. Vejamos que a questão da moradia se faz presente como pauta também no momento do protesto, ligando os presentes no mesmo ensejo. Em entrevista concedida a um jornal,

16. “Mais especificamente, um quadro de injustiça exige que atores humanos motivados carreguem parte do ônus de causar danos e sofrimento. Esses atores podem ser corporações, agências governamentais ou grupos específicos, em vez de indivíduos. Eles podem ser apresentados como maliciosos, mas o egoísmo, a ganância e a indiferença podem ser suficientes para produzir indignação.” (GAMSON, 1992, p. 32, tradução livre).

17. “O antídoto para a abstração excessiva tem seus próprios problemas. Ao concretizar os alvos de um quadro de injustiça, existe o perigo de que as pessoas percam as condições estruturais subjacentes que produzem dificuldades e desigualdade. Eles podem exagerar o papel dos atores humanos, deixando de entender as restrições estruturais mais amplas, e direcionar sua raiva para alvos fáceis e inadequados.” (GAMSON, 1992, p. 32, tradução livre).

João Abade, chama o Juiz Serra de “implacável”, reforçando a luta dos ocupantes pela permanência *versus* um juiz que deseja “desmanchar as casas dos moradores”.

No diálogo supracitado de *Macotas* e *Manuel Quadrado*, também podemos entrever os arranjos que existiam para que essas ações acontecessem. Havia participação de vários agentes externos (políticos, administrativos, jurídicos, etc.) ligados às lideranças da Vila, como já explicitamos em capítulo anterior. Não por acaso, a última foto¹⁸ da linha do tempo mostra os moradores em comemoração, graças à reversão judicial empreendida pela Defensoria Pública em segunda instância (portanto, suprimindo a decisão liminar do Juiz Serra), e, nesta foto, estão diversos vereadores da cidade, filiados a partidos políticos de variadas legendas e ideologias.

Assim, a identidade da Vila Esperança é fundamentada na luta pela moradia como uma questão de direitos, tendo em vista o contexto anterior de insegurança na manutenção da habitação, repetindo a frase de *Antonio Mendes Maciel*: “invasão é pra quem realmente tem necessidade”. A análise desse quadro fica mais explícita quando se somam os elementos da injustiça, com a indignação moral causada pelo choque de interesses e valores entre os moradores e os proprietários (apoiados nas decisões judiciais em seu favor), e também a agência, quando o confronto da injustiça, do “nós” contra “eles” se materializa nas ações coletivas.

Considerações Finais

A pesquisa aqui apresentada surge da tentativa de compreender os motivos que levam à formação, resistência e permanência de uma comunidade, sendo que não são incomuns os despejos forçados que ocorrem no campo e na cidade, demonstrando um processo inverso com a dispersão dos agentes desafiantes, como já apresentamos no decorrer do texto. Mais especificadamente, empreendemos uma busca pelos motivos que ensejaram o “sucesso” da Vila Esperança como bairro, mesmo

18. MORADORES de área ocupada em Imperatriz continuarão no local. *O Imparcial*, São Luís, 23 de ago. de 2017. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/08/moradores-de-area-ocupada-em-imperatriz-continuarao-no-local/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

diante de restrições legais, administrativas e muitos outros interesses e valores contrários à ocupação, posse e moradia dos seus agentes.

Nessa intenção, as primeiras respostas para a Vila, apontadas pela mídia como um arranjo melindroso de agentes maliciosos que violavam a lei em conjunto com a negligência do Estado e de seus representantes, na chamada “indústria da invasão”, pareceu-nos miragem no deserto: cheia de facilidades e perigos. Por isso, nesse ofício de afastar o naturalizado e recusar os conceitos formados como que espontaneamente, essa primeira resposta é percebida como fonte para observar mais de perto – mas ainda de longe, os interesses que se conectavam ao contexto do bairro.

Paralelamente, porém, servindo como bússola, os estudos a respeito dos estigmas, alinhamentos, oportunidades e restrições políticas, processos demarcatórios, compreendendo os elementos de injustiça, agência e identidade, para a delimitação dos problemas e a busca por soluções, permeou a busca pela interação com os agentes da Vila Esperança. Também foram norteadoras essa relação e troca com os moradores do bairro durante mais de dois anos de pesquisa, entremeados por uma pandemia histórica que revirou nossas formas de convívio sem aviso-prévio.

A agência, enquanto elemento formador do quadro de injustiça, não é sobre ações individuais, mas sim, coletivas. Portanto, propusemos, a partir da observação dos documentos advindos da Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança – AMAVE, dos diálogos empreendidos com os moradores e presenciados entre os moradores, além das declarações públicas das lideranças em entrevistas e outras mídias, um elemento de coalizão e alinhamento: a questão da moradia. Por mais diferenças nas trajetórias, havia uma formação de consenso em torno da moradia enquanto direito que deveria ser reivindicado. Ou seja, havia uma identificação entre os variados atores, um fio comum que os liga enquanto “nós”.

De modo relacional, seguindo as acepções dos quadros de injustiça, se há uma coligação para enfrentamento do conflito em torno de um “direito”, há opositor, existem desafiados. Porém, reforçamos, as restrições

não se dão apenas nos campos das estruturas e das oportunidades políticas, mas também em um campo de disputa ideal-valorativo. Por isso, para o “sucesso” da ação coletiva, é necessário que existam processos demarcatórios, afirmando simbolicamente os interesses e valores defendidos pelos empreendedores de movimentos sociais.

Assim, em objeção ao direito à moradia demarcado pela Vila Esperança, temos a injustiça da propriedade sem uso e da ameaça constante de despejos forçados. No entanto, é preciso, como antídoto à abstração, objetificar o desafiado, compreendendo aqueles que empreendem esforços para fechar as janelas de oportunidade, impondo maiores restrições. Na Vila, essa oposição é feita pelos proprietários da terra, a empresa BRDU e demais construtoras, apoiadas pelas decisões do poder judiciário.

Nesse percurso, as respostas que se apresentaram saltaram aos olhos como é a realidade: complexa e permanente em novas dúvidas. A cada resposta encontrada, uma nova questão se apresenta. No entanto, a análise dos quadros de injustiça apontara a ausência de “gerações espontâneas” nas ações coletivas. Ou seja, os contextos históricos e estruturais, as oportunidades que se apresentam a partir de aliados influentes, os conflitos surgidos a partir das restrições dos oponentes, as habilidades adquiridas durante as trajetórias e as formações construídas no entrelaçar das interações humanas – como as associações, são partes de um todo e assim constroem a luta por moradia.

Referências

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais*: um balanço do debate. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2009, n. 76, pp. 49-86. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

AZEVEDO, G. K. R.; SOUSA, E. L. de. A PANDEMIA DE COVID-19 E AS ALTERAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ-MA. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 57, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/27412>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. *Framing processes and social movements*: An overview and assessment. *Annual review of sociology*, p. 611-639, 2000.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Edições 70, 2011.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. *“Sossega, moleque, agora você mora em condomínio”*: segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Editora Appris, 2018.

DIAS, Natal Marques; PEREIRA, Jesus Marmanillo. *QUADROS E MOVIMENTOS SOCIAIS*: Ação coletiva na defesa de direitos em Imperatriz, Maranhão. Mosaico, v. 12, n. 18, p. 70-92, 2020. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/81452>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de. Etnografia na pandemia: algumas experiências de trabalho de campo. *IFCH UFRGS*, Rio Grande do Sul, 06 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/etnografia-na-pandemia-algumas-experiencias-de-trabalho-de-campo-1>>. Acesso em: 30 out. 2020.

GAMSON, William A. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____; MEYER, David S. Marcos interpretativos de la oportunidad política. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *Movimientos sociales, perspectivas comparadas*: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Madrid: Ediciones Istmo, 1999. P. 389-412.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Os Quadros da Experiência Social*. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. *Teorias dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Oportunidades, estruturas de mobilização y procesos enmarcadores: hacia una perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *Movimientos sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de mobilização y marcos interpretativos culturales*. Madrid: Ediciones Istmo, 1999. P. 21-45.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. *Arquitetura revista*, v. 1, n. 1, p. 67-79, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2014, v. 19, n. 04, pp. 1103-1112. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>>. Acesso em: 14 de set. de 2022.

MOREIRA, Glenda Almeida Matos. *Vila esperança: Luta por Moradia em Imperatriz-MA*. 2022. 124f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. *Engajamento militante e a "luta pela moradia em São Luís" entre as décadas de 1970 e 1980*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. *Luta por direitos: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980*, 2015. 209 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes antropológicos*, v. 15, p. 171-188, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/qg3G8GrBsYz7H56nCzJWymx/abstract/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 0 ago. 2021.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo de movimentos sociais. *Revista de sociologia e política*, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hVvv5JGFRbMgw9wLt6GF6cM/?lang=](https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hVvv5JGFRbMgw9wLt6GF6cM/?lang=pt)

pt>. Acesso em: 30 mai. 2021.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ZALD, Mayer N. Cultura, Ideología y creación de marcos estratégicos. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *Movimientos sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales*. Madrid: Ediciones Istmo, 1999. P. 369-388.

GT8 - Povos e comunidades tradicionais, mudanças climáticas no/do capitaloceno e conflitos socioambientais



Da memória identitária cultural do Quilombo Cocalinho à inserção na era digital: uma história contada pelos próprios quilombolas

Yndara Vasques Lima
UFMA

Flávia de Almeida Moura
UFMA

Introdução

“Retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”. É com esse provérbio africano que inicio o artigo para falar sobre a importância de se voltar às vivências antigas, analisar as experiências para a partir delas edificar o que está por vir. Um ensinamento da cultura africana que vai ao encontro do que conceitua o historiador francês, Roger Chartier (2008), que defende em seus estudos e contribui para a História Cultural, sobre a necessidade de compreender as sociedades de determinado lugar e tempo, inclusive do passado.

Ao analisar o livro “A História do Tempo”, do historiador e pesquisador da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e professor do Collège de France, Roger Chartier, percebe-se posicionamentos claros de um novo olhar sobre a produção cultural da humanidade a partir da leitura, inclusive a digital. Ele considera que as análises e reflexões historiográficas passam pelos mais variados objetos da cultura: popular, letrada, pelas ações discursivas partilhadas, pela mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela diversidade cultural. Ele não se debruça, apenas sobre o passado, mas interessa-se também pelos efeitos da revolução digital e afirma que a Internet pode se transformar em aliada dos textos por permitir sua divulgação em grande escala.

Nesse contexto vamos trazer a história do quilombo Cocalinho, no leste maranhense, distante 500 km da capital São Luís e 40 km do município de Parnarama. O território reúne 180 famílias, autodeclaradas quilombolas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, desde 2014. De acordo com os relatos das famílias quilombolas, o processo de formação territorial remonta ao final do século XVIII e início do século XIX, com a vinda de pessoas fugindo da seca do Ceará e Piauí, chegando ao Maranhão e se instalando nessas áreas. Essas pessoas reafirmam sua identidade quilombola, pela sua ancestralidade, pelas práticas sociais,

culturais, pelo modo de produção agrícola, pela coletividade no trabalho e pela religiosidade. Como bem trouxe o pesquisador da escola francesa.

Só o questionamento dessa epistemologia da coincidência e a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção (Chartier, 2008, p.12).

Os quilombolas de Cocalinho buscam o bem viver em suas experiências ancestrais presentes no dia a dia de suas vidas, principalmente, na religiosidade e na conservação, respeito e integridade do meio ambiente. Uma cultura perpetuada pela oralidade e passada de geração em geração. Uma prática que mantém os costumes daquela comunidade e transcende o território através da escrita, em livros impressos sobre a História da região ou artigos específicos sobre a comunidade, que circulam no meio digital.

Nessa história cultural identificamos os posicionamentos de Chartier, quando ele ressalta que a História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, levando em consideração as especificidades do espaço próprio das práticas culturais que se definem como complexas, múltiplas, diferenciadas na construção do mundo como representação. A prática do registro da História, quer por meio dos livros impressos ou digitais, e a prática da leitura são determinantes para as transformações socioculturais de uma sociedade.

O autor analisa a troca de conhecimento entre o que seria a cultura oral e escrita, e como pode haver partilha de conhecimentos entre pessoas dos mais diferentes níveis sociais, por meio, por exemplo, das rodas coletivas de leitura, ou da prática do cordel. Ressaltando ainda que a partilha de conteúdos também pode ser concretizada através da oralidade para o registro escrito.

Atualmente, o quilombo Cocalinho, por meio de uma organização, desenvolve práticas de comunicação comunitária fundamentada na di-

nâmica das novas tecnologias, mas conservando sua memória identitária. O que tem proporcionado a eles seguirem acompanhando o desenvolvimento e a inovação tecnológica refletindo na conquista de direitos, visibilidade, respeito a sua cultura e a vivência de uma cidadania planetária com inserções de produção de conteúdo para as redes sociais.

Uso de representações e apropriações pelos quilombolas

Identificamos que o Quilombo Cocalinho vivencia uma transformação, contextualizada em relação à escrita da história que não diz respeito à simples comunicação dos resultados da ciência. A história é indissociável da própria produção do saber. A singularidade da história reside nessa capacidade de distinguir e articular as diferentes temporalidades que se imbricam em cada momento histórico. Essas comunidades vivenciam e compreendem os fenômenos que vivem a sociedade e suas mudanças em vários aspectos: sociais, políticas, culturais e econômicos. Nesse contexto, o autor enfatiza a importância do conceito de representação para a história cultural, pois através dele é possível vincular as posições e relações sociais com o modo pelo qual os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros. Para Chartier:

O processo pelo qual os leitores, os espectadores ou os ouvintes dão sentido aos textos (ou às imagens) dos quais se apropriam. A singularidade de uma nova história cultural pode ser pensada a partir do modo como ela se inseriu neste contexto (Chartier, 2008, p.36).

Cocalinho, por exemplo, uma comunidade quilombola decidiu caminhar contando, de maneira coletiva, a sua própria história por meio de sua memória e utilizando os recursos tecnológicos. Os quilombolas vivenciam as Representações conceituadas por Chartier e vão para além, quando o autor afirma que as representações estão colocadas no campo de concorrências e das lutas. As lutas sociais de classe além de envolverem o campo econômico e político, segundo o autor, passa também pelo âmbito das práticas culturais.

Desde 2002, o processo de grilagem, que tem a frente grandes empreendimentos com a monocultura como foco, ameaça os quilombolas

de Cocalinho. Eles desenvolvem cada vez mais estratégias de Comunicação Comunitária como mecanismo de defesa contra a violência que não cessa e que tem como principal aliado o próprio estado brasileiro, que tem aplicado diversas maneiras de invisibilizar os povos e comunidades tradicionais em prol do agronegócio.

A esses povos e comunidades é negado direitos históricos socioambientais, que vão da saúde, educação, assistência social, segurança, cultura até políticas de infraestrutura. Foi o que expressou a liderança comunitária Socorro Carvalho em entrevista concedida a rádio web da Agência Tambor, em maio de 2023:

Quando participamos da produção do material de Comunicação, nos fortalecemos. Na nossa comunidade enfrentamos o agrotóxico e os incêndios criminosos, nossas frutas acabaram, não conseguimos mais plantar. Na primeira semana de maio de 2023, foi muito triste, pois, acabaram de destruir o cemitério dos nossos ancestrais foi uma dor enorme no coração. Precisamos falar e nos comunicar (Agência Tambor [...], 2023, 25 min 20 s).

Como chega essa história contada por Cocalinho à sociedade é que Chartier define como apropriação. Ou seja, a maneira como os “leitores”, ou atualmente internautas ativamente interpretam e compreendem essa história a partir de suas próprias referências de vida. É o que o historiador francês chama de tarefa ativa do sujeito, a compreensão do texto não é fixa, os mesmos textos podem acarretar distintas leituras.

O despertar para a Comunicação Comunitária

Os quilombolas de Cocalinho se encontram e fortalecem na ausência e negação de Direitos pela sociedade e Governos. É nessa ausência que eles se encontram na presença do sentido comunitário, irmanados por uma identidade e história e comum e passam a produzir a comunicação comunitária. O uso das ferramentas de Comunicação pelos povos e comunidades tradicionais os coloca em disputa pelos espaços em ambientes digitais propagando informações estratégicas e importantes para a

conservação do modo de vida tradicional dos povos dos campos, das águas e das florestas. Na fala dos quilombolas é notória a importância dessas pessoas terem sua realidade divulgada, em seus próprios canais, frente à total ausência dos poderes públicos em garantir direitos básicos: vida digna, acesso livre ao território, segurança alimentar, educação contextualizada entre outros. É o que Sodré posicionou sobre os desafios da Comunicação como ciência:

O desafio epistemológico da área da Comunicação é construir um paradigma de conhecimento em que o discurso reflexivo não seja totalmente estranho ao senso comum dos agentes sociais da Comunicação, expresso tanto na mídia quanto na diversidade de práticas culturais. (Sodré, 2020, p.76).

A comunidade recupera suas próprias histórias a partir da memória de seus moradores e incentiva o debate e a reflexão em relação às empresas e aos contextos sociais, econômicos, ambientais vivenciados pelos moradores da região. Uma trajetória construída no passado para se chegar até o tempo presente, bem como se reconhece que rememorar as experiências é primordial para uma proposição mais assertiva e eficaz de uma política de gestão da própria comunidade e que se inclui também a produção de conteúdo para as redes sociais digitais.

O quilombo Cocalinho, em 2019, optou em criar as redes sociais do quilombo: primeiramente o Instagram e depois o Facebook¹. O objetivo das redes sociais foi de visibilizar o dia a dia no Quilombo. É perceptível as postagens que tratam sobre o modo de plantio, a colheita, a produção da farinha, do artesanato, as reuniões sobre a questão da documentação de regularização fundiária, as violações sofridas pelos integrantes da comunidade entre outros assuntos.

A comunidade no Instagram reúne cerca de 1.630 seguidores com mais de mil publicações. No Facebook, são quase 3 mil seguidores e também com mais de mil publicações, que são reaplicadas a partir do

1. Ambas podem ser acessadas pelos seguintes links: https://www.instagram.com/quilombo_cocalinho_comunidade/ e <https://www.facebook.com/quilombococalinho.cocalinho>

Instagram. A propagação dos conteúdos digitais, a partir dos registros em vídeos e fotos, do repasse de informações por pessoas da própria comunidade mobiliza uma rede de Coletivos de Comunicação Alternativa, apoiadores das causas dos povos e comunidades tradicionais, que acaba impactando na mídia tradicional e ganhando ainda mais visibilidade. O que fortalece a luta pelo acesso livre ao território e sensibiliza a sociedade a enxergar a grave realidade das indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadoras e trabalhadores.

Com a experiência e memória, atualmente os quilombolas mantêm uma organização social, política, econômica, cultural e institucional. A comunidade de Cocalinho, também compreendeu que a luta pelo direito de existir passa pela utilização das ferramentas de Comunicação atuais como o uso das redes sociais digitais, como Perruzo (2007, p. 57) sobre o tema “a comunidade assume uma nova postura cidadã e de protagonista buscando atuar como sujeito, ainda mais nos processos de comunicação, participação e mobilização”.

Chartier (2008) alerta que é preciso distinguir os limites entre a história de outras modalidades de relação com o passado. Ele faz referência ao longo processo de emancipação da história em relação à memória e em relação ao imaginário das pessoas. Para o autor, os limites de compreender “uma nova história cultural” estariam, assim, relacionados a um desafio:

De compreender como as apropriações concretas e as invenções dos leitores (ou dos espectadores) dependem, em seu conjunto, dos efeitos de sentido para os quais apontam as próprias obras, dos usos e significados impostos pelas formas de sua publicação e circulação e das concorrências e expectativas que regem a relação que cada comunidade mantém com a cultura (Chartier, 2008, p.43).

Conexões entre Memória e Comunicação Comunitária

Os povos das florestas, das águas e dos campos desenvolvem cada vez mais estratégias de Comunicação Comunitária como mecanismo de defesa contra a violência que não cessa. É o caso de Cocalinho muito bem

registrado em artigo digital no artigo do site da articulação Agro é Fogo intitulado: *Território Cocalinho: Quilombolas na Resistência ao Fogo do Agronegócio*, de autoria de Leandro dos Santos, liderança quilombola do Território Cocalinho, em Parnarama/MA, e comunicador popular. Ele escreveu o caso contando com a colaboração da Comissão Pastoral da Terra/MA:

À medida que as carvoarias se instalam na região, mais áreas de cerrado passaram a ser devastadas com correntão para plantio da monocultura do eucalipto. Desde 2009, tem sido recorrente a destruição da socio-biodiversidade pelo fogo do agronegócio que avança das monoculturas de eucaliptos e pastagens de pecuária em direção ao território. Em 2020, novos desmatamentos seguidos de incêndio atingiram áreas de cultivo, matas, chapadas e florestas da comunidade. A fazenda Normasa avançou com a abertura de novas áreas para plantio de soja e milho, derrubando com correntão árvores nativas (AGRO É FOGO, 2021).

A comunicação comunitária do quilombo Cocalinho atua em rede, principalmente nas redes sociais, ampliando a sua visibilidade. Eles integram inúmeros coletivos de Comunicação e são apoiados por diversas instituições e associações: Movimento Quilombola do Maranhão (MO-QUIBOM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, Campanha em Defesa do Cerrado, e com as articulações Nacional de Quilombos (ANQ), Campanha Permanente de Combate aos Agrotóxicos, Agro é Fogo e Tô no Mapa.

A luta de Cocalinho tornou-se conhecida nacionalmente e internacionalmente. A comunidade integra a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, uma articulação composta por 56 membros, entre movimentos indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais do Cerrado e movimentos da Via Campesina, organizações e pastorais sociais de assessoria e redes e grupos de pesquisa com longa atuação nos mais diversos territórios do Cerrado.

A Campanha peticionou ao Tribunal Permanente dos Povos (TPP) a realização de uma Sessão Especial para julgar o crime de Ecocídio contra

o Cerrado e de Genocídio dos seus Povos. Ao todo foram 15 casos apresentados ao TTP, a comunidade de Cocalinho era um desses casos. O TPP é uma instância de tribunal de opinião. Foi criado em 1976 em Bohna, Itália, e procura reconhecer, visibilizar e ampliar as vozes dos povos vítimas de violações de direitos. O Tribunal existe para suprir a ausência de uma jurisdição internacional competente que se pronuncie sobre os casos de violações contra os povos. Em 2019, a petição da Campanha foi entregue, sendo a peça de acusação formalmente aceita em setembro de 2021 por todos os membros do júri.

A presença do TPP no Brasil gerou interesse da grande mídia e também dos coletivos de Comunicação Alternativa. A exposição midiática sobre as violações sofridas por essas comunidades: expropriação de terras e ausência de garantia do território, devastação socioambiental, afronta à soberania alimentar e ao modo de vida tradicional com graves ameaças de acesso à água e alimentos, pressiona as autoridades competentes como os Governos Federais e Estadual, INCRA, ITERMA, a imprimirem maior celeridade nos processos de titulação fundiária e os grandes empreendimentos, que disputam o território com os quilombolas, a seguirem procedimentos legais e não atuarem de qualquer maneira como se fosse terra sem lei.

Esta é parte de uma concepção mais global que incorpora de maneira peculiar os novos direitos relacionados com as mudanças de cenário da comunicação e um enfoque mais interativo da comunicação, no qual os atores sociais são sujeitos da produção informativa e não simplesmente receptores passivos de informação (Leon, 2002, p. 45).

A questão da visibilidade midiática comunitária de Cocalinho é vista por muitos autores da área de comunicação e política como um dos aspectos mais importantes no que tange à constituição de esferas públicas, nas quais os interesses das sociedades são debatidos e lutas por reivindicações específicas são travadas. Os processos sobre Comunicação Comunitária são acompanhados por um processo educacional que contemple a crítica da mídia. Para Paiva:

A comunicação comunitária tem o compromisso com a educação e com a democracia como instância da participação efetiva de sujeitos críticos capazes de julgar e decidir sobre suas vidas, sua cidade, seu país. Portanto, o propósito da comunicação comunitária é a educação crítica de todos (Paiva, 2007, p. 101).

Para a liderança quilombola Socorro Carvalho:

Na nossa comunidade enfrentamos o agrotóxico e os incêndios criminosos, nossas frutas acabaram, não conseguimos mais plantar, destruíram o cemitério dos nossos ancestrais foi uma dor enorme no coração. Precisamos falar e nos comunicar sobre isso entre nós e para a sociedade, por meio das nossas redes sociais. É mais uma ferramenta de defesa para se manter firme na luta e trabalhar. Essa comunicação ajuda na sensibilização de outras pessoas, outros coletivos, de instituições e movimentos sociais que nos amparam e também para a informação chegar nos políticos (nas mais diversas esferas). Na comunidade, passamos a falar sobre temáticas importantes a partir da comunicação: educação contextualizada, acesso ao mercado justo e solidário, combate à violência contra a mulher. (Depoimento cedido pela liderança quilombola Leandro Santos em novembro de 2023).

Pelos depoimentos de quem vivencia os conflitos fundiários, principalmente pelo avanço do agronegócio, a visibilidade por meio da produção de conteúdo pelos próprios integrantes da comunidade para as redes sociais digitais, coloca o grupo como conhecedor de suas próprias causas, fortalecendo a luta, além de sensibilizar e engajar a sociedade para que todos possam trabalhar em prol da transformação social almejada.

Roger Chartier (2008) compreende que as inovações tecnológicas contribuem para a escrita da História. Dois aspectos são considerados importantes para o autor: Acessibilidade dos leitores/internautas às mesmas fontes dos autores dos textos e com isso desenvolvem uma criticidade maior, e a Democratização, por meio da publicação de livros e conteúdos na internet (no caso de Cocalinho), não dependendo somen-

te das editoras e dos próprios livros impressos, mas também da publicação de diversas reportagens e artigos sobre os mais diversificados temas, inclusive produzidos por diversas fontes.

Ao permitir uma nova organização dos discursos históricos, baseada na multiplicação de relações hipertextuais e na distinção entre diferentes níveis de texto (do resumo das conclusões à publicação de documentos), o livro eletrônico é uma resposta possível, ou ao menos apresentada como tal, à crise da edição nas ciências humanas (Chartier, 2008, p.61).

A época vivenciada pela comunidade de Cocalinho e que Chartier define é que a História dos Tempos não corresponde à sucessão de épocas no tempo, mas é preciso considerar a existência em conjunta da estrutura, da conjuntura e do acontecimento. O autor defende que a cultura digital não está em oposição a cultura escrita e enfatiza que se está diante de um novo ciclo em que estão envolvidos novos modos de produção, disseminação e apropriação dos textos, ou seja, novas maneiras de escrever, de publicar e de ler.

A singularidade da história reside nessa capacidade de distinguir e articular as diferentes temporalidades que se imbricam em cada momento histórico, mas estas temporalidades não são centradas ou decorrentes de uma temporalidade determinante (Chartier, 2008, p.54).

Chartier em a História da Escrita alerta para transformação do próprio ato de escrever história na era digital. É fato que com a internet, um maior e diverso público será alcançado. Mas o autor faz um alerta para a importância do rigor e da verificação dos fatos, por parte de quem recebe a informação, e por parte de quem escreve uma adaptação forma como a história é escrita e comunicada, levando em consideração a linguagem e a estética da mídia digital. O autor enfatiza que é preciso ter equilíbrio e um olhar sensato sobre a leitura e a circulação dos textos nos ambientes virtuais Chartier (2008, p.60) “entre as lamentações nostálgicas e os entusiasmos ingênuos suscitados pelas novas tecnologias,

a perspectiva histórica pode traçar um caminho mais sensato, por ser mais bem informado”.

É fato que terão rupturas com a cultura do impresso em decorrência da existência do que ele chama de «texto eletrônico, principalmente na forma de produção e circulação, mas em ambos os casos, o pesquisador francês, destaca que a leitura vem sendo fomentada em todos eles. O digital, no entanto, não parece ter reduzido a força do livro impresso, tendo-o, ao contrário, como uma alternativa e mesmo um aliado. Essencial para Chartier no conhecimento da leitura, é a compreensão e a análise dos usos, dos manuseios, das formas de apropriação dos materiais impressos e digitais pelos leitores em determinados períodos, em grupos ou em populações específicas. O grande desafio da História Cultural é pensar a articulação entre os discursos e as práticas, os meios de produção e a recepção.

Considerações finais

Os processos históricos e comunicacionais auxiliam na dinâmica de conhecer a realidade e de falar sobre ela tendo sempre em vista sua modificação cidadã. O Quilombo Cocalinho, ao escrever a sua nova história e, os internautas que terão acesso a essas informações, terão suas próprias percepções a partir de suas representações e apropriações desenvolvidas ao longo de sua própria história.

O uso das ferramentas de Comunicação pelos povos e comunidades tradicionais os colocam em disputa pelos espaços em ambientes digitais propagando informações estratégicas e importantes para a conservação do modo de vida tradicional dos povos dos campos, das águas e das florestas. Na fala dos quilombolas, é notória a importância dessas pessoas terem sua realidade divulgada, em seus próprios canais, frente à total ausência dos poderes públicos em garantir direitos básicos: vida digna, acesso livre ao território, segurança alimentar, educação contextualizada entre outros.

A propagação dos conteúdos digitais, a partir dos registros em vídeos e fotos, do repasse de informações por pessoas da própria comunidade mobiliza uma rede de Coletivos de Comunicação Alternativa, apoiado-

res das causas dos povos e comunidades tradicionais, que acaba impactando na mídia tradicional e ganhando ainda mais visibilidade. O que fortalece a luta pelo aceso livre ao território e sensibiliza a sociedade a enxergar a grave realidade das indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadoras e trabalhadores.

Os estudos históricos aqui citados indicam que a tecnologia da informação proporcionou uma transformação radical na técnica de produção e reprodução de textos e conteúdos. Há uma alteração na relação entre o autor e o leitor/internauta, que passa a ter mais dispositivos para questionar a obra principalmente nos tópicos referentes a citação, referência e nota. Basta lembrar que o leitor internauta encontra nos acervos digitalizados a bibliografia indicada e pode questionar tais posicionamentos.

O autor não ignora que a revolução tecnológica oportunizou uma nova visão da leitura e passou a atender uma demanda cada vez mais setorizada. A tela do computador inseriu-se na rotina das pessoas proporcionando uma leitura mais rápida e fragmentada. Foi uma possibilidade enorme para os leitores internautas e também para que as pessoas que se sentiam invisibilizadas anos e anos pudessem expressar seus posicionamentos. Os espaços na internet proporcionaram a produção de conteúdo para a diversidade e pluralidade presente na sociedade: quer pelas identidades étnicas, de gênero, etárias e culturais.

O uso das ferramentas de Comunicação pelos povos e comunidades tradicionais, em especial têm ajudado a sociedade a enxergar a grave realidade das indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadoras do campo, das águas e das florestas. As atividades e estratégias de Comunicação são vivenciadas e planejadas pelos protagonistas de suas próprias histórias, que exercem o próprio direito de comunicar.

A Comunicação Comunitária é uma realidade inspirada nas propostas da pedagogia libertadora de Paulo Freire, praticada a partir das inovações e acessibilidade aos Direitos Humanos, que buscam garantir, principalmente, às minorias invisibilizadas, uma realidade mais humanizada e um olhar mais sociológico, por parte da sociedade para essa realidade que atinge milhares de brasileiros. Os povos e comunidades tradicionais do Maranhão (quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e indígenas), quer pelas organizações comunitárias em seus territórios,

quer pelos movimentos sociais ou pela atuação em rede, utilizam as práticas comunicacionais, principalmente as redes sociais digitais, com fins de ocuparem cada vez mais espaços de decisões políticas na sociedade.

É fato que até hoje, o quilombo registra os próprios acontecimentos. Em uma das falas apresentadas nesse artigo por Leandro dos Santos em entrevista ao coletivo Agro é Fogo, a liderança falava do grande incêndio no território que destruiu a fauna e flora em 2021. A chegada do Corpo de Bombeiros à região veio depois dos vídeos e fotos terem sido registradas nas redes sociais, o que pautou a mídia nacional. No mês de novembro de 2023, o território de Cocalinho, formou a primeira Brigada de Combate a incêndio.

A comunicação, neste contexto, tem a sua importância justamente por se ocupar de uma perspectiva da realidade que é pouco trabalhada nos grandes meios e a importância vem justamente por dar conta de uma realidade, ou das realidades, das pessoas a partir de situações que, se não for dessa maneira, não serão tratadas. O próprio processo de comunicação auxilia na dinâmica de conhecer a realidade e de falar sobre a mesma tendo sempre em vista sua modificação. Essa característica ajuda a desenvolver a cidadania, ajuda a mostrar que a sociedade é mais ampla e complexa do que o conteúdo veiculado na grande mídia. É preciso seguir construindo uma nova história.

Referência Bibliográficas

Barbero, Jesús-Martín. (1999) *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Carvalho, Socorro. (2023) *Entrevista cedida por ocasião do lançamento do Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra*. São Luís, 2023. Disponível em: <<https://agenciatambor.net.br/direitos-humanos/cpt-do-maranhao-realiza-seminario-e-lanca-caderno-conflitos-no-campo/>>. Acesso em 15/05/2023.

Carvalho, Socorro. (2023). *Entrevista com Socorro Carvalho, liderança comunitária do Quilombo Cocalinho*. Entrevistador: Yndara Vasques Lima. Realizada em maio de 2023. Arquivo. Mp3 (20 minutos).

Chartier, Roger. (2008). *A história ou a leitura dos Tempos*. Minas Gerais: Autêntica.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). (2022) *Relatório Conflitos no Campo Brasil 2022*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, GO: CPT Nacional, 269p.

Dos Santos, Leandro (2023). *Entrevista com Leandro dos Santos, liderança comunitária do Quilombo Cocalinho*. Entrevistador: Yndara Vasques Lima. Realizada em maio de 2023. Arquivo. Mp3 (20 minutos).

Dos Santos, Leandro. (2023). *Território Cocalinho: quilombolas na resistência ao Fogo do Agronegócio*. Agro é Fogo. Disponível em <<https://agroefogo.org.br/blog/2021/11/24/territorio-cocalinho-quilombolas-na-resistencia-ao-fogo-do-agronegocio>>. Acesso em 15/05/2023.

Peruzzo, Cicilia Maria Krohling (1998). *Comunicação nos movimentos populares: a participação da construção da cidadania*. São Paulo: Vozes.

_____. (2014). *Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social*. Brasília: Ipea.

Sodré, Muniz (2014) *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis. RJ: Vozes.

Paiva, Raquel. (2007) *O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. (2003) 2ª ed. - Rio de Janeiro: Mauad.



GT10 - Educação, trabalho e neoliberalismo

***Da "Invasão" para a Universidade:
O Aumento da Titularidade entre os
Docentes do Colégio Universitário
COLUN/UFMA***

Karlene Marinho de Araujo
UFMA

Introdução

Este artigo busca fazer uma discussão sobre o impacto da titulação *stricto sensu* entre professores da rede de ensino básico. Analisando as disposições, rivalidades e práticas que se estabelecem no ambiente escolar a partir da titularidade de seus professores mestres, doutores e pós doutores, observando como o princípio de diferenciação através do título age como fator de distinção e permite que esses agentes se distribuam no espaço social, de uma maneira diversificada, utilizando o título como trunfo em determinadas disputas que se manifestam no espaço da escola.

O texto procura observar também como esses agentes se estabelecem no campo das relações educacionais e sua implicação na trajetória dos alunos. Tomaremos como ponto de partida para a análise os professores efetivos que ministram aulas na escola de aplicação, o Colégio Universitário da Fundação Universidade Federal do Maranhão, observando de que forma a titularidade é mobilizada pelos agentes enquanto instrumento de luta e disputas no campo da educação, e como podem garantir acessos diversificados e ampliados aos agentes envolvidos na escola que se estabelece enquanto um campo de disputas (Bourdieu, 1989).

Colocamos em plano de análise as diferenças observadas num primeiro momento quando o colégio de aplicação estava situado na chamada “invasão” termo usado para se referir ao bairro da Vila Palmeira, antigo endereço do colégio Universitário, e em um segundo momento quando a escola saí deste bairro e passa a ocupar um prédio dentro da Universidade Federal do Maranhão.

Dividimos o texto em dois momentos: o primeiro, de maneira mais geral situaremos, historicamente, o surgimento dos colégios de aplicação e nesse cenário como o Colégio Universitário se tornou a extensão da Universidade Federal do Maranhão, destacando a forma como o mesmo passa a ocupar o mesmo espaço dentro da universidade e em como os alunos da educação básica puderam ter acesso a estrutura oferecida pela Universidade.

Num segundo momento trazemos para plano de análise as principais mudanças na configuração do quadro de professores do Colégio Universitário. Levando em conta dois momentos específicos o período em que o colégio universitário estava situado na Vila Palmeira (Bairro periférico de São Luís), década de 1990 e em um segundo momento a partir da década de 2000 quando o colégio Universitário passa a ocupar um prédio dentro da Universidade.

O texto tem como principal pretensão além de estabelecer pontos de comparação entre esses dois momentos históricos, observar e analisar a titularidade dos professores nesses dois momentos. Como esses agentes, aparentemente submetidos as mesmas condições de trabalho vão apostando na garantia dos títulos de mestrado, doutorado e pós-doutorado; e como esses títulos vão sendo mobilizados enquanto trunfo dentro da instituição; quais fatores internos e externos podem ser observados como fator que colaboraram para o investimento no título.

Sobre os colégios de aplicação.

A partir da década de 1970, as escolas secundárias¹ tiveram atenção maior, principalmente, devido ao aumento das instituições privadas de ensino superior que ficavam com vagas ociosas por não ter um ensino secundário que atendesse a todos (BONALDI, 2015). Com o aumento das escolas de ensino secundário houve também uma demanda maior por aberturas das chamadas escolas de ensino médio e técnica, nas quais, o governo Brasileiro, passou a investir, ampliando o número de vagas e de escolas, a fim de atender, também, um número maior de estudantes de camadas populares.

Nessa conjuntura abriu-se espaço também para o surgimento dos colégios de aplicação, cuja proposta era diferenciada. No Brasil tiveram sua origem ligada ao movimento da escola nova. Os escolanovistas brasileiros, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre

1. O ensino secundário compreende o atual ensino fundamental maior (6º ao 9º ano) e ensino médio (1ª a 3ª série). Antes da LDB 4.024/1961, somente os discentes que cursavam o ensino secundário é que poderiam ter acesso às Instituições de Nível Superior.

outros, defendiam um novo modelo de educação pautado na centralidade do aluno e, portanto, no rompimento com os métodos tradicionais (OLIVEIRA, 2019). Estes educadores postulavam ainda a ampliação da educação obrigatória, de caráter laico e público. Em outras palavras, pretendiam trazer para a nação uma nova concepção de escola que atendesse a uma formação mais totalizante do indivíduo como destacou Anísio Teixeira (1987) ao escrever sobre a Educação Escolar no Brasil.

“A escola primária deverá, assim organizar-se para dar ao aluno, nos quatro anos do seu curso atual e nos seis a que se deve estender, uma educação ambiciosamente integrada e integradora. Para tanto precisa, primeiro, de tempo: tempo para se fazer uma escola de formação de hábitos (e não de adestramento para passar em exames) e de hábitos de vida, de comportamento, e de trabalho e de julgamento moral e intelectual (TEIXEIRA. 1987. p.392.)”

Na década de 1940 os ginásios, como eram conhecidos os colégios de aplicação, foram pensados inicialmente como um espaço para atender a uma demanda do estágio docente que visava incrementar a formação de professores que aos poucos foi tomando maiores proporções em todo o país como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Ginásios e Colégios de Aplicação no Brasil (Panorama geral).

ANO DE CRIAÇÃO	ESCOLA/UNIVERSIDADE
1948	Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1949	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia
1954	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Minas
1954	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande
1958	Ginásio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade
1959	Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe
1961	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina

1963	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal do Pará
1965	Ginásio de Aplicação João XXIII da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora
1966	Ginásio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás
1968	Colégio Universitário da Fundação Universidade do Maranhão²

Fonte: OLIVEIRA (2019).

O colégio de aplicação da Fundação Universidade Federal do Maranhão, COLUN/ UFMA, foi fundado em maio de 1968 e, reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação no ano seguinte. Sua função inicial era a preparação de jovens para o acesso ao Ensino Superior e, portanto, oferecia à sua clientela apenas o ensino da 3ª série do antigo colegial (segunda etapa do Ensino Médio, conforme a Lei nº 4.024/1961). No seu primeiro ano letivo, em 1968, foram matriculados apenas 15 alunos que formaram a primeira turma de pré-universitários, isto é, candidatos aos exames de admissão para o ensino superior.

Nos anos seguintes, ainda nessa primeira formação, o COLUN ofereceria anualmente 03 turmas. No ano de 1972, a escola teve seu regimento interno aprovado e, por este documento, tornou-se Colégio de Aplicação da Universidade. Campo de estágio para os cursos de licenciatura da Universidade Federal do Maranhão³ (OLIVEIRA,2019).

Atualmente a escola está estruturada da seguinte maneira: a organização por nível de ensino é formada da seguinte forma: a) anos iniciais do Ensino Fundamental (5º ano); b) anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9ºano); c) Ensino Médio Regular (1ª. 2ª e 3ª série); d) Ensino Médio Integrado ao Técnico - Educação Profissional (Técnico em Administração e Técnico em Meio Ambiente) e, e) técnico subsequente (Técnico

2. Também chamado de Colégio de Aplicação. (OLIVEIRA, 2019)

3. O processo de legitimação do colégio universitário teve como marca várias disputas que podem ser consultadas no trabalho do autor: OLIVEIRA, Wilson Raimundo de. **Do palácio à periferia: a trajetória do Colégio Universitário da UFMA (1980-2006)**. 2019. 115 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019 . Disponível em: <https://tedeabc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/3173/2/WilsonOliveira.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

em Enfermagem). As vagas são disponibilizadas a comunidade através de edital, no qual os alunos são selecionados através de uma prova.

Sobre a localização do colégio Universitário é importante destacar que nem sempre esteve fixado no campus da Universidade Federal do Maranhão. Na década de 1980 esteve localizado na Vila Palmeira, (bairro considerado invasão de São Luís⁴), até o ano de 2006, quando, devido a problemas estruturais, a escola precisou ser transferida para o Campus da UFMA, como mostra o texto abaixo retirado do Plano Político Pedagógico:

“[...] em virtude das condições físicas do prédio da Vila Palmeira, que eram precárias, não sendo possível reformá-lo em razão de não pertencer ao patrimônio da universidade, o Colégio Universitário iniciou seu processo de transferência gradativa para o campus central da UFMA situado no Bacanga. Neste local, havia sido inaugurado em 2005 um prédio escolar que, mediante convênio com a SEDUC, abrigava um anexo da rede estadual de ensino que ali funcionou temporariamente. Em 2006, inicia-se a transição da Vila Palmeira ao campus com alunos dos cursos técnicos, do ensino médio e dos dois últimos anos do Ensino Fundamental (8º e 9º anos); ficando na Vila Palmeira as demais turmas do Ensino Fundamental. A partir de então, os anos iniciais foram sendo extintos aos poucos na Vila Palmeira. Em 2007, 4º, 5º, 6º e 7º anos foram instalados provisoriamente em uma unidade de ensino estadual no Rio Anil. Em 2008, todos estes segmentos (fundamental, médio e técnico) passaram a ser ofertados exclusivamente no Colégio Universitário em seu novo endereço. Em 2006 o Colégio sofreu uma nova mudança de endereço, tendo sido transferido para o seu atual prédio, dentro da cidade universitária. Este fato aproximou fisicamente o COLUN das atividades universi-

4. “As Comunidades como a de Coroados, Vila Palmeira e dezenas de outras em vários pontos da cidade eram representadas também pelo termo “invasão” porque seus moradores não tinham títulos das propriedades ocupadas. O disciplinamento do solo urbano por parte da Prefeitura encontrou variadas formas de resistência, desde a reconstrução das casas derrubadas pela polícia, descambando muitas vezes para a violência, até a criação da “União de Moradores” em cada bairro, como forma de organização comunitária que acabou reconhecida pela Prefeitura (OLIVEIRA.2019).”

tárias e também tem proporcionado aproximações em outras esferas. (Projeto Político Pedagógico. P. 12).”

Diante dessa mudança de endereço e da aproximação física do Colégio Universitário (COLUN) com as atividades universitárias, novas tramas sociais puderam ser observadas. Houve uma modificação, relativa a posição da escola no campo acadêmico, na qual, os agentes envolvidos, principalmente os professores começaram a se movimentar de forma diferenciada, já que o campo passou a exigir novas estratégias de manutenção do cargo e novos aspectos de distinção.

Na década de 1990 o quadro de docentes era composto apenas por professores cuja titulação era a mínima exigida: Ensino médio completo e alguns licenciados, a partir da década de 2000, verifica-se uma mudança no processo de formação desse professor⁵. Essa formação, agora mais exigente, não poderá admitir que professores fossem para sala de aula sem a qualificação necessária. Neste caso, a titularidade começa a ser mobilizada como instrumento de luta simbólica produzida no interior das relações entre os professores do colégio Universitário. A mudança física do prédio do Colun para o campus da Universidade não só garantiu a conquista do prédio próprio mais também garantiu a incorporação de estruturas e percepções de mundo próprias do campo acadêmico.

Dessa forma algumas questões se puseram diante de nós: estabelecidos em um campo de forças diferenciado, que é o campo da universidade, quais lutas e relações esse campo vai apresentar a esses docentes? Quais forças, quais necessidades se impuseram a esses agentes? Quais as relações se estabelecem entre os professores da escola e os professores da Universidade, quais lutas internas a própria escola foram percebidas referente a busca pela titularidade como fator de manutenção do cargo.

Como a escola agora dentro da Universidade vai se tornar um ambiente de disputas e novas relações, quais novas conexões podem ser observadas, sabendo que os processos não são planejados, são conflituosos. Serão os professores da educação básica os outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000.) da docência universitária, como podemos pensar es-

5. Dados coletados a partir do demonstrativo pessoal docente 1990. Documento produzido pela secretaria do Colégio Universitário.

ses mesmos professores em relação aos seus pares? O jogo se joga em várias direções, podemos pensar aqui os professores do Colégio Universitário em relação aos professores dos departamentos da Universidade Federal do Maranhão, mas vamos pensar os professores do Colégio Universitário e suas relações entre si agora estabelecidas nesse novo campo, e em como o campo vai se construindo e estabelecendo novas leis, obrigações, deveres, dividas, controle, sujeições culminando na busca pela titularidade e as consequências desse aspecto de distinção.

A escola como campo de disputas

A escola se constrói enquanto espaço social e mobiliza vários tipos de agentes com posições diferenciadas e estratégias. Para isso, é importante compreender o espaço social e os campos em que os agentes estão inseridos. Para Bourdieu (2011b, p. 18), a noção de espaço remete a um “conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre”.

É nesse espaço social, um espaço de diferenças, que estão os campos. Dessa forma, Bourdieu (2011b, p. 50), descreve o espaço social como um campo, pois é, ao mesmo tempo, “*um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes* que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura”.

Pensando a partir desse esquema de análise, o processo de formação do Colégio Universitário, observamos, a partir da sua história, como as disputas com fins os mais diferenciados foram ocorrendo, internas e externamente, estas disputas foram pensadas a partir de uma rede de interdependência do colégio em relação a outras instituições, cuja relação em constante movimento, pode garantir a saída da escola de um bairro de periferia para o campus da universidade.

A partir desse movimento de saída do bairro da Vila Palmeira para o

campus da Universidade, novos campos de possibilidades foram construídos e novas demandas foram colocadas para os professores, bem como, novas relações foram necessárias dentro do campo, para garantir a permanência de um grupo novo de professores da Rede básica de Ensino, que chega à universidade reivindicando a sua permanência. OLIVEIRA (2019. Pág.69), faz uma apresentação de como costumava ser os professores da rede Básica de ensino.

“Levando-se em conta a carência de pessoal com diploma de nível superior, era muito comum que os professores da educação básica (1º e 2º graus) não fossem, ainda, licenciados. Eram professores de escolas públicas e privadas que estavam com suas licenciaturas em andamento. Por essa razão, o projeto previa um Colégio com prerrogativas mais ampliadas, incluindo sua “[...] contribuição natural ao aprimoramento e elevação da qualificação dos docentes de 1º e 2º graus do Maranhão” (OLIVEIRA. 2019. pág.69).

O Colégio Universitário na década de 1990 ainda situado no Bairro da Vila Palmeira, de acordo com o demonstrativo pessoal, documento construído pela secretaria da própria escola, mostrou como os docentes estavam distribuídos a partir da titularidade:

Quadro 1 – Níveis de Escolaridade professores COLUN. Década 1990.

Total de professores	Titulação
42	Especialização
28	Licenciatura Plena
11	2ºgrau completo
Total geral de Professores: 81	

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos da Universidade Federal do Maranhão.

Os professores para ocupar o cargo eram submetidos a um concur-

so público dividido em duas etapas prova teórica e didática. Na década de 1990 o campo social em que estavam envolvidos aqueles agentes era construído de forma diferenciada o que permitia mobilizar diferentes capitais. O título não era visto como um trunfo, ou como um aspecto de distinção muito valorizado. As relações que se estabeleciam dentro da escola eram medidas por uma comunidade em que a titularidade não era um aspecto que fazia muito sentido, sendo assim, as exigências internas (entre os agentes da escola) refletiam as exigências externas (Comunidade e escola) e vice versa, as relações de poder se estabeleciam em um âmbito ditado pelas relações que se originavam no interior daquele campo social, as regras eram muito particulares. As relações dentro daquele mundo social eram caracterizadas por um estilo de vida diferenciado aonde o aspecto distintivo do professor estaria mais ligado à sua capacidade de inserir o aluno no mercado de trabalho⁶ associado a formação de mão de obra qualificada era um aspecto associado a figura do bom professor.

A partir do momento em que houve uma mudança objetiva na posição do Colégio Universitário, logo novas exigências foram feitas nesse novo campo, com novas leis, cuja lógica irá se apresentar de forma diferenciada. Os professores da rede básica de ensino são inseridos no chamado campo acadêmico, e assim, novas disputas e novas interações serão construídas.

Para Bourdieu, um campo social envolve suas relações de força, disputa, estratégias e interesses (e assim está sempre sendo redefinido pela luta para conservá-lo ou transformá-lo), mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. O “campo é uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo etc.) entre posições” (BOURDIEU, 1996, p. 261). Existir institucionalmente é ocupar uma posição determinada na estrutura social e trazer-lhe marcas, sob a forma, especialmente, de automatismos verbais ou de mecanismos mentais, é também depender, ter e ser tido, em suma, pertencer a grupos e estar encerrado em redes de relações que têm a objetividade, a opacidade e a permanência da coisa e que se lembram sob

6. O colégio Universitário na década de 1990 oferecia aos seus alunos as disciplinas de: Educação para o lar, Serigrafia, Oficina Agrícola, Oficina de Cerâmica, Serralheria e computação. (Dados obtidos no Demonstrativo pessoal COLUN-1993-1994).

a forma de obrigações, de dívidas, de deveres, em suma, de controles e de sujeições (BOURDIEU, 1996, p. 43).

O campo representa um espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias que, além da autonomia dele próprio, também coloca em jogo a autonomia de seus subcampos. A autonomia de um campo envolve a natureza das pressões externas e como elas são exercidas, influenciam e determinam-no (pois as influências externas são mediadas pela lógica do campo), assim como sob quais “formas se manifestam as resistências, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

O esquema do Bourdieu nos ajuda a pensar como se constrói o campo acadêmico, pode-se perceber que além da autonomia do campo em si, há a luta dos subcampos, as lutas que se estabelecem no interior dos subcampos que são acionadas também pela titularidade, as disputas se manifestam também através do alto investimento no título.

Como são os agentes que criam o espaço social, que só existe por esses e pelas relações objetivas que aí estabelecem, é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não fazer. Somente compreendemos a fala de um agente engajado em um campo se nos referimos à posição que ocupa nesse campo. Sendo assim, observamos que a partir dessa mudança espacial dos professores do colégio universitário para ocupar a Universidade houve também uma produção de novos bens simbólicos que dariam a esses professores novas possibilidades de movimentar dentro do campo escolar, e agora o título é tido como algo prestigioso, conhecido e reconhecido se tornando quase uma regra para a ocupação dessa nova posição.

O título se estabelece assim, como um instrumento de diferenciação social e de garantia de estabelecimento (BOURDIEU, 2003).

O colégio Universitário depois de estabelecido dentro do espaço da Universidade Federal do Maranhão, começou a se reorganizar simbolicamente dentro desse espaço, novas lógicas e novas relações foram sendo construídas, novas demandas. A posição dos professores da rede básica de ensino agora dentro de uma universidade vai exigir no interior das relações diferentes pontos de vista acerca de sua própria posição e

função. Uma escola que sai de uma “Invasão” para ocupar um novo espaço carregado de novas representações.

Estamos diante de uma nova configuração que se constrói à medida que, as exigências em torno da qualificação, baseada na certificação profissional docente aumenta, a função social da certificação escolar ou do diploma é explicada por Pierre Bourdieu (1998) a partir da busca dos agentes sociais por autoridade que os legitimem a atuar no mundo social, sendo este mundo, como já destacamos estruturado por campos culturais, científicos e políticos, dentre outros. Tais campos, a partir de sua especificidade, estruturam as ações dos agentes, definindo as condições de vida social dos mesmos, suas lutas e suas regras. O funcionamento de um dado campo implica a existência de “objetos de disputa e de pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que implique no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo” (BOURDIEU, 1983, p. 90).

De acordo com documentos contidos no arquivo do colégio Universitário observamos que ainda na década de 1990 o professor com maior titulação era especialista em sua área de atuação, já na década de 2000 verificamos uma diferença na titulação destes professores, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Níveis de Escolaridade professores COLUN. Década 2000⁷.

Total de professores	Titulação
Mestres	60
Doutores	25
Graduados e Especialistas	27
Total geral de professores 112	

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos da Universidade Federal do Maranhão.

No intervalo de tempo que há entre os dois quadros, muitas mu-

7. Esses dados, segundo a secretaria do Colégio Universitário, já estão defasados houve um aumento no numero de mestres e doutores que ainda não foi quantificado.

danças no cenário educacional brasileiro aconteceu relativo aquilo que Oliveira (2019) chamou de *formação continuada*. Na década de 1990, a formação continuada passou a ser considerada uma das estratégias fundamentais para o processo de construção de um novo perfil profissional do professor. Tornou-se comum, inclusive, defender que a formação inicial, mesmo em nível superior, embora necessária, não seria uma condição suficiente para garantir o desenvolvimento profissional dos docentes. Assim, o desenvolvimento profissional permanente dos professores emerge, simultaneamente, como uma necessidade intrínseca dos sistemas de ensino que vai aparecer através da busca pelo título objetivado através do diploma.

O diploma é considerado por Bourdieu (1998) uma representação simbólica nominada, pois quando a sociedade (sistema de ensino) confere o diploma a alguém, nomeia-o e classifica-o como distinto; alguém que possui uma carga cultural elevada e competência técnica suficiente para satisfazer as exigências da sociedade.

Com isso, aquele que possui um diploma tem sob si a responsabilidade de ir em busca de conhecimento social e simbólico, “Ter o nome é sentir-se com o direito de exigir as coisas que, normalmente, estão associadas a tais palavras, isto é, às práticas [...] e aos correspondentes benefícios materiais e simbólicos.” (BOURDIEU, 1998, p.129). Sendo assim o ator social vai se movendo através das estruturas sociais a partir desses bens simbólicos que são produzidos

Essa relação entre ator social e estrutura social é destaca por Bourdieu ao salientar que existe uma estreita relação entre os agentes sociais e as demandas objetivas do campo social no qual esse indivíduo está inserido, buscando capital simbólico – entendido como poder de “consagrar um crédito” oferecido pelo capital cultural em seu estado incorporado, objetivado ou institucionalizado.

“O capital cultural no estado incorporado está sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros [...] que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias; no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ele confere ao capital cultural de que

é supostamente a garantia, propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 2003, p. 74).”

Esse campo social em que os agentes estão inseridos exige deles “armas e objetos de lutas que se travam nos campos de produção cultural (campo artístico, científico)” (BOURDIEU, 2003, p. 78). O capital incorporado (saber), o capital institucionalizado (diploma) e o capital objetivado (recursos de leituras e interpretações) possuem o poder de instrumentalizá-los na luta por legitimação social; impulsionando a expansão do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e culturais, o qual movimentava as regularidades sociais nos diferentes momentos políticos.

Quando os professores do colégio Universitário saem da chamada “invasão” e ocupam a universidade, além das disputas por uma sede e identidade para a escola, o que observamos é que começam a buscar legitimidade dentro desse campo. A legitimidade só viria a partir da titularidade igual entre os pares da Universidade, a moeda valorizada dentro desse campo estava diretamente ligada aos títulos. O campo acadêmico exigiria novas posições entre os professores e, conseqüentemente, o grupo de professores que permaneceu foi empurrado pelo campo para a chamada “formação continuada”. O que parece ser algo movido através de uma perspectiva individual, mas que ao observar mais de perto observamos que o campo vai se apresentando e pressionando esse agente a se mobilizar de forma diferente caso queira permanecer.

Em conversa com uma das professoras admitidas na década de 1990⁸ e que leciona no colégio nas turmas de 5º ano, quando questionada sobre essa mudança revelou que nos anos de 1993 era comum os professores serem admitidos com apenas a graduação, e esse dado repercutia na ausência de projetos de pesquisa na escola. O *ethos academicista* do Colégio Universitário só veio depois da mudança de localização e do aumento no quadro de professores mestres e doutores. Esse aumento foi se dando de forma gradativa a partir da aposentadoria dos professores mais antigos e abertura para novas vagas que foram sendo preenchidas por professores com titulação diferenciada em relação aos demais.

8. Professora Maria Jandira Andrade foi admitida na década de 1990 e terminou recentemente o mestrado em Educação.

Observamos que um dos aspectos diferenciados resultado da inserção do colégio universitário na universidade foi o aumento dos projetos de pesquisa e transito de professores de outros departamentos entre o alunado do ensino básico, essa mobilidade e transito de professores e alunos tem permitido reorganizar a escola de ensino básico em uma extensão da Universidade em se tratando produção acadêmica. Atualmente o bom professor é medido a partir da relações que consegue estabelecer com outros departamentos, dos projetos de pesquisa que consegue aprovar junto as instituições de fomento a pesquisa, quantidade de orientados, enfim o que se mobiliza agora são outros instrumentos diferentes dos mobilizados na década de 1990 quando situado na periferia de São Luís.

Considerações finais

Este texto buscou fazer uma apresentação do quadro de professores do colégio Universitário COLUN/UFMA dos anos de 1990 quando ainda era situado em um bairro de periferia da Ilha de São Luís, tentando observar as mudanças que ocorreram em relação ao aumento de professores Mestres e Doutores Observando a partir de duas dimensões: a primeira quando ainda no Bairro da Vila Palmeira e a segunda quando localizado no campus da Universidade Federal do Maranhão.

A análise dessas duas dimensões nos permitiu observar que, ainda na década de 1990, um número bem expressivo de professores era apenas graduado e alguns com especialização. Quando o Colégio chega a Universidade vamos observando que os números vão sendo modificados e não apenas os números, mais a própria configuração da escola vai se modificando a mesma vai adquirindo um caráter mais academicista que se manifesta principalmente através do aumento do número de professores doutores e pós-doutores.

Desse modo novas relações vão se estabelecendo, novas condutas vão sendo construídas, uma nova racionalidade sobre o ser bom professor vai sendo construída e vai se descolando da perspectiva conteudistas tão disseminada entre as escolas da rede básica de ensino. Os professores do Colégio Universitário, embora sob a perspectiva de ocupar uma

posição semelhante a de seus pares da educação básica, quando colocado no interior da Universidade Federal do Maranhão vai ser condicionado a agir de forma diferenciada estimulado principalmente pelas peculiaridades do campo acadêmico.

Por fim, observamos como o colégio universitário foi se estruturando a partir das relações sociais que perpassavam o campo social universitário, o mesmo foi se adequando a partir do capital valorizado entre os agentes presentes naquele campo.

Quando localizado na Vila palmeira as representações estavam ligadas diretamente aos resultados referentes a capacitação de mão de obra e inserção no mundo do trabalho, agora longe daquela realidade, a ideia de bom professor está ligada as capacidades do mesmo em mobilizar o acesso de seus alunos a pesquisa, a publicação de livros, participação de seminários e congressos etc. Ou seja, o professor atual, do Colégio Universitário, mobiliza hoje os trunfos necessários que garantam sua legitimação institucional na atual conjuntura.

Referências

BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. In: *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1998a, p. 81-83.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; AFRÂNIO, C. (org.). *Escritos de Educação*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 72-79.

_____. *Razões prática: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. As categorias do juízo professoral, In: *Escritos de educação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998; p.185-216

_____. Espaço social e gênese das “classes”. In: *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 133-161.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 19-57.

_____. *Questão de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

ALMEIDA, Ana M. Língua nacional, competência escolar e posição social.

In. *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, João. A educação superior. In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. (orgs). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. Xamã: 2002.

COLUN. *Resolução No 284-CONSUN, de 12 de setembro de 2017*. São Luís: UFMA, 2017.

COLUN. Universidade Federal do Maranhão. Colégio Universitário. *Projeto Político Pedagógico / Colégio Universitário*; Coordenação: Alessandra Belfort Barros... [et al.]. __ São Luís: Colégio Universitário, 2023. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/zGdLgc9wSkSUWWE.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

DIAS, JOSIANE DO CARMO SANTOS DA SILVA; SOUSA RUAMA FONSECA DE; FARIAS, LAURA DA SILVA. A relação diploma e poder na sociedade: uma análise nas concepções de Pierre Bourdieu. In: *seminário discurso e relações de poder - anais eletrônicos*. Anais Abaetetuba UFPA, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sedire/129264-a-relacao-diploma-e-poder-na-sociedade--uma-analise-nas-concepcoes-de-pierre-bordieu>. Acesso em: 26/10/2023

ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.p.63-193

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LAHIRE, Bernard. O ponto de vista do conhecimento. In. *Sucesso escolar nos meios populares*. São Paulo: Ática, 1997.p.17-40.

OLIVEIRA, Wilson Raimundo de. *Do palácio à periferia: a trajetória do Colégio Universitário da UFMA (1980-2006)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

Pereira, Ewângela Aparecida. *Relação família e escola: Estratégias de escolarização em cursos de educação profissional do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)*. Dissertação de mestrado. Campus de Campo Grande/MS. 2002.

TEIXEIRA, Anísio. A Educação escolar no Brasil. In: PEREIRA, L.FORACCHI. *Educação e Sociedade: Leituras sociológicas em Educação*. 13ªed.p.388-413. São Paulo. Companhia Editora Nacional.1987.p.388-414.

VILAR BONALDI, Eduardo. *Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens em um cursinho popular*. Rev. Tempo social [on line], vol. 30, n. 01.



GT10 - Educação, trabalho e neoliberalismo

O Modelo Pedagógico da Escola da Escolha e sua presença na Educação Pública do Maranhão¹

Thatyelle Thereza dos Santos Moura da Silva²
UFMA

Prof.Dr.Juarez Lopes de Carvalho Filho³
UFMA

Introdução

Frequentemente ouvimos expressões como: qualidade total, modernização da escola, adequação do ensino à competitividade, do mercado internacional, deserção do Estado, descentralização, protagonismo estudantil projeto de vida, entre outras, que nos remete à ordem do discurso da razão econômica neoliberal para a educação. É partir desse universo que o presente trabalho se insere: discutir e analisar ainda que parcialmente, o modelo pedagógico da escola da escolha e suas implicações na educação pública no Maranhão.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa no âmbito do PIBIC, no ciclo 2021-2022, que teve como objetivo principal, compreender o modelo pedagógico da Escola da Escolha a partir do viés de análise da economia neoliberal, visando entender como essa ideologia impõe mudanças a um determinado contexto político, social e educacional e suas influências dentro das escolas públicas e particulares do Maranhão. A mesma faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o mercado educacional no Maranhão: a educação frente à economia neoliberal, coordenado pelo Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho.

É válido ressaltar, que nas últimas pesquisas, pudemos constatar discursos e práticas dessas instituições que se inserem dentro das instituições de ensino nos diferentes níveis de escolarização. Entretanto, tais discursos se norteiam dentro dos mesmos pontos de vistas do discurso do empreendedorismo e da inovação, que constantemente têm invadido, os sistemas escolares, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, nos últimos anos (LAVAL, 2019; CARVALHO FILHO, 2020).

1. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no Semic-UFMA 2022 como resultado de uma pesquisa no âmbito do PIBIC 2021-2022, sob a orientação do Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho e vinculado ao projeto de pesquisa Mercado educacional no Maranhão, coordenado por este professor.

2. Graduanda em Ciências Sociais

3. Doutor em Sciences Sociales et Économiques pelo Institut Catholique de Paris, Professor no Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-UFMA.

Nesse sentido, tornou-se necessário verificar e analisar tal modelo pedagógico que vem sendo implantado no mercado educação do estado do Maranhão, tendo como enfoque a escola pública. Foi feito um estudo antecipado dos CADERNOS DO CENTRO EDUCAMAIIS do Maranhão, material que orienta a forma de atuação tanto da gestão como dos professores, por meio do protagonismo do estudante, e da Metodologia de Êxito, parte diversificada da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que fornece os princípios educativos do modelo pedagógico, assim como os eixos formativos, alinhados à proposta da Escola da Escolha.

Tal material é produzido e fornecido de forma digital pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE, entidade que foi criada no ano de 2003, através de um grupo de empresários, com finalidade de conceber um novo modelo de escola para resgatar o padrão de excelência do decadente e secular Ginásio Pernambucano, localizado em Recife (Cf. website do ICE).

É válido lembrar, que a Escola da Escolha, engendra o “Projeto de Vida”, como o coração que deve pulsar tal projeto escolar. Tal modelo, é introduzido na escola de tempo integral e nos IEMAS (Instituto Estadual de Educação, Científica e Tecnológica do Maranhão que se rege da seguinte maneira: Modelo Pedagógico: 1) O Protagonismo Juvenil; 2) Os quatros pilares educacionais definidos pela UNESCO – apreender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, e aprender a ser; 3) A Pedagogia da Presença; 4) Educação Interdimensional.

No que tange ao modelo de gestão baseia-se nos seguintes pilares: 1) Protagonismo Juvenil; 2) A formação continuada; 3) Excelência em gestão; 4) Corresponsabilidade e replicabilidade. Partindo do prisma, dos aportes teóricos definidos, tal plano de trabalho vem se situar na interface de diferentes saberes presentes no campo teórico das ciências sociais.

Partindo do exposto, percebe-se que o neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia, onde o centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo. Mas cujo Estado também se torna o seu agente. Dentro do discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcio-

nar à sua semelhança, formando desta forma o capital-humano, para suprir as demandas do mercado de trabalho. (ARANTES; ALENCAR, 2019)

Portanto, o neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, assim, o conteúdo político da cidadania, substituindo-os pelos direitos do consumidor. É como consumidores que o neoliberalismo vê alunos e pais de alunos (ARANTES; ALENCAR, 2019).

Partindo dos pressupostos acima, parte do eixo de análise sobre educação e mercado de trabalho, o objetivo principal da pesquisa desenvolvida foi delinear os principais aspectos da estrutura e particularidades do mercado de trabalho no estado do Maranhão e relacioná-los com o modelo pedagógico da Escola da Escolha e inserção dos alunos no campo do mercado de trabalho a fim de compreender e explicar as desigualdades de acesso e divergências entre as profissões quanto aos níveis de postos de trabalho e renda (CARVALHO FILHO, 2018).

No que tange ao eixo epistemológico, esta pesquisa se especifica em parte no campo da sociologia da educação e da cultura, e por outro lado no eixo da sociologia das organizações. Entretanto, é praticada tendo como norte a tentativa de superação das dicotomias entre as discussões sobre educação e trabalho, de modo que a formação das categorias socio-profissionais seja explicada considerando os aspectos de desigualdades sociais e econômicas no âmbito educacional. Esses fatores também servirão como base para análise das movimentações do mercado de trabalho no Maranhão, na esfera dos diferentes níveis de escolarização e capital cultural (CARVALHO FILHO 2018; SILVA.; CARVALHO FILHO, 2022).

Em alguns dias de observação dentro das turmas de primeiro ano matutino e vespertino, notou-se que os alunos se encontravam ainda no processo de adaptação a nova grade curricular, compreendendo a necessidade da nova disciplina implementada qual seja Projeto de Vida.

Em conversa com alguns alunos, é perceptível o interesse o desinteresse de alguns para com a disciplina, tendo em vista, que alguns pouco se dão conta da importância de uma formação social e psicológica, apenas tendo como objetivo, encerrar o ciclo do ensino médio e começar a trabalhar.

Em contrapartida, alguns alunos mostraram-se interessados e dispostos a se esforçarem com a iniciativa do projeto, afirmando ser necessário um ensino mais humanitário dentro da sala de aula, que não foque apenas numa grade regular e técnica das matérias do ensino médio, com intuito apenas de repassar o conteúdo e posteriormente aplicá-lo numa prova, onde na maioria das vezes os alunos nem compreendem a necessidade de estar aprendendo tal conteúdo.

Este trabalho está estruturado em três seções, a saber: uma exposição sobre o modelo do que se chama a escola da escolha; um outra sobre o discurso da econômica neoliberal e a escola como empresa; e uma verificação in loco do projeto da escola da escolha no Maranhão.

O modelo pedagógico escola da escolha.

O modelo Escola da Escolha traz como slogan os dizeres “um novo jeito de Ver, Sentir e Cuidar dos estudantes brasileiros”, pois de acordo com os seus idealizadores este modelo possibilita que os estudantes desenvolvam a capacidade de refletir sobre o que almejam para sua vida. Para o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), além do aspecto profissional, neste modelo os estudantes conseguem pensar sobre seus sonhos, suas ambições, sobre o seu papel na sociedade, portanto, pensar sobre o homem/mulher que se deseja ser, com todas as suas escolhas (ICE, 2019).

Um jovem deverá ser dotado da capacidade de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade) para fazer escolhas, atuando de maneira autônoma (baseando-se nos seus próprios valores, crenças e conhecimentos), solidária (atuando como parte da solução) e competente (seguindo na capacidade de aprender a aprender) sobre os contextos e desafios, limites e possibilidades advindas do novo século (ICE, 2019, p. 37).

O Modelo da Escola da Escolha tem sua concepção ancorada no compromisso que ultrapassa a ideia de educação prioritariamente focada na dimensão cognitiva, e considera o ser humano nas suas dimensões cor-

poral, afetiva e espiritual, localizando-o em diversos contextos da vida pessoal, social e produtiva (PAULA, 2019).

Compreende-se desta forma, que a partir da realidade que estamos inseridos e, para atender às “demandas educacionais”, o modelo Escola da Escolha tornou-se uma alternativa efetivada graças à parceria realizada entre o Estado e a iniciativa privada que, uniram-se com a perspectiva de construir uma nova equação de corresponsabilidade em torno de uma causa, a causa da juventude brasileira (PAULA, 2019).

Assim sendo, o modelo Escola da Escolha se baseia no Projeto de Vida do aluno, componente curricular no Novo Ensino Médio, que é como núcleo da proposta, e compõe a parte diversificada do currículo, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. De acordo com tal modelo, o projeto da escola deve prover três eixos fundamentais: a) a formação acadêmica de excelência; b) a formação para a vida; e c) a formação para o desenvolvimento das competências do século XXI (PAULA, 2019).

A formação acadêmica de excelência, a ser desenvolvida pela Escola Escolha, seria aquela que não é limitada às diretrizes e ao currículo da BNCC e de outros documentos institucionais, mas que também é integrada por uma parte diversificada que assegure o enriquecimento, aprofundamento e diversificação do próprio currículo, que se daria através de práticas eficazes de ensino e de processos verificáveis de aprendizagem que visam assegurar o pleno domínio do conteúdo a ser desenvolvido pelo aluno (ICE, 2019).

O Modelo mantém-se fiel à perspectiva de uma educação que assegura às crianças, adolescentes e jovens as condições para que construam uma visão de si próprios no futuro e a executem, valendo-se do protagonismo como mecanismo de ação mobilizadora de forças, talentos e potencialidades para essa construção, que se materializa como Projeto de Vida – tema que reside no coração do Modelo da Escola da Escolha (ICE, 2019).

O modelo Escola da Escolha possui assim, como foco a formação integral do educando para construção do Projeto de Vida, o qual é de-

finido pelo próprio ICE como sendo uma espécie de “primeiro projeto para uma vida toda. É uma tarefa para a vida inteira, certamente a mais sofisticada e elaborada narrativa de si, que se inicia nesta escola, além de ser o caminho traçado entre aquele que ‘eu sou’ e aquele que ‘eu quero ser’” (ICE, 2019).

A expressão “projeto de vida” é um dos novos dispositivos que foi associada às recentes reformulações curriculares e está vinculada a uma concepção de responsabilização do estudante pelo processo de ensino-aprendizagem e pela sua inserção no mercado de trabalho (ICE, 2019).

Desta forma, o modelo Escola da Escolha proporciona um projeto escolar provido de três eixos formativos: formação acadêmica de excelência, formação para vida e formação para o desenvolvimento das competências do século XXI que contribuirão para formação de um jovem que ao final da educação básica deverá ter formulado um Projeto de Vida como sendo a expressão da visão que ele constrói de si e para si em relação ao seu futuro e define os caminhos que perseguirá para realizá-la em curto, médio e longo prazo (PAULA, 2019).

Sendo assim, as novas demandas da sociedade exigem o repensar da educação e das escolas, pois os paradigmas que têm dado sustentação às práticas educacionais não dão conta de propiciar um desenvolvimento individual e social equânime, podendo-se verificar o aumento da miséria, da exclusão social, do individualismo e da competitividade predadora que estão a segregar indivíduos, grupos e nações (ARANTES; ALENCAR, 2019).

Por outro lado, confirma-se a função da educação como fator de desenvolvimento econômico e social de um país, onde urge o imperativo de ela estar atenta às mudanças no contexto e às exigências da sociedade do conhecimento, colocando-se lado a lado com o progresso, acompanhando os avanços científicos e tecnológicos, formando pessoas dinâmicas, criativas, sensíveis, propositivas, colaborativas e que estejam devidamente habilitadas para enfrentar um mundo em um processo acelerado de mudanças (ARANTES; ALENCAR, 2019).

Sendo assim, o ideal formativo que se projeta no Modelo é o de um jovem que ao final da Educação básica tenha constituído e consolidado uma forte base de conhecimentos e de valores, que tenha desenvolvido a

capacidade de não ser indiferente aos problemas reais que estão no seu entorno e se apresente como parte da solução deles e, finalmente, que tenha desenvolvido um conjunto amplo de competências que o permita seguir aprendendo nas várias dimensões da sua vida, executando o projeto construído e idealizado para o seu futuro ou o seu Projeto de Vida, essência da Escola da Escolha (ARANTES; ALENCAR, 2019).

O discurso da economia neoliberal ou escola-empresa.

No livro “A Escola não é uma empresa”, Christian Laval disserta, a partir da crise de legitimidade pela qual passa a escola, as raízes liberais dessa crise e suas repercussões negativas não só na escola como também nos valores humanos e familiares que têm se dissolvido afetando também a legitimidade do professor. O autor apresenta durante a obra como, sutilmente, o discurso dominante já arraigado na escola americana chega até a Europa e alcança até a resistente França (SOUZA, 2021):

A profissionalização é um dos sustentáculos da nova ordem escolar. Embora seja uma tendência antiga e derive da própria forma da sociedade salarial, o neoliberalismo se apresenta hoje como uma radicalização dessa lógica. O fenômeno mais significativo é que todos os níveis e todas as carreiras escolares, e não só os últimos anos ou não só as carreiras tecnológicas e profissionalizantes, são afetados. A profissionalização se tornou um imaginário que gostaria de reinterpretar todas as ações e todas as medidas pedagógicas por um único objetivo. Essa ideologia, que transforma a política educacional em uma política de adaptação ao mercado de trabalho, é um dos principais caminhos para a perda de autonomia da escola e da universidade. Obviamente ela é apresentada em geral como um caminho de modernização do sistema escolar, ou até mesmo como o caminho real da democratização (LAVALL, 2019, p. 74).

Demonstra também tendência de globalização do tal discurso fundamentado em argumentos de necessidade de renovação da escola; um

discurso aparentemente humanista, mas com base em necessidades puramente utilitaristas da educação. Laval destaca que o interessante para a escola hoje, segundo o discurso neoliberal, é o “aprender a aprender” no sentido de ter “criatividade, desembaraço, flexibilidade e autonomia” no curso do trabalho, devendo a escola “abandonar tudo o que se pareça com uma “acumulação de saberes supérfluos,” pois, “o essencial repousa na capacidade do trabalhador de continuar a aprender o que lhe será útil profissionalmente” (SOUZA, 2021).

De fato, a profissionalização dos estudos é uma dimensão inevitável em nossas sociedades. A escola prepara para uma profissão e o êxito escolar parece garantir o sucesso social e profissional. A maioria das famílias, de todas as classes sociais, apoia a escolarização de seus filhos com a esperança de que um “bom emprego” venha depois de uma boa escolaridade. Além disso, o imperativo da profissionalização da escola se apoiava em uma grande angústia social, numa época de desemprego crescente (LAVAL, 2019, p. 75).

Para a palavra eficaz no discurso neoliberal, o autor traduz a escola como a empresa que produzirá gente capaz de atender ao mercado, na maior quantidade possível num menor tempo, destacando a inutilidade do currículo cultural e intelectual posto até aquela data. Durante sua discussão, Laval conta sobre a decadência da escola americana já encarada desde início do século XX no discurso liberal e de que forma isso chegou até a França (SOUZA, 2021).

Essa reivindicação – que, no caso em questão, se voltava contra uma visão etérea da educação herdada do desprezo aristocrático pelo trabalho – foi recuperada pelos partidários da escola neoliberal, que converteram a inserção profissional no principal fundamento da reforma que desejam. Mas eles não o fazem para promover o valor do trabalho ou defender a dignidade dos “profissionais”, e sim para fornecer às empresas uma mão de obra mais “adequada”. Portanto, cabe nos interrogarmos sobre o seguinte paradoxo: embora o ensino “técnico” como carreira direcionada para o emprego continue menosprezado, e o seu ensino es-

pecífico seja marginalizado ou ignorado, ele se tornou uma espécie de “padrão geral” que todas as outras formas de saber e estudo devem seguir, justamente por estar estreitamente ligado ao “profissional”, segundo a máxima proposta por Roger Fauroux, para quem toda formação deve ser profissionalizante (LAVAL, 2019, p. 75-76).

Diante do exposto, a educação é posta pelo neoliberalismo, como sendo toda atividade; pode ser aproximada a um mercado concorrencial, onde as empresas ou quase empresas especializadas na produção de serviços educacionais, submetidas aos imperativos do rendimento, têm por objetivo atender aos desejos de indivíduos livres em suas escolhas mediante o fornecimento de mercadorias ou quase mercadorias. Essa concepção quer que se admita como evidente que as instituições sejam “conduzidas” pelas demandas individuais e pelas necessidades locais de mão de obra, e não por uma lógica política de igualdade, solidariedade ou redistribuição em escala nacional (SOUZA, 2021).

Sendo assim, nesse novo modelo, a educação é considerada um bem de capitalização privado. Essa representação deve ser relacionada à forte “demanda” social por educação, onde muitas famílias, para prover os filhos de competências que consideram indispensáveis, entraram em disputa para colocá-los nas melhores escolas, nas melhores carreiras, nas melhores faculdades e universidades ou nas Grandes Escolas (SOUZA, 2021).

A verdade é que o Neoliberalismo escolar provoca um verdadeiro desmonte da escola pública, neste contexto “os pais deixam de ser ‘usuários’ de um serviço público e passam a ser ‘clientes’ de empresas educacionais às quais pagam com os *vouchers* recebidos (LOPES; CAPRIO, 2017).

Mediante o exposto, a dita “boa educação” aparece como um investimento: frequentar uma boa instituição de ensino, escolher uma boa área, uma boa disciplina, tornou-se mais que nunca o fator essencial para o êxito escolar e a ascensão social. Toda a sociedade é levada a essa busca pelo melhor estudo e pela melhor instituição, e a escola, mais que nunca, se torna um grande terreno de competição (LOPES; CAPRIO, 2017).

Sendo assim, o neoliberalismo não criou esse fenômeno, apenas o agrava e o justifica ideologicamente: a competição para ter acesso a esse bem raro, ao mesmo tempo mais aguda e mais desigual, parece evidente. O mercado da educação é resultado de uma indiferença às estratégias ou de uma inibição no agir, uma passividade que, na realidade, é consequência indireta da onda neoliberal que deslegitimou o voluntarismo do Estado e pôs em xeque todo o esforço para limitar o jogo dos interesses privado. (LOPES; CAPRIO, 2017)

O controle direto e mais estrito da formação fundamental e profissionalizante é um dos grandes objetivos dos meios econômicos. Essa formação não somente vai determinar o nível de eficácia econômica e o dinamismo da inovação como vai fornecer um mercado muito promissor às empresas. A educação não dá apenas uma contribuição fundamental à economia, não é apenas um input em uma função de produção, mas é entendida como fator cujas condições de produção devem se submeter plenamente à lógica econômica. Por essa razão, é considerada uma atividade com custo e retorno, cujo produto se assemelha a uma mercadoria (LAVAL, 2016, p. 37).

Perante o exposto, esse novo modelo escolar e educacional que tende a se impor se baseia, em primeiro lugar, em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica, onde o principal objetivo é que as instituições em geral e a escola em particular só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia, onde o “homem flexível” e o “trabalhador autônomo” são as referências do novo ideal pedagógico (LOPES; CAPRIO, 2017).

Sendo assim, uma dupla transformação tende a dar novos significados a articulação entre escola e economia em um sentido radicalmente utilitarista: onde de um lado tem a forte concorrência dentro de um espaço econômico globalizado; e de outro, o papel cada vez mais determinante da qualificação e do conhecimento na concepção, na produção e na venda de bens e serviços (LOPES; CAPRIO, 2017).

O período neoliberal do capitalismo tende a mudar o vínculo entre diploma e valor pessoal reconhecido socialmente, tornando-o mais

frouxo e impreciso. Numa época em que se declara que o saber é um “produto perecível” e as competências, objeto de uma “destruição criativa” permanente, o título escolar e universitário tende a perder força simbólica. No momento em que finalmente se propaga, o saber é cada vez mais considerado uma fonte de rigidez que já não corresponde aos novos imperativos de adaptabilidade permanente e reatividade imediata da empresa. Evidentemente, essa contestação deve ser imputada às transformações do trabalho. (PAULA, 2019)

Partindo dos pressupostos acima, entende-se, portanto, que não existe nenhum altruísmo na aquisição desse capital humano. Tal concepção pressupõe que a “escolha da profissão” é unidimensional: a única coisa que interessa é a renda que a profissão escolhida proporcionará. Ela deixa de lado todas as representações do futuro ligadas às condições presentes, aos valores transmitidos e às oportunidades apresentadas, e esquece que a relação de um indivíduo com a vida ativa é uma relação que envolve tanto uma história pessoal e coletiva como as relações entre as classes sociais, os sexos e os grupos etários (PAULA, 2019).

Na concepção utilitarista da escolha profissional, tudo é comandado pelo esforço racional para adquirir uma renda suplementar, e o próprio esforço é determinado pela taxa de retorno esperada do investimento. O financiamento deve depender do ganho esperado, dos usos e do grau de generalidade das competências adquiridas. Se o gasto com educação é destinado em primeiro lugar à formação de um capital humano, a questão que se coloca é saber quem deve pagar, quem deve definir os conteúdos, quem deve ser o mestre de obras dessa formação. Dependendo do ganho esperado, o financiamento deve ser dividido entre o Estado, a empresa e o indivíduo (PAULA, 2019).

A aplicação do modelo pedagógico escola da escolha.

Dentro dessa análise, foi que surgiu a necessidade e o interesse de verificar e analisar o modelo pedagógico implantado dentro do mercado educacional no Maranhão. Neste presente relatório será dado ênfase na implantação do modelo Pedagógico Escola da Escolha, no Centro de Ensino Nina Rodrigues, localizado no município de Anajatuba/MA.

Em conversa com a coordenação pedagógica e com alguns professores, cumulado com observação direta em algumas turmas de 1º ano do Ensino Médio, foi esclarecido, que a implementação de tal método e sua aplicação através do Projeto de Vida, fora feito no ano de 2022, e os resultados estão sendo colhidos aos poucos, tendo em vista a recente implementação.

No mais, o objetivo maior de acordo com a diretora, professores e coordenadores, é fornecer um conhecimento mais humano e dentro da sala de aulas para os alunos, tendo vista o retorno em sala de aula, pós-pandemia da COVID-19. Em alguns dias de observação dentro das turmas de primeiro ano matutino e vespertino, que foram as turmas onde ocorreu a primeira implementação, alguns alunos ainda estavam no começo um tanto perdidos, e não compreendiam a necessidade de uma disciplina denominada Projeto de Vida.

Com o decorrer do tempo, foi perceptível que a aceitação dos alunos e o interesse pela disciplina se tornou melhor, e os alunos começaram a ter uma maior participação e empolgação nas participações das aulas e nos projetos aplicados dentro da escola, o que motivava tanto os alunos como os professores a continuar aplicar tal método pedagógico.

Ao fim, em conversa com alguns alunos, ainda existem alguns que não estão muito interessados nessa disciplina Projeto de Vida dentro das escolas, a partir da implantação do Novo Ensino Médio, mas a grande maioria, apoia a iniciativa do projeto, tendo em vista, que afirmaram ser muito importante a necessidade de humanizar os ensinamentos dentro de sala de aula não focando apenas na grade regular e técnica das matérias do ensino médio, mas também, na formação social e psicológica dos alunos.

Considerações finais

Diante do exposto, para a formação de um indivíduo competente e produtivo e que atenda às demandas para o desenvolvimento econômico do país, a classe empresarial provoca diversas adequações no âmbito da educação pública, tais como a gestão gerencial, a avaliação em larga escala, a meritocracia, os produtos educacionais padronizados e repli-

cáveis, dentre os quais pode ser citado o modelo Escola da Escolha, que são apresentadas como uma solução aos problemas dos sistemas educacionais. Deste modo, justificando-se na necessidade de adequação, aos poucos, a classe empresarial vai conseguindo naturalizar o “estabelecimento de parceria público-privada” (SOUZA, 2021).

O ICE, por meio do modelo Escola da Escolha, propõe essas adequações, visto que foram necessárias mudanças profundas em termos de conteúdo, método e gestão, a partir das quais se construíram as bases do modelo da Escola da Escolha. Já ficou evidenciado que existe, por parte da classe empresarial, a predileção pela qualidade da profissionalização da escola. Ocorre que isso, além de atender aos interesses privados, serve para diminuir a atenção que é dada a outros elementos da estrutura da escola. (SOUZA, 2021)

Desta maneira, a escola que adota o modelo Escola da Escolha termina abandonando uma lógica de conhecimentos para adotar uma lógica de competências, o que deveria despertar profunda preocupação a todos nós, tendo em vista que essa lógica da competência, dando mais prioridade às qualidades diretamente úteis da personalidade empregável, comporta um sério risco de desintelectualização e de desformalização do processo de aprendizagem (ARANTES; ALENCAR, 2019).

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, consequentemente, de produção. Pelo exposto, percebemos que o modelo Escola da Escolha cria um ambiente onde a formação prioriza a aquisição de competências para atender as demandas globais do mercado, em detrimento de uma formação ampla do cidadão (ARANTES; ALENCAR, 2019).

Nesse sentido, vale destacar que esta pesquisa apresenta novas possibilidades de análises. Infelizmente, diante das dificuldades relativas à realização de uma pesquisa em um contexto de distanciamento social provocado pela pandemia da Covid-19, tornou-se necessário restringir o número de participantes àquilo que se apresentou como viável e realizável.

Ressalta-se ainda que em decorrência da pandemia mundial, que ainda se encontra presente no Brasil, a implementação do Modelo Pedagógico Escola da Escolha, deu-se de forma efetiva a partir do ano de 2022, que fora o ano aonde os alunos retornaram para as aulas presenciais, e onde também teve a aplicação de tal modelo. Desta forma, torna-se ainda necessário um estudo aprofundado de tal modelo pedagógico, para verificar e compreender os seus impactos e resultados na vida do docente.

Referências

Almeida, Ana Maria Ferreira; Nogueira, Maria Alice (Orgs.). *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Almeida, Ana Maria Ferreira. *As escolas dos dirigentes paulistas*. Belo Horizonte: Arvmentum, 2009.

Arantes, Cleverson Sousa; ALENCAR, Diego Pinheiro. *Neoliberalismo: influências, efeitos na educação e na desvalorização dos professores em goiás*. 2019. 87 f. TCC (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Instituto Federal Goiano, Goiânia, 2019

Bourdieu, Pierre. O capital social: notas provisórias. In BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2017. PP. 73-78.

Bourdieu, Pierre. Os três estados do capital cultural. In BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2017. PP. 79-88.

Cornu, Bernard. “L'éducation, segment du marché scolaire?.” *Revue internationale d'éducation de Sèvres [En ligne]*, 52 décembre 2009, mis en ligne le 01 décembre 2012, consulté le 30 avril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/ries/747> ; DOI: 10.4000/ries.747.

Carvalho Filho, Juarez Lopes. *Origem social e trajetórias de escolarização no grupo familiar de uma escola de elite de São Luís*. Trabalho apresentado na IX Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINP, 20-23 de agosto de 2019, na UFMA)

Carpentier, Claude. *L'éducation face au défi de la globalisation: entre local et global*. “Carrefours de l'éducation”. Paris: Armand Colin, 2012/2 n° 34, p. 7-13. Disponible en ligne <https://www.cairn.info/revue-carrefours-de-l-education-2012-2-page-7.htm>.

Costa, Leandro Augusto dos Remédios; CARVALHO FILHO, Juarez Lopes; *As escolas de elite de São Luís-MA: diferenciação social, diferenciação urbana e desempenho escolar* In: CARVALHO FILHO, Juarez Lopes; SOUZA FILHO, Benedito. Sociologia e Educação: desafios da formação de professores para o ensino de Sociologia no Ensino Básico. São Luís: Edufma, 2018. PP. 139-166.

Costa, Leandro Augusto dos Remédios. *Reprodução social familiar, estratégias de distinção e ação escolar a partir de uma escola de elite de São Luís (MA)*. Trabalho apresentado na IX Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINP, 20-23 de agosto de 2019, na UFMA).

Dardot, P.; Laval, C. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Frigotto, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame da relação entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Editora Cortez, 1984

Frigotto, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995. INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE. Caderno Escola da Escolha: Palavras fáceis para explicar coisas que parecem difíceis. Ensino Médio. Recife, 2019.

Laval, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Lopes, Ediane Carolina Peixoto Marques; Caprio, Marina. *As influências do modelo neoliberal na educação*. 2017. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Pedagogia, Instituto de Ensino Superior Coc, Ribeirão Preto, 2017.

Paula, Naiara Marciana de. *Escolhendo a escola pública para os filhos: práticas e estratégias educativas familiares*. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

Souza, Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de. *A escola da escolha: um estudo de caso sobre relação público privada no ensino médio de tempo integral no estado do Maranhão*. 2021. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz.



GT10 - Educação, trabalho e neoliberalismo

O campo escolar: representações sobre os jovens estudantes

Ana Carolina Torrente Pereira
UFMA

Introdução

A docência é um trabalho que parte diretamente das relações sociais para se desenvolver. O processo de ensino aprendizagem está vinculado com a sensação de conexão entre os agentes deste espaço social, e a sensação contrária, de ruptura, gera um incômodo indesejado aos atores envolvidos nesta atividade. Este incômodo foi elemento imperativo no desenvolvimento desta pesquisa, que busca, a partir do olhar sociológico, pensar nas configurações que compreendem as representações dos professores diante os jovens estudantes. Perceber as representações e tentar apreender como estas se desenvolvem, pode auxiliar na compreensão das possíveis rupturas, conexões e práticas escolares (BOURDIEU, 1989).

Para realização desta análise iremos abordar algumas perspectivas que envolvem estas questões por meio dos agentes basilares do processo escolar – professores e estudantes – que estão dispostos no campo relacional da escola (BOURDIEU, 1989). O foco da presente pesquisa está na compreensão de como se constroem socialmente as representações das juventudes estudantis e assim os processos de classificação que os professores realizam a partir da configuração de suas taxinomias sociais escolares (BOURDIEU, 1998). Para elaboração deste trabalho apresentaremos a categoria juventudes por meio de sua conformação e suas posições no campo social e as lutas pelas disposições entre os grupos da sociedade (BOURDIEU, 1989). Posteriormente, com estas disputas em prática, observaremos as estratégias utilizadas para que os jovens sejam conhecidos e reconhecidos através da ideia de problema social (LENOIR, 1998) e assim, colocados como grupo exposto a processos de estigmatização (CHINELLI, 1979). Para pensar nas representações que estão dispostas aos jovens como estudantes, será necessário recorrer as políticas públicas de educação para compor os processos que os alocam nesta posição. Faremos uma breve explanação sobre a composição da identi-

dade juvenil dos jovens pertencentes a escola que será a base de nossa pesquisa, utilizando como instrumento teórico a abordagem de Bourdieu sobre identidade e representação (1989). Ao final, iremos recorrer ao entendimento sobre o julgamento professoral por meio das análises de Bourdieu (1998). Para circunscrever a pesquisa, iremos apresentar a figuração relacional de um campo escolar concreto, uma escola pública do Estado do Maranhão, localizado no município de São Luís do Maranhão (MA) especificamente no Bairro de Fátima. Os jovens estudantes serão caracterizados por uma abordagem de diálogo em grupo por meio de uma roda de conversa em sala de aula. Para reconhecimento dos professores, foi aplicado um questionário com perguntas subjetivas e objetivas para coletar dados sobre como identificam seus jovens alunos.

As juventudes

Ao pensar a juventude por uma perspectiva da sociologia é primordial apontar que como tantas outras, esta é uma categoria construída pela própria sociedade como forma de classificação, que segundo Lenoir (1998)

Os princípios de classificação do mundo social, até mesmo os mais naturais, referem-se sempre a fundamentos sociais. [...] os estigmas físicos e, de forma geral, as particularidades biológicas como o sexo e a idade, servem, quase sempre, de critérios de classificação dos indivíduos no espaço social (p. 64).

Ela não se coloca de maneira natural, questão apontada por Bourdieu (1984) que nos lembra que a divisão social das idades é aleatória, estão dispostas no campo social como elemento de disputa. Ao observar os estudos de Maurice Halbwachs, Lenoir (1998) apresenta que a concepção de noção de idade pode alterar a partir da sociedade, das configurações sociais de cada momento histórico, estando entrelaçados “a diversidade das classes sociais, profissões, meios urbanos e rurais [...] (LENOIR, 1998, p. 66)”, ao número de habitantes por gerações, entre outros fatores. Não há fronteiras específicas que limitam o que é a juventude e o que é a velhice, havendo tensões ou não a partir das disposições do campo

social. Bourdieu (1984, p. 151) nos apresenta um exemplo que ocorre na idade média em que aqueles nobres que possuíam patrimônio colocavam em “estado de juventude” os que poderiam sucedê-los. A este “estado” foi atribuído qualitativos de deslegitimação como por exemplo a caracterização de serem irresponsáveis. Esta exposição evidencia que na sociedade podemos obter variadas divisões por poder, em que o campo de disputa se ordena em classificações e estratégias são lançadas para manutenção das disposições e hierarquias de poder (BOURDIEU, 1989; 1998).

Bourdieu (1984) apresenta as disposições de polos extremos das condições de vida aplicadas as duas juventudes, sendo que de um lado há o estudante burguês e do outro o jovem operário ao qual se nega a adolescência. Nesta abordagem, Bourdieu vai apontar que as transformações no sistema educacional, em que os jovens das classes operárias passam a transitar causa uma confusão sobre as caracterizações juvenis opostas. Esta inserção dos jovens de classe operária nas escolas provoca uma desnaturalização das caracterizações atribuídas a esta categoria etária. Anteriormente partindo da consideração de que a adolescência era o que estava atribuído aos estudantes burgueses, que viviam praticamente em isolamento social, desfrutando de seus privilégios e de uma preparação própria para as “altas funções” sociais, acaba por ser abalado quando as vivências da juventude operária se integram ao ambiente escolar, provocando uma “ruptura” do que se apresentava com a ideia de obviedade/naturalidade do que seria ser jovem (BOURDIEU, 1984, p. 155).

A construção da categoria juventudes, com todas as modificações e transformações ocorridas no campo social, econômico e político da modernidade demonstrada aqui de maneira breve por Bourdieu (1984), com a ampliação da adesão destes grupos a espaços de poder, levaram a formulação das juventudes como atravessadas por imagens de senso comum que os identificam como problema social.

Para Lenoir (1998), o estabelecimento de uma temática como problema social não está associado a disfunções e distúrbios da sociedade “o que pode levar a pensar na utilização, por vezes abusiva, de termos como ‘disfunção’, ‘patologia’, ‘transgressão’, ‘desorganização’, etc. (LENOIR, 1998, p. 84)”, mas sim ocorre por meio de um de “trabalho social”,

que para o autor se desenvolve mediante a duas fases, o reconhecimento do problema que “[...] torna visível uma situação particular”, e a legitimação dele que “[...] pressupõe uma verdadeira operação de promoção para inseri-lo no campo das preocupações ‘sociais’ do momento” (LENOIR, 1998, p. 84). O autor aponta que a essas duas fases se acrescenta o que ele chama de “enunciação e formulação públicas” para cumprir com o papel de mobilizar a sociedade para apreender as condições objetivas do problema social (LENOIR, 1998, p. 84).

Abramo (1997) apresenta algumas dessas perspectivas ao fazer referência em como os jovens são retratados nos meios de comunicação, em trabalhos acadêmicos e pelas políticas públicas. Ao aparecerem nos noticiários ligados diretamente ao público adulto, as juventudes são colocadas como problemas sociais tais como “violência, crime, exploração sexual, drogadição ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas (p. 25)”. Na academia, ao final da década de 1990 este grupo passa a ser tema de trabalhos pelo viés de estudos sobre as instituições que abarcam a vida das juventudes, além de análises de estruturas sociais, mas há a nítida percepção de que todos esses trabalhos os acionam como problema social (ABRAMO, 1997). Entre as pesquisas, há poucas que os colocam em cena como agentes e tentam pensar sobre como os jovens elaboram estas questões que os permeiam. Nas políticas públicas houve um aumento considerável de programas para atender este público, também os pensando a partir de vulnerabilidades sociais e problemas quanto a desocupação, a ociosidade, observando-os como perigo iminente ao futuro da sociedade.

Nas disposições para posicionar espaços e assim identidades (Bourdieu, 1989), o mundo adulto constrói sobre as juventudes representações que os apontam como preocupação social, já que este grupo é entendido como uma etapa de desenvolvimento dos indivíduos para que posteriormente se adequem ao papel social de adultos (ABRAMO, 1997). Assim, a representação social dos jovens se dá “[...] como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social (ABRAMO, 1997, p. 29)”. Sob a ótica funcionalista, a autora ainda ressalta que pensar as juventudes sobre esta perspectiva enfatiza os pro-

blemas sociais deste grupo como sendo problemas morais, de valores, colocando-os constantemente com marcas de desvios e estigmas. Como pronunciado por Chinelli (1979) sobre a obra de Erving Goffman, podemos perceber os problemas sociais vinculados aos jovens passando pela “situação de estigmatização” do grupo, por serem representados nas mobilizações de reconhecimento público com comportamentos fora do esperado (CHINELLI, 1979, p. 123).

Pensando o histórico das representações aos quais os jovens brasileiros foram submetidos, Abramo (1997) reconhece duas principais vertentes, uma que os evidencia com certa simpatia por marcá-los como “idealistas ou inocentes e como vítimas dos defeitos do sistema social (ABRAMO, 1997, p. 35)”, e a outra que os marca como promotores da desordem social. Em ambas as representações não há possibilidade de diálogo, de reconhecê-los como sujeitos que podem exprimir seus próprios anseios e questões, já que a eles a expressão possível é a dos receios e expectativa do mundo dos adultos.

As juventudes e a educação

Na trajetória histórica da constituição das juventudes, os espaços escolares estão presentes como o local da formação dos jovens para o mundo adulto, que se configura como local de transição para o mercado de trabalho. Em princípio, esses lugares foram constituídos para receber os jovens burgueses em preparo para assumir cargos atrelados as classes dirigentes, posteriormente as classes trabalhadoras aderem as escolas, fazendo com que tantos os espaços escolares como as políticas sofram modificações (BOURDIEU 1984). Os processos educacionais passavam a ser oferecidos aos filhos da classe trabalhadora também, assim acentuado o significado da educação como campo de forças e disputas em que formulações são estabelecidas para a distinção das classes (BOURDIEU, 1989).

Almeida (2004) expõe em seu trabalho algumas modificações ocorridas no campo educacional da cidade de São Paulo diante as transformações nos vestibulares que dariam acesso à educação superior. Segundo a autora, até o começo da década de 2000, a hierarquia do espaço edu-

cacional que definia se uma escola era boa ou não estava diretamente associada aos êxitos dos alunos em conseguir acessar o ensino superior através das provas dos vestibulares. Estas avaliações eram vetores de estruturação do espaço escolar, já que no Brasil os vestibulares eram a única maneira de acessar a possibilidade de obter um diploma de nível superior, que são “estratégias reprodutivas das camadas sociais médias e superiores (ALMEIDA, 2004, p. 30)”. Neste trabalho Almeida (2004) aponta as lutas dos agentes do campo para não perderem a força ao se adaptarem as estruturas impostas pelos vestibulares. A autora também demonstra a força que determinados conhecimentos ganham na definição da classificação dos estudantes quanto a possibilidade de ingressar no ensino superior. Segundo Almeida,

Na hierarquia dos saberes escolares, a língua portuguesa tem ocupado um lugar proeminente no sistema de ensino brasileiro, pelo menos desde o início do século XX. Essa situação, longe de ser atenuada pela intensificação das trocas internacionais em épocas mais recentes, foi realçada por uma série de modificações na forma de conceituar o aluno competente operada pelo próprio sistema de ensino. Mais concretamente, este passou a sobrevalorizar, em seus exames, qualidades que dizem respeito à capacidade de interpretar o mundo, segundo a fórmula disseminada pelas próprias instâncias oficiais. Pensada no contexto do currículo escolar como capacidade a ser ensinada e, portanto, aprendida, a correta interpretação do mundo vem sendo tratada como estreitamente vinculada e dependente do bom domínio da língua portuguesa. Um domínio que, desnecessário dizer, se distribui muito desigualmente entre os diferentes grupos sociais interessados na escola (ALMEIDA, 2004, p. 29).

Posteriormente o acesso ao ensino superior passa a estar atrelado a um exame nacional de larga escala em 2009. Este exame continua a impor sobre a classificação dos estudantes conhecimentos condicionados a certas perspectivas de formação e de vivências ainda mais vinculados ao reconhecimento da língua portuguesa. Reforçar o uso da Língua Portu-

guesa nestes processos avaliativos que classificam e distinguem acessos a disposição de maior poder no espaço social inculca a partir da Língua “o sistema comum de categorias de percepção e de apreciação capaz de fundamentar uma visão unitária de mundo social (BOURDIEU, 1998, p. 117)”.

O Enem começa suas atividades como fator de avaliação desta etapa de ensino especificamente em 1998. Como avaliação de larga escola, Silva ressalta “uma caracterização importante das avaliações em largas escala é a influência que exercem no processo de ensino aprendizagem da Educação Básica. (SILVA, 2015, p. 10)”. Perante a LDB/1996¹ a organização da Educação Básica fica sobre a responsabilidade de Estados e Municípios, mas sua avaliação é estruturada pela União (SILVA, 2015). Esta política de descentralização da organização da educação, mas centralização dos processos de avaliação do sistema educacional estão atreladas a orientação do Banco Mundial. Para Silva, “Nesta lógica, minimiza-se o Estado no que diz respeito à responsabilidade e manutenção de políticas educacionais, e o maximiza-se em relação a regulação e avaliação do desempenho escolar, caracterizando-se como um Estado Avaliador (SILVA, 2015, p. 18)” e assim o Brasil se alinha “às diretrizes econômicas internacionais (SILVA, 2015, p. 18)”. Silva (2015) indica a partir de Scaramucci (2000) que as avaliações externas podem influenciar diretamente nas políticas de educação do país e são mais eficientes na organização do ensino do que os currículos. Causando também influências objetivas no processo ensino aprendizagem e na prática do trabalho dos professores (SCARAMUCCI, 2000 apud SILVA, 2015).

O ENEM como instrumento de avaliação em larga escala do ensino médio é um dos exemplos de instrumentos de gestão do chamado Nova Gestão Pública-NGP que começou a ser instaurada no Brasil na década de 1990, que pensa as políticas públicas de maneira pragmática com base em estatísticas objetivas e em parâmetros internacionalizados (VILLANI; OLIVEIRA, 2018). Nesta perspectiva, “[...] as estatísticas, e por conseguinte, as avaliações internacionais se tornaram uma das novas *tecnologias de poder* [...] produzem efeito *retroativo* a respeito de ações e comportamentos dos atores políticos e sociais (VILLANI; OLIVEIRA,

1. Lei de Diretrizes e Base da Política Nacional de Educação de 1996.

2018, p. 1345 grifo das autoras)”. Em toda a América Latina houve implementação de programas de avaliação da educação orientadas pela UNESCO² e pela OCDE³ que incentivam, organizam, estruturam e financiam este trabalho (VILLANI; OLIVEIRA, 2018). Com estes programas busca-se os seguintes resultados:

[...] diminuir a diferença cultural com outros programas de avaliações internacionais e aumentar a relevância da avaliação; conduzir análise comparativa internacional e análises explicativas do sucesso dos alunos; identificar os fatores socio-familiares e escolares que têm impacto sobre o sucesso dos alunos; oferecer informações úteis para a criação e implementação de política pública educativa nessas regiões (VILLANI; OLIVEIRA, 2018, p. 1346).

O controle da economia sobre as políticas públicas educacionais se torna enfático com estes modelos de gestão, que para conseguirem trabalhar em bases comparativas em aspectos internacionais faz ser necessário que os exames possuam fundamentos padronizados. No Brasil, para possibilitar este controle foi criado em 2017 o Índice de Desenvolvimento Escolar Brasileiro (IDEB) que busca mensurar a proficiência de matemática e português correlacionados ao fluxo escolar (evasão, abandono e reprovação) a partir de parâmetros que possam ser comparados com ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da agência internacional OCDE. Ele controla o entendimento sobre desempenho escolar dos estudantes e assim também acaba por ter implicação nas atividades de todos os atores que atuam diretamente nos ambientes escolares, na organização dos currículos e gestão das unidades educacionais (VILLANI; OLIVEIRA, 2018).

Assim, o IDEB está atrelado ao PISA que se tornou o programa internacional de avaliação da educação de maior poder de interferência nos financiamentos, decisões e reformas educacionais no mundo. Com este programa, a OCDE abarca a liderança na produção de estatísticas mundiais, que levando em consideração a concepção de Buclet (2009)

2. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

3. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

da relação de organismos internacionais e governos nacionais, “não significa que este tem o monopólio da *expertise*, mas que simplesmente ocupam uma posição dominante neste campo (BUCLET, 2009, p. 97)”. Esta agência transnacional acaba se tornando o interlocutor, o porta voz sobre a área e assim as ideias, os conhecimentos são elaborados e estabelecidos por eles dentro do campo (BUCLET, 2009). Nos critérios apontados como significativos na composição do programa de avaliação internacional, ainda operando a lógica de Buclet (2009), podemos inferir que estas construções se constituem de recursos como ideais, valores e conceitos que são adotados pelos países e, ainda que a adoção da lógica economicista e pragmática da NGP “traduz mudanças muito concretas no que diz respeito ao tipo de ação elegível para os financiadores e às maneiras de concretizar os objetivos anunciados (BUCLET, 2009, p. 99)”. Mesmo não tendo poder direto sobre os instrumentos legais do país, a OCDE demonstra ser uma agência internacional de grande influência política e econômica por ter construído a posse da classificação da hierarquia educacional do mundo. IDEB e PISA, em trabalho conjunto e paralelo, definem o sistema educacional brasileiro em todos os níveis de organização, e se implementam de maneira enfática até mesmo dentro das salas de aula, tentando padronizar a definição de desempenho escolar, de conhecimentos que são considerados legítimos e homogeneizadores de estudantes.

Para Coradini (1994), toda política pública de qualquer governo se configura a partir de uma fundamentação ideológica, sendo assim, não está isenta de uma perspectiva própria de manutenção ou ruptura das disposições de poder no espaço social. No caso das avaliações internacionais que se implantam em vários países do mundo e em nosso caso no Brasil, percebe-se que há intencionalidades difusas diante estas iniciativas internacionais que podem deturpar as possibilidades de se estabelecer critérios mais apropriados a realidade social brasileira quanto a este campo.

A importação de parâmetros de avaliação impõe um certo modelo de escola que se dedica a alcançar as metas dos índices em determinado tempo e espaço que na maioria das vezes não condizem com a realidade. Os índices mensuram problemáticas sociais amplas e profundas,

mas são visualizados de maneira restrita a partir da representação dos jovens como problema social. Dentro da caracterização de políticas públicas sociais, ao qual a educação faz parte, se dá sob a visão de solução de problemas, que para Coradini ocorre,

[...] de um mínimo de consenso sobre alguns temas específicos que possam ser pactuados e, por outro lado, através disso, do ponto de vista as elites dirigente e dos agentes do Estado, se tornaria possível manter o nível dos conflitos sociais num grau tolerável (CORADINI, 1994, p. 490).

Em nosso processo de “invenção” de “problemas” e na busca das “soluções” Coradini (1994, p. 492) expõe o Brasil como dependente de referências internacionais em sua gestão das políticas sociais, apresentando assim resoluções que estão referenciadas por questões ambíguas, chegando a políticas deturpadas.

Um exemplo é a busca pela proficiência em português e matemática, como sendo considerados os conhecimentos legítimos para interpretação do mundo, que ocorre a partir de uma visão de mundo específica dos setores dominantes, que são os detentores das possibilidades de acesso ao ensino superior (ALMEIDA, 2004; VILAR BONALDI, 2018). O falseamento da educação a partir da educação pública como espaço democrático faz com que não consigamos ver as disposições que estão em disputa e quais forças que atuam sobre o campo (BOURDIEU, 1998). Na falta de articulação real entre comunidade e escola, na medição dos índices de desempenho constituídos por parâmetros vinculados a demandas externas, vamos levando a educação pública sob o desígnio de estigmatização de nossos jovens estudantes (CHINELLI, 1979), impondo processos de violência simbólica aos agentes envolvidos, e aqui mais em específico para os jovens estudantes que não são considerados em suas perspectivas na realidade social, mas são acionados como problemas a ser resolvido.

Diante este quadro, para pensar os jovens estudantes em São Luís, realizamos uma atividade para buscar reconhecê-los como sujeitos do processo educacional.

Quando os jovens falam e são ouvidos

A pesquisa foi realizada com jovens da escola pública de educação básica da etapa de ensino médio sobre o que eles pensam e como se relacionam e dão sentido a cidade. Este é um colégio administrado pelo governo do Estado e está situado no Bairro de Fátima na cidade de São Luís do Maranhão. A localidade em que se encontra a escola é também onde se concentra grande parte dos estudantes, sendo representados por 35% dos estudantes pesquisados. Especificamente, a pesquisa teve como foco os estudantes da 2ª série do turno matutino. Segundo o censo escolar o colégio pesquisado possui NSE III – Indicador de Nível Socioeconômico da escola, o que indica que

Neste nível, os estudantes estão entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, uma televisão, um banheiro, wi-fi e máquina de lavar roupas, mas não possui computador, carro, garagem e aspirador de pó. Parte dos estudantes passa a ter também freezer e forno de micro-ondas (INSE, 2021).

Este indicador nos auxilia na noção sobre as condições concretas socioeconômicas dos jovens participantes desta investigação. Mais informações sobre essas perspectivas também serão apresentadas por eles próprios durante a roda de conversa.

Na roda de conversa foi possível distinguir dois grupos de jovens, e a atividade foi orientada por questões que tentaram abarcar qual o relacionamento que esses jovens estudantes têm com o território urbano que habitam.

Em um dos grupos algumas questões significativas emergiram, como a questão econômica e a violência urbana. Alguns percebem a questão econômica como fator que pode os impedir de sair de casa e a maior parte deles apresentou relatos da sensação de insegurança em que vivem, tanto com receios quanto a cidade e principalmente em suas an-

danças pelo bairro e adjacências, inclusive no caminho para a escola. Alguns alunos e alunas citaram que trabalham em casa ou em outras localidades, outros estão à procura de uma oportunidade no mundo dos esportes e dentre eles há ainda as brincadeiras na rua e o sair para soltar pipa em locais estratégicos para esta atividade. Muitos apresentaram que suas vivências se dão a partir do próprio bairro, onde estabelecem vínculos de socialização e experienciam e constroem suas relações sociais. Sobre o sentimento de hierarquia social, foi questionado se percebiam diferenças entre eles e jovens que moram em bairros elitizados. Disseram que são vidas de jovens completamente diferentes. Para estes estudantes os jovens dos bairros elitizados vivem presos em apartamentos, não participam da vida do bairro, da rua como eles e nem tem convívio próximo com seus vizinhos. Ressignificam seu bairro, seu lugar, que mesmo com o grande quantitativo de relatos de violência, ainda assim é o território de suas vidas, que lhes proporcionam vivências importantes, criam afetividades e é o lugar que lhes dá sentido à vida. Como experiência diferenciada, citaram o caso em que 6 deles levaram um enquadro policial em frente à escola em um dia que estavam sem o uniforme escolar e iam jogar bola no colégio. Quando perguntei por que eles levam enquadro e os garotos da Península não passavam por essa experiência apontaram a questão das roupas, dos cortes de cabelo, dos brincos, que segundo eles essas vestimentas, postura e estética são vistas como de bandidagem (CHINELLI, 1979). No outro grupo algumas questões sociais ficaram mais evidentes. Importante ressaltar que neste grupo, diferentemente do anterior, os alunos moram em localidades mais distantes da escola, mas com perfis socioeconômico, estrutural e de violência urbana bastante parecida. Aqui não ficou evidente a posição do bairro como grande território de vivências, socialização e estabelecimento de afetos. Algumas questões pontuadas apareceram em similaridades quanto a percepção da situação juvenil em que jovens de bairros elitizados vivem mais isolados e eles conseguem ter mais convívio com as pessoas de seus bairros. Mas neste grupo a percepção é que os jovens da Península possuem mais oportunidades na vida. Estes apresentaram mais seus estigmas cotidianos (Bourdieu, 1989). Falas tais como se sentir discriminado por ser do Maranhão, discriminados por morarem

em bairros periféricos e discriminados por serem jovens. A presença da violência simbólica foi mais evidenciada (Bourdieu, 1989). As principais descrições deram conta de expor os olhares de desconfiança que recebem pelas ruas, a impossibilidade de irem a alguns bairros por conta do domínio de facções criminosas adversárias, as posturas violentas para com os garotos e as posturas de assédio sexual para com as garotas. Nas falas destes jovens há percepções diversas do sentido de ser jovem em São Luís, mas a violência que estão expostos grita e acaba por permear suas vivências e construções de sentidos e identidades.

Com as falas reunidas há de se pensar em como esses jovens se constituem como grupo, sendo esta uma forma de jogar o jogo (BOURDIEU, 1989). Podemos observar que as juventudes aqui percebidas são diversas em suas percepções, mas podem se reunir a partir de uma identidade juvenil de estudantes muito própria. E não apenas por sua caracterização objetiva de idade e condições socioeconômicas, mas por seus anseios, angústias, sofrimentos, estigmatizações, visão de mundo, atividades e interesses, que assim podem ser conhecidos e reconhecidos. Ao se manifestarem como grupo, em termos de seus elementos simbólicos, que os marcam como jovens moradores de periferia esses jovens estudantes, que carregam estigmas sendo vistos como problemas sociais, passam a ter sua existência conhecida e reconhecida, certificada para os outros e para eles mesmos.

Classificação professoral a partir do trabalho social

Buscando compreender as representações dos professores sobre os jovens estudantes, foi aplicado um questionário com 60% dos docentes do centro de ensino observado. Apenas 7% dos professores moram próximo a escola, tendo uma realidade urbana mais aproximada de seus estudantes, outros 30% moram em bairros considerados parecidos em termos de estruturação e sensação de violência, segundo seus próprios relatos; os outros residem em bairros considerados menos violentos e mais estruturados.

Foi questionado ao grupo de docentes qual seu maior objetivo no papel de professor, e dentre as opções 73,3% indicaram que seria “auxiliar

na formação de autonomia crítica e reflexiva dos estudantes”, 13,3% disseram “que os estudantes adquiram habilidades necessárias para entrar no mercado de trabalho” e 13,3% que seria “que os estudantes consigam entrar numa universidade”. Ao serem indagados sobre quais as disciplinas são fundamentais para formação escolar, 75% apontaram a Língua Portuguesa como a principal, 7% disseram ser Filosofia, 7% disseram ser Sociologia e 7% matemática. Entendemos que os professores estão preocupados principalmente com a formação crítica de seus estudantes, mas também com a inserção dos jovens no mercado de trabalho e nas universidades públicas. Ao pensarmos na relação entre esta posição com as disciplinas que eles acreditam ser fundamentais para esta etapa de formação, eles indicaram a língua portuguesa, o que poderíamos depreender que esta disciplina é considerada o principal caminho para se alcançar o que desejam os professores para seus alunos. Nesta perspectiva, conseguimos abarcar a relevância que possui esta área de ensino, em que os próprios professores, de áreas diversas, veem a Língua Portuguesa como o instrumento para autonomia crítica e reflexiva e para acessar emprego e ensino superior. Isto foi indicado por Ana Maria Almeida (2004), mas evidencia-se que os professores estão seguindo também o que as políticas de educação sugerem como sendo primordial para formação dos jovens estudantes. As políticas públicas de educação, sobre a ótica de que são formuladas por peritos (BUCLET, 2009; CORADINI, 2018;) tem a capacidade de definir normas, que possuem aparência de estar a serviço do bem comum da sociedade (CORADINI, 2018), velando a produção de classificação e desclassificação que “Não serve de árbitro entre opiniões técnicas, mas entre escolhas de valores (LENOIR, 1988, p. 94)”. Segundo Silva (2015), as avaliações de larga escala têm efeitos chamados de retroativos. O autor cita Alderson e Wall em seu trabalho para apresentar que esses efeitos são sentidos inclusive nos cenários de sala de aula⁴, observando então que essas políticas públicas educacionais da NGP têm sentido nos aspectos mais objetivos do processo ensi-

4. Segundo tradução de Silva (ALDERSON; WALL, 1993, p. 120-121 apud SILVA, 2015, p. 34), “(1) Um teste influenciará o ensino. (2) Um teste influenciará a aprendizagem. (3) Um teste influenciará o que os professores ensinam. (4) Um teste como os professores ensinam. (5) Um teste influenciará o que os alunos aprendem. (6) Um teste influenciará como os alunos aprendem”.

no-aprendizado a partir de questões subjetivas como a classificação que os professores fazem sobre as disciplinas. Não ter a fluência solicitada passa pela reprovação dos exames, mas atravessa também os processos de sociabilidade cotidiano, como por exemplo na sala de aula, ao qual se marca com estigmas aqueles que não desenvolvem a fala e escrita classificadas como adequada, que aponta Bourdieu (1989, p. 128) “É o que se vê bem no caso da língua na qual todos os efeitos de dominação estão ligados à *unificação do mercado*, que, ao invés de abolir os particularismos, os constituiu em estigmas negativos (grifo do autor)”. O modo de falar, de manipular a língua, o uso de gírias (marcantes entre os jovens), a maneira como conseguem adaptar suas falas nos determinados espaços sociais, demonstram suas posições socioeconômicas, origens, capitais que tem acesso, que podem os classificar e indicar por vezes tratamentos depreciativos.

Pode pensar-se que, além dos efeitos da transmissão directa das vantagens sociais que estão ligadas ao capital social, a pronúncia legítima desempenha um papel não descurável no privilégio de que beneficiam, para o acesso à classe dominante [...], sob a aparência de considerar apenas critérios de seleção universais, concede um reconhecimento especialmente marcado às propriedades mais características do *habitus* legítimo [...] (BOURDIEU, 1989, p. 128 grifo do autor).

Importante ressaltar que, como aponta Bourdieu, “[...] o Estado, detentor do monopólio na nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem (BOURDIEU, 1989, p. 149)” aplica neste caso as orientações das políticas públicas por meio dos professores, entre outros trabalhadores da educação, que recebem e reproduzem as violências simbólicas consideradas legítimas (BOURDIEU, 1989).

Quanto ao tempo de convivência com os estudantes em termos de carga horária de trabalho na escola 53,3% têm 40 horas de trabalho e 46,7% têm 20 horas, assim, um pouco mais da metade destes docentes tem atuação exclusiva neste local de trabalho. Os professores apontaram reconhecer alguns problemas sociais e/ou familiares de seus alunos, e entre os que foram observados estão vinculados a desemprego de fami-

liares, pouca condição financeira, desestruturação familiar e violência, vivência em bairros violentos e precários em termos de estrutura urbana, situação que para os professores infligem consequências diretas na segurança e vida emocional e escolar dos jovens. Em relação as maiores dificuldades dos estudantes pela percepção dos professores, houve a indicação dos problemas familiares que geram a ausência de acompanhamento da vida escolar dos jovens, déficit de conhecimento e base de conteúdos, ausência de material didático para algumas disciplinas e de estruturas próprias na escola como laboratórios e biblioteca maior, falta de atividades mais práticas de campo e conectividade, a necessidade que alguns tem de trabalhar, o uso inadequado do celular durante as aulas, a falta de interesse na educação e de perspectiva de vida por parte dos alunos. Os apontamentos sobre as problemáticas familiares foram predominantes em ambos os aspectos pesquisados, em que os docentes têm a percepção que estas questões interferem diretamente na vida social e escolar dos estudantes. Lahire (1997) aponta para esta situação ao apresentar que em filhos e filhas “Suas ações são reações que ‘se apóiam’ relacionalmente nas ações dos adultos que, sem sabê-lo, desenham, traçam espaços de comportamentos e de representações possíveis para ela (LAHIRE, 1997, p. 17)”.

Especificamente em sala de aula, os docentes apontaram alguns comportamentos que desqualificam o processo ensino-aprendizado, sendo que o a “imersão no celular” e “apatia” tiveram 93,3% de menções, já “demonstrações diversas de desinteresse” 86,7%. Houve 53,3% de referência a “comportamentos inadequados quanto a postura de ser estudante” e “estudantes que falam alto durante a aula”, sobre “indisciplina” apareceram 46,7% de citações, e “desrespeito” com 20%. “Agressividade entre os estudantes” foi citado 13,3% e “agressividade com o professor” 6,7%. Nas representações dos jovens como apáticos e com o uso excessivo de celulares, percebe-se algumas problemáticas sociais vinculados a ideia de “como serão alguma coisa quando crescer” se eles indicam uma postura apática, com interesses fluídos diante a questões que para os adultos são importantes. Para Lahire (1997), essa forma de reificar o comportamento desses indivíduos acaba por dispensá-los das tramas sociais que os constituem não ajudando a compreender as possibilidades reais de desenvolvimento da educação. Para Lahire,

De certo modo, podemos dizer que os casos de ‘fracassos’ escolares são casos de solidão dos alunos no universo escolar: muito pouco daquilo que interiorizam através da estrutura de coexistência familiar lhes possibilita enfrentar as regras do jogo escolar (os tipos de orientação cognitiva, os tipos de práticas de linguagem os tipos de comportamentos... próprios à escola), as formas escolares de relações sociais (LAHIRE, 1997, p. 19).

Outra observação pertinente é sobre a ideia de uma representação do que é ser um “estudante”, em que três fatores foram mencionados com 53,3% e 46,7% de menções: “comportamentos inadequados quanto a postura de ser estudante” e “estudantes que falam alto durante a aula”. Assim, foi pedido que os professores apontassem qual seria a melhor postura para ser estudante e qual a identidade dos jovens estudantes da escola de atuação. Elaboramos um quadro com as respostas dos docentes:

Quadro 1 – Padrão de postura para ser estudante X Identidade juvenil dos estudantes

Melhor postura para ser um estudante	Identidade juvenil dos estudantes do colégio
Interessado; participativo nas atividades em sala de aula e ativo nas atividades extra sala; interessado e com foco e expectativas para o futuro; aluno integrado com a sociedade e engajado em construir seu futuro; saber utilizar adequadamente tecnologias a seu favor; consciente de suas obrigações; independentemente, proativo; ser educado, interessado em aprender e disciplinado; ativa e criativa; protagonizar coisas positivas em favor de seu futuro; ser mais protagonista da sua aprendizagem; proativos, interessado em aprender (independente do tipo de conhecimento); ser focado, ter disciplina; ser investigativo e interessado em vencer desafios; curioso, sonhador, disposto a buscar o crescimento pessoal e profissional; aquele que consegue direcionar a formação básica como instrumento de capacidade para mudar e transformar a sociedade.	Medo do futuro, angustiados, em busca/perdidos; em grande maioria desinteressados; jovens mais dispersos; desinteressado; jovens com muitos interesses em redes sociais; boa parte são esforçados; liberal e indiferente às regras e consequências de seus atos; pouco interesse em aprender, vício em tecnologia e desrespeito; em sua maior parte são jovens descomprometidos com um presente/futuro associado aos estudos. Não manifestam disposição para o aprendizado, não fazem esforço de pensamento; preferem o caminho mais fácil e medíocre do que já está dado, sem tendência para a construção criativa e autônoma; alunos ainda sem protagonizar; mais informações, mas com menos postura reflexiva; falta ser protagonista (perceber) da sua história; apáticos, descompromissados, sem foco; sem foco e apáticos; acomodados e com baixa autoestima; muitos buscam agregar os estudos ao futuro, criam expectativas positivas quanto a profissão, outros ainda não conseguem perceber a importância e o valor do estudo para vida.

Fonte: Questionário sobre Identidades e representação dos jovens estudantes, 2023.

Em grande parte, a identidade apontada pelos professores sobre os jovens estudantes é de sujeitos que não seguem as regras do que se espera na escola, assim, segundo Lahire, esses jovens não apresentam autonomia, já que não possuem a capacidade de seguir as regras sem serem chamados a atenção e lembrados sobre elas (LAHIRE, 1997). Outra questão relevante é que podemos perceber uma representação fixa,

fechada que independe do reconhecimento dos jovens e suas dificuldades extraescolares. Esta, segundo Bourdieu (1998), é parte do sistema de classificação (taxinomia) que é uma operação prática acionada por nossos esquemas de “percepção e a apreciação (BOURDIEU, 1998, p. 187)”. Esse sistema de taxinomia da nossa prática social é adquirido na prática, empregados na prática e são operadores práticos das estruturas objetivas. Ao pensar o sistema de ensino, as operações de classificação, e julgamentos que são dissimulados, demonstram o princípio organizador deste sistema (BOURDIEU, 1998). Assim, é possível entender os critérios sociais e hierárquicos do que deve ser um jovem estudante que está se preparando para o futuro pensado pelos adultos. E diante as falas sobre a identidade juvenil dos estudantes do colégio, nota-se que não se enquadram nas expectativas do que os professores acreditam ser um bom estudante. De maneira resumida, percepções como desinteresse, ausência de pensamento crítico, falta de noção de suas próprias vivências e assim sendo sobre o futuro, ausência de atitudes assertivas e de independência, posturas de rebeldia quanto a ordem estabelecida e falta de apreço por esforço foram frequentes. O papel dos professores, a partir de Lenoir (1988), pode ser percebido como de intermediários na representação dos jovens como problemas sociais por ocuparem no campo da escola uma posição dominante. Ao pensarmos na forma de apropriação da Língua, em como a usam, no tom de voz que utilizam em sala, Bourdieu apresenta a ideia de hexis corporal. Este conceito faz referência ao “corpo socialmente tratado (BOURDIEU, 1998, p. 193)” que se combina com o habitus e apresenta a classe social pertencente de nossos alunos. Quanto ao hexis corporal, nossos estudantes apresentam explicitamente nas roupas sua condição social, apresentam na aparência física e em seus adereços, calçados. Para Bourdieu,

O hexis corporal é o suporte principal de um julgamento de classe que se ignora como tal: tudo se passa como se a intuição concreta das propriedades do corpo percebidas e designadas como propriedades das pessoas estivessem no princípio de uma apreensão e de uma apreciação globais de qualidades intelectuais e morais. [...] E se a intuição global que se exprime nesse retrato sustenta tão eficazmente a evocação das

qualidades intelectuais e morais da pessoa, é porque o hexis corporal fornece o sistema de índices através dos quais é *reconhecido-irreconhecido* [...] (BOURDIEU, 1998, p. 1993 grifo do autor).

Nas relações escolares, temos nesse espaço o que Bourdieu chamou de “máquina ideológica”, que instituem o processo de classificação destes jovens estudantes, em meio a organização do sistema escolar realizado pelas políticas públicas de educação. A máquina produz o processo de “classificação de entrada e a classificação de saída sem jamais conhecer nem reconhecer (oficialmente) os princípios e os critérios de classificação social (BOURDIEU, 1998, p. 195)”. Por não se apresentar explicitamente nesse papel, são formas legítimas de violência simbólica e manutenção das posições dominantes do campo. A observação de todos esses processos e agentes, nos demonstra o que Bourdieu nomeou de “ideologia em estado prático”,

[...] produzindo efeitos lógicos que são inseparavelmente efeitos políticos, a taxinomia escolar encerra uma definição implícita de excelência que, constituindo como excelentes as qualidades apropriadas por aqueles que são socialmente dominantes, consagra sua maneira de ser e seu estado. A homologia entre as estrutura do sistema de ensino (hierarquia das disciplinas, das seções, etc.) e as estruturas mentais dos agentes (taxinomias professorais) está no princípio da função de consagração da ordem social que o sistema de ensino preenche sob a aparência de neutralidade (BOURDIEU, 1998, p. 196).

Para finalizar esta perspectiva sobre a identidade juvenil de estudantes, os professores pesquisados consideraram que o desempenho dos alunos poderia ser definido como regular para 71,4%, péssimo para 21,4% e bom para 7% dos docentes. Aqui, diante o exposto, os professores utilizam de seus critérios, que para Bourdieu apresentam referências implícitas, sendo,

[...] as taxinomias, que as fórmulas rituais dos considerando do julgamento professoral (“as apreciações”) revelam e que se pode supor estruturam o julgamento

professoral na medida em que os exprimem, podem ser colocadas em relação com a sanção numerada (a nota) e com a origem social dos alunos que fazem o objeto dessas duas formas de avaliação (BOURDIEU, 1998, p. 188).

E uma ótica próxima, temos que o fracasso e sucesso escolar podem ser percebidos a partir do grau de dissonância e concordância entre escola (seus agentes) e família. De como uma se configura diante a coexistência entre seus membros e como a outra se coordena a um típico distinto de família. (LAHIRE, 1997, p. 19). O que a escola e professores entendem do que é o jovem estudante por exemplo como se existisse um modelo fixo para isso. Além da escola ter um aspecto homogêneo, ela busca homogeneizar, aqueles que não aderem ela “expulsa”.

Considerações Finais

Como categoria inventada por adultos, de forma a buscar seu controle dentro de um campo social de disputas, as juventudes vão buscando seus espaços e conformando suas identidades em suas relações e vivências. Mas quando a pensamos em termos educacionais se impõe a necessidade de observar os jovens para além das caracterizações ordenadas pelo mundo social. A desconexão entre educadores e educandos pode na realidade estar anterior ao momento atual. É um desencontro de construção da ideia homogeneizadora de classes dominantes da escola, com seus conhecimentos ainda atrelados a cultura institucional que distingue conhecimentos que são considerados superiores. Esta questão está ligada a confusão da caracterização das juventudes como sendo um grupo estigmatizado, identificado como problema social, e a ausência de entendimento sobre elas tem acarretado prejuízos drásticos aos atores envolvidos nas dinâmicas educacionais.

Este artigo não pretende finalizar as discussões sobre como se formulam as representações entre os agentes do campo escolar, mas sim buscar abrir o debate e instigar novas percepções e possibilidades de compreensão do espaço social e de como este se formula a partir do trabalho social. Por ser participante deste campo de disputas torna-se fundamental abrir

as questões observadas, que causam incômodo, à percepção científica da sociologia. Este exercício é primordial para incrementar o campo de estudos sobre a temática da educação e possibilitar o aprofundamento desses estudos em busca da compreensão da realidade social.

Referências Bibliográficas

Abramo, Helena Wendel. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 05.

Almeida, Ana Maria. (2004). Língua nacional, competência escolar e posição social. In: Almeida, Ana Maria; et al. (2004). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Ed. da UNICAMP.

Brasil. (2021). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. *Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb-INSE*. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/indicador-de-nivel-socioeconomico-do-saeb-disponivel>. Acesso em: 04 set. 2023.

Bourdieu, Pierre. (1984). A juventude é apenas uma palavra. In: Bourdieu, Pierre. (1984). *Questões de sociologia*. Lisboa: Editora Fim de século, p. 153-162.

_____. (1989). A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: Bourdieu, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.

_____. (1989). Espaço social e gênese das “classes”. In: Bourdieu, Pierre. (1989). *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 133-161.

_____. (1998). As categorias do juízo professoral. In: Bourdieu, Pierre. (1998). *Escritos de educação*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Buclet, Benjamin. (2009). Financiadores Internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 6, n. 12.

Chinelli, Filipina. (1979). Acusação e desvio em uma Minoria. In: Velho, Gilberto (org.). (1979). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lahire, Bernard. (1997). O ponto de vista do conhecimento. In: Lahire, Bernard. (1997). *Sucesso escolar nos meios populares*. São Paulo: Ática.

- Lenoir, Remi. (1998). Objeto sociológico e problema social. In: Champagne, Patrick; *et al.* (1998). *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Silva, Jonathan Zotti. (2015). *Relações entre a matriz de referência do ENEM e documentos oficiais da educação brasileira: uma interpretação de recados para currículos de língua portuguesa e literatura do ensino médio*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Bonaldi, Eduardo Vilar. (2018). Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens em um cursinho popular. *Tempo social*, v. 30, n. 01.
- Villani, Marialuisa; Oliveira, Dalila Andrade. (2018). Avaliação nacional e internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. *Revista Educação e Realidade*, v. 43, n. 4, p. 1343-1362.

GT5 - Pesquisa com crianças em Ciências Sociais



**O cotidiano de um programa
educacional ministrado pela
polícia em uma escola pública
do Maranhão - perspectivas de
representações e disciplinas**

Danielle Florêncio Lisboa¹
UFMA

Amanda Gomes Pereira²
UFMA

Introdução

A partir de uma pesquisa exploratória junto a alguns órgãos oficiais do estado do Piauí sobre as políticas públicas educacionais atuantes na prevenção primária de episódios com drogas e violências daquele estado, deparei-me com a atuação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência – PROERD. O programa educacional conduzido por policial/instrutor – fardado e armado - ministrando aulas, de cartilha própria da Polícia Militar, em escolas públicas e privadas. Diante do estranhamento que a figura policial em sala de aula, atuando como professor, me causou, iniciei a pesquisa sobre este programa.

Neste presente trabalho, apresento parte de minha pesquisa em andamento, para a dissertação do mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão. Na dissertação, o meu objetivo é responder a seguinte questão norteadora: Quais as representações das crianças e educadores sobre o PROERD em uma escola pública de São Bernardo/MA³?

Para alcançar o objetivo - as representações dos atores sociais envolvidos na dinâmica do programa - o farei com o aporte teórico e metodológico de Veena Das (2020) com suas contribuições por meio de “uma etnografia que não se vê como testemunho objetivo dos eventos, mas como tentativa de localizar o sujeito por meio da experiência” (Veena Das, 2020, p.26) em eventos extraordinários do cotidiano que impactam o mundo social (tanto o macrosocial como o microsocial). Por intermédio do método etnográfico buscarei a chave interpretativa, na percep-

1. Bolsista CAPES no Programa de Pós Graduação de Sociologia da UFMA; df.lisboa@discente.ufma.br.

2. Professora do Programa de Pós Graduação de Sociologia da UFMA; ag.pereira@ufma.br.

3. Cidade localizada na região do Baixo Parnaíba Maranhense, a noroeste desse estado. Possui uma população por volta de 28.667 habitantes (IBGE, 2022). Segundo o estudo de Colasanti & Pereira (2021) feito na cidade de São Bernardo/MA, que analisou os dados socioeconômicos dessa cidade e de seu entorno, verificou-se que “são formados por municípios com infraestrutura precária de saneamento básico e uma população que vive basicamente da economia rural” (Colasanti & Pereira, 2021, p. 66).

ção das “teias de significados” (Geertz, 2008) compartilhados nas interações dos diferentes atores sociais dentro da escola durante a execução do programa. Nesse sentido, a sociologia compreensiva (Weber, 2009) com a análise das ações dos atores sociais é o recurso utilizado para a compreensão dos envolvidos na dinâmica do programa. Em uma pesquisa exploratória prévia, junto aos órgãos do governo, foi identificado que, devido à ausência de outras iniciativas dentro do contexto escolar e de conteúdos na grade curricular sobre prevenção às drogas e violências, o PROERD tornou-se o programa de maior capilaridade que versa sobre tais temas com status de política pública, e com regularidade, em escolas brasileiras nas turmas do 3º, 5º e 7º ano do Ensino Fundamental e, fora da escola, o currículo PAIS com lições sobre tais temas direcionado aos responsáveis das crianças.

Neste complexo campo multifacetado de relações, o recorte teórico para esse trabalho será voltado para a noção disciplinar (Foucault, 1987) que este programa carrega para o ambiente escolar por meio de um agente da lei e da ordem do Estado à frente de um programa educacional. No qual, este agente da lei, expressado na figura do policial, representando (Goffman, 1985) um “professor” para crianças e adolescentes em sala de aula, na escola, com todo o aparato e fachada para desempenhar o papel social de docente.

Ademais, a justificativa para pesquisar essa temática é compreender como (e se) a violência de uma figura de ordem estatal, que penetra no recesso do ordinário do ambiente escolar, transforma-se em um personagem legitimado a exercer a função de educar sobre temas como violências e prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas. Mesmo este, o policial, no imaginário social, ter sua imagem associada à função punitiva e de vigilância Estatal.

Percurso metodológico

A proposta deste trabalho é uma etnografia sobre o PROERD no cotidiano escolar e como as temáticas e práticas suscitadas no mesmo são percebidas pelos atores sociais envolvidos. Nesse sentido, pretendo descrever, na dissertação, o que acontece aos sujeitos vivenciando as expe-

riências compartilhadas e as diferentes interpretações do mundo social (Veena Das, 2020).

Objetivando compreender as subjetividades dos atores sociais envolvidos na performance do programa, vou me dedicar a analisar essa experiência na escola. Utilizarei um enfoque nos significados compartilhados, tanto os expressos quanto os silenciados, que permeiam a vida cotidiana, conforme destacado por Veena Das (2020).

A etnografia, metodologia que proporciona ao pesquisador o contato com os “imponderáveis da vida” (Malinowski, 1984) do local pesquisado, aliada a “descrição densa” (Geertz, 1989) da realidade social vivenciada no “cotidiano ordinário” (Veena Das, 2020) do programa na escola. Bem como utilizar conversas informais e rodas de conversas (Fonseca, 1999) como parte da narração desta realidade. Além dos dados etnográficos produzidos no campo, almejo aproveitar a dinâmica do PROERD, junto às crianças, que consiste na confecção de redações sobre temas trabalhados nas aulas do programa. Com o intuito de apreender as representações (Hall, 2016) das crianças acerca do programa e dos assuntos relacionados.

Outra estratégia auxiliar para captação da representação que o programa pretende mostrar para a sociedade civil é a etnografia digital (Lins; Parreiras; Freitas, 2020) do perfil do programa em uma rede social. Tendo em vista que o mesmo é regularmente alimentado com dados estatísticos do programa, com as práticas dos policiais em sala de aula junto aos alunos, as dinâmicas das lições e formaturas do programa nas escolas no estado do Maranhão. Este recurso fez-se necessário devido a dificuldade em adentrar no campo para acompanhar as aulas do programa na escola. O informante inicial, que foi indicado pelo sujeito de pesquisa previamente realizada em Teresina no ano de 2018 para o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí, não respondeu aos contatos feitos por meio de aplicativo de mensagens. Posteriormente, retornou o contato relatando que a atuação do programa no município de São Bernardo será no segundo semestre de 2024, diferente da data prevista no cronograma da pesquisa.

Então, para não deixar de produzir dados sobre a realidade do programa, por meio da forma como orienta Lins, Parreiras e Freitas (2020) o

trabalho da pesquisa implica em “trabalharmos de modo artesanal, passo a passo, adequando, e muitas vezes criando, nossas ferramentas de pesquisa na medida em que vamos avançando na investigação” (Lins; Parreiras; Freitas, p. 4, 2020). As autoras ressaltam o papel da internet como sendo:

um artefato cultural, parte de um sistema simbólico, apreensível em seus sentidos a partir do plano local, bem como do ponto de vista particular dos sujeitos que dela se aproximam e que nela encontram usos e sentidos múltiplos e concretos. É sobre esses usos que nos debruçamos. (Lins; Parreiras; Freitas, p. 3, 2020)

Portanto, em consonância com a forma como os dados serão interpretados, até mesmo “o conceito de “etnografia multisituada”, proposto por George Marcus (1995), é apropriado de modos bastante inovadores pela antropologia digital como um todo” (Lins; Parreiras; Freitas, p. 3, 2020). Torna-se uma possibilidade viável e palpável para a percepção das diferentes maneiras de representação adotadas no perfil do programa na rede social.

PROERD – o programa

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD – originou-se do *Drug Abuse Resistance Education* - DARE (Educação para Resistência ao Abuso de Drogas), implantado por meio da parceria entre o Departamento de Polícia de Los Angeles, Estados Unidos (EUA), e o Distrito Escolar daquela cidade, como parte da política de “Guerra às Drogas” implantada pelo governo de Ronald Reagan para conter a escalada do uso indiscriminado de drogas e à violência, que acreditam ser uma consequência da primeira. O currículo DARE foi, num primeiro momento, aplicado às crianças da quinta série, na cidade de Los Angeles, em 1983.

No Brasil, o PROERD chega em 1993, implantado primeiramente pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, onde constituiu o primeiro Centro de Treinamento do Brasil, no governo de Leonel Brizola, como parte da estratégia nascente de policiamento comunitário (Leeds, 2015;

Muniz et al., 1997). Nesse período, em que havia o interesse da política do estado do Rio de Janeiro em desenvolver um projeto de prevenção entre crianças e jovens sobre às drogas e às violências, em conjunto a estratégia de policiamento comunitário com intuito de “criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem” (Bayley, 2001, p.18).

A adaptação do DARE à nossa realidade se ateu a transformação da sigla, passou de DARE para PROERD. Já os aspectos pedagógicos não sofreram mudanças, apenas a tradução do inglês para o português da Teoria de Aprendizagem Socioemocional (*Socio-Emotional Learning Theory* – SEL), que segundo o manual do instrutor objetiva:

A teoria SEL identifica as habilidades básicas e fundamentais e o processo de desenvolvimento do indivíduo, necessários à promoção da saúde, incluindo: autoconhecimento e autogerenciamento; tomada de decisão responsável; compreensão dos outros (alteridade); habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal; habilidade de lidar com desafios e responsabilidades (Currículo do Instrutor Caindo na Real, 2013, p. 4).

A base teórica do currículo Caindo na REAL (acrônimo de Recusar, Explicar, Abster e Livrar) consiste em construtos psicossociais fundamentado na teoria da aprendizagem social e emocional divididos em 10 lições ministradas semanalmente pela polícia em sala de aula.

No Maranhão, o PROERD, segundo dados publicados na rede social do programa, a atuação do mesmo no período de janeiro à abril de 2024 no estado atua em 23 municípios do estado, 702 “intervenções diretas em sala de aula” (aspas pois esta é a forma como no *post* está referido a presença de policial/professor em sala de aula), se fez presente em 102 escolas do estado, em 175 turmas com 4.856 alunos (PROERD/MA, 2024). São números consideráveis que demonstram a aceitação da sociedade ao programa. As escolas atendidas pelo mesmo são públicas e privadas, na publicação não há distinção nestes dados.

Um estudo conduzido pelo departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (Valente et. Al, 2022) demonstra que o currí-

culo DARE- kiR 7º ano possui evidências favoráveis na prevenção ao uso de drogas nos EUA. No Brasil, porém, mostrou-se efeito nulo nesse currículo e sem evidências no currículo do 5º ano do PROERD. Essa pesquisa concluiu que novos estudos devem ser feitos sobre o programa, pois o mesmo continua a ter ampla capilaridade no território brasileiro apesar da nulidade de sua eficácia.

Apesar desses estudos quantitativos apresentarem dados que apontam para determinados aspectos vinculados ao programa, compreender a construção social das dinâmicas dos atores sociais envolvidos na atuação do PROERD na escola, sobretudo a visão das crianças que participam, colabora para uma percepção mais ampla sobre como a sociedade coopera, desde ternamente, com a criminalização de práticas sociais relacionadas ao comércio de entorpecentes e pobreza.

Instituições disciplinares: escolas e quartéis

Com a ascensão da burguesia ao poder e a queda de Estados Absolutistas, nasce a concepção dos Estados Modernos. Nesse novo sistema de governo, marcado pela racionalização das ações no aparato estatal, a lógica de poder se transforma de um que puni com suplícios públicos os malfeitores (Foucault, 1987, p.9) para uma lógica de vigilância e controle dos corpos (Ibid., p.164), que visa a manutenção da ordem social benéfica à classe dominante. Pois, corpos dóceis, são mais suscetíveis ao controle disciplinar.

Essa “nova anatomia política” entendida por Foucault (Ibid., p.165) por uma variedade de processos múltiplos e mínimos de:

origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias (...) e reestruturam a organização militar. (Ibid., p.165)

Não se trata aqui de historicizar as diversas instituições disciplinares, mas de localizar numa série de exemplos e técnicas que se generaliza-

ram e definem uma “política de coerção sobre os corpos”, um controle disciplinador que baseia uma nova “microfísica” do poder. “A disciplina é uma anatomia política do detalhe” (Ibid., p.165).

Nessa tradição do detalhe se localiza, as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente, de treinamento. Para o homem disciplinado, como para o verdadeiro crente, nenhum detalhe é indiferente (Ibid., p.166).

Sobretudo, o homem disciplinado, é um homem normalizado por um conjunto de regras, normas e leis “das instituições disciplinares” que o “compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui” (Ibid., p.207). Esses dispositivos disciplinares produziram a “penalidade da norma”, aquele que não se enquadra nesse padrão é o anormal, portanto, suscetível de sanção. A exemplo, o PROERD possui um conjunto de regras as quais são apresentadas aos alunos na primeira lição do programa em sala de aula e, com a colaboração do professor regente da turma e os alunos, é produzido um cartaz, que é pendurado na parede da sala de aula, com os “combinados do PROERD” (PROERD, 2015), que são:

Levante a mão para que só uma pessoa fale de cada vez.
Seja positivo, responsável e respeitoso. Um comentário inadequado pode magoar sentimentos e encerrar nosso debate.

Observe e atenda ao sinal de silêncio.

Use a expressão “alguém que eu conheço” em vez do nome da pessoa quando contar uma história.

Responda somente às perguntas às quais se sinta à vontade para responder. (PROERD, p.4, 2015)

Nesses “combinados” já fica explícito algumas práticas de disciplina - “observe e atenda ao sinal de silêncio” - docilizando os corpos das crianças para o controle de seus impulsos e calar seus impulsos. A prática da vigilância de si e do outro - “use a expressão “alguém que eu conheço” em vez do nome da pessoa quando contar uma história” - demonstra a aplicação de dispositivos de controle social, para vigiar o outro, pois a “história contada” de alguém que seria um exemplo para alguma situa-

ção das lições relacionadas a drogas ou violência, qual seja na norma ou fora dela.

Assim sendo, esta prática pode-se relacionar a forma como Foucault pensa sobre:

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (Ibid., p.238)

Disciplina que pode ficar a cargo de instituições que dela se servem como instrumento essencial para um fim determinado (escolas, hospitais), seja de instâncias preexistentes que nela encontrou maneiras de reforçar ou reorganizar mecanismos internos de poder (por exemplo relações intrafamiliares), a cargo também de aparelhos estatais com função principal de “fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade (a polícia)” (Ibid., p.238).

Portanto, as instituições – escola e polícia – guardam semelhanças em suas origens. A polícia organizada como um aparelho de Estado com função de disciplinar, com sua força armada, os espaços “o soberano, com uma polícia disciplinada, acostuma o povo à ordem e à obediência” (Ibid., p.238). Já a escola, nos moldes de como identifica Foucault na sua criação possui duas finalidades, a primeira prescreve que:

o ensino primário será, entre outras coisas, “fortificar”, “desenvolver o corpo”, dispor a criança “para qualquer trabalho mecânico no futuro”, dar-lhe “uma capacidade de visão rápida e global, uma mão firme, hábitos rápidos”. As disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis. (Ibid., p.234)

Desta forma, desenvolver “corpos dóceis”. A segunda é ramificar mecanismos disciplinares, a escola oportuniza inculcar nas crianças a vigilância dos pais, à maneira de “minúsculos observatórios sociais” de controle regular (Ibid., p.234). Dessa forma, por meio de procedimentos disciplinares, o Estado efetiva o “adestramento” da população favorável

ao *status quo* vigente. A exemplo do PROERD na contemporaneidade, o seu lema baseado na tríade; escola, polícia e família (PROERD, 2013).

Representação do papel social – Policial/Professo

A perspectiva de “representação teatral” (Goffman, 1975, p.9) pode ser um bom ponto de partida para a compreensão sociológica do papel social representado pelo policial-professor à frente do Programa.

Sendo, da forma utilizada por Goffman, representação caracterizada por toda atividade de um indivíduo, encenada em um determinado período de tempo, por meio de sua presença contínua, com o fim de conduzir a convicção de uma “plateia” (grupo de observadores), através de uma “interação face a face” (Ibid., p.23), objetivando um fim visado (pretendido) – influenciar os espectadores ou os participantes com as ações do PROERD por exemplo.

Nesse sentido, o agente social faz uso da fachada. Que é um equipamento expressivo de tipo padronizado intencional, ou inconsciente, adotado pelo indivíduo durante sua representação (Ibid., p.29). É o que dá segurança ao ator social no “desempenho⁴” do papel. Junto a essa fachada há o “cenário”, que compreende os elementos físicos que vão constituir o “palco” para o desenrolar da ação, empregada em conjunto com a aparência de fachada - o padrão de como agir. Este possui um caráter abstrato, ligado a valores de algumas profissões⁵. Espectadores ou participantes esperam por compatibilidade entre “aparência” e “maneira” (Ibid., p.31).

Quando ocorre a coerência na “representação” deste indivíduo, sua “dramatização”, atinge ao fim a que se destina: “transmitir qualidade e atributos pretendidos” (Ibid., p.36). Por conseguinte, em “alguns status sociais a dramatização não apresenta problemas, pois alguns dos núme-

4. “pode ser definido como toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que se sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos participantes.” (Ibid., p.23)

5. Conecta com a noção de *ethos*, empregada por Pierre Bourdieu, correspondente aos valores interiorizados que direcionarão a conduta do agente em um dado campo social junto à *hexis*, ligada à linguagem e postura corporal do mesmo (MARTINS, 2002).

ros instrumentalmente essenciais para completar a tarefa central do status são” ajustados para comunicar e

transmitir vividamente as qualidades e atributos pretendidos pelo ator. Os papéis dos lutadores, cirurgiões, violinistas e policiais são exemplos disso. Estas atividades permitem uma autoexpressão tão dramática, que os profissionais exemplares – reais ou falsos – se tornam famosos e ocupam lugar de destaque nas fantasias comercialmente organizadas da nação (Ibid., p.37).

Dessa maneira, em certa medida, a aceitação por parte da comunidade escolar de policiais-professores à frente do programa educacional é coerente pela interação representada nesse papel social, se executado sem gafes (Goffman, 1985) – algo que será investigado em campo.

Considerações

Para este trabalho sugeri que a abordagem do Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violências (PROERD), com policiais atuando como instrutores em escolas, representa um cenário complexo. Com o embasamento teórico, que incorpora conceitos de Veena Das (2020) e Michel Foucault (1987), pretendo analisar as experiências compartilhadas e a dinâmica disciplinar no ambiente escolar. A pesquisa utiliza a noção de disciplina de Foucault, comparando as funções de escolas e quartéis na formação de corpos dóceis e na vigilância social. A figura do policial-professor é analisada através da teoria da representação teatral de Goffman, que ajuda a entender como os policiais assumem o papel de educadores.

Tento contextualizar o PROERD como mecanismo estatal disciplinar, destacando a semelhança entre a escola e a polícia, enfatizando a necessidade de corpos dóceis na manutenção da ordem social (Foucault, 1987). A associação do programa a uma “penalidade da norma” ressalta o seu papel normativo na sociedade, um controle social. O PROERD, baseado no programa DARE dos EUA, foi adaptado e implantado no Brasil em 1993. O currículo, focado em habilidades socioemocionais, é aplica-

do em diversas escolas. No Maranhão, o programa atendeu milhares de alunos entre janeiro e abril de 2024.

Com a etnografia, pretendo descrever as representações dos atores sociais envolvidos. A ênfase nos significados compartilhados e nas interações durante a execução do programa contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais. A pesquisa pretende revelar as representações dos atores sociais (crianças e educadores) sobre o PROERD. O método etnográfico, inspirado por Veena Das e Clifford Geertz, será usado para interpretar as “teias de significados” nas interações durante o programa. A abordagem compreensiva de Weber guiará a análise das ações dos envolvidos. Além das observações etnográficas, a pesquisa utilizará conversas informais e redações das crianças. A etnografia digital será usada para analisar o perfil do PROERD nas redes sociais, devido à dificuldade de acesso às aulas.

O estudo visa compreender como a presença de uma figura de autoridade estatal (o policial) se legitima no ambiente escolar para ensinar sobre violência e drogas, áreas geralmente associadas à punição e vigilância. A pesquisa contribuirá para uma visão mais ampla de como as práticas educacionais e sociais são influenciadas por políticas de segurança pública.

Referências bibliográficas

Bayley, David H. (2001). Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Colasante, Tatiana; Pereira, Amanda Gomes. (2021). Vulnerabilidades e formas de resistência. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 6, n. 4, p. 48-69.

D.A.R.E. AMERICA. (2013). Currículo para crianças 5º ano do ensino fundamental: Caindo na Real. Belo Horizonte: PMMG.

Das, Veena. (2020). Vida e Palavras. A violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Unifesp.

Fonseca, Claudia. (2004). Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS.

Fonseca, Claudia. (1999). Quando cada caso NÃO é um caso. Trabalho apre-

sentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998, Jan/Fev/Mar/Abr 1999, nº 10, pp. 58-78.

Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.

Foucault, Michel. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Geertz, Clifford. (2008). *A interpretação das culturas*. 1ª ed., 13 reimp. Rio de Janeiro: LTC.

Goffman, Erving. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Vozes.

Hall, Stuart. (2016). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed: PUC-Rio; Apicuri.

Leeds, E. (2015). Agentes de mudança em instituições resistentes: Nazareth Cerqueira e o desafio da reforma da segurança Pública no Brasil. In: Lima, R. S. de; Bueno, S. (orgs.). *Polícia e democracia: 30 anos de estranhamento e esperanças*. São Paulo: Alameda, p. 17-38.

Lins, B. A., Parreiras, C., & Freitas, E. T. de. (2020). Estratégias para pensar o digital. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 29(2), e181821. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181821>

Martins, C. B. (2002). Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 62, Cebrap, mar.

Muniz, J. de O et al. (1997). Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social: revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 197-213.

PROERD/MA. (2024). PROERD – nossas crianças dizendo sim para a vida! Instagram, 10 de abril de 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C5lXW4Cu05v/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==

Valente, Juliana et al. (2022). Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção ao uso de drogas Keepin' it REAL: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. Universidade Federal de São Paulo, p. 4175-4190. DOI: 10.1590/1413-812320222711.07162022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fgT7DCK5BBjW3FMNd3NSQpL/>.

GT5 - Pesquisa com crianças em Ciências Sociais



A inclusão da diferença? Determinações formais e adaptações escolares

*Fernanda Colares Maciel Britto*¹
UFMA

*Thayná Cristina Rosa Carneiro*²
UFMA

*Amanda Gomes Pereira*³
UFMA

Introdução

A experiência como professora dos ensinos fundamental e médio na rede privada, atrelada a experiência como discente do curso de Direito, foram os condicionantes fundamentais para construção de uma análise do que significa incluir estudantes com alguma deficiência (auditiva, visual, física, intelectual e/ou mental) nas escolas privadas em São Luís - MA. Entre os anos de 2019 e 2024, uma das coautoras, Thayná Rosa, ao atuar como professora do Ensino Médio em 4 instituições escolares privadas em São Luís, teve contato com demandas por parte de tais escolas em relação à processos de adaptação⁴ de estudantes com laudos⁵. Ao partir dessa experiência, este trabalho tem como objetivo tecer reflexões sobre as dimensões que permeiam a inclusão (ou os modos de conce-

1. Discente do Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Maranhão. E-mail: fernanda.britto@discente.ufma.br

2. Discente do Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Maranhão. E-mail: thayna.rosa@discente.ufma.br

3. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: ag.pereira@ufma.br

4. Esse termo é correntemente utilizado entre professores, gestores e coordenadores das escolas privadas para se referir aos graus de integração dos alunos na escola (como categorias fortemente valorativas – bem/mal adaptado, por exemplo). Inclusive, instrumentos como provas e atividades avaliativas podem ser acompanhadas da palavra para se referir às mudanças técnicas aplicadas em sistemas de avaliação voltados a estudantes com alguma deficiência. A utilização do termo já denota como a inclusão, em escolas, ocorre permeada de interpretações equivocadas sobre o significado da inclusão.

5. O termo pode ser, aqui, igualmente à palavra “adaptado(a)”, interpretado como uma categoria usualmente encontrada nos diálogos entre funcionários da educação, nas escolas privadas. Usado constantemente para se referir a qualquer aluno que tenha deficiência de qualquer ordem. É um termo que correntemente se entende, também, para alunos que tem questões de ordem emocional ou psicológica como depressão e ansiedade, por exemplo. Percebe-se que o termo “laudo”, muitas vezes, tem um sentido antônimo ao que a categoria de profissionais entende por um “aluno normal”, que, nos parâmetros desses espaços sociais, o aluno que não exige mudanças didáticas avaliações distintas ou que não performa, em sala de aula algum comportamento que sugira transtornos e deficiências. Muitas vezes a palavra é usada de forma pejorativa ou como um marcador social que o aluno carrega e que o faz ser diferente.

ber a inclusão) de crianças e adolescentes com deficiências no ambiente escolar, pensando a partir das determinações formais inauguradas pelo Estado, visto como a instituição que impõe diretrizes de funcionamento para outros universos burocratizados (Weber, 1982)

A experiência da outra coautora, Fernanda Britto, como estudante do curso de Direito, trouxe outras perspectivas fundamentais, já que a pesquisadora investigou acerca das disputas em torno da obrigatoriedade (jurídica) das escolas privadas no Brasil aceitarem matrículas de alunos com deficiência, bem como de fornecer condições de todas as ordens (estruturais, físicas, materiais, pedagógicas, psicológicas, etc.) para integração e ensino de tais estudantes. Sendo assim, seguiremos uma discussão trazendo informações sobre os aspectos de tais disputas (Britto, 2016) e a análise das relações estabelecidas em tais ambientes escolares, envolvendo interações e relações que envolvem disputas de poder pela garantia da inclusão (Simmel, 2006).

O trabalho será exposto em três partes, a primeira compreende uma discussão sobre o contexto de disputa que inaugurou novas instâncias educativas no que diz respeito à medidas de inclusão, as quais passaram a interferir na dinâmica das escolas privadas. A segunda parte é uma breve discussão dos aspectos metodológicos utilizados para a pesquisa e a terceira parte compreende a análise das informações obtidas por meio do Google Forms, bem como a descrição das impressões obtidas pela experiência como docente em escolas privadas.

As Políticas Nacionais e internacionais de Garantia ao acesso à educação por estudantes com deficiência

A Política Nacional de Educação Especial, diante da Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), traz uma orientação para os sistemas de ensino, para que esses garantam o acesso, participação e a aprendizagem dos estudantes em classes comuns, regulares, com alunos e alunas sem nenhum tipo de deficiência, bem como destaca a importância da existência de serviços da educação especializada nas escolas regulares de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Para que isto seja alcançado, deve ser assegurada a implantação de salas de recursos multifuncionais e promoção de uma formação contínua de

professores especializados para atender esta demanda específica, com atendimento direcionado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas (Brasil, 2008)

Corroborando o exposto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96⁶, vem explicitar em seu artigo 4º, inciso III, que o atendimento educacional especializado deve ser gratuito aos educandos com necessidades especiais ⁷ e que este seja ofertado preferencialmente em uma rede regular de ensino (Brasil, 1996).

Já o artigo 58 desta mesma lei prevê a existência de serviços de apoio especializado na rede regular de ensino, e quando não for possível a integração em classe comum, que seja procedido o atendimento em classes, escolas ou serviços especializados. Dito isso, a educação “especial” foi aqui colocada como um dever do Estado e como alternativa preferencial, e foi citada a ampliação do atendimento à pessoa com deficiência na própria rede pública de ensino (Ferreira; Nunes, 1997).

Similarmente, o ECA, no artigo 54 em seu inciso III, trouxe a garantia às pessoas com deficiência acerca do atendimento educacional especializado, que deve ser preferencialmente ofertado através de uma rede regular de ensino, buscando afastar todo e qualquer tipo de discriminação (Vasconcelos, 2013).

Foi necessário o que trouxe o inciso III, pois passou a priorizar o ensino à pessoa com deficiência, com um atendimento educacional específico/especializado, mas que seja ofertado por uma rede regular de ensino, uma rede para todos, independente de deficiência ou não. Mais uma vez, isto denota a importância dada pelo legislador a uma postura de valorização do ser humano e de não discriminação.

Quanto ao fato de alguns alunos, alunas e alunes com deficiências graves, é necessário, para que haja um acesso verdadeiro à educação que esse receba um tratamento especializado (de acordo com as suas necessidades) por parte da escola. Porém, isso não se refere a uma restrição ao mesmo ambiente escolar de alunos sem deficiência (Fávero, 2006, p. 13).

6. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 10 de Junho de 2024.

7. Importante ressaltar que nomenclatura é ultrapassada, hoje se utilizando do termo pessoas com deficiência.

No ano de 2015, com o surgimento da Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a legislação trouxe consigo “o dever” de prover a inclusão de alunos, alunas, alunes com deficiência na rede regular de ensino, em classe comum, utilizando de todos os meios possíveis para mitigar a dificuldade específica de cada estudante com deficiência com matrícula em rede de ensino. Em decorrência disso, foi perpetrada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade 5357/2015, no âmbito do Supremo Tribunal de Justiça, por parte da CONFENEN - Confederação Nacional Estabelecimentos de Ensino Privado, contestando tal imposição, e para tanto, se utilizaram do argumento do princípio da autonomia privada que, segundo eles, nesse caso, lhes dava subsídio para recusarem tais matrículas, bem como instituir ou não “taxas” a mais nas mensalidades. Isto posto, foram objeto os artigos 28º parágrafo 1º e 30ª caput da Lei 13.146 /2016 – Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2016).

No que tange a discussão acima, observou-se que a proteção do direito à educação tem uma extensa legislação, constitucional e infra-constitucional que se preocupou em determinar de maneira precisa e detalhada como possibilitar a pessoa com deficiência o usufruto do seu direito de estudar, aprender e se qualificar como ser humano e cidadão ativo da sociedade.

Logo, compreende-se de maneira irrefutável que a Lei 13.146/2015, veio para sintetizar, em um único documento, um Estatuto para a Pessoa com Deficiência, que trata todas as áreas, com vistas à finalmente efetivar tudo aquilo já estava proposto na Constituição e demais leis infra-constitucionais, bem como internacionais, como a Convenção Sobre dos Direitos das Pessoas com Deficiência, fundamentação para a criação da Lei 13.146/2015 (Britto, 2016)

O Supremo Tribunal de Justiça – STF concluiu, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade, que o Direito à Educação (Princípio Fundamental presente na Constituição Federal de 1988 e demais leis), tem maior importância que o Direito a Autonomia Privada (Princípio da Autonomia Privada) (Britto, 2016).

Para além das determinações formais, o que mais chamou atenção no processo de investigação sobre a regulamentação do estatuto e das

obrigatoriedades impostas às escolas (privadas, em específico) – como o de receber alunos com deficiência sem cobrar a mais, seguindo parâmetros que vão desde a questão física (estrutura do prédio, material didático, por exemplo) até as mudanças pedagógicas, administrativas/burocráticas que precisariam ser adotadas – foram as disputas envolvendo a CONFENEN *versus* O Estado Democrático de Direito.

Que motivações estavam por traz dessas disputas jurídicas e, ao mesmo tempo políticas, que levaram tais instituições escolares privadas a recorrerem à decisão judicial para não serem legalmente responsáveis pela “inclusão” de determinados grupos humanos. Seriam elas econômicas, sociais...? De qualquer modo, o presente trabalho, sem prometer responder a esse primeiro *insight*, acabou enveredando para uma segunda questão: após a determinação final pelo STF, o que, hoje, significa incluir alunos com deficiência para as escolas privadas de São Luís (em específico, as escolas que fizeram parte da pesquisa)?

Para ultrapassar as questões do ramo do Direito, os esforços foram muitos mais no sentido de compreender o que significa incluir, do que avaliar se existe uma inclusão sendo feita ou não. Colocamo-nos um desafio inicial - e longe de estar esgotado – de questionar professores e gestores de algumas escolas privadas de São Luís acerca dos ditames, estratégias, atividades e práticas, que eles entendem como métodos adotados nas instituições em que trabalham, para fazer jus (ou não) aos parâmetros recentemente impostos às escolas privadas em relação a inclusão de estudantes com deficiência.

Vale ressaltar que os critérios jurídicos estão longe de ser tomados, neste trabalho como premissas neutras ou óbvias. Na verdade, esses critérios são frutos de disputas ideológicas, de visões de mundo que, historicamente se tornam proeminentes ou não, condicionadas por atores sociais específicos, que constroem e defendem tais imposições como “verdades” ou “valores” legítimos (Marx, 2002).

Ao considerar os espaços da escola, especificamente privada, este trabalho possui um caráter qualitativo, de uma primeira imersão em campo, já que uma das autoras vivenciou a experiência de ser professora dos ensinos fundamental e médio em quatro escolas privadas da cidade de São Luís, entre os anos de 2021 e 2024, em um contexto de

obrigatoriedade da inclusão de alunos, alunas, alunos com deficiência. Essa experiência permitiu, neste trabalho, a aproximação com professores e gestores das escolas privadas, a interpretação das informações que foram fornecidas pelos 46 profissionais e a compreensão de alguns termos utilizados pelos educadores para se referirem a planejamentos e estratégias pedagógicas de inclusão (por exemplo: PEI⁸ - Plano Educacional Individualizado - e PECS⁹ - *Picture Exchange Communication System*, que em português significa Sistema de Comunicação por Troca de Figuras).

Metodologia

Essa aproximação e experiência vivida como professora de escolas privadas assemelha-se ao que Malinowski propõe em relação à “escala da normalidade” (1984, p. 31): conseguir, por meio da observação e interação com os sujeitos, sujeitas e sujeitos, encontrar os momentos cruciais em que eles irão falar o que pensam, como se sentem e, inclusive, resgatar, de uma memória coletiva, situações que são vistas como semelhantes ou diferentes do que é vivenciado no presente. Nessas circunstâncias foi possível captar padrões gerais de funcionamento e construir uma discussão sobre elementos culturais predominantes, uma vez que o comportamento é um fato altamente relevante que traz a possibilidade de ser registrado e analisado, permitindo que se perceba a “escala da normalidade” em um grupo social.

Assim, é no imbricamento entre as informações coletadas por meio de um Formulário na plataforma do Google Forms (com 46 profes-

8. O Plano Educacional Individualizado, conhecido como PEI, é uma ferramenta essencial no contexto da educação inclusiva. Ele desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades para alunos com necessidades educacionais especiais. É também um documento elaborado para atender às necessidades educacionais específicas de cada aluno. Ele é uma ferramenta valiosa para garantir que a educação seja adaptada às características individuais, promovendo a inclusão e proporcionando oportunidades iguais a todos os estudantes, independentemente de suas diferenças.

9. O PECS — Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (Picture Exchange Communication System) — é um sistema para ajudar pessoas de várias idades que não conseguem se fazer entender através da fala, ou que têm uma fala muito limitada. Ou seja, o PECS é uma comunicação aumentativa e alternativa.

res/gestores da educação básica privada) e a experiência de alguns anos como professora da rede privada que este trabalho se constitui, em diálogo com o trabalho de Fernanda Britto (2016) acerca das disputas entre as escolas privadas do Brasil e as determinações do Supremo Tribunal de Justiça sobre a obrigatoriedade no aceite de matrículas de estudantes com deficiência na rede privada.

Em termos mais práticos, o uso da plataforma Google Forms – para obter os formulários mais objetivos – foi um ponto de partida utilizado para relacionar as vivências e as dimensões jurídicas que estão incorporadas na pesquisa.

Nesse trabalho, demos enfoque às escolas privadas da cidade de São Luís/MA, dito isso, através das entrevistas com um total de 46 professores e/ou gestores que responderam ser ou terem sido vinculados à alguma escola privada, quase 80% têm/tiveram mais de 10 anos de experiências em escolas particulares de São Luís (especialmente no seguimento do ensino médio). Destes, quase metade afirmou ter mais de 20 anos de experiência. Tal dado coaduna-se com a experiência de Thayná, pois, como professora novata, o processo de ingresso em tais escolas veio acompanhado de uma constatação de que a maioria de seus colegas de trabalho tinham mais tempo de experiência no chão da escola, com carreiras profissionais de décadas, sendo raro encontrar professores mais jovens contratados (ou com poucos anos de experiência), especialmente no Ensino Médio, em que as relações de poder, numa perspectiva de manutenção de cargos e empregos, permitem pouca renovação dos profissionais (BOURDIEU, 1989).

Seguindo os dados mais objetivos da plataforma, apenas dois professores negaram ter conhecimento sobre alguma lei que trata da obrigatoriedade da inclusão de alunos com deficiência nas escolas privadas. Mais de 95% dos profissionais afirmam ter alunos com alguma deficiência matriculados nos lugares que trabalham/trabalharam, em contraste com dois que disseram não possuir essas informações. Em linhas mais empíricas, é muito raro encontrar professores ou gestores discutindo sobre parâmetros legislativos que permeiam os processos pedagógicos nas escolas. As determinações burocráticas são repassadas numa cadeia de relações de poder que vão dos órgãos de fiscalização da educação, em todos

os âmbitos, chegando à direção pedagógica, que traduz em termos “mais práticos” para gestores quais estratégias devem ser acionadas e estes, comunicando especificamente aos professores e psicólogos da escola como agir/desenvolver/elaborar/abordar alunos, provas e instrumentos técnicos em geral.

Em quatro anos de experiência profissional, mesmo em reuniões pedagógicas, é raro haver diálogos sobre a dimensão mais jurídica: só se sabe que ela existe e que ela ordena, em algum nível, ou justifica porque essas ou aquelas medidas estão sendo tomadas e obedecidas. Essa cadeia de relações hierarquizadas possui uma complexidade ainda maior quando atrelada ao domínio da psiquiatria e psicologia, já que ao estudantes com deficiência são matriculados com seus “laudos”, os quais os professores não têm acesso direto, pois tais documentos são sistematizados de uma maneira mais inteligível, em uma espécie de tradução da linguagem médica para a pedagógica, cujo porta voz/tradutor é geralmente aquele que fica – na escala hierárquica do cargo – entre a direção e os professores, a figura do gestor/coordenador.¹⁰

Dentre as deficiências com as quais esses educadores convivem, 43 deles indicaram as deficiências mentais (transtorno do espectro autista, esquizofrenia, etc.) e 35 indicaram as intelectuais (problemas de interação social, limitações de comunicação/fala etc.). E em relação às deficiências auditivas, visuais e físicas os números são 13, 8 e 15, respectivamente. Esse dado é curioso e merece ser analisado com maior atenção, pois saber quais são as deficiências dos alunos não garante que os estudantes são acolhidos da maneira “ideal” – entende-se, aqui, como “ideal”, as determinações formais (jurídicas) enquanto elaboração de

10. Pelos limites técnicos envolvidos na produção desse trabalho, não há espaço para discutir profundamente

essas relações de poder, o que se pode dizer é que ela tem mais a ver com o processo de demandar/executar do que com perspectivas econômicas ou de capital social. De maneira mais direta, professores podem ter salários muito mais altos que gestores/coordenadores, professores podem ter uma relação de amizade com a direção que os permite ser mais imunes às cobranças feitas por um gestor/coordenador, por exemplo. Tempo na instituição, carisma, grau de aprovação por parte da clientela (alunos e responsáveis), redes de amizades e relações de intimidade, etc. Tudo isso interfere na dinâmica de poder que pode ser observada em uma escola, o que atua diretamente sobre os processos burocráticos envolvendo a questão da inclusão no círculo gestor-professor-aluno.

uma noção de inclusão estabelecida socialmente, e imposta pelo Estado como norma a ser seguida, o que, em termos sociológicos, escapa à possibilidade de ser valorativamente avaliado.

Estas primeiras informações, mais quantitativas, apresentam um espectro de análise que traz indicativos de um grau de informação relevante, por parte dos educadores, em relação às particularidades dos seus alunos. Isso se deve, muito provavelmente, ao fato de que algumas escolas de São Luís adotam reuniões pedagógicas para falar sobre os educandos que possuem “laudo”, um termo que é utilizado genericamente pelos profissionais, como destacado anteriormente. Há, também, nessas escolas, o envio, logo no início do ano, de um e-mail que carrega, em anexo, documentos com fotos, nomes completos, segmento, série e turma pertencente, bem como as informações sobre as necessidades dos estudantes, os “laudos” que possuem, se fazem acompanhamento psicológico/psiquiátrico e se tomam medicação.

Difícilmente tais termos médicos/psiquiátricos/técnicos, que vêm nesses documentos formais, são mobilizados no dia a dia ou nos diálogos sobre as estratégias pedagógicas – isso segundo a experiência como professora da coautora Thayná. O processo, anteriormente descrito de tradução feito por gestores e pedagogos, envolve, recorrentemente, uma linguagem mais inteligível para os atores inseridos em ambiente educativo. De maneira exemplificada, se um aluno específico possui um transtorno que afeta sua capacidade de ler, a tradução é feita em uma determinação prática ao professor, solicitando que o docente faça uma prova com pouco texto verbal e mais imagens.

Outro exemplo seria, se dois alunos possuem transtorno do espectro autista, um deles considerado mais leve e outro mais severo, a avaliação que será feita para o primeiro é chamada de “adaptada” e para o último de “mais fácil” – o que não deixa de ser adaptada a sua realidade de aprendizagem. Estes termos não só aparecem nas conversas pessoais, como nos e-mails, papéis informativos das reuniões e até mesmo nas cobranças via rede social *WhatsApp*, exemplo: “como “professor, você fez o modelo de prova adaptado, mas está faltando mandar aquela que é a mais fácil ainda”. Geralmente, a “mais fácil” é interpretada pelos professores e professoras como uma prova sem efeito de uma avaliação que foge aos pa-

drões de uma escola particular que faz sua fama em cima dos resultados e dos rankings de rendimento dos estudantes (principalmente no ENEM e vestibulares seriados, pois o grau de dificuldade é entendido como tão baixo, ou nulo, que o aluno não precisaria estudar, nos termos dos professores, apenas achar a resposta na própria prova.

Em um segundo momento do formulário, os educadores foram questionados acerca da presença ou não de estratégias acionadas pelas escolas privadas relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência, 34 profissionais responderam que sim, 7 disseram que não e 6 afirmaram desconhecer. Em relação aos que afirmaram que as escolas utilizam, algumas respostas de caráter descritivo foram sistematizadas (ao todo, 39 pessoas responderam de forma descritiva o que entendem por estratégias): 22 citaram o uso de provas adaptadas; 7 citaram a presença de tutores; 5 citaram planejamentos individualizados (exemplo: PEI e PECS); 6 citaram o acompanhamento psicopedagógico; 3 citaram Aulas “com dinâmica”, “diferentes”, “adaptadas”, “metodologias ativas” (termos usados pelos próprios entrevistados); 3 citaram a estrutura física adaptada das escolas ou uso de material didático adaptado; 2 citaram a relação aproximada com as famílias como estratégia de inclusão.

Apesar de terem sido respostas curtas, elas trazem uma discussão fundamental e, talvez, a mais relevante deste trabalho. Se a questão que norteou nossas primeiras reflexões foi: o que significa incluir alunos com deficiência na educação básica privada para os professores e gestores? Uma boa pista encontra-se nos instrumentos/meios materiais que são cobrados dos professores pelas escolas: fazer atividades e provas adaptadas são exemplos dessas estratégias de inclusão/ adaptação. Como professores, não conhecemos primeiro os alunos e as famílias (muitas vezes nunca iremos conhecer todos os familiares), entramos em contato com as demandas prescritas por e-mails e reuniões ou grupos da rede social *WhatsApp*, modelos pré-prontos de provas ou atividades avaliativas adaptadas que precisamos seguir para incluir estudantes com deficiência.

Por vezes, após meses trabalhando em uma escola, começamos a identificar as necessidades dos alunos e gravamos os seus nomes porque as suas provas possuem uma estética diferente (enunciados cur-

tos, questões com muitas imagens, apenas três alternativas etc.) e vêm acompanhadas dos seus respectivos nomes. Eles e elas vão, aos poucos, deixando de ser uma foto 3x4 com um “laudo” no nosso e-mail, para serem os alunos que fazem provas adaptadas e, quem sabe, uma pessoa aqui ou ali que conhecemos para além das suas deficiências e não somente um documento formal, um ser humano “laudado”.

Acerca da presença de tutores, essa informação também merece uma análise, já que a presença desses adultos em sala de aula é sempre notada, como, por vezes, indesejada ou desejada (mais raro) pelos professores. O termo tutor é uma categoria usada pelos próprios funcionários da escola que, por ser visualmente destacada, é a figura do adulto que acompanha um aluno com deficiência, que necessita de acompanhamento mais especializado, e, por ser um adulto no meio de crianças e jovens, não está na categoria de alguém que ocupa a sala para aprender ou receber conhecimento. A bem verdade, o tutor está ali para mediar a relação do aluno com os colegas e professores. Há também escolas que contratam monitores de sala que também parecem ter uma função parecida com a da tutoria, mas, por vezes, é um vigilante dos alunos e dos professores (Foucault, 1987).

Sobre a primeira categoria de “tutor”, professores costumam conversar entre si e explicitam certo preconceito, pois, muitas vezes, esse tutor é visto como alguém que não orienta o aprendizado, mas faz as atividades pelo aluno, compra seu lanche, vigia seu comportamento, pede silêncio, etc. (vale ressaltar que essas são as impressões de alguns professores que foram percebidas em convivência com tais profissionais). Tais tutores parecem estar mais voltados para as necessidades do seu empregador (os responsáveis do aluno), causando uma sensação de vigilância (para o professor) menor.

No caso dos tutores, muitas vezes chamados de monitores, a relação pode ser mais conflituosa, pois os professores recorrentemente acreditam que não estão ali só para auxiliar os alunos com deficiência, mas para produzir relatórios acerca do comportamento do professor em sala de aula, o que é mais ou menos agradável a depender da posição de estabelecido ou de outsider (Elias, 2000) nas cadeias de poder do ambiente escolar.

Em relação às estratégias de inclusão, tais sujeitos tutores, contratados ou não diretamente pela escola, representam corporalmente/ personificadamente o trabalho de inclusão de alunos com deficiência, ainda que estejam muito mais vigiando e “fazendo pelo aluno” do que cumprindo um papel pedagógico no sentido do aprendizado e da integração.¹¹

Outras estratégias citadas pelos entrevistados, como os planejamentos individualizados, em sua maioria são elaborados pelos gestores, os quais não são diretamente acessados pelos professores, que é o grupo no qual esta pesquisa conseguiu mais entradas para entender a inclusão. Consequentemente, o acesso restrito a esses planos não consegue ser analisado profundamente nesta pesquisa. Em relação ao acompanhamento psicopedagógico, as escolas que serviram de campo de estudo para esta pesquisa dispõem de psicólogos ou de figuras que representam esse acompanhamento. Por serem escolas particulares que atendem uma clientela de poder aquisitivo mais elevado, existem estruturas de salas em que tais profissionais fazem atendimentos com os alunos, sejam os que possuem deficiência ou não.

Sobre as aulas “dinâmicas” e que fazem uso de “Metodologias ativas”, tais avaliações também acabam sendo restritas e carecem um aprofundamento posterior. O que se pode considerar é que, especialmente em perspectiva do Ensino Médio, tais escolas disputam rankings de aprovação em vestibulares como ENEM e UEMA, principalmente para os cursos de Medicina, Direito e CFO, com graus de exigência sobre os professores que envolvem uma lógica de trabalho conteudista e resolução de questões para que os alunos sejam treinados para os vestibulares.

Recorrentemente, nas aulas de Sociologia que Thayná lecionava, os alunos reclamavam muito da alta carga horária, da quantidade excessiva de atividades para resolver, do número constante de simulados feitos nos finais de semana e da pouca oportunidade de tempo para projetos escolares, atividades lúdicas ou de momentos em que poderiam sair de uma

11. A figura dos modelos de tutor merece ainda mais reflexões, pois há casos em que tais sujeitos não possuem formação alguma, outros são estagiários contratados como uma mão de obra extremamente barata e, por isso, de alta rotatividade nas escolas, o que impede a construção de laços mais profundos com os alunos e o processo de conhecer cada necessidade e peculiaridade relacionadas aos diagnósticos. São muitas as dimensões que poderiam ser analisadas e que elucidariam aspectos complexos dos processos de inclusão.

proposta de aula considerada, por eles, obsoleta, o que é um indicativo de que as aulas não fogem tanto ao modelo expositivo¹², pouco dialogado.

Sobre considerarem as ações de inclusão adotadas como efetivas ou não, a maioria dos profissionais considera que não há inclusão (23), ou que essa inclusão é parcial (9), enquanto 13 afirmam que a inclusão acontece efetivamente. Como registrado no início do trabalho, o objetivo não é produzir um resultado avaliativo de políticas educativas e nem apontar pragmaticamente se há inclusão de pessoas com deficiência nas escolas privadas ou não. Não podemos concluir, ainda, neste trabalho, mas podemos indicar que os processos de inclusão, entendidos enquanto tal pelos profissionais da educação, em alguns espaços da cidade, estão materializados em provas adaptadas e planos de estudos individuais, na presença dos tutores, em documentos formais que “prestam contas” (parcialmente ou não) às demandas impostas pelas mudanças legislativas recentes no Brasil.

Os laudos, trazidos pelas famílias às escolas no ato da matrícula, são sistematizados em documentos enviados aos professores por e-mail e, raramente, discutidos em reuniões pedagógicas. Tais documentos são interpretados por mediadores (gestores, coordenadores, diretores) – sendo esses, inclusive, tomados aqui como verdadeiros “porta-vozes” e “tradutores” da linguagem técnica especializada (psiquiatras, médicos, psicólogos etc.), cuja tradução é interpretada pelos professores como: uma prova “diferente”, uma aula “dinâmica”, “um plano de estudo individualizado”.

Quando falamos da inclusão escolar de pessoas com deficiência, não estamos discutindo apenas “algumas” deficiências específicas para se incluir dentro de um ambiente escolar, mas de um universo que inclui todo e qualquer tipo de deficiência¹³. Insta ressaltar, quais são essas, a título de conhecimento e informação.

12. Modelo expositivo é um termo frequentemente utilizado entre os professores dos ambientes escolares analisados e se refere às aulas onde o professor expõe o conteúdo de forma monológica, usando quadro e pincel ou alguma ferramenta como slides. Geralmente requer que os alunos fiquem sentados e em total silêncio.

13. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

No que concerne aos tipos de deficiências, existe as deficiências mentais e múltiplas (ou intelectuais) e as físicas. Dentre os tipos de deficiências intelectuais estão: a síndrome de down, o espectro autista, o retardo mental, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (tdah), ou somente transtorno de déficit de atenção (tda). Quanto as deficiências físicas são aquelas relacionadas às limitações físicas, tais como: hemiparesia, deficiência auditiva e visual, pessoas com membros amputados, paraplégicos e tetraplégicos.

Dentro desta Lei de inclusão (Lei 13.146/2015), encontramos o termo “PEI” que significa “plano de ensino individualizado”. Destrinchando à luz da legislação¹⁴, o PEI, é um plano de ensino que tem como objetivo traçar metas, estratégias de como lidar e ajudar melhor cada criança com sua particularidade/dificuldade. O PEI é necessário para que a Escola, tenha um olhar humanizado para o estudante com deficiência. Por exemplo: estratégias que busquem colocar esse estudante na frente da sala de aula; atividades adaptadas à sua condição específica; manter uma rotina de sala de aula que seja eficaz. Em casos mais específicos, como por exemplo, crianças com transtorno do espectro autista (TEA) – para que fique mais claro – não é aconselhável trabalhar com o uso da música em volume elevado (por conta da sensibilidade auditiva); observações se a criança aceita o toque físico, ou não; o que auxilia a “autorregular” a criança em uma possível crise; e quais os casos de hiper foco e como lidar com o mesmo.

Ademais, o PEI, apesar de se encontrar disposto na lei e ter caráter obrigatório, ele ainda assim, em geral, não é utilizado pelas escolas. O PEI – plano de ensino individualizado – serve para incluir de forma adequada pessoas com deficiência. Inclusive, quando uma escola recebe uma criança com deficiência, ou qualquer tipo de transtorno de desenvolvimento, é dever da mesma formular o PEI específico para esse estudante. Porém não é o que acontece na realidade.

No âmbito de nossas entrevistas com professores e gestores de escolas particulares, nos deparamos com a nomenclatura recorrente de “tutor” e “monitor” em sala de aula, acompanhando os estudantes com algum tipo

14. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.025, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 Dispõe sobre o Plano de Ensino Individualizado – PEI, no âmbito do sistema educacional inclusivo, (BRASIL, 2020) < <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8921974&ts=1618945764007&disposition=inline> > Acesso em 10 de Junho de 2024.

de deficiência. Em contrapartida, em um exame mais minucioso da lei que trata da inclusão das pessoas com deficiência (lei 13.146/2015), constatamos que não se trata da nomenclatura jurídica corrente.

Isto posto, dentro de legislação existe o “Acompanhante Escolar”,¹⁵ e além da legislação também existe e o “Acompanhante Terapêutico”, sendo necessário, diferenciar essas duas classes. O Acompanhante Escolar (AE) é um direito de toda pessoa com deficiência, que deve ser fornecido pelo Poder Público, bem como sua remuneração. O Acompanhante Terapêutico, por sua vez, é uma extensão de toda equipe multiprofissional que acompanha a criança em uma clínica própria para o tratamento de pessoas com deficiência.

De acordo com a legislação, o acompanhante escolar pode ficar responsável por uma criança dentro de uma sala de aula – em regra. Porém o que costuma ocorrer na realidade é que dois acompanhantes escolares fiquem responsáveis por acompanhar até cinco crianças ao mesmo tempo, com dificuldades diversas, como, por exemplo: estudantes com TEA (transtorno do espectro autista); TDA (transtorno de atenção); TDAH (transtorno de atenção e hiperatividade); síndrome de down, e etc.

A figura do acompanhante escolar surge justamente para colocar em prática dentro da sala de aula o PEI. Quando vamos para a esfera particular, que no caso, é o que estamos avaliando neste artigo, além do Acompanhante Escolar (AE) que deve ser fornecido pelo Poder Público, a criança com deficiência também se beneficia do Acompanhante Terapêutico (AT), quando os pais possuem plano de saúde ou poder aquisitivo para pagar pelo tratamento. Desse modo, o Acompanhante Terapêutico seguirá o PEI criado pelo corpo de profissionais que fazem o tratamento particular dessa criança (fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas, pedagogos e etc.).

É importante ressaltar que o Acompanhante Terapêutico tem um curso obrigatório – aplicador ABA¹⁶, e ele é pago pelos pais ou custeados pelo plano de saúde que é obrigatório para que a pessoa seja considerada apli-

15. Lei 13.146/2015. Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

16. A psicologia ABA é uma abordagem terapêutica focada no comportamento, que se utiliza de técnicas sistemáticas de intervenção para ajudar indivíduos a alcançarem objetivos específicos. Suas intervenções são altamente individualizadas a fim de atender às necessidades. Entrevista cedida pela Psicóloga Laiza Régia Colares da Silva.

cador ABA. Em contrapartida, o Acompanhante Escolar geralmente é um formando em pedagogia, psicopedagogia e áreas afins. Não existindo um curso específico que o Acompanhante Terapêutico deve ter, para exercer essa função (Da Silva, 2024)

Em suma, para que a pessoa com deficiência possa ter o desenvolvimento adequado entende-se que (com base nas leis de inclusão/acessibilidade), é preciso o acompanhamento por equipe especializada que deve atuar alinhada à conduta da equipe escolar, bem como com o apoio dos familiares, buscando de forma conjunta o bom desenvolvimento das habilidades básicas, acadêmicas, sociais e habilidades de vida diária da pessoa assistida. Apenas através desse tripé,¹⁷ é que podemos falar de pessoas com deficiência sendo incluídas no ambiente escolar, socializando tanto com colegas de classe, como também com os professores.

Como disse uma gestora ao ser questionada sobre como avaliar uma aluna do Ensino Médio, “é só fazer uma prova como se fosse para uma criança de dez anos”. Podemos, ao menos, afirmar, por hora, que há uma distância entre as determinações formais e as adaptações escolares que nos fazem, ainda, perguntar: como promover a inclusão se falta por parte da equipe escolar um real entendimento e compreensão sobre como incluir crianças e adolescentes com deficiência no ambiente escolar?

Ideologicamente, a inclusão foge aos propósitos de uma escola privada de ensino, em sua maioria, voltada para a reprodução de desigualdades a partir de seleções e valores de matrícula. A esse respeito, fica ainda o questionamento, existe entre essas instituições a obrigação de se formar para a cidadania - pressuposto primordial e objetivo da educação básica no Brasil. (Brasil, 2006).

17. Lei 13.146/2015 - Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>

Referências

Bourdieu, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Britto, Fernanda. (2016). *O dever de inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino básico: uma análise dos artigos 28 §1º e 30, caput, da lei 13.146/2015 quanto à sua constitucionalidade*. Monografia (Graduação em Direito) – Instituição de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB. São Luís.

Britto, Fernanda. CARNEIRO, Thayná. (2014) *Inclusão Escolar: formulário do google formulários*. São Luís, 2024. Disponível em: <<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdtDL2F1LdY6xQi8Nscj2fi7TMRYxB1WeCmtVv-GfJsscGgsA/viewform>> Acesso em 14 de Fevereiro de 2024.

Durkheim, Émile. (2014). *Educação e sociologia*. Lisboa: Edições 70.

Marx, K.; Engels, F. (2002). *A Ideologia Alemã*. Trad. Castro e Costa, L. C.

São Paulo: Martins Fontes.

Elias, Norbert; SCOTSON, John. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Fávero, Eugênia Augusta Gonzaga. (2006). *O direito das pessoas com deficiência à educação*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15675-15676-1-PB.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

Ferreira, J.; Nunes, L. (1997). A Educação Especial no nova LDB. In: Aves, N.; Villardi, R. (orgs). *Múltiplas Leituras na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)*. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya.

Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.

Malinowski, Bronislaw. (1984). Introdução: Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores). p. 17-34

Simmel, Georg. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Silva, Laiza Régia Colares da. (2024). *Entrevista com Laiza Régia Colares da*

ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em 10 de Junho de 2024.

Silva. Psicóloga - CRP 22/02282 - Especialista em saúde mental e atenção psicossocial. Especialista em análise do comportamento aplicada ABA. Experiência Profissional: Associação de pais e amigos dos excepcionais APAE/CERII Centro de reabilitação. Imperatriz – MA Centro de reabilitação de Davinópolis – MA; SECRETARIA DE SAÚDE. Davinópolis – MA; APAE de João Lisboa – MA; Centro Neuro reabilitar. Imperatriz – MA. Entrevistadora: Fernanda Colares Britto. Realizada dia 05 de maio de 2024.

Vasconcelos, Hélio Xavier. (2013) Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. In: Cury, Munir (Coord.). *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. São Paulo: Malheiros Editora.

Weber, Max. (1982). *Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

GT5 - Pesquisa com crianças em Ciências Sociais



As coisas sérias de santo: A infância e sua relação com o sagrado no Terreiro de Santana em Imperatriz/MA

Ana Silvia Oliveira Marques
UFMA

Introdução

O presente estudo aborda o debate acerca do espaço que as crianças umbandistas ocupam dentro das religiões afro-brasileira de maneira a reconhecer a importância da inserção da criança no cotidiano do terreiro para a reprodução dos costumes e ritos, compreendendo que as crianças precisam de um determinado tempo e um espaço seguro para que possam discernir as responsabilidades dadas pela iniciação na religião.

O principal objetivo desta pesquisa é discutir aspectos referentes à compreensão da infância e sua relação com o sagrado no contexto das religiões de matrizes africanas, em especial na umbanda, levando em consideração suas particularidades a partir da regionalização desta no estado do Maranhão, destacando a importância das crianças para a conservação e futuro dessa religião que tem como principal ferramenta a oralidade. Para isso foi escolhido o terreiro Nossa Senhora de Santana na cidade de Imperatriz, buscando conhecer sua história e importância dentro da comunidade, bem como a trajetória religiosa da mãe de santo dirigente da casa, para através disso compreender a relação das crianças, seus encantados e guias e sua participação nos ritos. O que também nos permitiu entender as relações entre os erês e as crianças no cotidiano do terreiro.

O Terreiro de Santana é um terreiro de Umbanda, localizado na Vila Redenção, um bairro de Imperatriz, e funciona lá há vinte anos. Uma das particularidades da casa são os toques de pontos corridos, característicos do Terecô, religião onde são incorporados especialmente os encantados¹ da mata, sendo homens, mulheres e crianças que em determina-

1. “No Maranhão o termo encantado é encontrado nos terreiros de Mina, tanto naqueles fundados por africanos, quanto nos mais novos e sincréticos, e nos salões de curadores e pajés. Refere-se a uma categoria de seres espirituais recebidos em transe mediúnico, que não podem ser observados diretamente ou que se acredita poderem ser vistos, ouvidos e sentidos em sonho, ou por pessoas dotadas de vidência, mediunidade ou de percepção extrassensorial, como alguns preferem denominar. Os encantados, apesar de totalmente invisíveis para a maioria das pessoas, tornam-se

do momento desapareceram e não estão vivos nem mortos e estão num espaço entre o céu e a terra.

De acordo com Ferretti, (2000) a linha da mata é composta por entidades caboclas menos civilizadas e menos nobres, que vivem, geralmente, em lugares afastados das grandes cidades e pouco conhecidos e que costumam vir beirando o mar ou igarapés (como o ‘povo’ de Codó, chefiado por Légua Boji, e o ‘povo fulupa’ chefiado por rei Surrupira)

Para além dos tambores, o Terreiro de Santana também abraça em suas práticas a Jurema que é uma ritualística ligada à pajelança. Esse culto é marcado pela presença de cânticos ao som de maracás e pela bebida feita de ervas, e era realizado na casa semanalmente. No rito os médiuns incorporam espíritos de indígenas, chamados de caboclos, com a intenção de realizar passes e curas nos consulentes presentes. Os pontos cantados fazem referência à ciência de cura através da natureza e aos mestres que a dominam.

O Terreiro de Santana recebe crianças em seus ritos, porém não realiza ritos de iniciação até a sua maioridade. Segundo os dirigentes da casa, tomou-se essa medida, em razão de que é comum que as crianças socializadas dentro dos terreiros fiquem um determinado período afastados dos costumes, geralmente na adolescência, seja a fim de conhecer novas religiões, por desinteresse ou mesmo por consequências de preconceitos sofridos na comunidade, em especial no ambiente escolar. Ainda que os dirigentes considerem que as crianças possam auxiliar no dia a dia do terreiro, por vezes na função de cambones – fiéis que prestam assistência aos guias e entidades - não encontrei, durante o período da pesquisa, alguma que desempenhasse algumas atribuições.

Partindo do conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu (2005), como o espaço em que se desdobra o conflito, onde as religiões possuem autonomia relativa e uma concorrência interna, podemos conceber o fato de que as religiões de matriz africana dispõem de uma diversidade de concepções e juízos acerca do papel da criança no cotidiano de cada terreiro levando em conta o seu dirigente, sua cosmovisão e personalidade.

“visíveis” quando os médiuns em quem incorporam manifestam alterações de consciência e assumem outra identidade. Apresentam-se à comunidade religiosa como alguém que teve vida terrena há muitos anos e que desapareceu misteriosamente ou tornou-se invisível, encantou-se” (FERRETTI, 2000, p. 15).

Com base nessas questões esta pesquisa fez-se significativa para dialogar com a diversidade de perspectivas acerca da infância dentro das religiões afro-brasileiras tendo como referência o Terreiro de Nossa Senhora Santana no bairro Vila Redenção na cidade de Imperatriz no Maranhão, fundado por Mãe Cotinha tendo sua filha Juliete como sucessora.

Método

Meus primeiros contatos com as religiões de matriz africana em Imperatriz e região começam a partir da matéria optativa Identidade e Gênero nas Religiões de Matrizes Africanas ministrada pelo professor Salvador Tavares no segundo semestre do ano de 2019, no curso de Licenciatura em Ciências Humanas. Para conclusão da disciplina foi proposto que os alunos em grupo elessem os aspectos de determinados terreiros para a escrita de um artigo. Nesse período visitei alguns terreiros e ingressei no grupo de pesquisa Mens Memini: Religiões, Memórias e Trajetórias. Por intermédio do grupo, participei do Projeto de Iniciação à Pesquisa, contribuindo com uma pesquisa acerca do catolicismo popular no período da pandemia de Covid-19.

Toda essa trajetória me aproximou dos diversos métodos de pesquisa, inserção e interpretação do campo. Durante o tempo em que estive dedicada a conhecer os diferentes aspectos da umbanda na cidade de Imperatriz e região, tive contato com uma extensa bibliografia e neste trabalho faço um esforço de afunilar ao máximo de forma a tratar da questão da infância dentro do Terreiro de Santana.

Conhecer os vários aspectos do saber etnográfico através da bibliografia foi fundamental para a construção da presente pesquisa. Segundo Oliveira (2000), um bom texto não somente deixa claro as condições de sua produção e obtenção dos dados, mas também esclarece, com quais teorias dialoga, reconhecendo sua “intersubjetividade”. Ou seja, a pesquisa não se fez somente lançando mão das técnicas etnográficas disponíveis (observação participante, caderno de campo, registros audiovisuais, entrevistas etc.) pois a etnografia “[...] não é [só] método. [...] Toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 383).

“Se podes olhar vê. Se podes ver repara.” Enunciou José Saramago, em *O Ensaio Sobre a Cegueira* (1995). A citação se adequa à justa medida ao fazer etnográfico, em que o pesquisador precisa treinar a sua observação para além do ato de enxergar o campo, mas de permitir-se observar de fato os pormenores e a essência do objeto, permitindo-se ser afetado pelo ambiente ao que foi inserido. Conforme, Roberto Cardoso de Oliveira (2000), a capacidade de olhar é fundamental na prática do antropólogo, assim como a de escutar e escrever. E o aprendizado dessas práticas ocorre ao longo do processo de formação do pesquisador.

De acordo com Fonseca (1999), na antropologia clássica, em primeiro momento é observado uma conjuntura particular para posteriormente compreender sua representatividade. Já na etnografia, método empregado para realizar a presente pesquisa, casos isolados são utilizados para demonstrar uma afirmação generalizada. Parte-se, portanto, para o campo munido de questões e hipóteses, que via de regra sofrem alterações à medida que se tem contato com os sujeitos pesquisados

Para realização desse trabalho foram acompanhadas reuniões de Jurema às sextas feiras, entre os meses de julho e dezembro de 2021, observei também nesse período espíritos infantis que chegavam, geralmente ao fim dos encontros com finalidade de realizar uma limpeza das energias do local. A observação do festejo principal que celebra Nanã Buruquê, orixá sincretizada com Nossa Senhora Santana, padroeira do terreiro, que ocorreu no dia vinte e seis de julho de 2021, e a Festa de Cosme e Damião, no dia trinta de setembro de 2021, e suas respectivas organizações, foram importantes para as análises sobre o lugar da criança nesta comunidade religiosa.

A observação do festejo de Cosme e Damião, permitiu alguns apontamentos acerca dos espíritos infantis, denominados Erês, como a relação de maternidade que estes possuem com a mãe de santo da casa. No mesmo sentido, a Mãe Juliette compreende o festejo como o momento de comunhão com os Erês e durante as reuniões a mesma dá aos médiuns que incorporam certos direcionamentos - não pode entrar nas fontes, subir em árvores ou fazer brincadeiras de mau gosto, empurrar, morder.

As crianças são servidas de doces no início da cerimônia. Os médiuns estão sentados ao redor delas (crianças) de mãos dadas. Quando

as crianças se retiram cantam-se os pontos com a finalidade de convidar os erês, que chegam uns após o outro com suas brincadeiras, correm pelo salão, distribuem doces, brincam com o açúcar, jogando nas pessoas e trocando um punhado por bolos e guloseimas. Alguns dos fiéis da casa são incumbidos de cuidar para que não haja desordem. As guloseimas também são distribuídas entre os adultos presentes, são elas: saquinhos de pipocas, pastéis e coxinhas, bolos de coco, bolo confeitado, brigadeiros, além do tradicional saco de balas sortidas. A presença dos erês fez-se breve como previamente combinado. Finalizando com reclamações das Crianças “tia, eu nem brinquei” diziam, mesmo que obedecendo de pronto.

Quando as crianças “sobem²”, faz-se uma breve limpeza do salão. Nesse momento as pessoas sentem-se à vontade para conversar com os médiuns ou com a mãe de santo e depositar suas oferendas no altar. As crianças ainda presentes no salão estavam acompanhadas pelos pais.

As entidades da linha das crianças têm a fama de serem brigões e bagunceiros pois são espíritos que não amadureceram na sua vida terrena, portanto, faz-se necessário uma supervisão mais atenta para que os médiuns não se machuquem ou causem quaisquer transtornos a si ou a terceiros. São comuns relatos de erês que sobem em locais perigosos, entram em fontes ou tanques de água, tentam entrar nos brinquedos, brigam entre si, colam chicletes e balas nos próprios cabelos e sujam as visitas. Em uma de nossas conversas, Mãe Juliete me conta de uma visitante que chegou pela primeira vez no terreiro, bem-vestida e saí em pouco tempo do salão irritada por ter sido atingida com mel por uma das “crianças”, convidou o seu acompanhante para irem embora enquanto chamava os erês de “diabos”.

Durante a pesquisa pude presenciar que ao fim de algumas sessões, clientes ou médiuns ofereciam aos erês pelos quais tinham mais simpatia e/ou gratidão, brinquedos, doces ou refrigerantes como forma de agrado.

Utilizou-se como metodologia a etnografia, que consistiu na observação direta e participante de cerimônias e reuniões abertas e privadas no terreiro e de forma complementar ao evento público para a celebração do Dia Nacional da Umbanda, o II Encontro de Terreiros no dia 14 de

2. Subir nesse contexto significa partir, desincorporar, voltar para o além.

novembro de 2021, realizado na cidade de Imperatriz, promovidos pela ASTERCMA – Associação de Terreiros de Cultura e Religião de Matriz Africana e Secretária de Igualdade Racial do município. Foram coletados registros diretos junto a Beatriz e Victor Azé, que integram o terreiro e se propuseram a cuidar de um acervo para a posteridade, feito de filmagens e fotos realizados em conjunto e compartilhados por meio de uma ferramenta de nuvem e através da rede social Instagram.

Caputo (2012), ancorou essa pesquisa em relação à educação e presença de crianças nos terreiros, em sua tese de doutorado que trata da dualidade de relações das crianças candomblecistas nas escolas em que são invisibilizadas e discriminadas por sua religião e nos terreiros de Candomblé onde muitas vezes possuem cargos pelos quais tem respeito e orgulho. O livro também aponta para o peso das relações familiares para a iniciação de crianças. Para conceber a criança enquanto indivíduo atuante nas religiões afro-brasileiras, recorri à Sociologia da Infância de Corsaro (2011), o autor, discute a ideia de que as crianças não são apêndices de um determinado grupo de adultos – no caso desta pesquisa os adultos religiosos.

As observações foram feitas em sua maioria durante os eventos e ritos do terreiro, em geral no dia dedicado a ritualística da Jurema Sagrada, um culto afro-indígena que faz uso de uma bebida sagrada com o mesmo nome, além de defumadores com ervas. A cerimônia é realizada no terreiro as sextas-feiras e reúne um pequeno grupo de pessoas que procuram consultas e passes, bem como os médiuns que incorporam caboclos que põem em prática o que os filhos-de-santo chamam de “ciência” capazes de curar males do corpo e da alma.

Minha última visita ao terreiro ocorreu no dia 17 de dezembro de 2021, na última sessão de jurema do ano e fechamento de mesa e corrente de 2021, uma gira com duração de uma hora e meia que tinha a finalidade de encerrar os trabalhos do ano para uma espécie de recesso para as festas de Natal e Ano Novo.

Com o levantamento de todo o material, comecei o processo de sistematização da pesquisa. Revisitando as leituras, cadernos e diários de campo, bem como as gravações de eventos online, vídeos de eventos e fotos. Para as demais dúvidas mantive contato com Mãe Juliete, que se disponibilizou a responder por meio de mensagens de áudio via WhatsApp.

O processo de ensino e aprendizagem na umbanda

A necessidade da compreensão da presença das crianças dentro das religiões afrobrasileiras não é novidade e pode-se ser encontrada em segundo plano como em trabalhos como “A cidade das mulheres” (2002) em que a autora Ruth Landes descreve sua experiência com crianças e adolescentes nas casas de culto baianas. A autora Maristela Guedes (2005), escreve sobre o preconceito que atinge crianças de candomblé nas escolas em sua tese de doutorado: “Educação nos Terreiros: e como a escola se relaciona com as crianças de candomblé”.

A liberdade religiosa é um direito humano que possui alcance homogêneo, reafirmado em relação às crianças (MONACO, 2014, p.17). Corsaro (2011), trata das crianças como agentes sociais ativos e criativos capazes de produzir suas próprias culturas, ao mesmo tempo que contribuem para a produção das sociedades adultas. O autor compreende a infância como uma forma estrutural, um período construído socialmente, ou melhor, uma categoria que faz parte da sociedade, assim como as classes sociais e grupos de idade dos quais são membros ou operadores de suas infâncias. Além disso, a infância é para a própria criança um período temporário, mas que para a sociedade, a infância é uma categoria permanente ainda que seus membros mudem continuamente variando sua natureza e concepção através da história.

A tradição e a oralidade são fundamentos das religiões afro-brasileiras, o que não significa que inexista preceitos escritos, como é o caso da Carta Magna de Umbanda. A respeito da presença das crianças nos ritos o documento recomenda:

Assim como as sessões umbandistas recebem as falanges dos Erês (Ibejada) e reconhecem a sua inocência como importante missão de transmitir a médiuns e assistidos a alegria pura da vida na vibração desta poderosa força infantil, assim reconhecemos as crianças levadas às sessões como importante processo de sua própria formação espiritual, garantindo a elas o direito do conhecimento dentro da Umbanda da mensagem universal de Jesus, sincretizado com Oxalá, com sua magnitude em Deus e nos Orixás, para o atendimento

mediúnico, para batizado, passes e desenvolvimento, o respaldo moral, físico e espiritual contra todas as formas de violência. Incentivamos a criança para que ela reconheça desde cedo sua importância, seu valor e seu caráter, concedendo a ela o direito de livre escolha pela sua pureza, trabalhando dentro de nossas crenças, para que tenha amparo sempre. (SOUZA, 2017)

No Terreiro de Santana o salão é um espaço reservado ao sagrado. Tudo o que possa intervir nos ritos acaba por ser praticado pelo lado de fora. Nisto, incluem-se as brincadeiras das crianças. É debaixo das árvores, ao redor do fogo que aquece os tambores que elas correm, conversam, dançam e batucam imitando os adultos. Não há regra que proíba suas presenças no salão, mas elas próprias acabam por se restringir a assistir brevemente as giras ou para solicitar o auxílio dos pais ou responsáveis.

As crianças do terreiro vivenciam a musicalidade, as danças, os ritos e participam da religiosidade de maneira informal, aprendendo a partir do brincar e das conexões próprias da infância, sendo assistidas pela comunidade com atenção, leveza e afeto. Em concordância com Almirante e Oliveira (2017) quando eles apontam, em relação a sua pesquisa, que no candomblé ocorrem processos não formais de aprendizagem, a ludicidade é elemento central na prática educativa da religião e que as crianças, mesmo que muitas vezes invisibilizadas nas pesquisas sobre as religiões afro-brasileiras, são sujeitos ativos, agenciadores e produtores de cultura. Além disso, o agenciamento dos adultos não interfere nos processos de aprendizagem e “as coisas sérias de santo” não se opõem às brincadeiras nos terreiros.

Para tratar da manutenção da cultura da religião umbandista, precisamos falar sobre a forma que ela é consolidada na infância através de elementos como a oralidade, a memória, a ancestralidade, a “ritualidade” e a temporalidade. Segundo Iturra (1994), o ensino e a aprendizagem são processos que se diferem, mas andam juntos no desenvolvimento do indivíduo. De acordo com o autor, ensinar significa transferir conhecimentos já sistematizados e fixos no estereótipo da população, como é o caso das religiões muçulmanas. Já aprender, é o ato de procurar alternativas e respostas para o funcionamento do mundo e da comunidade.

“O ensino é repetir, criando uma subordinação; a aprendizagem é descobrir, criando uma relação de comunicação.” (ITURRA, 1994)

Todo o grupo social precisa de transmitir a sua experiência acumulada no tempo à geração seguinte, como condição da sua continuidade histórica. O facto de os membros individuais do grupo estarem sempre a renovar-se, seja pela morte, seja pelo nascimento, dinamiza a necessidade de que essa experiência acumulada, que se denomina saber e existe fora do tempo individual, fique organizada numa memória que permaneça no tempo histórico. (ITURRA, 1994)

A Umbanda, para além de um espaço religioso, é também um espaço social, tem origem e ritualística africana e indígena, além dos elementos sincréticos do catolicismo, é uma religião genuinamente brasileira fundamentada na ancestralidade. A transmissão de valores culturais e religiosos, acontece, portanto, de maneira informal, de geração em geração. Com isso, vale ressaltar o papel da oralidade dentro do processo de ensino aprendizagem nesse universo.

A formação da memória coletiva conta com a participação de um grupo de pessoas que constantemente agregam valores e identidade a essa consciência. Pondera-se, então, que a memória coletiva, enquanto sabedoria popular são “todos os elementos culturais que constituem soluções usuais e costumeiramente admitidos e esperados dos membros de uma, transmitidos de geração para geração por meios informais” (FLORESTAN, 1978, p. 31 *apud* AYALA, 2006, p.35).

Almirante e Oliveira (2017), em sua pesquisa sobre a aprendizagem da criança e a infância no candomblé afirmam que o processo de aprendizagem no terreiro é construído a partir de uma “transmissão cultural” dos mais velhos para os mais novos de acordo com a fala do Babalorixá Valmir Mitaquassy, que defende que o terreiro é também uma escola que tem sua lógica de questões a serem compreendidas e funções a serem atribuídas a todos de maneira uniforme, desde os afazeres domésticos aos afazeres religiosos.

Em seu viver cotidiano, os seres humanos se articulam em múltiplas redes educativas que formam e nas quais

se formam – como cidadãos, trabalhadores, habitantes de espaço tempos diversos, criadores de conhecimentos e significações e de expressões artísticas, membros de coletivos vários (famílias, religiões, expressões nas mídias), etc etc. (ALVES, 2012, p. 1).

Durante o período da pesquisa a médium mais jovem da casa tinha dezessete anos e é sobrinha de Mãe Juliete. Havia iniciado o seu desenvolvimento aos treze anos e já realizava trabalhos na linha da Jurema. Na entrevista, Mãe Juliete conta que a sobrinha começou a se incorporar desde cedo e sua iniciação aconteceu em comum acordo com toda a família.

“Todos nós sabemos que a gente tem uma missão a cumprir e às vezes a gente até pode escolher outro caminho, mas sempre os guias de luz pelo que a gente conhece, eles nos trazem para esse ambiente, esse meio espiritual pra gente poder se reconectar de novo. Assim como ela é da nossa família e a gente já sabe como que é que funciona a encanteria e ela já começou a incorporar pequena então o jeito era desenvolver mesmo, porque não dava mais pra gente sustentar essa corrente dela porque eles [os guias] já queriam trabalhar”³

Cordão de São Francisco: Mediunidade e Iniciação

Conforme Caputo (2005), a idade em que a criança inicia no terreiro é significativa, ou seja, invertendo a lógica “adultocêntrica” da sociedade, o tempo que a pessoa tem de santo é mais importante que a idade civil. Mas não de forma que a idade se sobreponha a outros aspectos. Tornando as crianças e tão respeitados e importantes quanto os mais velhos.

A percepção de que exista uma idade ideal para iniciar os trabalhos na Umbanda, se assemelha à noção de trabalho humano realizado em sociedade. O trabalho é apontado como um processo no qual o homem molda a si mesmo, cria, produz e transforma a sociedade e deve ser realizado com diversas finalidades. O trabalho na umbanda pode abran-

3. Mãe Juliete em entrevista sobre o desenvolvimento mediúnico de sua sobrinha.

ger o desenvolvimento mediúnico, consultas, passes, incorporar o guia, adivinhar o futuro, preparar remédios espirituais, entre outros rituais dentro do terreiro.

Para Birman (1980) trabalhar na umbanda, pode significar ainda, uma troca recíproca entre o médium e os espíritos em favor da caridade, que em linhas gerais pode ser praticada em três instâncias visando os clientes ou os espíritos que necessitam de ajuda, numa rede de relações: 1) É um ato que o espírito pratica, através de um “cavalo” para evoluir; 2) É um ato que o médium pratica incorporado com seu guia; 3) É um ato que o médium realiza em nome de seu guia, ou em nome dos princípios umbandistas para também evoluir.

Dessa forma, o trabalho dentro da umbanda exige certa maturidade psicológica que a criança, possivelmente não poderia alcançar e a socialização dentro da religião seria bastante significativa para o seu desenvolvimento. A suspensão de corrente⁴, de acordo com a dirigente do Terreiro de Santana, se faz importante para adiar a iniciação mediúnica até que seja possível compreender esses processos, que geralmente coincide com o início da adolescência.

A iniciação no Terreiro de Santana acontece após a avaliação feita pela dirigente da casa no intuito de investigar as questões que fizeram com que a pessoa tomasse a decisão de trabalhar sua mediunidade. Após a avaliação, são informados as regras e o funcionamento dos rituais realizados na casa. Disso em diante, o neófito assiste aos cerimoniais e observa os costumes durante um mês. Esse período, segundo Mãe Juliete, é reservado para que se assegure o comprometimento de se tornar filho de santo da casa. Em seguida, são realizados banhos, defumações e orações com o objetivo de realizar uma limpeza espiritual no médium, que estando preparado, participa das giras de desenvolvimento mediúnico.

A necessidade de iniciação da criança advém do que os fiéis uma mediunidade aflorada que pode ser notada muitas vezes a partir do brincar, onde aparecem “amigos” invisíveis para os demais. Segundo Mãe Juliete, quando acontece de ser procurada por pais e responsáveis para tratar esse tipo de demanda, a maioria traz queixas como dores de cabeça, tonturas,

4. Encantaria própria de cada médium, grupo de entidades ou guias com a qual estes se relacionam.

sustos sem causa aparente. A partir disso, a conduta da mãe de santo é realizar um rito chamado de suspensão da corrente até que ele alcance idade suficiente para discernir sua própria vontade em relação à religião.

A suspensão de corrente, no Terreiro de Santana, é realizada utilizando um cordão confeccionado em algodão chamado de Cordão de São Francisco. À medida que se fazem rezas vão sendo dados nós que representam a quantidade de anos que o médium poderá ser dispensado de seus encargos espirituais. Porém, essa não é a única maneira de se realizar o rito, que é próprio de cada pai ou mãe de santo e de sua herança religiosa. O ritual pode ser feito recorrendo à firmeza de velas⁵, o cântico de pontos, entre outros. A quantidade de anos que corresponde à validade do rito depende da relação espiritual que esse médium possui com os seus encantados e sua missão, mediada pelo zelador de santo⁶.

A história da iniciação de Mãe Juliete e sua relação com a religião até alcançar a condição de mãe de santo, se assemelha de certa maneira as condições pela qual passaram (ou passam) os seus filhos de santo e outros pais ou mães de santo que tive oportunidade de conversar durante o período em que realizei essa pesquisa. A mediunidade comumente se manifesta na infância. Na maior parte dos relatos durante a observação em campo, a criança começa a ter visões, sonhos e por vezes é procurada para benzimentos e passes⁷. O seu amadurecimento dentro da religião ocorre através da comunhão entre os seus pares e os mais velhos.

A criança encantada: Doces e Brincadeiras da Ibejada

De maneira geral, umbanda movimenta-se em torno de santos, entidades e guias. Por ser uma religião com herança cristã, ao contrário do candomblé, os Orixás não são considerados deuses. Os espíritos chamados de guias e/ou entidades, incorporam através do transe dos médiuns, possuem as mais diversas características culturais e históricas de per-

5. Firmeza é o mesmo que segurança. Utiliza-se objetos os símbolos com o intuito de proteger e constituir uma base espiritual

6. É aquele que cuida das obrigações espirituais dos filhos de santo e guardam a sabedoria das entidades” (OLIVEIRA, 2018, p. 3).

7. No passe o médium incorporado impõe as mãos sob outro fiel (ou cliente) com a intenção de transmitir energias que suprimam os males físicos e espirituais.

sonagens brasileiros, como indígenas, boiadeiros, ciganos, prostitutas, entre outros e se expressam através das várias influências de credo que a religião sincretiza. Dessa forma “os umbandistas são, portanto, súditos de vários senhores e dividem o seu tempo, o seu corpo e a sua pessoa trabalhando para todos, tentando conciliar essas vontades entre si e consigo mesmo” (BIRMAN, 1985, p.25)

Entre os principais tipos de guias que são incorporados nos terreiros estão os erês ou ibejis, são entidades que assim como os caboclos, exus, pomba-giras e preto-velhos fazem parte do panteão umbandista. A ibejada – como é chamada a linha dos erês – são entidades infantis que representam pureza, alegria e doçura. São compreendidos como espíritos desencarnados ainda crianças. Os erês são celebrados na festa de Cosme e Damião, no dia 27 de setembro, orixás gêmeos que de acordo com a mitologia gostam de brincar – e de tanto que troçam, até com a morte eles brincam (PRANDI, 2001).

Cosme e Damião também são cultuados na igreja católica como dois irmãos médicos, que viveram no século III d.C, considerados protetores das crianças, foram condenados pelo Imperador Diocleosiano a diversas torturas, por se declararem cristãos. A fim de agradar ou agradecer às entidades infantis, alguns consulentes e frequentadores da casa levam brinquedos, doces ou refrigerantes. A festa de Cosme e Damião é marcada pela distribuição de doces tanto para crianças do bairro quanto para os erês. Nos encontros com os fiéis da casa para o planejamento e organização da festa são divididas as atividades entre estes, cada um fica incumbido de ofertar algo para ser servido. Bolos, doces, balas, mel, pipocas, salgados, fazem parte da variedade de comidas servidas na festividade.

Cada zelador de santo dedica-se rigorosamente ao culto de um santo que lhe é determinado junto com a sua função. Mãe Juliete além de realizar a festa de Nossa Senhora Santana anualmente, por herança de sua mãe pertinente à sucessão da administração do terreiro, devota-se a Cosme e Damião. O festejo é organizado por todos os participantes da casa, médiuns ou não. As contribuições são arrecadadas durante a semana que antecede o evento e podem ser bolos, doces, balões, pipoca, refrigerantes, mel, entre outras guloseimas. Ainda é comum que os visitantes levem suas ofertas no dia da festa.

O salão é decorado com balões e fitas coloridas. A mesa onde ficam dispostas as comidas, fica em frente à imagem de Cosme e Damião e alguns dos fiéis do terreiro são incumbidos de supervisioná-la durante a festa para que não haja bagunça por parte dos Erês. Como de costume antes da cerimônia, o salão passa pelo processo de defumação. No primeiro momento da cerimônia a prioridade são as crianças que se dispõem em roda ao redor da guma. Numa segunda roda os médiuns ficam de mãos dadas enquanto são cantados pontos de ibejada. Os espíritos infantis incorporam um a um nos médiuns e à medida que chegam começam as suas brincadeiras e prendas junto às crianças presentes, correndo pelo salão, jogam açúcar nos visitantes, degustam os refrigerantes com as mãos – que chamam de “água de bolinhas”. As guloseimas são distribuídas para os presentes junto aos saquinhos de balas sortidas.

Os erês obedecem prontamente aos responsáveis presentes, que oferecem cuidados tanto a eles quanto às crianças presentes. Mãe Juliete manteve-se atenta às brincadeiras e obedeceu ao prazo que havia predeterminedo para que eles estivessem em terra. A festa continuou por um curto período. Para o encerramento, a dirigente reuniu novamente os médiuns em roda e advertiu que eles deveriam desincorporar.

Considerações Finais

Ainda que para as crianças, o brincar e o aprender estejam sempre presentes no cotidiano dos Terreiros de Umbanda e outras religiões afro-brasileiras, a infância aparece em segundo plano na maior parte da bibliografia a qual tive acesso durante a pesquisa contribuindo para um apagamento das práticas infantis. Em vista disso, busquei compreender as diferentes perspectivas acerca da infância na umbanda, levando em consideração as particularidades do Terreiro de Santana na cidade de Imperatriz no Maranhão e a trajetória da mãe de santo, Juliete Silva Torres, de 33 anos, dirigente da casa.

Posterior ao trabalho de campo, a sistematização dos dados, fundamentados pela etnografia, foi possível constatar que observar a criança no terreiro é um caminho para entender o seu papel na organização

social da religião, encaminhando para uma relativização da noção de criança tal qual entendemos dentro de um contexto ocidental moderno.

Para tratar do lugar da criança no Terreiro de Santana foi necessário, levar em consideração que a umbanda é uma religião onde a oralidade é fator principal de reprodução e conservação dos costumes, diferente de outras religiões, predominantes na cultura brasileira, em que o aprendizado se faz também em um lugar selecionado apenas para as crianças (no caso das escolas bíblicas ou catequeses). A relação família-religião é fundamental nesse processo. A presença e iniciação de adolescentes e crianças depende essencialmente da participação e sensibilidade dos pais e familiares aos ritos da religião.

Esse estudo, também possibilitou a compreensão dos elementos simbólicos e as principais características dos espíritos infantis. Representando a inocência e pureza das crianças, as entidades chamadas de Erês, são retratadas como crianças que se encantaram (não morreram, nem estão vivas) precocemente. Esses espíritos, manifestam-se no terreiro trazendo suas brincadeiras. É comum serem agradados com doces e brinquedos. São destacados como espíritos elevados em relação aos demais espíritos e são capazes de purificar, trazer leveza e alegria aos ambientes.

Cada terreiro possui características próprias em suas práticas e isso se apresenta também acerca da presença de crianças em festas, rituais e reuniões de acordo com a compreensão religiosa e espiritual da mãe ou pai de santo regente da casa. Todavia, um aspecto comum a todos é a construção de uma memória coletiva pela comunidade, baseados na ancestralidade e na tradição, onde os mais velhos na religião orientam e inspiram os mais jovens. O processo de ensino-aprendizagem se faz de maneira não sistematizada e cotidianamente, espontânea e consciente entre as partes, a partir da escuta, experiência e observação.

Conclui-se, a partir de observação e relatos obtidos, que no Terreiro de Santana, prioriza-se a iniciação dos médiuns, a partir de completa da maior idade, a fim de garantir a integridade física e espiritual, bem como o compromisso com os preceitos e responsabilidades que o desenvolvimento espiritual e cotidiano religioso demandam.

Essa pesquisa se fez a partir da discussão da infância por adultos responsáveis pelas crianças e pela manutenção da religião. Propõe-se para

uma continuação dela, considerar o ponto de vista das crianças de si e de seu contexto religioso, considerando-as enquanto indivíduos ativos e capazes de emitir opiniões sobre as questões sérias dos santos.

Referências

Corsaro, William. (2011). *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011. 384 p.

Caputo, Maristela Guedes. (2005). *Educação em terreiros e como a escola se relaciona com crianças que praticam candomblé*. 2005. 98 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Maggie, Yvonne. (2001). *Guerra de orixás: um estudo de ritual e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed,

Abu-lughod, Lila. (2018). A escrita contra a cultura (Tradução). *Equatorial*, v. 5, n. 8, p. 193-226, [1991]

Ferreti, Mundicarmo (2000). Desceu na guma: o caboclo do Tambor de Mina em um terreiro de São Luís – a Casa Fanti-Ashanti. 2.ed. São Luís: EDUFMA.

Bourdieu, Pierre. (2005). *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva

Peirano, Marisa. (2014). Etnografia não é Método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez.

Oliveira, Roberto Cardoso. (2000). *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. São Paulo: Unesp.

Fonseca, Cláudia. (1999); Quando cada caso NÃO é um caso. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 58-78, jan./abr.

Mônaco, Gustavo Ferraz dos Campos. (2004). *A Declaração Universal dos Direitos da Criança e Seus Sucedâneos Internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora.

Souza, Ortiz de Belo. (2017). *Carta Magna da Umbanda*, Documento Oficial para a Religião da Umbanda. São Paulo.

Iturra, Raul. (1994). O processo de ensino e aprendizagem. in *Revista de Educação, Sociedade e Culturas*, N.º 1.

Ayala, Marcos; Ayala, Maria Inês Novaes. *Cultura Popular no Brasil: perspectiva de análise*. 2^a ed. São Paulo: Editora Ática, 2006, 2 ed.

Alves, Nilda. (2008). Sobre Movimentos das Pesquisas nos/dos/com Cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda (ogs). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas*. Petrópolis: DP et ali.

Birman, Patrícia. (1980). *Feitiço, carrego e olho grande, os males do Brasil são: estudo de um centro umbandista numa favela do Rio de Janeiro*. 1980. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Oliveira, Ricardo Chaves. (2018). A cidade e os terreiros: os zeladores de santo e a construção do imaginário sobre Codó-MA. *Diálogos com futebol*, v. 9, n. 14.

Prandi, Reginaldo. (2001). *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras.

Birman, Patrícia. (1985). *O que é umbanda*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense.

Landes, Ruth. (2002). *Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Ufrj.

OLIVEIRA, Amurabi.; ALMIRANTE, Kleverton Arthur. (2017) Criança, terreiro e aprendizagem: um olhar sobre a infância no candomblé. *Estudos de Religião*, v. 31, n. 3, p. 273297, set./dez.

GT5 - Pesquisa com crianças em Ciências Sociais



**"Eu sou é bem pequenininho,
mas eu fiz os meus estudos"¹:
o que as crianças ensinam e aprendem
no contexto daimista?**

Marina Batista de Souza
UFMA

Introdução

O Daime², mais conhecido como Santo Daime é uma doutrina de caráter híbrido que permite elementos do catolicismo popular, espiritismo, tradições populares e que tem na música sua metodologia principal. Surgido na década de 1930, no Acre, foi formado em sua maioria por imigrantes nordestinos negros e permaneceu, de modo relativamente estável, até a década de 1970, onde começou a sua expansão da doutrina, pelas mãos do CEFLURIS/ICEFLU. A característica principal dessa doutrina é o uso de uma bebida com propriedades psicoativas, o Daime, que preserva, no contexto em que está inserido sua característica originária de planta Mestra, sendo compreendido como professor que engendra diversos saberes a partir da agência entre humanos, não humanos (dimensão do invisível), plantas e rituais. Essa cosmologia indígena presente na ayahuasca se prolonga por todo o meio em que ela está inserida, seja no contexto ritual ou não. Durante as ritualísticas, o uso do chá é mediado pelo contexto ritual, proporcionando uma experiência transformadora com o divino, experiência essa que se passa em meio a uma circulação de saberes, o que faz do espaço religioso também um espaço educativo.

Esse espaço educativo inclui as crianças, que levadas por seus pais ou responsáveis participam desse mundo outro proporcionado pela bebida, dessa forma, há uma experiência própria da infância e sobre a infância nesses contextos, nos possibilitando pensar em crianças daimistas. A Antropologia da Criança tem destacado o protagonismo e a agência infantil como importantes mecanismos em funcionamento junto à organização social das comunidades em que estão inseridas Cohn (2005)

1. Trecho do “Hino das Crianças”, hinário Harmonia Cósmica, de José Ricardo.

2. O nome dado por Raimundo Irineu Serra para nomear a bebida, como rogativo “Dai-me Força, Dai-me amor” e também para dar nome a sua Doutrina Religiosa (MOREIRA; MACRAE, 2011). A denominação Santo Daime tem origem principalmente na expansão realizada pelo CEFLURIS/ICEFLU.

propõe falar em uma antropologia da criança e não da infância, pensando a infância como um modo particular de compreender a criança. Isso porque, em outras culturas e sociedades a categoria infância pode não existir, tal como proposta nos estudos sobre o desenvolvimento humano, com a primeira e segunda infância e seus marcadores geralmente bem delimitados. São essas diferenças, delimitadas pelos territórios, geográficos e afetivos, que a Antropologia deve ser capaz de apreender, os diferentes modos de ser criança e os diferentes modos de representar o mundo, operacionalizado pelas crianças.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a experiência de crianças frequentadoras de duas igrejas daimistas do Maranhão, em duas linhas: “linha de mestre Irineu” e “linha do padrinho Sebastião”. Para tanto, o primeiro passo é compreender essas linhas e como as crianças se inserem nesse contexto.

Lira e Ferreira (2018) em um artigo sobre o tema, apontam a presença de crianças no espaço sagrado, com muitas brincadeiras realizadas em paralelo com os trabalhos espirituais. Estas brincadeiras, muitas vezes, eram direcionadas aos instrumentos musicais, plantas, animais de estimação, estátuas de santos e incensos. Os elementos da natureza e da cultura dos adultos eram ressignificados e manipulados, demonstrando uma das principais atividades culturais infantis manifestada na “criatividade lúdica” que também envolviam os adultos do lugar e seus “objetos sagrados”. Nesse contexto, é possível para as crianças beber o Daime, com devida aprovação dos pais ou responsáveis, chegando a ser possível para elas, vestir a farda, o que representa o daimista. Os trabalhos sobre a infância daimista conversam com a revisão no campo da Antropologia sobre o que se refere a cultura, a sociedade e a agência, criando assim formulações para conceitos centrais ao debate antropológico, permitindo que se estude a criança de maneiras inovadoras, o que buscamos apresentar nesse trabalho.

Da floresta para o mundo

O Daime, também chamado de Yagé, Vegetal, Hoasca, kamarapi, nixi pae, caapi, é uma bebida com propriedades psicoativas que tem seu uso

originário entre os povos indígenas das regiões baixas da América do Sul. Assim como a bebida, o cipó utilizado para decocção tem nomes diversos, na União do Vegetal, é chamado de Mariri, no Santo Daime e nas correntes inspiradas ou dissidentes desta, recebe o nome de Jagube. Com a folha não é diferente, seus nomes mais conhecidos são: Chacrona e Rainha. No Brasil, há consenso a respeito de sua fórmula básica: água, cipó *Banisteriopsis Caapi* e folhas do arbusto *Psychotrya Viridis*. Seu uso começou a se popularizar no contexto urbano através do contato entre os ameríndios e a população advinda de longe, no processo de modernização da Amazônia, em um fluxo que incluía extração de madeira, missões religiosas, garimpo e exploração da borracha (COSTA, 2015).

Seus efeitos se iniciam por volta de 40 minutos após a ingestão e começam a se desfazer em aproximadamente 4 horas, eles têm sido atribuídos ao DMT, contido nas folhas. Mas, conforme Maia (2020) existem evidências de que as *b-carbolinas*, contidas para além de seus efeitos de inibição da MAO, também exercem efeitos sobre o sistema nervoso central. A DMT tem estrutura química muito semelhante à da serotonina (5- hidroxitriptamina), uma vez que ambas as moléculas são derivadas do aminoácido essencial triptofano.

A versatilidade dos efeitos subjetivos produzidos pela ayahuasca pode ser explicada, em parte, pela interação entre esses fatores em adição à própria complexidade farmacológica da bebida, haja vista que é formada por múltiplos compostos psicoativos. Ademais, o contexto ritual ou cerimonial no qual estão inseridas a maior parte das experiências com ayahuasca desempenha um papel fundamental aos efeitos subjetivos observados pelos participantes (MAIA, 2020, p. 29).

Mesmo assim é possível identificar efeitos nos domínios físico, psíquico e espiritual. Relatos de experiências introspectivas e autobiográficas também são comuns, assim como reações afetivas, alterações de humor, aumento da sensibilidade a estímulos sensoriais, além desses efeitos gerais, Rocha (2018) afirma que:

A variedade de relatos de aumento de autoconsciência, propósito de vida, introspecção, espiritualidade e

uma visão global mais saudável, sugere que a ayahuasca desencadeia uma série complexa de processos psicológicos e sociais que devem ser considerados independentemente da sua farmacologia (p. 7).

No campo espiritual as experiências com ayahuasca também são diversas, sejam elas de caráter religioso ou místico, tida como sacramento é capaz de proporcionar a comunicação com o “reino espiritual”, inclusive no que se refere ao uso realizado pelas crianças. Albuquerque (2012) propõe uma reflexão da epistemologia e saberes da ayahuasca, entendendo-a enquanto: “uma experiência educativa na qual o mestre não é um humano, mas uma planta considerada mestra que tem critérios de inteligibilidade ancorada na visão de mundo xamânica” (ALBUQUERQUE, 2012, p.1).

A partir do século XIX o Daime enquanto sacramento inicia seu processo de urbanização pelas mãos de migrantes nordestinos fundadores das Religiões Ayahuasqueiras. Essa bebida, abre uma série de fluxos, que incidem em novas formas de compreensão dos adeptos a respeito de variados temas, tais como corpo, comunidade, meio ambiente, processos de saúde e doença, entre outros.

Não importa a linha em que está inserido, o Daime, preserva sua característica originária de planta Mestra, sendo compreendido como professor que engendra diversos saberes a partir da agência entre humanos, não humanos (dimensão do invisível) plantas e rituais, Luna (2002) aponta que, nas tradições em que o chá é utilizado:

Se concebe o universo como múltiplo, composto de uma série hierárquica de dimensões povoadas de infinitos espíritos, mas ao mesmo tempo percebidas não como algo totalmente outro, mas como de alguma maneira fluidamente ligadas ao mundo natural. Cada organismo – planta ou animal – objeto do mundo natural com especial significação – lagos, rochas montanhas – ou fenômeno claramente discernível – redemoinhos, cascatas, furacões, incêndios – teria seu “dono”, seu espírito, inclusive seu canto ou sua vibração – usando a linguagem de alguns praticantes contemporâneos - *perceptível em condições apropriadas* (LUNA 2002, p. 182, grifo nosso).

Essa percepção, ou modo de compreensão, é visível nos cultos em que a ayahuasca é utilizada, pois, apesar do hibridismo entre catolicismo popular, ritos de origem africana e espiritismo kardecista, mantém-se a capacidade de *ligação* entre o mundo visível e o mundo invisível. Essa cosmologia indígena presente na bebida se prolonga por todo o meio em que ela está inserida, seja no contexto ritual ou não, o que inclui as crianças, que levadas por seus pais ou responsáveis participam desse mundo outro, proporcionado pela bebida, como demonstram (TEIXEIRA, 2003, 2005; OLIVEIRA, 2015; FEIJÃO, 2015; LIRA; FERREIRA 2018). Dessa forma, há uma experiência própria da infância e sobre a infância nesses contextos, nos possibilitando pensar em crianças daimistas.

Raimundo Irineu Serra, fundador do Santo Daime, saiu de São Vicente Ferrer, no Maranhão, cruzou o mar, foi jardineiro e chegou ao Acre. Lá, na companhia dos irmãos Costa na fronteira com o Peru conheceu a ayahuasca pelas mãos de um Xamã peruano, o caboclo Pizango. Após sua primeira experiência, Irineu, sob o efeito do chá, viu em uma noite de luar repousando sob a lua uma linda senhora, a Rainha Universal, que se identificou como Clara, posteriormente chamada de Nossa Senhora da Conceição e Rainha da Floresta. Foi essa senhora quem entregou ao Mestre Irineu, como ficou conhecido, a doutrina do Santo Daime e toda sua composição (MOREIRA; MACRAE, 2011).

A partir do encontro de Irineu com a Rainha da Floresta o Santo Daime foi se estruturando, a ayahuasca passou a chamar-se Daime, como um rogativo: “Daime força, Daime Luz”³ e foi através dela que os hinos chegaram. Em 1930 o Mestre e alguns de seus seguidores lavraram o estatuto da primeira religião ayahuasqueira, Daime, posteriormente chamada de Santo Daime (Centro de Iluminação Cristã Luz Universal - Alto Santo - CICLU). Com o passar do tempo aquele rito híbrido, com fortes inspirações católicas foi ficando conhecido em Basileia, aquela pequena cidade do Acre. Começaram os relatos de curas e o negro maranhense se tornou mestre (MOREIRA; MACRAE, 2011).

Após o falecimento do Mestre, Leôncio Gomes assumiu a presidência do Alto Santo, levando há diversos desligamentos, sendo o mais significativo deles, o de Sebastião Mota. Não se sabe ao certo o que ocasionou

3. Trecho do hino 41 do hinário “O Cruzeiro” de Raimundo Irineu Serra.

o rompimento, mas sabe-se que aqueles que acompanhavam Sebastião para ir ao Alto Santo lhe acompanharam na abertura de seus trabalhos com Daime na Colônia Cinco Mil. Nessa colônia uma pequena comunidade começou a ser formada e foi aumentando com a chegada dos primeiros hippies e mochileiros, que ouviam falar do Daime e da Colônia Cinco Mil. Sebastião, com auxílio de sua família e seguidores, fundou o Centro Eclético da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra (CEFLURIS), sendo hoje conhecido como ICEFLU – Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal (MOREIRA; MACRAE, 2012).

Padrinho Sebastião ganhou fama por fundar uma nova linha, incluindo a Cannabis Sativa em seus rituais. Conta-se que o padrinho já conhecia a planta pelo nome de Marijuana e pelo que corria pela boca do povo, de que ela seria uma droga perigosa. Na década de 70 chega a Colônia 5.000 um hippie e ex seminarista, Lúcio Mortimer que estava buscando Sebastião para ser seu guia espiritual. Em um trabalho com o Daime, Lucio revelou ao padrinho que continuava a usar a tal planta e que inclusive havia plantado na comunidade. Nessa ocasião, ao ver a planta Sebastião lembrou-se de um sonho em que uma entidade montada em um cavalo branco se aproximava dele e avisava que ele mudaria de linha espiritual. Ao perguntar qual linha seria, o cavaleiro lhe respondeu que ele mesmo iria saber. No sonho, ele segue por um caminho e chega em um roçado com arbusto, onde encontra outra entidade, da qual ele se aproxima, esta pega um ramo e entrega para Sebastião dizendo: “Esta é para curar” (MORTIMER, 2020). Com isso, a Santa Maria, como foi batizada a cannabis passou a fazer parte do contexto ritual do CEFLURIS (MORTIMER, 2000; ALVERGA, 1992).

Esse pequeno relato mostra as origens do daime no Brasil, suas ramificações a partir de um jovem maranhense que conheceu a “Rainha da Floresta” e deu vida a uma Doutrina musical híbrida, que desde sua criação vem trazendo encontros, desencontros, conflitos, união e desavenças. Se buscarmos cartografar os caminhos da ayahuasca a partir da saída da floresta e chegada aos centros urbanos, veremos que essa trilha é um campo aberto e múltiplo que está constantemente criando conexões e se ramificando. O Santo Daime, principalmente após a fundação do CEFLURIS se apresenta como uma instituição de forma geral agregadora, aliando-se à Umbanda e às práticas de neoxamanismo urbano.

Como já falamos, o Daime é uma escola e a bebida é considerada um ser Divino, que ensina a todos que buscam aprender, sendo essa palavra usada em seu sentido literal e não como uma metáfora. O Santo Daime é por eles considerado uma escola espiritual que ensina o autoconhecimento, o que se refletiria em uma vida mais saudável e próspera. No que se refere à esse trabalho, é fundamental compreender como as crianças elaboram a realidade e aprendizagem daimista, não apenas a partir do contexto ritual, que envolve elementos diversos, mas também a partir da vida em comunidade, que preza pela defesa dos elementos da natureza e do conhecimento espiritual. Veremos, no próximo subtítulo que, a aprendizagem daimista se operacionaliza principalmente a partir da dimensão musical, os hinos, que trazem em suas letras os elementos da natureza e elementos místicos que compõem o arcabouço doutrinário da “Doutrina da Floresta”.

Aprendizagem daimista: música e floresta

O Daime é também conhecido como uma “Doutrina Musical”, dessa forma, podemos compreender a música ritualística do Santo Daime como a “música do Daime”, que apresenta marcas específicas. Nesse contexto um hino⁴, ou um hinário é “recebido” e cantado por todos os presentes, sejam em rituais de Hinários, onde são bailados (dançados) e cantados, quanto em rituais de Concentração, onde os adeptos permanecem sentados. Esse especificamente retrata o universo dos meninos, que precisam rezar, ou se conectar com o “poder superior”.

As relações humanas nesse contexto são atravessadas por saberes religiosos, conhecimentos e experiências compreendidos por homens e mulheres que mantêm uma relação com o que consideram sagrados.

4. A educação no Santo Daime se estrutura tendo a música como um dos mediadores essenciais. Sob uma configuração marcadamente estética os saberes corporificam-se nos hinos cantados pelos participantes e acompanhados por uma diversidade de instrumentos musicais, com destaque para o maracá de origem cultural indígena. O canto, embora uma tarefa de todos os membros da religião é, fundamentalmente, uma atribuição das mulheres, sobretudo das chamadas “puxadoras”, mulheres responsáveis por “puxar” os hinos na sessão osquais, a depender da harmonia da voz e da música dão rumo à experiência mística dos sujeitos (ALBUQUERQUE, 2011, p. 161).

Albuquerque (2011) aponta que, uma característica dessa religião é estar estruturada sob a forma de uma escola, com uma proposta pedagógica própria, um conteúdo de ensino, um método, uma visão do conhecimento e formas de disciplinamento, conforme aponta o seguinte hino:

*Para se estudar nesta escola do Senhor
É preciso ter amor e prestar bem atenção
No que ensina o Professor quando dá aula
No que Ele passa na lousa e o dever que se faz em casa
Todo aluno sabe que a obrigação
De ir para a escola é para aprender as lições
Que o seu Mestre passa em cada matéria
Meus irmãos a coisa é séria vamos estudar com
atenção
Que nesta escola o estudo é espiritual
Vamos prestar atenção para poder ter nosso grau
Desenvolvendo todas as suas faculdades
Desta escola espiritual*

*Não adianta querer chegar aqui formado
Pode as lições deste livro você não ter estudado
Por isto eu digo vamos estudar com atenção
Para poder se formar*

*Estou nesta escola vou estudar meu livrinho
Escutar meu professor para aprender bem a lição
Que Ele passa em cada aula que nos dá
Aqui dentro da sessão*

*Que professor desta escola é meu Jesus
Que foi quem morreu na cruz para vir nos ensinar
E todo aquele que deseja aprender
É começar do ABC para poder se diplomar
(Meu livrinho, 16, O livrinho do Apocalipse, Valdete
Gregório de Melo)*

A escola do Daime segue o modelo militar, onde os alunos estão em uma batalha espiritual, a qual devem lutar como soldados comandados pelo General do Império Juramidam, nome espiritual de Raimundo Iri-neu Serra. Dessa forma, o adepto do Daime é chamado de daimista ou

Soldado da Rainha da Floresta. Os daimistas apontam o poder do Daime no que se refere à correção dos desvios morais e a ênfase em questões relativas ao afastamento do mundo e à salvação do “espírito” no que diz respeito às “tentações” materiais.

Conforme narrativas dos adeptos, o Daime proporciona um despertar da consciência, no sentido de uma “iluminação”, de caráter talvez universal de uma experiência de despertar, dessa vez feita por intermédio da bebida. Assim, nos contextos urbanos apresenta uma hibridização: entre urbano e floresta, entre religião e mística, entre o que é coletivo e o que diz respeito à cada um. Isso porque, mesmo fora de seu território de origem mantém seu caráter originário é, como no contexto ameríndio, um espírito, um Outro, que tem suas metodologias e saberes próprios. Essa percepção ou modo de compreensão é visível nos cultos em que o Daime é utilizado, pois, apesar do hibridismo entre catolicismo popular, ritos de origem africana e espiritismo kardecista, mantém-se a capacidade de ligação entre o mundo visível e o mundo invisível. Essa cosmologia indígena presente no Daime se prolonga por todo o meio em que ela está inserida, seja no contexto ritual ou não, o que inclui as crianças, que levadas por seus pais ou responsáveis participam desse mundo outro, proporcionado pela bebida.

Conta-se que o primeiro hino do Daime foi recebido em uma *miração*⁵ em frente à lua. Segundo o mito de fundação dos hinos no Santo Daime, a Rainha da Floresta disse à Irineu que este iria ganhar um presente dela, um “hino de louvor”. Mesmo contrariado e sem estar familiarizado com o ritmo musical, Irineu obedeceu ao pedido, abriu a boca e começou a cantar seu primeiro hino, Lua Branca. A partir desta iniciação, o mestre passou a receber um conjunto de hinos, que foram agrupados em um Hinário (aqui compreendido como um conjunto de hinos que um adepto recebe).

O Hinário de mestre Irineu, O Cruzeiro, é o primeiro e talvez o mais valorizado no âmbito daimista. É composto por 130 hinos. O tema dos hinos é variado, louvores ao Daime, pedidos de cura, perdão, afirmativas que valorizam a ética cristã e disciplina daimista, além de valorizar um

5. Dimensão que torna apto o ser humano a ter acesso a planos espirituais superiores” (GROISMAN, 1991, p. 113 *apud* TEIXEIRA, 2018).

outro tempo, ordinário. As crianças inclusive participam na formação da Doutrina através do recebimento de hinos. As crianças retrataram em suas falas, tensões e contradições que se apresentam para elas, entre a floresta e o urbano, principalmente através do consumo, destacando a Doutrina em suas vidas, como espaço de aprendizagem e ensino, como veremos no próximo tópico.

“Eu canto é bem baixinho em roda dos meninos”: crianças daimistas

Esse subtítulo se inspira em um hino de Maria Damião Marques, conhecida como Maria Damião no meio daimista, uma seguidora do mestre Irineu que se destacou pela luta em sua vida e por seu belo hinário, descrevo aqui na íntegra esse hino:

*Eu sou pequenininho
Mas trago os meus ensinios
Eu canto é bem baixinho
Em roda dos meninos*

*Canta, canta os meninos
É para todos se alegrar
Que nós todos somos filhos
E é precisamos rezar*

*É de grandes a pequenos
É para todos dar valor
Que nós estamos na Doutrina
Do nosso Pai Criador”*

(Hino 10, O Mensageiro, Maria Damião)

Na interpretação das sociedades tradicionais a infância se reduzia ao seu período mais frágil, mal adquiria algum desembaraço físico, a criança se misturava aos adultos. Sua socialização se fazia fora da família, que tinha como missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana e a proteção da vida, sem que isso implicasse uma relação afetiva entre seus membros. As trocas de afeto e a socialização se davam num meio muito mais amplo, através da vida comunitária com suas festas, jogos e cerimônias coletivas.

Cohn (2005) propõe falar em uma antropologia da criança e não da infância, pensando a infância como um modo particular de compreender a criança. Isso porque, em outras culturas e sociedades a categoria infância pode não existir, tal como proposta nos estudos sobre o desenvolvimento humano, com a primeira e segunda infância e seus marcadores geralmente bem delimitados. São essas diferenças, delimitadas pelos territórios, geográficos e afetivos, que a Antropologia deve ser capaz de apreender, os diferentes modos de ser criança e os diferentes modos de representar o mundo, operacionalizado pelas crianças. Pensamos desse modo que:

O processo de desontologização da categoria de infância e o reconhecimento do seu caráter construído e, portanto, não estático e tampouco homogêneo, nos permitiram falar em “infâncias”, no plural, como forma de atentar para objetos de estudo dinâmicos, flexíveis e autônomos. Autonomia esta que permitiu às/aos pesquisadoras/es estudar as crianças “por si mesmas” ou “em seus próprios termos” e não mais como futuros adultos. Se existem devires que inspiram tais infâncias, estes apontam para um “vir a tornar-se” que é permanente e não tem necessariamente como ponto máximo a vida adulta (RIFIOTIS et. al. 2021, p. 2).

O “mundo infantil” tanto nas ciências do desenvolvimento, quanto nas ciências sociais demorou para ser reconhecido com autonomia e interação e dotada de processos específicos de aprendizagem, socialização, comunicação e experiência. Seguindo esta linha de raciocínio, recentes estudos buscam entender tais processos a partir do universo infantil, no qual os “pequenos atores sociais” atuam na “peça da infância”, reproduzindo e produzindo culturas (CODONHO, 2007 *apud* LIRA; FERREIRA, 2018). Temos assim, o fomento de estudos apurados para o entendimento das crianças, partindo dos seus próprios pontos de vista e sistemas simbólicos específicos.

Para se fazer uma boa antropologia da criança enfocando a educação e os processos de aprendizagem, devemos, novamente, começar do começo -- ou seja, nos perguntando o que significa educar e aprender nos casos que pesquisamos; como se concebe o conhecimento e sua transmissão (COHN 2005, p. 60).

Sousa (2018) aponta que embora o campo da Antropologia da criança tenha crescido no Brasil, os estudos que se dedicam a analisar o ponto de vista das crianças por elas mesmo é escasso, isso porque há quem fale por elas, sejam os pais, professores, dirigentes espirituais, mas pouco vemos as crianças falarem por elas mesmas. Neste trabalho, objetivamos escutar as crianças daimistas por elas mesmas, tendo como ponto de partida a importância que o Daime (ayahuasca) tem em suas vidas e desenvolvimento. Para isso, utilizaremos estratégias próprias da infância, dessa forma, exercendo um novo olhar sobre esse território.

No caso do Santo Daime, as relações humanas são atravessadas por saberes religiosos que, conforme aponta Albuquerque (2018) são os conhecimentos e experiências compreendidos por homens e mulheres que mantem uma relação com o que consideram sagrados. Desse modo, como podemos pensar a experiências das crianças que frequentam o Santo Daime com seus responsáveis e mantem relação próxima com o que é compreendido como sagrado nessa religião?

Oliveira (2015) em sua dissertação de mestrado que tratou da infância na Vila Céu do Mapiá descreve que, a vida social das crianças na Vila é extremamente restrita sendo resumida ao calendário daimista e atividades escolares. A participação das crianças ocorre principalmente nos trabalhos de bailado, sempre com a presença de um responsável, bailando e cantando com os adultos. Mesmo com essa participação próxima, há um espaço reservado para elas, caso queiram brincar, dormir ou realizar outras tarefas.

A visão de mundo das crianças da Vila Céu do Mapiá está fortemente vinculada às situações concretas vivenciadas, quando o cotidiano da doutrina assume papel primordial como possibilidade de referência para a estruturação de sua vida. No contexto em que as crianças se encontram envolvidas na Vila Céu do Mapiá, constroem-se e reconstróem-se maneiras peculiares de ver o mundo, mediadas pelas orientações espirituais contidas nos ensinamentos doutrinários advindas principalmente das mensagens dos hinos (OLIVEIRA, 2015).

Teixeira (2018) em sua dissertação de mestrado fala das crianças inseridas no contexto da doutrina do Santo Daime mostrando os valores que elas constroem para si a partir dos ensinamentos do Daime e em

sua vivência no contexto daimista, como também percebi no processo educativo praticado nesse grupo social predomina o conhecimento espiritual, juntamente com o manejo de instrumentos musicais. As vozes infantis presentes nesse contexto contam as sensações, percepções que sentem ao tomarem a bebida Santo Daime.

Deve-se olhar para as crianças sob a luz da diferença, sob o ponto de vista da subjetividade, para compreender esse universo capaz de colocá-las imersas na realidade ontológica do ser, no qual o aprendizado se processa de modo diferente (TEIXEIRA, 2018, p. 63).

A partir das falas, de crianças e adultos, e dos desenhos, interpretados pelas próprias crianças, Feijão (2015) afirma que no processo de ensino/aprendizagem a criança vai aprendendo a “ser daimista”, participando de momentos como feitiço, trabalhos, batizados e fardamento, estabelecendo relação entre os processos de saúde e cura, que estão diretamente conectados ao trinômio corpo-mente-espírito; afirmando de valores próprios da cultura daimista.

Como já citei, as crianças também participam da formação da Doutrina através do recebimento de hinos, retratando em suas falas tensões e contradições que se apresentam para elas, entre a floresta e o urbano, através do consumo do Daime ou apenas de suas presenças na comunidade daimista. É comum destacarem a importância da Doutrina em suas vidas, como espaço de aprendizagem e ensino, mostrando os valores que elas constroem para si a partir dos ensinamentos dos hinos e do próprio Daime. No processo educativo praticado nesse grupo social predomina o conhecimento espiritual, juntamente com o manejo de instrumentos musicais e o contato com elementos católicos

A participação das crianças ocorre principalmente nos trabalhos de bailado, sempre com a presença de um responsável, bailando e cantando com os adultos. Mesmo com essa participação próxima, há um espaço reservado para elas, caso queiram brincar, dormir ou outras tarefas. A visão de mundo das crianças está vinculada às situações concretas que elas vivenciam, quando a doutrina assume papel fundamental em suas vidas.

A maioria das crianças daimista, entrou em contato com a doutrina ainda na barriga da mãe, ou durante o nascimento, o Daime é utilizado

durante a gestação e para facilitar o parto. Em relação aos recém nascidos, estes podem receber uma gota de Daime ao nascerem, podendo continuar realizando o uso do chá mesmo nos primeiros meses de vida. Há uma série de rituais que envolvem as crianças, como é o caso do batismo, em que o batizando recebe uma pitada de sal, com algumas gotas de Daime e água sobre a cabeça. Para participar dos Trabalhos Espirituais, é necessário ingerir a bebida, o que quase sempre se faz na presença dos familiares. Nesse sentido:

As vozes infantis presentes nesse contexto contam as sensações, percepções que sentem ao tomarem a bebida Santo Daime. O efeito da bebida promove a expansão na consciência, sem que ocorra a perda da capacidade de ação voluntária, permite àquele que ingere observar os próprios sentimentos e pensamentos. Ainda revela tensões existenciais e processos internos do ser humano. Ou seja, deve-se olhar para as crianças sob a luz da diferença, sob o ponto de vista da subjetividade, para compreender esse universo capaz de colocá-las imersas na realidade ontológica do ser, no qual o aprendizado se processa de modo diferente (TEIXEIRA, 2018, p.63).

Feijão (2015) em sua dissertação de mestrado já citada, relata diversas atividades realizadas pelas crianças em uma igreja daimista em Teresina - Piauí (Céu de Todos os Santos - CTS). Irei destacar o que se refere ao pequeno Gael Ganesha, na época com 7 anos. A autora relata que a criança fez questão de comemorar seu aniversário na igreja com a realização de um trabalho (nome dado ao ritual) para toda a irmandade, em que ele próprio escolheu quem iria dirigir a sessão e o hinário a ser cantado ("O Livrinho do Apocalipse", de Valdete Mota, filho do Padrinho Sebastião, mais alguns hinos selecionados pelo aniversariante, hinos ofertados a ele e hinos recebidos por ele). O hinário foi bailado e o caderno de hinário, com a foto do aniversariante na capa foi distribuído como lembrancinha.

Á época, Gael foi a primeira e única criança do CTS a ter recebido hinos, ato considerado como uma revelação mediúnica, não se tratando de uma composição ou criação, mas, como creem os adeptos, de um apa-

relhamento, enviados diretamente do “astral”. Os hinos recebidos por Gael Ganesha enfatizam valores da doutrina daimista, como a firmeza, o amor e a aprendizagem; remetem a figuras símbolos importantes da religião, como o Beija-flor, São João, Padrinho Sebastião e, é claro, os próprios elementos da natureza tão presentes na cosmovisão daimista; além de que reforçam o princípio de fé e respeito para com o Daime (FEIJÃO, 2015).

A força

*O papai Sebastião
Que traz a força das ondas do mar
Faz chover
Faz trovejar
E com a força do Santo Daime
Não se deve brincar
O papai Sebastião
Ele vem nos ensinar
Que juntos com o Santo Daime
É que temos que caminhar
Gael Ganesha*

Amor de São João

*Beija-Flor beija-flor beija-flor
Segue o teu amor
Segue
Segue
E segue
Me segue até São João
Gael Ganesha*

Outra característica própria da doutrina é o fardamento, momento em que ocorre de fato a conversão à religião. Ao fardar-se, o adepto recebe a estrela e passa a poder usar a chamada “farda branca” utilizada em dias festivos. Não há consenso a respeito da idade do fardamento, é comum visualizar crianças bem pequenas utilizando a farda, mas geralmente o ato oficial acontece entre os seis, sete anos de idade. Nesse ambiente, as crianças se organizam os significados e as motivações da

vida cotidiana, a partir do sentido daimista, com a motivação do “Astral”. Com esse percurso podemos apontar que, a maioria das crianças está nos espaços daimistas acompanhadas de suas famílias (pai, mãe ou responsáveis) mas, Feijão (2015) chama atenção para o fato de que:

O conceito de família é múltiplo dentro da doutrina daimista. Além dos núcleos formados pelos cônjuges e seus filhos, os adeptos formam entre si uma grande família espiritual, denominada irmandade, onde o padrinho é a figura central. Além disso, os adeptos buscam seus companheiros dentro de seu próprio contexto, já que para seus religiosos o Santo Daime, não se trata apenas de uma religião da qual faz parte o extraordinário do seu cotidiano, o “daime é uma forma de vida”⁶ (FEIJÃO, 2015, p. 30).

Desse modo, o contexto daimista ocupa grande parte da vida cotidiana das famílias e das crianças, devido as atividades realizadas em cada sede, que extrapolam o contexto ritual, tornando-se fundamental do ponto de vista do desenvolvimento e socialização das crianças. É esse fato que nos torna possível falar da centralidade da bebida sacramental, da irmandade e dos ritmos nos processos da infância, ampliando nossas perspectivas.

Algumas considerações

Conforme narrativas dos adeptos, como vimos, o Daime proporciona um despertar da consciência, no sentido de uma “iluminação”, de caráter talvez universal de uma experiência de despertar, dessa vez feita por intermédio da bebida, esse modo de operacionalização da bebida inclui a todos, inclusive as crianças. Vemos que é possível buscar compreender como a infância é compreendida no espaço daimista e como as crianças se desenvolvem nesse âmbito, elaborando o que diz respeito a sua religião

O Daime e todos os elementos daimistas, tais como a música, a necessidade do discurso ecológico, a vivência em comunidade e o elemento místico-religioso fazem com que as crianças possam construir em suas existências cotidianas novas formas de relacionamento com elas próprias,

6. Trecho do Hino “Professor”

com suas famílias, amigos e comunidade ampliada. Diante da presença das crianças no contexto ritual faz-se necessário levar em consideração as especificidades da infância, organizando maneiras de atender as necessidades de cada uma delas, considerando-as sujeitos de fato e direito.

A presença das crianças faz com os adultos possam reinventar suas práticas, enquanto as crianças criam e recriam respostas e perguntas para um mundo cheio de ritmos e encantamentos, como se apresenta o mundo daimista. Ao vivenciar experiências com a bebida, são capazes de experimentar também o campo “Astral” e se beneficiar de seus ensinamentos, como crianças. Para elas é possível também trazer mensagens desse “outro mundo” animado, como demonstram os hinos de Gael. Dessa forma, as crianças daimistas **não só aprendem com o Daime e com a comunidade, mas também ensinam a partir de seu próprio ponto de vista, enquanto se constituem enquanto “verdadeiras daimistas”**. Dessa forma, podemos compreender as aprendizagens e saberes em outros domínios que não apenas no espaço escolar ou familiar.

Referências

Albuquerque, Maria Betânia. (2009) Uma heresia epistemológica: as plantas como sujeitos de saber. *Oficina do CES*, n. 328.

Albuquerque, Maria Betânia. (2011). *Epistemologia e Saberes da ayahuasca*. Belém: EDUEPA.

Albuquerque, Maria Betânia. (2012). *Beberagens indígenas e educação não escolar no Brasil colonial*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves.

Albuquerque, Maria Betânia. (2018) Santo Daime e educação: contribuições a uma pedagogia cultural. In: Kahmann, A. P., Albuquerque, M. B., Silveira, S. E. (Orgs.). *Santo Daime e Educação: narrativas, diálogos e experiências*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 11-27.

Alves Junior, Antonio Marques. (2007). *Tambores para a rainha da floresta: a inserção da umbanda no Santo Daime*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Cohn, Clarice. (2000). Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, v. 43, n. 2, p. 195-222.

Cohn, Clarice. (2005). *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Zahar.

Costa, Janaina. (2015). *A ayahuasca como locus mediterraneus da América do Sul*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - UFRN.

Damião, Maria. (2021). O Mensageiro. In: CICEBRIS. *Caderno de Hinários*. Paço do Lumiar.

De Melo, Valdete. (2023). *O Livrinho do Apocalipse*. Casa de Cura Raimundo Irineu Serra.

Feijão, Teresa. (2015) “*Gira Gira, Criancinha*”, *aprendizado da religião Santo Daime por crianças frequentadoras do espaço Céu de Todos os Santos em Teresina – PI – Brasil*. Dissertação de Mestrado. Piauí, UFPI.

Goulard, Sandra. (2004). *Contrastes e Continuidades em uma Tradição Amazônica: as religiões da ayahuasca*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp.

Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal. *Quem somos*. Disponível em: <<https://www.santodaime.org/site/somosmidam/>>. Acesso em: 20/09/2023.

Labate, Beatriz. (2004). *A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos*. Campinas-SP: Mercado de Letras/Fapes.

Lira, Wagner; Ferreira, Hugo. (2018). “Crianças do Astral”: A infância no Centro Ayahuasqueiro Flor de Jasmim. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*. Vitória, v.6, n.2, p. 07-31.

Luna, Luis. (2002) Xamanismo Amazônico, Ayahuasca, Antropomorfismo e mundo natural. In:Labate, B., Sena Araújo, W. (Orgs.). *O uso ritual da ayahuasca*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, p. 179-198.

Macrae, Edward. (1992). *Guiado pela Lua: Xamanismo e Uso Ritual da Ayahuasca no Culto do Santo Daime*. São Paulo: Brasiliense.

Magnani, José Guilherme Cantor. (2002) De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49.

Maia, Lucas. (2020) *Uso ritual de ayahuasca durante o tratamento de doenças físicas graves: um estudo qualitativo*. Tese de Doutorado em Ciências. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

Mattos, Carlos. (2011) A abordagem etnográfica na investigação científica. In Mattos, C., Castro, P., (Orgs.). *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83.

Moreira, Paulo; Macrae, Edward. (2011). *Eu Venho de Longe – Mestre Irineu e seus companheiros*. Salvador: Editora da UFB.

Mortimer, Lúcio. (2000). *Bença, Padrinho*. São Paulo: Céu de Maria.

Oliveira, Lívea Pires Martins de. (2015). *Crianças que bailam na floresta: avaliação psicológica das crianças participantes da Doutrina do Santo Daime residentes na Vila Céu do Mapiá, Pauini/AM*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP.

Rehen, Lucas. (2007). *Recebido e ofertado: a natureza dos hinos na religião do Santo Daime*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ.

Rehen, Lucas. (2016) Texto e contexto da música no santo daime: algumas considerações sobre a noção de “eu”. *Mana*, v. 22, n.2, p. 469–492.

Rifiotis, Fernanda Cruz; et. al. (2021). A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. *Horizonte Antropológico*, ano 27, n. 60, p. 7-30.

ROCHA, Rute. (2018). Efeitos terapêuticos da ayahuasca em indivíduos em processo de luto. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) – Universidade Católica Portuguesa, Porto: 2018.

Seeger, Antony; Da Mata, Roberto; Viveiros De Castro, Eduardo. (1979). A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: Boletim do Museu Nacional, *Série Antropologia*, n. 32, p. 2-19.

Sousa, Emilene. (2015) As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. *Iluminuras*. Porto Alegre, v.16, n.38, p.140-164.

Sousa, Emilene. (2018). Autonomia do universo infantil versus autonomia infantil: a agência das crianças no contexto camponês Capuxu. *Temáticas (UNICAMP)*, v.26, n.51, p.179-214.

Teixeira, Mara Rosane. (2003). *Em roda dos meninos: um estudo da visão de mundo construída pelas crianças da floresta, na cotidianidade da doutrina do Santo Daime, na Vila Céu do Mapiá/AM*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

Teixeira, Mara Rosane. (2018) O daime ensina a gente: a doutrina do Santo Daime fonte de conhecimento para as crianças da floresta. In: Kahmann, A. P., Albuquerque, M. B., Silveira, S. E. (Orgs.). *Santo Daime e Educação: narrativas, diálogos e experiências*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

GT5 - Pesquisa com crianças em Ciências Sociais



O desenho como instrumento na pesquisa com crianças em orfandade pelo Covid-19

Flávia Ferreira Pires
UFPB

Laura Marques Lopes
UFPB

Pedro Henrique Gomes da Paz
UFPB

Reconhecimento

As autoras agradecem às crianças e às famílias pesquisadas pela receptividade; à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) do Governo da Paraíba pelo apoio; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento no âmbito da Chamada nº 40/2022 - Linha 3A - Projetos Individuais - Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social, sigla Pró-Humanidades 2022.

Introdução

Este estudo aborda o uso do desenho na pesquisa etnográfica com crianças afetadas pela perda de cuidadores principais e familiares devido à Covid-19. Objetiva-se pensar: a) os ganhos de inteligibilidade das percepções de mundo pelas crianças os quais podemos acessar enquanto pesquisadoras ao lançar mão dessa técnica; b) os desafios ético-metodológicos colocados pelo uso das produções imagéticas das crianças às pesquisas etnográficas, principalmente na área da Antropologia, de uma perspectiva interdisciplinar dos Estudos da Infância.

Utilizando dados provenientes de trabalho de campo realizado por uma equipe de 4 pesquisadores em julho de 2023 com crianças e adolescentes beneficiários do Programa Paraíba que Acolhe e alguns de seus parentes, partimos da apresentação dos desenhos de duas crianças, Isabel (6 anos) e Tarsila (9 anos), bem como das suas narrativas acerca das experiências com a mortandade e a orfandade pela Covid-19 expressas durante o desenhar, rumo à reflexão de como os desenhos dessas crianças oferecem compreensões sobre suas vivências. Abordamos as técnicas de produção e análise de dados utilizadas através do desenho, ressaltando a sua relevância metodológica enquanto ferramenta às pesquisas antropológicas com crianças. Por fim, ressaltamos o uso da técnica do desenho em contribuição à apreensão das perspectivas das crianças so-

bre a morte e a orfandade pela Covid-19, a partir de seus próprios termos e pontos de vista.

O presente trabalho está associado ao projeto de pesquisa “Paraíba que Acolhe’: uma análise antropológica de uma política pública estadual para órfãos da covid-19”, aprovado na Chamada Pró Humanidades CNPq/MCTI/FNDCT Nº 40/2022 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Linha 3A - Projetos Individuais - Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social. Vinculado ao grupo de pesquisa CRIAS: Criança, Cultura e Sociedade (UFPB/CNPq), o projeto objetiva analisar antropológicamente o Programa Paraíba que Acolhe (PPA), política estadual de proteção social e transferência de renda mensal de R\$534,32 (quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos) às crianças e aos adolescentes em orfandade pela Covid-19, partindo das perspectivas dos beneficiários diretos e seus responsáveis legais. Potencial contribuinte à melhoria e ampliação das ações da política socioassistencial, o projeto intenta compreender as experiências de orfandade pela Covid-19 dessas crianças e adolescentes, em seus próprios termos e narrativas (Sousa; Pires, 2020).

A síndrome da Covid-19 (Singer; Rylko-Bauer, 2020) se expressa como uma crise de saúde pública mundial causada pela doença infecciosa advinda do novo coronavírus (SARS-CoV-2), em complexas inter-relações com indicadores de saúde – índices de qualidade de vida e mortalidade, doenças e morbidades preexistentes, por exemplo – e problemas sociais previamente estabelecidos – como violências e desigualdades socioeconômicas, geracionais, raciais e de gênero –, interagindo, combinando-se e intensificando impactos socio sanitários em determinadas populações vulnerabilizadas. Nesse sentido, trata-se de um fenômeno socioepidemiológico caracterizado pela propagação do novo coronavírus e pela (re)produção de problemas sociais que repercutem na existencialidade dos sujeitos afetados.

O acometimento pela Covid-19 apresenta sintomas que podem ser leves (como tosse, febre, dor de garganta, diarreia, dor de cabeça e fadiga), moderados (como tosse e febre persistentes, além da piora dos sinais leves), graves (como a Síndrome Respiratória Aguda Grave, desconforto respiratório, alteração da consciência e desidratação) ou críticos (como

sepsse, insuficiência respiratória grave, disfunção de vários órgãos, pneumonia, necessidade de aparelhos respiratórios e intubação em unidades de terapia intensiva), podendo resultar na morte da pessoa adoecida.

Conforme dados da *Our World In Data*, publicação on-line focada em expor pesquisas científicas empíricas e dados estatísticos analíticos sobre problemas sociais globais, como desigualdades sociais, fome, alterações climáticas, guerras e doenças, a pandemia de Covid-19 soma, até o dia 31 de março de 2024, 775,25 milhões de casos e 7,04 milhões de mortes mundialmente. No Brasil, aproximadamente 37,51 milhões de casos confirmados e 702 mil óbitos. Na Paraíba, até o dia 17 de abril de 2024, estima-se cerca de 725 mil casos confirmados e 10.650 mortes.

Essas estatísticas de óbitos pela Covid-19 remetem às mortes de pais biológicos e/ou por adoção, responsáveis legais e/ou cuidadores principais e à emergência do problema social da orfandade pela Covid-19 em seus diversos tipos, como total – falecimento de todos os cuidadores principais –, unilateral – falecimento de um dos cuidadores principais – e em família monoparental – falecimento do único cuidador principal (Lopes, 2023).

De acordo com relatório do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), entre março de 2020 e abril de 2021 cerca de 130 mil crianças e adolescentes perderam seus cuidadores principais devido à Covid-19 (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, 2021). Segundo dados publicizados em junho de 2022, o Governo da Paraíba (2022) informa que mais de 740 crianças e adolescentes estão em situação de orfandade pela Covid-19.

Objetivo

Dentro desse contexto, o objetivo central deste texto é apresentar os desenhos elaborados pelas crianças durante essa pesquisa, ainda em andamento, a fim de pensar: a) como o uso dos desenhos enquanto técnica de pesquisa pode favorecer a compreensão do ponto de vista das crianças, ou seja, que ganhos de inteligibilidade do mundo podemos acessar enquanto pesquisadoras ao lançar mão dessa técnica quando o tema requer sensibilidade dos pesquisadores e, b) os desafios éticos-meto-

dológicos colocados pelo uso das produções imagéticas das crianças as pesquisas etnográficas, principalmente na área da antropologia e, mas também de uma perspectiva interdisciplinar dos Estudos da Infância, como foco nas pesquisas sobre luto por Covid-19. Assim, adentremos ao campo.

Metodologia

Os desenhos que compõem nossos dados de pesquisa antropológica foram elaborados por crianças – beneficiárias diretas ou não do PPA – interlocutoras no trabalho de campo realizado entre 3 e 7 de julho de 2023, no qual, transportados por uma caminhonete cedida pela UFPB, juntamente com um motorista contratado pela instituição, visitamos 9 municípios paraibanos – Picuí, Cubatí, São Bento, Patos, Desterro, Serra Branca, Campina Grande, Alagoa Nova e Alagoa Grande – onde estão domiciliados beneficiários diretos do PPA e seus cuidadores principais.

Os desenhos foram criados a partir dos materiais distribuídos pela equipe de pesquisa: uma pasta escolar com um lápis grafite, uma borracha, um apontador, uma caixa de lápis de cor com 12 cores, uma caneta e uma folha de papel. Cada criança presente na casa recebeu uma pasta e os materiais permaneceram com elas após o término da visita.

Os desenhos foram produzidos em suas casas durante as visitas da equipe, sob o acompanhamento dessa última, a partir de uma postura ativa e interrogativa a fim de compreender, nos termos das crianças, os significados do desenho. Em um determinado momento após ou durante a conversação e a realização da entrevista semiestruturada, as crianças eram convidadas pela equipe a desenhar algo de tema livre ou que remetesse ao PPA e/ou ao familiar falecido pela Covid-19.

Na maioria das casas, as crianças e as pesquisadoras responsáveis pelo acompanhamento da elaboração dos desenhos foram direcionadas pelos familiares a espaços minimamente afastados da conversa entre os adultos, como as mesas da cozinha, os quartos ou o chão da sala. Apesar desse afastamento ter se dado em certo grau pelo receio dos familiares adultos de que as crianças “atrapalhassem” a conversa ao participarem dela, em certa medida, a separação entre os familiares adultos da casa

(conversando com a equipe) e as crianças desenhando propiciou a não intromissão dos seus responsáveis legais nas técnicas e temas de desenho das crianças, sob maior liberdade criativa.

Neste estudo o uso dos desenhos como dado de pesquisa etnográfica obedece à autorização e à assinatura do termo de assentimento pelas crianças autoras, bem como à assinatura do termo de consentimento pelos seus responsáveis legais. Ademais, a equipe de pesquisa considera os aspectos éticos relacionados à confidencialidade e ao anonimato das crianças, resguardando suas verdadeiras identidades – e as de seus familiares – através do uso de pseudônimos.

Entendemos que as crianças possuem seus tempos, suas perspectivas e agências, os quais devem ser respeitados no processo de produção de dados. A compreensão da experiência das crianças com a orfandade pela Covid-19 a partir dos desenhos provém da participação ativa das crianças no processo de interpretação dos elementos desenhados. A interpretação dos desenhos intenta compreender os desenhos como formas de expressão simbólica das crianças a respeito do mundo do qual participam. Nesse sentido, as análises dos desenhos são feitas conforme as narrativas e interpretações contadas pelas crianças em suas criações. Dessa forma, a análise antropológica considera as especificidades das suas leituras sobre o universo que as cerca, no qual elas estão inseridas e agem (Sousa; Pires, 2021).

A seguir apresentaremos dois desenhos e suas respectivas narrativas: primeiro, *a representação familiar* de Isabel; sequentemente, *a visita hospitalar* de Tarsila.

A representação familiar de Isabel: desenho e memória

Na tarde de 4 de julho de 2023, segundo dia da nossa semana de trabalho de campo, chegamos ao município de Patos (PB) para visitar Isabel (6 anos) e Henrique (16 anos), irmãos e beneficiários direto do PPA, e Joanna (19 anos), irmã e responsável legal de ambos. Segundo informações dos interlocutores, os irmãos perderam a mãe para a Covid-19 em junho de 2021, após uma semana de internação hospitalar, com vídeo-chamadas como único contato com os filhos. Na sua última ligação,

conseguiu falar com Joanna e Isabel, Henrique não estava em casa; nela, informou às filhas que iria ser transferida para uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e entubada. Após uma noite na UTI, sofreu uma parada cardíaca e morreu de manhã.

No decorrer da entrevista, solicitamos a Isabel e Henrique que desenhassem e/ou escrevessem sobre o PPA, a família, a mãe e/ou tema de sua preferência. Sob nosso acompanhamento, Isabel desenhou um dos momentos memoráveis com sua mãe e irmãos: um dia de passeio na praia, em João Pessoa. A seguir, apresentamos o desenho criado por Isabel, em orfandade pela Covid-19 e interlocutora da nossa pesquisa:

Figura 1 – Desenho de autoria da interlocutora de pesquisa Isabel (6 anos), de Patos – PB, em julho de 2023, retratando um dia de passeio na praia em João Pessoa, vivido com sua mãe e irmãos.



Fonte: Isabel (6 anos), Patos – PB, julho de 2023, no âmbito do projeto de pesquisa “‘Paraíba que Acolhe’: uma análise antropológica de uma política pública estadual para órfãos da covid-19” (UFPB/CNPq).

Assim que pedimos por um desenho, Isabel logo propôs desenhar o passeio na praia, pedindo que Joanna mostrasse uma foto daquele dia, lembrando à irmã, que não recordava de qual foto se tratava, do traje de banho usado pela mãe, como pistas. Sentadas no chão de cerâmica que compunha o espaço transitório entre a sala e a cozinha da casa, Isabel e Laura (pesquisadora membra da equipe) conversavam sobre o momento retratado no desenho. Enquanto desenhava observando um dos registros fotográficos da família na praia, no celular de Joanna, Isabel respondeu às perguntas (o que é esse dia? quando foi? quem estava lá?) afirmando que aquele dia ocorreu quando sua mãe estava viva e foi especial porque em Patos não há praia. Ela estava reunida com a sua família, mãe e irmãos, divertindo-se, em um lugar diferente daqueles do seu dia a dia. Ela nos disse que após a foto eles observaram o mar e que o desenho é como se eles estivessem na faixa de areia da praia, olhando em direção ao mar.

Enquanto desenhava, ela observava a fotografia no celular e lembrava de outros elementos que formavam a paisagem: areia, sol, nuvens e coqueiro. Representando a afetividade pela família, desenhou um coração entre ela e os familiares. O desenho da foto familiar na praia surge como uma porta da memória dela, uma reconstrução pessoal em que Isabel retrata o passado no papel, organiza e narra as suas lembranças, a partir de sua perspectiva daquele momento experienciado em família. Através do ato de desenhar, ela externaliza as suas recordações, tecendo uma narrativa singular de um momento especial em família.

Assim, o desenhar se tornou expressão emocional de alegria ao reavivar e reinterpretar o contato com a praia e o momento feliz com a família, mas também de saudade da mãe e dos momentos vividos com ela, com a qual adorava tirar *selfies* quase que cotidianamente, como nos contou enquanto desenhava. Isabel recuperou e selecionou diversos detalhes, mas um pareceu altamente relevante e afetivo para ela: a lembrança do formato e das cores do traje de banho da mãe, naquele dia sob um céu ensolarado e perante a água salgada e a brisa marítima. A referência a esse momento especial se tornou a cor do traje de banho da mãe, agora falecida pela Covid-19: o dia na praia em que sua mãe estava com o maiô

amarelo, esse último permanecendo com os filhos após o falecimento da mãe, guardado entre algumas vestimentas restantes.

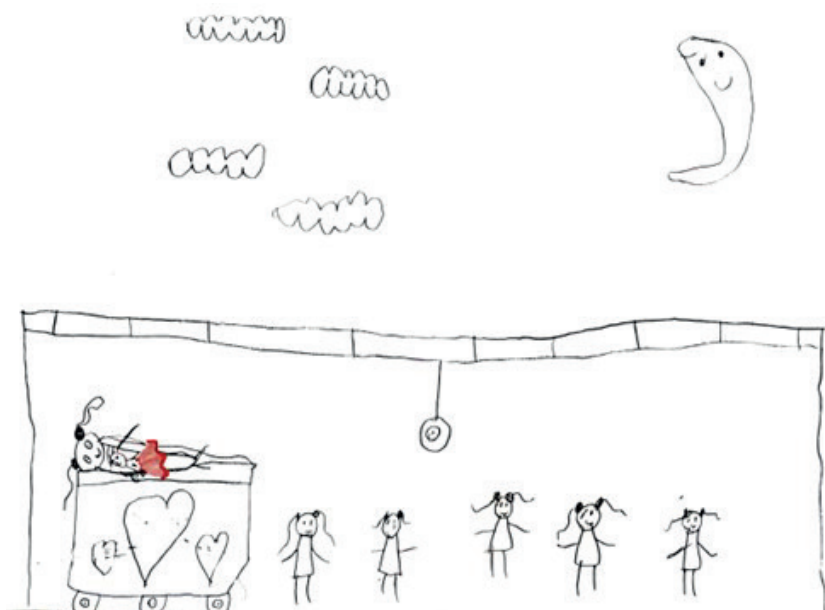
No final da visita, Isabel chamou Laura até a tomada entre o sofá na sala e o armário da cozinha, na qual estava carregando um celular. Desbloqueando o celular, Isabel mostrou o papel de parede da tela inicial do celular: uma *selfie* dela e da sua mãe. A lembrança que fica é de Isabel falando dos momentos que ela e sua mãe compartilharam, fotografando-se na cama, na sala, nos cômodos da casa, na rua, na praia, juntas.

A visita hospitalar de Tarsila: desenho e imaginação

Depois de percorridos 5 municípios, chegamos à Serra Branca no dia 6 de julho de 2023, visitando as beneficiárias diretas do PPA Stéfanny (17 anos) e Maitê (2 anos), e sua avó materna e responsável legal, Ana Graciane, das 11h às 13h. Na casa, além das irmãs, haviam Beatriz, Micael, Luan e Tarsila, seus primos, sobrinhos de Eliane, mãe das beneficiárias, a qual faleceu devido à Covid-19 e complicações durante o parto de Maitê.

No decorrer da visita, além das técnicas de conversação e entrevista semi-estruturada, utilizamos o desenho, através de processos criativos por parte das crianças na casa, acompanhados ativamente pela equipe de pesquisa. Abaixo, apresentamos o desenho criado por Tarsila (9 anos), prima materna das beneficiárias diretas do PPA e uma das interlocutoras em nossa visita.

Figura 2 – Desenho de autoria da interlocutora de pesquisa Tarsila (9 anos), de Serra Branca – PB, retratando uma visita hospitalar imaginária à sua tia materna falecida pela Covid-19



Fonte: Tarsila (9 anos), Serra Branca – PB, julho de 2023, no âmbito do projeto de pesquisa “‘Paraíba que Acolhe’: uma análise antropológica de uma política pública estadual para órfãos da covid-19” (UFPB/CNPq).

Durante o processo de elaboração do desenho, em ritmo de conversação, foram suscitadas pela equipe questões como: “quem são as pessoas desenhadas?”; “onde elas estão?”; e “o que elas estão fazendo?”. Tarsila nos informou que o desenho é a ilustração de uma visita hospitalar a sua tia materna na época em que ela estava internada por causa da Covid-19 e a sua prima recém-nascida Maitê, internada junto com a mãe, que viria a falecer dias depois do nascimento da filha. As pessoas em pé seriam ela, sua irmã, sua mãe, sua avó e sua prima Stéfanny; enquanto sua tia aparece deitada em uma cama em um quarto do hospital segurando a bebê Maitê em seus braços.

Além de demonstrar o impacto da morte pela Covid-19 na amplitude da família extensa, nesse caso, o desenho da sobrinha sobre a internação de sua tia aparece como um exercício imaginativo. Tarsila e sua família não visitaram a sua tia enquanto ela estava internada no hospital, tendo em vista a suspensão temporária das visitas hospitalares em conformidade aos protocolos de biossegurança contra a proliferação do SARS-CoV-2. Quando questionada sobre o significado do desenho para ela, Tarsila diz que desenhou isso porque é assim que gostaria que tivessem sido os últimos momentos quando sua tia ainda estava viva, acompanhando todos da família o nascimento de Maitê.

Considerações finais

Compreendemos que o desenho emerge como um instrumento crucial na pesquisa antropológica com crianças em orfandade pela Covid-19, possibilitando uma apreensão das vivências, emoções e percepções do mundo das crianças diante da perda e do luto. Os desenhos de Isabel e Tarsila são uma linguagem através da qual elas expressam suas posições e agências e comunicam suas experiências diretas e indiretas com o fenômeno da orfandade pela Covid-19. Elas exteriorizam seus desejos, imaginações, sentimentos, pensamentos e lembranças, oferecendo à equipe de pesquisa um acesso aos seus universos particulares.

Em um cenário atravessado pela dor da perda, Isabel e Tarsila expressam através de seus desenhos, cada uma à sua maneira, as suas relações com mãe e tia, mortas pela Covid-19. Em cantos das casas onde conviviam com elas, representaram graficamente e sentimentalmente as suas memórias e imaginações.

Associado à comunicação verbal do processo criativo ativo entre pesquisadores e interlocutoras, o desenhar revela os mundos internos dessas crianças, bem como suas compreensões sobre os impactos da mortandade pela Covid-19. Ao mesmo tempo, permite uma reelaboração e reflexão sobre as memórias vividas, que são recriadas no momento do desenho.

Consideramos que o uso do desenho como técnica de pesquisa no contexto desta pesquisa propicia a ampliação do conhecimento antro-

pológico sobre as infâncias em contextos de luto e perda pela Covid-19. Através do acompanhamento ativo do desenhar pela equipe e da análise dos desenhos a partir dos pontos de vista das crianças autoras, à pesquisa é oportunizado acessar diferentes formas como as crianças interlocutoras experienciam e lidam com a morte de entes familiares, colaborando à construção de uma antropologia das infâncias sensível.

Ademais, enfatizamos a potencialidade do desenho enquanto ferramenta de contribuição à construção de políticas públicas sensíveis às realidades do público-alvo. A pesquisa antropológica com crianças, com a utilização da técnica do desenho, é capaz de suscitar *insights* relevantes à elaboração de políticas engajadas na compreensão dessas vivências e no atendimento às demandas particulares delas.

Referências

Governo da Paraíba. (2022). Paraíba que Acolhe muda a vida dos que sofrem com a orfandade pela Covid. *Governo da Paraíba*, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-que-acolhe-muda-a-vida-dos-que-sofrem-com-a-orfandade-pela-covid>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Lopes, Laura Marques. (2023). *Pandemia da covid-19, orfandades e políticas públicas no Consórcio Nordeste: uma análise a partir da antropologia*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal da Paraíba.

Singer, Merrill; Rylko-Bauer, Barbara. (2020). The Syndemics and Structural Violence of the COVID Pandemic: Anthropological Insights on a Crisis. *Open Anthropological Research*, v. 1, n. 1, p. 7-32.

Sousa, Emilene Leite; Pires, Flávia Ferreira. (2020). “Vai entrar no livro?": A participação das crianças das pesquisas de campo aos textos etnográficos. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 28, p. 141-158.

Sousa, Emilene Leite de; Pires, Flávia Ferreira. (2021). Entendeu ou quer que eu desenhe? Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos. *Horizontes Antropológicos*, v. 27, n. 60, p. 61-93.

GT5 - Pesquisa com crianças em Ciências Sociais



Escuta de crianças em diferentes contextos institucionais: reflexões éticas e conceituais

Christina Gladys de Mingareli Nogueira¹
UFPB

Introdução

Neste trabalho busco refletir teoricamente sobre a prática da “escuta de crianças” em um diálogo com as perspectivas da Antropologia da Criança, Estudos da Infância e os estudos decoloniais. As reflexões aqui apresentadas buscam de algum modo contribuir com os questionamentos ao modelo universalista, adultocêntrico, reconhecendo as potencialidades e limites das práticas e teorias que envolvem a escuta de crianças. A metodologia que vem sendo aplicada é de ordem qualitativa, nesse texto me deterei aos recursos bibliográficos referentes à temática estudada.

Antropologia, Estudos Sociais das Infâncias e o Encontro geracional

A categoria infância é aqui pensada como um marcador social no curso da vida. Sobre os aspectos relativos às idades, ciclos de vida, gerações, de algum modo sempre estiveram presentes nos estudos antropológicos, especialmente nas discussões sobre parentesco e organização social (Fortes, 2001; Evans-Pritchard, 2004; Mead, 1981). Fleixa e Leccardi (2005) nos mostram como a categoria geração foi sendo transformada ao longo da história, a partir de diferentes quadros sociopolíticos, passando de perspectivas que a pensam como “sucessão e coexistência”; outras abordando “o conflito geracional”, como também a partir da ideia de “sobreposição geracional”, “gerações em rede” entre outras formas de abordagens sobre as gerações. Indo nesse mesmo sentido, ressaltamos o reforço do lugar da “Idade social” como um conceito relativo que pode variar em diversos contextos culturais (Haveren, 1999).

Outro aspecto que se insere nesse debate geracional é o debate natureza/cultura, presente em grande parte na teoria antropológica, instau-

1. Cientista Social (UFPB), Mestre em Antropologia (UFPE), doutoranda em Antropologia (UFPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas CRIAS – Crianças, Sociedade e Cultura da UFPB, coordenado pela professora doutora Flávia Ferreira Pires. e do Coletivo Nuanetsi Oba (UFPB) Endereço eletrônico: c.g.nogueira@gmail.com

ra-se também nas pesquisas sobre gerações. Construções sociais, culturais, psicológicas e biológicas estão em debate nas diversas abordagens (Debert, 1997; Bourdieu, 1978-1983).

Segundo Muller (2009), em referência à produção de Aapola (2002) que apresenta quatro relevantes discursos de idade, a saber: “O Discurso da idade cronológica” em total relação ao tempo vivido pelo sujeito desde o nascimento; “O Discurso da idade física”, atrelado a uma expectativa de aparência e aptidão física; “O Discurso da idade experimental”, idade subjetivamente atribuída pelo próprio sujeito; por fim, “O Discurso da idade simbólica”, em relação às expectativas ligadas às diversas fases do viver.

Muller (2009) conclui a partir do colocado por Aapola (2002) que as definições individuais de idade têm como base a avaliação pessoal que as pessoas têm acerca a fase/momento da vida pela qual estão passando, sendo assim, os significados sociais são criadas no contexto social.

Balandier (1977) aponta sobre o relevante princípio organizatório comandado pela idade em sua infra-estrutura mais profunda da organização social. Como tal, “diferente de considerar a idade como um dado etnográfico, no entanto, é tomá-la como objeto de reflexão, tentando explicar fenômenos ligados às diferentes idades da vida” (Muller, p.114, 2002). É preciso pensar o marcador geracional em relação a outros fenômenos e aspectos da vida social como, por exemplo: raça, economia, religião, saúde, educação, gênero, economia, são caminhos também profícuos para a produção de conhecimento científico.

Especificamente em relação às infâncias, os primeiros estudos das Ciências Sociais que fazem referência às crianças datam do final do século XIX e assumem uma perspectiva tida como evolucionista, por meio da qual a criança era entendida como um “vir-a-ser”, ou seja, a criança era percebida, somente, como um ser em formação, em uma etapa do desenvolvimento humano. Deste modo, a infância aparecia como um tema secundário e a criança como um ser passivo em um processo de socialização regido por instituições sociais, notadamente igreja, escola e família (Abramowicz, 2015). Diferentemente desses estudos iniciais, a perspectiva com que dialogamos considera que ouvir a criança em bus-

ca do que ela tem a dizer “é completar uma visão de mundo que ficaria incompleta se só ouvisse os adultos” (Cohn, 2005, p. 7).

Hirschfeld (2016) aponta que essa resistência aos estudos da infância faz parte de uma visão empobrecida do que é a aprendizagem cultural, levando a uma superestimação do papel do adulto e subestimação do papel das crianças na reprodução da cultura.

As autoras, Muller e Nunes (2014), ainda destacam o compromisso político que há nessa empreitada de pesquisa com o universo infantil. Para o presente estudo é fundamental considerarmos o fato de que as crianças serem legalmente tuteladas pelos adultos reforça as ideias e práticas adultocêntricas, contribuindo ainda mais para a não igualdade de participação das crianças em relação aos adultos, questões que são potencializadas no espaço institucional de acolhimento.

Para Philippe Ariés (1981), ao longo da história, a criança ocupou diversos lugares frente aos pais e a sociedade, e até mesmo um não lugar. Ainda segundo Ariés (1981), não era possível encontrar um sentimento próprio de infância ou particularidades que se poderiam dizer serem das crianças, a não ser que essa particularidade fosse tomada como uma não particularidade, logo isso deixou marcas individuais e sociais nas crianças.

O autor diz que logo que a criança se tornasse independente da mãe, ela passava a fazer parte diretamente do mundo adulto, frequentava os mesmos espaços, compartilhava da mesma moral e costumes, uma transitividade não era possível de ser vivenciada. Ou seja, a categoria infância foi sendo construída alargando a distância que existia entre os adultos e as crianças (Debert, 1997). Nesse processo civilizatório os espaços mais coletivos vão sendo transformados, os adultos também vão se separando dos espaços destinados às crianças (Elias, 1994).

No decorrer do tempo, a situação começou a se modificar. Ariès acrescenta: “[...] é entre os moralistas e os educadores do século XVII que vemos formar-se outro sentimento da infância”, ou seja, “o apego à infância e à sua particularidade se exprimia [...] por meio do interesse psicológico e da preocupação moral” (1981, p.162), que explicitou um foco na disciplina do corpo da criança e a racionalidade que esse corpo precisaria ter para estar no campo social. Instituições que se apresenta-

ram para ser um lugar do infantil fizeram isso com uma normatividade de transformar o corpo infantil num corpo que pudesse estar aliado aos ideais da modernidade.

No contexto brasileiro, temos a pesquisa pioneira de Florestan Fernandes (2016) sobre as “Trocinhas do Bom Retiro”, onde se destacam a infância e as crianças. Buscou-se compreender as relações sociais travadas entre folclore e “cultura infantil” (2004) na cidade de São Paulo. Influenciado pelas ideias sociológicas de Durkheim e Mauss, para o autor, a cultura infantil não seria uma simples reprodução do mundo adulto, mas um sistema parcial de um sistema mais geral, em que as crianças adquirem padrões de conduta, valores da comunidade a que pertencem.

Em meados da década 1980, há mudanças nessa representação de criança nos estudos desenvolvidos pelas ciências sociais. Passou-se a ter uma apreensão da criança enquanto ator social, considerando sua capacidade de pensamento crítico e reflexivo, de criar e modificar culturas, apesar de estarem inseridas no universo dos adultos (Corsaro, 2011). Os estudos da antropologia da criança desenvolvem-se considerando que:

as crianças são sujeitos sociais e históricos, marcados por contradições das sociedades em que vivem. A criança não é filhote do homem, ser em maturação biológica; ela não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em deixar de ser criança). Defendo uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância – seu poder de imaginação, fantasia, criação – e entende as crianças como cidadãs, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. Esse modo de ver as crianças pode ensinar não só a entendê-las, mas também a ver o mundo a partir do ponto de vista da infância. Pode nos ajudar a aprender com elas. (Kramer, 2005, p.5)

Apenas nas últimas décadas, o campo da antropologia da criança surge como alternativa às formas como, até então, eram concebidas a criança e a infância. Ou seja, a infância passa a ser compreendida como construção social e não somente como uma fase da vida naturalizada

e em suas inabilidades e prematuridades (Corsaro, 2011; Prout, 2010; Qvortrup, 2010, 2011; Sarmiento, 2004).

Assim como os adultos, os jovens, os idosos e as crianças são sujeitos sociais e assumem lugares que por vezes reafirmam a lógica desigual de poder entre esses grupos, a hierarquia existente. Na perspectiva de Qvortrup, há algo de estrutural na infância, essa “não tem um começo e um fim temporais, e não pode, portanto, ser compreendida de maneira periódica. É compreendida, mais apropriadamente, como uma categoria permanente de qualquer estrutura geracional” (Qvortrup, 2010, p. 635).

Essa construção relacional é histórica e resulta de um processo complexo que engloba diversos fatores, como a construção social de representações sobre a criança e a infância e a organização do seu cotidiano e das atividades pelos adultos (Sarmiento; Soares; Tomás, 2004). Nesse aspecto, “(...) a criança pode produzir discursos sobre si mesma, sobre os outros e sobre eventos, de forma que possa existir a partir de seu próprio discurso, de sua maneira própria de ver e pensar” (Francischini; Campos, 2008, p.108).

É de grande relevância refletirmos, também em termos teóricos e metodológicos, sobre a idade da pesquisadora Segundo Muller, “é preciso superar o engodo acadêmico que afirma o caráter relacional das idades e faz de conta que o/a pesquisador/a é um ser a-etário, como se sua idade não influenciasse nas relações que estabelece em campo ou nas leituras de seus dados (Muller, 2009, p. 124).”

Um primeiro questionamento que pode surgir em campo é: como pesquisar crianças sendo adulto? Em seu texto, “Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica” Pires (2007), através de sua experiência, indica-nos possibilidades metodológicas. Em seu trabalho de campo, a pesquisadora desenvolveu atividades envolvendo a família, o que chamou a atenção das crianças, e promoveu, paulatinamente, uma aproximação. Portanto, um primeiro passo é conquistar a confiança, não só das crianças, mas dos adultos de modo a permitirem a participação delas.

Além do fato das crianças viverem cotidianamente relações adulto-cêntricas, também é comum enxergar no pesquisar um adulto regulador de suas ações. Ser um adulto atípico pode ser uma estratégia da me-

etnologia nas pesquisas com crianças (Corsaro, 2011). A pesquisadora deve se aproximar do universo infantil a fim de reduzir a distância entre observador e observado, buscando diminuir a barreira geracional existente (Ades, 2009, Pires, 2009). Os trabalhos de Margareth Mead sobre o comportamento infantil balinês, a partir de imagens tomadas por Gregory Bateson em Bali (Mendonça, 2010), podem inspirar pesquisadores a utilizar de outras técnicas e materiais para composição dos dados da pesquisa com grupos de diversas gerações.

Ao buscarmos uma reflexão crítica da produção histórico-cultural da infância, deparo-me com a problemática das relações de poder e suas condições assimétricas de definição e valoração sobre as crianças e suas famílias, especialmente, quando pensarmos grupos etnicamente e socialmente diferenciados da concepção da infância baseada nos padrões estabelecidos como universais.

Portanto, é preciso compreender as maneiras diferentes de se conceber e simbolizar as infâncias conectadas à aspectos mais amplo de pessoas e corpos (Tassinari, 2007). Nesse sentido:

(...) “o que é ser criança, ou quando acaba a infância, pode ser pensado de maneira muito de modo a problematizar os aspectos positivos e negativos da internalização desse preceito nos direitos das crianças e as possibilidades de tradução intercultural da categoria pessoa em desenvolvimento via reconhecimento da pluralidade de construções socioculturais da pessoa diversa em diferentes contextos socioculturais” (Cohn, 2005, p.22).

Desse modo, as crianças são percebidas como um grupo etário não separado, mas que se diferencia dos demais em diversos aspectos. Na produção que já encontramos no século XXI, compreendeu-se que as infâncias são vividas de maneiras diferentes. Toren (2010) destaca que, tendo em vista que não há nenhuma infância igual a outra, nem no tempo, nem no espaço, a infância é uma realidade vivida sob determinantes históricos, geográficos, sociais, econômicos, locais, nacionais e internacionais. Dessa forma, “não existe uma infância universal, uniforme; embora haja certa identificação pelas questões biológicas, esta não

compensa as diferenças históricas, sociológicas e antropológicas” segundo Hauer (2010, p. 252). Além disso, como acrescentam Francischini e Campos, “(...) o conceito de infância é determinado pelas condições sócio-históricas e pelas práticas discursivas que perpassam essas condições (Francischini; Campos, 2008, p.107)”.

Aliado à perspectiva sociocultural da infância, torna-se relevante observar e compreender como a agência das crianças é vivenciada na constituição de suas relações sociais, sejam elas com seus grupos de pares ou no processo de socialização com familiares, assim como no processo de interação nos espaços urbanos, “subentendendo-se que a criança não só participa, mas que sua participação pode adicionar algo à vida social, transformando-a” (Nunes; Carvalho, 2009 P.79). Tal perspectiva tende a tensionar os componentes normativos que embasam as políticas públicas e as ações direcionadas, não só às crianças, como também aos jovens. No entanto, esses não são reconhecidos como atores sociais legítimos de suas transformações.

Takeuti (2010), em seu estudo, mostra-nos como jovens através da arte, pelo hip hop, promovem ações de um caráter político, através de uma nova forma de resistir e viver em uma sociedade marcada pela desigualdade social. Em uma outra realidade etnográfica, mas que contribui no mesmo sentido a esse debate, Tella (2018) apresenta as estratégias da *crew(grupo) Clan Potiguara* no estado da Paraíba, de ocupar e apropriar espaços públicos que não são pensados por eles ou para eles, buscando desencadear e reafirmar processos de territorialidades. Os espaços passam a ser ocupados “por práticas culturais, formas de sociabilidade urbana e por seus símbolos identitários presentes nas roupas, tatuagens, estilos de corte de cabelo, formas de andar e falar, próprios da cultura de rua aqui retratada: o *break dance* (Tella, 2018, p. 85)”.

Ao exemplo das pesquisas acima citadas, é reforçada a ideia de que, sob diferentes perspectivas, os diversos grupos etários, jovens e/ou crianças, são agentes de suas transformações. Nessa perspectiva, “estudar o cotidiano das crianças, implica estudar como aprendem, criam e reinventam cultura, e não o ponto final do processo de socialização, ou seja, os adultos” (Pires, 2010, p. 141).

Infâncias racializadas, silenciamentos e as instituições

Estudos com/sobre crianças de diferentes pertencimentos, marcadores, lugares sociais trazem ricas contribuições para a teoria antropológica por serem elas detentoras de um singular conhecimento muitas vezes silenciado por um fazer antropológico adultocêntrico e eurocêntrico.

Ao buscar uma reflexão crítica da teoria antropológica e a produção histórico-cultural da infância, deparei-me com a problemática das relações de raça, classe, poder e suas condições assimétricas de definição, valoração e intervenção sobre as crianças, especialmente, quando pensamos grupos etnicamente e socialmente diferenciados da concepção da infância baseada nos padrões universais estabelecidos. Longe de querer esgotar nesse texto as contribuições da crítica trazida pelo pós-colonialismo, pensamento decolonial e críticas negras, busco brevemente explicitar de que maneira a colonialidade interfere na construção [e] nas vivências das infâncias negras e em alguns estudos até então produzidos sobre elas.

O debate pós-colonial foi forjado a partir da reflexão, da crítica e da denúncia de práticas advindas de um processo de colonialismo histórico e que permanecem mesmo com o fim dos períodos coloniais. Negações da constituição da linguagem, os critérios estéticos e orais entre outras violências continuam a ser sofridas pelos povos não brancos. Visto o processo de “colonialidade do poder” e “do saber”, o fim formal do colonialismo (- aqui como um fenômeno material, histórico e cultural que tem origem nos sistemas colonialistas e escravocratas), não significou o fim do colonialismo como prática. Assim, o racismo é um grande dispositivo da colonialidade que produz discriminação no Brasil (Quijano, 2005, Carneiro, 2011). Sobre o racismo no Brasil, observemos:

Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra,

ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito. Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial [...] (Dantas; Ferreira; Veras, 2017, p. 40).

A organização social brasileira desde o seu nascimento é permeada por uma estrutura desigual e racista que alicerça todos os campos sociais que compõem a sociedade. A produção de conhecimento também é atravessada por esses fatores assim como a academia. “O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (Almeida, 2019, p. 50).

James Clifford (1998), em seu texto clássico sobre a autoridade etnográfica, já nos apresentava uma crítica aos modelos monográficos produzidos até então. Nessa perspectiva reflexiva, as clássicas abordagens não parecem totalmente adequadas à compreensão da sociedade pluriétnicas como as atuais. As relações de poder e dissimetria entre pesquisadoras e pesquisandas, escritas e vozes presentes nos textos são questões de extrema relevância. “Pressupostos políticos e epistemológicos estão embutidos (...) o escritor etnográfico não pode mais se permitir ignorar” (Clifford, 1998, p.58). Os estudos antropológicos com/sobre crianças não passaram ilesos a esse processo colonial. O que nos demanda pensar o quão potente pode ser pensarmos as infâncias a partir de algumas chaves interpretativas e conceituais refletidas por esse grupo de pensadores de-coloniais como: poder, perpetuação do pensamento colonial, hierarquia racial, entre outras. Até pela razão de que “o racismo deve ser analisado sob o prisma da institucionalidade e do poder” (Almeida, 2019, p. 86)

Pensando ainda a abordagem de Clifford (1988), é possível colocarmos em questão o lugar ocupado pelas crianças negras e indígenas nas

produções antropológicas? Quais os limites e potencialidades dos estudos da infância pensados a partir de realidades tão díspares? É possível alcançarmos uma simetria quando realizamos pesquisa com crianças, especialmente, incluindo as crianças negras? Quais as relações de poder envolvidas? É preciso pensar o marcador geracional em relação a outros fenômenos e aspectos da vida social como, por exemplo: trabalho, economia, religião, saúde, educação, gênero, raça, classe social são caminhos também profícuos para a produção de conhecimento científico.

Entre as contribuições da “crítica negra” aos estudos das infâncias podemos destacar a importância da perspectiva interseccional trazida por Lélia Gonzales (2018). Ela nos ensina que é impossível estudarmos questões raciais e de classe sem pensarmos questões de gênero e sem efetivarmos uma crítica ao patriarcado.

(...) nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história (Gonzalez, 2011, p.14).

Mulheres, crianças e pessoas não brancas foram sempre faladas em terceira pessoa. Seus saberes, posições e conhecimentos foram historicamente desconsiderados. Quando esses sujeitos pedem para falar subvertem a ordem e desestabilizam o sistema. Tal contribuição conceitual de trazerem a interseccionalidade aos debates teóricos e lutas políticas, nos alerta que entre as crianças genericamente sujeitas às práticas adultocêntricas as crianças negras estão em uma posição de maior desprestígio e vulnerabilidades.

Além da gravidade ética, de não permitir que os grupos falem sobre suas realidades, ter a predominância de um pensamento, masculino e europeu, para pautar o que é a verdade, implica em um pensamento parcial que vai contra a própria ideia de ciência. A realidade é síntese de muitas contradições que precisam de múltiplas perspectivas para com-

preender e intervir. Tal “corrente” tem uma potência para refletir uma série de verdades hegemonicamente estabelecidas.

Philippe Ariés (1981) apresenta que logo que a criança se tornava-se independente da mãe, ela passaria a fazer parte diretamente do mundo adulto, frequentava os mesmos espaços, compartilhava da mesma moral e costumes. Ou seja, a categoria infância naquele contexto sendo construída alargando a distância que existia entre os adultos e as crianças (Debert, 1997). Nesse processo civilizatório os espaços mais coletivos vão sendo transformados, os adultos também vão se separando dos espaços destinados às crianças (EliaS, 1994).

Em outro contexto, Kenyatta nos mostra outra realidade sobre construção de aprendizagem das crianças Gikuyu e relações intergeracionais. A criança Gikuyu “não precisa de exercícios Montessori ou aulas de destreza manual na sala de aula, pois com muito espaço para se movimentar, e com pessoas mais velhas ao seu redor fazendo interessantes trabalhos manuais, ela aprenderá naturalmente através de experimentos reais” (Kenyatta, 1938, p.11).

Observamos que, em relação à teoria sociológica ou antropológica da infância [criança] há uma carência em estudos que tragam a análise do fenômeno social em torno do racismo estrutural em torno desses atores sociais (ALMEIDA, 2019). É chegado então, o momento de ampliarmos o debate racial e étnico (Tassinari 2007), nas pesquisas no Brasil em torno das crianças e infâncias. Precisamos decolonizar os estudos e teorias em torno desses atores sociais muitas vezes invisibilizados tanto devido a classe social, como por questões de ordem do racismo estrutural.

As crianças brasileiras são vítimas de violência estatal, principalmente, por meio dos atos da polícia, essa que se compara ao Estado por se encontrar a seu serviço, é a polícia que se dá ao alongamento da vida, por meio dela, o Estado escolhe a quem viver e deixar morrer (Foucault, 2008), mas também alveja corpos cuja pele é negra. Mais emblemático e perigoso que as mortes de negros é a naturalização de suas mortes, a banalização e naturalização de mortes pela sociedade. Por exemplo, os três garotos de Belford Roxo, mortos por traficantes, segundo a polícia; Miguel que caiu de um prédio de luxo na cidade de Recife enquanto sua mãe trabalhava em plena pandemia.

Para observarmos que as crianças são alvo de violência policial, trago ainda trecho de uma etnografia realizada em um presídio feminino na cidade de João Pessoa por Núbia Guedes (2020), que traz a problemática das crianças negras que sofrem com a violência durante no momento das prisões das mães e familiares:

As narrativas tiveram ênfase a partir do evento *prisão da mãe* são fortes, muitas pautadas por violência vivenciada pelas crianças, tais como: policial com arma em suas cabeças; ameaças de morte do pai pela polícia para que “abrisse o jogo”; a presença da prisão da mãe; crianças levadas em carros de polícia junto aos pais presos, dentre outras, demonstrando que ser filha de presidiária associada ao marcador social infância intensifica o sofrimento e o sentimento de desolação da criança que sente o medo de “não ter mais ninguém pela gente”, pois as mulheres da família estão sendo aprisionadas pela associação ao tráfico de drogas (Guedes, 2020, p. 27)

Tomando especificamente as políticas públicas e as ações jurídicas voltadas às crianças, observamos que os discursos que propor-se a proteger as crianças são repetidamente estigmatizantes em relação no que se refere às origens, sem atentar-se as condições estruturais que incidem sobre as crianças e seus familiares em desiguais conjunturas da vida social. Com base nisso, é crucial problematizar e/ou denunciar invisibilizações históricas ou a negação do lugar de agente das crianças negras de baixa renda, quando essas têm suas vidas envolvidas, administradas e subjugadas pelo Estado. “A democracia hoje, insistirei, não é o governo do povo, pelo povo, e para o povo. Antes, deveria ser vista como a política dos governados” (Chatterjee, 2004, p. 70).

É necessário descolonizar as análises, evitando uma visão holística sobre a infância, precisamos falar de infâncias negras, de seus problemas, de suas realidades fáticas sem acometermos a homogeneização de teorias ao estudarmos as infâncias no plural. Renato Nogueira (2020) sugere estudos pautados em infâncias decoloniais coexistindo enquanto resistência a um sistema social no qual vigora a colonialidade do poder.

Nesse sentido, não é só deixar o subalterno falar (Spivak, 2010), mas querer escutar o subalterno e considerar seus saberes. Parece existir uma diferença das crianças na escuta das crianças a partir também de seus pertencimentos na transversalidade da raça na infância. Nem todas as infâncias estão nesta posição de não poder (Chatterjee, 2004).

Torna-se urgente a compreensão sobre as infâncias e os marcadores raciais e étnicos em uma sociedade eivada de racismo como é o contexto brasileiro. Nesse sentido, o aporte das teorias da infância pode junto aos escritos de autores pós-coloniais, decoloniais e da crítica negra se fazer poderosos no desnudar de outras realidades, perspectivas e invisibilidade históricas. Ou seja, pensar como a experiência racializada no Brasil é uma experiência que hierarquiza as relações sociais, envolve relações de poder e inferiorização de um grupo social também se aplicada às crianças.

Considerações

De modo propositivo, pretendo que as pesquisas antropológicas possam contribuir com reflexões e com questionamentos à modelos universalistas, adultocêntricos, reconhecendo as potencialidades e limites que envolvem a escuta de crianças, em especial as crianças que desde a mais tenra idade sofrem processos de racialização.

Em diálogo com esta reflexão, como já dito, é necessário pensarmos infâncias e ouvirmos as crianças em perspectivas interseccionais, entrelaçando etnia/raça, gênero, classe social, territorialidade, religião, geração, entre outros aspectos. Que possam oferecer um maior entendimento sobre as práticas voltadas aos direitos humanos, podendo, também, substanciar ações que visem garantir o direito das crianças e adolescentes. Uma política emancipatória que deva vir acompanhada de pragmatismo, mas também o reconhecimento do outro como sujeito da diferença. É a partir desse cenário que este trabalho se debruça, visando, entre outros aspectos, tensionar a escuta de crianças indígenas e quilombolas. Há uma adequação à diversidade étnica e cultural nos processos institucionais de escuta delas?

Referências

- ADES, Cesar. (2009) Um adulto atípico na cultura das crianças. In: Teoria e prática na pesquisa com criança.
- ARIÈS, Philippe. (1981) *História Social da Criança e da família*. 2. Rio de Janeiro: Guanabara.
- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. (2015) Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 127,
- CHATTERJEE, Partha. (2004) *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA/CEAO.
- CLIFFORD, J. 1998 [1983]. Sobre a Autoridade Etnográfica. In: *A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no Século XX*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- COHN, C. (2005) Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- CORSARO, William A. (2005) Entrada no Campo, Aceitação e Natureza da Participação nos Estudos Etnográficos com Crianças Pequenas. *Educ. Soc. Campinas*, vol. 91, p. 443-464, Mai/Ago.
- _____. Sociologia da Infância. 2ª ed. (2011), Porto Alegre: Artmed.
- DANTAS, Sylvia; FERREIRA, Ligia; VÉRAS Maura Pardini. Bicudo Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga *Revista USP* • São Paulo • n. 114 • p. 31-44 • julho/agosto/setembro 2017.
- DELGADO, Ana Cristina C.; MULLER, Fernanda. (2008) Abordagem Etnográfica na pesquisa com crianças. In: *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez.
- DEBERT, Guita. G. (2010.) A dissolução da vida adulta e a juventude como valor". *Horizontes Antropológicos*, vol.16 nº 34. Porto Alegre: julho/dez.
- EVANS-PRITCHARD, E., (2004). O sistema de conjuntos etários; In: *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*/ São Paulo : Perspectivas.
- ELIAS, N. (1994) *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v I.
- FANON, Frantz. (2008) *Pele Negras, Máscaras Brancas*. Salvador, EDUFBA,
- FERNANDES, Florestan. (2016) As “Trocinhas” do Bom Retiro. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 229–250,

FERREIRA, Manuela; NUNES, Ângela. (2014). Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 103-123, jan./abr.

FRANCISCHINI, Rosângela; CAMPOS, Herculano Ricardo. (2008) *Crianças e Infâncias, sujeitos de investigação: bases teórico-metodológicas*. São Paulo: Cortez.

FOUCAULT, Michel (2008), *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, p. 297-327.

GEERTZ, Clifford. (1998) *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.

GONZALEZ, Lélia. (2011) Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs*, pp. 223-244.

GUEDES, Núbia (2022). NECROMATERNIDADE: Da dor à resistência pelos afetos [bio]políticos. *TCC Ciências Sociais, UFPB*,

HIRSCHFELD, Lawrence. (2016) A. Por que os antropólogos não gostam de crianças? *Latitude*, Vol.10, n2, p.171-216.

LIMA, Roberto Kant. (2010.) Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico*, n. 2, p. 25-51,

MARTINS, José de Souza. (1991). Regimar e seus amigos – A criança na luta pela terra e pela vida. In: Martins, José de S. (Coord.) *O massacre dos inocentes: a crianças sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, p.51-80.

MEAD, Margaret. *Coming of age in Samoa: A psychological study of primitive youth for western civilization*. New York, *PerennialClassics*. 2001.

MENDONÇA, João Martinho (2010). Margaret Mead, Bali E O Atlas Do Comportamento Infantil: Apontamentos Sobre Um Estudo Fotográfico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 315-348, jul./dez.

MÜLLER, Fernanda. (2006) Infâncias nas vozes das crianças: Culturas Infantis, trabalho e resistência. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 553-573, maio/ago

MULLER, F. Carvalho, A. (Orgs.). (2009) *Teoria e Prática na Pesquisa com Crianças*: Diálogos com Willian Corsaro. São Paulo: Cortez.

NUNES. Ângela (2011). A Sociedade das Crianças A'uwe – Xavante: revisitando um estudo antropológico sobre a infância. v. 4, n. 8

PROUT, A. (2010). Reconsiderando a nova sociologia da infância. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.729-750, set./dez

PIRES, Flávia Ferreira. O que as crianças podem fazer pela antropologia? Horizontes Antropológicos, (Impresso), ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgard (org).(2005) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, CLACSO.

SARMENTO, M. J SOARES, Natália; TOMÁS, Catarina. (2004) *Participação Social e Cidadania Activa das crianças*.

SIROTA, R. (2001) Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. São Paulo: Cadernos de pesquisa, n. 112, Mar.

SPIVAK, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SAID, Edward. 1996 (1978). *Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, p.114-136.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. (2007) Concepções indígenas de infância no Brasil. Tellus, Campo Grande, v. 7.

TAKEUTI, Norma. (2010). Refazendo a margem pela arte e política. Abril, Universidad central *Colombia* 32,

TELLA, Marco Aurélio Paz. (2018) Territorialidades e conexões interurbanas: prática culturais da *crew* Clan Potiguara na cidade de Rio Tinto/PB. 2018, *Vol. 12, n.1, pp. 1-5*, n. 13, p. 11-25 Mai-out.

GT1 - Práticas e poéticas da (re)existência: gênero e raça em contextos amazônicos



**Quem pode habitar? A influência
da mídia na percepção dos corpos
marginalizados no Centro Histórico
de São Luís (MA)**

Abigail Vale Rocha
UFMA

Apresentação

Marcada por um longo processo de colonização, mais especificamente entre os séculos XVII e XIX, São Luís, capital do Maranhão, foi construída a partir de muita violência e exploração de determinados corpos humanos. Pessoas não brancas, comunidades trazidas de diversos lugares do continente africano e povos indígenas originários do território, foram escravizadas pelos colonizadores europeus - portugueses, holandeses e franceses - durante séculos na localidade (Cardoso, 2011). Esses fatos históricos permitem compreender um pouco sobre a formação da cidade e suas lógicas de vida, pois muitos aspectos da fundação de São Luís refletem até os dias de hoje na dinâmica sociocultural da cidade, como um tipo de “herança colonial” deixada por diversos grupos que aqui viviam. A partir desse ponto, é possível entender certas características étnicas, raciais, sociais e culturais da população e perceber essas influências nos diferentes modos de viver e se relacionar na região.

De acordo com dados publicados no Jornal Folha de São Paulo¹, São Luís é a segunda capital do Brasil com o maior percentual de pessoas negras, cerca de 71% da população, ficando atrás apenas da cidade de Salvador (BA). Apesar de ser uma cidade majoritariamente negra, pesquisas realizadas em dois radiccionais veículos de comunicação do estado nos permitiram perceber como a mídia ainda emite, explícita e implicitamente, determinados estigmas e estereótipos em relação aos corpos negros e também sobre espaços periféricos da cidade, não por estarem situados à margem dos centros comerciais, mas por serem espaços socialmente desqualificados, onde boa parte das pessoas consideradas fora do “padrão” se localiza.

Diante dessas questões, e através das reflexões antropológicas, o foco deste trabalho é apresentar e discutir conteúdos de algumas ma-

1. Mais informações em: São Luís redescobre o turismo por meio da sua negritude - 13/06/2022 - Guia Negro - Folha (uol.com.br)

térias² publicadas nos jornais *O Imparcial*³ e *O Estado do Maranhão*⁴, entre os anos 2015 e 2023, buscando também analisar como determinados “perfis” humanos são retratados e percebidos, pela imprensa e pelo Poder Público, nos espaços do Centro Histórico de São Luís (MA), reconhecido, desde 1997, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Inúmeros assuntos relacionados ao Centro Histórico circulam anualmente na mídia, tanto nos meios oficiais de comunicação quanto nas redes sociais. Assim, tornou-se necessário um recorte dos conteúdos encontrados nos jornais, para fins de sistematização do texto. As discussões serão direcionadas a algumas matérias que envolvem temas como “habitação”, “degradação”, “revitalização”, “risco” e “segurança” buscando entender como são articulados e naturalizados certos discursos sobre que pessoas habitam de diversas formas essa área da cidade, seja morando, trabalhando ou mesmo frequentando os espaços por diversos motivos.

Para a discussão proposta dentro de uma análise teórica específica, diante dos dados apresentados ao longo do texto, vale ressaltar que este

2. As matérias publicadas entre os anos de 2015 e 2021 foram selecionadas, durante a Iniciação Científica, no ano de 2021, em parceria com Antônio Olávio da Rocha Neto, colega de pesquisa e membro do Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP), no projeto de pesquisa “Casa e Mobilidade no Maranhão: uma abordagem antropológica”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Martina Ahlert e financiado pela FAPEMA. Na época, encontramos 46 matérias no Jornal *O Imparcial* e 83 matérias no Jornal *O Estado do Maranhão* que contemplavam o Centro Histórico de São Luís.

3. O Jornal *O Imparcial* é, atualmente, líder do mercado maranhense, com mais de 6 milhões de acessos em suas plataformas. Fundado em 1 de maio de 1926, o periódico é o mais antigo em circulação do estado. Tornou-se pioneiro na implantação de consideráveis recursos que consolidaram a transformação do jornalismo maranhense. Na década de 1940 a organização foi adquirida pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand, permanecendo até os dias de hoje. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/05/jornal-o-imparcial-completa-91-anos-de-existencia/>

4. O Jornal “*O Estado do Maranhão*” foi fundado em 1º de Maio de 1973 por José Sarney, e por seu amigo Bandeira Tribuzi, reconhecido principalmente como um grande poeta regional, mas que também atuou nas áreas do Jornalismo e da Economia. O jornal inicialmente foi dirigido por Arimathéa Athayde e Renato Carvalho, na devida ordem, diretor e gerente da organização. Ele funcionava em um casarão localizado na Rua José Augusto Correia, atual Rua de Santana, número 199. Depois da mudança de nome, ele foi transferido para a Avenida Ana Jansen, número 200, no bairro do São Francisco, permanecendo até os dias atuais. Disponível: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488796469_ARQUIVO_artigoanpuhbsb2017.pdf.

trabalho não tem a intenção de homogeneizar o debate sobre “corpo”, “raça” e “classe”, especialmente das pessoas negras, pessoas das classes populares e pessoas situações de vulnerabilidade, mas, ao contrário, perceber como são limitadas as constituições de “blocos monolíticos” pelos dois jornais, cujas características e singularidades das ditas “minorias” são deixadas de lado, de forma preconceituosa e violenta, apagando, de diferentes formas, suas diversidades (Gonzales; Hasenbalg, 1982).

Os jornais e estigmatização de “certos” corpos no Centro Histórico

Afamado pela arquitetura de origem portuguesa dos séculos XVIII e XIX, o Centro Histórico de São Luís é composto por um conjunto de casarões, ruas, praças, igrejas e escadarias, que expressam parte da história colonial e imperial do Brasil. Atualmente, muitos desses locais servem como moradia, pontos comerciais, setores administrativos, espaços culturais e áreas de lazer estão sob proteção estadual e federal. De acordo com dados do IPHAN⁵, encontram-se em um processo de composição e recomposição, tanto do ponto de vista material quanto social. A partir da especulação imobiliária diante da chegada de grandes empreendimentos privados na área, com a reconfiguração de espaços (casarões, praças e ruas), além, especialmente, da alteração de parte da vida cotidiana das pessoas que habitam o lugar, é possível pensar na alteração e nos mecanismos de classificação da diversidade social de corpos e pessoas que habitavam/habitam a região cotidianamente, como os moradores de casas e as pessoas em situação de rua; trabalhadores como os funcionários dos estabelecimentos, vendedores ambulantes, donos de barracas; também artistas, brincantes da cultura popular, turistas, universitários, skatistas, hippies, entre outros.

Apesar do movimento em alguns ambientes do Centro Histórico em determinados dias e horários, especialmente no bairro da Praia Grande⁶, vários locais da região, que estão fora da zona “turística”, carregam

5. Mais informações na reportagem intitulada “Centro Histórico de São Luís (MA)”, 2014, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>.

6. No século XIX, a região foi sendo moldada como um espaço urbano de arquitetura portuguesa e transformada em um importante centro comercial da cidade. Seus so-

estigmas relacionados ao abandono, ao risco e à violência. Muitas são as reportagens que falam sobre a degradação dos prédios, das ruas e das praças nessa localidade. Um artigo, publicado em 02 de setembro de 2015 no jornal O Imparcial, intitulado “Desafios de se morar no Centro”, faz uma discussão relacionada ao tema da moradia na região histórica da cidade, enfatizando a falta segurança da população residente do local e dos turistas que circulam pela área. De acordo com a matéria, a falta de incentivo do Poder Público em políticas voltadas à segurança (considerada como atuação da polícia), limpeza e infraestrutura, influencia negativamente à vida de quem habita e frequenta o Centro Histórico. Dentre vários problemas mencionados, como a presença de lixo nas ruas e os desnivelamentos das calçadas, por exemplo, a falta de policiamento na localidade foi apresentada como uma grande dificuldade de viver na região, como afirmou Dona Espírito Santo de Jesus, uma senhora que, na época da entrevista, tinha 65 anos de idade e morava há 10 anos no Centro da cidade:

Antes, a frequência da polícia aqui era maior, mas depois que tiraram o estande da Polícia Turística, a segurança ficou apenas com os poucos militares que estão nas ruas e também com os que fazem guarda nos órgãos públicos (Dona Espírito Santo, Jornal o Imparcial, 02/09/2015) ⁷

Com esse relato da moradora, é possível notar que a segurança pública no Centro Histórico é uma necessidade para quem reside e circula pela região. Ainda na mesma reportagem do jornal O Imparcial, a matéria mostra a opinião de outra moradora do Centro Histórico, Dona Francisca Sousa, de 40 anos, que disse ser “refém” da situação. Dona Francisca, que foi contemplada pelo programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, falou que estava há três anos esperando o remanejamento para o novo lar. A moradora afirmou, na época, que a casa para onde foi alojada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) estava caindo

brados com fachadas de azulejos são pontos de turismo na região, assim como seus bares, restaurantes e espaços culturais (O Imparcial, 24 de agosto de 2020).

7. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2015/09/desafios-de-se-morar-no-centro/>

sobre sua cabeça. “Já arrombaram essa casa algumas vezes. Hoje eu preciso usar paus, pedaços de ferro e cadeados nas portas. Também coloco pedaços de vidro nas janelas para evitar que entrem aqui”, contou, mencionando as estratégias que ela mesma fazia para fazer seu espaço de moradia mais protegido.

Inúmeros casos sobre a precariedade dos casarões do Centro Histórico são encontrados nos jornais. Muito se fala sobre os riscos e inseguranças nesses ambientes. Contudo, a maior parte dos artigos publicados destaca a precariedade desses espaços, os relacionando a um reflexo negativo no comércio e no turismo local, já que essa região possui um grande potencial econômico (segundo as reportagens) à cidade e ao estado. Nesse sentido, em algumas matérias, é possível perceber que a moradia no Centro Histórico é tratada como questão secundária em virtude do turismo. As condições de precariedade dos casarões são antes um problema para o turismo do que para a quem mora no espaço:

Se o turista decidir visitar o Centro Histórico, atestado como Patrimônio Mundial da Humanidade como título concedido pela UNESCO por causa do casario com heranças do período colonial português, vai se deparar com uma situação bem diferente, com casarões em péssimo estado de conservação e poucas atrações culturais pensadas para movimentar o lugar. (O Estado- 15/05/2017)⁸

De acordo com alguns representantes políticos citados nos jornais, os projetos de revitalização do Centro Histórico servem não somente para fortalecer o comércio por intermédio da circulação de turistas, como também para o “repovoamento habitacional dessa área da cidade”. Este é o tom da afirmação do ex-deputado e ex-secretário de Estado de Esportes e Lazer Joaquim Haickel que, em 2015, fez a seguinte declaração ao jornal:

Se os governos municipal e estadual querem realmente valorizar o Centro Histórico da cidade de São Luís, que instalem nele os escritórios de seus órgãos administrativos, que incentivem a ocupação comercial

8. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/05/15/uma-cidade-sem-atrativos/>

dessa região e realizem o repovoamento habitacional dessa área tão importante de nossa cidade. (O Estado, 14/01/2015)⁹

Assim, a sugestão de um repovoamento do Centro, presente na reportagem, fala sobre a percepção dele como um espaço vazio. Nesse sentido, termos como “reabitação” ou “reabilitação” estão em constante uso no vocabulário da mídia e do Poder Público. Além do discurso sobre repovoamento, Joaquim Haickel ainda fez a seguinte afirmação:

Os governos municipal, estadual e federal, esse através do IPHAN, deveriam estabelecer conjuntamente uma espécie de prefeitura do CHSL, com poderes para funcionar com mais eficiência, efetividade e eficácia as paquidérmicas estruturas atualmente existentes. Um administrador que pudesse fazer girar as engrenagens em cada uma das esferas de poder, que fizessem o nosso Centro Histórico ser em algum tempo como os de cidades importantes como Londres, Paris, Lisboa ou Madri. Será que isso é sonhar muito alto? (O Estado, 13/01/2015)¹⁰

A matéria deixa claro o interesse em transformar a paisagem física e social do Centro Histórico através de políticas de infraestrutura e “revitalização”, e também explicita a necessidade de um repovoamento da região, através de políticas voltadas ao comércio e ao turismo, privilegiando certos perfis de pessoas. Todas essas medidas, nas próprias palavras de Joaquim Heickel, visam deixar o Centro Histórico de São Luís mais parecido com “cidades importantes” da Europa.

Além dos discursos sobre abandono e necessidade de repovoamento e revitalização do Centro Histórico, outras reportagens falam ainda sobre vandalismo, brigas, furtos, assaltos e até mortes no local. As manchetes retratam uma realidade da cidade, marcada pela ineficiência de políticas públicas nas áreas de segurança e infraestrutura, ao mesmo tempo em que são extremamente seletivas nas escolhas dos casos, estando, na

9. Disponível em: <https://www.blogsoestado.com/joaquimhaickel/page/44/>

10. Disponível em: <https://www.blogsoestado.com/joaquimhaickel/2015/01/13/o-centro-historico-de-sao-luis-precisa-ser-protetido/>

maioria das vezes, direcionadas a uma população muito específica da cidade, geralmente pessoas em situação de rua e a certas pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. É importante pontuar que muitas dessas pessoas são vistas como criminosas, mesmo os jornalistas não trazendo dados que comprovem suas hipóteses, como é possível observar na seguinte matéria do Jornal O Imparcial:

Pichações afetam fachadas do Patrimônio Histórico de São Luís: A ação afeta esteticamente o visual da capital maranhense. Os constantes alvos dos pichadores incluem não somente os prédios e monumentos do centro histórico, mas toda a capital está afetada, inclusive os prédios e estabelecimentos comerciais, como bancos, empresas, escritórios e residências. Pela altura de algumas pichações, os locais mais altos são claramente os preferidos e revelam a ousadia dos alpinistas rebeldes. O perfil dos pichadores está diretamente ligado a usuários de drogas e integrantes de facções criminosas, com objetivo de delimitar território (24/02/2016)¹¹

Os jornais falam não apenas sobre os efeitos negativos dessas ações sobre a paisagem, causados pelos pichadores, mas, além disso, qualifica essas pessoas como “usuárias de drogas” e “integrantes de facções criminosas”, perfis conceituados como negativos e marginais. A pichação, muitas vezes compreendida como prática “transgressora” por determinados grupos sociais, no Centro Histórico de São Luís geralmente está associada à violência, risco e destruição do patrimônio, e consequentemente aos corpos marginalizados e periféricos da cidade.

Em maio de 2016, uma matéria do Jornal O Imparcial¹² relatou um acontecimento de extrema violência no Centro Histórico, onde uma pessoa em situação de rua foi assassinada a pedradas, no antigo prédio de Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (Sioge), localizado na Rua Antônio Rayol. De acordo com jornal, o corpo foi encontrado em uma área que “serve para consumo de drogas” e logo associaram a ví-

11. Disponível em: imparcial.com.br/cidades/2016/02/pichacoes-afetam-fachadas-do-patrimonio-historico-de-sao%20luis/#:~:text=A%20punição%20para%20pichadores%20é,de%20valor%20artístico%20e%20histórico

12. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2016/03/morador-de-rua-e-assassinado-a-pedradas-no-centro-historico/>

tima ao uso dessas substâncias. A forma como a informação foi divulgada acaba gerando uma rápida e preconceituosa ligação entre pessoas em situação de rua e uso de substâncias psicoativas, como se uma coisa sempre estivesse ligada à outra, e pior, como se o uso delas justificasse vidas menos importantes e, portanto, mais matáveis. Além de desconsiderar problemas estruturais relacionados à falta de moradia na cidade e no estado, reportagens como essa relacionam o uso das “drogas” antes à violência e do que a uma questão de saúde pública, como indica Rocha Neto (2021).¹³

Outra matéria, publicada em 11 de outubro de 2016 no Jornal O Estado do Maranhão, fala sobre as condições de fragilidade dos casarões por falta de preservação. Mais uma vez, os jornalistas falam que “muitas dessas ruínas servem como depósito de lixo e esconderijo para usuários de drogas”:

Casarões históricos do Centro estão abandonados: muitos dos casarões do Centro Histórico da cidade, principalmente aqueles localizados no bairro da Praia Grande, estão com paredes rachadas ou reboco comprometido; telhado ou parte dele desabando; madeira do assoalho solta; sem portas ou janelas. Em alguns, as paredes já foram tomadas por plantas que crescem sem controle. Muitas das ruínas servem como depósito de lixo e esconderijo para usuários de drogas (O estado, 11/10/2022)¹⁴

Essa afirmação permite perceber que não apenas as condições materiais dos prédios são vistas como situações de perigo, mas também os perfis das pessoas que circulam pelos espaços. Caracterizar essas pessoas como “usuárias de drogas” é um claro exemplo do tom pejorativo desses grandes veículos de comunicação do Maranhão, que pouco (ou nada) se comprometem com dados sociodemográficos em relação aos usos de substâncias lícitas e ilícitas no país. Apesar de pesquisas apon-

13. Relatório de Iniciação Científica, do ano de 2021, de Antonio Olávio Rocha Neto, intitulado “Moradia, ocupação e relações com o Estado do Centro Histórico de São Luís (MA)”.

14. <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/05/03/casaro-es-historicos-do-centro-estao-abandonados>

tando que boa parte dos consumidores de “drogas” no Brasil são pessoas brancas de classe média e da elite, como indica a Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁵, as matérias nesses dois jornais atrelam o consumo dessas substâncias a um perfil racial e econômico muito específico, pois, andando por esses espaços “abandonados” do Centro Histórico de São Luís, é possível perceber que a maior parte dessas pessoas, apontadas pelos jornais, são negras e aparentam estar numa situação de vulnerabilidade social e econômica. Por conta disso, são alvos fáceis da mídia quando se trata de encontrar algum “culpado” (se é que existe), para determinados problemas sociais como, neste caso, as más condições dos casarões e falta de segurança nessa região histórica.

A matéria indica que além dos locais “servirem de esconderijo para usuários de drogas”, também funcionam como depósitos de lixo. Sugiro que isso nos leva a perceber que o problema em si não está no “consumo de drogas”, nem mesmo no descarte irregular de lixo, mas sim em *quem* consome essas substâncias e em *quem* descarta esses resíduos. Outra matéria fala sobre a degradação do patrimônio no Centro Histórico, mais especificamente no bairro da Praia Grande. Nela, os jornalistas enfatizam os perigos em andar pelas ruas do bairro, tanto em relação à insegurança causada por fiações elétricas expostas, como também pelo risco de assaltos e vandalismo na região:

Os postes das ruas do Centro Histórico estão, em sua maioria, com a fiação exposta, após a retirada indevida de placas de ferro que ficam em suas bases. O perigo é ainda maior por causa das chuvas que atingem a capital, que podem causar um curto-circuito na fiação. Turistas e moradores ficam inseguros, principalmente à noite, uma vez que a maioria das luminárias não está funcionando. A ação dos vândalos também facilita os assaltos na região (Jornal O Estado, 17/01/2018)¹⁶

Desse modo, os jornais associam as ações dos vândalos a uma má repercussão do Centro Histórico, atribuindo diretamente a queda nas

15. Mais informações em: <https://www.cps.fgv.br/ibrecps/EDJ/midia/midia.htm>

16. Disponível em: <https://oestadoma.com/noticias/2018/01/17/vandalismo-causa-perigo-para-quem-frequenta-ocentro-historico-de-sl/>

vendas do comércio aos assaltos, à deterioração e à insegurança. O problema dessa abordagem está em associar aos supostos vândalos um problema que talvez esteja relacionado a um conjunto de políticas públicas que não foram/estão sendo aplicadas na cidade de forma eficiente, sendo mais fácil direcionar as dificuldades de viver no Centro a um grupo específico e estigmatizado. Assim, para a mídia local, é notório que, além de interferir negativamente no comércio, o “vandalismo” também afeta a vida de quem reside nos casarões, gerando constantes transtornos à comunidade.

Em 9 de outubro de 2023, outra matéria sobre atos criminosos no Centro Histórico de São Luís foi publicada pelo Jornal O Imparcial:

Suspeito de arrombar estabelecimento comercial é preso em São Luís: Na madrugada desta segunda-feira (9), um indivíduo, cuja identidade não foi divulgada, foi detido sob a suspeita de ter realizado uma invasão a um estabelecimento comercial localizado no Centro Histórico de São Luís. De acordo com informações fornecidas pelos agentes do Batalhão de Polícia Militar de Turismo (BPTur), a prisão do suspeito ocorreu após receberem um alerta do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOPS) indicando que o referido estabelecimento tinha sido alvo de uma ação criminosa no coração histórico da capital. Ao chegarem ao local, constataram que o estabelecimento estava com a entrada aberta e, agindo com estratégia, adentraram o espaço, onde localizaram o suspeito em flagrante. O homem foi detido imediatamente e conduzido à Delegacia de Polícia Civil em São Luís (09/10/2023, O Imparcial)¹⁷

Na matéria, além da descrição do acontecimento, também é possível observar a foto do suposto criminoso: um homem negro, magro, sem camisa, algemado dentro de uma viatura da polícia. Apesar da “Lei de Abuso de Autoridade” (Lei Nº 13. 869, de 5 de setembro de 2019) - que proíbe agentes públicos e servidores no exercício da função, como as Polícias Civil e Militar, de divulgarem identidades e imagens de pessoas

17. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2023/10/suspeito-de-arrombar-estabelecimento-comercial-e-preso-em-sao-luis/>

detidas, nem mesmo fotos de costas ou iniciais dos nomes - é possível perceber nessa matéria que quando se trata de determinados perfis de pessoas, como do suposto criminoso, não há qualquer tipo de sanção aos propagadores das imagens. Ainda hoje é possível encontrar a imagem na matéria da página online do jornal. Isso possibilita a seguinte reflexão: quantas pessoas brancas, da classe média e da elite, que cometem crimes na cidade, têm também seus corpos e identidades expostos nas páginas dos jornais locais? São inúmeros os casos de crimes cometidos em áreas nobres da cidade que não ganham a mesma repercussão nos jornais, como ocorre com bairros pobres e pessoas marginalizadas. A exemplo, podemos pensar no caso do ciclista que foi atropelado na Avenida dos Holandeses, área elitizada da cidade, em janeiro deste ano e que veio a óbito no mesmo dia do acontecimento. O criminoso não teve qualquer traço da sua identidade revelada na matéria. A grande questão não está em expor condutor do veículo, mas apenas observar e refletir que dependendo do “perfil” de quem comete o crime, não há qualquer tipo de preservação da identidade pelos jornais¹⁸.

Perspectiva teórica

A partir de epistemologias feministas e decoloniais, dentro do ponto de vista interseccional, podemos tentar entender alguns pontos de cruzamento e aproximação entre as situações e experiências destacadas na região do Centro Histórico de São Luís e os debates que envolvem raça, gênero, classe e território em contextos mais amplos.

Como afirma Antonio Bispo dos Santos (2015), para entendermos certas circunstâncias e sistemas políticos, sociais e econômicos na sociedade brasileira, é preciso considerar as várias matrizes culturais e os grupos que disputaram/disputam e compartilharam/compartilham um mesmo espaço geográfico, levando em consideração a colonização, os confrontos e todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação de uma população em relação à outra(s). Dessa forma, é possível compreender as fontes e as consequências das desigualdades no Brasil dentro das micro/macro relações de poder.

18. <https://oimparcial.com.br/policia/2024/01/ciclista-morre-apos-ser-atropelado-na-avenida-dos-holandeses-em-sao-luis/>

A partir dessa perspectiva, algumas análises podem ser possíveis, no espaço do Centro Histórico de São Luís, levando em consideração a desigualdade e a violência racial como fatores fundantes e mantenedores de várias relações institucionais e cotidianas nos espaços da região, haja vista “o racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros não brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor” (Gonzales; Hasenbalg, 1982, p.57). Diante da colocação dos autores, podemos compreender que muitos discursos da mídia sobre essa área da cidade são reflexos do racismo estrutural do país, cujas marcas podem ser visualizadas e sentidas do decorrer dos séculos, estando presentes até os dias atuais, num longo processo de desumanização e criminalização de pessoas negras e pobres que vivem e circulam pela área, não considerando suas existências e presenças nos espaços como legítimas, mas, ao contrário, associando diretamente seus corpos à violência, desordem, destruição e sujeira.

Como nos lembra Givânia Maria da Silva (2020), o processo de escravização no Brasil, que durou mais de três séculos, deixou profundas marcas na população negra, que reverberam até os dias de hoje, através dos atuais mecanismos de dominação, como os produtos e meios de comunicação, oportunidades e composição do mercado de trabalho, acesso às instituições de educação e demais políticas públicas. Tudo isso ainda reflete, de forma explícita, o sistema colonial e violento do país, além de chamar atenção para como essas injustiças e desigualdades estão muito distantes de um fim, pois necessitam de mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Toda essa violência, produzida e reproduzida pelos mecanismos de dominação, pode ser pensada, especificamente, através da mídia local, como algo que possui um enorme papel na disseminação de estereótipos e na criminalização dos corpos negros no país, já que a mídia, por meio da influência dos discursos e das imagens, cria e naturaliza certas qualificações e desqualificações sobre os perfis das pessoas em determinados ambientes. De acordo com a pensadora Patricia Hill Collins (2019), mais especificamente no contexto estadunidense, a mídia e demais mecanismos de dominação utilizam as “imagens de controle”, como uma das principais ferramentas de criação de estereótipos, para

caracterizar, objetificar, subjugar e determinar os “papeis” dos corpos negros nos mais variados espaços. De acordo com a autora, depois de disseminadas e naturalizadas as “imagens de controle”, pela mídia, esses “mecanismos de poder” passam a definir os comportamentos das pessoas negras no mundo social, criando e mantendo as relações de “superioridade” e “inferioridade” entre os diferentes corpos na sociedade.

Foi possível observar, nas matérias apresentadas, como os discursos dos jornais estavam voltados majoritariamente para os corpos masculinos que vivem e circulam pelo Centro Histórico. Diante disso, podemos pensar nas reflexões trazidas por Maria Lugones (2018), como não há uma única “masculinidade”, mas, na realidade, diversas “masculinidades”, que estão situadas no tempo e no espaço ao longo da história, e como um tipo específico de masculinidade, a masculinidade branca, se protagonizou enquanto um tipo universal de “homem”. Assim, todos aqueles e aquelas que não correspondem a determinadas características físicas e sociais dentro desse “padrão”, são subalternizados, criminalizados e marginalizados. Por isso, os homens negros vivem às margens e estão sempre em oposição aos homens brancos, como se nunca pudessem se reconhecer e ser reconhecidos totalmente enquanto “homens”, mas sempre sendo lembrados que são “diferentes” e fazem parte de um grupo racial ilegítimo.

Em meio a esse debate, temos também as considerações da pensadora, artista e escritora portuguesa Grada Kilomba (2019), em diálogo com outras(os) e intelectuais negras(os) fazendo uma forte discussão, através das colocações de Bell Hooks, sobre as formas de (in) visibilidade, resistência e criação de pessoas negras que transitam entre as “margens” e os “centros” nas sociedades ocidentalizadas. Apesar da discussão se passar mais no contexto europeu, Kilomba nos permite ampliar a perspectiva para outros contextos, como o caso brasileiro, mais especificamente ludovicense. Mesmo diante de um exemplo específico como a academia, a autora fala, ainda sob a luz de Bell Hooks e outros pensadores como Stuart Hall, sobre a necessidade de olharmos para certos espaços de dominação onde os corpos não brancos são indesejados e criminalizados de forma cruel e violenta, para que então seja possível algum tipo de desnaturalização e combate ao racismo nas

suas diversas facetas. Ela fala ainda sobre a importância de olharmos para as estratégias criadas por essas pessoas violentadas, que buscam lidar com a realidade de maneira particular, não de forma romântica, mas de maneira criativa e resistente.

A partir dessa perspectiva, não no sentido romântico, mas ao contrário, pensando nas lutas cotidianas às adversidades da vida, na região do Centro Histórico de São Luís, muitas pessoas que têm seus corpos marginalizados e existências quase que apagadas pelos discursos dominantes, criam, cotidianamente, inúmeras estratégias para combater às dificuldades da vida. A falta de acesso a bens materiais e simbólicos, que tiram delas o reconhecimento da “dignidade humana”, não podem ser pensadas como passivas aos discursos e ações (ou falta delas) do Poder Público. Ao contrário, podemos entender como as pessoas criam lógicas para driblar imposições, escassez e condições de instabilidade das mais diversas. Silvia Frederici (2019) nos mostra como as pessoas conseguem não apenas resistir, mas também criar e expandir seus vários modos de luta em seus territórios, dentro de uma lógica do capital econômico, que está a todo o momento tentando impor e limitar as ações das pessoas.

Através de vários debates que vem sendo produzidos por pensadoras e pensadores das ciências sociais nas últimas décadas, podemos pensar como as pessoas e os grupos com os quais se relacionam estão inseridos em processos históricos, culturais, políticos, linguísticos e econômicos dentro de estruturas de poder, por meio de experiências que estão imbricadas em contextos de interdependência entre diferentes esferas do mundo social. A partir disso, são criadas categorias e marcadores que visam classificar e distinguir determinados corpos de outros, sem levar em consideração as condições específicas e as subjetividades de cada pessoa. Assim, as pessoas são caracterizadas e postas em certos lugares de maneira essencializada e estereotipada, para que possam servir a determinados “fins” pelos grupos dominantes; pois havendo a naturalização dessas condições de violência, os dominantes tentam diminuir a possibilidade de questionamento e impedir a transformação do mundo social.

Considerações finais

De maneira geral, os jornais apresentaram várias matérias relacionadas a ideia de abandono, deterioração e violência no Centro Histórico de São Luís. Esses temas perpassam informações concretas, mas também suposições que envolvem casos de crimes contra as pessoas e contra o patrimônio por parte de determinados grupos sociais que carregam estigmas relacionados à raça, gênero e classe. Além disso, os jornais criam associações diretas entre a precariedade da vida e uso de substâncias psicoativas, roubos e mortes. Assim, as pessoas que estão fora de um padrão social, acabam sendo vistas como inferiores, por conta do status social, recebendo com frequência um julgamento em relação ao desvio de suas condutas morais, mesmo que muitas vezes, os jornais não apresentem nenhum embasamento.

Como foi possível ver, o racismo, nesse contexto, ocorre de diversas maneiras por meio de discursos preconceituosos e acusatórios; além de percebê-lo a partir de ações e, mais ainda, pela falta de ações equitativas do estado em relação aos corpos marginalizados da cidade, como algumas que foram apresentadas na região. Com isso, é importante perceber que essas pessoas, que estão sujeitas a precariedade, ao desemprego, à criminalidade e à violência (física e simbólica), não apenas sofrem como, muitas vezes, re-produzem tais hostilidades, tanto em relação a outras pessoas, como em relação a esses espaços patrimoniais, por estarem em um sistema de opressão que ultrapassa suas ações individuais, mas, ao contrário, incide sobre elas.

Desta forma, quando pensamos em pessoas que habitam o Centro Histórico de São Luís, devemos lembrar que existem muitas pessoas que vivem na região, mesmo que estas não tenham um espaço garantido dentro dos padrões legais de moradia. A negação de direitos e oportunidades aos grupos estigmatizados, como pessoas que vivem em extrema pobreza e estão em situação de rua, faz com que estes sejam categorizados automaticamente como indesejáveis, vândalos, criminosos e preguiçosos, vistos como uma ameaça ao lugar e a quem frequenta os bairros. Contudo, essas ideias não podem ser apresentadas e aceitas de forma naturalizada, mas sempre colocadas em questionamento, considerando os inúmeros fatores que estão relacionados a essas condições sociais.

Referências bibliográficas

Bispo dos santos, Antonio. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB.

Cardoso, A. (2011). A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338.

Carvalho, Valéria (2016). Pichações afetam fachadas do Patrimônio Histórico de São Luís. *O Imparcial*, 24 de fev. 2016. Disponível em: imparcial.com.br/cidades/2016/02/pichacoes-afetam-fachadas-do-patrimonio-historico-desao%20luis/#:~:text=A%20punição%20para%20pichadores%20é,de %20valor%20artístico%20e%20histórico. Acesso em 05 de janeiro de 2024.

Collins, Patricia Hill. (2019). Epistemologia feminista negra. In: *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo.

Da Redação. (2015). Desafios de morar no Centro. *O Imparcial*, 02 set. 2015. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2015/09/desafios-de-se-morar-no-centro/>. Acesso em: 5 Janeiro de 2024.

Da Redação (2017). Uma cidade sem atrativos. *O Estado*, 15 mai. 2017. Disponível em: Uma cidade sem atrativos. Acesso em: 5 Janeiro de 2024.

Da Redação (2024). Ciclista morre após ser atropelado na avenida dos holandeses, em São Luís. *O imparcial*, 03 jan. 2024. Disponível em: Ciclista morre após ser atropelado na Avenida dos Holandeses, em São Luís. Acesso em: 5 Janeiro de 2024.

Da Redação (2023). Suspeito de arrombar estabelecimento comercial é preso em São Luís. *O Imparcial*, 09 nov. 2023. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2023/10/suspeito-de-arrombar-estabelecimento-comercial-e-preso-em-sao-luis/>. Acesso em: 5 Janeiro de 2024.

Da Redação (2018). Vandalismo causa perigo para quem frequenta o Centro Histórico de SL. *O Estado*, 17 Jan. 2018. Disponível em: Vandalismo causa perigo para quem frequenta o Centro Histórico. Acesso em: 5 Janeiro de 2024.

Da Redação (2015). Casarões históricos do Centro estão abandonados. *O Estado*, 03 mai. 2015. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/05/03/casaro-es-historicos-do-entro-estao-abandonados>. Acesso em: 5 Janeiro de 2024.

Federici, Silvia. (2019). O feminismo e a política dos comuns. In Hollanda, Heloísa Buarque (org.) *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Gonzalez, Lélia; Hasenbakg, Carlos. (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Kilomba, Grada. (2019). Memórias da plantação: *Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó.

Silva, G. M. (2020). Mulheres Quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: Dealdina, S. dos S. (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra.

Soares, Zeca. Centro Histórico. Blog Zeca Soares, São Luís, maio de 2015. Disponível em: blogsoestado.com. Acesso em 5 de janeiro de 2024.

Viveros Vigoya, Mara. (2018). As cores da masculinidade: *Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

GT1 - Práticas e poéticas da (re)existência: gênero e raça em contextos amazônicos



Corpo, terreiro e território: perspectivas e expectativas de uma afro Amazônia explorada e assediada

Elizangela Santos de Araújo
UFOPA

Introdução

Atualmente no território nacional, a condição das mulheres negras é marcada por muitas desigualdades sociais, sendo o corpo da mulher negra o mais excluído da sociedade brasileira. As condições de moradia, saúde e educação são atravessadas por racismos estruturais e ambientais, as mulheres negras na sua grande maioria são moradoras de comunidades periféricas, negligenciadas pelo poder público e invisibilizadas pelas autoridades competentes, como evidencia Maria Sueli Rodrigues em seu texto “Somos religião e subjetividade”. “As evidências do racismo na política no Estado-nação Brasil são muitas, incluindo aquelas instituições que são criadas para enfrentar o biopoder e acabam repetindo-o. (RODRIGUES, 2022, p. 56). Na Amazônia o quadro assemelha-se ao do resto do país, mesmo em meio a grande floresta as cidades crescem desenfreadamente contribuindo para a continuidade de um triste fato de nossa realidade social, a condição de exclusão da mulher negra.

Essas mulheres estão presentes nas comunidades periféricas da cidade de Santarém no Pará, são trabalhadoras domésticas, esposas, mães, líderes comunitárias e estudantes que buscam por melhores condições de vida, algo inimaginável para muitas delas, que esgotadas com tantos trabalhos e responsabilidades não encontram forças para mais uma jornada, sendo a busca resiliente por seus direitos o meio necessário de movimentar sua realidade, permanecem determinadas nos seus projetos de resistência e almejam para as suas filhas, irmãs e mães condições de vida melhores, muitas vezes sacrificando-se para alcançar esse objetivo. “A quase impossibilidade de vencer o que estrutura a modernidade na sua ontologia e epistemologia é que essa está na base de nossa subjetividade, dos nossos sentimentos, dos nossos desejos e nos fundamentos religiosos.” (RODRIGUES, 2022, P. 64). Esse artigo busca compreender quais as dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres afroamazônicas das periferias de Santarém no Pará, analisando suas tentativas de

inserção institucional (acadêmica, profissional, política), a partir da vivência de três mulheres afroamazônidas que confluem no contexto universitário, a partir das vivências de três mulheres negras da periferia de Santarém. Mulheres que exercem duplas e triplas jornadas: uma jovem mãe estudante universitária, que tenta permanecer na universidade, uma Yalorixá que atua em seu terreiro como cuidadora de filhos e filhas que buscam cura a partir de seus ensinamentos e uma cabeleireira trans e líder ativista, que através do coletivo que coordena, busca politicamente pela garantia de direitos para a comunidade lgbti+ enquanto também é cuidadora de sua mãe idosa.

Mulheres que são mães ainda meninas, mas não desistem da formação universitária, mulheres que defendem o direito de exercer suas crenças e religiões, mulheres que buscam garantias do direito de ser mulher, dentro de seu corpo, dentro do seu terreiro, dentro do seu território, de seus aquilombamentos como espaços de resistência, como pontua Ana Mumbuca no texto “Ser Quilombo”. “E é este modo Quilombo de existir que, indiscutivelmente, nos coloca na condição de ameaça para o mundo colonialista da lógica do capital” (MUMBUCA, 2022, pg. 82). Registrando algumas nuances da sua rotina diária e os desafios que têm que enfrentar para conseguir vencer suas demandas, sem negligenciar quem são e quais suas motivações, conhecendo os lugares onde se reconhecem ativamente, sendo fundamento para aqueles ao seu redor, formando espaços de acolhimento. “Quilombo é a força das rebeldias contrárias a todas as ordens opressoras” (MUMBUCA, 2022, pg. 81). Nesses espaços se fortalecem e fortalecem os seus, deixando marcas em todos que atravessam seus caminhos, marcas da realidade árdua de suas existências e da leveza de sua vivência, numa luta ao mesmo tempo feminina e comunitária que remete ao conceito de Julieta Paredes quando afirma. “Para nós, isto é, para o feminismo comunitário, o feminismo é a luta de qualquer mulher em qualquer parte do mundo, em qualquer momento da história.” (PAREDES, 2019, pg 34). Sendo um recorte das atuais comunidades urbanas amazônidas com suas relações e conflitos de gênero e raça, mas especialmente dos conflitos de classe marcadamente condicionantes da exclusão dos corpos negros dos espaços de poder institucionais e das opressões exercidas pelo patriarcado que atinge todos

“os corpos etiquetados como indesejados” (RODRIGUES, 2022, pg 63), sejam eles corpos humanos ou não humanos, segundo Julieta Paredes:

“Estamos falando de corpo e não de gênero, ou seja: patriarcado, para nós, é o sistema de todas as opressões e violências que a humanidade e a natureza experimentam, mas esse sistema foi construído historicamente sobre os corpos das mulheres.” (PAREDES, 2019, pg. 35).

Analisando as condições ambientais dos locais onde moram e como o espaço influencia suas vidas. Evidenciar a rotina diária dessas mulheres nos fará contemplar seus mundos e suas possibilidades de vida. Acompanhando a mãe-estudante, a curandeira-Yalorixá e a cabeleireira-ativista na jornada do seu dia e nos lugares onde desempenham suas funções e atividades na sociedade e a passagem das funções que exercem na formalidade das suas profissões para as funções que escolhem assumir em suas comunidades, nas irmandades religiosas e movimentos sociais. Compondo um mosaico de imagens e depoimentos do contexto socioambiental dessas mulheres afroamazônidas e suas aspirações. A partir das experiências de três mulheres negras que vivenciam o cotidiano de serem mulheres afroamazônidas moradoras das periferias, compartilhando seus mundos particulares e suas aspirações para o mundo exterior, suas perspectivas e expectativas de uma amazônia cada vez mais explorada e assediada, como os corpos das mulheres negras por séculos de subjugação exercido pelo patriarcalismo no país, revelando que mesmo diante da realidade massacrante imposta às suas vivências, as mulheres afroamazonidas exercem uma matrigestão de suas famílias e comunidades reativando saberes e práticas advindos dos povos ancestrais de África e América como colocado por Stengers: “Reativar significa recuperar e, neste caso, recuperar a capacidade de honrar a experiência, toda experiência que nos importa, não como “nossa”, mas sim como experiência que nos “anima”, que nos faz testemunhar o que não somos nós.” (STENGERS, 2017, p. 11). Nesses depoimentos encontramos o reconhecimento de suas raízes e no seu registro possibilitamos que deixem suas estratégias de sobrevivência e resistência. Na tentativa de captar sua força, impulsionadora das vidas que as cercam, em suas

comunidades onde são catalisadoras de sonhos e influenciadoras diretas de transformações necessárias à melhoria das vidas que pertencem às comunidades negligenciadas pelo estado. Este artigo objetiva realizar uma análise crítica das comunidades das quais fazem parte as reladoras dos depoimentos que serão protagonistas no curta documentário audiovisual, narrando a trajetória de três mulheres negras afro amazônidas periféricas, mostrando suas lutas e dores, registrando sua presença, memórias e ancestralidade no espaço que ocupam, espaço que foi permitido ocupar dentro do estado brasileiro e amazônida.

O protagonismo das mulheres negras nos espaços comunitários, nos espaços de ensino e nos espaços de poder movimenta a sociedade para um novo projeto de nação a partir das suas vivências, mesmo ainda sendo uma sociedade marcada por desigualdades e patriarcalista, as mulheres negras estão na base dessa mudança de paradigmas sociais, que fragmentam os grupos e desestabilizam as forças necessárias para superá-los. As mulheres afroamazônidas nos permitem aprendizados de grande valor para a constituição de nossa potencialidade, inspirando mais mulheres negras a ocuparem espaços de onde foram excluídas por tanto tempo, mas que ao ocuparem esses espaços de poder e ensino, trarão mudanças essenciais, para além de seus lares e círculos comunitários, mas também para as instituições, segundo Cusicanque:

“A noção de identidade das mulheres se assemelha a um tecido... a prática feminina tece a trama da interculturalidade, por meio de suas práticas: como produtora, comerciante, tecelã, ritualista, criadora de linguagens e de símbolos capazes de seduzir “o outro” e estabelecer pactos de reciprocidade e convivência entre diferentes.” (CUSICANQUI, 2021, pg 115).

Perspectivas de exploração e assédio

O ambiente acadêmico, assim como um bairro de uma cidade, constitui-se como uma comunidade, que reúne diferentes experiências e vivências em um espaço de compartilhamento de saberes, práticas e/ou estratégias de sobrevivência que convergem para um conjunto de perspectivas sobre os territórios que fazem parte das urbanidades

amazônicas, nessa comunidade acadêmica ocorrem reuniões e encontros que confluem em demandas específicas de uma localidade ou região, que transmitem os contextos sociais das pessoas que integram os ambientes diversos e plurais que compõem o território amazônida, que muitas vezes é visto somente como uma selva pouco habitada, sem centros urbanos, com todas as suas implicações ambientais e estruturais. Nos encontros possibilitados dentro da universidade, temos a oportunidade de (re)conhecer nos estudantes as impressões dos lugares de onde vieram e vivem, nas salas de aula, nos interesses de aprendizado e nas demandas solicitadas para eventos acadêmicos. Na cidade de Santarém no estado do Pará a universidade pública tem sido um espaço comunitário de encontro de pessoas que buscam nesse espaço compreender e analisar suas realidades e possibilidades no contexto urbano de uma cidade em constante crescimento. Dentro da diversidade e pluralidade do contexto acadêmico, busco destacar uma categoria em especial, a das mulheres que constituem esse ambiente e como essas trazem para esse espaço um recorte de seus próprios contextos comunitários, assim como dentro de uma mesma categoria, expõe sua pluralidade como mulheres, pois vem de diferentes vivências, embora apresentem algumas semelhanças ao destacarem os desafios e dificuldades enfrentados no percurso diário de seus enfrentamentos, nas atividades acadêmicas, profissionais ou dos coletivos que fazem parte, buscando resoluções para questões básicas como saúde, educação e segurança para suas famílias e comunidades.

Assim, somos levados a identificar no cotidiano das mulheres afroamazônidas suas potencialidades como gestoras e agregadoras de conhecimentos para engendrar resoluções necessárias em seus territórios e ampliar suas possibilidades dentro do contexto urbano das sociedades amazônicas. Na realidade das mulheres afroamazonidas alguns dos aspectos mais visíveis estão relacionados com suas condições socioeconômicas, que assim com analisado por Sueli Carneiro no maior centro urbano do país, a cidade de São Paulo, evidencia-se as desigualdades e discrepâncias das oportunidades de acesso e permanência das mulheres negras nas instituições de ensino e mercado de trabalho e impulsionamento desse grupo a trabalhos que requerem mão de obra

menos qualificada, pois são os espaços permitidos para o grupo das mulheres negras a nível de território nacional, segundo Sueli Carneiro:

“Se os níveis de educação são indicadores do potencial de cada grupo racial quanto à alocação na estrutura ocupacional, os dados apresentados sobre a situação educacional da mulher negra permitem antever suas perspectivas no mercado de trabalho, bem como as condições materiais de existência a que se acha submetida.” (CARNEIRO, 2019, P 22).

Sendo a questão descrita anteriormente, um marcador condicionante dos processos que as mulheres afroamazônidas passam ao buscarem mobilidade social, condicionantes do espaço que ocupam dentro do ambiente urbano atual. Porém, esses mesmos territórios são espaços de organização e formação de coletividades que expressam suas aspirações e expectativas com relação às demandas que almejam alcançar, no mesmo estudo sobre a mulher negra, Sueli Carneiro destaca como que exatamente nesses mesmos lugares para os quais a população negra foi impelida encontram-se a proliferação de estratégias de sobrevivência, apesar do condicionamento de lugar:

“Embora o presente estudo não possua uma abrangência que possibilite detectar a situação da mulher negra em outros aspectos inerentes à sua sobrevivência, há de se concluir ou inferir sobre a precariedade quanto a saúde e habitação da população negra no Brasil, dispersa no trágico percurso da senzala à favela na periferia das grandes cidades.” (CARNEIRO, 2019, P 55).

Nos espaços das periferias das cidades estão concentrados um grande número de pessoas afrodescendentes, nas periferias de Santarém esse quadro se reproduz, evidenciando que a amazônia também é afro, pesarosamente também em um aspecto estarrecedor, o da exploração do trabalho e do assédio das instituições que deveriam aceder às pluralidades da população. Os espaços políticos da cidade de Santarém também refletem um padrão nacional, apesar do aumento da inserção de mulheres na política, esse ainda é um espaço marcadamente ocupado

por homens brancos e com um número mínimo de mulheres brancas, as mulheres afroamazonidas permanecem relegadas aos espaços comunitários de associações de bairro ou da agricultura familiar e aos coletivos de grupos minoritários. Contexto inalterado devido a falta de representatividade de mulheres afroamazonidas nos espaços políticos, onde poderiam destacar suas especificidades, havendo somente um caminho para a alteração desse quadro como afirma Rocha Teixeira:

“A transformação das estruturas sociais que reificam relações de subordinação, características da nossa sociedade profundamente injusta e violenta, só se dará quando tivermos mais mulheres pretas e indígenas em posição de poder, não só a começar da sua inclusão em níveis mais altos do sistema educacional ou na inserção no mercado formal de trabalho como formas de se obter autonomia econômico-financeira e outras oportunidades reais de desenvolvimento pessoal, mas mais especificamente, do empoderamento coletivo a partir da assunção de cargos de poder político.” (DA ROCHA TEIXEIRA, 2023, P 409).

Apesar da colocação acima, o acesso e a permanência de mulheres nos espaços públicos de poder ainda apresenta muitos obstáculos, para as mulheres negras esse fator é ainda mais cruel, pois como vimos antes neste artigo, outros fatores pesam sobre essa condição, como as dificuldades no percurso educativo, de trabalho e carreira. Porém nos movimentos e coletivos da cidade podemos observar uma interação na busca por demandas que perpassam as interseccionalidades das mulheres das periferias, mulheres que trazem consigo fatores sociais de gênero, raça e classe. Grupos que dependem inteiramente das articulações e apoio mútuo de seus integrantes para progredir em seus interesses e demandas, caso contrário enfrentam dificuldades e obstáculos acometidos por organizações consolidadas, tornando ainda mais difícil a ascensão das mulheres afroamazonidas na política municipal, principalmente quando na sua maioria, enfrentam duplas ou triplas jornadas no trabalho, no estudo e gestão familiar. Algo evidenciado por Da Rocha Teixeira no seu estudo sobre a trajetória política de uma mulher afro amazônida, ao concluir:

“Para se manter na política, uma mulher racializada depende do suporte dos movimentos de base que defendem consigo a igualdade racial e a justiça social e que acreditam - e se emocionam com - suas lutas e liderança. Além disso, a construção da carreira política de uma mulher preta e mãe depende não só de uma rede de apoio familiar, como da aliança entre mulheres no poder para a garantia de sua saúde física, mental e relacional.” (DA ROCHA TEIXEIRA, 2023, P 422).

A trajetória política para as mulheres brasileiras tem sido um longo e contínuo processo de demandas conquistadas uma após outra, porém ainda distante do ideal almejado pelas mulheres afroamazonidas, principalmente por aquelas atravessadas por desigualdades múltiplas, situação agravada nas periferias das cidades, onde há necessidades mais urgentes. Necessidades como moradia, segurança e saúde, constituindo-se essas as prioridades demandadas pela maioria das moradoras de periferias, ficando para segundo plano outras demandas como educação, carreira e política. Para que as mulheres afroamazonidas almejem a inserção na educação superior, acesso ao mercado de trabalho, independência financeira e ainda participem ativamente das atividades e ações políticas da cidade, necessitam antes da segurança alimentar de suas famílias e estabilidade dos núcleos comunitários que as envolvem. Fatores que evidenciam ainda mais as problemáticas envolvendo a ausência de mulheres negras nas instituições públicas de ensino e políticas. Porém, esse contexto apresenta um paradoxo, os espaços dos quais as mulheres afroamazonidas são excluídas são exatamente as instituições necessárias para as transformações das desigualdades enfrentadas por esse grupo, que busca outras formas de organização e mobilização social, porém sem deixar de tentar inserir-se nos espaços institucionais mesmo que diante de obstáculos persistentes quanto a sua presença como um corpo que não deveria estar ali (RODRIGUES et al., 2022). Nesses espaços, mesmo que indesejados, promovem movimentos que se propagam pela ousadia de seu enfrentamento e mudanças pelo incômodo de suas palavras e atitudes, que destoam do discurso formalizado e estruturado para mantê-las distantes das possibilidades do seu potencial.

Esse ser afro amazônida...

No imaginário amplo do território brasileiro ainda hoje configura-se um ser amazônida estereotipado, com estereótipos construídos pelo colonialismo, do indígena cristalizado no tempo, como um selvagem que não presenciou em sua cultura mudanças e adequações no espaço-tempo, assim como configura-se o espaço amazônida como uma densa floresta com poucos ocupantes, isenta de grandes cidades e suas inúmeras complexidades. Porém o que muitos estudos apresentam atualmente é um território amazônico perpassado por múltiplas correntes migratórias e encontros de povos que apesar de misturarem-se, constituindo o que hoje é a população desse lugar, têm suas especificidades como grupos diversos e plurais. Sendo no percurso histórico das relações de poder exercidas pelo imperialismo, que conceberam-se nomeações para os povos, negando suas origens e invisibilizando suas identidades. Negando sua presença no território amazônida, nomeando pessoas como “morenas” ou “caboclas”, negando mesmo que possa haver uma população negra na amazônia, quando esse foi um território extremamente explorado pela ambição mercantilista/capitalista que considera territórios e pessoas mercadorias com os quais sempre poderá obter lucro e para isso nega às pessoas e lugares uma identidade, estruturando as relações como positivas e negativas (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021). Como a autora explicita no seguinte texto ao nos atentar para as especificidades da população amazônida e como se configurou o quadro de relações de poder envolvendo as raças no estado do Pará no período colonial:

“Todas essas políticas coloniais proporcionaram diferentes encontros que tornavam a classificação por raça/cor cada vez mais confusa. O que não era confuso para ninguém e isso pode ser visto na cor das pessoas que ocupavam os espaços de poder, era quem poderia ou não estar em posições e espaços de privilégio. Ainda que tipificar fosse difícil, nas desigualdades da vida cotidiana era explícito quem era branco e quem não era. Os não brancos compartilhavam a margem em maior ou menor medida.” (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021, p. 122).

Esse panorama sobre a identificação da população negra amazônida segue um longo percurso, porém necessário diante de novas tentativas de negação e invisibilização da diversidade de vozes que ocupam este território, vozes que muitas vezes não se reconhecem por enxergar em si as características necessárias para enquadrar-se numa categoria que sofre diretamente o preconceito e racismo, ou simplesmente não querer tomar para si o peso da autoidentificação e todas as acusações por ser de um lugar onde se criou o estigma de um lugar que não corresponde aos padrões coloniais de uma elite, que acostumou-se aos privilégios estabelecidos, idealizado por aqueles que, por ocuparem os espaços de poder, querem sempre definir o outro. Pois para muitos:

“A população da Amazônia ainda é lida e definida em relação ao espaço, tendo sua subjetividade impedida pela mesma representação que sustentou e sustenta lógicas de exploração em nossa região: quem vem de fora detém o direito de definir quem somos, o que temos e o que é melhor para nós.” (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021, p. 133).

Esse aspecto de exploração e assédio na definição do que e quem se é se repete nas cidades do oeste do Pará, intensificando-se quando as cidades crescem e instituições se estabelecem, em tentativas recorrentes grupos plurais em territórios comuns, buscam uma homogeneização violenta que abre cicatrizes difíceis de curar, causando reações de defesa, como a criação de definições próprias e grupos de acolhimento onde os afroamazônidas possam fortalecer-se suas lutas e demandas, pois por muito tempo lhes foi negado o direito de definir-se como se reconheciam, pois a sua memória ancestral havia sido apagada. Na realidade do oeste do Pará essas identidades são suplantadas pelas definições impostas em outrora, quando tentou-se subjugar os grupos não brancos as marginalidades, porém a cada movimento que nasce aos poucos as cortinas e máscaras que antes pareciam necessárias se tornam marcas dolorosas de um histórico com o qual não podemos mais pactuar. Por todos esses pontos faz-se emergente que se fortaleça as definições que de fato representam a pluralidade dos grupos para seja por estes grupos reconhecidas como suas e que alcance suas expectativas ao expressar

suas especificidades, ao que Pinheiro e Rodrigues nos destacam, chamando para refletir sobre o seguinte:

“É por isso que, aqui, a identidade afroamazônida vem sendo construída há tempos pelo movimento negro nessa região, e cada vez mais se consolidando como categoria identificatória... Essa necessidade de afirmação regional acontece para que sejam marcadas as condições específicas da intersecção entre a identidade racial e a identidade da região que constrói essa terceira identidade híbrida, um ser afroamazônida...” (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021, p. 134).

Ainda pensando em especificidades, temos nas comunidades de Santarém-PA, assim com nas periferias espalhados em todo o país, o surgimento de movimentos que destacam-se por suas demandas voltadas aos grupos e contextos específicos de cada comunidade, porém assim como temos comunidades com características semelhantes em o estado brasileiro, observamos características dessemelhantes nas comunidades periféricas de Santarém, mas algo que nunca se diferencia são os grupos de pessoas mais atingidos pelas desigualdades e injustiças sociais e ambientais, sendo sempre as mulheres negras, afroamazonidas no contexto de Santarém, que experimentam os processos excludentes e violentos das aglomerações urbanas. Porém nesses espaços de marginalização formam-se associações e organizações que atendem mais diretamente os empasses das periferias, como falta de infraestrutura, cuidados a saúde e precariedade da educação, todos esses fatores que uma vez que atingem a população contribui para a continuidade das opressões e explorações, pois sem os serviços essenciais para criar seus filhos e filhas as mulheres afroamazônidas permanecem a ocupar espaços de trabalho exaustivos e suas crianças acabam por acompanhar as mães deixando os estudos pela necessidade de ajudar nas despesas da família. Fatores que contribuem para o surgimento de resistências para combater tais injustiças, segundo Gonzalez:

O desenvolvimento e a expansão dos movimentos sociais, na segunda metade dos anos setenta, propiciou a mobilização e a participação de amplos setores da população brasileira, no sentido da reivindicação de seus

direitos e de uma intervenção política mais direta. No caso da população negra, vamos encontrá-la sobretudo no Movimento Negro e no Movimento de Associação de Moradores nas favelas e bairros periféricos (resaltando-se aí, o papel e a importância do Movimento de Favelas). (GONZALEZ, 1984, p. 6).

Dessas necessidades essenciais, o trabalho torna-se parte considerável das aspirações das mulheres afroamazônidas, especialmente por suas dificuldades em conseguir ocupar espaços de trabalho mais valorizados em setores que exigem maior qualificação, engessados pelo monopólio de grupos privilegiados, particularmente grupos de homens e mulheres brancas, que ocupam a maior parte ou totalidade de vagas nos setores públicos e privados, relegando as ocupações menos remuneradas e que exigem menor qualificação as mulheres que pertencem a grupos atravessados por categorias de raça, gênero e classe. Resta para as mulheres afroamazônidas ocupações consideradas de menor prestígio para as classes abastadas, como ocupações domésticas e rurais, sendo essas ocupações tão dignas quanto qualquer outra, porém intensamente desvalorizadas, por considerar-se haver pouca necessidade de estudo para sua execução, deixando de lado os conhecimentos adquiridos e transmitidos pelas mulheres que executam tais trabalhos com singular habilidade, pois exercem os mesmos cuidados em sua casa para sua família, muitas vezes cultivando a própria alimentação. Apesar de no contexto atual de aumento das cidades na Amazônia, observar-se a mudança dessa realidade que possibilita a atividade de cultivar seu próprio alimento, devido a diminuição dos espaços públicos que tornam-se privados pelas atividades de especulação imobiliária. Num processo contínuo de substituição de um tipo de exploração por outro, como destacou já há algum tempo Beatriz Nascimento:

“A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. As sobrevivên-

cias patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais.” (NACISMENTO et al., 2019, p. 261).

Todos esses fatores contribuem para que, em contextos amazônicos as mulheres negras, estejam envolvidas em um ciclo que as mantém em empregos desvalorizados com carga horária excessiva, impossibilitando que tenham sequer tempo para frequentar o ensino superior, pois mesmo que consigam concluir o ensino médio, necessitam inserir-se no mercado de trabalho mais cedo para que tenham acesso a prioridades como alimentação e moradia. Há que se considerar, que as mulheres negras exercem, na maioria das vezes, a chefia de suas famílias, sendo as responsáveis diretas pelo sustento da casa e das pessoas sob sua responsabilidade, como filhos, pais ou mesmo irmãos, considerando que o estado do Pará tem mais de 70% da população feminina composta de mulheres negras (MARCONDES, 2013), e analisando as condições socioeconômicas das mulheres negras em território nacional, constata-se a reprodução das desigualdades sofridas por esse grupo nas mulheres afroamazônidas.

Outro fator cruel que se constata na população de mulheres afroamazônidas é a vitimização sofrida no ambiente familiar, por violência física, psicológica e patrimonial, onde a vítima dificilmente encontra apoio estatal para acompanhá-la e garantir os seus direitos judiciais, mesmo com mudanças consideráveis nas políticas públicas direcionadas às mulheres negras no contexto nacional. Na Amazônia muitos fatores de desigualdade econômica ainda colaboram para que as mulheres dessa população permaneçam excluídas das instituições de ensino superior, caminho primário necessário para possibilitar a mobilidade social dessas mulheres a um mercado de trabalho mais valorizado, que favoreçam sua independência das convenções estabelecidas pela sociedade. Apesar do crescimento continuado das cidades amazônicas, os investimentos na infraestrutura desses espaços são ainda muito precário e não corresponde sequer ao do resto do país, mesmo esse não sendo exem-

plar, o que adiciona uma desvantagem a mais na condição das mulheres afroamazônidas. Sendo uma dessas infraestruturas a construção de escolas nos bairros periféricos da cidade, agravante para a manutenção do status de pobreza da mulher negra, segundo Beatriz Nascimento:

“Como a educação é um requisito para acesso às melhores condições na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status, conseqüentemente, maior remuneração. Nesse contexto, a mulher têm possibilidades menores que qualquer um outro grupo social.” (NASCIMENTO et al., 2019, p. 262).

Vozes afroamazônidas

Esse artigo tem o objetivo de evidenciar e visibilizar as vozes afroamazonidas das periferias de Santarém no estado do Pará, a partir de vivências que confluem no espaço acadêmico da universidade federal, que trazem consigo as experiências das relações do lugar que habitam. Foi nesse lugar de busca de transformações sociais, que a instituição de ensino se configura, onde foi possível tomar conhecimento das explorações e assédios que ainda em tempos atuais, fazem parte da rotina das mulheres afroamazônidas moradoras das comunidades periféricas da cidade. Visibilizar antes de tudo é olhar com mais atenção para o que está ao redor, os movimentos que acontecem no espaço acadêmico, mais intensamente após a concretude de ações afirmativas e políticas públicas de acesso e permanência de corpos que antes não possuíam representação nesse espaço, trouxeram para dentro da universidade as mulheres afroamazonidas e suas demandas, que são diversas e plurais, assim como suas vivências. Foi dentro do espaço acadêmico que foi possível conhecer as três mulheres que se tornaram inspiração para esse estudo a partir das representações que trazem para o debate acadêmico, sendo uma jovem mãe que enfrenta as dificuldades de conciliar a maternidade com os estudos no ensino superior, uma yalorixá que recebe em seu espaço muitos estudantes da universidade que buscam acolhimento e cuidados, sendo uma convidada constante em eventos e rodas

de conversa dentro da instituição, ressaltando a importância da religião de matriz africana nesse contexto, e uma mulher trans que lidera um coletivo que busca políticas públicas e garantia de direitos da comunidade lgbtqi+ e para mulheres dentro e fora do espaço acadêmico.

Mulheres que têm em comum o ser afro amazônida, e a busca por se manter em espaços que constantemente as tentam excluir. A partir de alguns encontros e conversas onde compartilharam suas vivências, elaborou-se o projeto de mostrar os depoimentos dessas três mulheres em um curta-documentário contemplado pelo edital da Lei Paulo Gustavo, que encontra-se em processo de execução com lançamento previsto para o segundo semestre de 2024, surgindo também a proposta de autoria deste artigo, para contextualizar e aprofundar a pesquisa para um aporte acadêmico, nas páginas seguintes será apresentado um pequeno recorte de uma das entrevistas feitas com as protagonistas do documentário, onde falam sobre ser afro amazônida e como vêem sua situação no cenário social de Santarém no oeste do Pará.

Sara Marinho é estudante do curso de Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará, ingressou na universidade no ano de 2021, devido a maternidade necessitou trancar o curso por um semestre para dedicar-se aos cuidados com a filha, retornando a rotina acadêmica em 2024, encontra dificuldades para conciliar os horários da creche com horários de aulas e a pesquisa no projeto de iniciação científica, nos trechos a seguir, Sara nos fala sobre sua vivência como uma mãe que sofre os desafios de ser uma mulher, dentro e fora da universidade e como se identifica como afro amazônida:

“Para mim, o termo afro amazônida, ele representa a presença da África no território amazônico diretamente. Acho que é isso, é a junção do que aconteceu, do resultado que aconteceu na colonização também, que foi meio que uma junção involuntária, mas acabou acontecendo. Então, pra mim, a afro amazônida remete a essa junção. E posso dizer que sim, me considero uma afro amazônida, tanto geneticamente, ancestralmente, e territorialmente, né? Território também, posso me considerar.”

Para Sara, assim como para muitos afroamazônidas é vívida a memória dos acontecimentos e injunções ocorridas no período de colonização do território brasileiro, sua ascendência traz como resultado sua existência nesse contexto amazônida, que passa por um processo contínuo de entendimento e reconhecimento de si mesmo, reconhece o território amazônida como esse lugar ocupado por seus ancestrais ao qual tem pertencimento e no qual enxerga suas origens vindas de além mar. Nas palavras a seguir Sara compartilha como as estruturas criadas pelo sistema de colonização atingem diretamente suas possibilidades de vida e mobilidade social:

“Como percebo as explorações, assédios sofridos pelos amazônidas em Santarém? É incrivelmente gritante, né? Os assédios na questão principalmente do trabalho, porque da saúde e da educação também né, porque tem uma certa deficiência, mas eu acredito como afro amazônida que, na questão do trabalho na cidade, tem muita barreira, muitas barreiras. Se você não tem uma boa aparência para as pessoas, você não vai agradar, você não é capaz de ficar naquele cargo. Se você não tem contato com alguém mais influente, você não está qualificado para aquele cargo, por mais que você se capacite, por mais que você se... não sei, de alguma forma tenha mais... tenha que correr mais atrás. Você não é chamado para as vagas, você tem que ter um perfil, e esse perfil geralmente não é de afro amazônida, não é de gente preta, sabe? E eu acho que é muito dolorido isso. Infelizmente, para a galera periférica, assim, é mais difícil as coisas. E eu mesma já passei muito por isso. Muitas portas fechadas por isso, e quando eu via minhas concorrentes, elas tinham esse perfil, sabe? Então foi mais uma questão que eu observei pessoal. Na questão da saúde, da educação, eu acho que há também várias barreiras, mas as pessoas aos poucos estão conquistando mais espaço, né? Através também das cotas e tudo mais, foi de grande ajuda para a inserção das pessoas mais da periferia, para poder competir mais de certa forma. Só que no trabalho eu acho que é muito gritante isso por experiência própria.”

As marcas e cicatrizes apresentadas por Sara em seu depoimento, revelam como o mercado de trabalho é esse sistema esmagador e cruel para as mulheres atravessadas pelas intersecções de gênero e raça, constituindo-se em um percurso doloroso que leva muitas mulheres a não enxergarem-se como pessoas de direito aos espaços de trabalho, reconhecendo a precariedade do sistema de saúde e educação, apesar de enfatizar que ações afirmativas e políticas públicas têm sido boas ferramentas para a inserção das afro amazônidas no meio acadêmico, destaca que no meio profissional pouca coisa tem mudado com relação aos privilégios que um grupo tem sobre outros. A seguir revela suas expectativas sobre as possibilidades de vida das mulheres afroamazônidas:

“Minhas expectativas quanto às possibilidades da vida das afroamazônidas de Santarém. Bom, eu acredito muito no potencial das afroamazônidas santarenas. Ultimamente eu tenho visto muitas mulheres negras, indígenas, empoderadas. E eu acredito que isso é um espelho muito, muito necessário, muito forte para que as pessoas deixem essa baixa autoestima que nos foi imposta desde a colonização, tentando nos inferiorizar e nos inferiorizando sempre. E essa tomada de autoestima, de identidade, tanto negra quanto indígena, ela é muito importante e trazendo para a área da antropologia, ela é revolucionária porque pessoas negras com suas histórias de vida, pessoas indígenas com suas histórias de vida, tem muito a contribuir com a sociedade. E acredito que também é uma forma de mostrar a sua presença, que aquela pessoa tá ali existindo, lutando e encara essas causas que com um pouco de educação e respeito podem acabar, só que elas precisam ser vistas, precisam dessas oportunidades, desses lugares, ocupar esses lugares, dar a voz ser a voz, convidar mais e mais para somar, acho que é isso, isso esse envolvimento mesmo eu acredito também que o acolhimento ele é muito importante também né, porque por experiência própria, eu tenho uma filha de um ano, bebê ainda e uma estrutura também seria bem interessante para gente poder tá mais presente na universidade, produzir um pouco mais né, podendo ter um espaço, como já foi discutido na nossa universidade por exem-

plo, seria ótimo e teria muito a agregar, enfim acho que essas demandas, reunir mais mulheres, essa idéia que tu tá tendo é muito, muito interessante, essa retomada, esse olhar delas pra elas é muito legal isso falta ainda, falta um pouco... e organizar as mulheres, dar informação para elas, fazer com que chegue a elas, principalmente as mais vulneráveis né, são as negras periféricas que sofrem no dia a dia essa escassez de trabalho para elas, embora tenha, mas elas nunca estão no perfil desejado, então isso é muito triste, fazer valer o seu próprio conhecimento, talvez empreender com essas mulheres é muito bonito quando a gente vê um coletivo de mulheres empreendendo, que tem, que ela mesmas podem produzir e podem vender e se manter e manter suas famílias, porque muitas vezes elas são a fonte de renda principal da família, então acho que isso ajuda muito, muda a vida das pessoas.”

No trecho acima Sara demonstra seu dilema como mãe e estudante, destaca a necessidade de uma estrutura nas instituições de ensino que possa acolher as crianças para que as mães possam exercer a pesquisa científica com maior produtividade e a necessidade de maior organização de coletivos que atendam as questões relacionadas às mulheres, especialmente aos meios de subsistência e independência financeira por chefiar suas famílias.

Adiara Pereira é uma mulher trans negra, moradora do bairro da Conquista em Santarém, lidera um coletivo intitulado “Vozes da diversidade”, que tem por objetivo promover, defender e garantir políticas públicas voltadas para a categoria lgbti+, porém também promove ações e atividades voltadas para as mulheres e jovens moradores dos bairros periféricos da cidade. Adiara têm feito também um trabalho dentro da universidade federal na comissão de diversidade, onde luta por garantir direitos como formações para atendimento e acolhimento do grupo lgbti+ e cotas para o grupo trans, objetivo alcançado no primeiro edital de seleção de alunos para o programa de pós graduação de antropologia e arqueologia da universidade. O que Adiara nos fala sobre ser afro amazônida:

“Entendo que ser uma afro amazônida vai além de uma melanina, é uma resistência de superação dos desafios sociais. Me sinto sim uma afro amazônida pela cor e ser uma pessoa determinada em prol de justiça social.”

Adiara revela sua preocupação com a garantia dos direitos das pessoas em vulnerabilidade social e dedica seu tempo entre os cuidados com sua mãe idosa e as atribuições com o coletivo, destaca que os corpos excluídos das instituições de poder estão presentes nas periferias onde são silenciados e negligenciados pelas instâncias de poder da cidade. Abordando com ênfase essa distinção entre quem pode ser ouvido nesses setores, quando observa:

“Percebo o assédio como uma violação de direitos humanos e pouco espaço de escuta para coletar as demandas que esses corpos sofrem em seus territórios, na perspectiva de serem inseridos nas políticas públicas.”

Para as expectativas de vida que apresenta revela a necessidade de ampla participação da comunidade santarena na busca por melhorias, para que as instituições e sistemas acolham e incluam toda a população em sua diversidade e pluralidade, confiante na capacidade das vidas afroamazônidas e no potencial que essas têm de transformação para uma sociedade mais igualitária e com menos iniquidades (MARCONDES, 2013). Ao que Adiara pontua no trecho a seguir, que traz seu interesse nas estratégias políticas para acessar direitos:

“Espero que não seja papel apenas do poder público em todas as esferas sociais. Mas que a sociedade civil organizada tenha ciência da valorização e reconhecimento dos valores e potenciais para ocupar qualquer cargo ou função politicamente e democraticamente.”

Yá Dandassí é uma yalorixá que coordena o espaço Ilé Asé Oyá Onira, terreiro de candomblé que fica próximo a universidade e tem muitos dos estudantes como adeptos, presença constante no meio acadêmico como convidada de eventos e palestras, evidenciando a relevância que têm a religiosidade de matriz africana no contexto santareno, especial-

mente para as mulheres afroamazônidas, que buscam suas orientações para enfrentar as lutas diárias e o conforto espiritual dos orixás para suas vidas. Yá Dandassí compartilha no trecho a seguir como se enxerga afro amazônida:

“Sim, me considero a partir do momento em que me encontrei e me reconheci como afro descendente em meio a mulheres guerreiras que já lutavam pelo seu espaço, tendo como exemplo minha mãe e Yalorixá, Yá Obasylê. Desde pequena vejo a sua luta para conquistar seu espaço e direito em meio há pessoas que faziam de tudo pra que isso não acontecesse, sendo ela a primeira a abrir uma Casa de Nação em Santarém, e, quiçá no Estado do Pará. Criei forças e tomei pra mim, abracei essa causa, dando continuidade até hoje. Busco ainda mais desbravar esse mundo conhecido e desconhecido, sou Afro Amazônida quando reconheço a junção de todas as raças que têm mulheres como nós, que sofrem preconceitos por serem desbravadoras de suas próprias vidas.”

Traz a luta das mulheres em suas palavras e na vivência de sua mãe, que desbravou um território para manter viva a memória ancestral de um povo, enfrentando obstáculos e desafios direcionados às religiosidades afro diaspóricas, destaca sobre essas dificuldades a seguir:

“Percebo quando tudo vem como preço em troca de barganhas. Para que sejamos realmente conhecidas e reconhecidas, não tenhamos que nos sujeitar a nenhum assédio por sermos mulheres afroamazônidas. Estamos buscando e lutando por nossos lugares. Porém, sinto que ainda somos muito assediadas, especialmente quando nos olham com olhares que nos desnudam para que a gente se sinta objetos de usos, principalmente quando acham que precisamos ser colocadas onde sabemos que não são nossos lugares.”

Apesar da dureza das barreiras impostas por um sistema preconceituoso, Yá Dandassí, lembra que é preciso persistir na busca de outras possibilidades, sendo uma figura inspiradora para as novas gerações de mulheres afroamazônidas, que buscam as transformações necessárias

para uma vida digna, onde tenham seus direitos garantidos e respeitados pela sociedade, em todos os setores, organizando-se em prol de pautas e demandas emergentes em suas vidas. Destacando a relevância das vozes das mulheres afroamazônidas:

“Eu continuo minhas lutas por melhorias do reconhecimento afrodescendente para a vida de cada uma de nós, mulheres afroamazonidas. Que tenhamos mais vez e voz. Possamos realmente fazer a diferença e fazer acontecer. A luta é contínua. Já temos muitas vitórias, porém, a garantia dos direitos da mulher afroamazônida é uma luta árdua e diária. Para isso, é fundamental que todas se coloquem firmes, certas das suas convicções, busca de grandes ideais, daquilo que só faz o bem para a vida de todos em sociedade, um mundo melhor.”

Considerações finais

Antes do desafio de ingressar no mercado de trabalho as mulheres afroamazonidas necessitam superar o desafio de ingressar no ensino superior, em instituições que estabelecem barreiras para o acesso e permanência, por serem mulheres que são mães e cuidadoras de seus lares. As instituições de ensino da cidade de Santarém, na sua maioria, ainda não possuem espaços de apoio para essas mães e suas crianças, porém possuem programas de ensino com carga horária integral, dificultando ainda mais a permanência das mães que não conseguem conciliar seus horários com os das escolas e creches dos filhos o que as leva muitas vezes a suspenderem os cursos para retornar em um momento mais propício, porém o retorno se torna difícil, quando não há estímulos de acolhimento. Para as mulheres que possuem uma estrutura familiar estável, apesar das dificuldades e necessidades das comunidades periféricas, a permanência na universidade é mais viável, por terem uma rede de apoio em torno de si, geralmente pais e/ou mães solo que conseguiram alcançar um nível de escolaridade maior, porém esse não configura o caso de outras estudantes que percorrem uma trajetória árdua para ocuparem o lugar do ensino e conseguirem alavancar uma carreira e mobilidade econômica, melhorando assim, sua condição de vida e de suas

famílias. O mercado de trabalho sendo outro sistema esmagador das mulheres afroamazonidas, com seus dispositivos de racialidade (CARNEIRO, 2023), em forma de preconceitos e racismo, exigindo de pessoas que não se encaixam nos padrões estruturais, compensações a níveis de especialização educacional, para serem valorizadas e incluídas em setores extremamente hierarquizados e monopolizados pela ordem social vigente. Políticas públicas que possibilitem a inclusão e valorização da mulher afro amazônida ainda são muito necessárias, porém o espaço político se configura como um terreno muito excludente das mulheres afroamazônidas, principalmente pelas dificuldades enfrentadas na educação e inserção profissional, no entanto o espaço acadêmico observado demonstra que movimentos estão acontecendo para a transformação da comunidade santarena a partir da base de mulheres que buscam seus direitos e melhores condições de vida, movimentando os espaços que ocupam para uma nova possibilidade de existência.

Referências

Carneiro, Sueli. (2019). *Escritos de uma vida*/Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen Livros.

Carneiro, Sueli. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Editora Schwarcz-Companhia de Letras.

Carneiro, Sueli. (2023). *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58.

Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial.

Da Rocha Teixeira, Eveny. (2023). *Trajetória de Vida de Livia Duarte: representação política por uma mulher afro amazônida*. Revista Científica Gênero na Amazônia, v. 2, n. 24, p. 405-424.

Gonzales, Lélia. (1984). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244.

Hooks, Bell. (2015). *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política, 193-210.

Marcondes, Mariana Mazzini; Pinheiro, Luana; Queiroz, Cristina; Querino, Ana Carolina; Valverde, Danielle. (orgs.). (2013). Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, Gráfs, tabs.

Nascimento, Beatriz. (2019). A mulher negra no mercado de trabalho. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263.

Pinheiro, Tainara Lúcia; Rodrigues, Carmem Izabel. (2021). Por acaso sou negra? Na Amazônia, em Belém, no encontro com outrem. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, v. 8, n. 1.

Bispo dos Santos, Antonio; Rodrigues, Maria Sueli; Rufino, Luiz; Mumbuca, Ana. (2022). Quatro cantos. São Paulo: N - 1 Edições.

Spyer, Tereza; Malheiros, Mariana; Ortiz, María Camila. (2019). Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. Revista Epistemologias do Sul, v. 3, n. 2, p. 22-42.



GT1 - Práticas e poéticas da (re)existência: gênero e raça em contextos amazônicos

**Desdobramentos da implementação
dos Direitos Femininos: Uma reflexão
da mulher da Amazônia Legal à luz da
Constituinte de 1988¹**

Richelle Kauanny Carvalho de Araújo
UFMA

Maynara Costa de Oliveira Silva
UFMA

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios da implementação dos Direitos Humanos das Mulheres na Amazônia Legal, à luz das garantias previstas no texto da Constituição Federal da República do Brasil de 1988 (CRFB/1988), além de refletir acerca da questão complexa que envolve a intersecção de fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais nessa região com a desigualdade de gênero.

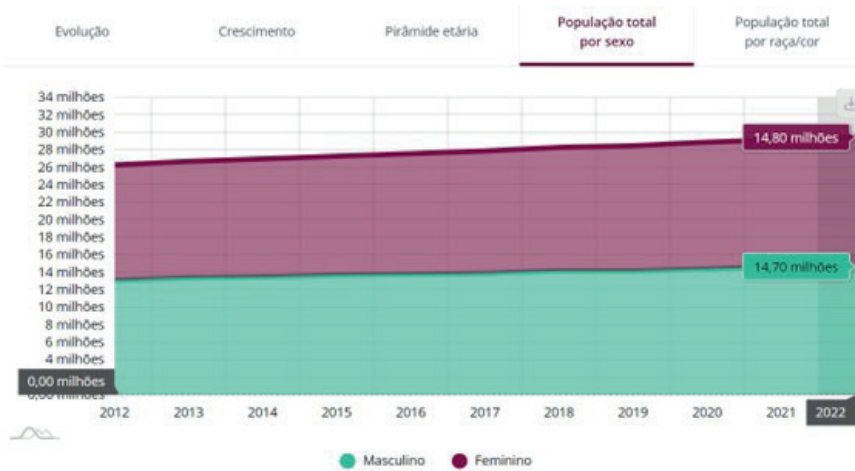
A Amazônia Legal, atualmente, corresponde a um território composto por nove estados brasileiros, dentre eles: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A região engloba uma superfície correspondente a cerca de 60% da extensão do Brasil (IBGE, 2022). Essa área é fundamental para o equilíbrio do clima global, para a proteção da biodiversidade e para a qualidade de vida.

Seu território está previsto no artigo 43 da Constituição do Brasil de 1988, o qual estabelece um complexo geoeconômico e social, cuja competência foi instituída pela União, com objetivo de desenvolver e reduzir as desigualdades regionais.

Atualmente, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), a população da área perfaz um total de 29,5 milhões de habitantes - segundo o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN, 2020), povos indígenas e seringueiros, assim como populações tradicionais e outros -, o que equivale a 13,7% da sociedade brasileira. Deste número, como se pode observar no gráfico abaixo, 14,8 milhões são mulheres - em sua maioria, negras, indígenas e ribeirinhas - e 14,7 milhões são homens, o que demonstra, mesmo com pouca diferença, um número maior de pessoas do gênero feminino na composição do espaço.

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Gráfico 1 – População total por sexo na Amazônia Legal



FONTE: Amazônia Legal em dados (2024).

Ocorre que, apesar da aparente paridade nos números, não se pode observar o mesmo ao abordar a efetividade da implementação de garantias constitucionais e direitos às mulheres. Isso porque, quando observado o acesso ao mercado de trabalho formal, a escolarização, a saúde e a segurança, é possível identificar diferenças que fazem a diferença entre homens e mulheres.

A evolução dos direitos humanos das mulheres nas constituições brasileiras reflete um processo de lenta, mas constante transformação social e política, com marcos significativos em diversos momentos da história constitucional do Brasil.

Desde a primeira Constituição de 1824, que não contemplava especificamente os direitos das mulheres, até a Constituição de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, houve uma ampliação progressiva das garantias e direitos destinados às mulheres, espelhando as mudanças nas demandas sociais e nos movimentos de mulheres ao longo dos anos.

A Constituição de 1934 foi um ponto de inflexão importante ao reconhecer, pela primeira vez, o direito ao voto feminino, que havia sido conquistado dois anos antes, em 1932. Este avanço representou um passo crucial para a inserção das mulheres na vida política nacional. Além disso, a Carta de 1934 incluiu disposições sobre a igualdade de direitos entre os cônjuges e medidas de proteção ao trabalho feminino e infantil, marcando o início de um reconhecimento mais explícito dos direitos das mulheres no texto constitucional.

Durante a ditadura militar, iniciada em 1964, houve uma estagnação e até retrocessos nos direitos civis e políticos, incluindo aqueles relativos às mulheres. A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969 mantiveram os direitos anteriormente adquiridos, mas não avançaram significativamente na ampliação dos direitos das mulheres.

Foi somente com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988 que se consolidou um marco robusto na defesa dos direitos humanos das mulheres, trazendo disposições que assegurem a igualdade de gênero em diversos aspectos.

A “Constituição Cidadã” de 1988, estabeleceu uma base sólida para a promoção da igualdade de gênero no Brasil. Entre suas inovações, destacam-se o Artigo 5º, que garante a igualdade de todos perante a lei sem distinção de sexo, e o Artigo 7º, que proíbe a diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Além disso, a Carta Magna de 1988 trouxe garantias específicas para a proteção da maternidade e da infância, bem como medidas de combate à violência contra a mulher, que foram reforçadas por legislações complementares, como a Lei nº 11.340/06 (Maria da Penha) e a 13.104/15 (Lei do Feminicídio). Este conjunto de normas e políticas públicas estabelece um arcabouço jurídico e institucional crucial para a defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres no Brasil contemporâneo.

Metodologia

A presente pesquisa, em seu curso inicial, está ancorada na revisão bibliográfica, reunindo como aporte teórico obras de Ana Montenegro (1981), Heleieth Saffioti (2015), Joan Scott (1990), Judith Butler (2007;

2018; 2024), Lélia Gonzalez (1984), dentre outras, viabilizando a identificação de lacunas e desafios na efetivação dos Direitos das Mulheres na Amazônia Legal, principalmente, no tocante ao acesso do público feminino da região a serviços básicos.

Não obstante, o estudo é quantitativo, desenvolvido em conjunto com a análise de dados secundários que, segundo Creswell (2007), envolve o uso de dados existentes, coletados para os propósitos de um estudo anterior, a fim de buscar um interesse de pesquisa que seja distinto do trabalho original.

Desta feita, a partir dos dados obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)², em suas diversas modalidades de pesquisa - por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) -, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e plataformas Amazônia Legal em Dados e Amazônia 2030, restou possibilitado o conhecimento de um contexto amplo em que a amazônida está inserida, bem como a observação dos desdobramento da implementação dos direitos femininos na região estudada.

Discussão e Resultados

Os direitos humanos das mulheres na Amazônia Legal apresentam uma complexidade que exige uma análise multifacetada, levando em consideração fatores culturais, sociais, econômicos e ambientais que caracterizam essa vasta e diversa região. Neste contexto, a desigualdade de gênero segue permeando todos os ambientes, recebendo um grande reforço do machismo³ e de heranças do patriarcado entranhados no corpo

2. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é a ferramenta utilizada pelo corpo social brasileiro, sendo aquele, considerado o principal provedor de dados e informações do país, responsável por atender as necessidades da sociedade civil, assim como dos órgãos institucionais do Brasil. No campo dos dados estatísticos, o sociólogo Jessé Souza discorre acerca das estatística e número como sendo um retrato da nossa sociedade que reflete as desigualdades e injustiças que estão presentes na estrutura social.

3. Saffioti (1987, p. 24) considera que, “a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade. Nesta democracia coxa, ainda que o saldo negativo seja maior para as mulheres, também os homens continuarão a ter sua personalidade amputada”.

social brasileiro.

Joan Scott, em sua obra seminal “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1990), argumenta que o gênero deve ser entendido como uma forma primária de significação das relações de poder. Scott dispõe que o gênero é construído socialmente e historicamente, funcionando como uma forma de organizar relações sociais desiguais.

Aplicando essa perspectiva ao contexto da Amazônia Legal, podemos observar como as normas de gênero influenciam profundamente a vida das mulheres na região. As expectativas culturais sobre os papéis das mulheres nas comunidades indígenas e ribeirinhas, por exemplo, muitas vezes as posicionaram em situações de subordinação e vulnerabilidade. Essas normas de gênero não são estáticas, mas sim produtos de processos históricos específicos que incluem a colonização, o desenvolvimento econômico anterior.

Scott (1990) também enfatiza a importância de considerar a interseção de gênero com outras categorias de diferença, como raça, classe e etnicidade. Na Amazônia Legal, essa interseccionalidade é particularmente evidente. As mulheres indígenas enfrentam uma dupla discriminação: por serem mulheres e por pertencerem a grupos étnicos marginalizados. Essa interseccionalidade agrava as dificuldades que o grupo enfrenta no acesso aos direitos básicos e na proteção contra a violência. A exploração econômica da Amazônia, incluindo a mineração ilegal, o desmatamento e outras atividades extrativistas, muitas vezes resulta em deslocamento forçado, perda de territórios tradicionais e aumento da violência, afetando desproporcionalmente o acesso a serviços básicos.

Outro aspecto crucial da análise é a ideia de que as políticas de identidade de gênero são sempre políticas de diferença (Scott, 1990), que não apenas refletem, mas também reproduzem relações de poder. Na Amazônia Legal, políticas públicas e programas de desenvolvimento muitas vezes perpetuam desigualdades de gênero ao não serem consideradas as necessidades e vozes das mulheres. Por exemplo, projetos de infraestrutura ou programas de conservação ambiental muitas vezes desconsideram o impacto específico sobre as mulheres e suas comunidades.

Judith Butler (2007), em suas obras sobre teoria de gênero e performatividade, oferece uma perspectiva crítica que pode ser aplicada para

entender e discutir a situação das mulheres na Amazônia Legal. Butler argumenta que o gênero é uma construção social performativa, onde as identidades de gênero são continuamente produzidas e reproduzidas por meio de atos repetitivos e normativos.

Na Amazônia Legal, essa construção de gênero é influenciada por fatores culturais específicos das comunidades indígenas e ribeirinhas, onde as normas de gênero podem diferir para aumentar as normas urbanas ocidentais. No entanto, a imposição de políticas públicas e modelos de desenvolvimento baseados em padrões exógenos muitas vezes desconsidera essas especificidades culturais, levando a uma marginalização ainda maior das mulheres.

A perspectiva de Butler (2024) sobre a vulnerabilidade e a precariedade também é relevante para a discussão dos direitos humanos das mulheres na Amazônia Legal. Butler destaca que certos corpos são mais expostos à violência e à precariedade devido às normas sociais que determinam quais vidas são consideradas “vivíveis” e “merecedoras de luto”. Na Amazônia, as mulheres enfrentam diversas formas de violência, incluindo violência de gênero, violência doméstica e violência decorrente de conflitos por terra e recursos naturais. A invisibilidade dessas mulheres no discurso hegemônico sobre direitos humanos reflete a precariedade de suas vidas, que são frequentemente desconsideradas na política.

Além disso, a obra de Butler (2018) sobre alianças e coalizões entre grupos marginalizados oferece um caminho potencial para a mobilização de direitos humanos na Amazônia Legal. A formação de alianças entre mulheres indígenas, ribeirinhas e movimentos feministas mais amplos pode fortalecer a resistência contra a exploração e a violência, ao mesmo tempo que promove um entendimento mais inclusivo e interseccional dos direitos humanos. Essas alianças podem ser essenciais para desafiar as estruturas de poder que perpetuam a marginalização das mulheres na Amazônia e para promover políticas que reconheçam e respeitem as especificidades do culto.

A aplicação das teorias de Judith Butler ao contexto dos direitos humanos das mulheres na Amazônia Legal permite uma compreensão mais profunda e crítica dos desafios enfrentados por essas mulheres. Ao considerar a performatividade de gênero, a vulnerabilidade e a importância

das alianças, podemos avançar na construção de um quadro de direitos humanos que seja verdadeiramente inclusivo e sensível à realidade.

Outrossim, desigualdade de gênero na Amazônia Legal é uma questão intrinsecamente complexa, influenciada por uma confluência de fatores sociais, culturais, econômicos e ambientais que exacerbam a vulnerabilidade das mulheres, especialmente as indígenas e ribeirinhas. Vanda Pantoja (2023), em suas análises sobre gênero e desenvolvimento na região amazônica, destaca como a invisibilidade das mulheres nas políticas públicas e a ausência de reconhecimento de suas contribuições econômicas e sociais perpetuam um ciclo de marginalização e pobreza.

Pantoja (2023) argumenta que as mulheres na Amazônia enfrentam não apenas as barreiras tradicionais relacionadas ao gênero, mas também desafios específicos decorrentes do isolamento geográfico e da exploração ambiental, que afetam diretamente suas vidas e limitam suas oportunidades de participação plena na sociedade. Assim, a promoção da igualdade de gênero na Amazônia Legal requer uma abordagem interseccional e contextualizada, que considere as particularidades locais.

Na Amazônia Legal, mais de 50% da população é composta por mulheres, que sofrem com as amarras de uma “cultura” enraizada no corpo social brasileiro e estão expostas à discriminação de gênero, tendo acesso limitado às mais diversas oportunidades, sendo, frequentemente, relegadas a papéis tradicionais de cuidado e reprodução, intrinsecamente ligados à divisão sexual de trabalho conforme descreve Leite (2023).

Essa divisão sexual do trabalho, que se baseou na separação entre o trabalho produtivo, realizado especialmente pelos homens, e o reprodutivo, desempenhado preponderantemente pelas mulheres, ocorreu notadamente a partir do Século 19, num momento em que a mercadorização da vida se intensificava, tornando-as dependentes dos homens que, dedicados ao trabalho produtivo, tinham acesso ao salário e aos direitos a ele associados (Leite, 2023, p. 12).

Tais divisões, ainda, subsistem em função da manutenção do Estado, que para Das (2011) é construído sob a imaginação de uma pátria viril, provocando, subjetivamente, a produção de um sexo feminino cerceado

por rituais e domesticação.

Hodiernamente, as mulheres lutam pela superação das lacunas oriundas de tantas diferenciações e divisões. Neste sentido, Joan Scott (1990) aponta que a participação das mulheres nas lutas sociais, quando vista sob a ótica de gênero, tem sido fundamental para o avanço de uma ampla gama de iniciativas no âmbito democrático-popular. Tais ações visam à emancipação dos direitos femininos, evidenciando que a desigualdade entre homens e mulheres é uma construção social e cultural das sociedades modernas, em que as mulheres foram historicamente subordinadas aos papéis biológicos e anatômicos propostos pelos homens.

De fato, o envolvimento das mulheres em conflitos de gênero tem seus reflexos na evolução de direitos que podem ser observados na legislação brasileira, permitindo que o público feminino não esteja desassistido, numa perspectiva normativa.

Nesta senda, a Constituição de 1988 reproduziu o conteúdo estabelecido pela Carta dos Direitos Humanos de 1948 e relacionou os direitos e garantias considerados essenciais para a manutenção do sistema jurídico, abordando de forma mais abrangente os direitos das mulheres no Brasil.

Como fundamento do Brasil, a constituinte de 1988 elenca, em seu artigo 1º, a Cidadania e a Dignidade da Pessoa Humana e dispõe, no artigo 3º, como objetivo do país “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ainda, o artigo 5º da Carta Magna de 1988, prevê os direitos fundamentais do indivíduo e define o direito à vida, à igualdade e à liberdade como pilares para a sociedade brasileira, essenciais à vida digna, que deveriam, com efetividade, alcançar a mulher.

No entanto, na organização social, que ainda é majoritariamente masculina, tais garantias quando destinadas à mulher se tornam limitadas, o que não deveria acontecer em uma sociedade que defende a igualdade. Imperioso, então, concordar com Montenegro (1981, p. 32), quando dispõe que “[...] ali onde a igualdade de direitos formal foi em parte realizada, não era suficiente para assegurar às mulheres direitos iguais na vida real [...]”.

Nesta senda, é importante destacar que a insuficiência de uma pa-

ridade formal de direitos tem como implicações grandes falhas na esfera concretização dos direitos femininos reconhecidos. Prova disto, são os inúmeros impasses aos quais o grupo de mulheres amazônidas é submetido, apesar de reconhecidos seus direitos fundamentais e sociais. Por isso, é crucial destacar algumas dessas mazelas que assolam essas mulheres.

Na seara da segurança na Amazônia Legal, desigualdade de gênero, impunidade, constantes conflitos e a localização centralizada dos serviços de proteção contribuem para a perpetuação da violência contra as mulheres, incluindo violência doméstica, sexual, patrimonial, psicológica e homicídio. Destaca-se que no ano de 2020, dados das Secretarias Estaduais de Segurança da Amazônia Legal, comprovam que 1398 mulheres foram mortas na região estudada.

Além disso, segundo o Instituto Igarapé (2024), entre 2018 e 2022, a região Amazônica apresentou uma redução de 12% nos índices de violência letal, enquanto no restante do país essa redução foi de 14%. Em contraste, as violências não letais aumentaram em 47% na Amazônia Legal.

Isso evidencia a desproporcionalidade da violência contra as mulheres amazônidas em comparação com as mulheres de outras regiões do Brasil, reforçando a ideia de que a Amazônia Legal pode ser vista como a região mais violenta do país.

No campo educacional, mesmo considerada mais escolarizada do que os homens – segundo a plataforma Amazônia 2030 (2022), 60% das mulheres que compõem a força de trabalho na Amazônia têm ensino médio completo ou mais – a amazônida tem como consequência da discriminação e violência de gênero generalizadas altas taxas de evasão escolar, restrições culturais e sociais às oportunidades educativas e estereótipos de gênero que podem influenciar as escolhas educacionais.

Ademais, a ausência de políticas educacionais na região, a falta de infraestrutura e a inadequação da educação à realidade dos grupos rurais dificultam o acesso das mulheres à educação. Gersem Baniwa (2019), ao abordar a educação no contexto dos povos indígenas afirma:

O poder público conseguiu chegar às aldeias com a escola, mas ainda precisa garantir sua qualidade, por meio de formação de professores, materiais didáticos

e infraestrutura adequada. Não será fácil alcançar essa qualidade da escola, em função da inadequação das políticas vigentes para as realidades das comunidades indígenas, as maiores vítimas das políticas universalistas, enraizadas em um tipo de sociedade — a sociedade hegemônica urbana — muito distinta das sociedades e realidades indígenas ao longo de rios, florestas, montanhas, cachoeiras (Baniwa, 2019, p. 22).

Desta forma, a adequação do campo educacional para as mulheres amazônidas é fundamental para a garantia e acesso à uma educação equitativa e digna.

Por conseguinte, segundo a PNAD Contínua Trimestral do IBGE (2022), a taxa de desemprego das mulheres é quase o dobro da observada para os homens (13,4% e 7,8%, respectivamente). Desta feita, as mulheres da região têm mais dificuldades em se empregar. Quando conseguem emprego, na maioria das vezes, ocupam o espaço da informalidade, recebendo salários inferiores aos homens, quando ocupam a mesma função, e tendo que desempenhar, ainda, os afazeres domésticos não remunerados, o que expõe o público feminino a uma grande desvantagem na obtenção de oportunidade de trabalho na região.

Ao enfatizar o campo econômico da região, apesar de observar a amazônida desempenhando papéis diversos, incluindo agricultura familiar, atividades extrativistas, comércio local e serviços, esta é alvo de desafios significativos, como acesso limitado a terras e recursos naturais, falta de acesso a crédito e tecnologia, e discriminação de gênero que limita suas oportunidades de trabalho e empreendedorismo, conforme delinea Oliveira (2023), reforçando a tese da divisão sexual do trabalho, em que o sexo feminino não pode ocupar o espaço de produção, sendo relegado à esfera do cuidado e reprodução.

Não obstante, sobretudo nos assentamentos rurais da região, o acesso a serviços de saúde básicos é limitado devido à falta de infraestrutura, o que dificulta o acesso de mulheres a tais espaços. A amazônida, mulher, geralmente, indígena, quilombola, ribeirinha ou de comunidades tradicionais, como já abordada anteriormente, exposta à vulnerabilidade socioeconômica enfrenta grandes empecilhos (geografia remota,

falta de profissionais de saúde, barreiras socioculturais, etc.), sofrendo com o alcance limitado a recursos e enfrentando discriminação no sistema de saúde.

Quanto à participação política, as mulheres enfrentam a falta de representação em cargos de liderança e de decisão, violência política de gênero e falta de apoio institucional para suas candidaturas. E, apesar disso, gradualmente mais mulheres se candidatam a cargos eletivos e ocupam posições de destaque na esfera política. Nas eleições de 2022, 34,43% das candidatas na região eram mulheres (TSE, 2024).

Por fim, emergem as mulheres que atuam como defensoras dos direitos humanos e ambientais na região - múltiplas identidades e nacionalidade plurais, pouco percebidas nos registros oficiais de conflitos na região, que lutam pela preservação da floresta, dos territórios indígenas e dos recursos naturais. Em razão de sua atuação, são constantemente expostas a ameaças, violência e criminalização por grupos interessados na exploração dos recursos da região (Instituto Igarapé, 2023).

Como figuras potenciais, as defensoras realizam um trabalho vital para a proteção dos direitos humanos e a conservação do meio ambiente na Amazônia, desempenhando um papel crucial na defesa dos Direitos Indígenas - protegendo os territórios e a cultura dos povos indígenas -, na conservação ambiental, ao combaterem a exploração ilegal e destrutiva dos recursos naturais, assim como no empoderamento das comunidades - lutam pelo fortalecimento das comunidades locais para que possam defender seus próprios direitos.

Nestes termos, torna-se possível obter um panorama da realidade da mulher amazônida que, apesar de ter seus direitos garantidos pela norma maior do Estado, sofre com a escassez de sua aplicação.

Com base nisto, Feghali (2000, p. 279), alega que “a inclusão da mulher como sujeito diferenciado das políticas públicas é o único caminho possível para o alcance mínimo de equidade social, nas sociedades contemporâneas”. Por isso, torna-se imprescindível o incentivo de mecanismos que proponham a paridade de gênero nas comunidades componentes da região Amazônica, o que promoverá a implementação dos direitos femininos em sua integridade.

Destarte, infere-se, então, que a execução dos direitos femininos

permanece sendo um grande desafio – reflexo da estrutura social brasileira – sendo ela essencial para garantir que as mulheres possam desfrutar plenamente de seus direitos e alcançar a igualdade de gênero na prática, permitindo a superação de desafios e mais conquistas em meio à comunidade.

Pode-se dizer que, a garantia formal de direitos pouco se correlaciona com sua prática. Portanto, mais que políticas que fomentem a criação de atos normativos, faz-se necessário o cumprimento das normas já estabelecidas e a superação do sexismo destacado por Gonzales (1984), oferecendo à mulher amazônida um espaço social participativo, com divisões de funções, mitigação da desigualdade de gênero.

De fato, há muito a ser feito. Corroborando, Silva (2021, p. 119) alerta que “vivemos um estado de guerra entre os gêneros, a exceção torna-se regra e a linguagem para criação de novas tecnologias de governo, o Estado se faz na falta”. Desta forma, percebe-se uma constante batalha entre os gêneros, em que a narrativa governamental e as ações legislativas frequentemente surgem como respostas reativas, em vez de proativas, reforçando a necessidade de uma reestruturação fundamental para abordar a desigualdade de gênero de forma mais eficaz e justa.

Considerações Finais

Uma análise dos direitos humanos das mulheres na Amazônia Legal, à luz das constituições brasileiras, revela um desenvolvimento gradual e significativo das garantias legais ao longo do tempo, especialmente a partir da Constituição de 1988. Esta constituição, conhecida como “Constituição Cidadã”, é um marco na promoção da igualdade de gênero no Brasil, estabelecendo princípios fundamentais de igualdade perante a lei e proibindo discriminações de qualquer natureza (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 5º).

Para as mulheres na Amazônia Legal, essas garantias constitucionais são especialmente relevantes, considerando a complexa interseção de desafios sociais, econômicos e ambientais que enfrentam. A Constituição de 1988 também inclui a proteção da maternidade e da infância (Art. 6º), e promove políticas de assistência social que são cruciais.

Entretanto, a implementação efetiva desses direitos enfrenta obstáculos consideráveis na Amazônia Legal. Vanda Pantoja (2023) destaca que a invisibilidade das mulheres nas políticas públicas e a falta de reconhecimento de suas contribuições socioeconômicas perpetuam um ciclo de marginalização. Além disso, a violência de gênero, o acesso limitado à saúde e à educação e a exploração econômica da região agravaram a situação das mulheres, desafiando a concretização das garantias constitucionais.

Desse modo, a proteção dos direitos humanos das mulheres na Amazônia Legal também é afetada por questões como a violência de gênero, o acesso limitado à saúde e educação, e a exploração econômica da região. Esses desafios têm implicações diretas sobre a efetivação dos direitos garantidos pelas constituições brasileiras. Para enfrentar essas questões, é fundamental adotar uma abordagem interseccional que leve em consideração as múltiplas dimensões da desigualdade de gênero na região e promova políticas públicas inclusivas e sensíveis às especificidades locais, garantindo a participação ativa das mulheres no processo de tomada de decisão e no desenvolvimento.

Em suma, a efetiva concretização dos direitos humanos das mulheres na Amazônia Legal exige um compromisso integral e contínuo com a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento de programas e políticas públicas regionais e locais.

Referências Bibliográficas

AMAZÔNIA 2030. (2022). *Desigualdades no Mercado de Trabalho por Gênero: Evidências para a Amazônia Legal* (2022). Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/desigualdades-no-mercado-de-trabalho-por-genero-evidencias-para-a-amazonia-legal/>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS. (2022). *Perfil. População-Demografia* (2022). Disponível em: <https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Demografia__12&indicador=TX_PNAD_POP_UF__12>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BANIWA, Gersem. (2019). *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Rio de Janeiro: Mórula, Laced (2019). Disponível em: <http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2019/09/MN_Educa

caoIndigena.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BUTLER, Judith. (2007). *Pour ne pas en finir avec le 'Genre' Tableronde*. Sociétés et Représentations 2 (24):285-306 (2007).

BUTLER, Judith. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Editora José Olympio, 2018.

BUTLER, Judith. (2024). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Civilização brasileira, 2024.

CRESWELL, John W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução por Luciana de Oliveira da Rocha - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, (2007). Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

DAS, Veena. (2011). *O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade*. Cadernos Pagu (37), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2011, pp.9-41. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/34ddpTp8X6GyLJDFyCQ9YwS/#>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

FEGHALI, J. (2000). Gênero e controle social na saúde. In: COSTA, A M., MERCHÁN-HAMANN, E.; TAJER, D. (orgs.). *Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas*. Editora Universidade de Brasília, 2000.

GONZALEZ, Lélia. (1984). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%201%29.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

IBGE. (2022). *Mapa da Amazônia Legal*. 2022. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2022/Mapa_da_Amazonia_Legal_2022_sem_sedes.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

INSTITUTO IGARAPÉ. (2023). *Defensoras da Amazônia*. Disponível em: <https://igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/defensoras-da-amazonia/>

. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO IGARAPÉ. (2024). *A violência contra mulheres na Amazônia Legal nos últimos cinco anos em comparação com o restante do país: violência letal desproporcional e escalada mais acentuada das violências não letais*. (2024). Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2023/10/Desafios-e-recomendacoes-para-Amazonia_Brasil.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ISPN. (2020). *Os povos da floresta* (2020). Disponível em: <<https://ispn.org.br/biomas/amazonia/povos-e-comunidades-tradicionais-da-amazonia/#:~:text=Embora%20n%C3%A3o%20t%C3%A3o%20conhecidas%20como,pia%C3%A7abeiros%2C%20peconheiros%2C%20e%20outros>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

LEITE, Márcia. (2023). *O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade*. Contemporânea - Dossiê Novas fronteiras do trabalho: temas e perspectivas emergentes. v. 13, n. 1 p. 11-32. Jan.-Abr. 2023. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/1219/547>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. (2020). *Gênero e desenvolvimento na Amazônia: acesso das mulheres às políticas públicas nos estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins*. Novos Cadernos NAEA v. 23, n. 2, p. 39-60, maio-ago, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/download/7184/6493>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. (2023). *Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.31, n. 2, e92873, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/HyDJ7vbmzdZHqtLqXXx3NfP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MIRANDA, Ellen Rodrigues Da Silva; RODRIGUES, Doriedson Do Socorro. (2020). *“Outros” coletivos femininos: Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na Amazônia*. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1862-1886, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/27437/24597>>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MONTENEGRO, Ana. (1981). *Ser ou não ser feminista*. Recife: Guararapes, 1981.

OLIVEIRA, Dannie. (2023). *Relatos: mulheres se armam de coragem para garantir vida sustentável na Amazônia*. Brasil de Fato - Santarém/PA. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/07/>>

relatos-mulheres-se-armam-de-coragem-para-garantir-vida-sustentavel-na-amazonia#:~:text=%22A%20mulher%20na%20Amaz%C3%B4nia%20enfrenta,gotinha%20de%20%C3%A1gua%20no%20oceano>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PANTOJA, Vanda. (2023). Mulheres em movimento na Amazônia Maranhense: Bem-viver, desenvolvimento, conflito e vida. In: Vera Lúcia Caixeta, Kênia Gonçalves Costa, Rejane Cleide Medeiros de Almeida. (Org.). *Rotas, Ritos e Sonhos: Mulheres do Norte*. 1ª ed. Araguaína: EDUFNT, 2023, v. , p. 199-219.

SCOTT, J. W. (1990). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Educação e Realidade, 16(2). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SAFFIOTI, Heleith. (2015). *Gênero patriarcado violência*. 2.ed.— São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SILVA, Carmen; ANDRADE, Paula de. (2008). *Mulheres, Participação e Democracia*. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, SOS Corpo, ano II, n. 1, dez. 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FBB8HpU53s-G_03c8Pl80WOaSca6LC9y/view>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SILVA, Maynara. (2021). *Gênero: categoria útil para análise política de enfrentamento à violência contra mulher*. Revista Espaço Acadêmico, v. 21, n. 229, p. 111-121, 26 jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55149/751375152339>>. Acesso em: 06 jun. 2024.

TSE. (2024). *Estatísticas de Candidaturas*. (2024). Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sigcandidaturas/home?p0_uf=&session=8561895219924>. Acesso em: 23 abr. 2024.

VALENTI, Jessica. (2018). *Objeto sexual: Memórias de uma Feminista*. Cultrix; 1ª ed. (2018).

GT1 - Práticas e poéticas da (re)existência: gênero e raça em contextos amazônicos



A naturalização da criação do consumo sexualizado do corpo no esporte skatista

Vitoria Sousa de Oliveira¹
UFMA

Introdução

O equipamento fotográfico e videográfico é utilizado como marcador da existência e extensão da cultura *skatista*¹. Por isso, estudos como os de Brandão (2011) e Machado (2012) mostram que a história do skate é cercada pelo processo fotográfico e videográfico. História e contexto social da montagem e divulgação de imagens em documentários e outros vídeos de produções especializadas que definiram gerações.

As fotografias das revistas² podem marcar, ademais, uma ausência feminina no esporte, apesar de ser um pouco contraditório a essa nova etapa do skate brasileiro; a história do skate foi limitada por uma cultura masculina. Machado (2013) destaca que: “No Brasil, dentre as centenas de edições publicadas ao longo dos anos pelos diferentes títulos, em apenas poucas ocasiões as mulheres apareceram na capa sendo que, em algumas delas, o que era valorizado não era a habilidade com o skate, mas a sensualidade”.

As fotografias podem exibir estereótipos. Segundo Goffman (1991) “as imagens representam as encenações, pois quem as realiza alimenta-se praticamente de um idioma ritual da sociedade para as produzir”. Assim, o sociólogo sugere para que venhamos ter a noção dos estereótipos que estão presentes nas imagens publicitárias, basta apenas trocar os papéis sociais do homem e da mulher (Goffman, 1991).

Vemos que nas revistas especializadas de skate há uma grande quantidade de homens nas diversas edições publicadas. Ademais, segundo

1. Cultura skatista sempre foi uma expressão vívida e única. Os dispositivos fotográficos e videográficos se transformaram em métodos ainda mais que instrumentos de documentação, sendo transformados em símbolos da própria existência e vasta dessa cultura. Num mundo onde a velocidade e a mundoadrenalina são inseparáveis, estas lentes têm a capacidade de congelar momentos revistasinesquecíveis.

2. Ao longo das décadas, diversas revistas especializadas surgiram, patrocinando fotógrafos e videomakers dedicados a capturar a essência das práticas esportivas do skate. Desde os anos 80 até meados dos anos 2000, essas revistas serviram como uma espécie de cápsula do tempo, documentando não apenas as manobras, mas também os aspectos culturais e sociais que permeavam o mundo do skate.

Cláudia Pereira, o skate é o segundo esporte radical mais praticado por homens. Machado (2013) também destaca que: “o skate, (...) é visto pelo senso comum como sendo perigoso, por envolver riscos físicos (como constantes lesões) e também, por exigir demasiado esforço e resistência.

O papel de delicadeza e fragilidade na maior parte é construído para mulheres e aos homens temos a masculinidade. Nessa perspectiva, Berenice escreve sobre a política e a participação feminina que podem ser refletidas no skate. De acordo com Berenice Bento (2006) a “fundamentação que justificava a exclusão das mulheres(...) baseava-se numa suposta fragilidade e na forte emotividade de seu caráter”.

As revistas especializadas em skate retratam em sua maioria praticantes jovens, homens, saltando escadas, bancos e deslizando corrimões. O uso da cidade pelos Skatistas é interpretado de diversas formas; a conquista de um pico (escadaria, corrimão ou determinado espaço da cidade) é vinculado com o ato fotográfico e demarca a existência deles na cidade (Machado, Giancarlo. 2012). Para os Skatistas não há nada mais precioso que registrar uma manobra eficaz em um pico (Brandão, Leonardo. 2011). Assim, as revistas de skate tomam um papel importante na divulgação e promoção de skatistas.

De acordo com uma pesquisa do portal de notícias Datafolha³ realizada em 2006 no mês de setembro, por volta de 3.200.000 residências brasileiras inclui pelo menos um morador que possui um skate; a pesquisa acrescenta ainda que desse contingente, 8% são do sexo feminino; a pesar de ser um número pequeno as mulheres sempre estiveram presentes na prática Skatista. No entanto, percebe-se que as edições das revistas especializadas no esporte, entre os anos 80 até 90 não tratam as mulheres da forma adequada ou igual como abordam os homens nas suas performances em campeonatos⁴. Segundo a Márcia Figueira e Silvana Goellner (2009):

3. Datafolha. Disponível em - <http://www.cbsk.com.br/asp/dados.htm>. [S. l: s. n.]. Acesso em: 30 mar. 2024.

4. Na página 28 observamos duas tabelas do feminino, ao todo eram sete mulheres competidoras de vários lugares do país. No entanto, a pesar das mulheres terem um nível maior de participação não foram citadas com mais ênfases igualmente aos homens, cuja a retratação do feminino ficou em somente um parágrafo. Disponível em - <https://issuu.com/triboskate/docs/triboskate196>. [S. l: s. n.].

A naturalização da adesão e permanência de sujeitos do sexo masculino nessa prática é de tal modo naturalizado que não precisa ser dito, nomeado ou chamado a ver. Razão pela qual as suas narrativas, de modo geral, se referem a eles – os Skatistas, atletas, espectadores, comentaristas, dirigentes, editores – como sujeitos desse esporte.

Esse estudo⁵ visa analisar e retratar algumas revistas especializadas de skate entre a década de 80, 90 e meados dos anos 2000, a fim de compreender a forma como as mulheres são divulgadas ou quando não há a promoção devida delas no esporte, levando em conta a importância do marketing midiático das revistas na contribuição para disseminar e divulgar um imaginário das skatistas. Retratar, ademais, sobre a dificuldade feminina em se manter no esporte.

Parte-se de uma combinação de metodologias mistas. Ademais, foi necessário o auxílio de algumas técnicas de pesquisa online nas mídias sociais, revistas e reportagens, “Pois, como ressalta Kozinets (2010), não é mais possível entender e/ou estudar uma determinada cultura e vida social sem integrar o estudo da internet e da comunicação mediada por computadores” (Ferro, 2015, p. 3 *apud* Kozinets, 2010).

Separamos as revistas de acordo com o ano da publicação e tema. Ao observar uma revista devemos nos distanciar de algumas visões preconcebidas. As propagandas em si são feitas para chamar atenção e agradar aos olhos. Como pesquisadora exótica ao campo, determinadas frases ou formas, foram difíceis de compreender; as imagens nas quais faziam exposição de mulheres sexualizadas, de certa maneira tornou-se um grande desafio.

Logo, ao retratar as revistas, buscamos evidenciar os traços naturalizados que de certa forma foram dificilmente expostos. Vasculhando redes sociais, sites, revistas e páginas.

De acordo com Marcos Mariano relacionado as técnicas de pesquisa com base na análise de conteúdo (2021): “Para que a escrita (..) encontrasse algum sentido se tornou necessário bater em diversas portas,

5. Por se tratar de um estudo referente a concepções de anos anteriores é compreendido que determinados assuntos podem ter sofrido alterações ou atualizados para formas que acompanhe as novas mudanças de gênero.

entrar em diferentes espaços”. Assim, Marcos Marino (2021) acrescenta que se divide em 3 etapas: “pré-análise, análise do material e tratamento dos resultados. A pré-análise, de acordo com o autor é repartida em dois passos. O primeiro é a leitura do material, que foi o ponto de partida da pesquisa, onde se pretendeu ler os livros” ou no caso as revistas. Segundo passo é a escolha do material; na separação das revistas decidimos por trabalhar com aquelas que obtiveram alto impacto para o esporte, no sentido de que já foram evidenciadas e referenciadas em documentos, livros e pesquisas.

Na segunda etapa temos a análise do material dividido em partes e vista posteriormente pelo todo.

Portanto, temos o exercício final, ou seja, por meio dos dados recolhidos, realizar “inferências que permitem perceber e responder a questão central” sobre a falta de mulheres no esporte e as novas mudanças que permeiam o sentido cultural da percepção de práticas skatistas.

Esse estudo trata-se de uma reflexão feita na disciplina de Teoria Sociológica como aluna especial da graduação no mestrado em Sociologia (UFMA/PPGS) cuja a pauta central: gênero e corporificações e cidade tomaram ênfase nos discursos.

Breve História sobre as Revistas Especializadas de Skate no Brasil

A primeira revista juvenil brasileira surgiu em 1972, Revista Pop, servindo durante seus quase seis anos de existência. A Revista POP publicou oitenta e duas edições. É interessante observar que esta revista apresentou o skate como um tópico em destaque em várias edições, chamando atenção para skatistas novatos e vencedores de torneios da época⁶. A revista Pop não era especializada em skate, mas foi a primeira assumir uma das edições narrando a prática skatista e publicando fotografias. A primeira publicação especializada no Brasil foi realizada pela revista Esqueite; as edições apareceram apenas em setembro de 1977 e em outubro de 1977.

6. Atletas de marcas de skate

Em 1978 surgiu a segunda revista especializada no skate. A revista Brasil Skate, que em três edições realizou um papel decisivo no período, por atuar como uma das pioneiras na propaganda do skate brasileiro. O objetivo era “mostrar a nova onda “concreta”. O skate que iniciou como uma extensão do surf e estava ganhando independência numa nova direção com pistas.

Tanto a revista Pop, Esqueite, Brasil Skate, ajudaram a propagar nos anos iniciais da prática skatista no Brasil uma visão da cultura⁷ skateboard que se desenvolveu nos Estados Unidos e tomou suas próprias formas no Brasil.

CemporcentoSKATE nasceu como uma revista brasileira de skate, criada em 1995. Conta com sua própria editora, a ZY. Começou com periodicidade bimestral, e em outubro de 2000 tornou-se mensal, resultado da sua consolidação como exemplo de informação do Skate brasileiro. Tornou-se também digital durante a popularização da internet na virada dos anos 1990 para 2000, com um website que rapidamente fez-se referência no campo jornalístico. Atualmente (março/2019) são 212 edições, sem contar as edições especiais, com vídeos e DVDs encartados.

Um das primeiras edições (08 – Jul/Ago 1996) da revista 100%skate, das vinte páginas, observamos apenas duas vezes a aparição de mulheres, fato já destacado por Machado (2013) em seus estudos anteriores. A primeira era algumas meninas conversando, perto de outros skatistas, a segunda retratava atos sexuais entre homem e mulher.

A Caracterização das Mulheres nas Revistas

As revistas Tribo Skate⁸ e 100% skate⁹ foram analisadas em especial neste estudo. Elas possuem um perfil ativo, atualmente, ao con-

7. Cultura na qual não é estática ou que não possa ser reajustada com o passar dos anos.

8. Tribo Skate é uma revista de skate mensal brasileira a primeira edição foi publicada em setembro de 1991. A revista está disponível em - Tribo, skate ><https://www.triboskateshop.com.br/> [S. l: s. n.] 30 mar. 2024.

9. CemporcentoSKATE nasceu como uma revista brasileira de skate, criada em 1995 pelo skatista profissional. Disponível em ><https://cemporcentoskate.com.br/nossa-historia/> [S. l: s. n.]. 30 mar. 2024.

trário das revistas passadas (Revista Pop e Brasil Esqueite). Tanto a Revista tribo como 100% skate conciliam em sua página não somente fotografias, mas vendem coleções de roupas e sapatos. Há uma “marca” promovida pelas revistas.

A revista Tribo Skate surgiu em setembro de 1991, é considerada uma das principais revistas mais influentes no skate brasileiro. Logo, analisamos a edição de 2009. Extraímos um dos textos na qual a revista retrata sobre o marketing explicando alguns dos seus procedimentos:

A partir do momento em que se investe em publicidades na internet, há probabilidade de várias pessoas serem infectadas com a mesma. Por exemplo: você recebe o e-mail com publicidade de uma skateshop online, acha interessante, retransmite para outra pessoa, e assim sucessivamente. Em algum dado momento, você já deve ter sido vítima deste vírus, ao entrar em algum site, blog ou comunidade virtual e clicar em anúncios por meio de jogos em flash, em imagens ou texto. Nesta “boca a boca” virtual, amplia-se a rede de divulgação e consequentemente a marca adquire maior visibilidade. Ocultar os “guerrilheiros” e precisão em cada estratégia. Estes são bons princípios para começarmos a pensar em um marketing de guerrilha tal como uma guerra é essencial conhecer bem o terreno em que há o desejo de atuar (...) **O principal é ter criatividade e empreendedorismo para atingir conquistar a simpatia do público alvo.** Economize dinheiro, não poupa energia e vá para as ruas, para as pistas de skate, para onde os consumidores estão. Por isso é importante patrocinar e levar a sério os skatistas. (Tribo Skate. 2009)

Observando o texto da revista Tribos, compreendemos que a metade do chamado “público alvo” é constituído por homens; das 116 páginas analisadas da edição de 2009¹⁰, quatro delas faziam exposição de mulheres e duas com o teor de sexismo do corpo feminino. De acordo com Márcia Figueira e Silvana Goellner no estudo sobre a construção do ska-

10. Disponível - <https://issuu.com/triboskate/docs/display2010>. [S. l: s. n.]. 30 mar. 2024.

te feminino (p.99, 2009): “As mulheres são as outras, estão à margem e, por assim ser, disputam posições de sujeito pois como qualquer produto da cultura, o skate é um território pleno de embates, inclusive de gênero. Um espaço que demanda disputas por significação e existência”

Os fatos de não haver muitas mulheres não anulam elas no esporte, mas sim a forma como a existência com concepções iniciais sobre o corpo feminino erotizado foi formado. Em uma sociedade patriarcal na qual é imposto o papel da fragilidade às mulheres, esportes radicais, como: o skate, surf, hipismo, futebol e futsal entre outros, “ainda” sofrem com regras rigorosas da sociedade sobre quem deve praticar.

O ponto principal dessa análise se esconde justamente nos estereótipos que as mulheres carregam. Segundo Berenice Bento (2017) o gênero deveria ser visto como uma prática; não há um corpo gentrificado, ou seja, um corpo natural de homem e mulher. Atribuir as mulheres práticas femininas pelo seu sexo biológico é uma concepção antiga preconceituosa que torna objeto o corpo.

Na imagem da edição 195 de 2012 mostra-se uma mulher segurando um skate sobre os seios¹¹. Vale destacar que quando as mulheres são expostas nas revistas entre os anos 80, 90 e 2000, suas performances em quase sua maioria não evidenciam suas manobras. De acordo com Michel Foucault em “Vigiar e punir” estamos sendo observados, nossos corpos também carregam as consequências do “poder” sobre nossas ações e condutas. Há um discurso e uma forma de linguagem presente no que Butler chamou de enquadramento. As mulheres são enquadradas em corpos frágeis, delicados e sexualizados, uma evidência do poder sobre o corpo.

No livro “Onda dura” feito para narrar a história do skate no Brasil retrata o corpo feminino sexualizado como objeto de desejo. “Nesse contexto, não importa mostrá-las deslizando nas pistas ou arriscando manobras em gestos certos. A maneira como estão ali colocadas fala de um outro lugar, e esse certamente não é o da ação sobre o skate” (Figueira; Goellner, 2009, p.101).

11. Fonte: Tribo skate, 2012. Disponível em - <https://issuu.com/triboskate/docs/triboskate195>. Acesso em 08, jun. 2024.

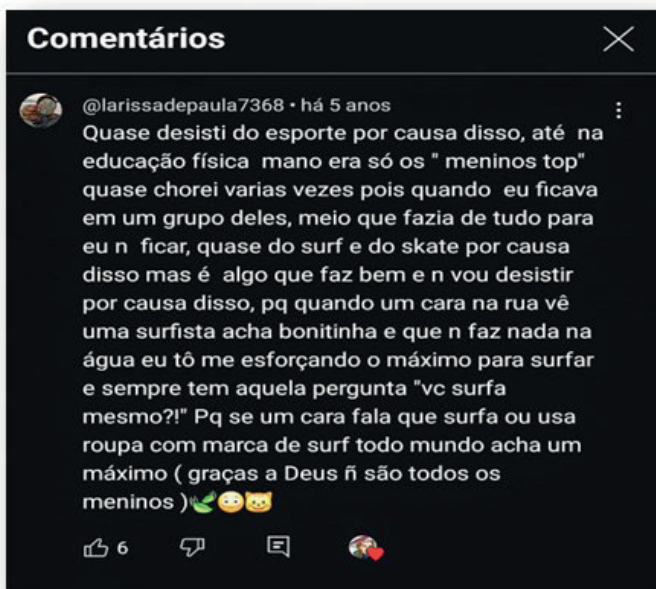
Na pesquisa exploratória observamos alguns relatos¹² feitos por mulheres jovens Skatistas retratando como foi o início no esporte - No canal do Youtube chamado de “Escola de slide” publicado em 2018 de maio. O vídeo tem 13:25 minutos e salienta comentários que identificam outras meninas que sofreram os mesmos ataques. As falas retratam a forma como os meninos observam as mulheres no referido período e também as dificuldades em se manter no esporte:

“Você anda bem, para uma menina”. Tempo da fala (-10:24)

“Parece que passa despercebido, mas a gente interioriza”. Tempo da fala (-10:10)

“Você vai em um campeonato, na sua categoria, corre igualzinho aos homens, e quando vai ver sua premiação é sempre inferior”. Tempo da fala (-9:40)

Figura 1 - Escola de Slide.



Fonte: Escola de Slide, 2018.

12. Escola de slide. Disponível em - <https://youtu.be/lGGQCrjq1UI?si=P5C4HfUG-5cfHD-ZI>. [S. l: s. n.]. 30 mar. 2024.

Em continuação com os narrados do vídeo “escola de slide” (Imagem 2) observamos o comentário de Larissa de Paula, há cinco anos atrás, no qual exibia, ademais, uma parte machista presente não somente no skate, mas no surf também. Percebe que Larissa não generaliza sua fala no que diz respeito a visão geral sobre a mulher, em outras palavras a pesar de persistirem alguns estereótipos é de suma importância que não enquadremos os fatos em determinadas concepções generalizantes.

Entre skate e surf percebemos uma história de ligação, no qual alguns autores retratam que os surgimentos das práticas skatistas iniciaram justamente na passagem do surf das águas para o surf no asfalto, através das piscinas vazias da Califórnia que proporcionavam uma inclinação favorável como uma onda concreta.

Assim, tanto no âmbito do surf, quanto no skate, surge a necessidade de as mulheres reivindicarem uma espécie de “localismo feminino” que para Comer (2010) é a luta pelo respeito, legitimidade e pelos locais de surfs que majoritariamente é dominado por uma cultura masculina.

A forma como as mulheres são vistas e tratadas nos relatos citados é de extremo teor machista. Um dado alarmante quando observamos que foram essas mesmas revistas que propagaram a “história do skate no Brasil”.

A mídia tem um poder que não podemos desperdiçar. O skate está crescendo e tornando-se uma concorrida pauta. Nosso carrinho já foi forte e popular como uma espécie de brinquedo, agora está se tornando forte e popular como um esporte. Nós andamos de skate e a probabilidade de nossas habilidades se tornarem olímpicas está aumentando. Quero morrer olímpico e considero no passado um sonho, no presente uma realidade que depende da capacidade dos representantes do skate. (Cemporceto skate, 1996).

Quase todos os textos das revistas não tratam as mulheres da forma como deveria em suas conquistas entre os anos 80 e 90. O contexto de criação de uma revista perpassa uma série de estudos desde a escolha das melhores fotos, atletas e fotógrafos; o texto também é muito importante, há toda uma equipe por trás que promove o produto final que será circulado no país, devendo atender uma demanda por parte de seus consumidores.

Para Marx, o consumo na sociedade capitalista não é um fim em si mesmo, mas sim um meio para a realização do valor criado pelo trabalho humano. Ele argumenta que, sob o capitalismo, o consumo é guiado pela lógica do mercado, onde os produtos são produzidos para atender às necessidades humanas e para gerar lucro. Isso resulta em uma distorção das prioridades sociais, onde os bens e serviços essenciais são frequentemente subordinados aos interesses do lucro.

O Corpo Feminino como Objeto de Desejo e Consumo

No contexto esportivo os (as) atletas enfrentam frequentemente uma pressão adicional para se conformarem aos padrões de beleza e sexualidades socialmente impostos. Elas e eles são frequentemente avaliados (as) pela aparência física e sexualidade, além de suas habilidades atléticas. Desde a objetificação direta do corpo feminino em campanhas publicitárias até comentários e críticas sobre a aparência das atletas durante as competições, isso pode se manifestar de várias maneiras.

Além disso, mulheres que praticam esportes são frequentemente submetidas a uma cobertura midiática que prioriza sua aparência física em detrimento de realizações atléticas. Por exemplo, é comum que as transmissões esportivas se concentrem no traje e na aparência das atletas femininas. Isso apoia a ideia de que a atratividade sexual, em vez do talento e da dedicação, é o que está fundamentalmente ligado ao valor das mulheres a sexualização do corpo feminino.

Quando Goffman (1991) escreve sobre a ritualização da feminilidade ele destaca que existe modos de ser exteriores e inconscientes presentes em formas sociais moralmente aceitas do que pode ser caracterizado ou não uma boa e adequada mulher, essas formas implicam pensar nos papéis sociais que as mulheres carregam no esporte. É nas micros relações que identificamos através de fotografias das revistas skatistas esse outro lado de um enquadramento que visa expor a mulher como objeto de desejo e consumo.

De acordo com Karl Marx ao mesmo tempo que as estruturas de poder produzem consumo, elas também ditam o que deve e pode ser o consumo. Na perspectiva do corpo feminino visto como lucro, implica

pensar que esse mesmo tipo de consumo enquadra a mulher, justamente nesse imaginário do que pode ser o gênero, em outras palavras o que é mais aceito e comum para se pensar o feminino.

A imagem 1 e demais fotografias da mesma edição, à mulher é atribuído uma linguagem não verbal, contraditória a dos homens. O skate está sobre os seios e não em seus pés. O corpo feminino é magro, seios grandes. Se trata de uma mulher parda com cabelos lisos, provavelmente uma modelo e não uma skatista que em uma concepção atual carrega um novo papel social.

Segundo Moreira e Dantas (2022) “a pornificação do cotidiano está associada não apenas ao consumo pornográfico excessivo, mas também a toda oferta da indústria”. O feminino como prazer erótico já foi descrito em diversos estudos, principalmente nos estudos de Han (2017) quando descreve que reproduzimos diariamente um corpo que inconscientemente é feito para agradar um fetiche social e ao fazer tal ato estamos alimentando nosso próprio ego.

As imagens fotografadas alimentam de certa forma um prazer, uma espécie de desejo pessoal e coletivo. Ao fotografar algum ato, não estamos somente registrando determinado momento, porém nos alimentamos de um ritual social, haja vista que ao desfazer determinadas estruturas construímos novas formas de ser, mas que perpassam, também, uma novíssima organização própria de determinado grupo.

Uma análise aprofundada sobre as dinâmicas de inclusão e exclusão é evidente, baseada na introdução que aborda a presença feminina no mundo do skate, sua representação em revistas especializadas e influência das imagens fotográficas na construção de estereótipos de gênero. As propostas combinam investigação na Internet e análise de conteúdo de revistas, espera-se descobrir não só a sub-representação das mulheres, mas também as formas como os estereótipos de gênero são reproduzidos e sustentados no cenário geral da sociedade na partida da investigação do micro para se pensar o macro.

Ao analisar o material obtido pode levar ao reconhecimento de sinais de mudança¹³ e resistência que se emergem, além dos padrões visuais e

13. Durante as décadas passadas, um número crescente de mulheres passou a ser esporte de forma habitual e também em nível mais alto. Sucessos na elite são o resul-

discursivos. É fundamental compreender o papel das revistas especializadas na criação e divulgação. Compreender o papel das revistas especializadas na criação e divulgação, a fim de promover discussões inclusivas e edificantes dentro da comunidade.

Portanto, a pesquisa se propõe a não apenas retratar as lacunas existentes, mas também a abrir espaço para reflexões críticas sobre as representações de gênero no skate e as possíveis estratégias. Ao final, espera-se contribuir para o fortalecimento da presença e do reconhecimento das mulheres ainda mais no universo do skate, desafiando os estereótipos e ampliando as narrativas positivas.

Considerações Finais

Assim, como Karl Marx retratou sobre a “alienação” (um dos conceitos essenciais da sociologia) que podemos pensar esse produto final (edições) de forma simbólica que são produzidas por meio de uma logística a qual é agradável aos olhos. Logo, há uma naturalização da objetificação do corpo feminino, sexualizado e erotizado. Mas não somente isso, existe formas mais brutas de apagamento das Skatistas, suas verdadeiras histórias no esporte, lutas e resistência. Contudo, as “skatistas encontraram uma estratégia de colocar em movimento suas ideias e seus interesses, compartilhando formas de se posicionar no esporte” (Figueira e Goellner, 2013) e o que as autoras chamam de Estratégias para se fazer ver ou ser vistas.

Vale destacar que por anos esse perfil sexualizado do corpo feminino persistiu no esporte. Podemos inferir que a entrada da atleta olímpica Rayssa Leal mudou em quase todos os sentidos, tanto estético como morais as representações das mulheres no esporte. Em outras palavras seria o que Foucault classifica como acontecimento: “o que constrói a interrogação sobre o que somos, na perspectiva dos “limites contemporâneos

tado de um trabalho na base: cada vez mais meninas participam como atletas confederadas, já que o número de meninos é reduzido em 7% e o de meninas cresce cerca de 30% por ano. Isso se refletido no número quantidade de mulheres que chegam, tornando- de mulheres modelos e despertando o interesse de outras atletas, como podemos ver na internet.

do necessário, isto é, para aquilo que não é, ou já não é, indispensável para a constituição de nós mesmos, como sujeitos autônomos” (Foucault, 1988, p. 298 *apud* Cardoso, 1995, p. 55).

Os indicadores mais evidentes dessa mudança é a crescente presença de mulheres nos Jogos Olímpicos. Desde a primeira participação feminina em 1900, em Paris, o número de atletas mulheres tem aumentado consistentemente a cada edição. Nas Olimpíadas de Tóquio 2020, por exemplo, as mulheres representaram cerca de 49% dos atletas participantes, um marco histórico nos estudos sobre gêneros.

Atualmente, as mulheres estão ressignificando seus espaços nos esportes. Podemos inferir que a luta feminina, não somente nas práticas skatistas, mas em outros ambientes, estão de tal forma transformando-se; as próprias revistas referidas de certo modo atualizaram suas concepções sobre como o novo público enxergam as mulheres. Portanto, “o campo das práticas esportivas e corporais é, com certeza, um terreno extremamente fértil para testar hipóteses sobre as mudanças nas relações e representações de gênero na sociedade contemporânea” (ADELMAN, Miriam. 2006, p. 12).

Michael Foucault, destaca que “o corpo é o campo de batalha da política” ele nos mostra como o corpo humano se torna um terreno crucial onde se travam as batalhas políticas. Ele sugere que as lutas pelo poder e pelo controle são frequentemente manifestadas e exercidas através do corpo. Instituições, normas sociais e políticas públicas atuam diretamente sobre o corpo, regulando, disciplinando e transformando-o para moldando os comportamentos e identidades de acordo com os interesses do poder dominante.

Podemos inferir que determinadas formas sociais fogem dessas estruturas, ou seja, criam suas regras e princípios próprios que escapam das condutas que compreendem o gênero como biológico.

Referência

Bento, B. (2006). A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. *Editora Garamond*.

Brandão, L. (2011). A cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural. *Universidade Federal da Grande Dourados*.

Cardoso, I. D. A. R. (1995). Foucault e a noção de acontecimentos. *Revista Tempo social*, 7(1-2), 53-66.

Comer, K. (2010). *Surfer Girls in the New World Order*. Durham: Duke University Press.

Delman, Miriam. (2006). Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. *Revista Movimento*, v. 12, n. 1, p. 11-29.

Figueira, M. L. M.; Goellner, S. V. (2009). Skate e mulheres no Brasil: fragmentos de um esporte em construção. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 30, n.3, p. 1-17.

Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Han, Byung-Chul. (2017). *Sociedade da transparência*. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis, *Revista Vozes*.

Goffman, E. (1999). A ritualização da feminilidade: os momentos e os seus homens. Lisboa: *Relógio D'Água*, 154-89.

Kozinets, R. V. (2014). Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online. *Penso Editora – Porto Alegre*.

Machado, Giancarlo Marques Carraro. (2013). *As mulheres e o “carrinho”: gênero e corporalidade entre as skatistas*. Artigo apresentado ao “Seminário Internacional Fazendo Gênero, p. 1-11, 2013”.

Machado, Giancarlo Marques Carraro. (2012). Skate na cidade, imagens da cidade. Notas Etnográficas sobre a conquista de picos. *Revista do núcleo de antropologia Urbana da USP - Ponto Urbe*, n. 10, p. 1-17.

Marx, K. (2015). O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. *Boitempo Editorial*.

Silva, M. M. V. D. (2021). *Cartografia de Judith Butler e dos estudos queer no Brasil*. Dissertação de Mestrado. PPGSA/Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GT11 - Sociabilidades e políticas da diferença nas fronteiras amazônicas

O canto e o voo: Seu Léguas, Codó e encantorias em dispersão

Lior Zisman Zalis
UC

Conceição Lima
UFMA

Martina Ahlert
UFMA

Introdução

Susete, antiga moradora de Santo Antônio dos Pretos, quilombo localizado na área rural de Codó (MA), onde seus moradores contam ter sido o lugar do berço do terecô, disse-nos que nos “tempos antigos” via-se os encantados voando. “São o povo do ar”, contou, “e a gente via eles passando assim pelo céu. Nesse voo, mesmo que intermitente, mesmo que brevemente avistado pelos pecadores¹ mais atentos, sugerem-se percursos, derivas e movimentos.

No terecô, a obediência, o cuidado, as obrigações e o zelo são feitos aos encantados, entidades que “baixam”, “montam”, “sobem em cima”, “encostam” nos corpos dos brincantes em diferentes contextos da vida social, não necessariamente restritos ao momento do tambor, ou seja, aos rituais propriamente ditos. Essa presença sistêmica faz destas entidades seres que participam ativamente do cotidiano e do dia a dia dos brincantes, tramando a vida humana com a não humana.

Para a literatura antropológica, os encantados são seres espirituais que tiveram uma vida terrena, mas não morreram (Ferretti, 2000). Encantaram-se, passando a viver em seus mundos, suas terras da encantaria, esse lugar onde habitam, de onde vão e para onde voltam. Agrupam-se por famílias através de vínculos diversos de parentesco, tanto biológicos, quanto adotivos: podem ser filhos, pais, mães e avós. As matas de Codó são uma destas terras de encantaria de uma dessas famílias de encantados, a família de Légua, cujo patriarca é Légua Boji Buá Ferreira da Trindade, o Seu Légua.

Os Légua são percebidos em Codó enquanto encantados associados ao campo, vaqueiros e boiadeiros, pertencentes a camadas menos favorecidas da sociedade brasileira. Podem se apresentar com um comportamento mais descontraído, irreverente, às vezes duro, sem muita cerimônia. Trabalham também com a cura e isso pode os vincular a uma

1. “Pecadores” é como são chamadas as pessoas que habitam a terra e que não são encantados.

linha de trabalho espiritual ligada às águas, como contou-nos o Pai de Santo Raimundinho Pombo Roxo. É sobre esta família que gostaríamos de tratar aqui. Em Codó, escutamos que o povo de Légua anda muito e, por isso, tem filhos (chamados ainda de médiuns ou brincantes - ou seja, pessoas que os recebem em seus corpos) por todos os cantos do mundo. Por onde vão, carregam consigo o território de Codó através das doutrinas ou pontos cantados. Junto ao canto e ao voo, identificamos uma encanteria em dispersão, uma família de encantados que não apenas atravessa outras terras, mas que carrega a sua para onde vai:

Oh gente cadê Seu Légua
Seu Légua foi passear
Seu Légua tá aqui,
Ele foi pras bandas do Pará
Ele foi beber
Água no mar²

Esta é uma doutrina - um ponto cantado no âmbito ritual - do encantado Légua Bogi Buá, o Seu Légua. Ela fala sobre uma entidade que passeia e que viaja. Suas movências, contudo, não retiraram seu estatuto de governante e de domínio sobre as Matas de Codó:

Meu pai Légua quando chega,
No terreiro ele é maior
Atravessou sete baía
Para ser Rei do Codó

Codó é um município do Maranhão, localizado a cerca de 300 km da capital, na região dos Cocais, matas de coco babaçu, com uma população atual de cerca de 120 mil habitantes. O estatuto municipal não o esgota enquanto território cultural, religioso e de vínculo com a religião dos encantados, como aparece na doutrina. Através de certo repertório musical dos terreiros, é perceptível como as matas de Codó incorporam a noção de “terra de encanteria”, noção que aparece na fala de muitos dos nossos interlocutores da cidade. A pergunta que buscamos atravessar aqui, junto ao percurso intelectual que propomos e as opções me-

2. Todas as doutrinas que aqui nos referimos, caso não tenham a referência, foram registradas por nós durante nossos trabalhos de campo na cidade de Codó.

todológicas que tomamos, está ligada diretamente à possibilidade de ampliar semanticamente a noção de Codó através da certa geografia que compõe a encantoria brasileira.

Junto a ela, outras camadas de sentido vão compondo uma noção de território que não pode ser pensado sem a noção de força espiritual que a acompanha. Enquanto força, Codó aparece, circula, move-se e transforma-se. Para explorar essas outras dimensões deste território, tomaremos não apenas as nossas próprias pesquisas de campo³, mas também uma revisão de diferentes trabalhos que se dedicam às encantorias dos terreiros brasileiros. Neles, junto aos seus interlocutores e interlocutoras, humanos e não humanos, verifica-se uma presença significativa da família de Légua e, junto com ela, diferentes noções de Codó enquanto território. Essa presença se dá em muitos contextos de chegada, registros etnográficos da chegada ritual de entidades da família de Légua. Ao chegarem, as entidades dão o seu ponto e marcam a sua presença. Isso nos leva a considerar as doutrinas enquanto “indicadores de presença”, como índices no sentido dado por Peirce (1983) que, quando analisadas dentro de uma perspectiva transversal a diferentes encantarias pelo território nacional, podem oferecer indícios de uma dispersão de encantados.

É nessa chegada que as matas de Codó surgem como terra cantada pela boca daqueles que nela dizem habitar. No seu voo, ainda que longe de sua morada, os encantados arrastam consigo o lugar de onde vem. Considerar as doutrinas como “indicadores de presença” é também compreendê-las enquanto formas próprias de agência, trajetória e historicidade dos encantados. Em conversa com Légua Boji Buá, encantado que se manifesta em Antônio Filho, pai de santo codoense, tivemos conhecimento de que as doutrinas são um modo pelo qual os encantados relatam sobre as paisagens que vivenciaram até a chegada no salão

3. Em diferentes momentos, nos últimos 14 anos, realizamos pesquisa de campo etnográfica em Codó, acompanhando o cotidiano e os rituais realizados por pais e mães de santo. Nesses diferentes momentos, tivemos apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

- como se denomina o espaço de parte dos rituais, localizado nas tendas de pais e mães de santo. Após entoar uma doutrina que falava sobre ter avistado uma cobra escondida em um igarapé, este encantado nos deu margem para pensar nas doutrinas como narrativas que indicam a mobilidade dos encantados para além daquelas que se dão nas condições da incorporação. No canto e no voo somos confrontados com a dispersão de uma terra, cuja territorialidade é móvel.

Os encantados cantam Codó por onde passam, como no famoso terreiro de Francelino de Xapanã, em São Paulo:

O seu pai é de Codó
Ele é um codoense
Salve a flor do Codó
Viva a rosa maranhense
(Prandi, 2001: 258)

Ou no terreiro de Sátiro, em Belém:

Codó é minha terra
Aonde eu nasci.
Eu me chama Manoel,
Filho de Légua Bogi.
(Leacock e Leacock, 1975: 344)

Ou no terreiro de Zezé Homem de Oxóssi, no Juazeiro do Norte:

Oh Légua Boji
Oh Légua Boji
Eu vi seu Légua
No Codó
Eu vi seu Légua
No Codó. Eu baiei, baiei, baiei
eu baiei nas matas de Codó
(Assunção, 2006, p. 163)

Codó, lugar de “baiar”. Codó, lugar de nascimento. Codó, lugar de pertença. Suas matas, moradas destes encantados, circulam junto a essas chegadas. Como sugeriu Kauã Vasconcelos, sobre os encantados codoenses em Soure (PA) que “trazem consigo seus territórios”, estes devem construir uma nova relação com esse meio, criando um vínculo de

possível coexistência não apenas com as pessoas, mas com outros seres espirituais (Vasconcelos, 2022: 265). Como terra encantada, as matas de Codó são um centro de força e poder, onde o solo promove um novo senso de pertencimento e conexão. Nesta combinação de materialidade e transcendência, uma nova geografia é evocada:

Lionesa? Lionesa?

Lionesa? Lionesa?

Cadê Lionesa? Tá no Codó

Cadê Lionesa? Tá no Codó

Mandei chamar caboclo da mata do Codó

Mandei chamar caboclo da mata do Codó

Eu to na eira caboclo só

A ideia deste trabalho é explorar ao menos três noções de Codó. Em primeiro lugar, identificar sua relevância na literatura sobre as religiões de matriz africana no Brasil através da presença deste território em diferentes materiais etnográficos. Com isso, ao sistematizar os dados, passamos a perceber certas nuances da influência de Codó a outras religiões no Brasil. Em segundo lugar, tomando a história da entidade Légua Bogi Buá, sua relação com Codó, seus percursos e a miríade de identidades que assume nas diferentes encantarias brasileiras, pretendemos perceber tanto o peso da sua presença além de em Codó, quanto a sua relevância. Por fim, debateremos a particularidade de Codó enquanto modo de trabalho religioso, junto às entidades que nele habitam, ou seja, enquanto linha de trabalho espiritual.

Codó como dispersão

Como vimos, o registro da movência da família de Légua acompanha os seus cantos. É através deles que encontramos uma das primeiras menções a Codó em trabalhos importantes sobre a encantaria amazônica. Nas gravações da Missão de Pesquisa Folclórica (MPF) feitas em 1938 no terreiro Fé em Deus, chefiado pela mãe de santo Maximiana, em São Luís, Codó emerge por meio de um conjunto de doutrinas entoadas depois do seguinte ponto de Seu Légua:

Ae seu Lira quando é ínha
Aê Boji, aê Buá
Junta areia no chão
No chão âe meu pai
Mi ajunta do chão⁴

Ai Codó,
Ai Codó,
Ai Codó,
Eu sou filho de Codó⁵.

Eu fui no Codó passear,
Onde dá pra morar
Aê lê lê passear
Onde dá pra morar⁶

Codó enquanto paternidade, Codó enquanto passagem, Codó enquanto morada. Uma escuta atenta às gravações da MPF, permite ouvir Codó também no ruído. Enquanto ouve-se a doutrina em primeiro plano, no segundo, mais ao fundo, ouvimos gritos “Ê Codó!”⁷. A presença destas doutrinas indica também a presença dos encantados de Légua. Ao mesmo tempo, pode indicar uma relação daquele terreiro com o terrecô e a encantaria de Codó. No caso de Maximiana, é conhecido este vínculo com pais de santos famosos de Codó, como Eusébio Jansen. Segundo Santos e Santos Neto, a mãe de santo teria nascido em Mearim

4. Coleção Missão Pesquisa Folclórica. Cod. FON 0887. Gravado em São Luís. Oneyda Alvarenga registra a doutrina com a seguinte grafia: “Aê seu Lira condo [quando] é ínha/ Aê [Ê] bôzi aê bôa/ Areia no chão ôi [ô] no chão/ Ê [Ôi; Ô] bôzi/ Junta areia no chão/ Areia no chão ôi [ô] no chão/ Ê [Ôi; Ô] meu pai/ Junta areia no chão” (Alvarenga, 1948: 19). A última frase da doutrina “Mi ajunta do chão” tem uma conotação interessante se confrontarmos com alguns dados colhidos em campo, principalmente o fato de que a entidade Légua Boji Buá quando vêm, vêm no chão pois é muito pesada e muito velha (de modo que quem o incorpora não consegue permanecer de pé). Além disso, podemos também remeter ao facto de que o processo de incorporação pode acompanhar uma queda, ou seja, uma descida da pessoa ao chão e ali permanecer. Tirar do chão, nesse caso, pode remeter ao ato de incorporação completa.

5. Coleção Missão Pesquisa Folclórica. Cod. FON 0888. Gravado em São Luís.

6. No registro por Alvarenga, encontramos essa doutrina com a seguinte grafia: “Eu fui no Codó passíá/ Me convidar para a morá/ Lê lê lê passíá/ Me convidar para´-morar” (Alvarenga, 1948: 21). Coleção Missão Pesquisa Folclórica. Cod. FON 0892. Gravado em São Luís.

(Santos e Santos Neto, 1989: 35), região lembrada pelos mais velhos de Codó como um lugar de “macumba pesada” e particular relação com o terecô codoense. Segundo Ferretti, a mãe de santo teria sido a introdutora do tambor da mata na Mina de São Luís (Ferretti, 2016: 99). Ferretti também comenta indícios de que Maximiana teria sido a primeira a receber Légua Bogi na capital.

Quando a MPF foi a Belém, gravaram outra doutrina em que Codó emerge uma vez mais, agora no disco FM. 44 - A (Alvarenga, 1950: p. 85-88). Nele, produzido segundo a ordem das gravações registradas, a doutrina em questão está no meio de um conjunto de outras que parecem pertencer a entidades sem um vínculo aparente com Codó. A primeira é a “Doutrina de Armim”, como foi chamada pelos pesquisadores, cantada pelo pai de santo Sátiro junto ao coro:

Dô no balanço do má,
Quero vê,
dô no balanço do má

Segundo outras doutrinas, encontramos menções às chegadas das entidades beirando o mar ou suas ondas. A despeito de serem qualificadas constantemente como sendo das matas, estas doutrinas refletem aquilo que Seu Légua nos contou em termos dos trânsitos e da mobilidade dos encantados. Por outro lado, essas movências da família de Légua, que, como indicam as doutrinas, “andam na carreira” - uma alusão a uma intensa afluência - indicam sobre como os encantados ocupam diferentes espaços sem apagar o seu pertencimento às matas de Codó.

Segundo a compilação do material da MPF por Alvarenga (1950, p. 85), a doutrina é registrada no momento em que se dá início a uma dança em roda, que em seu centro há duas pessoas com toalhas nas mãos. Eram Sátiro e mais um, fazendo volteios sobre si mesmos. O ritmo da música é interrompido para dar lugar a outro, descrito pelos pesquisadores como “mais preciso”. Cantavam o que foi identificado como “Doutrina de Angací”:

(Ai) Ô Códó, ô Códó
Pèrdeu machado, Códó!

Na verdade, apesar do registro equivocado, podemos perceber que o que se canta, ao invés de “perdeu o machado”, é na verdade “essa é a marcha do Codó”. Não procuramos saber o motivo do nome “Angaçi” no registro dessa doutrina, o que demandaria uma análise mais aprofundada do arquivo da MPF. O que podemos especular é uma relação já mencionada por algumas etnografias (Leacock; Leacock, 1975; Ferretti, 2000) entre Codó e a entidade Dom Pedro Angaço, a quem supostamente teria sido concedida às suas matas para seu governo, por sua vez cedido à Seu Légua em momento posterior.

Neste registro da MPF, notamos que há uma inflexão no ritmo, na qual o tambor transforma-se em uma marcha. Isso pode ter relação com o toque específico que está presente no terecô de Codó, que costuma ser mais acelerado, chamado tambor da mata. Em muitos terreiros de São Luís, por exemplo, e mesmo em Codó, há o que se chama “virada para a mata” ou “virada para a mina”, em que se muda o ritmo dos tambores. No terreiro de Sátiro, parece haver um movimento semelhante no momento em que a marcha de Codó é cantada, indicando uma mudança de ritmo para chamar as entidades de Codó.

Os dois casos, o de Maximiana e de Sátiro, tratam da presença de entidades de Codó, fato verificado em muitos terreiros brasileiros. Acreditamos que uma atenção à presença de doutrinas da família de Légua e de Codó em diferentes trabalhos etnográficos, pode dar outra leitura para a noção de “fama” da cidade. Esta fama foi construída ao longo dos anos por uma mídia sensacionalista que trata as religiões de matriz africanas de Codó dentro de categorias pejorativas e racistas, como “Capital da Feitiçaria” ou “Capital da Magia Negra no Brasil”, e atribui a cidade ao lugar onde muitos pais e mães de santo fazem “magia negra”, especialmente para políticos (Ahlert, 2021). É o caso do Ex-Presidente José Sarney e do pai de Santo Bitá do Barão, a quem se especula ter influenciado diretamente na ascensão da carreira do político até a presidência.

Segundo entendemos, a fama de Codó transcende um rebuliço midiático e merece ser analisada segundo sua dispersão por diferentes terreiros brasileiros e também enquanto uma religião de matriz africana que influenciou transformações religiosas em diferentes regiões do Brasil (Ahlert, Lima e Zalis, 2024). Se a fama da cidade de Codó, especial-

mente entre o Norte e o Nordeste, também se deu por conta do “repertório musical”, nas doutrinas e pontos cantados em terreiros (Ferretti, 2001: 21), nele dinamiza-se certa noção própria de território. Além disso, o seu registro nas etnografias permite edificar um arquivo próprio de trânsitos e movências, chegadas e partidas, aprendizagens e transformações que lidam de alguma forma com Codó enquanto território.

Aqui soma-se uma questão metodológica fundamental, que é a da chegada enquanto índice de presença. Chegada, primeiramente, dentro de um exercício etnográfico, ou seja, enquanto registro. Nessas etnografias, os Léguas aparecem, em grande parte, no momento em que chegam e dão o seu ponto. Os registros das chegadas do Seu Léguas oferecem-nos alguns elementos para pensar nestas entidades. Ao mesmo tempo, são interrupções textuais que reorientam a análise para a relação daquela presença com a formação religiosa local. Pela múltipla presença dos encantados de Léguas, diversas são também as formas pelas quais são identificados, lidos, conhecidos ou apresentados.

Para além da dispersão da encantaria de Codó, certas características da família de Léguas e, em particular, do próprio Léguas Bogi, também se dispersam e ganham novos contornos. Para pensar Codó enquanto território é fundamental compreender a sua relação com a história deste encantado, pois através dele que Codó se manifesta e ganha relevância. Sua ligação com as matas de Codó é tal que, para onde vai, arrasta sua morada com ele.

Codó como morada

Como mencionamos anteriormente, Seu Léguas, no Maranhão, é conhecido como chefe e rei de Codó e pai de uma grande família de encantados que trabalham em uma linha da encantaria, a linha da Mata. Por onde passa, é visto como uma entidade contraditória, “metade de Deus e metade do Diabo”, uma banda da direita e uma banda da esquerda, como costumam dizer em Codó. O povo de Léguas é famoso por gostar de beber cachaça, ter um jeito brincalhão e descontraído, o que faz com que sejam considerados muitas vezes associados a espíritos menos evoluídos ou hierarquicamente inferiores (Luca, 2003; Ferretti, 2000) - uma

leitura que não encontramos em campo e não parece produtiva ao nosso material. Ainda assim, é visto como um espírito poderoso, com muita força e que trabalha bem, o que faz com que seja também uma entidade temida. Alguns dizem que veio da África e passou por Trinidad antes de entrar nas matas do Codó, dizem também que é um príncipe guerreiro, um indígena da Amazônia ou um vaqueiro. Seu Légua, enfim, é tudo isso ao mesmo tempo, até deixar de ser.

Uma análise de cunho mais essencialista foi desenvolvida por estudos de alguns trabalhos importantes da antropologia brasileira. Desde Costa Eduardo (1948), existe uma ideia de que Légua Bogi teria sido uma entidade resultado da “fusão” de duas outras entidades daomeanas, Legba e Poliboji, porém essa tese - além de ser de difícil confirmação - não foi adotada por filhos de santo da Casa das Minas, terreiro centenário da capital maranhense (Ferretti, 2009: 125). A etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, buscando as sobrevivências ao culto do vodum Légua no Brasil, trazidos pelos povos de língua ewe-fon (Togo e Benin), no Brasil chamados de minas e jejes, sugere uma relação entre o vodum jeje Legba e Légua Bogi. A autora indica uma possível “mudança de caráter” (Castro, 2016: 127) da entidade jeje quando transita para outras terras, como no Brasil ou no Haiti, especialmente por conta da repressão judaico-cristã e sua associação ao demônio. Castro sugere que tal entidade possa ter assumido uma “identidade nobre, na condição de caboclo, como ser da mata, e cambinda, de origem congo-angola, por não ser mina” (Castro, 2016: 127).

Segundo Silva (2019: 460), Legba poderia ter assumido outros nomes quando chegou ao Brasil e entrou em suas matas, especialmente em Codó, que passou a chamar-se de Légua Bogi. No terreiro de Jorge Itaci de Oliveira, Légua é Toy Poli Bogy, vodum da família dos Dambirá (Acossi) transformado e misturado com Bará, o exu daomeano; e lá também se ouviu versões que também pode ser um vodum cambinda (Oliveira, 1988: 37). Segundo essa tese, sua associação ao demônio e a consequente repressão judaico-cristã colonial sobre as práticas religiosas dos escravizados teriam produzido uma transformação da ordem do comportamento ou das práticas religiosas no Brasil. A relação com a entidade Dom Pedro Angaço ou uma suposta origem nobre de Légua, pro-

duz ou foi produzida para resultar em uma transformação de imagem da entidade na sua condição de caboclo.

Mundicarmo Ferretti foi uma autora que se dedicou um pouco mais a compreender essa entidade. Segundo ela, em São Luís, Seu Légua sofreu muitas hostilidades. Na Casa das Minas, embora fosse considerado como uma entidade de alto prestígio (Ferretti, 2000: 138), não lhe era permitido dançar em cima de suas filhas (médiuns), como uma dançante codoense. Neste terreiro, quando chegava, era rapidamente despachado e mandado embora, fato que verificou também Costa Eduardo (1948), que registrou uma doutrina de afastamento da entidade. Partindo de outros trabalhos e fundamentando-se nas doutrinas e nas falas dos praticantes do tambor de mina e do terecô, Mundicarmo Ferretti elabora outras narrativas do Seu Légua, para além da sua origem africana.

Os relatos sobre seu Légua são diversos. Uma dançante do antigo terreiro da Turquia em São Luís contou à Ferretti que Légua Bogi é um nobre, parente do encantado Antônio Luís, também chamado de Corre-Beirada, filho de Dom Luís, Rei de França. Pai Euclides, por outro lado, conta que “Légua-Boji é africano e já era conhecido no Caribe muitos anos antes de surgir em terreiros maranhenses”, ao menos foi o que ouviu de Maximiana. Ela contou que Légua-Boji foi expulso da África por provocar discórdias e, atravessando o Atlântico, chegou em Trinidad, onde ficou por um tempo até arranjar outra briga, levando-o a sair novamente de lá. Chegou no Maranhão e foi para Codó, onde entrou na família de Dom Pedro Anção. Esta entidade deu-lhe a bênção, tornou-se seu pai, fazendo do Seu Légua seu encarregado no governo de Codó, tornando-se chefe da linha de caboclo na Mata de Codó. “Por ter vindo de Trinidad, Légua Bogi passou a ser chamado, no Maranhão, Légua-Boji-Buá da Trindade”, como contou Pai Euclides à Ferretti (Ferretti, 2000: 145).

Na narrativa deste pai de santo, podemos perceber essa deambulação da entidade e seus trânsitos. Elas compõem uma história entramada com a de outros encantados. Em outros terreiros, Seu Légua é visto como turco, justamente por sua relação com Dom Pedro Anção. No Pará, Pedro Anção é uma entidade nobre que teria perdido uma guerra com o Rei da Turquia, Seu Turquia. Como acontecera com outros encantados que tiveram que juntar-se à sua família como filhos adotivos ou foram

entregues a seus parentes como um processo de paz, Pedro Angaço passou a ser considerado filho do Seu Turquia. Havendo perdido a batalha com esta entidade, ele foi alocado na floresta de Codó para “governar sobre os espíritos ali como um tenente do Rei dos Turcos” (Leacock; Leacock, 1975: 16). Por seu parentesco com Angaço, Seu Légua na mina paraense também é membro dessa família, o membro mais popular e mais intrigante (Leacock; Leacock, 1975: 16).

A tese defendida por Costa Eduardo (1948) e outros autores de que Seu Légua seria uma combinação de duas entidades Daomeanas (Legba e Poli-Bogi), equivalentes ao Exu yorubano, não é bem recebida nos trabalhos etnográficos em terreiros paraenses. A noção de Seu Légua como turco é mais predominante, como no trabalho de Ana Virgolino e Silva (Virgolino; Silva, 1976) realizado já nos anos 1970 sobre o Tambor das Flores em Belém. A autora narra a chegada de Seu Légua “em cima” de um jovem não identificado, filho de santo de François, durante o tambor na Federação de Terreiros de Umbanda de Belém. Conta que a entidade não foi muito bem recebida, mas pôs-se logo a dançar e dar o seu ponto, “identificando-se” (Virgolino; Silva, 1976: 176):

Légua na terra
Turco é,
Meu pai é turco
Turco é
Seu pai é turco
Turco é (coro)

Essa doutrina fortalece a ideia de Seu Légua como turco, já defendida pelos Leacock e por Pai Euclides (Ferretti, 1992). A família de Légua e a Família da Turquia, tanto na encantaria maranhense, quanto paraense, parecem ter uma relação importante que merece ser sublinhada, ainda que pouco explorada. Nos terreiros do Nordeste, como em Codó, por outro lado, prevalece a imagem de Seu Légua enquanto vaqueiro, pertencente a camadas menos favorecidas da sociedade. Aparece também como mestre da Jurema, um indígena chefe de uma grande aldeia de encantados. O pai de santo Seu Agostinho José Pereira, de Picos (PI) contou à Assunção que “Légua é um passe, um idioma, uma legião”. Conta que o conheceu pela primeira vez na “cabeça” de Zé Bruno, de Nazaré (MA) (Assunção, 2006:

164) e acredita que Seu Légua é um velho “homem de raça, um homem analfabeto, meizinho” que havia desencarnado. Sua família biológica (de encantados) seria composta por 25 filhos. Comenta o pai de santo ao antropólogo que a entidade trabalha com cura pela reza e liturgia, “não passa remédio, não, é mais na liturgia, no incenso, na descarga de pólvora, é no marafo como chama eles”, e, em seguida, dá o um ponto:

A família de Légua é de moura

A família de Légua é de moura

é moura, é moura, é moura

Oscar Légua, é de moura

é moura, é moura, é moura.

(Assunção, 2006: 164)

A doutrina fala de Oscar Légua, filho de Seu Légua, enquanto “de moura”, o que nós interpretamos como uma possível forma de relacionar a família de Légua com a dos mouros, outra forma referir-se à identidade turca ou do povo do oriente. Seu Antônio Lourenço, de Juazeiro do Norte (CE), contou à Assunção que seu Légua é um moço velho dono de uma tribo. “Na época ele deve ter sido um homem cheio de coragem, então ele ficou com aquela corrente comandando e que tem muita força e muita proteção. Eu acho que quando esses moços, boiadeiro e Légua ficaram, quando eles era encarnado, na época em que ele convivia na terra, acho que ele foi uma pessoa de muita força” (Assunção, 2006: 165). Em sentido similar, o pai de santo Simiromba de Lisboa contou à Pordeus Jr. que Légua vem do Amazonas, “é índio brabo, violento da mata fechada do Amazonas” (Pordeus Jr, 2011: 43).

Codó como linha

Junto às diferentes noções sobre quem é Seu Légua, percebemos como a sua família de encantados não somente está presente nas diferentes encantorias brasileiras, como compõem uma linha própria de trabalho. Embora a literatura antropológica tenha realizado o esforço de categorizar os encantados em famílias e linhas, essas separações cristalizam relações complexas entre a família, os encantados e sua forma de trabalhar. Codó e a família de Légua são um bom exemplo disso. Da

mesma forma que os Légua são uma família de encantados, eles também podem pertencer a uma linha de trabalho. No Maranhão, trata-se da “linha da Mata” ou da “linha de Codó”, uma linha de trabalho própria que envolve os encantados, a força de Codó e suas matas.

Essa família aparece de muitas formas nas diferentes encantarias do Brasil. Podem ser chamados de “codoenses”, como no trabalho de Taissa Tavernard de Luca sobre a mina paraense, na qual a família de Codó é considerada uma “família mestiça” ou “híbrida” (Luca, 2010: 72). Esta família é reconhecida por acolher e atrair entidades espirituais. De acordo com a autora, as famílias caboclas apresentam características de “mobilidade e agregação”, permitindo que os caboclos migrem de uma família para outra, adquirindo características de ambos os grupos (Luca, 2010: 72). Um exemplo disso é o encantado Seu Toquinho, que, embora tenha uma “origem juremeira”, migrou para a família de Codó (Luca, 2010: 72). Segundo a autora, os “codoenses” são vistos como cabocos classificados como negros, ocupando uma posição inferior na hierarquia do panteão espiritual, muitas vezes realizando trabalhos domésticos quando incorporados (Luca, 2019: 21; Luca; Campello, 2007: 16).

Em Belém, Quintas (2007) registrou que no terreiro de Pai Tayandô, a família de Légua trabalha numa corrente específica, a pajelança de Codó em que descem os encantados da Família de Légua, junto à pajelança do Marajó, em que baixam os encantados da “linha do fundo”, “linha da terra” e “linha do ar” e a pajelança de São Luís, em que vem as famílias do tambor de mina, como nobres e fidalgos (Quintas, 2007: 165). No Ceará, Dona Lourdes contou à Pordeus Jr. que a família de Légua é da Linha de Boiadeiro, “é da linha da gira em comando com Boiadeiro. E o que se chama Vaqueiro de Légua, é comparado por ele. É o Boiadeiro, e boiada toda que é dessa linha de boiadeiro. É uma linha de luz para ajudar a subir na vida. E que dizem trabalhar para o bem” (Pordeus Jr, 2011: 43). No Juazeiro do Norte, Zezé Homem de Oxóssi, disse à Assunção que trabalha com a “linha de Légua” (Assunção, 2006: 163).

Para Zezé, os Léguas têm a característica dos boiadeiros e são chefiados por Légua Bogi Buá. São um “povo animado” que gosta de dançar. Trabalham na linha de cura e transitam entre as correntes das matas e das águas, podendo ser chamados em ambas (Assunção, 2006: 163):

Oh Légua Boji
Oh Légua Boji
Eu vi seu Légua
No Codó
Eu vi seu Légua
No Codó. Eu baiei, baiei, baiei
eu baiei nas matas de Codó
(Assunção, 2006: 163)

Mas que força é essa
que do mar chegou
Foi Légua Bogi
que no terreiro entrou
Foi Légua Bogi
(Assunção, 2006: 163)

Assunção encontra a presença dessa linha em “todas as casas onde realizamos a pesquisa, na região do sertão do Piauí, Ceará e Pernambuco, o que reforça a nossa ideia de que os caminhos anteriormente percorridos pelos pais-de-santo, como os curadores que partem do interior do Maranhão em busca do sertão, difundiram práticas da religiosidade popular (como Légua Bogi, o culto aos caboclos) que, ao se encontrarem com outras práticas locais existentes (como a “jurema”), produziram formas novas de vivenciar a religiosidade” (Assunção, 2006: 164). Légua, enfim, nesse contexto, é considerado como mestre da Jurema - curador e feiticeiro - que tem o poder de transitar entre linhas e formas de trabalho. Assunção conclui que no sertão nordestino, o universo religioso da Jurema é marcado pela presença de duas linhas de tradição: “uma tradição tem como referência o catimbó do Acais, a outra é marcada pela presença dos encantados e pela linha do terecô maranhense de Codó. Essas linhas também estão presentes na Jurema natalense, embora não sejam as únicas formas de praticá-la; existem juremeiros que não se colocam em nenhuma dessas tradições” (Assunção, 2014: 145). Ele escreve sobre uma forte presença dos “encantados e pela linha do terecô maranhense de Codó. Essas linhas também estão presentes na Jurema natalense, embora não sejam as únicas formas de praticá-la” (Assunção, 2014: 145).

A influência de pais e mães de santo de Codó e do Maranhão também foi analisada por Luís Cláudio Cardoso Bandeira (2013). Em alguns de seus trabalhos (Bandeira, 2009; 2013), defende a ideia de um conjunto de rotas de pais e mães de santo que ligam o Ceará ao Maranhão e outras terras amazônicas. Menciona que pais de santo vindos de Codó, como Zé Bruno, Zé Negreiros e João Cobra, considerados como importantes figuras do terecô maranhense, chegam à Fortaleza na década de 1930, influenciando tanto a umbanda cearense, como o Xangô pernambucano (Bandeira, 2013: 168). O contato dos mestres do terecô com o catimbó cearense, foi bastante profícuo, a ponto de Cláudio Júnior, Olutoji Ti Osun, um de seus interlocutores, chamar certas práticas religiosas do interior de “culto do Codó”. Nelas parece haver pouca relação com a religiosidade presente em Fortaleza e mais com cidades como Miranda, Codó e Nazaré (Bandeira, 2009: 56).

Outro país de santo que conta sobre os Légua é José Alberto Ferreira Nunes da Silva, Zé Alberto, que fundou um dos terreiros tidos um dos mais tradicionais centros de terecô de Fortaleza (Bandeira, 2013: 170) e que diz trabalhar com a Linha de Légua. Como afirma Bandeira, a “macumba cearense, em sua constituição histórica, possui uma série de linhas, dentre as quais a Linha de Caboclo. Nessa linha destacam-se: Linha de Oxossi, Linha da Mina, Linha de Boiadeiro ou Légua, Linha do Cangaço, Linha Cruzada” (Bandeira, 2013: 19). Ressalta, com isso, a presença da Linha de Légua, uma forma própria de trabalho espiritual ligado aos encantados desta família.

André Luís Nascimento de Souza (Nascimento de Souza, 2013) na sua pesquisa sobre o culto da jurema no Rio Grande do Norte, durante uma conversa com a mãe de santo Suely Costa, da Tenda Espírita Oxalá Olo-lufam – Reino de Oxum, ouve da mesma que nessa prática religiosa, as entidades vivem em cidades, “e o Codó é uma dessas cidades espirituais. O Codó é a cidade do Mestre Luís, por exemplo, que é um mestre no Codó, e de outros mestres que vêm dessa cidade, que vem dessa parte do Nordeste, assim como a Jurema do Acaio (Acais) vem da Paraíba” (Nascimento de Souza, 2013: 9). Percebemos aqui uma relação interessante entre o terecô e a Jurema, na qual os mestres desta são ligados ao território de Codó. Outro mestre de Codó é o Mestre Negro Gerson, também

chamado de Nego Gerson Feiticeiro Quimbandeiro de Guiné do Codó do Maranhão. Se na Jurema, encontramos pessoas que recebem entidades de Codó, no Catimbó, “Codó transformou-se em cidade espiritual” (Nascimento de Souza, 2013: 8). A mãe de santo Suely ressalta ainda, que Mestre Luís, contudo, não é um encantado, ainda que se percebam características semelhantes entre “Mestres e dos Encantados da família de Légua Bogi” (Nascimento de Souza, 2013: 10). É conhecida a doutrina do Mestre Luiz:

Relampeou, Relampeou, Relampeou,
Relampeou no Codó do Maranhão
Nossa Senhora das Candeias clareou
Mestre Luiz vem vê, vem cá
Ele é caboclo da Jurema
Trabalha nesse congá
Em casa nova se trabalha no chão
Ele é caboclo da Jurema do Codó do Maranhão

Sem encontrar mais estudos aprofundados sobre o tema, percebemos que também há outros mestres da Jurema que vêm de Codó, como Chiquita Preta⁷, Tereza Légua⁸, Mestre Luiz⁹, Zé Raimundo¹⁰, Antônio Légua¹¹. Há, contudo, pouca literatura sobre o assunto, especialmente àquela que se dedique à Codó enquanto cidade da Jurema. O que podemos deduzir dessa questão é justamente o fato de Codó transcender o seu território físico, compondo um mapa maior cuja geografia espiritual atravessa diferentes religiosidades no Brasil. Enquanto mata, enquanto cidade ou enquanto município, sua polissemia instiga novas derivas para pensar as composições do seu território.

7. Chiquita Preta do reinado do Codó (x2)/ Quanto mais a nega bebe, mais a nega arroxa o nó.

8. No meio de branco ela é Negra/ No meio de Negra, Rainha/ No Codó, Tereza Légua/ E no sação é Terezinha...

9. O céu anunciou nas matas/ Que um Caboclo Juremeiro vai chegar/ Ele vem correndo os embarços/ Desmanchando os Catimbós/ Chegou Mestre Luiz lá do Codó.

10. Lá na mata do Codó/ Mas por detrás de um pé de areira/ Eu vi um vulto passar/ Eu vi um vulto correr/ Seu Zé Raimundo que já vinha pro Pará

11. Da família do meu pai/ Sou o filho mais teimoso/ Da família do meu pai/ Sou o filho mais teimoso/ Não nego meu natural/ Isso é verdade/ Me chamo Antônio Légua/ Da Açucena da Trindade.

Considerações finais

Junto ao canto e ao voo, percebemos uma encantoria em dispersão. Codó e os Légua percorrem terreiros, montam em “cavalos” e atravessam diferentes religiosidades no Brasil, do tambor de mina paraense à Jurema do Rio Grande do Norte. Nesse percurso, suas matas emergem quando cantadas. Através de uma pesquisa e revisão em diferentes trabalhos sobre a encantaria brasileira, percebemos como Codó ganha um certo destaque e relevância, não apenas pelos encantados de Légua, mas também pela circulação de pais e mães de santo que tem um vínculo com essa terra. Essa influência, patente nos trabalhos aqui apresentados, permite criar vínculos entre os estudos sobre o terecô de Codó e outras religiosidades, na Amazônia ou no Nordeste brasileiro.

Acompanhando as diferentes narrativas sobre o Seu Légua, percebemos que se trata de uma dispersão vinculada às próprias noções sobre a entidade em diferentes terreiros. Suas características e procedências múltiplas, ainda assim, o vinculam sempre ao território codoense e suas matas. Codó como morada leva também a pensar em como sua relação com o território e com certa família de encantados a vinculam a formas próprias de trabalhar a espiritualidade ou de praticar a religião. Por isso, como vimos, Codó é também uma linha, a linha dos Légua, a linha das matas. Se Susete viu os encantados voando, lá em Santo Antônio dos Pretos, aqui podemos especular para onde foram, como chegaram, quem encontraram e o que transformaram quando chegam, trazendo junto a si as matas de Codó.

Referências

Ahlert, Martina. (2021). *Encantoria: uma etnografia sobre pessoas e encantados em Codó (Maranhão)*. Curitiba, PR: Kotter Editorial, EDUFMA.

Ahlert, Martina; Lima, Conceição; Zisman Zalis, Lior. (2024). Morada dos Légua, terra de encantaria: religião e cidade em Codó (Maranhão). *Anuário Antropológico*, n. v.49, n.1, p. 1-20.

Ahlert, Martina. (2019). “Precisão” e política: Algumas considerações etnográficas a partir de Codó (Maranhão). *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, n. 22, p. 1-12.

Alvarenga, Oneyda. (1950). *Babassuê: registros sonoros de folclore nacional brasileiro IV*. São Paulo: Biblioteca Pública Municipal.

Alvarenga, Oneyda. (1948). *Tambor de Mina e Tambor de Crioulo: registros sonoros de folclore nacional brasileiro II*. São Paulo: Biblioteca Pública Municipal.

Assunção, Luis de (2006). *O Reino dos Mestres: A Tradição da Jurema na Umbanda Nordestina*. Rio de Janeiro: Pallas.

Assunção, Luiz C. de. (2014). A Tradição do Acais na Jurema Natalense: Memória, identidade, política. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 11, n. 21, p. 143-166.

Bandeira, Luís Cláudio Cardoso. (2009). *Entidades africanas em “troca de águas”: diásporas religiosas desde o Ceará*. Dissertação de Mestrado. PEP-GH/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Bandeira, Luís Cláudio Cardoso. (2013). *Rotas e raízes de ancestrais itinerantes*. Tese de Doutorado. PEP-GH/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Castro, Yeda Pessoa de. (2011). De Como Legba Tornou-se Interlocutor dos Deuses e dos Homens. *REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 123-133.

Costa Eduardo, Octávio. (1948). *The negro in Northern Brazil: a study of acculturation*. New York: J.J. Austin Publisher.

Ferretti, Mundicarmo. (1992). Repensando o turco no tambor de mina. *Afro-Ásia*, nº 15, p. 56-70.

Ferretti, Mundicarmo. (2000). *Desceu na guma: o caboclo do Tambor de Mina em um terreiro de São Luís – a Casa Fanti-Ashanti*. São Luís: EDUFMA.

Ferretti, Mundicarmo. (2001). *Encantaria de Barba Soeira: Codó, capital da magia negra?*. São Paulo: Siciliano.

Ferretti, Mundicarmo. (2008). Tambor-de-Mina em São Luís dos Registros da Missão de Pesquisas. *Caderno Pós de Ciências Sociais-UFMA*, n.3, v. 6, p. 89-105.

Ferretti, Sérgio. (2009). *Querebentã de Zomadônu - Etnografia da Casa de Minas do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Pallas.

Leacock, Seth; Leacock, Ruth. (1975). *Spirits of the deep*. New York: Anchor Press.

Luca, Taissa Tavernard de; Campello, Marilu Márcia. (2007). *As duas africanidades estabelecidas no Pará*. Revista Aulas, n. 4, p. 1-27.

Luca, Taissa Tavernard de. (2003). *Revisitando o tambor das flores: a Federação Espírita e Umbandista dos cultos afro-brasileiros do Estado do Pará como guardiã de uma tradição*. Tese de Doutorado. PPGA/ Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

Luca, Taissa Tavernard de. (2010). *“Tem Branco na Guma”: A Nobreza Europeia Montou Corte na Encantaria Mineira*. Tese de Doutorado. PPGCS/ Universidade Federal do Pará.

Luca, Taissa Tavernard de. (2019). *Dom Luís de França: Aliança Simbólica entre Pará e Maranhão*. Revista Relegens Thréskeia, n. 2, v. 7, p. 18-36.

Nascimento de Souza, A. (2013). *Nordeste encantado: o culto à encantaria na Jurema*. Artigo apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 22 a 26 jul. 2013, p. 1-14.

Oliveira, Jorge Itaci. (1988). *Orixás e voduns nos terreiros de Mina*. São Luís: VCR Produções e Publicidades.

Peirce, Charles Andersen. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

Pordeus Jr, Ismael. (2011). *Umbanda: Ceará em transe*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Prandi, Reginaldo (org). (2001). *Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas.

Quintas, Gianno Gonçalves. (2007). *Entre maracás, curimbas e tambores: pajelanças nas religiões afro-brasileiras*. Dissertação de Mestrado. PPGCS/ Universidade Federal do Pará.

Silva, Vagner Gonçalves da. Legba no Brasil: Transformações e continuidades de uma divindade. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 2, p. 453-468.

Vasconcelos, Kauã. (2022). Fuga das Linhas: extinção e afastamento no convívio com os encantados na Ilha de Marajó. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 14, nº 2, p. 254-268.

Virgolino e Silva, Anaíza. (1976). *O Tambor das Flores: uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará; 1965-1975*. Dissertação de Mestrado. IFCH/ Universidade Estadual de Campinas.



**Memórias subalternizadas: reflexões
teórico-metodológicas de uma pesquisa
com idosos em Porto Franco/MA**

Maísa Marinho Dias¹
UFMA

Rogério de Carvalho Veras²
UFMA

Introdução

O presente artigo integra uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFMA) e financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), previamente intitulada “Imagens da memória: o lugar, a memória e suas representações”.

Ele propõe observações teóricas a partir das experiências de campo adquiridas ao longo da produção desta pesquisa, no período correspondente ao último semestre de 2023 e primeiro semestre de 2024, quando percebemos, que podemos refletir sobre como as interações simbólicas produzidas pela violência permeiam nossas relações sociais. Neste princípio, pretendemos compreender as representações que os idosos têm sobre os lugares de memória e como estas memórias podem constituir patrimônios na cidade de Porto Franco- MA.

Magnani (1986) critica a ideia de que representação é uma espécie de imagem mental da realidade, fruto de experiências individuais, para ele a representação trata-se de um processo de reconstituição da realidade em qual o sujeito reconstrói em grupos e redes de família e amigos cada discurso. E que lugar de memória para Nora (1993) são lugares de refúgio da memória, na qual as memórias se apoiam, sendo lugares materiais como por exemplo, praças, onde a memória social se ancora, funcionais, percebendo sua função de alicerçar memórias coletivas, e simbólicos, expressando como se revela através da memória coletiva as identidades dos indivíduos.

O lócus de pesquisa é a cidade de Porto Franco, no Nordeste Brasileiro. Este é um município que possui 23,903 habitantes (IBGE,2022),

1. Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal do Maranhão (PPGS/ UFMA). Licenciada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Tocantins (UFT) Email: maisa.dias@discente.ufma.br.

2. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Professor vinculado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: rogerio.veras@ufma.br.

localizado ao sudeste do estado do Maranhão, próximo 100 km de Imperatriz, a segunda maior cidade do estado. Compreendendo nossa localidade, essa pesquisa surgiu do interesse em conhecer mais sobre a memória dos lugares presentes nos espaços públicos do município.

O trabalho visa compreender, pelas perspectivas dos idosos, os usos dos lugares e suas representações de memória ou afeto sobre eles. Sob essa visão, a questão que norteia a pesquisa é: Como se apresentam os lugares de memórias pela perspectiva dos idosos no município de Porto Franco -MA? A partir dessa pergunta, pretendemos analisar as representações, os sentimentos e as memórias contidas através da história oral dos idosos sobre os lugares e memórias.

Nessa percepção os objetivos específicos são: a) entender como se constituem as memórias e suas representações, b) identificar os Lugares de Memória em Porto Franco, a partir das narrativas dos idosos, c) perceber como os Lugares de Memória podem constituir patrimônios materiais ou imateriais em Porto Franco.

Para alcançarmos esses objetivos utilizaremos a História Oral como metodologia de pesquisa qualitativa, esta que representa um dos caminhos para trazer qualificados conhecimentos científicos para as ciências humanas e sociais. Para Verena Alberti (2005), esse método estuda acontecimentos históricos ou grupo de pessoas e tem por objetivo permitir dar luz a seus depoimentos, ao evidenciar seus discursos sobre a sua própria história. Nessa perspectiva, em nossa pesquisa a reconstituição das memórias dos sujeitos sobre os lugares de memórias é possível por meio das narrativas orais, reconstituídas através do diálogo colaborativo entre pesquisador e interlocutor.

Nesse sentido, o método da história oral e as fotografias como subsídios metodológicos, ao serem utilizados pelo pesquisador, tem o poder de reconstituir uma memória esquecida ou valorizar uma memória passível de esquecimento. Segundo Nunes (2014) a preservação através da história oral por si só, já garante às minorias reconhecimento histórico, mas esse trabalho aliado a registro visuais, possibilitam ao texto presente a cooperação entre palavras e imagens. E por isso, estabelecer relações entre o método e o instrumento para produzir dados históricos possibilita ao pesquisador eternizar eventos que representam uma memória coletiva (Hal-

bwachs, 1990). Compreendendo que, apresentar registros visuais significa criar “veracidade” aos relatos obtidos através da história oral.

Por isso, almejamos refletir neste trabalho sobre a História Oral e a relação sobre quem tem direito a ter voz, a falar e a ser ouvido na pesquisa acadêmica. Nessa abordagem, entenderemos como se constitui essa relação dicotômica entre dominador e subalterno e como perceber esta relação quando se trabalha com a memória de idosos se faz necessária, uma vez que suas narrativas e vivências não fazem historicamente parte da “história oficial” e são neste entendimento silenciadas por um discurso dominante e opressor.

Do campo ao método

A pesquisa se propõe a estudar as representações presentes nos lugares de memória (Nora, 1993) da cidade de Porto Franco. Para Pierre Nora (1993), o conceito de lugares de memória, se refere a realidade da memória viva e, dessa forma entendemos que,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (...) vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9)

Nora (1993), afirma que os lugares de memória também podem ser entendidos como lugares de história, uma vez que estes lugares tidos como suportes de história são constantemente criados e ressignificados. O autor ainda define “são antes de tudo restos” (Nora, 1993, p. 12). Estes eventos passados, imortalizados com o intuito de escapar do esquecimento, são materializados mediante os seus registros, sejam eles em fotografias, livros, filmes, arquivos, museus, entre outros meios.

Consideramos os lugares de memória que identificamos como patrimônios, estes simbólicos e representativos, sejam eles tanto materiais como imateriais, e por isso visualizamos a importância de valorizar e reconhecer através da oralidade dos moradores de Porto Franco, suas memórias, interpretações e sentimentos sobre os lugares.

Em Porto Franco, até recentemente não existiam pesquisas que se dedicassem a estudar a cultura e a memória dos moradores de modo geral, este interesse vem surgindo recentemente com a proximidade de novas universidades na região. A partir do encontro com a pesquisa percebo como na cidade ainda não existem políticas de valorização e identificações patrimoniais e históricos sobre os ambientes em que os moradores vivenciam. Em diálogo com os interlocutores foi percebido que os moradores acabam não identificando que onde vivem, onde cresceram, faz parte da memória e da história da cidade em que habitam. E nesse sentido nunca reivindicaram a preservação de alguns espaços que foram modificados, senão demolidos.

Compreendemos que a maioria dos espaços de sociabilidade presente na cidade acabam se modificando de acordo com suas novas necessidades de uso. As memórias de momentos bons e ruins vividos nestes lugares ainda permanecem no conhecimento popular. Não obstante, assim como menciona Halbwachs (1990), algumas lembranças ocorrem de modo tão rápido que não são capazes de serem transformadas em memórias coletivas e acabam sendo esquecidas.

Identificando isso, percebemos a importância do processo de patrimonialização (Maciel, 2006) e dessa conscientização, pois é este processo que auxilia e protege nossa memória futura do esquecimento, guardando traços de nossas identidades, recolhendo elementos culturais que façam parte e representam grupos, que antes eram despercebidos. Esse processo de modo geral, visa buscar elementos esquecidos no passado, que possuam características importantes dentro de uma comunidade.

Com relação a história de Porto Franco, Waldemar Pereira publicou o livro “Meu Pé de Tarumã Florido: Um retrato de Porto Franco” (1997), neste livro Pereira conta desde o surgimento da cidade como vila, seu processo de emancipação enquanto cidade até a sua atualidade.

Apesar da relevância histórica e cultural desse livro para a cidade, seu conteúdo mostra uma interpretação de Porto Franco que não pertence a todos os habitantes. E no anseio de perceber que tanto os leitores da obra quanto os nossos descendentes também precisam conhecer outras versões sobre a cidade de Porto Franco, idealizo refletir criticamente so-

bre os lugares de memória presentes nas paisagens da cidade que precisam ser identificados.

A obra de Pereira (1997) não se limita a estudar os lugares de memórias que cercam a cidade, apesar de fazer referência a Beira-rio e o Pé de Tarumã³, pensando nas socializações e relações que eram produzidas nesses espaços, ele se permite se referir a classe social a que pertencia. No livro, Pereira (1997) faz esta reflexão sobre a sociedade de Porto Franco ser dividida em três classes sociais. A vista disso, Dias (2022) cita

O autor faz uma distinção muito curiosa sobre a cidade de Porto Franco ser marcada por classes sociais, aqui pensadas pelo autor em três categorias: 1ª a Sociedade, ocupada por pessoas provenientes da elite econômica e intelectual; 2ª a Segunda Classe, ocupada por famílias mais pobres, mas ainda assim respeitadas e honradas; 3ª o Baixo Meretrício, esta última classe era ocupada por moças chamadas de “raparigas e os gatos”, no dicionário Aurélio, de autoria do lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda palavra “rapariga” está usada para ofender uma mulher, sinônimo de prostituta e os “gatos”, é uma gíria para indivíduo que realiza pequenos furtos, visto como vagabundo, gatuno ou ladrão (Dias, 2022, p.46).

Percebemos por meio do fragmento apresentado por Pereira (1997), como eram distinguidas as três classes sociais presentes na cidade. Sabemos como a sociedade em que vivemos é diversa e plural culturalmente, socialmente e economicamente. Não obstante, por mais que isso seja evidente, as diversidades não nos permitem pensar nas pessoas, com menos poder econômico, como de “Baixo Meretrício”, ou tão pouco generalizar as pessoas que fazem parte desse grupo social.

Na leitura de Pereira (1997), fica evidente que ele considerava apenas a 1ª classe como parte da “sociedade”, implicando que aqueles pertencentes à 3ª classe não fariam parte dela. Diferente de Pereira (1997), nesta pesquisa, eu me ocupo em apresentar as características dos lugares de memória de todas as classes sociais, juntamente com suas diversidades.

3. Os espaços identificados como lugares de memórias determinados com base nos dados produzidos em campo por meio das entrevistas com os interlocutores.

Para compreensão e análise dos dados produzidos, o método que nos norteará em campo será a história oral, de modo que, “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas. (Thompson, 1998, p. 337). Nesse sentido, o uso desse método nos possibilita encontrar as memórias e reconstruí-las através das lembranças por nossos sujeitos de pesquisas, a fim de identificar suas histórias, reconstruindo esse passado.

Para além das questões que estejam surgindo ao longo da pesquisa, para a análise qualitativa devo me atentar às lembranças dos interlocutores, constituídas sobre a produção e reconstrução dessas memórias. De modo que, estes possam expressar de modo “natural” suas interpretações sobre suas vivências simbólicas nestes ambientes, que podem ou não existir mais. O objetivo é reconstituir as memórias através das narrativas orais sobre estes lugares a fim de respeitar estes testemunhos pelo material escrito através da dissertação.

Como cita Halbwachs (1990), mudanças vêm e vão com o passar dos anos, mas são as memórias boas de momentos que ficam. Valorizar e reconhecer a memória é promover uma história que o sujeito possa identificar como sua e que não tenha sofrido distorções sociais. Nesse sentido, devemos perceber que identificar esse passado para que seja reconstituído é de suma importância para que não seja perpetuada uma visão distorcida de uma história “oficial” que pertença a cidade de Porto Franco.

Caminhos metodológicos

Neste trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica em teorias da História Oral e sobre memória, com o objetivo de apresentar teoricamente como este estudo propicia ao pesquisador trabalhar em parceria com o interlocutor. Segundo Verena Alberti (2005), esse método privilegia sociólogos, antropólogos e historiadores, permitindo através de entrevistas, o diálogo com pessoas ou grupos sobre acontecimentos históricos, testemunhos e visões de mundo. Nesta perspectiva, buscamos compreender como podemos ouvir os discursos dos subalternos e integrá-los à história “oficial”.

Os caminhos tomados consistem em, por meio das referências básicas da História Oral, como fonte teórico-metodológica, buscamos a reconstituição das memórias dos sujeitos sobre os lugares de memória e suas representações, por meio do diálogo colaborativo entre pesquisador e interlocutor, suas memórias e vivências nestes campos.

Em nossa pesquisa a reconstituição das memórias dos sujeitos sobre os lugares de memórias é possível através das narrativas orais. Uma das principais características dessa metodologia é escutar os depoimentos de sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los como parte dela. Nesse sentido compreendemos que a História Oral se preocupa em,

Criar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais (Guedes-Pinto, 2002, p.95).

Percebemos como é circunstancialmente importante a compreensão da história oral de Porto Franco, compreendendo as vivências nos lugares de memória como interpretações da memória coletiva, de modo que,

Compreende-se a história oral inserida no âmbito da nova história cultural em sua preocupação não apenas com o pensamento das elites, mas também com as ideias de todos os grupos sociais, em especial das classes populares com suas experiências cotidianas, sentimentos, memórias, saberes, permitindo “reconhecer e dar valor a experiências silenciadas” (Thomson, 1997, p. 70 *apud* Albuquerque, 2021, p. 25).

Albuquerque (2021), nos ajuda a compreender a relevância da preocupação com as memórias populares de modo que sua identificação, bem como sua preservação, viabiliza sua reconstrução social ao longo dos anos. Possibilitando, nestas circunstâncias, que estas memórias sejam entendidas como uma diversidade de subjetividades e não como gerais e estereotipadas historicamente.

As fontes orais, segundo Oliveira (1997), e ao encontro com Guedes-Pinto (2002), não são excludentes, de modo que elas complementam os discursos que já existem, mas explorando as interpretações desses dis-

cursos próprios de cada sujeito, de modo que seja visto importância nas diversidades narradas. Nessa perspectiva, visualizamos a importância do narrador, identificando a relação entre o narrador e o pesquisador. Pensando assim, devemos perceber que nessa metodologia,

A narrativa constitui a matéria-prima para a História Oral. O narrador que conta sua história ou dá seu relato de vida não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida. Os eventos vistos sob seu prisma e o crivo perceptivo apresentam-se subjetivamente, possibilitando conhecermos as relações sociais e as dinâmicas que se inserem no âmbito de estudo (Cassab; Ruscheinsky, 2004, p.14)

Essa peculiaridade vista pelos autores consiste em pensar as riquezas visualizadas, através dos significados extraídos dos signos, sentimentos e emoções estabelecidas na relação entre narrador e pesquisador. Nesse contexto, através dessa relação, o pesquisador consegue identificar através das oralidades, os significados intrínsecos, que seríamos incapazes de identificar através somente da escrita.

Para compreendermos estes significados implícitos nos discursos percebidos por Cassab e Ruscheinsky (2004), devemos pensar com Portelli (1997), quando cita,

(...) mostram-se contraditórios, conforme a entonação conferida pelo relator, principalmente quando há observância rígida das regras e lógica gramaticais, sem se atentar para o teor emocional existente nos conteúdos das narrativas, quanto a velocidade, pausa, pontuação, intenção, mudanças de discursos e oscilações, que se desvelam mais pelo ato de ouvir, que de escrever (Portelli, 1997, p. 28).

Nesse sentido, a tradução dessas interpretações sobre a história oral dos sujeitos permite com que o próprio possa refletir quando tentar recordar sobre estas lembranças com relação a essas memórias vividas, essa reconstituição da memória e essas lembranças saudosas, devem ser visíveis aos leitores de modo que, “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são conservadas (Benjamin, 1994, p.205)”.

Significa nesse sentindo, que o pesquisador deve se apoiar nesse momento e no modo como as histórias se expressam, identificando que é através dessa escrita que ocorre a conservação dessas histórias, não abdicando desses sentimentos que se estabelecem no ato da tradução destes discursos alicerçando essa forma que Benjamin (1994) se refere sobre a arte de contar e recontá-las.

Rememorar o passado nesse contexto, para Benjamin (1994, p. 224), é algo exuberante: “a verdadeira imagem do passado se passa veloz, o passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento em que é reconhecido”. O movimento que podemos perceber nas fontes orais é finito de modo que essa força contida na sua reprodução tende a se enfraquecer, caso não seja preservado.

A vista disso, a preservação desses discursos através da escrita permite aos leitores o contato com estas histórias de vida que oscilam entre o esquecimento e a lembrança. O que por sua vez propicia a reconstrução da cultura porto-fraquina e a preservação dessas memórias.

Pensamos nessa conjuntura, bem como afirma Ecléa Bosi (1995) quando menciona que a rememoração permite com que seja exigido um esforço para recordá-las, possibilitando a recordação de um passado vivido. Para Bosi (1995) é preciso que possa haver uma reelaboração do presente para que esse passado seja revivido e assim possa haver reformulações sobre o mesmo. Esse ato permite ao próprio entrevistado relembrar e reinterpretar situações já superadas.

Nesse sentido Benjamin (1994), nos ajuda a entender que “não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução (Benjamin, 1994, p.210)”.

O interesse em conservar o narrado persiste no sentido de que possa haver coerência sobre as histórias narradas. Não obstante, já percebemos como o pesquisador se afeta (Fravet-Saada, 2005). O ser afetado nesse contexto de registrar a história oral dos sujeitos é de suma importância para o desfecho da pesquisa. Compreender essas memórias e entendê-las como fonte histórica faz do pesquisador um personagem desse cenário.

E por isso, fica entendido que, “tudo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos, mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais” (Amado, 1997, p. 146). Nesse fragmento percebemos que ao longo das narrativas atendidas pela oralidade os vestígios desse contato entre pesquisador e narrador serão imediatos, de modo que sentimentos logo serão encontrados. Em complemento Amado (1997), afirma que,

“em geral de forma inconsciente para este: determinados trechos de entrevistas, por exemplo, que ‘embelezam’ os feitos dos informantes com os quais o historiador simpatiza, podem ser citados, repetidos ou estendidos, enquanto outros, que prejudicam a imagem do informante, podem ser negligenciados, resumidos ou afastados para notas” (Amado, 1997, p. 148).

Para Janaína Amado (1997) “pessoas não são papéis” e nesse sentido compreendemos o fragmento acima, de modo que existem relações produzidas entre pesquisador e entrevistados que estabelecem constantes influências no trabalho apresentados, de modo que, somos imbuídos de emoções e sentimentos pelo discurso narrado entre pesquisador e entrevistados que ao longo da pesquisa nos faz seguir por caminhos que não havíamos imaginado.

Neste contexto Amado (1997) nos alerta sobre a cautela nesta relação, não a negligenciando, mas nos fazendo visualizar que esse contato em campo, nos fará identificar fatos que devem ser considerados pelo pesquisador com responsabilidade e compromisso, e nesse cenário a ética profissional deve transcender sobre estas amizades adquiridas em campo. E por isso desde o primeiro contato, podemos entender que esta relação já se permeia.

Em síntese, os autores nos fazem visualizar como, através da história oral, conseguimos encontrar relatos que não foram identificados na “história oficial” (Guedes-Pinto, 2002). A relação estabelecida a partir de então, evidencia resultados imediatos e possibilita aos sujeitos de pesquisa a preservação de memórias que estavam guardadas em um quadro social, como pensado por Halbwachs (1990).

Produção de dados: Por uma memória do subalterno

A partir da História Oral, também buscamos teoricamente refletir sobre como a memória de grupos culturais são subalternizadas. Alicerçados pela teoria de Veena Das, uma antropóloga indiana que dedica sua carreira acadêmica na perspectiva pós-colonial buscando compreender narrativas, acontecimentos políticos, traumas, violência, sofrimentos pessoais e seus múltiplos efeitos pelo olhos dos subalternos, evidenciamos como nossas memórias são “envenenadas” ao ponto de produzir um conhecimento “envenenado”.

Veena Das diz que “se a maneira de estar com os outros foi brutalmente ferida, então o passado entra no presente não necessariamente como uma recordação traumática, mas como conhecimento envenenado” (Das, 2011, p.35). De forma imediata, podemos refletir sobre como a relação entre sofrimento e conhecimento resulta em um sofrimento social, processo esse que influencia em nossa forma de agir, pensar e ser, e que produz esse conhecimento envenenado. Nesse cenário trata-se de um espaço em que permeia tensões sociais.

É uma dimensão simbólica entre dor e conhecer e reconhecer e desconhecer a dignidade que possui o sofredor. O que se insere nessa discussão é o fato desse conhecimento ser um passado presente na vida do sujeito, o que ocasiona com que este veneno seja impregnado em sua vida, mantendo-se a violência sofrida.

Ademais para Das (2011) o conhecimento envenenado não conduz uma passividade fadada às vítimas, as colocando como sofredoras e passivas a essa dor. Isso porque, tal como compreendemos pelo sociólogo Maurice Halbwachs (1990), a memória é reconstituída a cada dia, e nesse entendimento nossas memórias são conectadas e desconectadas em função do tempo, além de serem reelaboradas quando evocadas.

E por isso que a memória é uma “maneira de voltar a narrar os acontecimentos mais dolorosos às vezes permite às pessoas abandonar uma posição de imobilismo (Das, 2002, p. 454)”. Somente quando a vítima consegue se apropriar desse sentimento de dor, conseguindo estabelecer a confiança no outro, por meio dos testemunhos como o relato produzido pela história oral, e que elas conseguem abandonar essa posição

de imobilismos. Esses contextos das vítimas entendidos como eventos históricos, para Veena Das (2011), se torna uma fonte de informação preciosa para ciências sociais.

Para Ecléa Bosi (1994), o processo da rememoração permite com que seja exigido um esforço para recordá-las, possibilitando a recordação de um passado vivido. Ademais, é visível que seja preciso haver uma reelaboração do presente para que esse passado seja revivido e assim possa haver reformulações sobre o mesmo.

Buscamos refletir sobre como pensar em uma história oral e uma história oficial que compreendam nossa identidade e nos representem enquanto subalternos. Questionamos se é possível discutir ou mesmo rediscutir a situação do sujeito subalternizado, de modo a criticar os teóricos consolidados e convidá-los a repensar e inserir esses sujeitos como parte da história. Além disso, propomos a valorização destes discursos e criar mecanismos que permitam a esses sujeitos narrarem suas próprias histórias e serem ouvidos.

Na busca por essa definição do que é ser subalterno, Spivak (2010, p. 12) explica que este pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

Para Spivak (2010) não é “fala sobre, mas falar por”, essa condição de sermos silenciados e de que há discursos nacionais que se reproduzem na consciência coletiva e que não nos representa, concorda com o que vínhamos trazendo com Das (2011). Isso pois, esse silenciamento provocado no ato de testemunhar, é visível somente quando há espaço para que se possa haver interação, o que seria um espaço de narração entre o quem se fala e quem se houve.

Entender a relevância da preocupação com as memórias populares e perceber que a sua identificação, bem como sua valorização, viabiliza sua reconstrução social ao longo dos anos, é o que possibilita que, mesmo nesse cenário de diversidades e subjetividades, de modo geral, não sejam excluídas por não serem parte da história “oficial”.

Como reforça Spivak (2010), esse cenário precisa mudar mesmo nas academias, uma vez que fundada em teoria coloniais, muitas ainda refor-

çam em seu corpo docente e acadêmico estigmas que perpetuam essas diferenças dentro da instituição por docentes ou fora, quando os discentes saem em campo para pesquisa. O que é visível neste âmbito é que, “esse espaço dialógico de interação não se concretiza jamais para o subalterno. Pois, este é desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar” (Spivak, 2010, p. 15). A falta de “voz”, o silenciamento que se é tomado pelo subalterno “apagam” sua representatividade.

Existe uma violência epistêmica em que se estigmatiza e cria-se uma neutralização do Outro, este é subalternizado, colonizado e ocasionalmente invisibilizado. Pela falta de agentes ao lado dele, evidencia a falta de poder e de representação na sua própria trajetória. Refletir como essa prática afeta o subalterno é perceber como esse é um fator que reforça a sua subalternização.

Considerações finais

Nosso objetivo com esse trabalho é reconstruir essas memórias tênues e garantir aos idosos um passado e um futuro reconstituído por eles mesmos e, segundo Thompson (1998), a história oral tem essa função. Nessa pesquisa analisaremos as histórias dos idosos, no desejo de compreender suas representações dos lugares de memórias, entendendo que é preciso haver uma reelaboração do presente para que o passado seja revivido (Bosi, 1995).

E por isso que buscamos conectar caminhos teóricos e metodológicos da pesquisa em andamento, apresentando princípios teóricos da história oral como metodologia e parte de dados em desenvolvimentos que integram este trabalho. Visualizando que estabelecer relações entre o método e o instrumento para produzir dados históricos, possibilita ao pesquisador eternizar eventos que representam uma memória coletiva.

Em relação à teoria, a percepção de que o conhecimento do subalterno é envenenado se tornou possível quando passamos a identificar que não existe uma história, existem variadas histórias, e elas têm etnia, religião e localização. Pollak (1989) afirma que existe um negacionismo historiográfico para o ponto de vista dos subalternos, e excluídos da história “oficial”.

É nesse sentido que Das (2011) aponta que a negação é justamente o desconhecimento, por opção ou não, de considerar relevante a condição vivida. Spivak (2010) nos ajuda pensar de encontro com essa teoria como enquanto mediadores destes discursos devemos nos atentarmos e valorizarmos estas representações de memórias evocadas e resignificadas que são produzidas e que representam ao sujeito uma história não só sua, mas que é constituída por um grupo e pertence a outros sujeitos que não desfrutam desta mesma mediação.

O processo de reconhecimento do sofrimento e da escuta parte da confiança no outro e da credibilidade, acreditando que a palavra do outro produz dor e sentimento. O sujeito é sua própria testemunha. Os pesquisadores intermediários no campo abrem caminhos para que essas histórias sejam identificadas e ouvidas com segurança, valorização e respeito. Essas memórias são mais do que fragmentos; fazem parte de uma história que, como menciona Halbwachs (1990), não é constituída individualmente, mas em grupos, sendo, portanto, memórias coletivas. Essas memórias não representam apenas dados, mas sim histórias de vidas.

Referências

Alberti, Verena. (2013). Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Albuquerque, Maria Betânia Barbosa. (2021). Sabenças do Padrinho. Belém: EDUEPA.

Amado, Janaína. (1997). A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, n. 15, São Paulo.

Benjamin, Walter. (1994). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia, Técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 197-221.

Bosi, Ecléa. (1994). Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Cassab, Latif Antonia; Ruscheinsky, Aloísio. (2004). Indivíduo e Ambiente: A metodologia de pesquisa da História Oral. Biblos, Rio Grande, 16: 7-24.

Das, Veena. (2011). O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, (37), pp. 9-41. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a02n37.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

Das, Veena. (2002). Sufrimientos, teodiceas, prácticas disciplinarias y apropiaciones. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, UNESCO, n. 154.

Dias, Maisa Marinho. (2022). “Meu Pé de Tarumã Florido”: Cultura e tradição local contadas através de imagens. Trabalho de Conclusão de Curso. UFT/ Universidade Federal do Tocantins. Tocantinópolis, TO.

Favret-Saada, Jeanne. (2005). Ser afetado. *Cadernos de Campo: Revista do PPGAS da USP*, Ano 2014, Número 13. Disponível em: [“Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada | Cadernos de Campo \(São Paulo - 1991\) \(usp.br\)](http://www.usp.br/cadernosdecampo). Acesso em: 10 de março de 2023.

Goffman, Erving. (1981). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Guedes-Pinto, Ana Lúcia. (2002). Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras.

IBGE. (2023). Panorama de Porto Franco, Maranhão, Brasil. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/porto-franco>. Acesso em: 28 dez. 2023.

Halbwachs, Maurice. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

Magnani, José Guilherme Cantor. (1986). Discurso e representação ou De como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: Durham, Eunice R. et al. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Nora, Pierre. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28.

Nunes, Elke Daniela Rocha. (2014). Fotografia e História Oral: Imagens e memórias de trabalhadores da ICOMI no AMAPÁ. *R. Mem., Tubarão*, v. 1, n. 2, p. 67-83, jan./abr.

Oliveira, Arlete B. de. (1997). O que faz a história oral diferente. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, n. 14, p. 25-39, São Paulo. Disponível em: [O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE | Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História \(pucsp.br\)](#). Acesso em: 20 de abril de 2023.

Pereira, Waldemar Gomes. (1997). Meu Pé de Tarumã Florido: um retrato de Porto Franco. Imperatriz: Editora Ética.

Portelli, Alessandro. (1997). O que faz a história oral diferente? Projeto História, n. 14, p. 25-39, São Paulo.

Pollak, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (2010). Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Thompson, Paul. (1998). A voz do passado. Tradução de Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra.

GT11 - Sociabilidades e políticas da diferença nas fronteiras amazônicas



Ações coletivas no reconhecimento do Quilombo Urbano Liberdade/MA

Ana Talycia Marques Vale¹
UFMA

Karina Almeida Sousa²
UFMA

Quilombos e Quilombolas no Maranhão

Um aspecto a ser considerado na reflexão sobre a incidência de quilombos no estado do Maranhão são as muitas regiões de fronteiras, ou seja, por isto ocorreu “uma extraordinária multiplicação de quilombos nessa província durante o século XIX” (ASSUNÇÃO, p.433, 1996). Vale ressaltar que durante o Brasil Império, o estado foi cenário de um dos maiores movimentos de resistência quilombola e camponesa, a Balaiada. A Balaiada foi uma das primeiras revoltas do campesinato no Maranhão e no Brasil (1838-1841). O movimento é caracterizado como um dos maiores movimentos de insurreição durante o período imperial dado pela mobilização geral dos bem-te-vis (liberais) contra o poder conservador (cabanos)³. Formado por um grupo heterogêneo que alcança parte do Maranhão, Piauí, e Ceará, espaços historicamente diferentes, e com distintas versões em cada região, a *Guerra da Balaiada* desmistifica uma premissa corrente sobre a passividade política do “povo”, e principalmente do povo negro, e caracteriza-se por uma revolta multiclassista⁴.

De acordo com Mathias Assunção (1996), o número considerável ne africanos e afro-brasileiros escravizados que se concentrava na região do Vale do Itapecuru, associado as fugas, os suicídios, os assassinatos,

1. Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão e Graduada em Estudos Africano e Afro-Brasileiros pela Universidade Federal do Maranhão. Email: ana.talycia@discente.ufma.br <https://orcid.org/0000-0001-9348-1496>

2. Professora da Universidade Federal do Maranhão e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Email: ka.sousa@ufma.br <https://orcid.org/0000-0002-2552-2046>

3. A eclosão da Balaiada, a maior guerra civil ocorrida no Maranhão, entre 1838 e 1841, foi devida tanto à luta entre liberais e conservadores como à crescente revolta da população de cor contra as arbitrariedades da elite. (ASSUNÇÃO, 2011, p.442)

4. Para Mathias Assunção, “ela envolveu também fazendeiros de gado, vaqueiros, e mesmo escravos”. Há, no entanto, dois aspectos que a diferenciam das demais (talvez com a exceção da Cabanagem). Primeiro, à diferença das outras, contou com a liderança popular desde o início. Segundo, é também exemplo pouco comum na história do Brasil de um movimento onde se esboçou uma aliança-efêmera sem dúvida - entre camponeses livres e escravos. (ASSUNÇÃO, 1997, p. 68)

os numerosos quilombos ali presentes demonstravam o nível de resistência dos cativos ao regime escravocrata, na área mais povoada da província. Soma-se ao contexto a iminente instabilidade política da época devido a exploração econômica, a resistência ao recrutamento de homens livres em idade de servir o Estado que seriam enviados à Guerra do Paraguai (1864 a 1870), associada a politização advinda do descontentamento para com o Estado, e a fragilidade das tropas nas sucessivas fugas dos escravos diante das tentativas sem êxito de captura, desencadearam formas de resistência dos quilombolas com a participação de homens livres no Maranhão Imperial.

A Guerra da Balaiada esteve articulada com outras revoltas negras que, atuando em uma espécie de rede, culminaram numa pressão popular frente ao Império. É possível estabelecermos paralelos entre as insurreições ocorridas no Brasil e a iminência da primeira e vitoriosa insurreição de africanos e seus descendentes escravizados iniciada em 1791, no Haiti. O Haiti tornou-se independente da França em 1803, sendo esta considerada por alguns autores a primeira e maior revolução negra das Américas. Guiados pelo mesmo espírito de insubordinação os jacobinos negros desejavam o extermínio de seus opressores e a tomada da colônia para si, diante da violência generalizada.

Assim como esses e outros movimentos de insurgência, o movimento abolicionista também se caracteriza como um fenômeno social político e multiclassista, configurado por alguns autores, como o primeiro movimento social brasileiro (ALONSO, 2015). O movimento fundamentou-se entre arenas e em três fases distintas, encabeçados principalmente por André Rebouças, Joaquim Nabuco, Luís Gama, José do Patrocínio⁵, culminando na abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. A articulação negra afasta a ideia de que a abolição estava atrelada aos atos da família real. Embora a historiografia oficial, neste caso também apontasse que o feito da abolição fosse um ato benevolente, o que se conclui foi uma ampla atuação de articuladores nos grandes centros urbanos do país na época. O debate sobre o protagonismo negro desses e outros

5 . Tese defendida pela pesquisadora Ângela Alonso em seu livro Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 529 p.

agentes na historiografia brasileira, retrata a escravidão como uma ideologia das classes dominantes na própria história oficial, permeando-se também para largas parcelas da sociedade (CHIAVENATO, 1987, p.13).

Nesse sentido apontamos o surgimento do bairro Liberdade o qual está associado a três fenômenos. Segundo Assunção (2017) a criação do matadouro modelo ou “campina do matadouro” em 1918 por se situar às margens do Rio Anil, como observado no mapa, no qual desempenhava-se várias funções desde o abate até recepção de mercadorias de outros pontos da cidade e até mesmo de outros estados. Outro motivo foi a construção do Centro de lançamento em Alcântara (1986)⁶. A construção da base atuou como principal propulsora da migração de quilombolas para o perímetro urbano da capital, São Luís, devido ao processo de desapropriação do território. Outro fator relaciona-se a construção do terminal portuário da Ponta da Madeira, também em São Luís, impulsionado pelo Programa Grande Carajás através do Governo Federal. O programa estimulou obras de infraestrutura entre as décadas de 1960 e 1970 no Maranhão⁷.

Ainda sobre o surgimento do quilombo, Assunção (2017) refuta o surgimento do bairro ao Sítio Itamacacá ou Tamacacá, de propriedade de Ana Joaquina Jansen Pereira⁸, uma vez que para seus entrevistados

6. Mais um acontecimento que marca também o surgimento destes bairros é a construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), o que impulsionou os deslocamentos de alguns interlocutores dessa pesquisa para a capital maranhense. De acordo com Araújo; Martins; Gaioso (2009, p. 12): “a implantação do CLA acontece em 1983 e implicou na desapropriação de 62% do referido município e afetou aproximadamente três mil famílias constituídas de pescadores, extrativistas, agricultores, pequenos comerciantes e artesãos”. (ASSUNÇÃO, 2017, p.36)

7. O Projeto Grande Carajás seguiu na esfera política estadual, buscando analisar o discurso desenvolvimentista e o programa de integração e ocupação da Amazônia como forma de levar o desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste. (...) A proposta de tal programa era baseada na mão-de-obra nordestina, liderada principalmente por conta do vazio demográfico na Amazônia. (...) e respaldava-se não somente em um cunho geopolítico, mas, principalmente, no caráter econômico do plano desenvolvimentista gerido durante os governos militares. (SANTOS, 2020, p.39-40)

8. Ana Jansen foi uma das mulheres mais poderosas do Maranhão Oitocentista, na época era dona de terras, escravos e importante figura política sendo intitulada informalmente de Rainha do Maranhão, conhecida no folclore maranhense pelas práticas de crueldade para com seus escravos. (...)” Ana Jansen inevitavelmente aparece, em virtude dos poderes incontestáveis que exerceu entre as décadas de 30 e 60

“seus espaços de trabalho (fábrica, matadouro, porto ou, o mais recente, o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA) adquiriram maior relevância para situar os processos de organização do bairro que guarda a história da Baronesa de Jansen e seus domínios, exercícios de poder e práticas de violência”.(ASSUNÇÃO, 2017, p.26). Isto corrobora com a ideia da memória coletiva dos moradores que entra em confronto com a história oficial veiculada na cidade de São Luís na época.

As tensões relacionadas à titulação das comunidades quilombolas no Brasil mobilizam discussões situadas para além dos conflitos territoriais. Parte dessas tensões relacionam-se as dinâmicas envolvidas nos processos de identificação dos sujeitos e grupos autoidentificados como quilombolas. O artigo mobiliza um conjunto de práticas culturais realizadas em quatro bairros da cidade de São Luís a Liberdade, Camboa, Fé em Deus e Diamante com o objetivo de compreender possíveis conexões entre as práticas, os grupos produtores das práticas, os processos de identificação e as demandas pelo reconhecimento do primeiro quilombo urbano do Maranhão, o Quilombo Urbano Liberdade⁹.

O censo realizado no ano de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizou pela primeira vez na história brasileira, a população autodefinida como quilombola. Os dados produzidos demonstraram que o Maranhão possui a 2ª maior população de quilombolas no Brasil, sendo que praticamente 72% dessa população reside na região nordeste, seguida do Sudeste e demais regiões. A cidade de Alcântara, localizada 20 km de São Luís, possui o maior percentual de quilombolas por número total de habitantes, atingindo o número de 85,4% de quilombolas. Vale destacar que a realização deste censo configura uma importante reivindicação das populações quilombolas. Isso porque nos últimos anos, a deficiência do aparato estatal para com essas comunidades foi manifestada através da ineficiência das entidades que deveriam garantir direitos. Um outro fator a se apresentar são os confl-

do século XIX. Ana Joaquina Jansen Pereira Leite, a popular ‘Ana Jansen’ ou simplesmente ‘Donana’ (FERREIRA, 2006. p.82).

9. O Quilombo Liberdade foi o primeiro quilombo urbano reconhecido pela Fundação Palmares no estado do Maranhão, no ano de 2019, e é composto por quatro bairros, são eles: Liberdade, Camboa, Fé em Deus e Diamante

tos atrelados aos processos de reconhecimento, uma vez que esta regulação fundiária é direcionada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Palmares, órgãos governamentais dissociados entre si.

A Fundação Palmares tem o papel de reconhecimento cultural ligado ao Ministério da Cultura, e a partir disso a comunidade Quilombola frente a criação de uma associação, pode possuir o direito de pleitear o título da terra junto ao Incra. Este título destina-se, portanto, à associação criada, e não pode ser dado individualmente, mas sim a todos os quilombolas reconhecidos ali. No caso do Quilombo Liberdade, já reconhecido em 2019 pela Fundação Palmares como o primeiro quilombo urbano do Maranhão e maior da América Latina, o território segue sem demarcação. Este ponto não será tratado no artigo, mas merece especial atenção, justamente por se tratar de um quilombo urbano, ou seja, a regulação da posse da terra tende a envolver processos e dinâmicas distintas.

Assegurar este direito hoje no Brasil, representa uma difícil tarefa a ser encarada pelas populações quilombolas, pois segundo o Incra há pelo menos 1.802 processos abertos¹⁰, o que indica a existência de comunidades certificadas pela Fundação Palmares, porém sem titulação e demarcação. Os problemas não se limitam apenas aos aspectos de regularização das terras, englobam também direitos fundamentais, como saúde, educação, saneamento básico, etc. Acentuando a fragilização do acesso a políticas públicas. O Censo 2022 poderá contribuir para o acesso a esses e outros direitos, uma vez que se pode dimensionar as populações quilombolas em cada parte do país.

Os quilombos urbanos evocam um caráter distinto na declaração de admissão dos territórios, isso se relaciona ao deslocamento da categoria com relação ao senso comum, como sinônimo de rural, ou seja, “constituem um fenômeno relativamente deslocado com relação ao sentido que foi sendo consolidado pelos debates relativos à sua aplicabilidade” (Arruti, 2014, p. 05). Ainda segundo o autor, o debate sobre quilombos urbanos não é central, sequer dentro do “movimento quilombola”, uma

10. **FONTE:** <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorte-inedito-do-censo>

vez que requer o deslocamento da categoria por hora centrada na relação de “terras de uso comum”. Podemos afirmar que os quilombos urbanos se caracterizam por uma categoria nova, bem como seus processos de identificação, que se distinguem entre si, por isso o Quilombo Urbano Liberdade se constitui junto a resistência da juventude no bairro, ou seja, ao “elaborar esquemas interpretativos que possibilitam aos participantes de uma ação social não somente estabelecer uma definição da situação como também alinhar-se de acordo com o status de participação” (ARRUTI, 2014, p.15).

No Liberdade, as manifestações artísticas de caráter coletivo ganham contorno das práticas culturais expressivas negras em diáspora, ou seja, passam a ser empregadas na luta por melhores condições de vida das pessoas que sofrem com a opressão e discriminação, e isso é observado nas letras das músicas dos raps, nas pinturas grafitadas, assim como nas demais expressões do movimento hip hop, dos clubes e bailes de reggae, nos terreiros de religiões africanas, afro-brasileiras, e afro indígenas, bem como nas festividades vinculadas ao catolicismo popular.

As práticas culturais expressivas negras, tais como a dança, a música, as festividades, as expressões religiosas surgidas no e do encontro de diferentes matrizes estéticas, musicais, corpóreas, culturais e políticas, podem ser apreendidas em termos de uma atualização das práticas culturais. Atualizações que ressaltam suas características de similaridades e diferenças (HALL, 2017) inscritas em uma comunidade de memória (APPIAH, 2014) que tem no corpo negro seu registro. As práticas de identificação coletiva, são transversais e representam a memória constituída nos diferentes espaços onde a diáspora africana se faz, configurando e reconfigurando relações sociais e políticas, a partir de atividades mais comunitárias do que individuais. Desta maneira, os movimentos dos povos da diáspora africana nas Américas não dissociaram a cultura, da política e da estética. O fazer estético, o lazer, a dança e a música articulam a experiência de opressão, resistência e superação das condições adversas vivenciadas aos diferentes contextos coloniais e pós-coloniais.

A memória coletiva, segundo Maurice Halbwachs (1990), pode ser entendida pelo grupamento da memória individual, onde se pode selecionar circunstâncias do tempo passado ou datas que somente tem sen-

tido em relação ao grupo pertencente. No contexto da diáspora africana, a memória coletiva derivada da experiência comum da escravidão, das barreiras constituídas pela racialização é também propulsora de espaços de entrelaçamento e produção de sentidos particulares, ao mesmo tempo em que delineiam modos de ser, estar e fazer a partir dos deslocamentos dos sujeitos, de suas influências e de suas produções.

As dinâmicas de similaridades e de diferenças entre os sujeitos negros e suas práticas culturais são por nós compreendidas como elementos potenciais para a reconstituição de cadeias de significados, similaridades e diferenças, entre níveis específicos dos movimentos diaspóricos. Este artigo, portanto, sustenta que a cultura negra-africana se realiza transpassando as fronteiras nacionais se constituindo, ou configurando, uma comunidade de memória entre povos da diáspora no Novo Mundo e os povos africanos promovida a partir dos deslocamentos em níveis micro e macrossociológicos. Logo,

se nos despojarmos desta forma de memória coletiva que seria a história de caráter impessoal, desta precisão abstrata e desta relativa simplicidade que dela fazem precisamente um quadro sobre o qual nossa memória individual poderia se apoiar. (...) É nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ele tem tudo o que é preciso para construir um quadro vivo e natural em que o pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado (HALBWACHS, 1990, p. 60-71).

Segundo Moura, as formas de associativismo negro representam estratégias de negociação a partir das restrições impostar pelo racismo, ao invés de procurarem fugir a essa marca, os grupos negros conseguiram transformá-la em herança positiva e organizada através de um *ethos* criado a partir da tomada de consciência da diferença das camadas privilegiadas em uma sociedade etnicamente diferenciada (1983, p.144). Por isso, nosso objetivo se dá em observar como as formas associativistas ocorrem por meio das práticas culturais no Quilombo Liberdade e, como elas se apoiam na perspectiva da memória coletiva. Para tanto, faz-se necessário entendermos os processos culturais ocorridos no antigo bairro Liberdade,

agora reconhecido Quilombo Urbano Liberdade, este fundamento como princípio entrecruzado com a historicidade do lugar, permite-nos através do entendimento do passado compreendermos os caminhos do presente.

Agência negra em diáspora no Quilombo Urbano Liberdade

A articulação dos processos de autoidentificação dos sujeitos no bairro da Liberdade é pensada por meio de cinco eixos agenciadores., à saber: bumba meu boi(1); bloco afro (2); hip hop (rap) (3); coletivos (4) e a produtora cultural (5). Esse diálogo nos fornece uma tipologia a partir da agência da população afrodiáspórica mobilizada pelas práticas culturais, ou seja, que se articulam com a importância que os grupos desempenham na preservação e dinamização de uma memória e da experiência negra.

O Bumba Meu Boi é uma das festividades mais tradicionais do estado do Maranhão e dentre os principais sotaques estão: os sotaques de matraca, zabumba, da baixada, costa-de-mão e sotaque de orquestra. Cada um desses sotaques, compassos e toques diferenciados sofrem influências região específica do Maranhão. Desta maneira, o boi sotaque de Zabumba ou de Guimarães “tem sua origem em raízes africanas, uma vez que os elementos e rituais de matriz africana estão presentes nos ritmos, nas vestimentas, nos instrumentos” (SILVEIRA, X 2013). O Boi da Liberdade, ou como é mais popularmente conhecido, o Boi de Leonardo, de sotaque de zabumba, um dos bois mais antigos e tradicionais de São Luís. O Boi de Leonardo tem suas raízes na Baixada Maranhense, isso porque os sotaques são determinados pelas suas regiões de origens segundo (SILVEIRA, 2013, p.35).

Desde 2018 o Boi de Leonardo faz parte do Complexo Cultural Bumba Meu Boi. O Boi foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, pelo Instituto do Patrimônio Humanístico Artístico Nacional (IPHAN). O IPHAN solicitou junto à Unesco a titulação do Complexo Cultural como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Desta maneira é importante pensar quais fatores fazem com que grupos de bois se apresentem até hoje. Um dos aspectos ocorre em virtude da tradicionalidade, baseado principalmente pela religiosidade, assim

como as festas religiosas praticadas no bairro se dão pela periodicidade e logo tradicionalidade, as festas tais como o Bumba meu boi, ocorrem de maneira parecida.

A sede Bloco Afros Netos de Nanã, o segundo eixo agenciador em nossa análise, foi fundada em 1990 no município de Ribamar, logo em seguida se instalou no bairro da Liberdade. A casa pertencia aos pais de Álvaro José, avós de Letícia. O Bloco também se relaciona com as práticas sociais, na promoção de oficinas de percussão e de danças de matriz africana. O bloco ainda tem ligação com a dança cacuriá, uma vez que tem relação também com a Festa do Divino. Algo em comum foi percebido nas duas casas culturais, que é o protagonismo das mulheres nas manifestações culturais. Tanto Regina, filha do mestre Leonardo, quanto Letícia, filha de Álvaro José, fundador do bloco afro Netos de Nanã, assumiram os legados perpetrados por seus pais, seus ancestrais. Esse elemento nos fornecem uma análise para pensar até que ponto as práticas políticas culturais desenvolvidas na Liberdade, estão interseccionadas por raça, gênero e classe na constituição dos espaços de referência.

Isso porque o terceiro eixo presente no Quilombo Liberdade teve seu início na década de 1990 e formou-se a partir de uma organização de mulheres negras. O grupo de rap Preta Anastácia surgiu a partir da articulação do movimento negro no Quilombo Liberdade. Segundo Durans, o movimento negro atuou “fazendo com que este movimento trouxesse o mérito de ser o primeiro movimento hip-hop do Brasil a ter em sua estrutura interna um núcleo de mulheres (2014, p.76). Posteriormente, em 1997, o Núcleo de Mulheres Preta Anastácia caracterizou-se por uma atuação de mulheres que “cantam rap, que dançam break e que fazem grafite” (DURANS, 2014, p.76). A breve duração do grupo deu-se em razão de gestações precoces das participantes.

Durante os anos de 1996 e 1997 houve uma desarticulação do grupo, principalmente, em função da gravidez precoce de algumas de suas integrantes. Atualmente reconhecem que estão mais “maduras” e procuram passar suas experiências para as militantes mais jovens que estão entrando no movimento (DIAS, 2002, p. 97).

O pioneirismo da atuação de jovens mulheres que por intermédio do hip hop expressa a ideia de autodefinição através do rap. Ao resgatarem a memória de suas ancestrais, elas também se resgatam a si próprias, ou seja, essa positividade suscita um elemento importantes da construção identitária no Quilombo Liberdade. Entender, analiticamente, como a agência cultural interliga-se a uma dimensão política através de uma *identidade negra mobilizadora* segundo (MUNANGA, 2000, p. 32-33), isto é, esta renovação se dá pelo tensionamento que parte de um feminismo negro construído no território. Renovado por coletivos e mobilizados pelos status de *outsider within*¹¹ ao qual caracteriza Patrícia Hill Collins, apontado pelas mulheres na Liberdade.

A mobilização pelo reconhecimento do bairro relaciona-se diretamente com o aspecto de reivindicação e participação feminina, por isso o penúltimo eixo apresentado é o Coletivo Viva Quilombo, surgido das experiências de moradoras do quilombo com a realizações de projetos sociais focados no fortalecimento de políticas públicas para a população do quilombo liberdade, em São Luís-MA. O projeto visa contribuir com o processo de formação de jovens, mulheres e suas famílias, oferecendo práticas educativas de construção de identidade étnica quilombola, e de políticas públicas, bem como ações como rodas de conversa, oficinas temáticas e atendimento social com plantão psicológico gratuito na Associação dos Remanescentes Quilombolas da Liberdade, lugar onde desenvolve-se estas e outras atividades.

Nesse sentido refletimos como a reprodução da ideia de subalternidade da mulher negra frente à espaços de lideranças é difundida pela eficiência que as imagens de controles apresentam, segundo Hill Collins (2020) isto ocorre ao validar as formas de dominação. Logo, esse mecanismo anula a possibilidade de tornarem-se sujeitas de conhecimento. A agência estabelecida pelas mulheres se sobrepõe as imagens de con-

11. Um conceito desenvolvido em 1986 por Patricia Hill Collins que confere perspectivas diferenciadas pelas mulheres negras norte americanas sobre o mundo social e seus fenômenos, perspectivas essas que podem inclusive questionar os paradigmas sociológicos existentes apontando as ausências e silenciamentos presentes nesses modelos especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.

trole sendo substituídas e redefinidas pela autodefinição. Esse “conhecimento construído do eu emerge da luta para substituir imagens controladoras por conhecimento autodefinido considerado um conhecimento essencial à sobrevivência das mulheres negras” (COLLINS, 2019 p.286). Por isso o poder da autodefinição além de exercer a coerência de uma política que ao se transversalizar, mobiliza ideias e atitudes em função do coletivo, proporciona ao agente se reconhecer nesse processo de luta por direito.

Por fim, a presença deste último eixo representa os traços diaspóricos existentes entre a Baixada Maranhense e a cidade de São Luís, a produtora intitulada Novo Quilombo, fundada por Carlos Alberto Pinto Santos em 7 de abril de 2007, fica localizada em uma das principais ruas do bairro, a Gregório de Matos. A produtora conta com programações musicais do ritmo mais celebrado na capital maranhense, o reggae. Durante a imersão no campo de pesquisa, foi decretada a lei nº14.168¹² de 11 setembro de 2023 que concede ao Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o título de Capital Nacional do Reggae.

Embora o recente título dado à cidade de São Luís, a mesma já era reconhecida como a “Ilha do Reggae”, a “Jamaica Brasileira”. Para alcançar esse título a capital maranhense passou por vários processos de “socialização, identificação e apropriação desse gênero musical ao longo de mais de trinta anos, tendo em vista que o reggae aportou no Maranhão em meados dos anos 1970” (BRASIL, 2011, p.1.) Frente a isto a Produtora Novo Quilombo concebe o reggae como o mais importante símbolo de resistência, dividido em 10 espaços, cada um é intitulado por uma comunidade quilombola do município de Alcântara.

Pôde-se observar como a construção das formas de resistências presentes no Quilombo Liberdade, são atravessados pelo processo de identificação e reconhecimento do lugar por seus agentes, atrelado à concepção de reinvenção da identidade quilombola no espaço urbano,

12. O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica concedido ao Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o título de Capital Nacional do Reggae. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 11 de setembro de 2023. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14668.htm

nesse sentido, segundo Clóvis Moura, “os quilombos traduzem formas de resistência social da população negra dado à forma contínua de protesto” (MOURA, 2020 p.20). Por isso o Quilombo Urbano Liberdade, situado na cidade de São Luís-MA, estabelece em sua formação relações diretas com quilombolas que vieram da baixada maranhense,¹³ fato que lhes atribui importância política, social e cultural, o qual foi percebido ainda em trechos da entrevista realizada com Alberto da Liberdade, como assim se denomina, proprietário da Produtora Novo Quilombo.

Meu pai veio de Santa Helena-Pilões, minha mãe veio de Cururupu, eles ficaram sabendo que estava tendo a construção do Matadouro e vieram tirar um terreno aqui na Liberdade, na Maré e vieram pra cá, entendeu? Então eles fizeram, eles são a minha referência. Além disso, a minha família além de ser composta pelo meu pai, ela é composta também por Leonardo, por Apolônio, por Seu Diquinho, por Dona Benedita, por Pai Coxo. Então essas pessoas que eu falei são as pessoas de maior destaque cultural na Liberdade. E eu sempre estive presente na vida deles participando das ações que eles faziam. (...) E a minha inserção nesse meio se deu pois desde quando eu nasci, as pessoas sempre falavam que o bairro da Liberdade era um bairro perigoso. E eu nunca gostei quando alguém mencionava isso. Então eu fui crescendo, fui crescendo e eu descobri que através da música você consegue educar as pessoas. Então a esquina Bob Marley surgiu justamente para trazer mais paz para a Liberdade. E antes deles titularizarem São Luís do Maranhão como a capital nacional do Reggae, nós do Quilombo já tínhamos titularizado o bairro da Liberdade como o bairro do Reggae. Por que o bairro do Reggae? Porque as pessoas que moram aqui na Liberdade, que foram para a Jamaica e trouxeram as músicas Reggae, tipo Dread Sand, Chico do Reggae, Natty Nayfson, Zé Roxinho (*In memoriam*) e o próprio Júnior Bread (*In memoriam*) também que ele morou aqui na Liberdade. Aí

13 . Local onde comunidades negras formaram-se a partir do fim da escravidão no Maranhão e representa hoje uma das regiões do Estado com maior número de comunidades remanescente de quilombos (ALMEIDA, 2013, p.1-2)

nós titularizamos o bairro da Liberdade como bairro do reggae desde 1970. Então nós saímos na frente do poder público. (PINTO, Alberto. Entrevista concedida em 24/09/2023)

Ao se definir como quilombola através dos laços consanguíneos aos seus pais que se deslocaram da região da Baixada Maranhense para a Liberdade é notório o destaque que Alberto concede ao papel das expressões artísticas no bairro na construção da ideia de reconhecimento. Isto ocorre, pois, a forma de organização do espaço se constitui na busca pela identidade em que os sujeitos em coletividade ou individualmente direcionam-se de forma estratégica. Isto ocorre pois a “a consciência da identidade ganha um poder adicional a partir da ideia de que ela não é o produto da “audácia” de algum homem grandioso, mas é o resultado de uma experiência compartilhada, enraizada e vinculada em especial a lugar, localização linguagem e mutualidade”. (GILROY, 2007, p.126) Ao aprofundarmos esse debate, já não se subjaz a ideia de que para Beatriz Nascimento

o quilombo, especialmente Palmares, podia ser considerado um projeto de nação, protagonizado por negros, mas incluído de outros setores subalternos. Quando assume a vertente ideológica do termo, ela estende seu significado para abranger um território de liberdade, não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espaço de paz”. (RATZ, 2006, p. 59).

Alberto da Liberdade, ao mencionar a Esquina do Reggae, onde se destaca uma pintura de Bob Marley¹⁴, o mesmo atribui a este lugar como um espaço de paz, ao empreender este discurso, tem-se a tentativa de ressignificar a ideia de um bairro perigoso, que se deu por meio dos discursos de marginalização do bairro.

14. Responsável por tornar o reggae conhecido mundialmente, Bob Marley segundo SILVA (2019) “dentro da conjuntura dada (afrodescendente, jamaicano, origem humilde, caos político e social na Jamaica etc), contempla as condições de vida caracterizada pelos efeitos da dominação sócio histórica, cultural e ideológica, tanto dos jamaicanos como dos afrodescendentes em geral. (SILVA, 2019.p.39)

Isto ocorre, pois, a partir da perspectiva que entende as formas alternativas de protesto, apresenta-se significativamente pelo viés cultural. Dessa forma, as diversas estratégias de agenciamento da comunidade, “ocorre nas tentativas de mobilização simbólica que acompanham todos os movimentos sociais modernos (...) e desenvolve novas identidades que realizaram mudanças através de símbolos que sejam familiares as pessoas baseadas em suas próprias culturas” (TARROW, 2009 p.140). Por isso, um elemento ao qual não se pode ocultar é a perspectiva de que o bairro convive com a noção estigmatizada pela construção de um discurso público midiático, construído frente à noção de barbárie. O relato de uma moradora do bairro nos auxilia nesta compreensão.

Hoje é um reflexo do que a mídia provocou, pois houve período de grande violência entre a juventude aqui em São Luís e como a TV Difusora fica bem próximo, na Camboa e a Tv Mirante também, facilitava eles virem aqui quando tinha ocorrência de violência na cidade. Essas duas emissoras sempre vinham pra cá e noticiavam, existia morte em vários bairros, mas eles só cobriam as daqui, porque era mais fácil pra eles. Dessa forma, as mortes na Liberdade eram sempre muito divulgadas. Então, isso criou um preconceito das pessoas com o bairro. Um jornalista que foi muito criticado pelo Quilombo Urbano foi Jânio Arley. Ele veio na Liberdade uma vez fazer uma reportagem e foi expulso pela população, um rapaz questionou por que ele só vinha aqui mostrar as coisas ruins do bairro, daí, os moradores o colocaram pra correr (ASSUNÇÃO, 2017, p. 116).

A dinâmica de um discurso colonial envolve a concepção de estereótipo como uma estratégia discursiva, pois “ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização”. (BHABHA, 1998, p.106). Ao garantir esta repetibilidade de marginalização do bairro pela imprensa local, a estratégia discursiva por meio desta ação se objetiva pelo poder discriminatório, aqui representado pela imprensa local.

A contestação indicada pela moradora, aponta para o que Bhabha (1998) em seu livro *O local das Culturas*, avalia como o constructo das práticas discursivas embasam a hierarquização racial e cultural. Em suma,

esta dinâmica envolve a própria construção de um discurso colonial que ao marginalizar uma comunidade apoia-se na capacidade de superioridade e dominação de um povo sobre outro, essa ambivalência se divide em dois conceitos desenvolvidos por ele; o estereótipo e a mímica.

Esses conceitos possibilitam um questionamento ao reconhecer as diferenças culturais como um processo, e a diversidade cultural como categoria. Ainda que convivam com a noção estereotipada, que se dá pela criminalização do lugar, o bairro da liberdade relaciona-se à dinâmica por instaurar a diversidade cultural existente no espaço como ferramenta contra hegemônica frente a noção de barbárie construída pela mídia local. Por isso, quando Alberto da Liberdade diz *“as pessoas sempre falavam que o bairro da Liberdade era um bairro perigoso. E eu nunca gostei quando alguém mencionava isso. Então eu fui crescendo, fui crescendo e eu descobri que através da música você consegue educar as pessoas*. Alberto explica através de sua experiência um processo intrínseco à emancipação, a negociação, tal estratégia ocorre ao ressignificar o ideário de marginalização através da arte, como *um lugar de paz*.

Considerações finais

Os processos pelos quais o bairro da Liberdade adquiriu tais contornos culturais, é resultado dos novos processos diaspóricos, como uma cultura transnacional¹⁵, isto é essa circulação e fluxos entre a baixada maranhense e o bairro da liberdade que abandona a ideia essencialista de pureza em relação à cultura, mas estabelece que a experiência histórica compartilhada é o centro desta estruturação, “recuperando as férteis possibilidades que diversos povos africanos que deixaram como legado e continuam reinventando continuamente através dos mais diversos modos de existir, resistir e re-existir” (NOGUEIRA, 2012, p.149) e permanece na construção quilombola no espaço urbano, pois o vínculo de identificação com os locais de origem constroem-se sobre um movimento dinâmico na redefinição das identidades.

15 . Para Gilroy, o que constitui a base de uma comunidade negra transnacional não é uma suposta essência africana (cultural ou biológica), mas, muito mais, uma experiência histórica compartilhada e marcada pela escravização, pela repressão, exclusão e exploração (SILVÉRIO, 2020, p.882)

O esforço em compreender um espírito associativista do negro no Brasil a partir desses dados é relevante para considerar que “desde os primeiros tempos da escravidão, existiu um espírito associativo (...) se não fosse esse espírito, ou melhor essa tendência pela sua situação no espaço social, os escravos teriam uma vida muito mais sofrida sob o cativeiro e o negro livre não teria resistido na proporção que resistiu, ao chamado traumatismo da escravidão, incorporado por ele ao seu comportamento após a abolição (MOURA, 1988, p.111).

Em função disto, a dinâmica que envolve o aquilombamento se dá na passagem da condição de escravizado, por meio da ideia de protesto, dada a contraposição a estrutura de dominação criada frente ao racismo. “E como reação outras formas de comportamento “divergente” em camadas diversas que, por seu turno, influíam para que os escravos ainda passivos se transformassem em elemento dinâmico, passando de escravo a quilombola” (MOURA, 1988, p. 270), nesse sentido a comunidade por meio da cultura impulsiona artifícios referentes ao sentido de pertencimento com base nas simbologias religiosas e mecanismo de estratégias de mobilizações, na qual se faz presente ao analisarmos a construção da ideia de autodefinição desenvolvida por seus agentes.

Referências

Assunção, M. R. *‘Histórias do Balaio. Historiografia, memória oral e as origens da Balaia da. Revista História Oral.* 2009

Assunção, Ana Valéria Lucena Lima. *“Quilombo urbano”, Liberdade, Camboa e Fé em Deus: identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão*– Dissertação de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia - CCSA, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, 2017.

Alonso, Angela. A teoria dos movimentos sociais: um balanço da arte. Editora: Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009

Arruti, José Maurício. Quilombos e cidades: breve ensaio sobre processos e dicotomias. In: Patrícia Birman. Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e Resistências. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014, v. 1, p. 217-238.

Bhabha, Homi. *O Local da Cultura.* Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

Brasil. Decreto no 4.887 de 20 de Novembro de 2003. Regulamentação e procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Chiavenato, Júlio José. *O negro no Brasil: da senzala a guerra do Paraguai*. 4 ed. Brasiliense: São Paulo, 1987, p. 259

Durans, C. A. *As Anastácias do Quilombo: uma análise da participação e representação da mulher no hip-hop maranhense- São Luís/MA*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Maranhão, MA, 2014.

Domingues, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281 - 2014

Gilroy, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência* - São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432

Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. Traduzido do original Francês, *La mémoire collective*, (2ª edição). 1990

Moura, Clóvis. *Quilombos: resistências ao escravismo*/ Clóvis Moura. 1º edição - São Paulo: Expressão Popular, 2020. 136 p.

Munanga, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. 2000

Nogueira, Renato. Ubuntu como modo de existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6, nov. 2011 – fev. 2012, p. 147-150

Ribeiro, Alberto. (2020) *Entrevista com Alberto Pinto Ribeiro, Proprietário da Produtora Novo Quilombo, no Quilombo Liberdade em São Luís*. Entrevista-dadora: Vale, Ana Talycia Marques. Realizada em 24 set. 2023.

Santos, Rosenverck Estrela. A história do Hip Hop em São Luís do Maranhão: periferização da cidade e resistência político-cultural da juventude negra nos anos 1990. – *Revista Outros tempos*. 2008.

Silveira, Marla de Ribamar Silva. *Nas entranhas do bumba meu boi: políticas e estratégias para botar o boi de Leonardo na rua*. Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA 147 f, 2014.

Tarrow, Sidney. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução de Ana Maria Sallum- Petrópolis/ RJ: Vozes, 2009

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme
a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO	Anais da III Jornada Internacional de Ciências Sociais
ORGANIZADORES	Marcelo Sampaio Carneiro José Benevides Queiroz Benedito Souza Filho
PROJETO GRÁFICO	Helden Cabral da Silva
DIAGRAMAÇÃO	Helden Cabral da Silva
PÁGINAS	888
FORMATO	140 x 210 mm
TIPOGRAFIA	Utopia Std, Asap
EDIÇÃO	Digital

O presente livro reúne trabalhos que foram apresentados na III Jornada Internacional de Ciências Sociais (JICS), que teve como tema central o debate sobre a Bioeconomia e a construção de alternativas para o estabelecimento de formas de produção sustentáveis na Amazônia.

Os capítulos foram selecionados pelos(as) coordenadores(as) dos onze grupos de trabalho que ocorreram durante a JICS-UFMA, dentre os cento e treze (113) trabalhos que foram inscritos e apresentados no evento.



SOCIEDADE BRASILEIRA
DE SOCIOLOGIA

